

Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020

Relatório Final

maio de 2023

Entidade adjudicante:



Cofinanciado por:

Cofinanciado por:



Promotor



Programas operacionais na avaliação:



Autoria

EY-Parthenon

Coordenação

Sandra Primitivo

Paulo Madruga

Peritos

Catarina Pereira

Diogo Martins

Luís Carvalho

Consultores

Rui Faustino

Alexandre Reis Serra

Miguel Mozos Francisco

Margarida Lourenço

Manuel Reis

Daniel Costa

Pedro Oliveira

Raquel Morgado

Resumo

A presente avaliação visa analisar o contributo dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) no âmbito do Portugal 2020 para a implementação da Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 e a prossecução dos seus objetivos estratégicos.

A implementação dos projetos apoiados pelo Portugal 2020 ocorreu num período fortemente impactado pela pandemia COVID-19, que influenciou negativamente a capacidade de execução financeira das operações. Assim, à data de reporte, a taxa média de realização financeira das operações Mar revelava-se reduzida (48%) e abaixo da média do PT2020. Não obstante, as operações apoiadas deverão ser capazes, no horizonte da sua conclusão, de produzir impactos relevantes na Economia do Mar, entre os quais se destacam: o reforço da capacidade científica e tecnológica nacional (nomeadamente no setor não empresarial); o estímulo de novas áreas de ação com elevado potencial económico (e.g. apoios às empresas ligadas à Biotecnologia Marinha); o reforço do capital humano por via do financiamento de bolsas do ensino superior; a criação de emprego líquido; o contributo para a potenciação dos efeitos pretendidos na generalidade das áreas de intervenção não mercantis ou de suporte à Economia do Mar.

Os FEEI apresentam um elevado Valor Acrescentado Europeu, uma vez que a grande maioria dos projetos (80%, ponderado por investimento elegível) não teria sido realizado na ausência do apoio atribuído por via do financiamento comunitário.

A análise da eficiência operativa e do modelo de governação do ITI Mar - instrumento criado para promover a articulação da aplicação dos FEEI com as prioridades definidas no contexto da ENM - revela que esta estrutura apresentou um desempenho diferenciado no cumprimento das três funções atribuídas no respetivo modelo de governação. A atuação do ITI no âmbito da monitorização foi eficaz e representou um avanço sem precedentes face aos anteriores períodos de programação, contribuindo para uma maior visibilidade da Economia do Mar. A dimensão de divulgação dos apoios e assistência aos potenciais promotores no desempenho do ITI ficou aquém do esperado, expondo com maior urgência a necessidade do reforço da sua atuação mais a montante, nomeadamente na conceção de Avisos, na dinamização da procura e no suporte a potenciais promotores.

Summary

The current evaluation aims to analyze the contribution of the European Structural and Investment Funds (ESIF) under Portugal 2020 to the implementation of the National Ocean Strategy 2013-2020 (NOS 2013-2020) and the pursuit of its strategic objectives.

The implementation of the Portugal 2020 project's took place in a period strongly impacted by the COVID-19 pandemic, which negatively influenced the financial execution of the operations. Consequently, the average rate of financial execution of the analyzed operations was relatively low (48%) and below the PT2020 average. Nevertheless, the operations supported should be capable, in the horizon of their conclusion, of producing relevant impacts on the Ocean Economy, among which the following stand out: the strengthening of the national scientific and technological capacity (in particular in the non-business sector); the stimulation of new areas of action with high economic potential (e.g. supporting companies linked to Marine Biotechnology); the strengthening of human capital through the financing of higher education grants; net job creation; the contribution to the potentiation of the intended effects in most areas of non-market intervention or support to the Economy of the Ocean.

The ESIF present a high European Added Value, as the vast majority of projects (80%, weighted by eligible investment) would not have been carried out in the absence of support from European funding.

The analysis of the operating efficiency and the governance model of ITI Mar - an instrument created to promote the articulation of the application of ESIF with the priorities defined in the context of the NOS - reveals that this structure presented a differentiated performance in the fulfillment of the functions assigned in the respective model of governance. ITI's performance in terms of monitoring was effective and represented an unprecedented advance compared to previous programming periods, contributing to greater visibility of the Economy of the Ocean. The dimension of disseminating support and assistance to potential promoters in the performance of the ITI fell short of expectations exposing with greater urgency the need to reinforce its action further upstream, namely in the design of Calls for Contract Notices, in boosting demand and in supporting potential beneficiaries.

Índice

| | |
|--|-----|
| Resumo | 1 |
| Índice | 2 |
| Nota Introdutória | 2 |
| 1. Enquadramento, objeto e objetivos da avaliação..... | 3 |
| 1.1. Âmbito e objetivos da Avaliação..... | 3 |
| 1.2. O objeto de avaliação..... | 3 |
| 1.2.1. Enquadramento estratégico europeu e nacional e quadro regulamentar nacional..... | 3 |
| 1.2.2. Ponto de situação à data da avaliação..... | 4 |
| 2. Metodologia..... | 6 |
| 3. Resposta às questões de avaliação | 9 |
| 3.1. Questão de Avaliação 1 - Eficácia, Impacto e Sustentabilidade..... | 9 |
| 3.1.1. Análise global..... | 9 |
| 3.1.2. Análise por Área Programática - principais resultados..... | 26 |
| 3.2. Questão de Avaliação 2 - Valor Acrescentado Europeu..... | 34 |
| 3.3. Questão de Avaliação 3 - Eficiência Operativa..... | 39 |
| 4. Conclusões | 45 |
| 5. Recomendações | 52 |
| 6. Referências bibliográficas e eletrónicas..... | 61 |
| 7. Anexos..... | 63 |
| Anexo 1. O objeto de avaliação..... | 63 |
| 1.1. Enquadramento estratégico..... | 63 |
| 1.2. Alinhamento entre PT2020 e ENM..... | 66 |
| 1.3. Ponto de situação à data da avaliação..... | 71 |
| Anexo 2. Metodologia e Teoria da Mudança | 85 |
| 2.1. Racional de alinhamento entre o Portugal 2020 e a ENM 2013-2020 | 85 |
| 2.2. Teoria da Mudança | 86 |
| 2.3. Instrumentos auxiliares no âmbito da Teoria da Mudança | 102 |
| Anexo 3. Análise detalhada das Áreas Programáticas..... | 125 |
| 3.1. Análise da eficácia, impacto e sustentabilidade por Área Programática | 125 |
| 3.2. Fichas das Áreas Programáticas..... | 166 |
| 3.2.1 Área Programática 1.1. Administração, Pensamento e Ação Estratégica, Identidade e Cultura..... | 166 |
| 3.2.2. Área Programática 1.2. Proteção e Salvaguarda..... | 167 |
| 3.2.3. Área Programática 1.3. Educação, Ciência e tecnologia..... | 168 |
| 3.2.4. Área Programática 2.1. Oceano, Atmosfera e Sistema Integrado | 170 |
| 3.2.5. Área Programática 3.1. Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura | 171 |
| 3.2.6. Área Programática 3.2. Biotecnologia Marinha..... | 173 |
| 3.2.7. Área Programática 4.1. Recursos Minerais Marinhos..... | 174 |
| 3.2.8. Área Programática 4.2. Recursos Energéticos Marinhos | 175 |
| 3.2.9. Área Programática 5.1. Recreio, Desporto e Turismo | 176 |
| 3.2.10. Área Programática 5.2. Portos, Transportes e Logística | 177 |

| | |
|---|-----|
| 3.2.11. Área Programática 5.3. Construção, Manutenção e Reparação Naval | 179 |
| 3.2.12. Área Programática 5.4. Obras Marítimas..... | 180 |
| Anexo 4. Indicadores de Realização e Resultado..... | 181 |
| Anexo 5. Resultados dos inquéritos | 191 |
| 5.1. Entidades não empresariais..... | 191 |
| 5.2. Promotores empresariais | 215 |
| Anexo 6. Auscultação de stakeholders – Entrevistas e Focus Group..... | 233 |
| 6.1. Sinopse das entrevistas..... | 234 |
| 6.2. Sinopse dos Focus Group temáticos..... | 237 |
| Anexo 7. Estudos de Caso..... | 239 |

Índice de gráficos

| | |
|--|----|
| Gráfico A1. Distribuição das operações aprovadas por região e por Domínio 31/12/2020..... | 77 |
| Gráfico A2. Distribuição do financiamento comunitário aprovado por PO e por Domínio 31/12/2020 | 78 |
| Gráfico A3. Distribuição das operações e do financiamento comunitário aprovado por tipologia de beneficiário 31/12/2020..... | 79 |
| Gráfico A4. Estrutura de operações por intervalo de execução financeira, por PO (%) 31/12/2020 | 81 |
| Gráfico A5. Estrutura de operações por intervalo de execução financeira, por Domínio (%) 31/12/2020 | 81 |

Índice de quadros

| | |
|---|-----|
| Quadro 1. Critérios e questões de avaliação | 3 |
| Quadro 2. Operações apoiadas, excluindo rescindidas/revogadas, por Domínio e AP 31/12/2020 | 5 |
| Quadro 3. Principais etapas de operacionalização dos inquéritos e valor final das amostras | 7 |
| Quadro 4. Análise sintética dos projetos de todas as AP com alinhamento com as RIS3 (ENEI e/ou EREI) | 21 |
| Quadro 5. Efeitos dos FEEI na realização dos projetos | 35 |
| Quadro 6. Fundos adicionais aos FEEI que contribuem para o financiamento das AP da ENM..... | 43 |
| | |
| Quadro A1. Programas operacionais da análise e respetivos objetivos temáticos, com base nas operações Mar aprovadas até 31 de dezembro de 2020 | 65 |
| Quadro A2. CAE exclusivamente marítimas | 66 |
| Quadro A3. Instituições de natureza pública exclusivamente mar | 67 |
| Quadro A4. Alinhamento da ENM 13-20 e as PI do PT2020 | 67 |
| Quadro A5. Alinhamento entre a CSM e a área de investimento do ITI Mar | 69 |
| Quadro A6. Codificação das AP e respetiva associação a domínios Estratégicos da ENM | 70 |
| Quadro A7. Eixos/Domínios e AP da ENM..... | 70 |
| Quadro A8. AAC publicados, por ano 31/12/2020 | 71 |
| Quadro A9. Número de operações de acordo com o respetivo estado por PO 31/12/2020..... | 71 |
| Quadro A10. Número de operações de acordo com o respetivo estado por AP 31/12/2020..... | 73 |
| Quadro A11. Operações apoiadas por PO 31/12/2020 | 73 |
| Quadro A12. Operações e Financiamento Comunitário por AP e OT 31/12/2020..... | 74 |
| Quadro A13. Operações e Financiamento Comunitário por PI 31/12/2020 | 75 |
| Quadro A14. Operações apoiadas por área da CSM 31/12/2020 | 76 |
| Quadro A15. Operações e Financiamento Comunitário por Domínio e Tipologia de Beneficiário 31/12/2020 | 79 |
| Quadro A16. Taxa média de realização financeira por AP..... | 82 |
| Quadro A17. AP da ENM e ligação ao PT2020, considerando as operações existentes 31/12/2020 | 102 |
| Quadro A18. Alinhamento entre os impactos esperados e as Áreas Programáticas | 102 |
| Quadro A19. Matriz-Síntese TdM..... | 104 |
| Quadro A20. Indicadores de Realização da TdM..... | 113 |
| Quadro A21. Indicadores de Resultado da TdM | 117 |
| Quadro A22. Indicadores de Impacto da TdM..... | 118 |
| Quadro A23. Alinhamento entre os impactos produzidos, os impactos esperados e as Áreas Programáticas | 120 |
| Quadro A24. Resultados do teste dos pressupostos e riscos da Teoria da Mudança | 122 |
| Quadro A25 Indicadores de realização e resultado a 31/12/2020 - Administração, Pensamento e Ação Estratégica, Identidade e Cultura e Proteção e Salvaguarda | 181 |
| Quadro A26 Indicadores de realização e resultado a 31/12/2020 - Educação | 182 |
| Quadro A27 Indicadores de realização e resultado a 31/12/2020 - Ciência e Tecnologia..... | 183 |
| Quadro A28 Indicadores de realização e resultado a 31/12/2020 - Oceano, Atmosfera e Sistema Integrado | 184 |
| Quadro A29 Indicadores de realização e resultado a 31/12/2020 - Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura (eixos prioritários)..... | 185 |
| Quadro A30 Indicadores de realização e resultado a 31/12/2020 - Biotecnologia Marinha | 186 |
| Quadro A31. Indicadores de realização e resultado a 31/12/2020 - Recursos Minerais Marinhos | 187 |
| Quadro A32. Indicadores de realização e resultado a 31/12/2020 - Recursos Energéticos Marinhos..... | 187 |
| Quadro A33 Indicadores de realização e resultado a 31/12/2020 - Recreio, Desporto e Turismo | 187 |
| Quadro A34 Indicadores de realização e resultado a 31/12/2020 - Portos, Transportes e Logística | 189 |
| Quadro A35 Indicadores de realização e resultado a 31/12/2020 - Construção, Manutenção e Reparação Naval | 189 |
| Quadro A36 Indicadores de realização e resultado a 31/12/2020 - Obras marítimas | 190 |
| Quadro A37. Distribuição dos projetos por Área Programática | 191 |
| Quadro A38. Distribuição dos projetos por Prioridade de Investimento | 191 |
| Quadro A39. Distribuição dos projetos por Programa Operacional | 192 |
| Quadro A40. Distribuição dos projetos por tipo de entidade não empresarial..... | 193 |
| Quadro A41. Métodos de tomada de conhecimento das tipologias de projeto/ medidas candidatas | 194 |

| | |
|--|-----|
| Quadro A42. Participação em sessões públicas de esclarecimento na temática do mar | 194 |
| Quadro A43. Conhecimento e vantagens do ITI Mar..... | 194 |
| Quadro A44. Investimento na formação de recursos humanos na execução dos projetos | 195 |
| Quadro A45. Alteração dos projetos iniciais em virtude das condições de elegibilidade..... | 196 |
| Quadro A46. Relevância dos apoios recebidos no âmbito da Estratégia Nacional para o Mar..... | 196 |
| Quadro A47. Alterações introduzidas na ausência de suporte financeiro no âmbito da Estratégia Nacional para o Mar | 197 |
| Quadro A48. Diferenças nas opções num cenário de ausência de crise económica decorrente da pandemia | 197 |
| Quadro A49. Articulação das operações apoiadas no âmbito da Estratégia Nacional para o Mar com outros instrumentos de financiamento..... | 198 |
| Quadro A50. Integração de atividades náuticas para jovens nos projetos não empresariais..... | 199 |
| Quadro A51. Conclusão financeira dos projetos..... | 202 |
| Quadro A52. Coprodução de conhecimento na área do mar por via dos projetos apoiados | 206 |
| Quadro A53 – Perspetivas de reforço de coprodução de conhecimento | 206 |
| Quadro A54. Peso das despesas em I&D nos projetos | 207 |
| Quadro A55. Alinhamento do projeto com a Economia do Mar | 212 |
| Quadro A56. Distribuição dos projetos por Área Programática | 215 |
| Quadro A57. Distribuição dos projetos por Prioridade de Investimento | 215 |
| Quadro A58. Distribuição de projetos por programa operacional..... | 216 |
| Quadro A59. Distribuição dos projetos por tipo de beneficiário empresarial..... | 216 |
| Quadro A60. Participação em atividades de I&D e de valorização económica do conhecimento na área da Economia do Mar nos últimos 10 anos..... | 217 |
| Quadro A61. Métodos de tomada de conhecimento das tipologias de projeto/ medidas candidatas | 217 |
| Quadro A62. Participação em sessões públicas de esclarecimento com ligação às temáticas do mar | 218 |
| Quadro A63. Investimento na formação de recursos humanos na execução dos projetos | 218 |
| Quadro A64. Alteração dos projetos iniciais em virtude das condições de elegibilidade..... | 219 |
| Quadro A65. Relevância dos apoios recebidos no âmbito da Estratégia Nacional para o Mar..... | 220 |
| Quadro A66. Alterações introduzidas na ausência de suporte financeiro no âmbito da Estratégia Nacional para o Mar | 220 |
| Quadro A67. Diferenças nas opções num cenário de ausência de crise económica decorrente da pandemia | 220 |
| Quadro A68. Articulação das operações apoiadas no âmbito da Estratégia Nacional para o Mar com outros instrumentos de financiamento..... | 221 |
| Quadro A69. Integração de atividades náuticas para jovens nos projetos | 223 |
| Quadro A70. Conclusão financeira dos projetos..... | 224 |
| Quadro A71. Contribuição para a evolução das variáveis da empresa entre os anos pré-projeto e pós-projeto – pesca, indústria do pescado e aquicultura | 226 |
| Quadro A72. Contribuição para a criação de postos de trabalho – pesca, indústria do pescado e aquicultura | 226 |
| Quadro A73. Contribuição para a evolução das variáveis da empresa entre os anos pré-projeto e pós-projeto – Sistema de Incentivos | 228 |
| Quadro A74. Contribuição para a criação de postos de trabalho – Sistema de Incentivos..... | 228 |
| Quadro A75. Volume de Negócios no último ano antes da implementação do projeto previsão após a conclusão do projeto - Desenvolvimento socioeconómico de base local e DLBC..... | 230 |
| Quadro A76. Contribuição para a criação de postos de trabalho – desenvolvimento socioeconómico de base local e DLBC..... | 230 |
| Quadro A77. Stakeholders entrevistados I 08/11/2022..... | 233 |
| Quadro A78. Entidades auscultadas nos Focus Group..... | 233 |
| Quadro A79. Sinopse das entrevistas aos stakeholders I 08/11/2022 | 234 |

Índice de figuras

| | |
|---|-----|
| Figura A1. Estratégia europeia e o enquadramento regulamentar para a Economia do Mar | 63 |
| Figura A2. Estratégia, planos e instrumentos nacionais | 64 |
| Figura A3. Mecanismos de ação nacionais para a execução da ENM..... | 65 |
| Figura A4. Metodologia de ligação das PI às AP..... | 66 |
| Figura A5. Teoria da mudança e quadro lógico das intervenções..... | 86 |
| Figura A6. TdM e respetivos pressupostos e riscos..... | 87 |
| Figura A7. Avaliação da adequação das tipologias de projeto/ medidas às necessidades da entidade..... | 195 |
| Figura A8. Condicionantes do arranque e desenvolvimento dos apoios/ projetos aprovados..... | 196 |
| Figura A9. Expectativa sobre a execução dos valores de investimento contratado..... | 198 |
| Figura A10. Expectativa sobre o alcance das metas previstas nos indicadores contratados | 199 |
| Figura A11. Contribuição dos projetos para os objetivos estratégicos da Economia do Mar | 201 |

| | |
|--|-----|
| Figura A12. Relevância da melhoria da capacidade adaptativa às alterações climáticas, em termos de política marítima integrada..... | 201 |
| Figura A13. Relevância da melhoria da capacidade adaptativa às alterações climáticas, em termos de política marítima integrada – Área Programática 5.4. “Obras Marítimas” | 202 |
| Figura A14. Contribuição dos projetos para as entidades – navegação marítima e portos | 202 |
| Figura A15. Contribuição dos projetos para as entidades – pesca, indústria do pescado e aquicultura..... | 203 |
| Figura A16. Fatores críticos condicionantes ou facilitadores dos resultados do projeto – portos, lotas, inovação na pesca, parcerias e medidas de comercialização..... | 203 |
| Figura A17. Contribuição dos projetos para execução da Política Comum das Pescas | 204 |
| Figura A18. Fatores críticos condicionantes ou facilitadores dos resultados do projeto - administração, pensamento e ação estratégica, identidade e cultura | 204 |
| Figura A19. Contribuição dos projetos para as entidades – emprego e coesão territorial..... | 205 |
| Figura A20. Fatores críticos condicionantes ou facilitadores dos resultados do projeto - recreio, desporto e turismo DLBC..... | 205 |
| Figura A21. Contribuição dos projetos para as entidades – sistema regional de investigação e inovação | 206 |
| Figura A22. Fatores críticos condicionantes ou facilitadores dos resultados do projeto – ciência e tecnologia..... | 207 |
| Figura A23. Contribuição dos projetos para as entidades – competitividade empresarial e empreendedorismo | 208 |
| Figura A24. Fatores críticos condicionantes ou facilitadores dos resultados do projeto – SIAC/SAAC..... | 208 |
| Figura A25. Contribuição dos projetos para as entidades – oceano, atmosfera, sistema integrado..... | 209 |
| Figura A26. Fatores críticos condicionantes ou facilitadores dos resultados do projeto - oceano, atmosfera, sistema integrado | 209 |
| Figura A27. Contribuição dos projetos para as entidades – identidade marítima e a necessidade de diversificar as atividades de recreio, desporto e turismo associadas ao Mar | 210 |
| Figura A28. Fatores críticos condicionantes ou facilitadores dos resultados do projeto – recreio, desporto e turismo | 210 |
| Figura A29. Contribuição dos projetos para as entidades – proteção, salvaguarda e reabilitação das áreas costeiras | 211 |
| Figura A30. Fatores críticos condicionantes ou facilitadores dos resultados do projeto – proteção e salvaguarda, obras marítimas..... | 211 |
| Figura A31. Contribuição dos projetos para as entidades – qualificação dos indivíduos e mercado de trabalho..... | 212 |
| Figura A32. Fatores críticos condicionantes ou facilitadores dos resultados do projeto – educação e formação..... | 212 |
| Figura A33. Contribuição dos projetos para as entidades – capacitação e modernização dos serviços públicos..... | 213 |
| Figura A34. Fatores críticos condicionantes ou facilitadores dos resultados do projeto – administração | 213 |
| Figura A35. Sustentabilidade financeira de atividades-chave do projeto após o fim do apoio | 214 |
| Figura A36. Persistência temporal dos efeitos na evolução do beneficiário..... | 214 |
| Figura A37. Avaliação da adequação das tipologias de projeto/ medidas às necessidades da empresa | 218 |
| Figura A38. Condicionantes do arranque e desenvolvimento dos apoios/ projetos aprovados..... | 219 |
| Figura A39. Expectativa sobre a execução dos valores de investimento contratado, por AP | 221 |
| Figura A40. Expectativa sobre a execução dos valores de investimento contratado, por PI | 222 |
| Figura A41. Expectativa sobre o alcance das metas previstas nos indicadores contratados | 223 |
| Figura A42. Contribuição dos projetos para os objetivos estratégicos da Economia do Mar | 224 |
| Figura A43. Contribuição dos projetos para os beneficiários empresariais – pesca e indústria do pescado, aquicultura | 225 |
| Figura A44. Fatores críticos condicionantes ou facilitadores dos resultados do projeto – pesca, indústria do pescado e aquicultura | 225 |
| Figura A45. Contribuição dos projetos para as entidades – Sistema de Incentivos | 226 |
| Figura A46. Fatores críticos condicionantes ou facilitadores dos resultados do projeto – Sistema de Incentivos ... | 227 |
| Figura A47. Contribuição dos projetos para as entidades – reforço da identidade marítima e a necessidade de diversificar as atividades de recreio, desporto e turismo associadas ao Mar..... | 227 |
| Figura A48. Contribuição dos projetos para as entidades – empreendedorismo | 228 |
| Figura A49. Contribuição dos projetos para as entidades – Desenvolvimento socioeconómico de base local e DLBC | 229 |
| Figura A50. Fatores críticos condicionantes ou facilitadores dos resultados do projeto – Desenvolvimento socioeconómico de base local e DLBC | 229 |
| Figura A51. Contribuição para a evolução das variáveis da empresa entre os anos pré-projeto e pós-projeto – Desenvolvimento socioeconómico de base local e DLBC..... | 230 |
| Figura A52. Sustentabilidade financeira de atividades-chave do projeto após o fim do apoio | 231 |
| Figura A53. Persistência temporal dos efeitos na evolução da empresa | 231 |
| Figura A54. Manutenção dos postos de trabalho criado, após conclusão do projeto..... | 232 |

Siglas e acrónimos

AAC – Aviso de Abertura de Concurso
ABT – Avaliação Baseada na Teoria
AD&C – Agência para o Desenvolvimento e Coesão
ADL – Associação de Desenvolvimento Local
AG – Autoridades de Gestão
AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
ALV – Aprendizagem ao Longo da Vida
AM – Áreas Metropolitanas
AML – Área Metropolitana de Lisboa
ANI – Agência Nacional de Inovação
ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional
AP – Área Programática da Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020
APA, S.A. - Administração do Porto de Aveiro
APA/APA, I.P. – Agência Portuguesa do Ambiente
BTCA – BlueTech Cluster Alliance
CAE – Classificação da Atividade Económica
CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CE – Comissão Europeia
CEF – Connecting Europe Facility
CET – Cursos de Especialização Tecnológica
CIAM - Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar
CIM – Comunidades Intermunicipais
CNQ - Catálogo Nacional de Qualificações
COSME – Programa da Europa para a Competitividade das Empresas e das PME
CSM – Conta Satélite do Mar
DGEEC - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
DGEG - Direção-Geral de Energia e Geologia
DGPM – Direção-Geral de Política do Mar
DGRM – Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos
DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária
DLD – Desempregado de Longa Duração
EAPA – Código identificador das operações financiadas pelo Programa Transnacional Espaço Atlântico
EC – Estudos de Caso
EDL – Estratégia de Desenvolvimento Local
EEA *Grants* – Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu
EEC – Estratégias de Eficiência Coletiva
EMUEAA – Estratégia Marítima da União Europeia para a Área do Atlântico
ENEI – Estratégia Nacional de Especialização Inteligente
ENM – Estratégia Nacional para o Mar
EP – Eixo Prioritário
EREI/RIS3 – Estratégia Regional de Especialização Inteligente
ERM – Energias Renováveis Marítimas
ERO – Energias Renováveis Oceânicas
ET2027 – Estratégia Turismo 2027
ETI – Equivalente a Tempo Inteiro
FC – Fundo de Coesão
FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia
FEAMP - Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas
FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEEI – Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
FG – *Focus Group*
FO – Fórum Oceano
FSE – Fundo Social Europeu
GAA – Grupo de Acompanhamento e Avaliação
GAL – Grupo de Ação Local
GEE – Gases do Efeito Estufa
H2020 – Horizonte 2020
I&D – Investigação e Desenvolvimento
I&DT/IDT – Investigação e Desenvolvimento Tecnológico

I&I - Investigação e Inovação
IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação
IC&DT - Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico
ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IDR - Instituto de Desenvolvimento Regional
IE - Investimento Elegível
IGF - Inspeção-Geral de Finanças
IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes
INE - Instituto Nacional de Estatística
IPCTN20 - Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional
IPMA - Instituto Português do Mar e da Atmosfera
IREN - Internacionalização da Rede de Estações Náuticas de Portugal
ITI - Investimento Territorial Integrado
ITI Mar - Investimento Territorial Integrado Mar
JUL - Janela Única Logística
JUPIII - Janela Única Portuária III
LIFE - L'Instrument Financier pour l'Environnement
LVT - Lisboa e Vale do Tejo
MAC - Madeira-Açores-Canárias
MSC - Rede Europeia e Marítima Curta
OE - Objetivo Específico
OI - Organismo Intermédio
OP - Organização de Produtores
OT - Objetivo Temático
PARU - Planos de Ação de Regeneração Urbana
PAVPL - Plano de Ação de Valorização e Proteção do Litoral
PC - Programa de Cooperação
PC EA - Programa de Cooperação Transnacional Espaço Atlântico
PCP - Política Comum das Pescas
PDQI - Programa Demografia, Qualificações e Inclusão
PE - Pressupostos Específicos
PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano
PETI3+ - Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas
PG - Pressupostos Gerais
PI - Prioridade de Investimento
PIB - Produto Interno Bruto
PITD - Programa Inovação e Transição Digital
PME - Pequena e Média Empresa
PMI - Política Marítima Integrada
PMP - Plano Mar-Portugal
PO - Programa Operacional
PO CH - Programa Operacional Capital Humano
PO CI - Programa Operacional Competitividade e Internacionalização
PO ISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
PO SEUR - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos
POR - Programa Operacional Regional
PT2020 - Acordo de Parceria Portugal 2020
QA - Questão de Avaliação
RAA - Região Autónoma dos Açores
RAM - Região Autónoma da Madeira
RE - Riscos Específicos
RG - Riscos Gerais
RH - Recursos Humanos
RTE-T - Redes Transeuropeias de Transportes
RUP - Regiões Ultraperiféricas
SAICT - Sistema de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica
SCTN - Sistema Científico e Tecnológico Nacional
SEE - Sector Empresarial do Estado
SI - Sistema de Incentivos
SI PT2020 - Sistema de Informação do PT2020
SIAC/ SAAC - Sistema De Apoio A Ações Coletivas
SIFICAP - Sistema de Fiscalização e Controlo das Atividades da Pesca

TdM - Teoria da Mudança
TeSP - Técnicos Superiores Profissionais
TI - Tipologia(s) de Intervenção
TO - Tipologia(s) de Operação
TUPEM - Títulos de Utilização Privativa do Espaço Marítimo Nacional
UE - União Europeia
VAB - Valor Acrescentado Bruto
VAE - Valor Acrescentado Europeu
VMI - Vigilância Marítima Integrada
ZEE - Zona Económica Exclusiva

Nota Introdutória

1. O presente documento constitui o Relatório Final do estudo de “Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020”, relativo ao período que decorre entre o início da implementação da Estratégia Nacional para o Mar (ENM) 2013-2020 e o final do ano de 2020, realizado pela EY-Parthenon para a Direção-Geral de Política do Mar (DGPM).
2. A presente avaliação visa avaliar o contributo do Portugal 2020 para a Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 e envolve o financiamento das operações do universo “Mar” por parte de cinco Programas Temáticos (PO Mar, PO CI, PO SEUR, PO CH e PO ISE), os sete Programas Regionais e dois Programas de Cooperação (EA e MAC).
3. As operações foram apoiadas no âmbito de 33 Prioridades de Investimento (PI) e mais de 150 tipologias de operação, envolvendo volumes financeiros heterogéneos e domínios de atuação muito vastos, pelo que os trabalhos de avaliação evidenciaram, ao longo da respetiva execução, a necessidade de uma gradual focalização da avaliação nos domínios onde a intervenção dos FEEL foi mais relevante financeiramente e, quando pertinente, onde a intervenção assumiu um carácter estratégico, mesmo que pouco relevante em termos de financiamento.
4. O relatório encontra-se estruturado em cinco capítulos, aos quais acrescem as referências bibliográficas (capítulo 6) e eletrónicas e ainda os anexos, que contêm informação complementar (designadamente, o enquadramento da ENM e seu alinhamento com o Portugal 2020, fichas de sistematização da execução financeira das Áreas Programáticas (AP) da ENM, os indicadores de suporte à avaliação da eficácia por AP, a síntese das entrevistas, os apuramentos dos inquéritos realizados aos promotores e as fichas de análise dos estudos de caso). Os quadros, figuras e gráficos desta secção seguem uma numeração distinta da do corpo do relatório (a numeração é precedida de “A”) por forma a auxiliar a leitura do documento e identificar rapidamente remissões para os anexos.
5. No primeiro capítulo são apresentados o âmbito e objetivos da avaliação, o objeto sobre o qual recai o presente estudo e um ponto de situação das operações aprovadas até à data de reporte. O capítulo seguinte explicita de forma muito sucinta a metodologia mobilizada no processo avaliativo (em anexo esta informação é detalhada), os métodos de recolha de informação utilizados, assim como as limitações encontradas na aplicação da metodologia e a forma como a equipa de avaliação mitigou esses constrangimentos.
6. O terceiro capítulo do relatório contém as respostas às questões de avaliação previstas no Caderno de Encargos e os últimos dois capítulos as conclusões e recomendações da avaliação.

1. Enquadramento, objeto e objetivos da avaliação

1.1. Âmbito e objetivos da Avaliação

7. A presente avaliação tem como objetivo geral *“avaliar a implementação dos instrumentos de apoio dos FEEI (Fundos Europeus Estruturais e de Investimento) no âmbito do ITI (Investimento Territorial Integrado) Mar e compreender, em relação aos resultados observados, as relações causais que ligam as intervenções às mudanças observadas/desejadas, estimando o impacto da intervenção face os objetivos prosseguidos pela política pública que enquadra esta intervenção”*. A Avaliação procura assim caracterizar o desempenho da utilização dos FEEI, enquanto suporte à implementação da ENM 2013-2020, bem como identificar os principais motivos para o sucesso e constrangimentos decorrentes da sua aplicação nesse contexto.
8. A avaliação incide sobre o universo das operações Mar apoiadas pelos FEEI até 31 de dezembro de 2020, envolvendo financiamento de 12 Programas Operacionais e dois Programas de Cooperação (EA e MAC), através dos Fundos da Coesão (FEDER, FSE, FC) e do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP).
9. O objetivo global referido declina-se em três níveis de Objetivos Específicos (OE), visando: i) avaliar os impactos, resultados e realizações, se e quando possível, dos FEEI nos objetivos da ENM 2013-2020 (nos 5 objetivos estratégicos e nos objetivos e efeitos das Áreas Programáticas e Programas de Ação); ii) avaliar o contributo dos FEEI na área do Mar para os objetivos e metas da Estratégia Europa 2020 e iii) avaliar o contributo das operações Mar, financiadas pelos FEEI em gestão partilhada em Portugal, para a concretização do Plano de Ação da Estratégia Marítima da União Europeia para a Área do Atlântico (EMUEAA). Estes, por sua vez, deverão ter concretização analítica na resposta às três questões de avaliação identificadas no quadro seguinte.

Quadro 1. Critérios e questões de avaliação

| Critérios | Questão de Avaliação (QA) |
|--------------------------------------|---|
| Eficácia, Impacto e Sustentabilidade | QA1. Em que medida os resultados das intervenções do FEEI na área do Mar (ITI Mar) estão a contribuir para os objetivos definidos na ENM 2013-2020? |
| Valor Acrescentado Europeu | QA2. Qual o valor acrescentado da intervenção dos fundos europeus para a concretização dos objetivos da ENM? |
| Eficiência operativa | QA3. Em que medida o modelo e os mecanismos de gestão do ITI Mar facilitam o cumprimento dos objetivos para que foi incluído no Acordo de Parceria entre Portugal e a Comissão Europeia (CE)? |

Fonte: Caderno de Encargos do estudo de avaliação

1.2. O objeto de avaliação

1.2.1. Enquadramento estratégico europeu e nacional e quadro regulamentar nacional

10. A Economia do Mar é abrangida por um conjunto de políticas relevantes de âmbito europeu que guiam a estratégia e atuação dos agentes do setor. Estas políticas – envolvendo a Estratégia Europa 2020, a Política Marítima Integrada (PMI), a Diretiva Quadro Estratégica da Marinha (DQEM) e a Estratégia Marítima da UE para a área do Atlântico - orientam as estratégias e enquadram as políticas nacionais de promoção da Economia do Mar em cada um dos Estados Membros (Figura A1).
11. Em Portugal, o quadro estratégico que enquadrou a visão e os objetivos para o desenvolvimento da Economia do Mar foi definido na ENM 2013-2020, documento desenvolvido num processo em paralelo e em articulação estreita com a elaboração do Plano de Ação da União Europeia para a Área do Atlântico. A ENM 2013-2020 identificou vários domínios de intervenção com o objetivo de tirar partido do potencial de longo-prazo da exploração sustentável dos recursos marítimos. A prossecução da ENM 2013-2020 compreendeu 5 objetivos estratégicos:
 - (i) Reafirmar a identidade marítima nacional num quadro moderno, pró-ativo e empreendedor.
 - (ii) Concretizar o potencial económico e geoestratégico e geopolítico do território marítimo nacional, tornando o Mar-Portugal num ativo com benefícios económicos, sociais e ambientais permanentes.
 - (iii) Criar condições para atrair investimento, nacional e internacional, em todos os setores da Economia do Mar, promovendo o crescimento, o emprego, a coesão social e a integridade territorial, e aumentando, até 2020, a contribuição direta do setor mar para o Produto Interno Bruto (PIB) nacional em 50%.

- (iv) Reforçar a capacidade científica e tecnológica nacional, estimulando o desenvolvimento de novas áreas de ação que promovam o conhecimento do oceano e potenciem, de forma eficaz, eficiente e sustentável, os seus recursos, usos, atividades e serviços dos ecossistemas.
 - (v) Consagrar Portugal, a nível global, como nação marítima e como parte incontornável da Política Marítima Integrada (PMI) e da EMUEEA.
12. Para além dos cinco objetivos estratégicos, a ENM estabeleceu ao nível do Plano Mar-Portugal (PMP) objetivos de longo prazo para as Áreas Programáticas (AP) e efeitos de médio-curto prazo, que conjugados concorrerem para os objetivos de longo prazo (Figura A2).
 13. A ENM incluiu no seu desenho o objetivo de se constituir como um suporte à política de desenvolvimento regional associada ao mar, bem como aos investimentos previstos no âmbito do “Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar”.¹
 14. A execução da ENM previa a mobilização de fundos nacionais e comunitários e de outros instrumentos financeiros de cooperação disponíveis. Tendo em consideração o caráter transversal desta Estratégia, parte da sua concretização passou não só pelo apoio proporcionado pelo FEAMP, mas também pela mobilização dos Fundos da Política de Coesão, que conjuntamente se traduzem nos FEEI.²
 15. No sentido de se enquadrar a operacionalização da ENM ao nível do aproveitamento dos vários instrumentos nacionais cofinanciados por apoios comunitários (Figura A3), foi criado o “Quadro de Referência do Investimento Territorial Integrado Mar”, documento que apresenta o enquadramento da programação dos FEEI para Portugal no período 2014-2020 na área do Mar. O ITI Mar tem como documentos de referência estratégica prioritários a ENM 2013-2020 e as fichas de projeto do Plano de Ação (PMP).
 16. O ITI Mar, previsto no Acordo de Parceria entre Portugal e a Comissão Europeia para o período de programação 2014-2020, teve como finalidade permitir a articulação da aplicação dos fundos com as prioridades definidas no contexto da ENM 2013-2020 e disponibilizar informação de suporte aos decisores públicos envolvidos com a política do mar e com os FEEI. Ficou estabelecido que este ITI (de carácter excepcional) poderia ser objeto de cofinanciamento comunitário mono ou plurifundo por parte do FEDER, FSE, FC ou FEAMP.
 17. O ITI Mar, enquanto instrumento de coordenação entre as Autoridades de Gestão (AG) dos Programas Operacionais (PO), visou não só dar apoio na assistência aos potenciais promotores de projetos na temática do mar, como monitorizar e avaliar as componentes marítimas e marinha nos FEEI, tendo em vista analisar o contributo destes fundos para a concretização das prioridades da ENM e disponibilizar informação direcionada para apoio aos decisores públicos envolvidos na política do mar e nos FEEI, bem como na relação com a CE, quando estiver em causa a explicitação do contributo dos FEEI com ações na área do mar para a concretização de estratégias macrorregionais e da bacia do Atlântico.
 18. A operacionalização dos apoios disponíveis no âmbito dos FEEI para as temáticas da Economia do Mar e a identificação e monitorização das operações apoiadas nesta temática foi da responsabilidade dos PO temáticos e regionais, a que acrescem, neste caso, o Programa de Cooperação (PC) Transnacional Espaço Atlântico (PC EA) e o PC Transnacional Madeira-Açores-Canárias (MAC 2014-2020) - Quadro A1.

1.2.2. Ponto de situação à data da avaliação

19. A presente secção apresenta o ponto de situação das operações apoiadas pelos FEEI no âmbito do ITI Mar, encontrando-se o seu aprofundamento disponibilizado no ponto 1.3 do Anexo 1.
20. À data de 31/12/2020 foram apoiadas 6.779 operações com ligação à Economia do Mar, encontrando-se 25% concluídas (Quadro A9), 44% em execução e 32% aprovadas, mas ainda sem execução³.
21. O PO Mar destaca-se por financiar cerca de 72% do total de projetos aprovados, um valor muito superior ao peso relativo dos restantes PO nas operações aprovadas, sendo esta elevada representatividade derivada do peso das operações das cessações temporárias/definitivas das atividades da pesca (relativo à Política Comum das Pescas

¹ ENM 2013-2020

² Quadro de referência do ITI Mar (versão julho 2021)

³ Os valores apresentados excluem as operações das tipologias de operação (TO) de cessação temporária e definitiva das atividades de pesca e compensações às RUP que se assumem como medidas de suporte ao rendimento e se consideram concluídas no momento da sua atribuição. A totalidade de operações mar quando se excluem estas TO é de 3.117, com uma taxa de rescisão/revogação na ordem dos 0,55%, resultando em 3.100 projetos apoiados.

Os valores alteram-se para 54% (concluídos), 17% (aprovados sem execução) e 30% (em execução) se considerarmos a totalidade das operações.

(PCP)) e das compensações às Regiões Ultraperiféricas (RUP), que representam 75% dos projetos apoiados pelo PO Mar. O elevado número de operações de baixo valor nestas tipologias contribui ainda para que cerca de 68% das operações se concentrem na AP 3.1 Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura (Quadro 2), ainda que a esta só corresponda 20% do financiamento comunitário atribuído.

22. Os projetos apoiados (aprovados, em execução ou concluídos) até 31/12/2020, envolviam financiamento comunitário de 1.393 M€ e investimento elegível (IE) de 2.200 M€, situando-se a taxa média de comparticipação nos 54% (Quadro 2). Entre os diferentes programas financiadores, o Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) destaca-se por assumir o maior peso no financiamento comunitário (27%), potenciado pelo peso financeiro das intervenções nos portos, seguido do PO Mar (24%) e do PO Açores a assumir o maior peso entre os POR (13%) - Gráfico A2. O PO ISE, PO CH e PC MAC destacam-se pelas maiores taxas médias de comparticipação, que se situam em 85% (Quadro A11).

Quadro 2. Operações apoiadas, excluindo rescindidas/revogadas, por Domínio e AP | 31/12/2020

| Domínio/AP | Operações | | Financiamento comunitário | | | |
|--|--------------|---------------|-----------------------------------|--------------------|-------------------------------|---------------------------------------|
| | Nº | % | Valor financiamento (€, milhares) | % do financiamento | Taxa média de comparticipação | Valor médio por projeto (€, milhares) |
| 1. Governação | 708 | 10,4% | 366 695 € | 26,3% | 68,9% | 518 € |
| 1.1 Administração, Pensamento e Ação Estratégica, Identidade e Cultura | 44 | 0,6% | 47 447 € | 3,4% | 72,7% | 1 078 € |
| 1.2 Proteção e Salvaguarda | 22 | 0,3% | 8 730 € | 0,6% | 75,5% | 397 € |
| 1.3 Educação, Ciência e Tecnologia | 642 | 9,5% | 310 517 € | 22,3% | 68,2% | 484 € |
| 2. Recursos Naturais – Sistema | 56 | 0,8% | 24 807 € | 1,8% | 76,4% | 443 € |
| 2.1 Oceano, Atmosfera e Sistema integrado | 56 | 0,8% | 24 807 € | 1,8% | 76,4% | 443 € |
| 3. Recursos Naturais - Recursos Vivos | 4 655 | 68,7% | 278 013 € | 20,0% | 47,7% | 60 € |
| 3.1 Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura | 4 633 | 68,3% | 273 143 € | 19,6% | 47,5% | 59 € |
| Cessações definitivas e RUP | 3 679 | 54,3% | 53 119 € | 3,8% | 68,5% | 14 € |
| Restantes operações | 954 | 14,1% | 220 024 € | 15,8% | 44,2% | 231 € |
| 3.2 Biotecnologia Marinha | 22 | 0,3% | 4 870 € | 0,3% | 63,5% | 221 € |
| 4. Recursos Naturais - Recursos não vivos | 25 | 0,4% | 35 980 € | 2,6% | 55,6% | 1 439 € |
| 4.1 Recursos Minerais Marinhos | 8 | 0,1% | 732 € | 0,1% | 49,8% | 91 € |
| 4.2 Recursos Energéticos Marinhos | 17 | 0,3% | 35 249 € | 2,5% | 55,7% | 2 073 € |
| 5. Infraestruturas, usos e atividades | 1 335 | 19,7% | 687 943 € | 49,4% | 49,7% | 515 € |
| 5.1 Recreio, Desporto e Turismo | 1 147 | 16,9% | 313 489 € | 22,5% | 39,3% | 273 € |
| 5.2 Portos, transportes e logística | 47 | 0,7% | 212 056 € | 15,2% | 59,3% | 4 512 € |
| 5.3 Construção, Manutenção e Reparação Naval | 47 | 0,7% | 26 210 € | 1,9% | 46,5% | 558 € |
| 5.4 Obras marítimas | 94 | 1,4% | 136 188 € | 9,8% | 78,6% | 1 449 € |
| Total | 6 779 | 100,0% | 1 393 438 € | 100,0% | 53,7% | 206 € |
| Total [sem compensações do PO Mar] | 3 100 | - | 1 340 319 € | - | 53,2% | 432 € |

Fonte: Equipa de avaliação, com base em dados dos Sistemas de Informação do PT2020 (SI PT2020) e dos PO

23. O financiamento comunitário é maioritariamente absorvido pelos domínios 1. *Governação* e 5. *Infraestruturas, Usos e Atividades*, que no seu conjunto representam 76% do total do financiamento e 30% do total das operações (Quadro 2). Nestes domínios destacam-se os montantes das AP da 1.3 *Educação, Ciência e Tecnologia* e 5.1 *Recreio, Desporto e Turismo*, que representam individualmente cerca de 22% do financiamento comunitário total. O valor de financiamento comunitário mais reduzido encontra-se nos domínios 2. *Recursos Naturais – Sistema* e 4. *Recursos Naturais – Recursos Não Vivos*, que no seu conjunto acolhem cerca de 4% do financiamento aprovado.
24. A análise por região NUTS II (Figura 1) indica que a RAA concentra em si o maior valor de financiamento comunitário (339 M€, 24% do total). Com um peso inferior, as regiões do Algarve, RAM e Alentejo detinham apenas 8%, 7% e 5% do financiamento, respetivamente.
25. Relativamente à tipologia de beneficiários (Gráfico A3), a análise dos apoios evidencia uma elevada representatividade das empresas no financiamento aprovado (39%), seguidas pelas Entidades da Administração Central e do Sector Empresarial do Estado (21%). A relevância das empresas é resultado do peso financeiro das

operações da AP 5.1 Recreio, Desporto e Turismo, enquanto na Administração Central e Setor Empresarial do Estado (SEE) é a AP 5.2 Portos que contribui para a sua elevada dimensão financeira (63%).

26. O maior número de operações concentra-se na tipologia de indivíduos ou empresários a título individual (3.083), onde se inserem as operações de compensação às cessações definitivas, temporárias e RUP. As restantes operações dos indivíduos ou empresários a título individual (429) continuam a pertencer maioritariamente à AP 3.1 Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura (EP 1, EP 2 e EP 5), seguida da AP 5.1 Recreio, Desporto e Turismo.
27. Por fim, da análise da execução das operações, resulta uma taxa média de realização financeira de 46% e uma taxa média de conclusão dos projetos apoiados de 25%, excluindo compensações. A taxa de conclusão mais expressiva ocorre na AP 3.1, mesmo quando se desconsideram as operações relacionadas com compensações (48%), e na AP 5.4 Obras Marítimas (34%), embora esta apenas represente uma fração reduzida do total de operações apoiadas (1%, que passa a 3% se excluirmos da análise as operações relacionadas com compensações previamente referidas).

2. Metodologia

Abordagem metodológica global – A Teoria da Mudança

28. O Caderno de Encargos assume como referencial metodológico de análise de impactos o método de Avaliação Baseada na Teoria.
29. Nas avaliações de impacto procura-se identificar as relações causa-efeito, tentando demonstrar efeitos (diretos e indiretos, esperados e não esperados) atribuíveis às intervenções. Devem considerar-se os efeitos que se manifestam de forma mais direta (sobre os seus destinatários) e imediata (no decurso do contacto do beneficiário/promotor com a intervenção e até à sua conclusão), usualmente mensurados através de indicadores de resultado, bem como os que se manifestam também de forma indireta (sobre a população-alvo e contexto da intervenção) e mais mediata (ocorrem com um *lag* temporal maior, normalmente algum tempo após a conclusão da intervenção), usualmente mensurados através de indicadores de impacto.
30. Assim, o impacto é considerado como o último elo de uma “cadeia de resultados”, que relaciona os inputs de uma intervenção com os seus resultados de médio e longo prazo. O impacto de uma intervenção consiste, por isso, nos efeitos gerados pela sua implementação num dado território/setor, ao nível dos indicadores sociais, económicos, ambientais, entre outros e das mudanças comportamentais nos beneficiários finais.
31. As abordagens baseadas na teoria focam-se na identificação da Teoria da Mudança (TdM) e consequente confronto dos mecanismos, pressupostos e riscos que lhe estão implícitos com a realidade empírica. Distinguem-se assim duas componentes na base das abordagens baseadas na teoria:
 - Uma primeira, de natureza concetual, onde se procura identificar o racional da TdM subjacente às intervenções de política no momento em que foram programadas;
 - Uma segunda, de natureza empírica, onde se testa a TdM e os respetivos pressupostos e riscos, procura estabelecer uma relação de causalidade entre as intervenções e os resultados observados e identificar outros fatores que podem também ser responsáveis pelas mudanças observadas.
32. A Teoria da Mudança e a metodologia associada ao seu teste encontram-se explicitados no Anexo 2. O racional da TdM e sua representação sintética (Figura A6) encontram-se representados no Anexo 2.2, onde se inclui a identificação dos pressupostos e riscos gerais e específicos associados a cada etapa da TdM (PG, PE, RG e RE, respetivamente), cujo teste se encontra no Anexo 2.3 (Quadro A24).

Metodologia utilizada no alinhamento entre as operações Mar e os Domínios e Áreas Programáticas da ENM

33. O âmbito da avaliação está circunscrito às operações com componente Mar dos PO financiadores, exigindo, assim, a identificação prévia das operações do PT2020 alinhadas com a ENM e com as respetivas AP. O processo de identificação das operações alinhadas com a ENM encontra-se descrito no Quadro de Referência do ITI Mar (versão julho 2021), no capítulo 5.3.5 – Operacionalizar a identificação das operações “Mar” nos PO e sistematizado no Anexo 1.2 do presente documento. A metodologia é aplicada pelas AG dos PO financiadores à medida que se concretiza a aprovação das candidaturas apoiadas e verificada posteriormente pela DGPM.

34. A TdM estruturada pela equipa de avaliação parte dos instrumentos mobilizados por PO financiadores (atividades) e agrega-os nas AP da ENM, para permitir fazer convergir as realizações e os resultados com os objetivos globais da ENM, no âmbito dos quais se aferem os impactos.
35. Sendo o objetivo da Avaliação analisar o contributo das operações Mar para a ENM, foi necessário estruturar uma metodologia que permitisse classificar inequivocamente o universo Mar nos domínios AP previstos na ENM.
36. A lista de operações Mar – sobre a qual recai a presente avaliação - disponibilizada pela DGPM e elaborada segundo os critérios de classificação previstos no quadro de referência, não se encontrava totalmente classificada no que respeita à correspondência de cada operação com uma das AP da ENM, pelo que a equipa começou por aprofundar a metodologia de classificação de forma a estabelecer aquela correspondência. Esta metodologia encontra-se explicitada nos Anexos 1.2 e 2.1.

Métodos e técnicas de recolha de informação mobilizadas para o processo avaliativo

37. A abordagem metodológica adotada encontra-se ancorada num leque diversificado de métodos e técnicas de recolha de dados, de tratamento e análise de informação quantitativa e qualitativa, validados em sede de Relatório Inicial, e que dependem da colaboração entre a equipa de avaliação e os *stakeholders* considerados relevantes à luz das questões de avaliação.
38. Foram realizados dois questionários: um a projetos de beneficiários não empresariais e outro a projetos dos beneficiários empresariais, tendo-se optado por não incluir na amostra os destinatários das compensações por perdas de rendimento, cessações da atividade e RUP, por se considerar que são operações de suporte ao rendimento, por oposição a investimentos de natureza estrutural que são subjacentes à atuação privilegiada dos FEEI. Os instrumentos de notação e tratamento de respostas aos inquéritos estão contemplados no Anexo 5.
39. Tratando-se de uma avaliação de impacto, centrada nos resultados das intervenções e no seu impacto, idealmente deveriam ser alvo de análise apenas os projetos concluídos. Contudo, tendo em consideração que apenas 22% das operações (excluindo compensações por perdas de rendimento, cessações da atividade e RUP) se encontram concluídas à data de corte, essa opção foi reequacionada, tendo-se considerado elegíveis para inquirição todas as operações com uma taxa de realização financeira igual ou superior a 50%, adaptando-se o bloco de inquirição sobre os resultados das operações para considerar os resultados já alcançados no caso de projetos concluídos e os resultados que se perspetivam alcançar no caso de projetos por concluir.
A unidade de inquirição foi o projeto, tendo em ambos os inquéritos a amostra contemplado todos os beneficiários (no caso de beneficiários com mais de um projeto, garantiu-se que não responderiam a mais do que três inquéritos, para evitar a fadiga e a diminuição da taxa de resposta).
40. O envio dos inquéritos contou com a contribuição da DGPM que mobilizou a informação e contactos dos promotores a inquirir junto das Autoridades de Gestão (AG) dos programas financiadores e prestou auxílio nos emails de insistência e divulgação dos prolongamentos de prazo para preenchimento.
41. O Quadro 3 faz uma breve descrição das principais etapas de operacionalização dos inquéritos e apresenta as respetivas taxas de resposta. Adicionalmente, a distribuição das respostas de ambos os inquéritos por AP encontram-se no Quadro A37 (Inquérito a entidades não empresariais) e Quadro A56 (Entidades empresariais). Ambos os inquéritos apresentam uma margem de erro de 5% para um intervalo de confiança de 95%.

Quadro 3. Principais etapas de operacionalização dos inquéritos e valor final das amostras

| Inquéritos | Período para recolha de respostas ⁴ | Nº de inquéritos enviado | Respostas válidas | Taxas de resposta |
|--|--|--------------------------|-------------------|-------------------|
| Inquérito a entidades não empresariais | 9/07/2022 - 21/10/2022 | 516 | 227 | 44% |
| Inquérito a entidades empresariais | 9/07/2022 - 21/10/2022 | 816 | 260 | 32% |

Fonte: Equipa de avaliação

42. Foram realizadas 15 entrevistas a *stakeholders* relevantes no universo de análise (DGPM, Autoridades de Gestão, Organismos Intermédios, Agência de Desenvolvimento do Barlavento e For-Mar - *Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar*), cuja calendarização e síntese se encontram apresentadas no Anexo 6. No

⁴ O período inicial para recolha de respostas foi 09/07/2022-26/07/2022, tendo sofrido sucessivos alargamentos, na tentativa de contornar as reduzidas taxas de cobertura de algumas AP e PI.

decorrer deste processo, a identificação dos representantes de cada entidade a contactar para efeito da entrevista foi coordenada pela DGPM.

43. Numa fase mais avançada do processo, foram ainda realizados seis Estudos de Caso (EC), que cobriram as principais AP em termos de financiamento, nomeadamente: (i) EC1 - Cluster do Mar Português; (ii) EC2 - Pescas e Indústria do Pescado; (iii) EC3 - GAL Pesca; (iv) EC4 - Portos, Transportes e Logística; (v) EC5 - Obras Marítimas e (vi) EC6 - Aquicultura. A fichas-síntese destes estudos de caso encontram-se no Anexo 7 e suportaram as respostas às questões de avaliação.
44. Foram também realizadas nove sessões de *Focus Group* no decorrer da presente avaliação, tendo a primeira suportado a discussão da TdM e a última sido destinada à apresentação e discussão das conclusões e recomendações preliminares da avaliação. Foram realizados sete *Focus Group* temáticos: FG2 - Competitividade da fileira da pesca; FG3 - Desenvolvimento científico/ tecnológico, inovação e transferência de conhecimento; FG4 - Promoção do capital humano em áreas especificamente ligadas à Economia do Mar e às ciências do mar; FG5 - Sustentabilidade dos recursos - preservação do meio ambiente, alterações climáticas, prevenção de riscos; FG6 - Infraestruturas, Usos e Atividades - Portos, Transportes e Logística; FG7 - Governação (modelo e mecanismos de gestão do ITI Mar) e FG8 - Comunidades piscatórias e desenvolvimento local, cuja síntese se encontra no Anexo 6.2.

Limitações à implementação da metodologia

45. A presente Avaliação teve início em novembro de 2021 e prolongou-se durante 18 meses, muito além do previsto. O atraso nos trabalhos desenvolvidos resultou da dificuldade encontrada em recolher dados sobre as operações e respetivos indicadores (morosidade na resposta de algumas AG aos pedidos de informação da DGPM), em recolher em tempo oportuno os pareceres dos membros do Grupo de Acompanhamento aos relatórios entregues e em terminar o processo de inquirição, que demorou quatro meses a concluir e se revelava fundamental para esta Avaliação num cenário de menor disponibilidade de informação quantitativa.
46. A aplicação da metodologia exigia que todas as operações Mar identificadas estivessem associadas às AP da ENM. Apesar do Quadro Referência do ITI Mar considerar uma alocação das PI das operações mar às AP da ENM, esta revelou-se incompleta, sobretudo entre as PI dos Sistemas de Incentivos, para as quais a alocação às AP teve de ser realizada pela equipa de avaliação ao nível da operação (classificação de cerca de 1000 operações, a partir da descrição do projeto e da inserção setorial).
47. No âmbito da monitorização do ITI Mar, apenas é compilada informação relativa aos indicadores de realização para as operações Mar, sendo que nos casos dos programas de cooperação muitos dos indicadores reportados não isolam a componente das entidades portuguesas, num contexto de projetos tipicamente desenvolvidos em parceria com outros Estados-Membros, e no caso dos Sistemas de Incentivos os valores de realização não são passíveis de segmentar por AP. Na resposta às QA foram assim isolados os dados dos PC face aos restantes PO, de forma a não sobrevalorizar as evidências retiradas com base nos indicadores em que esta questão se colocava.
48. Com a exceção das operações financiadas pelo FEAMP e de parte das operações do PO CI e PO SEUR, em que existe um total alinhamento das intervenções com a ENM, os indicadores de realização e resultado não têm metas, o que limita drasticamente a análise da eficácia dos apoios FEEI. Da mesma forma, também não estavam disponíveis valores para os resultados (apenas) das operações Mar, limitando não só a análise da eficácia, mas também, em consequência, a dos impactos.

A menor disponibilidade de informação quantitativa implicou uma maior mobilização de informação qualitativa recolhida através dos instrumentos de auscultação (inquérito, entrevistas, estudos de caso, Focus Group), que apresenta intrinsecamente um maior grau de subjetividade, exigindo maior pressão sobre os *stakeholders* e sobre a própria DGPM. No âmbito do inquérito procurou-se também obter alguma informação sobre resultados, mas a diversidade de tipologias de intervenção mobilizadas (cerca de 150, associadas a 33 PI) tornou impraticável a recolha de informação quantitativa uniformizada sobre os resultados, tendo-se optado por focalizar a recolha destes elementos nas variáveis de desempenho empresarial e de emprego.

Procurou-se assim, através da auscultação, mitigar a menor objetividade associada às evidências recolhidas através do cruzamento de diferentes fontes/métodos, tendo-se igualmente cruzado as expectativas de contributo direto das AP para os objetivos da ENM com as expectativas. Com o mesmo intuito foram suprimidas falhas de informação em termos de resultados e impactos, recorrendo a estimativas quando a equipa considerou existir base de robustez para o efeito.

3. Resposta às questões de avaliação

3.1. Questão de Avaliação 1 – Eficácia, Impacto e Sustentabilidade

QA1. Em que medida os resultados das intervenções do FEEI na área do Mar (ITI Mar) estão a contribuir para os objetivos definidos na ENM 2013-2020?

Nota metodológica

49. Nesta QA do presente relatório são analisadas as dimensões de relevância, eficácia, impacto e sustentabilidade das operações Mar apoiadas à data de reporte (2020) com base na triangulação de diferentes fontes de informação. A reposta teve por base o do ponto de situação dos indicadores de realização e resultado no final de 2020, bem como dados recolhidos através dos inquéritos, entrevistas, Estudos de Caso e *Focus Group* realizados e pesquisa de dados secundários.
50. Face à multiplicidade de domínios e tipologias de intervenção, na reposta à QA optou-se por realizar primeiro uma análise global, seguida da análise por Área Programática (mais específica, mas com reflexos diferenciados, em função do volume de operações presentes em cada AP). O Anexo 3 apresenta a análise detalhada por AP das dimensões de análise endereçadas pela presente QA, conjuntamente com os dados de suporte ao enquadramento das Áreas Programáticas (fichas por AP).
51. Com a exceção das operações financiadas pelo FEAMP e de parte das operações do PO CI e PO SEUR - totalmente alinhadas com a ENM e, portanto, coincidentes com a totalidade das operações do programa nas respetivas tipologias de intervenção -, os indicadores de realização e resultado não têm metas atribuídas, o que condiciona a análise da eficácia das intervenções face aos objetivos da ENM.
52. Os indicadores de realização recolhidos pela DGPM junto dos PO referem-se apenas às operações Mar, permitindo na generalidade das PI analisar as realizações específicas das mesmas. As exceções recaem sobre a generalidade das PI ligadas aos Sistemas de Incentivos (3.1, 3.2, 3.3, 8.5 e 8.8), onde a opção metodológica de dispersar estas operações por várias AP em função, sobretudo, do seu enquadramento setorial, condiciona a análise das realizações resultados por AP, num contexto em que este universo representa uma parte importante do volume de operações apoiadas. A maioria (76%) das operações destas PI integra a AP 5.1 Recreio, Desporto e Turismo (Quadro A16), sendo nesta área que as realizações e resultados dos sistemas de incentivos serão mais aproximadas dos valores específicos da AP.
53. Por força do reduzido número de metas para indicadores de operações Mar, a análise da eficácia recorre, mais que na generalidade dos exercícios de avaliação, à auscultação de atores (entrevistas, inquéritos e FG). Nesse sentido, as evidências recolhidas por via dos inquéritos são cruciais para análise, dado permitirem isolar as operações Mar. As respostas aos inquéritos são significativas ao nível do conjunto de operações (5% de margem de erro em ambos os inquéritos), mas nem sempre ao nível das AP ou PI (Quadro A37, Quadro A38, Quadro A56 e Quadro A57). Para as AP e PI com um número reduzido de operações Mar, a margem de erro associada às respostas por via do inquérito tende a ser significativamente superior. No caso das questões relacionadas com a sustentabilidade, que incidem em exclusivo sobre operações concluídas, o grau de significância é também ele afetado não pela distribuição entre AP/PI (que revela um alinhamento entre o universo e as respostas) mas pelo nº absoluto de respostas obtidas. Nas AP/PI com menor número de operações as evidências são, ainda assim, com as devidas ressalvas, apresentadas no contexto da análise por AP por serem, tal como os estudos de casos, a informação mais específica obtida à data.
54. Por fim, importa salientar que a análise dos resultados é condicionada pelo grau de conclusão das operações à data de reporte (mas também em 2022, à data de resposta aos inquéritos). Esta situação afeta sobretudo as AP 1.2 Proteção e Salvaguarda, 3.2 Biotecnologia Marinha, 4.1 Recursos Minerais Marinhos, 4.2 Recursos Energéticos Marinhos, 5.2 Portos, Transporte, Logística, 5.3 Construção, Manutenção e Reparação Naval, que associavam um reduzido grau de conclusão ao número baixo de operações apoiadas.

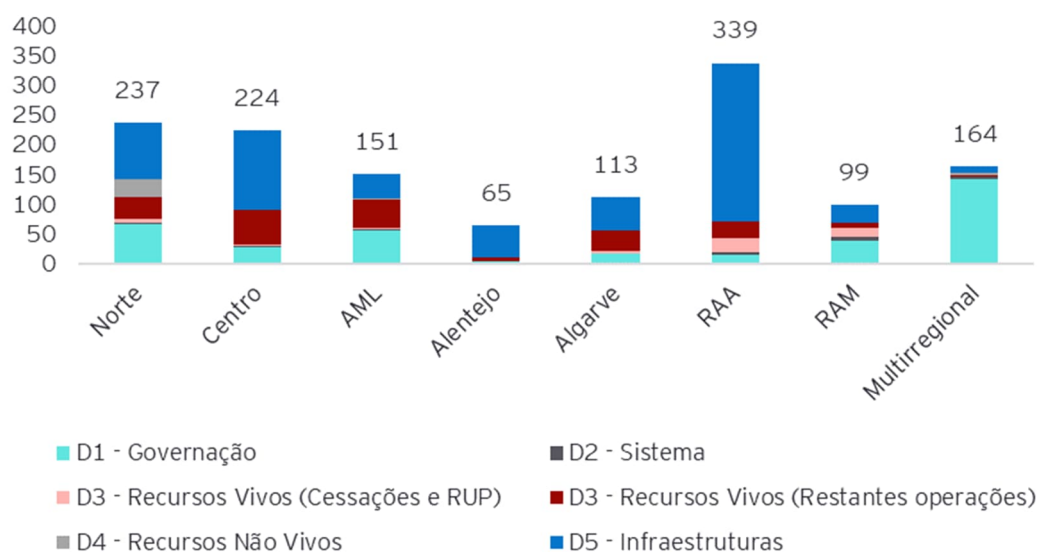
3.1.1. Análise global

55. Até 2020, os apoios dos FEEI na área do mar envolveram cerca de 6.800 operações, equivalendo a um financiamento comunitário de 1,4 mil milhões de euros (taxa de comparticipação média de 54%), distribuído por cinco PO Temáticos (PO Mar, PO CI, PO SEUR, PO CH e PO ISE), os sete PO Regionais e dois PO de Cooperação (EA e MAC) - Quadro A11. A relativa fragmentação de entidades financiadoras e de instrumentos de apoio foi acompanhada pela concentração do financiamento no PO Mar (cerca de 72% das operações apoiadas e 24% do

financiamento), que, enquanto autoridade de gestão do FEAMP, assumiu um papel nuclear no financiamento comunitário no setor Mar. No entanto, a maioria das operações apoiadas por via deste PO constituem apoios ao rendimento (cessações temporárias de atividade e compensações às RUP - Quadro A11 - inseridas na AP 3.1 Pesca, Indústria do Pescado e Aquicultura), que tendem a assumir uma dimensão financeira significativamente inferior às restantes operações. Em contraponto, o PO CI tinha à data uma representatividade da mesma magnitude no financiamento comunitário (26,5%) e um número de operações significativamente inferior (3,8%), por força da dimensão média das operações apoiadas (e.g. Sistema de Incentivos, intervenção em infraestruturas portuárias). De igual forma, por via da intervenção nas Obras Marítimas, o PO SEUR representava mais de 11% do financiamento. Entre os PO Regionais, os mais representativos eram o PO Açores (13% do financiamento) e o PO Algarve (3%). A representatividade dos PO Regionais teve reflexo na distribuição geográfica das operações (Figura 1), onde a RAA concentrou cerca de 24% do financiamento comunitário aprovado, seguida das regiões Norte (17%) e Centro (16%).

Figura 1. Distribuição do financiamento aprovado por região e por Domínio | 31/12/2020

Unidade de medida: Milhões de euros



Fonte: Equipa de avaliação, com base em dados dos SI PT2020 e dos PO

56. Os apoios dos FEEI distribuíram-se pelos cinco domínios da ENM 13-20 e respetivas AP de forma heterogénea, conforme indicam as fichas das AP constantes no Anexo 3.2, mas em linha com o contexto do setor do mar à data de arranque do período de programação, onde o Recreio, desporto, cultura e turismo e Pesca, aquicultura, transformação e comercialização dos seus produtos (cada um representando 30% do VAB da CSM em 2013) assumiam maior relevo. Para além do alinhamento dos apoios disponibilizados com a procura potencial do setor do mar, também se confirmou o alinhamento antecipado no Quadro de Referência do ITI Mar dos instrumentos com os objetivos das AP da ENM (PG I.O.1), conforme explicitado no Anexo 3.1 e sintetizado no Quadro A23. Com a exceção das operações do PO Mar e de parte das PI dos PO SEUR e PO CI, o alinhamento entre as operações do PT2020 e dos Programas de Cooperação e a ENM é realizado ao nível da operação. Nesse sentido, as AP 3.1 Pesca, Indústria do Pescado, Aquicultura (EP1, EP2 e EP5), 5.2 Portos, Transporte e Logística (PI 7.1. e 7.3) e 5.4 Obras Marítimas (PI 5.1), tendem a beneficiar de um maior alinhamento, que se revela ao nível dos objetivos, mas também na oferta e divulgação e na monitorização e avaliação (mobilização de metas de realização e resultado) - Quadro A4.

A generalidade dos instrumentos de apoio mobilizados revelou-se adequada às necessidades dos promotores e alinhada com os objetivos da ENM 13-20, ressalvando-se o caso dos instrumentos de apoio à formação não superior, não adaptados às necessidades das atividades nucleares da Economia do Mar.

Com exceção dos instrumentos totalmente alinhados com a ENM (em particular os do PO Mar), a maioria dos AAC não foi alvo de um alinhamento intencional com a Economia do Mar e a sua divulgação tendeu a não considerar as especificidades do público-alvo que compõe o universo mar, o que, juntamente com as lacunas identificadas na intervenção do ITI Mar no encaminhamento de promotores para oportunidades de financiamento, concorreu para a

manutenção da perceção da Economia do Mar enquanto agregado composto apenas pelos setores tradicionais ligados à intervenção por via do PO Mar.

57. Com a exceção do domínio do Capital Humano, onde se observa um desalinhamento entre os instrumentos e as necessidades de formação e capacitação do setor (validado por auscultação dos *stakeholders*, no Anexo 6.2) – sobretudo no seu núcleo duro, ao nível da duração e número mínimo de alunos exigido para o financiamento de cursos, bem como do seu conteúdo, uma vez que apenas os cursos constantes no Catálogo Nacional de Qualificações são elegíveis para financiamento – que levou a um menor contributo dos FEEI, a generalidade dos *stakeholders* auscultados reconhece que os instrumentos de apoios foram ao encontro das necessidades do setor (98% dos inquiridos não empresariais e 95% dos inquiridos empresariais considera que existe um alinhamento dos objetivos dos instrumentos e os objetivos/necessidades da empresa - Figura A7 e Figura A37) e se encontram em linha com os objetivos da ENM 13-20, também confirmado por via de entrevistas e FG (Anexos 6.1 e 6.2).
58. Ainda assim, foram identificadas (Anexos 3.1 e 6.1) áreas e atividades nas quais o financiamento por parte dos FEEI se assume insuficiente face às necessidades, em particular no domínio da ciência e tecnologia, sendo a Oceanografia e o desenvolvimento de Energias Renováveis Marinhas as áreas de destaque neste âmbito por requererem atividades que não são passíveis de financiamento e que as entidades dificilmente conseguem financiar a título próprio (e.g. observação direta no mar).
59. Ao nível da disponibilização e forma de apoios, bem como das condições de elegibilidade dos instrumentos do PT2020 (PG I.O.3), não se observou, de forma geral e com exceção das PI acima indicadas (PO Mar e de parte das PI dos PO SEUR e PO CI), uma intervenção especial nos AAC visando promotores da Economia do Mar, seja por via de critérios, majorações ou formas de apoios. No que se refere aos PO Regionais auscultados, a intervenção do ITI Mar ao nível dos AAC apenas ocorreu de forma indireta, aquando da conceção das RIS3 (incluindo o mar nos domínios diferenciadores) que, por sua vez, orientaram os critérios seguidos nos AAC (Anexo 6.1).
60. Em relação à divulgação dos apoios, as evidências recolhidas através de entrevistas (Anexo 6.1) sugerem que, com exceção do PO Mar (que pelo seu histórico de ligação aos setores nucleares do mar realiza uma divulgação dos seus apoios totalmente direcionada para este público-alvo), a divulgação dos apoios tendeu a não ter em consideração as especificidades do público-alvo do universo mar (refutando o PG I.O.2 - A divulgação dos apoios considera, quando relevante, a especificidade dos potenciais públicos-alvo no setor do Mar). Esta evidência é reforçada pelas respostas aos inquéritos, onde apenas 13% dos promotores empresariais (Quadro A62) e 18% dos não empresariais (Quadro A42) indicaram ter participado em sessões de esclarecimento com ligação ao mar, sendo que uma parte significativa destes são projetos financiados pelo PO Mar.
61. A ausência de divulgação por parte das AG dos PO e Organismos Intermédios (OI) acabou também por não ser compensada por aquilo que seria a intervenção pensada para o ITI Mar no encaminhamento dos potenciais promotores para oportunidades de financiamento, sendo que de acordo com as AG dos PO auscultadas o contributo do ITI Mar neste domínio ficou aquém das expectativas (Anexos 6.1). Os menores resultados observados ao nível da divulgação e dinamização da procura são também confirmados pela própria perceção dos promotores sobre a dimensão mar dos seus projetos, dado que a Economia do Mar continua a ser percecionada como integrando no essencial os setores mais tradicionais ligados ao PO Mar (pescas, indústria de pescado e aquicultura).⁵ Ainda assim, a auscultação revela que nos últimos anos é clara uma maior perceção do Mar enquanto setor mais alargado – muito mais evidente junto das entidades públicas do que das empresas privadas e cidadãos, não obstante a maior visibilidade deste tema nos órgãos de comunicação social – e que a monitorização realizada pelo ITI Mar contribuiu definitivamente para essa visibilidade (Anexos 6.1 e 6.2).

Apesar de a taxa média de realização financeira das operações Mar se situar abaixo da média do PT2020, prevê-se que a maioria das operações seja concluída sem quebras na execução financeira. As dificuldades de execução estão essencialmente associadas à pandemia Covid-19, com efeitos na interrupção da implementação de operações, nas restrições na aquisição de equipamentos e na realização de empreitadas de construção.

62. A taxa de realização financeira das operações Mar encontrava-se nos 48% (Quadro A16), abaixo da taxa média de realização do PT2020 no final de 2020 (57%, de acordo com o Relatório Anual dos Fundos da União Europeia de 2020 publicado pela AD&C). Este posicionamento resulta, em grande medida, da menor taxa de realização da AP 5.2 Portos (36%), onde as operações envolvendo largos volumes de financiamento apresentavam baixas taxas de execução até essa data. Por PO, a realização das operações Mar encontrava-se em linha ou acima da média nos PO temáticos e PO regionais do Continente, enquanto nos PO das Regiões Autónomas o valor estava abaixo

⁵ Aquando do lançamento dos inquéritos a equipa de avaliação foi contactada por inúmeros promotores que consideravam que os seus projetos não se enquadravam no âmbito da avaliação. Estes promotores eram sobretudo empresas e dentro destas as enquadradas em atividades de turismo e hotelaria e nos recursos energéticos.

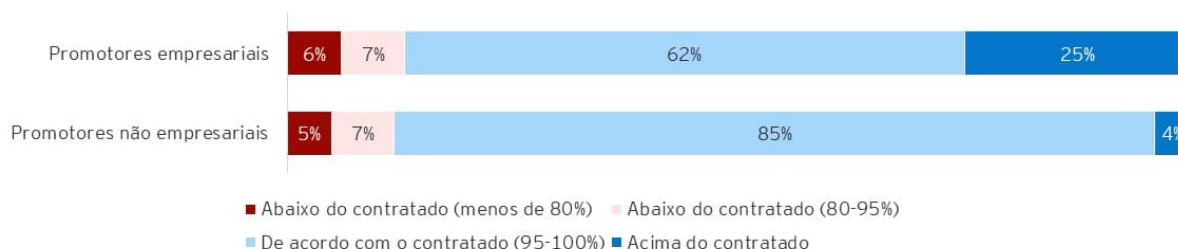
da média global. No caso dos Programas de Cooperação, a taxa de realização das operações era significativamente inferior, sendo de apenas 21% no PC EA e de 4% no PC MAC.⁶

63. A auscultação de atores, em particular das AG dos PO, permitiu apurar que, apesar do atraso na realização das operações, a grande maioria das operações será concluída sem quebras na execução financeira. Os resultados dos inquéritos vão no mesmo sentido: 77% dos projetos de promotores empresariais (representando 87% do investimento elegível) prevê executar os investimentos de acordo com o contratado, enquanto nos projetos de promotores não empresariais a percentagem encontra-se nos 79% (89% do investimento elegível) - Figura 2. Estas perspetivas positivas em termos globais são, contudo, matizadas nalgumas áreas, destacando-se, no PO Mar os EP3 e EP6, nos Sistemas de Incentivos as PI 3.1 e 3.2 (empreendedorismo e internacionalização), e, em maior escala, as operações ligadas às intervenções em infraestruturas portuárias (PI 7.1 e 7.3).
64. Estas perspetivas de execução financeira aquém do contratado são, na generalidade, acompanhadas por um cenário caracterizado por níveis de execução física moderados (Figura A10 e Figura A41), sendo que a auscultação de *stakeholders* (Anexo 6 e Anexo 7) permite a identificação de alguns constrangimentos que potenciaram este cenário, na sua maioria decorrentes da pandemia Covid-19.⁷ No caso do EP6, a reduzida taxa de realização financeira foi potenciada pelas restrições sanitárias implementadas na sequência da situação pandémica que obrigaram à paragem e atrasaram a implementação dos projetos em curso, contribuindo para o comprometimento do alcance dos resultados contratualizados pelos beneficiários. No caso dos investimentos em infraestruturas portuárias, a reduzida realização financeira é explicada como resultante, em grande medida, das dificuldades na aquisição do equipamento necessário para implementar o investimento devido ao aumento dos preços potenciado pelas restrições que a situação pandémica impôs ao comércio internacional.

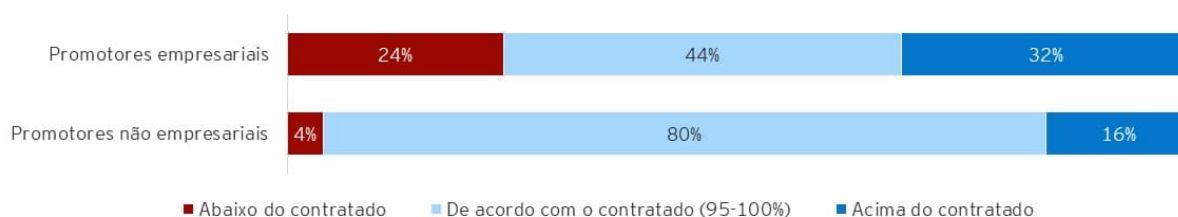
Figura 2. Perspetivas de execução física e financeira dos projetos apoiados

Unidade de medida: % de promotores, ponderado por investimento elegível

Realização financeira:



Execução física:



Fonte: Equipa de avaliação, com base nos dados do inquérito a entidades empresariais (n=260; n=132) e não empresariais (n=227; n=155)

65. Relativamente aos sistemas de incentivos à inovação, a execução física e financeira da PI 3.2 foi maioritariamente influenciada pelas dificuldades que a disrupção do mercado internacional, em virtude do confinamento, provocou nas iniciativas de internacionalização das empresas. Quanto à PI 3.1, esta apresenta, apesar das perspetivas mencionadas ao nível da execução física, uma taxa de realização financeira elevada (72%). Por oposição, a PI 1.2, que não obteve respostas ao inquérito em quantidade suficiente para substanciar uma análise relativamente à capacidade dos beneficiários para executar as metas físicas contratualizadas, revela uma reduzida taxa de realização financeira (30%) para a qual se reconhece como principal fator explicativo a morosidade dos processos de pagamento aos beneficiários, potenciada pela necessidade de articulação entre as

⁶ Fonte: Relatórios de execução de 2020 dos PO Regionais, Temáticos e de Cooperação

⁷ No caso do PC EA, os *stakeholders* reconheceram que o comprometimento da execução financeira dos projetos resulta, em grande parte, da carga burocrática associada aos procedimentos de pedido de pagamento que, devido ao elevado número de parceiros por projeto, se tornam extremamente morosos.

AG e alguns dos OI. Este caso é particularmente evidente nos projetos com iniciativas de coprodução de conhecimento com empresas que apresentam uma grande dependência do financiamento a título de adiantamento e que veem a implementação do projeto dificultada pela escassez de recursos financeiros para o executar.

A realização física das operações tendeu a acompanhar a sua realização financeira e as metas contratualizadas afiguram-se, em termos globais, alcançáveis. Apesar de o reduzido número de operações concluídas, a influência de fatores externos de contexto sobre alguns dos resultados previstos e, em alguns casos, as significativas quebras de investimento (anulações), contribuíram para que ainda não existam dados reportados para os indicadores de resultado ou para que estes se encontrem aquém das metas.

66. A análise dos indicadores de realização e resultado das operações até 2020 mostra que a realização física acompanhou a realização financeira, na medida em os níveis de realização física se encontravam na generalidade em linha com as metas dos indicadores de realização definidas para 2023 (Anexo 4). No caso dos resultados ainda não existiam valores reportados ou estes ainda se encontravam longe das metas definidas (em virtude do reduzido número de operações concluídas). Entre as prioridades e AP com mais dificuldades estavam o EP3 (política comum das Pescas) da AP 1.1 Administração, Pensamento e Ação Estratégica, a PI 5.1 (adaptação às alterações climáticas) da AP 2.1 Oceano, Atmosfera e Sistema Integrado, o EP2 (aquicultura) da 3.1 Pescas, Indústria do Pescado e o EP4 (GAL costeiros) da AP 5.1 Recreio, Desporto e Turismo. O atraso nos resultados percecionado através dos indicadores previstos nos PO resulta da conjugação de vários fatores: i) o grau de conclusão das operações era baixo à data de reporte (Quadro A9), pelo que a maioria dos resultados ainda não se manifesta no valor dos indicadores de resultado; ii) muitos dos indicadores de resultado dos PO são aferidos no contexto e não se referem aos resultados das operações, pelo que são muito influenciados por fatores contextuais externos e iii) nalgumas tipologias de intervenção do PT2020 as quebras (desistências/anulações) foram significativas, tendo dificultado a execução e, por conseguinte, o alcance das metas contratualizadas (Quadro A9).
67. Ainda que com algum atraso, em virtude da menor taxa de realização dos projetos, há perspetiva junto dos atores auscultados que os resultados contratualizados possam ser alcançados até 2023, apesar de se anteverem dificuldades nas prioridades com menores taxas de execução, tais como as do PO Mar acima referidas. A perceção das AG é, maioritariamente, global, não existindo uma noção das realizações e resultados exclusivamente para operações Mar e muito menos do respetivo alinhamento com a ENM (excluindo as do PO Mar, parte do PO SEUR e PO CI que têm metas e estão totalmente alinhadas) - Anexo 6. Nesse sentido, a visão sobre o alcance dos objetivos das operações Mar tende a incidir sobretudo nas evidências recolhidas por via dos inquéritos (Anexo 5), EC (Anexo 7) ou até da recolha de dados estatísticos (Anexo 4).
68. Os resultados do inquérito concluem por uma perspetiva positiva de alcance dos resultados/realizações contratualizados, ainda que mais prudente por parte das empresas. Entre os promotores não empresariais, apenas 16% dos inquiridos (representando 4% do investimento elegível) antevê não atingir os resultados contratualizados (Figura A10), enquanto nos promotores empresariais este valor é mais elevado (27% dos projetos e 25% do investimento elegível, ainda que parcialmente compensado por perspetivas de superação das metas em 27% dos projetos e 32% do investimento elegível - Figura A41).
69. Entre as AP, as expectativas de maiores desvios (por defeito) face ao contratualizado são maiores nas operações das AP 1.1 Administração, e Ação Estratégica (em 33% dos projetos não se prevê alcançar as metas), 1.3 Educação, Ciência e Tecnologia (47% dos empresariais e 36% dos não empresariais) e 5.1 Recreio, Desporto e Turismo (28% dos empresariais) - Figura A39 e Figura A41. No caso da AP 5.1, a evidência recolhida no inquérito tende a ser confirmada pela perceção das AG dos PO sobre os resultados gerados pelos GAL que, sendo diferenciados ao longo do território, ficaram, em muitos casos, aquém do esperado.

A conjuntura económica associada à pandemia COVID-19, a dificuldade de atração de recursos humanos, a morosidade associada aos procedimentos de contratação pública e a exigência dos processos administrativos associados aos FEEI assumem-se como condicionantes transversais aos resultados das diferentes AP. Apesar destes constrangimentos, o nível de resultados alcançado/que se perspetiva alcançar permite concluir que as operações apoiadas deverão ser capazes de produzir impactos relevantes na Economia do Mar aquando da sua conclusão, salientando-se o reforço da capacidade científica e tecnológica nacional, o estímulo de novas áreas de ação com elevado potencial económico (e.g. biotecnologia marinha, recursos energéticos e minerais marinhos), reforço do capital humano por via do financiamento de bolsas de doutoramento e, a criação líquida de emprego. Na generalidade das restantes áreas de intervenção é ainda possível identificar um contributo indireto ou de potenciação dos efeitos por parte das operações apoiadas pelos FEEI.

70. Os promotores indicaram, em cada AP, os fatores que mais condicionaram aos resultados dos seus projetos, sendo possível identificar três condicionantes transversais às diferentes Áreas Programáticas (Figura A16, Figura A18, Figura A20, Figura A22, Figura A24, Figura A26, Figura A28, Figura A30, Figura A32, Figura A34, Figura A44, Figura A46 e Figura A50). A primeira, com grande destaque, foi a evolução económica e financeira

do país e do contexto internacional, nomeadamente durante a pandemia COVID-19, que condicionou a atividade dos promotores empresariais com operações no âmbito dos sistemas de incentivos e na AP 3.1 Pescas, Indústria do Pescado, Aquicultura (validando o risco RG II.0.4 - Evolução económica e financeira do país condiciona o alcance dos resultados previstos pelos promotores). Entre as PI mais afetadas pelo contexto económico está a ligada ao segmento da aquicultura, que registou fortes quebras no valor de vendas e preços praticados durante o ano de 2020, de acordo com as Estatísticas da Pesca (INE).

71. A segunda condicionante manifesta-se entre os promotores empresariais (e afeta de forma mais intensa os projetos inseridos no setor das pescas, aquicultura e indústria do pescado - AP 3.1) e assume um carácter mais estrutural relacionado com a dificuldade de atração de recursos humanos (confirmado pelas entrevistas e FG - Anexo 6.1 e 6.2), com reflexo na obtenção de resultados tanto ao nível da criação de postos de trabalho, como na expansão da capacidade produtiva, num contexto de atividades intensivas em mão-de-obra. A reduzida atratividade do setor também se manifestou, ao nível do EP1 no menor sucesso (por via da procura) da medida que visava a renovação geracional dos recursos humanos no segmento das capturas (apoio ao arranque de atividade de jovens - Anexo 6.2). Por último, enquanto nas operações relacionadas com promotores não empresariais as condicionantes económicas e de recursos humanos não se revelaram como críticas para o sucesso das operações, os prazos associados aos procedimentos de contratação pública e a exigência dos processos administrativos associados aos FEEI (e.g. pedidos de pagamento) foram salientados pelos inquiridos como sendo dos principais constrangimentos aos resultados das operações (Figura A16, Figura A18, Figura A20, Figura A22, Figura A24, Figura A26, Figura A28, Figura A30, Figura A32, Figura A34, Figura A44, Figura A46 e Figura A50).
72. Não obstante a limitação colocada ao processo avaliativo no que respeita aos indicadores de resultado das operações – e, por conseguinte, à aferição de impactos –, os resultados já alcançados pelas operações apoiadas, bem como aqueles que se perspetivavam alcançar, permitem antecipar impactos relevantes das operações apoiadas na Economia do Mar. No âmbito do presente relatório, a avaliação dos impactos das operações Mar apoiadas pelos FEEI é feita considerando o seu contributo para a persecução dos cinco grandes objetivos da ENM 13-20, para os quais concorreram as diferentes AP, numa correspondência multilateral, em que os efeitos pretendidos em cada AP se alinham com objetivos da ENM 13-20 (Quadro A23). Nesse sentido, o contributo de cada AP para cada um dos cinco objetivos assumiu-se como diferenciado, na intensidade (intenso ou moderado), mas também na causalidade (direto ou indireto), sendo que cada AP contribui para mais que um objetivo e cada objetivo obteve contributos de mais que uma AP.
73. Entre os impactos mais relevantes das operações apoiadas está o do contributo para o objetivo do “reforço da capacidade científica e tecnológica nacional estimulando o desenvolvimento de novas áreas de ação”, consubstanciado no aumento do peso da despesa I&D da Economia do Mar, em linha com aquela que é uma das metas da Estratégia Europa 2020 (2,7% do PIB a nível nacional), no aumento da inovação do tecido empresarial e no aumento do conhecimento e da exploração dos recursos disponíveis⁸.

Durante o período de programação assistiu-se a um reforço da despesa em I&D da Economia do Mar⁹, transversal às diferentes áreas temáticas. Entre 2014 e 2020, a despesa em I&D cresceu 53%, passando de 68 M€ para 104 M€, registando-se um crescimento significativo tanto na área dominante dos recursos alimentares marinhos (+82%, para 40 M€ em 2020), como na área dos recursos do mar profundo (+65%, para 19 M€ em 2020). O aumento da despesa de I&D em termos absolutos traduziu-se num crescimento ligeiro da sua relevância no total nacional (em 0,2 p.p. para 3,2% em 2020). Estima-se que os FEEI tenham contribuído de forma relevante para esta evolução de duas formas, através do financiamento direto de despesa de I&D e pela indução de despesa em I&D nos pós-projetos. No que se refere à despesa em I&D realizada pelo Estado e Instituições do Ensino Superior, que representava em 2020 mais de 80% do total da despesa em I&D na Economia do Mar, o financiamento direto dos FEEI, através da PI 1.1, rondou os 8,1% (43M€) do total da despesa em I&D realizada entre 2014 e 2020, tendo induzido, via investimento elegível, 11,9% (63M€).¹⁰ Já na despesa em I&D, o contributo global dos FEEI revela-se mais difícil de aferir, dado não existirem dados robustos que permitam captar a despesa anual em I&D das empresas apoiadas. Contudo, o crescimento significativo da despesa em I&D nas empresas apoiadas pelos Sistemas de Incentivos (+118% no pós-projeto, de acordo com os resultados do inquérito - Quadro A73), demonstra que estas acompanharam a evolução registada na despesa de I&D empresarial entre 2014 e 2020 (+120%).

74. Para além do contributo para a despesa em I&D a nível empresarial através da PI 1.2 (AP 1.3), os FEEI desempenharam um papel relevante no estímulo de novas áreas de ação na Economia do Mar, através do apoio

⁸ Fonte: SI FEEI, pela análise da tipologia de operações financiadas pelos FEEI

⁹ Fonte: IPCTN - Inquérito ao potencial Científico e Tecnológico Nacional

¹⁰ Valor estimado a partir da despesa média em I&D associada ao investimento elegível dos projetos inquiridos e dos valores de execução das operações mar da PI 1.1.

a projetos exploradores em áreas embrionárias como a biotecnologia marinha (AP 3.2), a dos recursos energéticos (AP 4.2) e dos recursos minerais marinhos (AP 4.1), conforme desenvolvido no Anexo 3.1. Esta aposta em novas utilizações dos recursos disponíveis ocorreu num contexto de crescente consciencialização dos agentes económicos para a necessidade da utilização eficiente e sustentável dos recursos marinhos, transversal aos diferentes domínios da Economia do Mar, sendo esta uma dimensão para a qual se espera que as operações apoiadas contribuam significativamente (65% dos promotores empresariais inquiridos percecionam contributo forte/ muito forte das operações para o uso mais eficiente e sustentável dos recursos do mar (Figura A42), validando o PG III.O.12). Estas áreas, que atualmente ainda não assumem uma relevância significativa na estrutura da Economia do Mar, tendem a ser das mais dinâmicas e com maior potencial económico.

75. No âmbito dos apoios à qualificação e internacionalização das PME, os FEEI apoiaram, até 2020, 13 empresas na área da biotecnologia marinha, que representavam cerca de 15% das empresas que compõem o agrupamento “Novos usos e recursos do mar” da CSM. Por seu turno, entre as operações da AP dos Recursos Energéticos Marinhos destaca-se a operação do cabo submarino ao largo de Viana do Castelo, que permite a ligação do parque eólico flutuante da *Windfloat Atlantic* à rede. Sendo uma infraestrutura de base, servindo até ao momento 3 turbinas em plataformas flutuantes, o investimento assume uma importância fulcral na potenciação das ERO no *mix* energético em Portugal. À data de reporte, de acordo com a informação divulgada pelos promotores, a produção acumulada no parque eólico da *Windfloat Atlantic* ascendia a 131 GWh, o equivalente ao consumo de eletricidade de 100 mil pessoas (58 mil toneladas de CO² evitadas), contribuindo já efetivamente, mesmo que de forma ligeira, para o alcance das metas da Estratégia Europa 2020 para Portugal nos domínios da energia (incremento da % de renováveis na energia consumida e redução das emissões GEE).
76. Os contributos dos FEEI no domínio da inovação e exploração de novos usos, foi acompanhado pelo apoio à investigação e desenvolvimento da capacidade científica nacional. No âmbito da PI 1.1 (AP 1.3), os FEEI apoiaram, até 2020, 328 projetos de investigação nas áreas do mar promovidos por instituições do ensino superior, centros tecnológicos e outras entidades do SCTN, contribuindo também para o reforço da capacidade científica na área do mar por via da intervenção em 30 infraestruturas de investigação, que albergavam cerca de 800 investigadores (ETI) - Anexo 4. No seu agregado, as 364 operações Mar da PI 1.1 abrangeram mais de 4% (77) das unidades de atividade económica do agrupamento dos serviços marítimos da CSM, sendo ainda mais relevante entre o conjunto de unidades ligadas à função conhecimento (ensino superior e I&D).
77. No domínio do reforço do capital humano, e apesar do já identificado desalinhamento entre os apoios dos FEEI e as necessidades do setor ao nível da capacitação dos recursos humanos (ensino não superior), verificou-se também um contributo relevante através do financiamento de bolsas de doutoramento (PI 10.2), sendo que cerca de um terço das bolsas atribuídas a alunos de cursos de doutoramento na área do mar foi financiada pelos FEEI.¹¹ A este contributo acresce ainda as bolsas a alunos carenciados do ensino superior. Não obstante ao contributo dos FEEI, neste período (entre 2013/2014 e 2020/2021) verificou-se, no total, um crescimento significativo no número de inscritos e diplomados em cursos Mar nos diferentes ciclos de ensino superior (em matéria de inscrições, o aumento foi de 26% em licenciaturas, 70% em mestrados e 33% em doutoramentos, em todos os ciclos superior ao crescimento observado para a totalidade dos cursos no ensino superior).¹²
78. Analisando o único objetivo quantitativo dos cinco da ENM 13-20 - incremento em 50% do contributo direto do setor mar para o PIB nacional - verifica-se que no contexto pré-pandémico este já havia sido alcançado. Em 2018, de acordo com os dados da CSM, o VAB da Economia do Mar situava-se nos 7,2 mil milhões de euros, equivalendo a cerca de mais 52% que o VAB em 2013 (4,7 mil milhões de euros). Em termos relativos, este crescimento traduziu-se num maior peso no PIB, que neste período passou de 3,1% para 4,0%. O crescimento do VAB foi transversal aos diferentes agrupamentos da CSM, sendo mais dinâmico no agrupamento das Infraestruturas e obras marítimas (+453%) e mais relevante, em valor, no agrupamento do Recreio, desporto, cultura e turismo (+1,4 mil milhões de euros). A relevância do agrupamento do Recreio, desporto, cultura e turismo (AP 5.1) reflete-se também no comércio com o exterior, onde as exportações dos produtos de alojamento e restauração equivaliam a cerca de 64% do total das exportações da Economia do Mar. O crescimento no agrupamento do turismo e, por conseguinte, do VAB da Economia do Mar, não pode ser dissociado da crescente atratividade de Portugal na década de 2010 enquanto destino turístico a nível mundial, que determinou um forte crescimento na procura turística transversal a todo o território (validando o RG III.O.6).
79. O contributo dos FEEI para o crescimento da Economia do Mar é também evidente nos setores mais tradicionais, onde a ação do FEAMP é mais acentuada, contribuindo para atenuar a perda de competitividade da pesca e indústria do pescado, particularmente associada a uma deterioração da balança comercial da fileira da pesca e da indústria do pescado (sobretudo nos produtos não transformados), potenciada pelas restrições à

¹¹ Estimativa calculada com recurso aos dados da DGEEC e da FCT e da classificação dos cursos-mar a partir da sua denominação.

¹² Fonte: DGEEC

captura ou de constrangimentos estruturais à produção/captura.¹³ Neste cenário, é plausível que a deterioração da posição competitiva se viesse a afigurar mais significativa na ausência dos apoios dos FEEI, que se destinaram a financiar a manutenção do rendimento das frotas com cessação temporária da atividade em virtude das restrições às capturas, intervenção em portos e lotas em prol da melhoria das suas condições de acesso, desembarque e segurança, bem como medidas de comercialização capazes de aumentar as vendas da indústria. Em paralelo à diminuição das capturas de pescado observou-se um aumento da produção aquícola tanto em volume (69% entre 2013 e 2020), como em valor (+132%), passando este segmento a assumir um peso mais relevante na produção total de pescado.¹⁴ Nesta área de atuação os apoios do PO Mar atribuídos no âmbito das medidas de inovação e expansão produtiva chegaram a cerca de 16% das empresas que operam em Portugal.¹⁵ Contudo, em virtude dos reduzidos níveis de execução financeira, as empresas apoiadas representaram apenas 4% da variação registada em volume, não se reconhecendo à data de corte um contributo significativo dos FEEI neste sentido, sem prejuízo do aumento que este possa vir a apresentar com a progressão dos níveis de realização financeira.¹⁶

80. Associado ao crescimento na atividade, registou-se um forte incremento no emprego total e remunerado na Economia do Mar. Recorrendo aos dados da CSM de 2018, verifica-se que entre 2013 e 2017 (último ano disponível), o emprego total e remunerado cresceram cerca de 20% (para mais de 189 mil ETI e 169 mil ETI, respetivamente). Em contraponto à análise do VAB, onde não é possível quantificar o contributo direto dos FEEI no crescimento do VAB da Economia do Mar, ao nível do emprego, através dos valores dos indicadores de realização das operações Mar inseridas nos Sistemas de Incentivos (PI 1.2, 3.1, 3.2, 3.3, 3.4 e 8.8), que apoiaram 890 empresas da Economia do Mar, é possível aferir um contributo relevante para a criação de emprego. Usando como referência os indicadores de programação para as referidas PI, estima-se que os empregos gerados pelas empresas apoiadas pelos SI tenham correspondido a 8% (3.808 postos de trabalho) do emprego líquido gerado na Economia do Mar entre 2013 e 2020 (+46.000 empregos).¹⁷ A evidência do contributo global das operações apoiadas é corroborada pelos resultados a nível micro do inquérito aos promotores empresariais (Quadro A74), onde se observa a criação, em média, de quatro empregos ETI nos projetos dos SI, em especial nos projetos da PI 3.3 (média de 14 empregos ETI). A análise das evidências recolhidas a partir do inquérito também aponta para que o emprego gerado através das operações FEEI apoiadas seja sustentável, dado que mais de 75% projetos inquiridos considera que os empregos gerados tenderão a ser mantidos num horizonte a mais de cinco anos (95% a mais de três anos).
81. Mesmo nas áreas onde os fatores externos (contexto macroeconómico) desempenharam um papel fulcral nos resultados alcançados, é possível identificar um contributo indireto ou de potenciação dos efeitos por parte das operações apoiadas pelos FEEI. As intervenções apoiadas ao nível do património (PI 6.3) e das frentes costeiras/ribeirinhas (PI 6.5) contribuíram para uma maior atratividade destes territórios, potenciando a sua valorização económica e o aumento da visitação e do turismo. O património natural e cultural intervencionado por via das operações Mar apoiadas pelo PT2020 tinha atraído mais 500 mil visitantes até 2020 - Quadro A33, Anexo 4.¹⁸ Por sua vez, as ações apoiadas no âmbito da PI 6.5 tinham conduzido à reabilitação de perto de 56.000 m² em áreas urbanas (Quadro A36, Anexo 4), tendo, de acordo com os *stakeholders* auscultados, contribuído fortemente para redução/eliminação de áreas litorais degradadas e subaproveitadas. Aquele que foi um contributo mais direto das obras públicas para o incremento da atratividade turística, juntou-se o contributo indireto e numa perspetiva de longo-prazo das intervenções em proteção e defesa costeira (PI 5.2), que permitiram reduzir potenciais impactos significativos nas atividades económicas das zonas costeiras decorrentes das alterações climáticas que, não se tendo materializado de forma significativa até à data de reporte, é identificado como um risco relevante no futuro (validando parcialmente RG III.0.7), conforme explicitado no Anexo 3.1.
82. No âmbito dos portos, onde a evolução do comércio internacional é a principal determinante para os resultados alcançados, o contributo dos FEEI também se perspetiva como significativo, ainda que não possa ser avaliado à data de reporte, em particular por força da baixa realização física e financeira da PI 7.1 (Quadro A16 e Quadro A34). Considerando os objetivos das operações na referida PI e na PI 7.3, aliadas à sua relevância e dimensão no contexto nacional, é possível antecipar que estas permitam aumentar o potencial agregado do setor marítimo-

¹³ Fonte: Relatório da Economia do Mar 2021 e Estatísticas da Pesca, INE/DGRM

¹⁴ Fonte: Estatísticas da Pesca, INE/DGRM

¹⁵ Fonte: Sistema de Contas Integradas das Empresas, INE e SI FEEI

¹⁶ A evolução da produção aquícola em valor é respeitante por exclusivo à produção vendida.

¹⁷ Valores do emprego total da Economia do Mar para 2020 foram estimados usando dados dos indicadores de programação das operações mar dos SI e o crescimento do pessoal ao serviço dos setores diretamente ligados ao mar (mais o do alojamento), usando como ponto de referência os valores da CSM 2018 para 2017.

¹⁸ O número de visitantes é um indicador influenciado pela evolução do contexto. Consequentemente, ainda que as intervenções no património possam contribuir de forma positiva para a sua evolução, por via de maior oferta e atratividade, é expectável que, no curto prazo, os resultados sejam influenciados com maior magnitude pela evolução do contexto macro da procura turística.

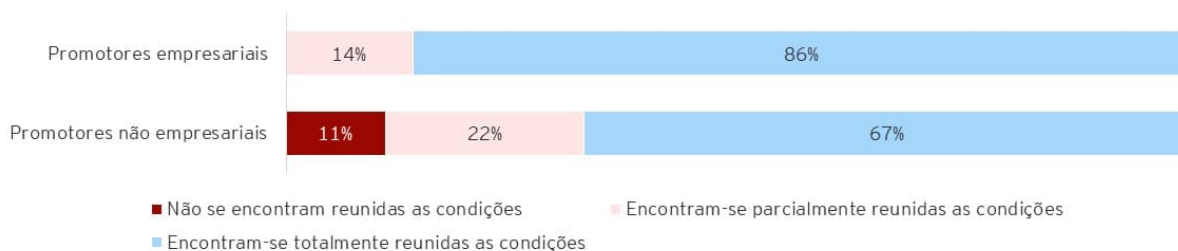
portuário, tanto por via da intervenção ao nível das infraestruturas, como através do investimento efetuado na JUL / JUP II, que assume uma natureza mais holística e se centra na integração das redes de transporte e logística.¹⁹

83. Por fim, o contributo dos FEEI para a concretização do potencial económico, geoestratégico e geopolítico do território marítimo nacional também poderia ocorrer por via do contributo do cumprimento do Bom Estado Ambiental e do reforço da sustentabilidade dos recursos pesqueiros. No que se refere ao contributo dos FEEI para o cumprimento do Bom Estado Ambiental, a sua avaliação é condicionada por não ser possível fazer uma análise à priori do Bom Estado Ambiental da Diretiva Quadro da Estratégia Marinha, que por sua vez é limitada pelas dificuldades de monitorização (e onde se recomenda um enfoque específico dos apoios dos FEEI). Já em relação aos stocks de biomassa, não só existe uma mais efetiva monitorização, como os *stakeholders* auscultados (Anexos 6.1 e 6.2, conforme explicitado no Anexo 3.1) destacam o contributo dos FEEI para o aumento da sustentabilidade dos recursos pesqueiros, em grande medida através dos apoios à cessação temporária da atividade, garantindo de forma indireta a preservação da biomassa de espécies em situação de desequilíbrio, e em menor escala por via das medidas de inovação na pesca. Nesse sentido, aquele que pode ser relevado como determinante para a menor competitividade do setor das capturas nacional no presente, contribui para o incremento da potencial económico do setor no futuro.
84. De forma global as evidências recolhidas (entrevistas, inquérito e EC) apontam para uma sustentabilidade de médio a longo-prazo dos resultados obtidos pelas operações, havendo, contudo, a necessidade de manutenção dos apoios em determinadas áreas, sob pena de reversão dos resultados obtidos (Figura 3, Figura A35, Figura A36, Figura A52 e Figura A53). Cerca de 86% dos promotores empresariais e de 76% dos não empresariais considera que estão reunidas as condições financeiras necessárias à sustentabilidade dos projetos. No que respeita à persistência dos efeitos dos projetos no tempo, 83% dos inquiridos empresariais e 79% dos não empresariais, considera que os resultados se manterão para além dos três anos após conclusão dos projetos. Em relação aos fatores críticos para a sustentabilidade dos projetos, identifica-se um conjunto de áreas onde haverá a necessidade de manter os apoios concedidos de forma contínua, nomeadamente, as áreas da ciência, da monitorização do bom estado ambiental do meio marinho, mas também das obras marítimas, que tendem a assumir um carácter regular, em função da erosão das faixas costeiras e das alterações climáticas. De igual forma, aquilo que poderão ser os resultados/impactos obtidos pelos apoios à cessação temporária de atividade das frotas em situação de desequilíbrio ao nível da recuperação da biomassa apenas serão sustentáveis caso se continuem a adotar medidas de preservação das espécies ao mesmo tempo que se assegura a manutenção do rendimento dos agentes ligados às capturas.

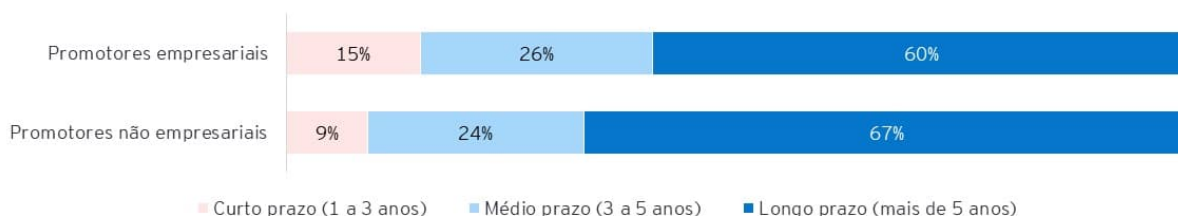
Figura 3. Perspetivas de sustentabilidade financeira dos projetos e seus efeitos

Unidade de medida: % de promotores, ponderado por investimento elegível

Reunião das condições necessárias à sustentabilidade financeira:



Persistência temporal dos efeitos produzidos pelo projeto:



Fonte: Equipa de avaliação, com base nos dados do inquérito a entidades empresariais (n=217) e não empresariais (n=196)

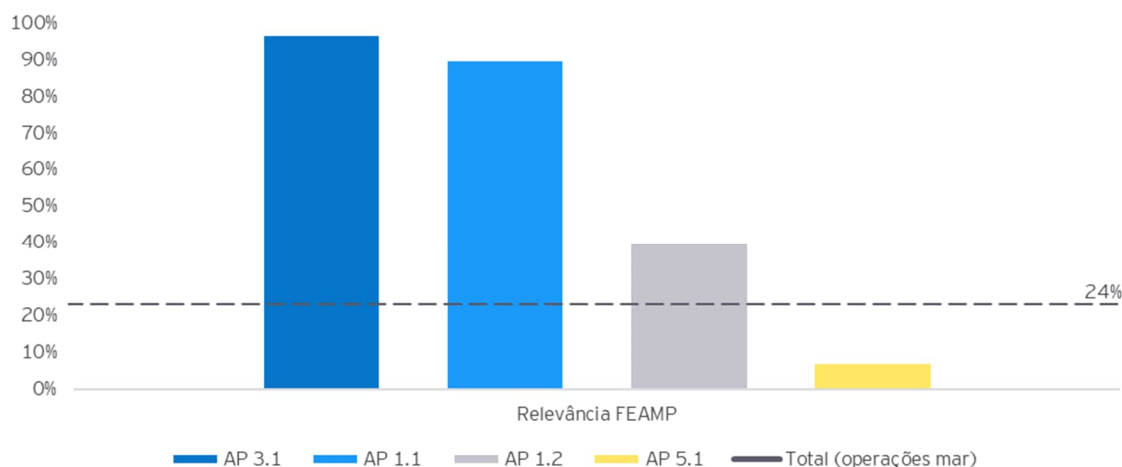
¹⁹ Fonte: Memória descritiva do projeto e estudo de caso (Anexo 7)

O Contributo do FEAMP para a alteração do contexto

O FEAMP apoiou cerca de 72% das operações Mar (correspondentes a 24% do financiamento), sendo, contudo, concentrado nas AP associadas aos setores nucleares do Mar (3.1 – Pescas, Indústria do Pescado e Aquicultura) e nas do eixo de suporte (1.1 – Administração, Pensamento e Ação Estratégica, Identidade e Cultura e 1.2 – Proteção e Salvaguarda).

85. A nível global o FEAMP, através do PO Mar, assumiu-se como o principal financiador das operações Mar ao nível dos FEEI, sendo responsável por cerca de 72% das operações e 24% do financiamento (Quadro A11). Em linha com as prioridades do PO, os apoios concentraram-se em quatro AP (Figura 4): AP 3.1 Pescas, Indústria do Pescado, Aquicultura (79% do financiamento atribuído pelo FEAMP), AP 1.1 - Administração, pensamento e ação estratégica, identidade e cultura (13%) e 1.2. – Proteção e Salvaguarda (1%) do domínio da Governação e AP 5.1 Recreio, desporto e turismo (7%). Consequentemente, o FEAMP assegurou uma parte relevante do financiamento destas AP, correspondente a 97% do financiamento atribuído no âmbito da AP 3.1, 90% na AP 1.1, 40% na AP 1.2 e 7% na AP 5.1 (Figura 4).

Figura 4. Relevância do FEAMP no total de financiamento



Fonte: Equipa de avaliação, com base em dados dos SI PT2020 e dos PO

86. Na AP 3.1, que concentra três setores tradicionais do mar – Pescas, Indústria do Pescado e Aquicultura - o PO Mar representava, à data de reporte, a quase totalidade dos apoios dos FEEI (97%), mesmo quando excluídos os apoios às cessações de atividade e às RUP (96% sem esses apoios). Esses incentivos, consubstanciados nos Eixos Prioritários 1 (capturas), 2 (aquicultura) e 5 (comercialização e transformação do pescado) abrangeram uma multiplicidade de dimensões, cobrindo tanto o investimento ao nível de imobilizado (e.g. eficiência energética, expansão de atividade, modernização de infraestruturas e equipamentos), como investimentos em inovação (e.g. transferência de conhecimento, inovação de produtos), internacionalização, medidas de bem-estar animal e saúde pública (na aquicultura) e os já mencionados apoios ao rendimento e/ou manutenção na atividade. No âmbito desta AP, e tendo em consideração a delimitação estabelecida pelo Acordo de Parceria do Portugal 2020, os apoios atribuídos no âmbito do FEDER e FSE foram circunscritos aos apoios no âmbito da internacionalização e investimentos produtivos na indústria da transformação do pescado.
87. Em paralelo ao contributo ao nível dos promotores empresariais ligados aos setores mais tradicionais da Economia do Mar, o FEAMP também se revelou crucial no financiamento das AP do eixo de suporte da Governação, onde os apoios tendem a ser direcionados a entidades da Administração Pública. No âmbito da AP 1.1, o FEAMP assegurou 90% do financiamento concedido, através dos eixos prioritários 3 (dinamização da PCP) e 6 (fomento da execução da VMI). No entanto, os apoios concedidos centraram-se em apenas duas das três componentes da AP, nomeadamente a Administração (EP3) e Pensamento e Ação Estratégica (EP6), onde se incluem as operações do SEAMInd. Nesta AP, a complementaridade com outros fundos observou-se na área da Administração, onde se enquadram os apoios do PO CI para a modernização (FEDER) e capacitação (FSE) das entidades das Administrações Públicas ligadas à Economia do Mar. Em contraste, encontra-se a componente de Identidade e Cultura, dado que à data de reporte não existam operações que contribuíssem de forma direta para os objetivos desta componente. No âmbito da AP 1.2, o contributo do FEAMP foi menor, decorrendo dos apoios concedidos ao abrigo do EP6 referentes à monitorização de embarcações e vigilância marítima.
88. Os apoios do FEAMP no âmbito da AP 5.1 do Recreio, Desporto e Turismo assumiram menor relevância face às outras AP, representando apenas 7% do financiamento, que foi direcionado para a ajuda às comunidades

costeiras para diversificarem as suas economias e criarem emprego, por via da atuação dos GAL costeiros. O FEAMP apoiou a implementação dos GAL costeiros, bem como parte das operações de agentes locais por eles promovidas, em articulação com os PO Regionais. No total, à data de reporte, o FEAMP tinha apoiado através do EP4 a atuação de 12 GAL costeiros e 204 operações de execução de estratégias de desenvolvimento local (representando cerca de 16 M€ em financiamento comunitário para um total de 26 M€ em investimento elegível).

O FEAMP desempenhou um papel relevante na modernização dos portos de desembarque, contribuindo para uma melhoria da segurança e eficiência energética. O FEAMP contribui também de forma relevante para a salvaguarda de rendimento e manutenção na atividade das frotas em situação de desequilíbrio, por via das compensações por cessações temporárias de atividade. No entanto, o contributo para a modernização da frota pesqueira nacional foi ténue (apenas 2% da frota) por força de um maior desalinhamento entre os instrumentos de apoio e as necessidades dos armadores.

89. Em linha com a delimitação da intervenção do FEAMP, o contributo das operações apoiadas pelo FEAMP tende a ser estreito/focalizado - uma vez que se concentra nos segmentos das pescas, aquicultura e indústria do pescado - mas aprofundado, dado cobrir diferentes dimensões destas atividades. No âmbito das capturas, os apoios concedidos aos armadores visando a modernização de motores e das embarcações, que no seu agregado abrangeram cerca de 160, representam uma intervenção no equivalente a 2% da frota nacional²⁰, contribuído para a redução dos consumos e emissões decorrentes das atividades pesqueiras. Na componente ambiental, o contributo do FEAMP para a sustentabilidade dos recursos marinhos ocorreu de forma direta, por via dos apoios concedidos no âmbito das cessações temporárias, que assegurou a manutenção na atividade dos pescadores num contexto de restrições às capturas (visando a recuperação de stocks de biomassa). Apesar de não existirem valores à data de reporte para o indicador de resultado relativo às frotas em situação de desequilíbrio, a evidência recolhida junto dos *stakeholders* é de que os apoios assumiram significativa relevância na recuperação dos stocks e na manutenção da atividade da generalidade dos pescadores em determinadas artes, como a do cerco. No entanto, em virtude das restrições impostas às capturas de determinadas espécies, associadas a uma frota envelhecida e pouco competitiva, observou-se uma progressiva diminuição do volume de capturas em águas nacionais, mais acentuada que o programado (-44.131t até 2020, face a -10.000t de meta, Quadro A29). A perda de competitividade do segmento das capturas ao longo dos últimos anos refletiu-se também ao nível da Balança Comercial da Fileira da Pesca, onde Portugal apresentou défices de forma consistente (-1.890 M€ em 2020²¹). Neste sentido, os investimentos em portos e lotas (medida com maior volume de investimento associado no EP1) apresentam o potencial de compensar, no seu cômputo global, parte da perda de competitividade do setor, ao contribuírem para reforçar a segurança alimentar (75% dos beneficiários não empresariais inquiridos consideram que estes projetos contribuíram/contribuíram bastante para o reforço das condições de segurança destas infraestruturas, Figura A14), sendo este um fator relevante para a qualidade do produto e para a confiança dos consumidores no mesmo.
90. A diminuição do volume de capturas ocorreu não só em termos absolutos, como também em termos relativos, por comparação com a produção aquícola, cuja relevância na produção total de pescado tem vindo a aumentar (24% entre 2013 e 2019²²), potenciada pelo crescimento da produção nacional de peixes marinhos, crustáceos e moluscos em regime de aquicultura. Ainda que os projetos apoiados para investimento produtivo em aquicultura revelem uma adesão dos operadores aos apoios acima das expectativas iniciais, apenas 4%²³ do aumento da produção aquícola é atribuível aos apoios concedidos, revelando um contributo diminuto destes instrumentos para a alteração do contexto. Contudo, sendo esta magnitude de contributo potenciada pela reduzida realização financeira que caracteriza a generalidade das operações apoiadas, é plausível que o contributo se venha a afigurar mais significativo com o aprofundamento da implementação das operações.
91. Relativamente à indústria do pescado, os beneficiários empresariais inquiridos revelam um contributo positivo dos projetos apoiados para a melhoria do desempenho da empresa em matéria de VAB (+33% em ano cruzeiro, dos quais 45% por via do projeto), exportações (+21% em ano cruzeiro, dos quais 32% pelo projeto) e emprego (criando, em média, 13 postos de trabalho por projeto) (Quadro A71 e Quadro A72). Estes resultados são também acompanhados da perspetiva de cumprimento dos resultados contratualizados ao nível do PO, no que se refere ao volume de primeiras vendas de OP e não-OP, para as quais contribuem as medidas de comercialização apoiadas.
92. Apesar do contributo positivo destas variáveis para a competitividade do setor, a sua posição competitiva global deteriorou-se em resultado dos desafios que a escassez de matéria-prima coloca em alguns segmentos de produção, potenciando as importações e contribuindo para a diminuição da balança comercial, não tendo o

²⁰ Fonte: dados SI FEEI e Estatísticas da Pesca 2020, INE.

²¹ Fonte: Relatório da Economia do Mar, INE e DGPM.

²² Fonte: Estatísticas da Pesca 2013-2020, INE.

²³ Fonte: dados SI FEEI e Estatísticas da Pesca 2013-2020, INE.

contributo dos apoios sido suficiente para inverter esta tendência. A atual conjuntura energética e a crescente necessidade de certificação da matéria-prima assumem-se ainda enquanto riscos adicionais à competitividade da indústria.

93. Considerando as restantes AP nas quais o FEAMP assume maior relevância no financiamento de operações, as AP 1.1 e AP 1.2 destacam-se enquanto AP do eixo de suporte da ENM 13-20, pelo que o seu contributo para a alteração de contexto se manifesta de forma indireta, através da efetiva execução da PCP e PMI. Desse modo, o contributo potencial dos apoios do FEAMP decorrerá do apetrechamento das autoridades e entidades do Mar, bem como do apoio na melhoria do conhecimento do meio marinho, sendo expectável que este apenas venha a apresentar uma magnitude relevante no futuro, com o aprofundamento da implementação das operações enquadradas no EP 3 e EP6, que apresentam ainda uma reduzida taxa de realização financeira.

O contributo dos GAL para a diversificação das economias costeiras e criação de emprego foi diminuto e diferenciado ao nível do território.

94. No que se refere ao apoio na diversificação das economias das comunidades costeiras e na criação de emprego, o contributo do FEAMP, por via da atuação dos GAL costeiros, foi diminuto e heterogéneo. Até 2020, de acordo com os indicadores de programação, as operações do EP4 do PO Mar tinham-se traduzido na criação de 41 empregos (ETC) e na manutenção de 114, encontrando-se bastante aquém das metas definidas para 2023, situação para a qual contribuíram constrangimentos burocráticos, administrativos e conjunturais (Quadro A33). Adicionalmente, os projetos apoiados apresentam, em média, uma dimensão insuficiente para produzir alterações de contexto, pelo menos no curto prazo. É, contudo, reconhecível que, assumindo-se como base de trabalho para futuras iniciativas, estes projetos poderão contribuir para futuras alterações de contexto com maior densidade. Adicionalmente, importa também reconhecer que os efeitos produzidos revelam uma heterogeneidade influenciada pela proximidade do acompanhamento que os GAL fazem do território e do conhecimento que detêm em relação a este, bem como pelo nível de desenvolvimento dos territórios.

Relevância das estratégias de especialização inteligente (RIS3) nacional (ENEI) e regionais (EREI)

As operações Mar alinhadas com as estratégias de especialização inteligente nacional (ENEI) e/ou regionais (EREI) representam 99,6% do total das operações Mar passíveis de alinhamento, quase 50% do investimento elegível total aprovado e 44% do fundo aprovado. As AP 1.3 Educação, Ciência e Tecnologia e 5.1 Recreio, Desporto e Turismo concentram a maioria das operações alinhadas (90%).

95. O alinhamento das operações com as estratégias de especialização inteligente nacional e/ou regionais constitui condição de elegibilidade na concretização dos investimentos do Portugal 2020, em particular nos instrumentos enquadrados nas PI 1.1 e 1.2, e.g. no caso dos apoios à Investigação Científica e Tecnológica, Desenvolvimento Tecnológico e I&D empresarial, bem como condição de majoração na análise de mérito noutros casos, como no âmbito dos sistemas de incentivos ao empreendedorismo e competitividade das PME.
96. Do total de operações Mar apoiadas (6.779), 23% estão alinhadas com a ENEI e/ou EREI²⁴, salientando que estas representam 99,6% do total de operações que deviam ter algum tipo de alinhamento, quer por questões de elegibilidade, quer por questões de majoração nos AAC lançados. As operações alinhadas com a RIS3 (ENEI e/ou EREI) representam quase 50% do investimento elegível total aprovado e 44% do fundo aprovado (Quadro 4).
97. Nesta base, apenas 33% dos projetos alinhados com as estratégias de especialização inteligente foram apoiados por instrumentos onde esse alinhamento era critério de elegibilidade/condição de acesso (ou seja, alinhamento obrigatório), com base no AAC em que foram apoiados.²⁵ Por outro lado, a maioria das operações com alinhamento não se enquadram em instrumentos onde se regista essa obrigatoriedade por questões de elegibilidade, ou seja, cerca de 67% das operações com alinhamento com os domínios da RIS3 (ENEI e/ou EREI) tinham potencial para concretizarem esse alinhamento (i.e., não era condição obrigatória nos respetivos concursos como é o caso dos sistemas de incentivos - SI).
98. Destacam-se as AP 1.3 Educação, Ciência e Tecnologia e AP 5.1 Recreio, Desporto e Turismo com o maior número de projetos classificados como alinhados com as prioridades da RIS3 (ENEI e/ou EREI), respetivamente 37% e 53% do total. Os restantes 10% distribuem-se de forma uniforme pelas restantes AP.
99. Note-se que o total das operações alinhadas das AP 1.3 e 5.1 representam 43% do investimento elegível total aprovado (17% AP 1.3 e 26% AP 5.1) e 39% do fundo aprovado (18% AP 1.3 e 21% AP 5.1). No caso da AP 1.3, as operações alinhadas com a RIS3 (ENEI e/ou EREI) representam 91% do total das operações desta AP. Destas

²⁴ De notar que em cerca de 76% das operações não se aplica a necessidade de alinhamento com a ENEI e/ou EREI/RIS3 e para 0,6% das operações não existe informação disponível.

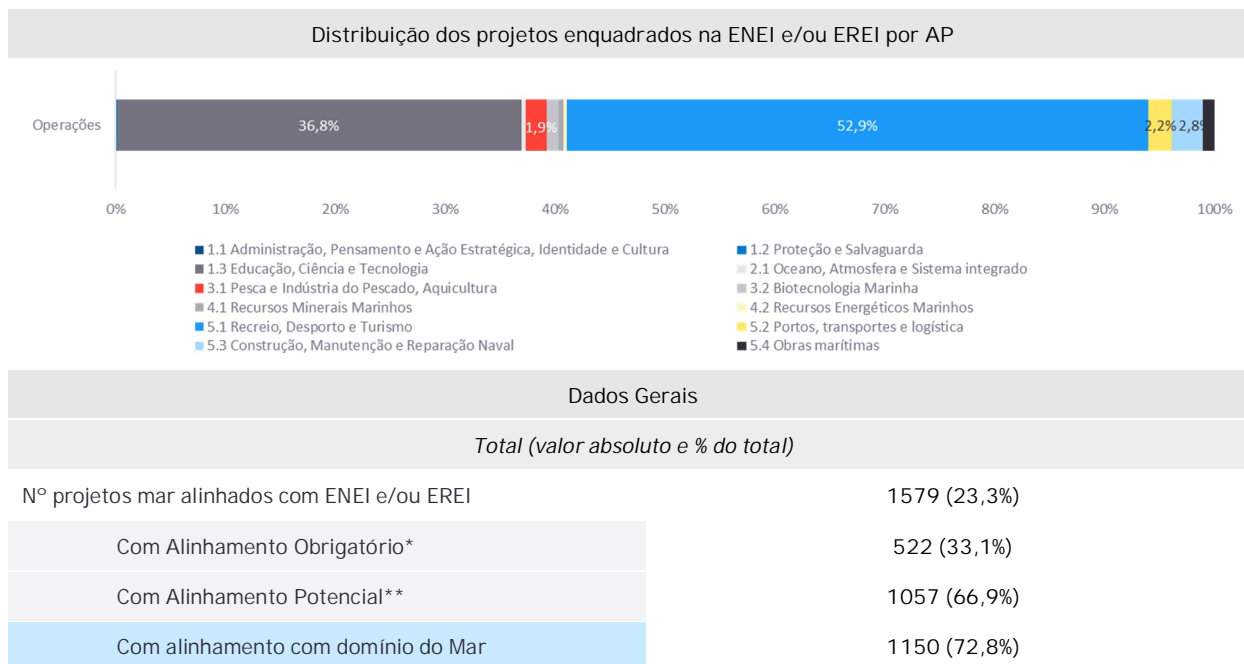
²⁵ Por exemplo, Sistema de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica (SAICT), Projetos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico (IC&DT); Cursos TeSP.

operações com alinhamento, cerca de 90% apresentam alinhamento devido a condições de elegibilidade presentes nos respetivos concursos (questão de obrigatoriedade). Já no caso das operações da AP 5.1, as operações alinhadas com a RIS3 (ENEI e/ou EREI) representam 73% do total das operações desta AP e destas, 99,6% apresentam alinhamento devido a questões de majoração (critérios de mérito e seleção) nos respetivos instrumentos de apoio.

Do total de operações Mar com algum alinhamento com as estratégias de especialização inteligente nacional e/ou regionais, a maioria (73%) encontra-se alinhada com o domínio do Mar e metade destas enquadram-se em alojamento turístico e I&D. Por outro lado, realçam-se 27% das operações que não se encontram alinhadas com o domínio do Mar, sendo projetos mais focados nas áreas da “Água e Ambiente”, “Agroalimentar”, “Turismo”, “Saúde” e “Tecnologias de Informação e Comunicação” (domínios ENEI).

100. Quer no caso da ENEI como das EREI, existe um domínio temático específico relacionado com a Economia do Mar. No entanto, apesar deste domínio ser uma aposta transversal à ENEI “Economia do Mar” e à generalidade das EREI - Norte: “Recursos do Mar e Economia”; Centro: “Mar” ; Lisboa: “Prospecção e valorização de recursos marinhos”; Algarve: “Mar, pescas e aquacultura ”; Açores: “Pesca e Mar”; Madeira: “Recursos e Tecnologias do Mar” -, revelou, conforme consta do Primeiro Relatório Periódico de Monitorização e Avaliação da ENEI, uma procura limitada, com evidente falta de dinâmica na obtenção de apoios, quando comparado com outros domínios, situação que merece reflexão uma vez que se trata de um domínio estratégico a longo prazo para Portugal.²⁶
101. Verifica-se que dos projetos alinhados com a RIS3 (ENEI e/ou EREI), cerca de 27% não se encontram alinhados com o domínio do Mar, sendo a maioria destes projetos apoiados nas tipologias SI Qualificação e internacionalização das PME - Projeto individual (34%), Desenvolvimento socioeconómico de base local (23%) e SI Inovação empresarial e empreendedorismo - Inovação Produtiva PME (13%). As atividades destes projetos inserem-se sobretudo nos setores da Hotelaria e Restauração (48%) e dos Serviços Empresariais (25%). Estes projetos enquadram-se essencialmente nos domínios da ENEI “Água e Ambiente”, “Agroalimentar”, “Saúde” e “Tecnologias de Informação e Comunicação” (Quadro 4).
102. Dos projetos que se enquadram em domínios associados ao Mar da RIS3 (ENEI e/ou EREI), i.e. os restantes 73% dos projetos alinhados, a maioria são projetos de investimento em atividades relacionadas com os setores dos Serviços Empresariais e da Hotelaria e Restauração, mais particularmente nas áreas “outra investigação e desenvolvimento das ciências físicas e naturais” (16%), “Alojamento mobilidade para turistas” (13%), “Turismo no espaço rural” (8%), “Hotéis com restaurante” (7%), “Ensino Superior” (4%) e “Investigação e desenvolvimento em biotecnologia” (4%) (Quadro 4).

Quadro 4. Análise sintética dos projetos de todas as AP com alinhamento com as RIS3 (ENEI e/ou EREI)



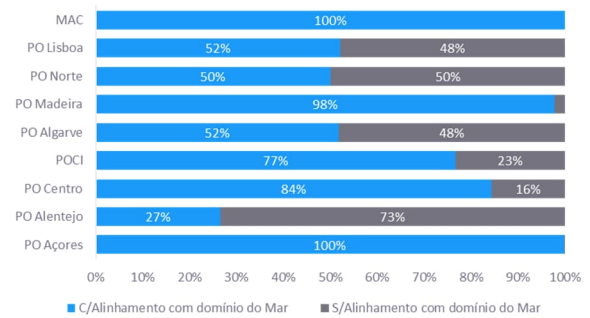
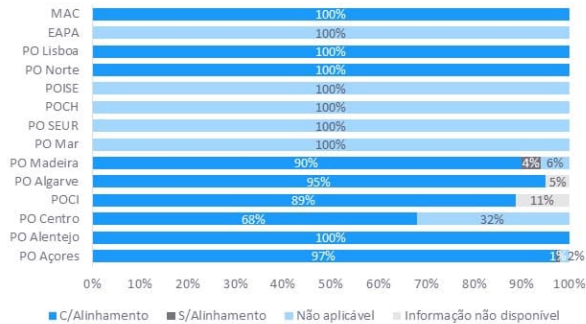
²⁶ Primeiro Relatório Periódico de Monitorização e Avaliação da ENEI, ANI, fevereiro 2019.

Total (valor absoluto em milhares de € e % do total)

| | | |
|---|-----------------------------|-------------------|
| | Investimento Elegível | 1 076 297 (48,9%) |
| Financiamento dos projetos alinhados com ENEI e/ou EREI | Incentivo | 618 331 (44,4%) |
| | Dimensão Média do Incentivo | 392 |

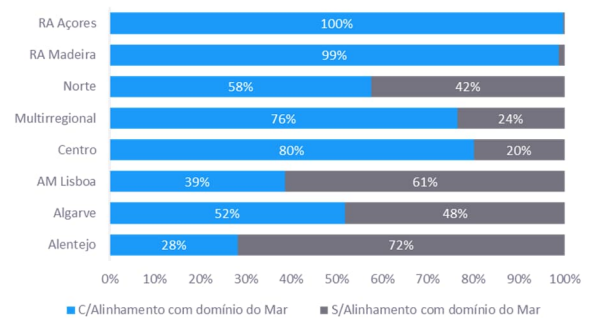
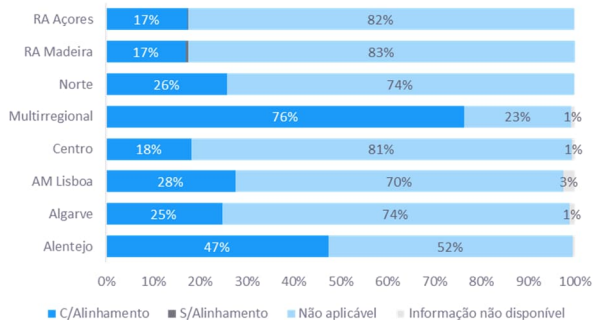
Peso dos projetos alinhados com RIS3 (ENEI e/ou EREI) no total dos projetos mar apoiados nos PO

Peso dos projetos alinhados com domínios do mar da RIS3 (ENEI e/ou EREI) no total dos projetos alinhados apoiados nos PO

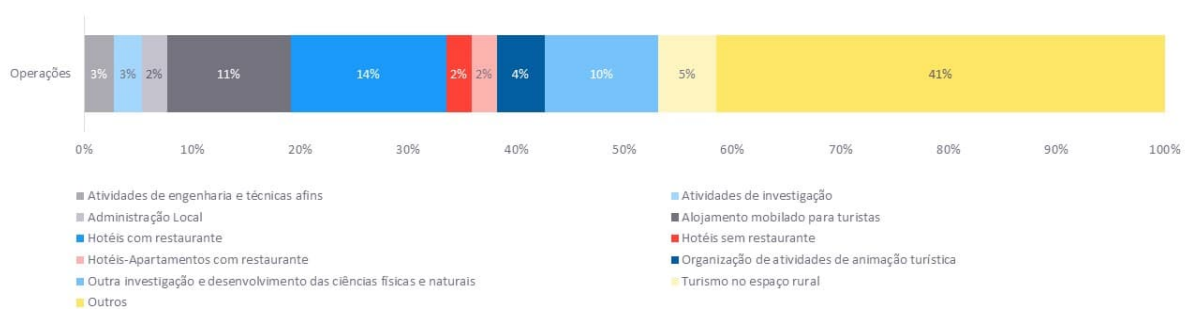


Peso dos projetos alinhados com RIS3 (ENEI e/ou EREI) no total dos projetos mar apoiados nas regiões NUTS II

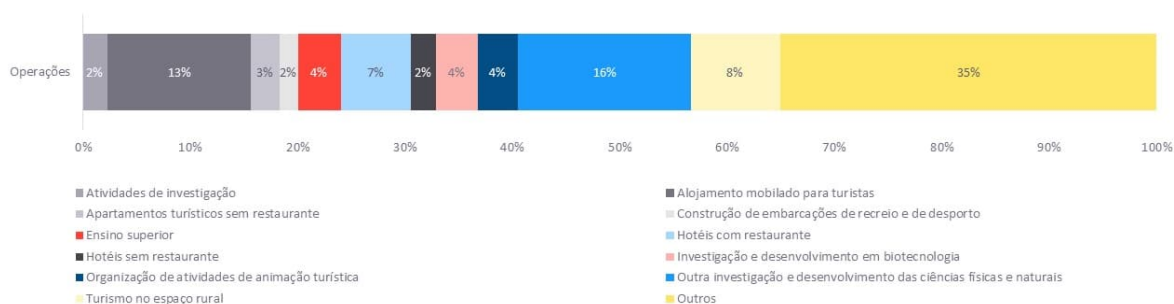
Peso dos projetos alinhados com domínios do mar da RIS3 (ENEI e/ou EREI) no total dos projetos alinhados apoiados nas regiões NUTS II



Setores de atividade dos projetos mar alinhados com domínios não associados ao mar da RIS3 (ENEI e/ou EREI)



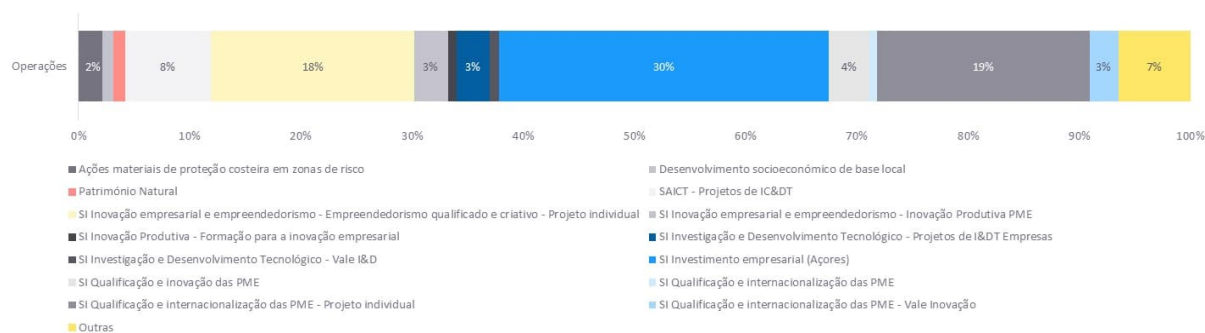
Setores de atividade dos projetos mar alinhados com domínios associados ao mar da RIS3 (ENEI e/ou EREI)



Tipologias de operação dos projetos mar alinhados com domínios não associados ao mar da RIS3 (ENEI e/ou EREI)



Tipologias de operação dos projetos mar alinhados com domínios associados ao mar da RIS3 (ENEI e/ou EREI)



*O alinhamento com a RIS3 (ENEI e/ou EREI) é uma condição de elegibilidade/acesso.

**O alinhamento com a RIS3 (ENEI e/ou EREI) não é uma condição obrigatória, podendo ser uma questão de majoração (e.g. nos critérios de seleção

103. No que se refere à tipologia de operação, salienta-se que cerca de 30% destes projetos são apoiadas pelo SI Investimento empresarial (Açores), 19% pelo SI Qualificação e internacionalização das PME - Projeto individual e 18% pelo SI Inovação empresarial e empreendedorismo - Empreendedorismo qualificado e criativo - Projeto individual.

De entre os Programas com PI suscetíveis de alinhamento RIS3 (ENEI e/ou EREI), apenas as operações do PO Açores e do MAC registam um alinhamento total com o domínio do Mar. Já ao nível geográfico, nas regiões AM Lisboa e do Alentejo, mais de 50% das operações alinhadas contribuem para outros domínios estratégicos que não do Mar. De salientar que os promotores líderes das operações alinhadas com o domínio do Mar são da área do turismo, já os parceiros enquadram-se no segmento da I&D.

104. Numa análise por Programa, observa-se que a generalidade das operações apoiadas por cada PO está alinhada com a RIS3 (ENEI e/ou EREI), exceto no caso dos apoios do PC EA, PO ISE, PO CH, PO SEUR e PO Mar nos quais o alinhamento é considerado "não aplicável". O PO Açores e o PO CI são os programas onde se regista uma maior concentração de projetos alinhados com a RIS3 (31% e 15%, respetivamente). Da análise das operações alinhadas

por PO, verifica-se que apenas os projetos apoiados pelo MAC e pelo PO Açores se alinham na totalidade com o domínio do Mar ao passo que os restantes Programas Operacionais apresentam um peso significativo de operações sem alinhamento com o Mar no universo das operações alinhadas com qualquer domínio de especialização.

105. Dada a distribuição dos projetos por PO, a maior concentração das operações alinhadas com os domínios RIS3 (ENEI e/ou EREI) regista-se em investimentos a realizar na Região Autónoma dos Açores (31%) e na região Norte (17%). De ressaltar que na Região Autónoma dos Açores todas as operações com algum tipo de alinhamento encontram-se alinhadas com o Mar, observando-se um cenário semelhante na Região Autónoma da Madeira (99% das operações alinhadas com a RIS3 enquadram-se no domínio do Mar). Por outro lado, nas regiões AM Lisboa e do Alentejo, mais de 50% das operações alinhadas contribuem para outros domínios estratégicos que não do Mar.
106. No que se refere à natureza dos promotores líderes das várias operações alinhadas com os domínios Mar no âmbito da RIS3 (ENEI e/ou EREI), destacam-se em particular: “Outros locais de alojamento de curta duração” (21%), “Estabelecimentos hoteleiros com restaurante” (14%) e “Parques de campismo e de caravanismo” (14%).
107. Do lado dos parceiros envolvidos nas operações alinhadas com a temática do Mar da RIS3 (ENEI e/ou EREI), cerca de 29% destes desenvolvem “outra investigação e desenvolvimento das ciências físicas e naturais” e cerca de 25% são entidades do Ensino Superior. Por consequência, as CAE mais frequentes dos parceiros estão associadas a atividades de I&D sobre o tema do Mar, dado que estamos perante setores ligados à investigação e desenvolvimento científico e tecnológico (academia).

Apesar da Economia da Mar ter sido definida, na generalidade das estratégias de especialização inteligente nacional e regionais, como um domínio temático estratégico de longo prazo para o qual importava garantir e estimular o respetivo enquadramento/alinhamento das operações classificadas como Mar, este não se tem verificado totalmente, registando-se alguma falta de dinâmica e foco não só na organização da oferta como no estímulo da procura neste domínio.

108. Do processo de auscultação (Anexos 6.1 e 6.2) e da análise dos documentos complementares fica claro que apesar do esforço inicial de concertação e alinhamento dos domínios temáticos entre as várias EREI e a ENEI, bem como o trabalho prévio de levantamento das necessidades de investimento dentro de cada domínio temático, o domínio do Mar não só não regista a procura desejada no âmbito do contributo dos apoios FEEI para a ENM, como foi transmitido pelos vários interlocutores o entendimento inicial assinalado no primeiro relatório periódico de monitorização da ENEI de que “apesar de ser uma aposta transversal a todas as EREI e ENEI, este domínio revela (...) falta de dinâmica na obtenção de apoios, quando comparado com outros domínios”, não estando essa procura a ser periodicamente monitorizada nem promovida “em função de oportunidades suscitadas pelos domínios prioritários ENEI/EREI e pelas condições de variedade relacionada que interessaria estimular”.^{27, 28}
109. Adicionalmente, foi levantada a preocupação em sede de FG “Desenvolvimento científico/tecnológico, inovação e transferência de conhecimento” da existência de uma dificuldade por parte das AG na correta avaliação do enquadramento dos projetos nos respetivos domínios temáticos das EREI e ENEI, ficando muitos projetos com atividades ligadas ao Mar associados a outros domínios temáticos de especialização, o que pode desvirtuar não só o foco dos projetos apoiados como os processos de monitorização e avaliação dos seus resultados.
110. Tratando-se de uma área estratégica para Portugal e de um domínio emergente, a criação e expansão da Economia do Mar deve ter por parte da gestão dos FEEI uma governança da RIS3 (ENEI/EREI) mais integrada, com dinâmicas específicas de estímulo à procura que potenciem o acesso aos vários tipos de Fundos disponíveis de forma articulada, ajudando-os a enquadrar de forma correta os seus projetos nos apoios existentes bem como mais inovadora nos instrumentos que cria para dinamizar essa mesma procura.
111. Importa salientar a importância que os modelos de governação das RIS3 vão representar no novo período de programação 2021-27, designadamente na dinamização de processos de descoberta empreendedora visando a definição de prioridades de investimento nos domínios da I&D, inovação e competitividade de empresas. Para este efeito, terá particular relevância o novo instrumento de política OE 1.4 “Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo”, nomeadamente, na implementação de

²⁷ (i) Primeiro Relatório Periódico de Monitorização e Avaliação da ENEI, ANI, fevereiro 2019; (ii) Avaliação da Implementação das Estratégias Nacional e Regionais de Investigação para uma Especialização Inteligente (RIS3): Rede, Realizações e Resultados Esperados, AD&C, 22 de novembro de 2019

²⁸ (i) Primeiro Relatório Periódico de Monitorização e Avaliação da ENEI, ANI, fevereiro 2019; (ii) Avaliação da Implementação das Estratégias Nacional e Regionais de Investigação para uma Especialização Inteligente (RIS3): Rede, Realizações e Resultados Esperados, AD&C, 22 de novembro de 2019

lógicas mais pró-ativas da gestão de dinamização e qualificação da procura de incentivos nos domínios de especialização inteligente, como é o caso da Economia do Mar.

Cluster do Mar Português

A performance do Cluster do Mar Português enquanto Estratégia de Eficiência Coletiva tem sido bastante positiva, assente no papel ativo do Fórum Oceano, que potenciou a inserção do Cluster em redes de cooperação (nacionais, europeias e internacionais) e parcerias entre intervenientes da Economia do Mar. Despoletaram-se, assim, sinergias de valor acrescentado entre diversos atores e o efeito de demonstração e arrastamento dos efeitos das operações dinamizadas no tecido empresarial das regiões (e do país).

112. O “Cluster do Mar Português”, cluster de competitividade reconhecido pelo IAPMEI (Agência para a Competitividade e Inovação) no âmbito do programa Interface e dinamizado pelo Fórum Oceano – Associação da Economia do Mar e seus associados pretende reforçar dinâmicas de cooperação estratégica entre diferentes atores (empresas, centros de IDT, organismos da Administração Pública e outras associações) e promover a competitividade das principais cadeias de valor que utilizam o Mar e os recursos marinhos como elementos centrais da sua atividade, de forma a contribuir, de modo sustentável, para o crescimento económico, para a internacionalização, para o emprego e para aumentar a importância relativa da Economia do Mar na economia nacional. O Cluster do Mar assumiu, nomeadamente, os seguintes objetivos: aumentar o valor acrescentado e o volume de negócios dos setores consolidados da Economia do Mar; promover o desenvolvimento das atividades emergentes; aumentar a penetração em mercados internacionais e atrair investimento (ver Estudo de Caso no Anexo 7).
113. De forma geral, os projetos dinamizados pelo Cluster visam suportar e acelerar o alcance dos objetivos do Cluster, no quadro do Pacto Setorial para a Competitividade e Internacionalização, em termos de promoção da competitividade do setor da Economia do Mar e o reforço da sua capacidade de resposta aos desafios atuais, através da definição de um conjunto de medidas e ações estratégicas, entre as quais se incluem iniciativas em áreas como a Indústria 4.0, a capacitação de recursos humanos, a consolidação dos fatores de atratividade externa, a internacionalização e promoção da investigação e desenvolvimento, tendo presente os objetivos comuns do Pacto de: i) desenvolvimento de uma Economia Circular e ii) uma eficaz transição energética e ecológica, através da melhoria da envolvente regulamentar e legal das empresas.
114. O Cluster do Mar Português implementou 8 projetos apoiados no âmbito do PT2020 e do Espaço Atlântico (código EAPA), que se focam na i) promoção da internacionalização, ii) redes e outras formas de parceria e cooperação, iii) partilha de conhecimento/sinergias entre entidades do SCTN e o tecido empresarial que culminem também na partilha de resultados de inovação que facilitem o surgimento de novos produtos, serviços e processos, iv) promoção de um melhor conhecimento dos desafios sociais na Região Atlântica e na v) a exploração e proteção das águas marinhas e costeiras.
115. As operações promovidas foram apoiadas por instrumentos de escala regional, nacional e europeia de gestão dos FEEL, respetivamente pelo POR Norte, pelo PO CI e pelo INTERREG Atlântico, que despoletaram a captação, por parte do Cluster do Mar, de oportunidades geradoras do reforço e consolidação da rede e da sua internacionalização, assim como da própria afirmação do Fórum Oceano a nível nacional. Além disso, a sua participação em avisos de concurso na vertente de ações coletivas, como é o caso, em particular, da operação IREN - Internacionalização da Rede de Estações Náuticas de Portugal – candidatura ao SIAC Internacionalização, interliga-se diretamente à sua lógica de intervenção ao nível da eficiência coletiva. As *calls* do Espaço Atlântico permitiram consolidar e desenvolver as redes de cooperação do Cluster e de alguns dos seus associados com outras instituições congéneres europeias. Neste sentido, consistiram na consolidação da presença do Fórum Oceano e dos seus associados nas redes internacionais, através de iniciativas e ações em linha com os objetivos de internacionalização do Cluster.
116. As 8 operações dinamizadas pelo Cluster registam, de forma agregada, um investimento total elegível aprovado de 1,6 M€ e uma taxa média de realização financeira de cerca de 73%, observando o cumprimento da generalidade dos seus objetivos e metas e estando a contribuir, no cômputo global, para que o Cluster do Mar Português se posicione enquanto Estratégia de Eficiência Coletiva de valor para o país. Adicionalmente, o Cluster teve participação ativa no desenho/revisão das RIS3 e tem participado em diferentes plataformas de inovação.
117. Apesar de se terem registado alguns desvios decorrentes das vicissitudes provocadas pela pandemia COVID-19, o Fórum Oceano (FO) confirma o cumprimento das metas estabelecidas no Pacto Setorial para a Competitividade e Internacionalização. Segundo o FO, decorre, dos projetos promovidos e pelas atividades do Cluster do Mar, um conjunto de indicadores positivos que confirmam a consolidação do Cluster e o cumprimento do Pacto e que assentam, no essencial:

- (i) na integração em redes nacionais e internacionais (e.g. 61 PME's envolvidas em ações de promoção da internacionalização; 159 empresas que participam em projetos de investigação transfronteiriços, transnacionais ou inter-regionais) e consequente aumento da sua visibilidade (afirmação) nestes cenários;
 - (ii) no acréscimo de entidades e empresas que estão envolvidas nos projetos, mesmo que estas não se tornem novos associados (em particular nas atividades do turismo náutico), registando o FO 850 empresas com ganhos de redes de capacitação e credibilização;
 - (iii) numa maior implementação de novas ideias no mercado (e.g. 37 estudos de caso e ações piloto implementadas);
 - (iv) no reforço das componentes associativas empresariais e junto das entidades como o Turismo de Portugal ou a AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal), com quem estão em contacto próximo, o que permitiu um aumento da notoriedade e credibilidade do Cluster e da internacionalização da Economia do Mar nacional;
 - (v) e no efetivo aumento do número de associados.
118. Concretamente, o posicionamento do Cluster nos contextos europeu e mundial (aumento da notoriedade e credibilidade do Cluster), deve-se sobretudo ao maior envolvimento em redes europeias e mundiais através i) da participação em projetos europeus, ii) da sua afirmação enquanto estrutura de acolhimento da sede da rede BTCA - BlueTech Cluster Alliance²⁹ e iii) da participação na rede MSC - Rede Europeia e Marítima Curta. Deve-se ainda a outras ações de caráter fortemente coletivo idealizadas e operacionalizadas nos projetos dinamizados (e.g. criação de plataforma de acesso a biobancos marinhos europeus; formações/webinars; fóruns de partilha intersetoriais; construção de uma rede cooperativa para promover a transferência de tecnologia e novas oportunidades inerentes no setor marítimo; criação de uma rede transnacional de clusters inteligentes de frutos do mar capazes de impulsionar a inovação em toda a área atlântica, abrangendo um conjunto de serviços de inovação; etc).
119. Este forte envolvimento do Cluster nestas redes de cooperação (nacional/transnacional) e parcerias entre intervenientes da Economia do Mar criam as condições facilitadoras da transferência de tecnologia, inovação, empreendedorismo, internacionalização e competitividade da Economia do Mar e potenciam, assim, o efeito de demonstração e arrastamento de efeitos dos projetos no tecido empresarial das regiões (e do país).
120. Em suma, a consecução dos vários projetos e o papel ativo do Fórum Oceano consubstanciam a performance da estratégia de eficiência coletiva do Cluster do Mar e traduziram-se numa ferramenta indispensável no exercício da sua missão de animação do Cluster sob esta premissa de criar e fomentar sinergias, garantindo a constante articulação entre os agentes, ganhos de escala e ampla capacidade de resposta aos desafios (e oportunidades).

3.1.2. Análise por Área Programática – principais resultados

121. Na presente secção apresentam-se os principais resultados da análise da eficácia, impacto e sustentabilidade por Área programática. A análise mais detalhada que conduziu aos resultados a seguir apresentados pode ser encontrada no Anexo 3 (3.1). As fichas com os principais dados para cada Área Programática estão incluídas na secção 3.2 do referido Anexo.

Domínio 1: Governança

Áreas Programáticas 1.1. "Administração, Pensamento e Ação Estratégica, Identidade e Cultura" e 1.2. "Proteção e Salvaguarda"

- Nas AP em análise (Anexos 3.2.1 e 3.2.2) foram apoiadas 66 operações (1% do total) com recurso a 56M€ de financiamento comunitário, maioritariamente atribuído pelo PO Mar (82% do financiamento). Entre estas operações, a grande maioria do financiamento (73%) destina-se a fomentar a execução da Política Comum das Pescas e foi atribuído na região da AML, atendendo ao peso que as entidades da Administração Central e do Setor Empresarial do Estado assumem entre os beneficiários (58% do financiamento comunitário). O reduzido número de operações apoiadas não resulta de uma desadequação da oferta, nem das condições de elegibilidade a estas inerentes, que se afiguram relevantes face às necessidades dos beneficiários (Figura A37).
- As AP 1.1 e 1.2 do eixo da governança apresentavam níveis de realização financeira reduzidos, resultado das baixas taxas de realização financeira observadas na generalidade das prioridades financiadas, entre as quais

²⁹ Rede transatlântica de Clusters Marítimos europeus e norte-americanos fundada em 2017 e composta por Clusters de sete países – Portugal, Espanha, França, Reino Unido, Irlanda, Canadá e EUA.

se destacam as PI 11.1 e 5.2. Estes níveis de realização financeira limitam a análise de resultados e do seu contributo para os efeitos pretendidos nas AP do eixo de suporte da Governação, reclamando um acompanhamento próximo da execução por parte das AG até ao final do período de programação. Os níveis de execução das operações são acompanhados pelas perspetivas menos otimistas dos promotores sobre a execução dos montantes contratualizados até ao final do período de programação.

- As operações apresentam bons níveis de realização física, encontrando-se as metas alcançadas ou com perspetivas de o serem (Figura A9). Perspetiva-se, em termos qualitativos, um alinhamento das operações com os resultados que se pretendiam atingir, em particular no EP3 vocacionado para a monitorização e recolha e tratamento de dados no âmbito da execução da PCP. A generalidade dos projetos apresenta-se ainda financeiramente sustentável, sendo que os inquiridos com maior peso financeiro tendem a perspetivar a sustentabilidade dos resultados do projeto a longo prazo.
- As operações apoiadas encontram-se alinhadas com os objetivos das AP em análise e, uma vez concluídas, deverão contribuir para as alterações de contexto que se pretendiam produzir com a implementação da ENM, reforçando a intervenção do Estado no Mar, nomeadamente por via do reforço da capacidade de execução da PCP e da PMI e da implementação de medidas que potenciem a capacidade de resposta a situações de catástrofe.

Área Programática 1.3. "Educação, Ciência e Tecnologia"

Educação

- No âmbito da Educação e Formação (Anexo 3.2.3) foram apoiadas 96 operações (1% do total) com recurso a financiamento comunitário no montante de 84M€, sendo que a maioria do financiamento (75%) foi atribuído a operações no âmbito do ensino superior (PI 10.2), entre as quais se encontram as tipologias de operação mais relevantes, nomeadamente as bolsas de doutoramento (54%) e os cursos TeSP (17%). O PO CH é programa com maior relevância na atribuição de financiamento (59%), sendo também relevante reconhecer que no âmbito da PI dominante (10.2) o financiamento do setor do mar assume particular relevância no PO Madeira (54%). A distribuição do financiamento assume maior expressividade em projetos multirregionais (50%), encontrando-se o restante distribuído entre as regiões Norte, Centro, RA Madeira e RA Açores.
- O setor marítimo é dos que apresenta uma maior (propensão para a) participação em iniciativas de Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV), em parte potenciada pela regulamentação (Anexo 6.2). A oferta formativa tende a concentrar-se em regiões de maior procura, não se evidenciando um desalinhamento a este nível. Contudo, a oferta formativa apoiada pelo PT2020 apresenta um evidente desalinhamento com as necessidades do público-alvo ao nível da formação não superior, em particular nas atividades tradicionais da Economia do Mar.
- As alterações de contexto que se percecionam em resultado das operações apoiadas nesta componente encontram-se aquém do expectável, nomeadamente ao nível da criação de emprego e do reforço da adesão a cursos que colmatem as necessidades da economia e que permitam dotar os seus profissionais de competências mais especializadas. Contudo, ao nível da formação superior, as operações apoiadas apresentam um contributo mais relevante para as alterações de contexto pretendidas, sobretudo por via do apoio atribuído a alunos de doutoramento através da atribuição de bolsas.

Ciência e Tecnologia

- No domínio da Ciência e Tecnologia (Anexo 3.2.3) foram apoiadas 546 operações (8% do total), envolvendo 226M€ de fundo (16%), financiado maioritariamente pelo PO CI (50%). Visam sobretudo o apoio a infraestruturas de I&D e projetos de IC&DT (PI 1.1) e projetos de I&DT empresarial (PI 1.2), sendo que 43% do fundo mobilizado se destinou a projetos multirregionais e montante equivalente beneficiou as regiões Norte, Madeira e Centro em conjunto. Nas PI dominantes, o financiamento do setor do Mar assumiu especial relevância nos PO Algarve, Lisboa, Madeira e Açores.
- As operações da componente Ciência e Tecnologia da AP 1.3 registaram uma taxa média de realização inferior à média das operações Mar, com os projetos promovidos pelas empresas a apresentar maior dificuldade em cumprir integralmente as metas contratualizadas, em grande parte como consequência da conjuntura económica durante a pandemia. Não obstante, os promotores, no geral, perspetivam como muito possível a realização integral do valor do investimento contratado.
- A contribuição dos projetos das PI 1.1 e 1.2 é visível no aumento da inovação (e.g. introdução de novos produtos no mercado), por via da intensificação das despesas em I&D quer nas empresas quer nas entidades não empresariais. Como fatores facilitadores desse contributo destacam-se a adequação das atividades

dinamizadas às necessidades efetivas do tecido empresarial e a existência de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento dos projetos de I&D (Figura A44, Quadro A27 e Quadro A73).

- Adicionalmente, a evidência da recetividade das entidades em realizar projetos em coprodução terá possibilitado ganhos de escala com repercussões no investimento em I&D, à partida mais avultado e com impacto estrutural na qualidade da investigação científica e tecnológica devido aos efeitos das dinâmicas de eficiência coletiva.
- No geral, os efeitos esperados das operações da presente AP alinham-se em grande medida com os objetivos da ENM. Não obstante, predomina ainda, comparativamente com outras realidades nacionais, uma insuficiente transferência de conhecimento entre Academia e Empresas, para a qual terá contribuído a dificuldade evidenciada dos apoios na sua missão de criar redes que, de forma continuada, facilitem a partilha de informação e comunicação entre os atores.
- Além disso, destaca-se ainda a falta de sensibilização das empresas para o investimento em I&D (na área do mar) que a par com as dificuldades de financiamento (dependência do pré-financiamento), interfere, muitas vezes, no diálogo inicial e na colaboração desejada no momento de execução dos projetos.
- De forma a colmatar esta fragilidade de articulação entre empresas e academia nos ecossistemas de inovação, será importante reforçar a continuidade da aposta em ações coletivas que reforcem o aparecimento de novas redes e plataformas intermédias de interface e/ou reforço das existentes.
- A procura por iniciativas de Ciência e Tecnologia na área do mar é alimentada pelo reforço do investimento em estruturas de I&I que, por sua vez, constituem o suporte (técnico, financeiro, etc) à I&D. A continuidade dos apoios às infraestruturas de investigação no PT2030 é, assim, essencial para o desenvolvimento da temática do Mar nos contextos nacional e internacional com a aquisição de maior capacidade de resposta aos desafios e oportunidades.
- A participação portuguesa no Horizonte 2020 (H2020) é reveladora de uma crescente envolvimento do país no cenário internacional, contribuindo para o aumento da sua competitividade. Contudo, das operações aprovadas no programa que envolvem entidades nacionais, apenas uma pequena parte se encontra associada diretamente com a temática do Mar. Os apoios do PT2020 têm, no entanto, estimulado o potencial de internacionalização da I&D e impulsionado o reforço da capacidade científica nacional e do conhecimento do Oceano.
- Embora seja evidente o crescimento significativo das despesas nacionais em I&D (com participação relevante das empresas), o país ficou distante da meta nacional para a intensidade em I&D e encontra-se aquém dos outros países europeus neste indicador. Segmentando pelo domínio do Mar, o peso da despesa em I&D das Ciências e Tecnologias do Mar no total nacional também cresceu (+0,17 p.p. entre 2014 e 2020), estando alinhado com o verificado no país. As operações enquadradas nesta AP permitiram apoiar 328 projetos de I&D, fruto da aposta em estruturas de I&I ligadas ao Mar e maior inserção no panorama internacional.
- A generalidade dos projetos apoiados apresenta-se financeiramente sustentável no longo prazo, reportando quer os inquiridos empresariais como os não empresariais perspectivas de que os efeitos gerados pelos projetos ultrapassem os 3 anos.

Domínio 2: Recursos Naturais – Sistema

Área Programática 2.1. “Oceano, Atmosfera e Sistema Integrado”

- No domínio Oceano, Atmosfera e Sistema Integrado (Anexo 3.2.4) foram apoiadas 56 operações (0,8% do total, envolvendo apenas 1,8% do total de fundos), financiadas maioritariamente pelo PO SEUR (48%). Visam sobretudo a elaboração dos principais instrumentos de planeamento associados à adaptação às alterações climáticas (PI 5.1) e projetos de proteção da biodiversidade e a dinamização dos serviços de ecossistemas (PI 6.4), sendo que quase 1/3 do fundo mobilizado se destinou a projetos na RA da Madeira.
- As operações da AP 2.1 registaram uma taxa média de realização satisfatória (54%), embora com desempenhos muito assimétricos entre as duas PI, com os projetos promovidos na PI 6.4 a apresentar maior dificuldade em cumprir integralmente as metas contratualizadas, em grande parte como consequência da conjuntura económica durante a pandemia, que foi bastante impactante na operacionalização de muitas das ações previstas. Os atrasos gerados estão a ser recuperados, mas, pontualmente, poderão comprometer em definitivo a execução plena das ações previstas nos projetos aprovados (Figura A9). No caso da PI 5.1, os promotores, no geral, expectam uma realização integral do valor do investimento contratado muito positiva.
- As operações apoiadas estão a concorrer para o reforço significativo da capacidade nacional de adaptação e sensibilização sobre riscos associados às alterações climáticas (maior conhecimento, planeamento,

monitorização) e para uma melhor gestão e conservação dos ecossistemas marinhos e costeiros. Contudo, nesta última dimensão, sendo muito positivos os resultados alcançados ao nível da melhoria do conhecimento, foram manifestamente insuficientes em termos de evolução do estado de conservação.

- Os avanços obtidos ao nível da informação (aumento, atualização, colmatação de lacunas) nesta AP, concorrem diretamente para a prossecução de vários dos impactes estabelecidos na TdM da ENM, nomeadamente e de forma expressiva para o reforço da capacidade científica nacional e do conhecimento do Oceano. Os resultados positivos (mas pouco expressivos) gerados em termos da melhoria do estado de conservação das espécies, dos habitats e dos ecossistemas, têm igualmente um contributo importante para o aumento da sustentabilidade dos recursos pesqueiros. Não sendo possível efetuar uma avaliação rigorosa do cumprimento do Bom Estado Ambiental da Diretiva Quadro da Estratégia Marinha, a avaliação muito positiva efetuada a mais de 120 descritores parece indiciar que têm sido dados passos muito positivos para o cumprimento desse objetivo, carecendo de uma resposta/de avanços mais consistentes e afirmativos os domínios da eutrofização, do peixe e marisco comercial e de contaminantes em produtos do mar (Anexo 6.2).
- A conjuntura económica (pandemia COVID-19) e os processos de contratação pública foram muito impactantes para a prossecução de resultados em alguns domínios (Figura A26). Pelo contrário, a capacidade de mobilização e envolvimento de atores-chave, a definição de modelos de governação multinível eficazes e a abrangência e qualidade das parcerias desenvolvidas foram dimensões muito relevantes para gerar resultados mais expressivos.

Domínio 3. Recursos Naturais - Recursos Vivos

Área Programática 3.1. “Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura”

- A AP 3.1 (Anexo 3.2.5) assume o maior peso no total de operações Mar apoiadas (68% do total), sendo a esmagadora maioria destinada ao apoio de rendimento (54% do total) no âmbito de atividades da pesca e indústria do pescado. Estes apoios tendem a assumir uma dimensão relativamente reduzida, concorrendo para que a AP represente 20% do financiamento comunitário, atribuído quase na totalidade por via do PO Mar (97% da AP) e distribuído com maior peso entre os EP 5 (41%), EP 1 (33%) e EP 2 (23%). Entre as diferentes intervenções financiadas, destacam-se pelo volume de financiamento as medidas de apoio à indústria de transformação de produtos da pesca e aquicultura (23% do financiamento comunitário), medidas de apoio ao desenvolvimento sustentável da aquicultura (18%) e medidas para a melhoria de portos de pesca, lotas e instalações destinadas à recolha de lixo (17%).
- A desadequação, em âmbito e forma, de alguns apoios financiados pelo PT2020 face às necessidades e perfil do público-alvo, assim como o desconhecimento, por parte dos promotores, de instrumentos de financiamento de PO complementares ao PO Mar contribuem para uma menor adesão aos apoios disponíveis.
- O financiamento de investimentos a bordo contribuiu para reforçar a eficiência energética, as condições de segurança e higiene, bem como a vida útil das embarcações apoiadas. Contudo, as intervenções não aconteceram numa escala suficientemente relevante para alterar o contexto da frota nacional, marcado pelo envelhecimento e decréscimo das embarcações.
- As restrições impostas à captura de certas espécies de pescado associadas ao apoio às cessações de atividade da pesca têm contribuído para a proteção da biomassa marinha, conjuntamente com uma maior consciência dos profissionais do setor para a importância deste tema. Neste contexto, os pescadores apresentaram a capacidade de reorientar as capturas para espécies que se enquadram na mesma arte da pesca, sem que a qualidade das águas do mar se tenha assumido como um constrangimento negativo à sua atividade, sendo esta uma hipótese colocada num contexto de intervenção pautado por uma preocupação crescente com os impactos inerentes às alterações climáticas e ao aumento da poluição. Adicionalmente, os resultados positivos não se encontram circunscritos a este nível de intervenção, sendo também relevante reconhecer o contributo das intervenções para a melhoria das condições dos portos e lotas e para a evolução positiva das variáveis económicas dos promotores que operam na indústria transformadora do pescado. Ainda que estes resultados se apresentem como positivos, a auscultação de promotores e outros stakeholders relevantes permitiu identificar condicionantes aos resultados dos projetos, nomeadamente a escassez de recursos humanos disponíveis para contratação no setor.
- Os apoios atribuídos contribuíram para reforçar a competitividade da indústria transformadora de pescado à escala internacional, não tendo, contudo, sido suficientes para contrabalançar as importações potenciadas pela falta de matéria-prima nos principais mercados (atum e sardinha), culminando na deterioração da balança comercial desta indústria. Além deste fator, a atual conjuntura coloca desafios adicionais à

competitividade da indústria, nomeadamente o fator energético e a necessidade crescente de certificação da matéria-prima.

- No período de programação registou-se um aumento da relevância da produção aquícola nacional, para o qual concorreu o aumento da produção nacional de peixes marinhos, crustáceos e moluscos em regime de aquicultura. Contudo, num contexto de baixa realização financeira, apenas 4% do crescimento da produção até 2020 é atribuível aos apoios concedidos, revelando assim um contributo reduzido para a alteração de contexto, que se poderá alterar com o aumento do grau de maturidade das operações.
- Os promotores consideram que os projetos são financeiramente sustentáveis a médio/longo prazo, prevendo que os resultados dos projetos se mantenham nesse mesmo horizonte. As boas perspetivas no que respeita à manutenção dos postos de trabalho criados, convivem, contudo, com a dificuldade, mais estrutural, de captar mão-de-obra para a indústria do pescado, a qual é assumida como uma das principais condicionantes à competitividade do setor.

Área Programática 3.2. "Biotecnologia Marinha"

- A Biotecnologia Marinha assume-se como um nicho na Economia do Mar (Anexo 3.2.6), pelo que as operações apoiadas nesta AP menos de 0,5% do total de operações Mar apoiadas. Ainda assim, é possível concluir que existe um alinhamento entre as prioridades que a ENM contempla para esta AP e as operações apoiadas, encontrando-se a maioria do financiamento atribuído no âmbito dos Sistemas de Incentivos. Os projetos foram sobretudo financiados pelo PC EA (36% do financiamento), PO Centro (25%) e PO Algarve (23%), encontrando-se, conseqüentemente, distribuídos com maior expressão entre regiões (projetos multirregionais), na região do Centro e Algarve.
- Os promotores inquiridos percebem que os apoios que receberam contribuíram para a inovação e diferenciação da sua oferta e para a melhoria do seu posicionamento nos mercados internacionais, reforçando a competitividade das suas empresas (Figura A45).
- Apesar de ser considerada uma atividade emergente e com grande potencial económico, a biotecnologia marinha ainda se apresenta num estado embrionário e de reduzida relevância económica na Economia do Mar.

Domínio 4. Recursos Naturais - Recursos Não Vivos

Área Programática 4.1. "Recursos Minerais Marinhos"

- Na Área Programática Recursos Minerais Marinhos (Anexo 3.2.7) foram apoiadas apenas 8 operações, de reduzida dimensão média financeira (envolvendo apenas 0,06% do total de fundos), financiadas maioritariamente pelo PO Centro (55%). Visam sobretudo alavancar e reforçar a competitividade de iniciativas empresariais associadas à exploração de sal/sal-gema/flor de sal.
- As operações apoiadas contribuem para o reforço da competitividade do setor, seja pela adoção de novas tecnologias seja pela contratação de pessoal especializado, seja pela penetração em novos mercados. De igual modo, existe uma preocupação subjacente às operações pela exploração sustentável dos recursos minerais marinhos (introdução de boas práticas ambientais).

Área Programática 4.2. "Recursos Energéticos Marinhos"

- Na Área Programática Recursos Energéticos Marinhos (Anexo 3.2.8) foram apoiadas 17 operações (maioritariamente projetos-piloto de pequena escala, de demonstração, que não são rentáveis, limita a procura), de reduzida dimensão média financeira, financiadas maioritariamente pelo PO SEUR (86%, do financiamento). Contudo, face ao valor muito significativo de uma das operações apoiadas (construção do cabo submarino para receção de energias offshore na zona piloto de Viana do Castelo), o financiamento da AP representa 2,5% do total. As operações visam sobretudo desenvolver as energias renováveis offshore, nomeadamente criando as condições e testando novas soluções para um maior aproveitamento do potencial de crescimento da economia azul e da especialização marítima (energia offshore renovável).
- As operações da AP 4.2 registaram uma taxa média de realização elevada (80%), embora com desempenhos muito assimétricos entre as duas PI, com os projetos promovidos no OE 2.1/PI 4.1 no PC EA a apresentarem maior dificuldade em cumprir as metas contratualizadas à data, embora exista a convicção entre os promotores de atingir as metas contratadas. Sendo projetos-piloto, de investigação e testagem (incluindo publicações técnicas e científicas), de carácter mais imaterial e envolvendo parcerias internacionais, historicamente regista-se que apenas no final do período de execução os parceiros começam a enviar os

pedidos de pagamento (necessidade de cumprir internamente os processos de fiscalização/certificação), o que tem um impacto significativo nas taxas de execução. É importante que criem as condições nos futuros instrumentos de financiamento para robustecer resultados e reforçar/ampliar parcerias virtuosas (focar os instrumentos de apoio transnacional na partilha de conhecimento e boas práticas, em gerar resultados imateriais, desenvolver testagens e experiências piloto, que possam, posteriormente, justificar e alavancar outro tipo de investimentos no âmbito dos POR).

- As operações apoiadas permitiram avanços muito significativos ao nível da capacidade instalada de energias renováveis oceânicas, por fonte de energia primária - ondas e marés, e eólica em mar aberto. A construção do cabo submarino para receção de energias offshore na zona piloto de Viana do Castelo, financiado pelo POSEUR, é determinante para criar as condições para transportar a energia das novas centrais renováveis instaladas na Zona Piloto de Viana do Castelo e, assim, contribuir para colocar Portugal no topo da produção de energia azul, nos próximos anos.
- Manifestaram-se diversos fatores condicionadores da procura, seja pelas opções assumidas regulamentarmente ao nível das elegibilidades, seja pela existência de riscos tecnológicos e de mercado associados a tecnologias emergentes e pouco disseminadas. A aproximação e confiança gerada entre parceiros possibilitou que alguns beneficiários no âmbito das parcerias desenvolvidas e contactos estabelecidos nos projetos de cooperação, pudessem utilizar estruturas/equipamentos das entidades para testes-piloto o que configura uma boa prática que deveria ser incentivada e potenciada no futuro.

Domínio 5. Infraestruturas, Usos e Atividades

Área Programática 5.1. "Recreio, Desporto e Turismo"

- A AP "Recreio, Desporto e Turismo" (Anexo 3.2.9) assume-se como uma das duas mais relevantes em termos de apoios do PT2020 na Economia do Mar, representando 17% das operações (1.147 operações) e 23% do fundo comunitário aprovado (313M€). O PO Açores é o principal financiador (37% das operações) e os instrumentos mobilizados concentram-se sobretudo no apoio à qualificação e internacionalização de PME (PI 3.3), no investimento empresarial nos Açores (PI 3.4), no apoio às DLBC no PO Mar (EP4), e incluindo ainda todas as operações de apoio ao emprego e empreendedorismo de base local. Os projetos apoiados com atividades no setor do Mar assumiram especial relevância no PO Mar, e nos POR Algarve, Açores e Madeira.
- As maiores dificuldades de execução financeira verificam-se nas operações de apoio ao empreendedorismo, formação de trabalhadores e DLBC (PI 8.3, 8.5, 9.6), em particular nas operações promovidas maioritariamente por microempresas. Não obstante, os promotores empresariais e não empresariais perspetivam o cumprimento das metas dos projetos apoiados. Apesar de um dos grandes objetivos da AP ser o desenvolvimento e fortalecimento da náutica, a maioria das operações aprovadas enquadra-se nos setores do alojamento e restauração, onde a procura superou as expectativas.
- O peso dos segmentos do Recreio, Desporto e Turismo tem vindo a ganhar importância na geração de valor acrescentado na Economia do Mar nacional, com destaque para o dinamismo do turismo (em particular, o costeiro), também preponderante nas operações apoiadas.
- Apesar da importância do financiamento de modalidades náuticas federadas e dos clubes desportivos náuticos federados em Portugal ter sido pouco significativa, ficando aquém das expectativas do contributo para a aceleração da procura por estes desportos, sobretudo pela população mais jovem, tem-se evidenciado mesmo assim um aumento da apetência para a prática deste tipo de modalidades.
- É expectativa dos promotores empresariais (PI 3.1 e 3.4) que os projetos apoiados contribuam para o desenvolvimento das regiões e do país ao nível do turismo associado ao mar, apesar dos promotores não empresariais (PI 6.3) admitirem não existir grande contributo para a melhoria das infraestruturas de apoio ao dinamismo dos segmentos do recreio, desporto e turismo (vertente da náutica inclusive) tão importantes para o desenvolvimento deste setor.
- No caso específico das DLBC e das dinâmicas dos GAL, confirma-se o potencial de diversificação económica nos territórios de intervenção, apesar da procura se ter concentrado, também neste instrumento, maioritariamente em atividades e setores relacionados com animação turística e alojamento local e rural.
- A capacidade de execução dos investimentos das DLBC e das atividades apoiadas nas prioridades 9.6, 9.10 e EP4 afigura-se modesta, em função de vários constrangimentos identificados pelos promotores, com destaque para a morosidade dos processos de licenciamento e de contratação pública e a crise pandémica.
- A dimensão média dos projetos apoiados pelos GAL e a sua escala não parecem ter no curto prazo capacidade de promover alterações de contexto de referência, sendo, no entanto, muito importantes para lançar as bases e as iniciativas que poderão promover essas alterações futuras. Os efeitos dos projetos apoiados pelos GAL

parecem ser tanto mais significativos quanto menos densos/desenvolvidos são os territórios onde estão inseridos (interior vs litoral, menor vs maior densidade).

- A diversidade dos projetos apoiados pelos GAL é, em larga medida, consequência da utilização de instrumentos multifundo que permitem articular várias opções de apoio ao investimento que potenciam a diversificação de atividades no território. No entanto, esta capacidade de diversificação está fortemente dependente das características dos projetos (frequentemente de menor dimensão e pouco estruturados), que limitam o cumprimento das metas atribuídas a estes instrumentos (e.g. criação de emprego). Não obstante, o papel dos GAL tem sido fundamental nos seus territórios de intervenção devido à sua ligação e proximidade junto dos atores do território e às oportunidades de apoio que disponibilizam a pequenos promotores.
- No cômputo global, perspetiva-se a sustentabilidade dos projetos da AP 5.1, quer ao nível das operações apoiadas pelas estratégias DLBC, quer as operações associadas às outras PI, com a manutenção dos seus resultados no médio e longo prazo na sua maioria. No caso concreto das DLBC, destaca-se a criação de postos de trabalho dos projetos promovidos pelos promotores empresariais e a sua manutenção após conclusão dos projetos por mais de 5 anos. De frisar que o trabalho de Desenvolvimento Local tem geralmente entraves que se relacionam com a mudança dos quadros comunitários, o que pode afetar diretamente a sustentabilidade dos resultados dos projetos.

Área Programática 5.2. "Portos, Transportes e Logística"

- O domínio dos Portos, Transportes e Logística (Anexo 3.2.10) enquadra os apoios para intervenção em infraestruturas portuárias (89% do financiamento da AP) e apoios dos sistemas de incentivos (11%), representando 15% do financiamento comunitário atribuído por via do PT2020 à Economia do Mar. O PO CI é responsável pela quase totalidade do financiamento (96%), sendo a RA Açores contemplada com metade dos fundos atribuídos.
- As intervenções apoiadas no domínio das infraestruturas portuárias foram alinhadas com os instrumentos de planeamento estratégico nacionais. Esta opção favoreceu a focalização e eficácia dos apoios dos FEEI mas condicionou a capacidade de adaptação dos investimentos previstos às alterações das suas prioridades e do contexto no decorrer do período de implementação.
- A execução dos investimentos afigura-se alcançável, mas não necessariamente nos prazos acordados, devido a constrangimentos decorrentes do contexto macroeconómico (e.g. cadeias de fornecimento) que contribuem para atrasos na implementação dos projetos.
- Ao nível da intervenção em infraestruturas portuárias, os resultados afiguram-se alcançáveis. No período de programação registou-se um aumento dos movimentos nos portos nacionais, sendo que os portos intervencionados beneficiaram de um aumento nos movimentos de embarcações comerciais, mais expressivo nos portos integrantes da Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T).
- As intervenções financiadas concorrem para o aumento da competitividade dos portos intervencionados, ainda que não sejam o único fator explicativo. Entre estas destaca-se a Janela Única Logística que tem vindo a promover a intermodalidade dos transportes nas cadeias logística e a maximização do potencial agregado do setor, em linha com os objetivos da ENM.
- As dificuldades de acesso a mercados externos e a conjuntura económica assumiram-se como condicionantes ao alcance dos resultados dos projetos implementados no âmbito dos Sistemas de Incentivos.

Área Programática 5.3. "Construção, Manutenção e Reparação Naval"

- Os apoios atribuídos no âmbito da AP 5.3 (Anexo 3.2.11) assumem um peso reduzido no total de operações Mar apoiadas (0,7% do total) e do financiamento atribuído (2% do total). Com enquadramento nos Sistemas de Incentivos, a esmagadora maioria do financiamento foi atribuído por via do PO CI, tendo 88% do apoio sido atribuído a regiões de convergência. Os apoios encontram-se alinhados com as prioridades da ENM a esta associadas.
- Existe uma divergência entre as perspetivas de execução financeira e física dos projetos apoiados, uma vez que a maioria dos promotores inquiridos tenderá a apresentar resultados aquém das metas contratadas, sendo as divergências reportadas em grande medida potenciadas pela evolução da conjuntura económica durante a pandemia Covid-19.
- O conjunto de operações apoiadas indicia resultados relevantes na qualificação (expansão e eficiência produtiva), mas mais modestos na internacionalização face ao que seria desejável para alcançar o principal

objetivo da AP - o desenvolvimento de uma capacidade de construção e reparação naval internacionalizada e inovadora.

- O período de programação foi marcado por uma evolução positiva do número de empresas a operar no setor, bem como do VAB e emprego a estas associado, destacando-se as regiões AML e Norte pela maior concentração de empresas e emprego. Ainda que não seja possível quantificar a magnitude do contributo dos FEEI para a criação de emprego, de empresas e para a internacionalização do setor, é possível concluir que os apoios apresentam um contributo relevante para a evolução positiva do VAB no setor. Adicionalmente é de relevar as boas perspetivas de sustentabilidade financeira dos projetos e dos resultados por estes produzidos.

Área Programática 5.4. "Obras marítimas"

- Na Área Programática Obras Marítimas (Anexo 3.2.12) foram apoiadas 94 operações (1,4% do total), com elevada expressão no investimento elegível e no volume de financiamento comunitário (7,5% e 9,8%, respetivamente), de elevada dimensão média financeira, financiadas maioritariamente pelo PO SEUR (83%, do financiamento). A tipologia de operações apoiadas, nomeadamente na PI 5.2, muito centrada na proteção do litoral face ao problema da erosão costeira, concorre para o elevado volume de investimento mobilizado. A distribuição geográfica das operações acompanha os territórios mais críticos em termos de exposição a eventos climáticos extremos e onde as taxas de recuo da linha de costa são mais gravosas (RA Açores, Norte e Centro).
- As operações da AP 5.4 registaram uma taxa média de realização satisfatória (57%), embora com desempenhos muito assimétricos entre as duas PI, com os projetos promovidos na PI 6.5 a apresentarem maior dificuldade em cumprir as metas contratualizadas à data, embora exista a convicção entre os promotores de atingir as metas contratadas. A este facto não será alheia a tipologia de promotores em causa, nomeadamente a administração pública central e local. Contudo, devem merecer reflexão as causas sinalizadas para os atrasos (e para as quais devem ser dadas respostas), nomeadamente no que concerne à abertura de concursos públicos, às regras de contratação pública, à litigância, às autorizações da Tutela e Finanças (morosidade e autorizações plurianuais) e à emissão das declarações de impacte ambiental.
- Os resultados muito positivos alcançados em termos de extensão da faixa costeira intervencionada para proteção de pessoas e bens (93,3km) e da percentagem de linha de costa continental em situação crítica de erosão (18,4%), indiciam uma melhoria significativa na capacidade nacional de responder às situações mais críticas em termos de erosão costeira e de risco de galgamentos e inundações oceânicas, reduzindo de forma expressiva o potencial impacte negativo dos fenómenos meteorológicos extremos na segurança de pessoas e bens. A aposta na alimentação artificial de praias, enquanto intervenção de proteção costeira, tem-se assumido como um caso de sucesso, sendo fundamental dar-lhe continuidade no futuro (ir completando/reforçando os sedimentos na deriva litoral). As intervenções apoiadas de reabilitação de espaço público, numa perspetiva de valorização e atratividade da orla costeira/frentes marítimas, são fundamentais para criar valor, potenciar o desenvolvimento da atividade turística e reforçar o seu contributo na base económica local/nacional.
- A maioria dos beneficiários considera estarem reunidas as condições necessárias para garantir a sustentabilidade financeira a médio-longo prazos das operações apoiadas. Em alguns casos, para assegurar a persistência/duração no tempo dos efeitos/resultados gerados pelo projeto é determinante garantir a continuidade dos apoios (intervenção continua). É o caso da alimentação artificial de praias (obras de proteção costeira com areia). A dinâmica do litoral e as consequências das alterações climáticas, implicam que seja sempre necessário continuar a investir no futuro.

3.2. Questão de Avaliação 2 - Valor Acrescentado Europeu

QA2. Qual o valor acrescentado da intervenção dos fundos europeus para a concretização dos objetivos da ENM?

122. A dimensão "utilidade" no uso dos recursos financeiros da UE traduz-se, normalmente, na necessidade de perceber por que razão é fundamental a ação ao nível da UE, por que é essencial que a despesa seja financiada pelo orçamento da UE e de que forma as despesas financiadas pelo orçamento da UE geram efeitos de sinergia.
123. O Valor Acrescentado Europeu (VAE) resulta da produção de bens públicos de escala europeia, que os Estados-Membros e as regiões não possam financiar por si próprios ou de casos em que se possa obter melhores efeitos do que os resultantes do financiamento exclusivo por recursos nacionais, ou seja, "existe igualmente um claro valor acrescentado sempre que a ação a nível europeu permite ir mais longe do que os esforços individuais, desenvolvidos a nível nacional, permitiriam" [COM(2017)358, 12]. Podem ainda existir outras manifestações de VAE, incluindo ganhos de coordenação, segurança jurídica, maior eficácia na consecução dos objetivos políticos e complementaridade entre as ações apoiadas.

Os FEEI mobilizados para o financiamento das operações Mar apresentam um efeito de adicionalidade muito relevante (80% do investimento elegível não teria sido realizado na ausência de apoio), tendo igualmente contribuído para aumentar o investimento associado aos projetos (cerca de 10% do investimento foi incrementado em virtude do apoio), acelerar o ritmo de execução (sobretudo no caso dos promotores empresariais) e antecipar o início do projeto (maioritariamente para os promotores não empresariais). Cerca de 8% do investimento empresarial (sobretudo em projetos de pequena dimensão) ter-se-ia realizado mesmo sem o apoio, verificando-se neste caso um efeito de deadweight.

O efeito de adicionalidade dos FEEI foi mais relevante nos projetos implementados pela Administração Pública, nos projetos piloto com rentabilidade incerta, nos investimentos destinados à internacionalização de empresas de menor dimensão e nos investimentos no setor da pesca (por exemplo para intervenção nas embarcações).

124. O efeito de adicionalidade dos FEEI que apoiaram as operações Mar é muito relevante tanto para os promotores empresariais (65% dos projetos e 78% do investimento elegível não seriam realizados na ausência de apoio) como para os promotores não empresariais (78% dos projetos e 80% do investimento) - Quadro 5 - concorrendo para a validação do PG III.0.9 (Os instrumentos de apoio mobilizados no PT2020 proporcionam um efeito de adicionalidade e alavancagem dos apoios). Em ambas as dimensões (empresarial e não empresarial) o efeito de adicionalidade foi pouco potenciado pelo cenário económico, no qual se incluem os efeitos da mais recente crise pandémica (91% do investimento que não seria implementado por promotores empresariais e 98% do não implementado por promotores não empresariais, não teria como determinante na decisão o cenário económico - Quadro A48 e Quadro A67). Esta constatação não significa que a pandemia não impactou na execução dos projetos, mas reforça decididamente o efeito de incentivo associado aos FEEI nas operações Mar.
125. Adicionalmente, os inquéritos revelam que mesmo os projetos que seriam implementados na ausência de apoio beneficiaram da intervenção dos FEEI, no que se refere a ambas as tipologias de beneficiários, uma vez que o apoio atribuído permitiu amplificar o investimento envolvido (9%-13% do investimento foi aumentado em resultado do apoio), acelerar o ritmo de execução (sobretudo no caso dos promotores empresariais) e antecipar o início do projeto (maioritariamente para os promotores não empresariais) e facilitar investimentos que se realizariam mesmo na ausência de apoio (8% do investimento empresarial ter-se-ia realizado mesmo sem o apoio) - (Quadro 5), reforçando a validação do PG III.0.9.
126. Entre os promotores empresariais, o efeito de catalisador (enquanto viabilizador de investimento que de outra forma não seria realizado) foi particularmente relevante para as operações nas AP 5.3 "Construção, Manutenção e Reparação Naval (92% do investimento elegível da AP não seria executado), 5.1 "Recreio, Desporto e Turismo" (80%), 1.3 "Educação, ciência e tecnologia" (com especial relevância na componente de Ciência e Tecnologia - 77%) e 3.1 "Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura" (75%).
127. Relativamente aos projetos empresariais que seriam implementados mesmo na ausência de apoio dos FEEI (35% dos projetos), em linha com o Quadro A66:
- em 20% dos projetos (representando 40% do investimento elegível dos projetos que teriam sido desenvolvidos mesmo sem apoio) o apoio permitiu aumentar a dimensão financeira do projeto - efeito amplificador - com especial relevância para as operações na AP 3.1 "Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura";
 - em 15% dos projetos (representando 22% do investimento elegível dos projetos que teriam sido desenvolvidos mesmo sem apoio ou 5% do total) o apoio permitiu encurtar o respetivo prazo de execução - este efeito de

aceleração do investimento foi mais relevante nas AP 5.3 “Construção, Manutenção e Reparação Naval” e 1.3 “Educação, Ciência e Tecnologia”;

- em 57% dos casos (representando 37% do investimento elegível dos projetos que teriam sido desenvolvidos mesmo sem apoio ou 8% do total) a ausência destes apoios significaria o recurso a outras fontes de financiamento, pelo que os fundos atribuídos tiveram um efeito facilitador do investimento. Nestes casos, foi produzido um efeito de *deadweight*, uma vez que estas intervenções financiadas teriam sido implementadas mesmo num cenário de ausência da intervenção dos FEEL (20% da totalidade de projetos, correspondendo a 8% do investimento elegível, significando que a dimensão média destes projetos é mais baixa).

128. Para os promotores não empresariais o efeito de adicionalidade assumiu maior relevância na viabilização dos projetos das AP 5.4 “Obras Marítimas” e 2.1 “Oceano, Atmosfera e Sistema Integrado” (Quadro A46), sendo plausível que para estes resultados contribua o facto de estas AP estarem muitas vezes associadas a intervenções públicas, de grande dimensão em termos de volume de investimento e/ou a projetos piloto, onde as falhas de mercado e as incertezas quanto à respetiva rentabilidade tendem a predominar.

Quadro 5. Efeitos dos FEEL na realização dos projetos

| | | Efeito catalisador | | Efeito amplificador | | Efeito acelerador | | | | Efeito facilitador | |
|-----------------------------|---|------------------------------------|------------|--------------------------------|-----------|----------------------------|-----------|----------------------------|-----------|--|-----------|
| | | Projetos que não seriam realizados | | Projetos que seriam realizados | | | | | | | |
| | | | | Dimensão financeira aumentada | | Prazo de execução reduzido | | Data de arranque acelerada | | Recurso a outras fontes de financiamento | |
| | | Projetos (168) | IE (159M€) | Projetos (92) | IE (45M€) | Projetos (92) | IE (45M€) | Projetos (92) | IE (45M€) | Projetos (92) | IE (45M€) |
| Promotores empresariais | Valores absolutos | | | | | | | | | | |
| | Em % do total dos projetos | 65% | 78% | 7% | 9% | 5% | 5% | 3% | 0% | 20% | 8% |
| Projetos (260) | Em % dos projetos que seriam realizados mesmo sem apoio | - | - | 20% | 40% | 15% | 22% | 9% | 1% | 57% | 37% |
| Inv. Elegível (203M€) | | | | | | | | | | | |
| Promotores não empresariais | Valores absolutos | Projetos (176) | IE (199M€) | Projetos (51) | IE (49M€) | Projetos (51) | IE (49M€) | Projetos (51) | IE (49M€) | Projetos (51) | IE (49M€) |
| | Em % do total dos projetos | 78% | 80% | 4% | 13% | 1% | 1% | 3% | 4% | 15% | 3% |
| Projetos (227) | Em % dos projetos que seriam realizados mesmo sem apoio | - | - | 18% | 64% | 6% | 3% | 12% | 20% | 65% | 13% |
| Inv. Elegível (248M€) | | | | | | | | | | | |

Nota: Os efeitos de acelerador, amplificador e facilitador são cumulativos (questão de resposta múltipla)

Fonte: EY-Parthenon, com recurso aos inquéritos aos projetos implementados por promotores empresariais e não empresariais

129. No caso dos promotores não empresariais, entre os projetos que seriam implementados mesmo na ausência de apoio (32% dos projetos), em linha com o Quadro A47:

- o efeito amplificador dos fundos revela-se expressivo, uma vez os 18% dos projetos que sofreram um aumento de dimensão financeira devido ao apoio estão associados a 64% do investimento elegível dos projetos que se

realizariam mesmo sem o apoio, com especial relevância para os projetos da AP 1.2 "Proteção e Salvaguarda". Os projetos que beneficiaram deste efeito foram de maior dimensão financeira

- o efeito acelerador do apoio, mais evidente, neste caso, na antecipação da data de arranque dos investimentos ocorreu em 12% dos projetos (20% do investimento elegível), sendo sobretudo evidenciado nas AP 5.2 "Portos, Transportes e logística" e 5.1 "Recreio, Desporto e Turismo".
- o efeito facilitador manifestou-se em 65% dos projetos que ocorreriam mesmo sem apoio, sobretudo de pequena dimensão, que correspondem apenas a 13% do investimento elegível (ou 3% do total de investimento elegível das operações Mar)

130. As entrevistas realizadas até à data permitiram confirmar a existência de um efeito de adicionalidade significativo nas operações Mar, com tendência a apresentar uma maior magnitude no caso de (i) investimentos implementados por promotores não empresariais com enquadramento na administração pública (por exemplo, enquadrados na AP 5.4 "Obras marítimas" e AP 1.1 "Administração, Pensamento e Ação Estratégica, Identidade e Cultura"), (ii) investimentos associados a projetos piloto com rentabilidade incerta (por exemplo, com enquadramento nas AP 1.3 "Educação, Ciência e Tecnologia" ou 4.2 "Recursos Energéticos Marinhos"), (iii) investimentos destinados à internacionalização de empresas de menor dimensão (por exemplo, enquadrados na AP 5.1 "Recreio, Desporto e Turismo") e (iv) investimentos no setor da pesca (por exemplo para intervenção nas embarcações), com enquadramento na AP "3.1 Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura".

Em média, por cada euro de fundo financiado pelos FEEI são mobilizados adicionalmente 0,86€ de investimento por parte dos promotores. O efeito de alavancagem é naturalmente mais elevado nos apoios às empresas, onde as taxas de cofinanciamento tendem a ser menores.

131. Em matéria de alavancagem de investimento³⁰, as operações Mar apoiadas apresentam, em termos médios, uma alavancagem de 1,86€, significando que por cada euro de fundo financiado pelos FEEI são mobilizados adicionalmente 0,86€ de investimento por parte dos promotores. O efeito de alavancagem é bastante heterogéneo entre AP, variando entre os 1,27€ na AP 5.2 "Obras Marítimas" e os 2,54€ na AP 5.1 "Recreio, Desporto e Turismo". Em oposição ao efeito adicionalidade, o efeito de alavancagem tende a ser menor nas AP mais ligadas a promotores não empresariais tais como as AP 1.1 "Administração, Pensamento e Ação Estratégica, Identidade e Cultura" (1,38€), 1.2 "Proteção e Salvaguarda" (1,32€) e 2.1 "Oceano, Atmosfera e Sistema Integrado" (1,32€), onde as taxas de co-financiamento são mais elevadas por comparação com os apoios às empresas. Entre FEEI, o FEDER (2,18€) e o FEAMP (2,06€) são os fundos que alavancam mais investimento.

Os FEEI apresentam ainda valor acrescentado a outros níveis, contribuindo para o desenvolvimento e consolidação de projetos em fase mais embrionária para que possam posteriormente ser financiados a maior escala (e.g. projetos no domínio da ciência e tecnologia), para reforçar a orientação das intervenções para os resultados e para um maior acompanhamento dos promotores na implementação dos seus projetos.

132. O Valor Acrescentado Europeu da intervenção dos FEEI é também avaliado de forma qualitativa tanto pela complementaridade com outros instrumentos de financiamento, comunitário e nacional, como pelas dimensões operacionais e de governança dos apoios.

133. Relativamente ao efeito catalisador dos apoios, este tende a incidir sobre as operações ligadas à ciência e tecnologia, onde o financiamento comunitário dos FEEI, sobretudo, no âmbito dos projetos com dimensão transnacional (EA e MAC) permite ganhos de escala, levando a que estes possam ser financiados numa fase posterior por programas como o Horizonte 2020.

134. Já no que se refere à gestão e implementação dos apoios, as evidências recolhidas a partir da auscultação dos *stakeholders* sugere que o histórico de intervenção dos FEEI e o conhecimento das regras subjacentes aos mesmos por parte do público-alvo configuram um fator potenciador dos resultados das intervenções. No caso específico da orientação para os resultados das intervenções, espelhado na estipulação de metas de resultado na contratualização dos apoios, é também ela valorizada pelos *stakeholders* auscultados, tendo vindo a ser progressivamente reforçada pelo contexto de escassez de recursos, sobretudo, na esfera das Administrações Públicas, e onde os FEEI tendem a assumir uma relevância no investimento realizado. Esta perceção é confirmada pelas respostas aos inquéritos onde 94% dos inquiridos não empresariais e 92% dos inquiridos empresariais consideraram os indicadores contratualizados com os Programas financiadores para aferição de resultados do projeto como adequados ou muito adequados.

³⁰ Por alavancagem de investimento entende-se o montante global investido considerando os fundos disponibilizados (Investimento total/valor de fundo).

135. O VAE associado aos apoios dos FEEI também se manifesta através do acompanhamento no terreno dos projetos apoiados por parte das Autoridades de Gestão, que é percebido pelos *stakeholders* entrevistados como sendo um dos fatores críticos para o sucesso das mesmas.

Os FEEI contribuíram, por via do financiamento da Economia do Mar, para a Estratégia Europa 2020, através da persecução dos objetivos plasmados no Programa Nacional de Reformas no âmbito da I&D, clima e energia, tendo-se este contributo revelado heterogéneo entre as diferentes áreas de atuação. De igual forma, existiu também um contributo para a Estratégia Marítima na Região Atlântica através da persecução (também esta heterogénea) das prioridades do Plano de Ação para uma Estratégia Marítima na Região Atlântica.

136. Em relação às metas de Portugal no âmbito da Estratégia Europa 2020, o contributo das operações Mar financiadas pelos FEEI observou-se nos objetivos de Reforço da I&D e Inovação e Clima e Energia do Programa Nacional de Reformas. No que se refere à meta de investimento em I&D de 1,8% do PIB, que em 2020 ainda se encontrava apenas nos 1,62%, o contributo das operações Mar terá sido relevante, tendo em consideração o peso que a Economia do Mar assume no total da economia portuguesa. Considerando os dados de 2019 da DGEEC, publicados no Relatório da Economia do Mar de 2021, a despesa em I&D equivalia a 105M€, equivalendo a 3,21% do total nacional, ligeiramente abaixo do valor da Economia do Mar no PIB em 2018 (5,1%). Não sendo possível quantificar o contributo dos FEEI na despesa em I&D para um ano em específico, o contributo direto pode ser quantificado através do peso do total do financiamento executado no total da despesa acumulada, onde o peso do financiamento das operações incluídas na componente de Ciência e Tecnologia da AP 1.3, em conjunto com as da tipologia de inovação da AP 3.1. e da Biotecnologia, equivaleu a perto de 17% da despesa em I&D da Economia do Mar entre 2014 e 2019 (93,7 M€ em 538,5 M€).³¹ Para além do contributo direto por via do financiamento de investimento em I&D, os FEEI tiveram também um contributo indireto, mas mais perene, por via do aumento da despesa em I&D das empresas apoiadas nos anos pós-projeto (analisados na QA1). Entre 2014 e 2019, a despesa em I&D empresarial na Economia do Mar registou um aumento expressivo, passando de 8M€ (13% do total) para 22M€ (21%).

137. Já na meta relativa ao peso das energias renováveis no consumo de energia final (meta de 31%), Portugal já tinha ultrapassado esse valor em 2020, atingindo 34%. Neste caso, o contributo das operações Mar financiadas no âmbito da AP dos Recursos Marinhos Energéticos mede-se de forma indireta, nomeadamente, através do peso da energia eólica gerada pelo *Windfloat Atlantic*, investimento pioneiro nas ERO em Portugal, cuja energia apenas pode ter sido transportada através do cabo submarino construído pela REN (operação mar financiada pelos FEEI). Nesse sentido, o contributo no peso no consumo da energia em 2020 foi ainda residual, situando-se em cerca de 0,1% do total da energia renovável produzida em Portugal (em ano cruzeiro corresponderia a 0,2%, dado ter apenas operado em pleno apenas metade do ano). O peso diminuto das ERO no contexto nacional é explicado pelo seu carácter embrionário, onde a maioria dos projetos são experimentais e assumem um elevado grau de incerteza em relação ao retorno sobre o investimento, levando a que os FEEI desempenhem um papel crucial no seu desenvolvimento, até que estas tenham maturidade suficiente para se tornarem atrativas no mercado e se massifiquem. No caso específico do cabo submarino, para além do efeito indireto na disseminação das ERO em Portugal, o seu contributo direto no transporte de energia renovável poderá ser alargado no futuro, com a expansão do parque eólico offshore, dado apenas se encontrar a operar a 40% da capacidade.

138. As operações Mar financiadas pelos FEEI tiveram também um contributo indireto para o cumprimento da meta relativa às emissões de GEE (39 MtCO₂eq, em 2020, face ao limite de 49,1), tanto por via da produção de energia renovável, como por via da melhoria da eficiência energética decorrente dos investimentos apoiados tanto no âmbito das embarcações, como na indústria transformadora ou nos edifícios em geral (mais ligados ao turismo).

139. Para além daquele que é o contributo das operações Mar para o cumprimento das metas Europa 2020, o VAE destas operações é também aferido pelo contributo para a concretização do Plano de Ação para uma Estratégia Marítima na Região Atlântica, que não tendo metas quantitativas apenas pode ser aferido de forma qualitativa. Em oposição à Estratégia Europa 2020, onde se esperava um contributo apenas parcial (apenas parte das metas são aplicáveis) e menos intenso, o contributo das operações Mar para o cumprimento dos objetivos do Estratégia Marítima na Região Atlântica tenderá a ser total e mais intenso.

140. De forma global, as operações Mar contribuíram para a concretização das quatro prioridades daquele Plano de Ação, contudo, com intensidades diferenciadas. O contributo dos FEEI para a concretização da Prioridade 3, relativa à melhoria da acessibilidade e a conectividade, assumiu maior relevância pelas intervenções nas infraestruturas portuárias, onde se incluiu a intervenção de carácter mais holístico que foi o projeto da JUL/Janela Única Portuária III (JUPIII) (EC4). De igual modo, observou-se um contributo efetivo para a Prioridade 4, de

³¹ O rácio do peso do financiamento no valor cumulativo da despesa em I&D poderá estar sub ou sobrestimado, dado verificar-se um desfasamento entre o período de referência das operações Mar (todas as operações ocorreram entre 2015 e 2020), e o dos dados de I&D da economia do mar (2014 e 2019).

criação de um modelo de desenvolvimento regional sustentável e socialmente inclusivo, sobretudo, em relação ao objetivo da preservação e promoção do património cultural do Atlântico através das operações inseridas na AP de Recreio, Desporto e Turismo, em particular, das ações dinamizadas pelos GAL costeiros. Já no que se refere ao objetivo de “promover um melhor conhecimento dos desafios sociais na Região Atlântica”, através da “elaboração de indicadores socioeconómicos no domínio marinho adequados e utilizáveis para avaliar, comparar e seguir a evolução da «economia azul»”, o contributo das operações Mar ocorre por via do financiamento da implementação do SEAMInd (indicadores e monitorização de suporte à ENM 13-20).

141. Em contraponto, o contributo dos FEEI para o cumprimento dos objetivos plasmados na Prioridade 1, da promoção do empreendedorismo e a inovação, foi superior na componente de investigação e tecnologia e na diversificação das atividades económicas ligadas aos setores tradicionais, mas ficou aquém do esperado no aumento de competências dos recursos humanos dos setores tradicionais da Economia do Mar, pelos fatores identificados na análise da QA1 (AP de Educação e Formação). De igual forma, o contributo para o cumprimento dos objetivos da Prioridade 2 tendeu a ser mais evidente ao nível da melhoria da segurança marítima e na exploração de novas formas de aproveitamento dos recursos marinhos, nomeadamente nas áreas da Biotecnologia Marinha e dos Recursos Energéticos. Tal como mencionado na análise da QA1 (AP 2.1 “Oceano, Atmosfera e Sistema Integrado”) existiu um contributo dos FEEI para a exploração e proteção das águas marinhas, contudo este foi insuficiente face às necessidades e desafios enfrentados, afigurando-se relevante o reforço do investimento para ultrapassar as lacunas existentes ao nível do conhecimento necessário para intervir nesta matéria.

Em termos de relevância no financiamento da Economia do Mar, a comparação dos FEEI com o Fundo Azul e as EEA Grants permite ainda concluir que ainda que apesar de o Fundo Azul e as EEA Grants apresentarem um financiamento médio por operação superior aos FEEI, em paralelo com maiores taxas de comparticipação, os FEEI assumem um peso bastante superior no financiamento total da Economia do Mar.

142. A análise conjunta dos dados de financiamento constantes no Relatório da Economia do Mar e das operações Mar apoiadas no âmbito do PT2020 permitem ainda comparar a relevância do financiamento FEEI com o financiamento atribuído através do Fundo Azul e das EEA Grants (Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu), entre 2017 e 2020. Os FEEI assumem um volume financeiro significativamente superior no financiamento da Economia do Mar (individualmente, as operações financiadas pelo Fundo Azul e as EEA Grants equivalem a 1% do total de operações Mar financiadas pelos FEEI e 2% do financiamento atribuído), sendo que contrariamente aos FEEI, estes dois mecanismos não abrangem todas as áreas programáticas (Quadro 6). Não obstante, estes programas incidem, mesmo que forma menos intensa, sob um leque alargado de áreas, assumindo uma relevância superior em AP onde os FEEI tendem a apresentar uma intervenção mais modesta (AP com menor peso na distribuição do financiamento FEEI, como a AP 1.1), atuando, por isso, como fontes de financiamento complementares aos FEEI.
143. Apesar de o valor absoluto do financiamento aprovado ser inferior no caso destas duas fontes de financiamento, o financiamento médio por operação é superior ao dos FEEI (200 milhares de euros, que comparam com 338 no caso do Fundo Azul e 661 no caso das EEA Grants), bem como a taxa média de comparticipação dos investimentos realizados (61% no caso dos FEEI, que comparam com 86% no caso do Fundo Azul e 100% no caso das EEA Grants). Contudo, os FEEI revelaram-se capazes de produzir um efeito de alavancagem superior (1,86€), que compara com 1,72€ no caso do Fundo Azul e 1,08 no caso das EEA Grants.

3.3. Questão de Avaliação 3 - Eficiência Operativa

OA3. Em que medida o modelo e os mecanismos de gestão do ITI Mar facilitam o cumprimento dos objetivos para que foi incluído no Acordo de Parceria entre Portugal e a Comissão Europeia?

144. A presente QA inclui duas componentes de análise: i) o modelo de governação do ITI Mar e a ii) articulação dos instrumentos de apoio no sentido da promoção do valor da Economia do Mar, do desenvolvimento científico e da transferência de conhecimento.
145. Na sua conceção, o ITI Mar assume-se como o instrumento de apoio à operacionalização da ENM 2013-2020, tendo por base uma intervenção em três dimensões distintas, correspondentes a diferentes momentos da execução dos FEEI, nomeadamente:
- assistir os promotores de projetos na área do mar por via da divulgação de oportunidades de financiamento pelos FEEI, esclarecimento e encaminhamento dos promotores para os apoios corretos e da disponibilização de uma plataforma para registo de potenciais promotores na área do mar;
 - orientar a monitorização e avaliação das componentes dos FEEI relacionadas com o mar, por forma a possibilitar a análise dos efeitos dos FEEI na ENM 2013-20;
 - dar suporte aos decisores políticos com intervenção ao nível das políticas do mar e dos FEEI e fomentar a articulação entre as diversas entidades nacionais que gerem os FEEI.
146. A implementação do ITI Mar ficou a cargo da Comissão de Implementação, constituída pela DGPM, AD&C, AG do PO Mar 2020 e AG dos programas operacionais temáticos, regionais (incluindo os do Continente, da RAA e da RAM) e dos programas operacionais da cooperação territorial (EA e MAC). Entre as responsabilidades atribuídas à comissão de implementação constavam as de criação de um quadro de referência, de monitorização, avaliação e de aconselhamento estratégico.
147. A coordenação e secretariado da comissão de implementação ficou a cargo da DGPM, que teve como outras competências específicas a operacionalização do mecanismo de assistência a potenciais promotores, em articulação com os restantes membros da comissão; a de monitorização estratégica e dos resultados dos FEEI no mar; e de representação da comissão em algumas das redes de articulação funcional previstas no modelo de governação dos FEEI. Adicionalmente, competia à DGPM a criação de protocolos com as CCDR, as comunidades intermunicipais (CIM) e as áreas metropolitanas (AM) para reconhecimento da componente “mar” das estratégias integradas de desenvolvimento territorial, estabelecidas ao nível das NUTS III.
148. No documento legislativo que estabeleceu o modelo de governança do ITI-Mar não ficou, no entanto, previsto o modelo e as fontes de financiamento da gestão por parte da comissão de implementação.

ITI-Mar teve um desempenho diferenciado no cumprimento das três funções atribuídas no respetivo modelo de governação, num quadro em que não foram atribuídos recursos à gestão deste instrumento. No âmbito da monitorização, o quadro de referência e metodologia de suporte à delimitação das operações Mar e o seu posterior acompanhamento foram eficazes e representam um avanço sem precedentes nos anteriores períodos de programação, tendo contribuído para uma maior visibilidade da Economia do Mar e para suportar os decisores de política pública nesta matéria. Neste domínio de suporte aos decisores políticos reconhece-se, contudo, que poderia ter existido uma intervenção reforçada do ITI Mar junto destes atores para suporte estratégico na definição e implementação de políticas públicas na área do mar. Também as funções de divulgação dos apoios e assistência aos potenciais promotores ficaram, contudo, muito aquém do previsto.

149. Na dimensão de divulgação e comunicação dos apoios, a perceção dos atores auscultados é a de que o ITI Mar acabou por ter uma atuação menos interventiva e mais distante dos potenciais promotores, reduzindo a sua eficácia face ao objetivo de assistência aos promotores (Anexos 6.1 e 6.2). Apesar da articulação feita com o cluster do mar e CCDR para chegar aos potenciais promotores, a falta de recursos financeiros e humanos (da DGPM enquanto entidade coordenadora) acabou por comprometer a amplitude de intervenção do ITI Mar junto

destes agentes, nomeadamente em matéria de divulgação de oportunidades de financiamento e na condução dos potenciais promotores até aos programas de financiamento adequados para apoiar os seus projetos³².

150. O processo de inquirição aos beneficiários não empresariais é ilustrativo de parte das lacunas que necessitam de melhoria ao nível do apoio prestado aos promotores, uma vez que a maioria dos inquiridos não tem conhecimento da existência deste instrumento nem percebe que existam vantagens inerentes à sua utilização para a implementação dos projetos (apenas 30% dos inquiridos não empresariais – os quais, à partida estão mais ligados ou acompanham as medidas de política pública em variados domínios - têm conhecimento da existência do ITI Mar, e apenas 11% reconhecem ter beneficiado deste instrumento durante o processo de candidatura e a implementação do projeto apoiado - Quadro A43). Adicionalmente, apenas 37% das sessões públicas de esclarecimento ligadas à temática do mar (Quadro A42), nas quais participaram apenas 18% dos inquiridos, foram promovidas por entidades integrantes do ITI Mar. Não se confirma assim o pressuposto PG I.O.4 (O ITI Mar promove a ligação entre os potenciais promotores e as oportunidades de financiamento dos FEEI), nem o PG.II.O.7 (Diálogo, troca de experiências e desenvolvimento de sinergias entre os *stakeholders* promove a otimização dos resultados).
151. Existe assim, nesta matéria, margem para progredir na operacionalização do ITI, o que exige maior articulação com outros atores (aprofundada no ponto seguinte) e maior presença no terreno. A reativação do atendimento ao empreendedor na DGPM ou o reforço do conteúdo do seu website visando auxiliar os promotores a enquadrar o seu projeto nos instrumentos de financiamento disponíveis.
152. A intervenção do ITI Mar em matéria de monitorização foi efetiva. Desde logo pelo trabalho desenvolvido, pela DGPM em articulação com os restantes membros da Comissão de Implementação, como suporte à definição do quadro de referência da metodologia a ser seguida pelos PO para a operacionalização da identificação e monitorização das operações na área do mar, tendo como suporte a identificação da intensidade de alinhamento entre a ENM 2013-2020, por um lado, e os OT/PI do Portugal 2020 e as Estratégias Nacional e Regionais de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente, por outro. Reconhece-se que este trabalho, sem precedentes nos quadros anteriores, foi absolutamente fundamental para a monitorização do Mar no âmbito dos FEEI, o qual se manifesta, em primeira instância, na publicação do Relatório anual de monitorização do ITI Mar - um instrumento de suporte à afirmação da Economia do Mar face ao seu núcleo duro associado às atividades da pesca.
153. Os bons resultados produzidos pelo trabalho desempenhado nesta vertente, em paralelo com as lacunas identificadas ao nível do acompanhamento mais próximo dos promotores, é sugestivo de que terão sido empreendidos mais esforços no desenvolvimento de mecanismos de acompanhamento dos PO, no que se refere às suas responsabilidades no âmbito da identificação monitorização das operações, do comparativamente com apoio prestados aos promotores, sugerindo a validação do RG II.O.5 (Desenvolvimento de mecanismos de acompanhamento privilegiando os processos e pouco orientado ao apoio dos promotores na obtenção de resultados). Contudo, esta alocação diferenciada de esforços não resulta necessariamente da atribuição de níveis de prioridade diferenciados aos dois âmbitos de acompanhamento, sendo relevante considerar o efeito comprometedor que a falta de recursos (humanos e financeiros) revelou na intervenção do ITI MAR junto dos promotores (anteriormente mencionado).
154. A função de avaliação está em curso, como previsto no Plano Global de Avaliação, com a realização da presente avaliação.
155. Adicionalmente, a função de monitorização realizada permitiu a mobilização de informação relevante para todos atores, públicos e privados, com interesse na Economia do Mar, mas também – e em particular – para os decisores de política pública, potenciando uma intervenção mais informada dos mesmos e facilitando o reporte do país a entidades internacionais onde se encontra representado.
156. Reconhece-se, contudo, que poderia existir uma intervenção de maior valor acrescentado por parte do ITI Mar no suporte a estes agentes, especialmente no que se refere à participação na dimensão estratégica das políticas

³² Verifica-se parcialmente o RG III.O.8 “Fragilidade dos mecanismos de governança do ITI (novidade, falta de recursos e o não reconhecimento do papel de liderança por parte de parceiros da Administração Central) mitiga os impactos desejados”. Com efeito tratou-se de um novo instrumento, que no caso do Mar assumiu características específicas, seja por via do âmbito de atuação (setorial e não territorial), seja pelo facto de não lhe terem sido atribuídos recursos, nem metas para os resultados da sua intervenção, o que mitigou a eficácia do seu desempenho nalgumas das funções que lhe foram atribuídas, em particular na mobilização da procura, que poderia catalisar maiores impactos na Economia do Mar.

públicas na área do mar, tirando partido do conhecimento específico da realidade e das necessidades na área que os participantes neste instrumento apresentam³³. A esse título, o ITI Mar poderia ter uma maior intervenção tanto na programação do lançamento de avisos, como no desenho dos AAC, através da qual o ITI Mar poderia contribuir para a criação de avisos em áreas insuficientemente cobertas face aos objetivos da ENM ou para a valorização do componente Mar nos avisos já criados. Ainda neste sentido, poderá ser relevante a representação do instrumento nas redes (e.g. Rede dos Sistemas de Incentivos, Rede de Educação e Qualificação), onde a sua participação possa ser mais ativa e produzir resultados mais concretos, além da participação já existente em Comissões de maior dimensão.

No âmbito da monitorização do ITI Mar, verificou-se um esforço para a articulação entre a DGPM, enquanto entidade coordenadora, e os restantes membros da Comissão de Implementação, tendo, contudo, sido assente numa base mais informal. A articulação mais efetiva com os membros da Comissão de Implementação foi condicionada pela diferenciação na importância atribuída pelas AG, a que se somou a elevada rotatividade dos seus pontos focais na Comissão.

157. A DGPM acompanhou a rede de avaliação do Portugal 2020 e articulou-se com as CCDR em matérias relacionadas com o mar, sendo que a articulação com outras entidades (por exemplo, com as CIM) não constituiu uma prioridade face à limitação de recursos próprios do ITI e à dificuldade de conciliar, em termos de recursos humanos, as funções específicas da DGPM e as de coordenação do ITI.
158. A articulação entre a DGPM e os membros da Comissão de Implementação, seja ao nível da definição do quadro de referência, seja ao longo do processo de monitorização, permitiu estabelecer boas relações informais, possibilitando uma fácil comunicação entre as partes, ainda que com limitações em termos de capacidade resposta de algumas AG. As exigências associadas ao processo de classificação/identificação das operações Mar, à luz do atual Quadro de Referência do ITI Mar, são percecionadas pelas AG dos PO como uma tarefa adicional que têm de executar num contexto de recursos técnicos deficitário face às funções que lhes estão atribuídas no âmbito dos respetivos PO. Consequentemente, sendo claro o objetivo do reporte para a DGPM, a importância dos resultados da monitorização não é percecionada por todos da mesma forma e a prioridade atribuída ao reporte também é heterogénea, levando a que a recolha de dados se prolongue muito para além do desejável³⁴, e concorrendo não só para diminuir a eficiência do processo de monitorização, mas também para a sua eficácia.
159. A diferenciada importância atribuída ao Mar nas “agendas” das AG, assim como a rotatividade dos pontos focais das entidades integrantes da Comissão de Implementação e das principais entidades envolvidas na estruturação da ENM (traduzindo-se na dificuldade desses representantes darem contributos que tenham em consideração o histórico das temáticas), assumiu-se como uma condicionante a uma cultura mais colaborativa, concorrendo para a validação parcial do RG I.O.3 (Frac sensibilidade e diminuta prática de uma cultura colaborativa entre entidades temáticas e setoriais tuteladas por áreas ministeriais distintas).

Apesar da apreciação do cumprimento da função de monitorização do ITI Mar ser no global positiva, este apresenta pontos de melhoria, nomeadamente ao nível da simplificação e antecipação da identificação e classificação das operações Mar, da definição de metas para a componente Mar dos indicadores de programação dos PO, da realização de sessões de esclarecimento juntos das AG dos PO e do reforço da articulação entre o ITI Mar e entidades regionais.

160. A atuação do ITI tem margem para melhorar também no que respeita ao próprio processo de monitorização e ao papel que o ITI pode ter para aumentar a visibilidade da Economia do Mar na sociedade portuguesa.
161. A exigência do atual processo de monitorização é também reforçada pela complexidade intrínseca ao método de classificação, à qual se acresce uma eventual necessidade de revisão subsequente à validação das classificações efetuada pela DGPM (muitas vezes à posteriori e prejudicando a eficiência de todo o processo). Assim, afigura-se relevante uma intervenção a este nível que permita uma simplificação do processo e o seu início ainda na fase de aprovação das candidaturas (desenvolvida pelas AG ou pelos OI).
162. O processo e os produtos da função de monitorização e avaliação poderiam ainda beneficiar de uma intervenção que permitisse a definição de metas para a componente Mar dos indicadores de programação dos diferentes PO

³³ Encontra-se assim validado apenas parcialmente o PG.I.O.5 “O modelo de governação do ITI Mar promove de forma eficaz a articulação entre os decisores de política pública do mar e as AG dos PO”.

³⁴ A base de dados de suporte ao processo de monitorização só fica estabilizada quando a última AG reporta, pelo que só a partir desse momento se consegue dar seguimento ao processo de monitorização. A morosidade no reporte de informação por parte dos PO foi claramente vivenciada no presente exercício de avaliação.

e um alinhamento mais consistente entre as PI e as AP, que, por força dos diferentes graus de abrangência, acaba por ocorrer de forma pouco uniformizada. Esta intervenção poderá passar pela conceção de uma solução metodológica a incluir no Quadro de Referência do ITI Mar. Todavia, o sucesso do Quadro de Referência do ITI Mar enquanto potenciador da consistência da informação reportada encontra-se dependente da adoção generalizada das orientações neste plasmadas, por parte dos PO. Sendo a aplicação heterogénea destas orientações um constrangimento à harmonização da informação reportada à/pela DGPM, identificado em sede de Focus Group, poderia ser útil a realização de sessões de esclarecimento junto dos PO para melhor explicitar os critérios e métodos de operacionalização da metodologia proposta.

163. Adicionalmente, os atores auscultados (Anexos 6.1 e 6.2) consideram que, não existindo um acompanhamento suficientemente próximo dos beneficiários, a eficácia e a eficiência na implementação dos projetos poderia ser reforçada através da intervenção mais próxima do ITI Mar, que poderia até resultar de uma colaboração mais próxima com as AG. A este reforço do acompanhamento, poderia juntar-se uma maior intervenção no sentido de estimular/ potenciar sinergias entre promotores para que possam, conjuntamente, desenvolver projetos de maior dimensão, no sentido de potenciar economias de escala e o aprofundamento dos seus resultados através do enquadramento das iniciativas em outros instrumentos de financiamento comunitário nos quadros de programação seguintes (e.g. Horizonte 2020).
164. Ainda ao nível da intervenção regional do ITI Mar como estímulo à eficácia e eficiência das intervenções, a boa articulação estabelecida com as diferentes entidades de âmbito regional pode ser reforçada, estreitando a colaboração com as CCDR, CIM, municípios de comunidades azuis e da participação em fóruns regionais. Esta articulação afigura-se particularmente útil no contexto de um novo quadro de programação caracterizado pelo reforço do papel das RIS3 e da importância atribuída ao mar enquanto recurso.

Os diferentes instrumentos de financiamento mobilizados no âmbito da ENM apresentaram-se como complementares, sendo esta complementaridade mais expressiva entre os FEEI e os outros fundos. Contudo, esta dinâmica não permitiu cobrir todas as necessidades de financiamento, sendo a Ciência e Tecnologia a área que mais se destaca nesta dimensão.

165. No que diz respeito à complementaridade dos instrumentos de financiamento, no cômputo geral, existiu a preocupação com uma articulação eficiente entre os principais instrumentos financiadores de política pública na temática do mar, não só porque os recursos FEEI não são suficientes para operacionalizar a ENM, mas também com o intuito de evitar a duplicação de financiamento mesmo entre instrumentos com enquadramento nos FEEI. O Estudo de caso do Cluster do Mar Português (O), evidencia exatamente esta preocupação para a necessidade de aproveitar uma articulação entre fundos enquanto estratégia de financiamento e sustentabilidade das atividades dos promotores. Neste caso, o Fórum Oceano, entidade responsável pelas 8 operações dinamizadas pelo Cluster (integradas nas AP da ENM 1.3 e 5.1), explora a possibilidade de utilização de outros programas de apoio direto comunitário ou de apoio público (e.g. COSME, ERASMUS+, entre outros) para encontrar alternativas de financiamento e formas de garantir a continuidade das suas atividades (de eficiência coletiva) e a sua sustentabilidade.
166. Neste âmbito, a complementaridade é heterogénea por AP, resultando da articulação diferenciada entre os diversos fundos e as AP (Quadro 6). Consequentemente, considerando o reconhecimento generalizado entre os *stakeholders* do contributo destes fundos para a operacionalização da ENM, considera-se que seria relevante alargar a monitorização e avaliação a cargo do ITI Mar a estes instrumentos, o que requer o desenvolvimento de novas metodologias de alinhamento entre estes e a ENM.
167. O processo de auscultação de *stakeholders* relevantes (Anexos 6.1 e 6.2) e beneficiários sugere que a articulação entre instrumentos de financiamento se realizou tendencialmente por via da atribuição articulada de financiamento às operações apoiadas, com recurso a orientações que permitissem evitar a canibalização de apoios entre si, e em menor grau através da articulação entre projetos que apresentem fontes de apoio distintas (89% dos beneficiários empresariais e 79% dos não empresariais, ponderado por investimento elegível, não procurou estabelecer algum tipo de articulação do projeto com projetos apoiados por outros instrumentos de financiamento nacionais e/ou comunitários). Nos casos em que os beneficiários reportam a existência de uma articulação entre projetos financiados por outras fontes, na esmagadora maioria referem-se a fontes de financiamento de origem comunitária (67% das fontes reportadas entre os inquiridos não empresariais e 92% entre as reportadas entre inquiridos empresariais), entre os quais FEEI (58% no caso dos beneficiários não empresariais e 69% no caso dos beneficiários empresariais). A auscultação de *stakeholders* relevantes revela também que a complementaridade entre instrumentos financiadores que se procurava desenvolver se materializou de forma mais evidente entre os FEEI e outras fontes de financiamento, nomeadamente as EEA *Grants*, o Horizonte 2020 e *Connected Europe Facility* (CEF) (validando parcialmente o PG III.0.10).

168. Entre os diferentes fundos que compõem os FEEI, reconhece-se também, na generalidade, uma reduzida sobreposição do financiamento. Contudo, a auscultação de *stakeholders* relevantes permitiu identificar a existência de zonas de indefinição naquilo que é matéria de financiamento do FEAMP (PO Mar) e outros Fundos da Política de Coesão (PO regionais), nomeadamente em matéria de apoio a projetos que contém tanto a componente de I&D empresarial, como de inovação no setor da pesca.

Quadro 6. Fundos adicionais aos FEEI que contribuem para o financiamento das AP da ENM³⁵

| Área Programática | Fundo Azul | EEA Grants | LIFE | COSME | Horizonte 2020 | CEF |
|--|------------|------------|------|-------|----------------|-----|
| 1.1 Administração, Pensamento e Ação Estratégica, Identidade e Cultura | ● | ● | | | ● | |
| 1.2 Proteção e Salvaguarda | ● | | | | | |
| 1.3 Educação, Ciência e Tecnologia | ● | ● | | ● | ● | |
| 2.1 Oceano, Atmosfera e Sistema Integrado | ● | ● | ● | | ● | |
| 3.1 Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura | ● | | | ● | ● | |
| 3.2 Biotecnologia Marinha | ● | ● | | ● | ● | |
| 4.1 Recursos Minerais Marinhos | ● | ● | | ● | ● | |
| 4.2 Recursos Energético Marinhos | ● | ● | ● | ● | ● | ● |
| 5.1 Recreio, Desporto e Turismo | | ● | | ● | | |
| 5.2 Portos, transportes e logística | | ● | | ● | ● | ● |
| 5.3 Construção, Manutenção e Reparação Naval | | ● | | ● | | |
| 5.4 Obras marítimas | | ● | ● | | | |

Fonte: EY-Parthenon, com base nos objetivos de programação e áreas de intervenção dos diferentes fundos, comunicadas nos sites oficiais para o efeito, bem como nos objetivos das Áreas Programáticas identificados no Quadro de referência do ITI Mar e na tipologia de operações apoiadas pelos FEEI.

Legenda: ● Alinhamento de maior intensidade ● Alinhamento de menor intensidade

169. Apesar destes resultados em termos de complementaridade, parte dos atores auscultados considera que existem áreas nas quais as necessidades de financiamento não estão totalmente cobertas, nomeadamente ao nível dos

³⁵ A análise de alinhamento dos diferentes fundos nacionais e europeus com as AP subjacente ao quadro, teve por base os objetivos de programação e áreas de intervenção dos diferentes fundos, comunicadas nos sites oficiais, sendo esta complementada com informação pública relativa aos projetos apoiados, sempre disponível (e.g. EEA Grants). No alinhamento foram considerados dois níveis de intensidade, sendo mais intenso nos casos onde se observou uma alinhamento total dos objetivos ou dos projetos com as AP. Para o alinhamento com as EEA Grants foram considerados os programas "Crescimento Azul", "Ambiente" e "Cultura". Esta análise foi posteriormente complementada com a análise da lista de projetos desenvolvidos nestes programas. Para o alinhamento com o programa Fundo Azul foi considerado o financiamento ao desenvolvimento da economia do mar, à investigação científica e tecnológica do mar, monitorização e proteção do ambiente marinho e à segurança marítima, conforme identificado na página da DGPM destinada ao fundo. Para o alinhamento com o programa LIFE consideraram-se os sub-programas destinados à Natureza e biodiversidade, Adaptação às alterações climáticas, Transição energética. Para o alinhamento com o programa Cosme consideraram-se os objetivos do programa, nomeadamente a promoção de acesso a novos mercados para PMEs, o Apoio a empreendedores e a melhoria das condições para a competitividade, descritos na página da Comissão Europeia destinada ao programa. Para o alinhamento com o Horizonte 2020 foram considerados o Pilar I, II e III (concretamente os desafios sociais 2, 3, 4, 5, 7, conforme identificado no portal de informação europeia ao cidadão (Eurocid), disponibilizado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros). Para o alinhamento com o programa CEF foi considerada a intervenção do programa nos setores dos transportes e energia, descritos na página da Comissão Europeia destinada ao programa.

apoios à qualificação na área da Economia do Mar, do empreendedorismo de base tecnológica e ao nível da ciência e tecnologia, na qual parte da procura específica feita pela comunidade científica (e.g. financiamento de acesso/observação direta no mar e zonas de teste) não é elegível ou é insuficiente ao abrigo dos apoios concedidos, sendo a Oceanografia e a Energia Renovável Marinha as áreas que apresentam maior insuficiência de financiamento. Concretamente, na área da ciência e tecnologia, os FEEI não se revelam suficientes para suportar as iniciativas desenvolvidas (e.g. apoiar projetos de investimento de exploração do Mar Profundo), sendo importante articular os FEEI com outros fundos (e.g. EEA Grants, H2020, etc) que permitam cobrir de forma mais aprofundada e eficiente o financiamento das atividades dinamizadas, alavancando o valor do mar neste domínio.

170. Neste âmbito, o reforço da rede comunicacional entre os diversos intervenientes em matéria de financiamento de iniciativas ligadas à Economia do Mar poderá contribuir para a eficiência no apoio aos projetos, minimizando a concorrência entre fundos e reforçando a cobertura em áreas com maiores lacunas de financiamento, com especial relevância na área de Ciência e Tecnologia onde a mobilização dos FEEI para iniciativas internacionais também se apresenta como relevante.
171. De salientar que, dada a dimensão da Zona Económica Exclusiva (ZEE) portuguesa, o país apresenta forte potencial para alimentar um crescimento, porventura, disruptivo, ao nível de dinâmicas estruturais na área do mar que só serão possíveis com uma efetiva articulação de fundos nacionais e internacionais.

4. Conclusões

O presente capítulo apresenta as conclusões da avaliação, organizadas por questão de avaliação.

Eficácia, Impacto e Sustentabilidade

- C1. A generalidade dos instrumentos de apoio mobilizados revelou-se adequada às necessidades do setor e alinhada com os objetivos da ENM 13-20, sendo a única exceção observada no domínio do Capital Humano, onde os apoios à formação não superior se encontram desalinhados com as necessidades inerentes às atividades nucleares da Economia do Mar.
- C2. Com exceção dos enquadrados no PO Mar, a generalidade dos AAC não foi alvo de um alinhamento intencional com a Economia do Mar e a sua divulgação tendeu a não considerar as especificidades do público-alvo que compõe o universo Mar. Esta limitação ao nível da focalização da oferta, conjugada com o menor desempenho do ITI Mar na função de encaminhamento de promotores para oportunidades de financiamento, contribuiu para a manutenção da perceção da Economia do Mar enquanto agregado limitado aos setores tradicionais apoiados pelo PO Mar.
- C3. Apesar de, à data de reporte da avaliação, a taxa média de realização financeira das operações Mar se revelar reduzida (48%) e abaixo da média do PT2020, a maioria das operações deverá ser concluída sem quebras na execução financeira. Os constrangimentos inerentes à menor capacidade de execução financeira tendem a estar associados à pandemia COVID-19 (e.g. interrupção da implementação de operações, restrições na aquisição de equipamentos, aumento do preço das empreitadas de construção, disrupção do mercado internacional).
- C4. A realização física das operações tendeu a acompanhar a sua realização financeira e afigura-se alcançável à data das metas contratualizadas. Existe, contudo, um atraso na produção dos resultados contratualizados com os PO, sendo que para muitos indicadores ainda não existem dados reportados ou, existindo, se encontram aquém das metas. Para este atraso contribuem i) o reduzido número de operações concluídas (taxa média de conclusão de 25% que não são compensações), ii) a influência de fatores externos de contexto sobre alguns dos resultados previstos e, em alguns casos, iii) significativas quebras de investimento aprovado.
- C5. A conjuntura económica associada à pandemia COVID-19, a dificuldade de atração de recursos humanos e a morosidade dos procedimentos de contratação pública, bem como a exigência dos processos administrativos associados aos FEEI, assumem-se como fatores condicionantes dos resultados, transversais às diferentes AP.
- C6. Não obstante, as operações apoiadas deverão ser capazes de produzir impactos relevantes na Economia do Mar, entre os quais se destacam:
 - o reforço da capacidade científica e tecnológica nacional, nomeadamente no setor não empresarial através, por exemplo, da indução de cerca de 12% da despesa em I&D da Economia do Mar realizada pelo Estado e Ensino Superior entre 2014 e 2020 e do reforço das infraestruturas de investigação (30 infraestruturas abrangendo cerca de 800 investigadores);
 - o estímulo de novas áreas de ação com elevado potencial económico, onde se destacam os apoios às empresas ligadas à Biotecnologia Marinha (15% das empresas do agrupamento da CSM foram apoiadas pelos FEEI);
 - o reforço do capital humano por via do financiamento de bolsas do ensino superior, em particular de doutoramento (cerca de 33% das bolsas de doutoramento foram financiadas via FEEI);
 - a criação de emprego líquido (3.808 postos de trabalho gerados via operações dos SI, equivalendo a 8% do emprego adicional na Economia do Mar);
 - um contributo para a potenciação dos efeitos pretendidos na generalidade das restantes áreas de intervenção não mercantis ou de suporte à Economia do Mar (e.g. AP 5.1, AP 5.2, AP 5.4).

Contributo do FEAMP para as alterações de contexto

- C7. O apoio financiado pelo FEAMP concentrou-se nas AP associadas aos setores nucleares do Mar, nomeadamente nas AP 3.1 (Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura), 1.1 (Administração, Pensamento e Ação Estratégica, Identidade e Cultura) e 1.2. (Proteção e Salvaguarda).
- C8. No âmbito da pesca, o FEAMP contribuiu para a atenuação da perda de competitividade do segmento das capturas, tendo para tal concorrido as intervenções promotoras da segurança alimentar e eficiência energética, bem como para a recuperação dos stocks de biomassa e para a manutenção da atividade e salvaguarda do rendimento da generalidade das frotas em situação de desequilíbrio. Contudo, os apoios direcionados à modernização de motores e das embarcações assumiram uma reduzida relevância no contexto nacional, pautado

por uma frota envelhecida. Também os apoios à aquicultura assumiram um contributo diminuto para um dos resultados pretendidos, nomeadamente o aumento da produção aquícola nacional, ainda que seja plausível que este contributo se venha a afigurar mais relevante com o aumento do número de operações concluídas.

- C9. Os apoios do FEAMP atenuaram a perda de competitividade internacional (deterioração da balança comercial) da indústria transformadora do pescado, contribuindo para melhorar o desempenho das empresas apoiadas em matéria de VAB, exportações e emprego, bem como o volume de primeiras vendas em regime OP e não-OP.
- C10. No domínio do Recreio, Desporto e Turismo (AP 5.1), o contributo para a alteração de contexto, nomeadamente para a diversificação das economias das comunidades costeiras e criação de emprego, por via da atuação dos GAL costeiros, revelou-se: i) diminuto, devido à reduzida relevância dos projetos no contexto, sobretudo, nos territórios mais desenvolvidos e densamente povoados; e ii) heterogéneo, dependendo do nível de proximidade dos GAL com os territórios intervencionados (populações, agentes económicos, etc). Contudo, estes projetos poderão contribuir para futuras alterações de contexto relevantes, ao assumirem-se como base de trabalho de iniciativas futuras.
- C11. Os resultados das operações apoiadas nas AP 1.1 e 1.2 tendem a manifestar-se no contexto de forma indireta, contribuindo para a efetiva execução da PCP e PMI por via da maior capacitação das autoridades e entidades do Mar e do apoio à melhoria do conhecimento do meio marinho.

Relevância das estratégias de especialização inteligente (RIS3) nacional (ENEI) e regionais (EREI)

- C12. As operações Mar alinháveis com as estratégias de especialização inteligente (RIS3) nacional (ENEI) e/ou regionais (EREI) representam 44% do fundo aprovado e concentram-se nas AP 1.3 Educação, Ciência e Tecnologia e 5.1 Recreio, Desporto e Turismo.
- C13. Do total de operações Mar com algum alinhamento com as estratégias de especialização inteligente nacional e/ou regionais, a maioria (73%) encontra-se alinhada com o domínio do Mar e metade destas enquadram-se em hotelaria e I&D. As restantes operações enquadram-se nos domínios ENEI “Água e Ambiente”, “Agroalimentar”, “Turismo”, “Saúde” e “Tecnologias de Informação e Comunicação”.
- C14. A totalidade das operações apoiadas no PO Açores e MAC evidenciam um alinhamento com o domínio estratégico Mar. Contrariamente, em termos territoriais, na AML e no Alentejo, mais de metade das operações alinhadas com RIS3, não se enquadram no domínio estratégico Mar.
- C15. Apesar da Economia da Mar ter sido definida, na generalidade das estratégias de especialização inteligente nacional e regionais, como um domínio temático estratégico de longo prazo, para o qual importava garantir e estimular o respetivo alinhamento das operações classificadas como Mar, este não se tem verificado totalmente, registando-se alguma falta de dinâmica e foco não só na organização da oferta como no estímulo da procura neste domínio.

Áreas Programáticas 1.1. “Administração, Pensamento e Ação Estratégica” e AP 1.2 “Proteção e Salvaguarda”

- C16. Os incentivos concedidos nestas áreas envolvem 44 operações e representam 3,4% dos FEEI atribuídos ao Mar, maioritariamente atribuídos pelo PO Mar e situados na AML, em linha com a localização geográfica das entidades da Administração Central. Os apoios são adequados às necessidades do público-alvo e as operações apoiadas encontram-se alinhadas com os objetivos das AP. Os atrasos na realização financeira das operações limitam a análise de resultados, reclamando um acompanhamento próximo da execução por parte das AG até ao final do período de programação.
- C17. Uma vez concluídas, estas operações deverão contribuir para as alterações de contexto que se pretendiam produzir com a implementação da ENM, intensificando a intervenção do Estado no Mar, nomeadamente por via do reforço da capacidade de execução da PCP e da PMI e da implementação de medidas que potenciem a capacidade de resposta a situações de catástrofe. Este contributo tende a acontecer direta e indiretamente, através da potenciação dos impactos das outras AP, não tendo sido na maioria dos casos passível de quantificação. O valor acrescentado destes apoios, que deriva deste contributo e que é reforçado pela predominância de entidades públicas entre os seus beneficiários, sugere a importância da sua continuidade.

Área Programática 1.3. “Educação, Ciência e Tecnologia”

- C18. O setor marítimo, por questões associadas à sua regulamentação, é dos que apresenta uma maior propensão para participação em iniciativas de Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV), mas a maioria do financiamento foi atribuído a operações no âmbito do ensino superior (bolsas).
- C19. A oferta formativa não superior apoiada pelo PT2020 apresenta, nos cursos não superiores, um evidente desalinhamento com as necessidades do público-alvo, para o qual concorre o desalinhamento entre as características (nomeadamente em duração, número mínimo de alunos e enquadramento no CNQ) dos cursos

mais relevantes para o público-alvo e as características de elegibilidade para financiamento. Os cursos ministrados pelo FOR-MAR, principal entidade formadora nas atividades nucleares da Economia do Mar, não foram apoiados pelos FFEI.

Este desalinhamento concorre para que as alterações de contexto produzidas pelas operações apoiadas nesta componente encontrem aquém do esperado (criação de emprego e do reforço da adesão a cursos que colmatem as necessidades da economia e especializem os profissionais).

- C20. Os incentivos enquadrados na AP Ciência e Tecnologia representam uma parte importante (16%) do financiamento FEEI no Mar, tendo-se dirigido para o apoio a infraestruturas de I&D, projetos de IC&DT e projetos de I&DT empresarial e assumindo sobretudo um carácter multiregional.
- C21. A dinâmica das infraestruturas de investigação ligadas diretamente com a temática do Mar, tem permitido aumentar a capacidade científica e tecnológica do país e, conseqüentemente, estimular o desenvolvimento de novas áreas de ação, na sequência de novos serviços de apoio disponibilizados nessas infraestruturas.
- C22. Os projetos apoiados nesta AP contribuem para o aumento da inovação (e.g. introdução de novos produtos no mercado), por via da intensificação das despesas em I&D quer nas empresas quer nas entidades não empresariais, acompanhando a tendência e estrutura nacional. A pandemia COVID-19 condicionou a realização dos projetos empresariais e os seus resultados, pelo que alguns destes efeitos apenas impactarão a economia no horizonte da sua conclusão.
- C23. Predomina ainda, comparativamente com outras realidades nacionais, uma insuficiente transferência de conhecimento entre Academia e tecido Empresarial, realidade para a qual terá contribuído a dificuldade verificada dos apoios disponibilizados na criação de redes que, de forma continuada, facilitem a partilha de informação e comunicação entre os atores. Por outro lado, prevalece igualmente, do lado empresarial, uma insuficiente sensibilidade para os benefícios do envolvimento das empresas em atividades de I&D ligadas ao Mar, a que acrescem dificuldades de financiamento (dependência do pré-financiamento), com conseqüências nefastas no diálogo inicial e colaboração desejada com o SCTN no momento de execução dos projetos. Estas condicionantes concorrem para que exista do lado das entidades do SCTN uma maior facilidade em colaborar com empresas de nível europeu e parceiros internacionais do que com os seus congéneres nacionais.

Área Programática 2.1. "Oceano, Atmosfera e Sistema Integrado"

- C24. Os projetos enquadrados nesta AP representam apenas 2% do apoio concedido e foram mobilizados sobretudo pelo PO SEUR. Apesar da menor taxa de realização da PI 6.4 à data de reporte poder condicionar o alcance dos respetivos resultados, os apoios contribuíram, por um lado, para reforçar o conhecimento sobre a evolução e alterações do clima e sobre as soluções para mitigar os riscos, impactes e vulnerabilidades associadas e, por outro lado, para melhorar a proteção da biodiversidade e a dinamização dos serviços de ecossistemas marinhos e costeiros.
- C25. Observa-se um reforço das capacidades nacionais de adaptação, assente no planeamento (31 instrumentos de planeamento e gestão elaborados, avaliados ou revistos), no conhecimento, na monitorização, na comunicação e na sensibilização. Em 2020, 228 Municípios possuíam um plano de identificação de vulnerabilidades e riscos, encontrando-se executadas 45% das medidas de adaptação às alterações climáticas identificadas no âmbito desses instrumentos de planeamento e gestão.
- C26. Regista-se uma evolução positiva em termos de promoção e manutenção do estado de conservação favorável das espécies e habitats protegidos, bem como a proteção dos ecossistemas marinhos. Contabilizam-se no âmbito dos projetos enquadrados na ENM, 94 177 ha de superfície de habitats apoiados para atingirem um melhor estado de conservação, 157 estudos de caso e ações piloto implementados; 51 244 participantes em ações para a disseminação e capitalização de resultados, embora com caráter transnacional. Os apoios foram importantes e contribuíram para alcançar resultados muito positivos ao nível da melhoria do conhecimento, mas foram menores em termos de evolução do estado de conservação.
- C27. Os avanços obtidos ao nível da informação (aumento, atualização, colmatação de lacunas) concorrem de forma expressiva para o reforço da capacidade científica nacional e do conhecimento do Oceano e, em menor escala, para aumento da sustentabilidade dos recursos pesqueiros.
- Têm sido dados passos muito positivos para o cumprimento do Bom Estado Ambiental da Diretiva Quadro da Estratégia Marinha, carecendo, contudo, de uma resposta mais consistente nos domínios da eutrofização, do peixe e marisco comercial e de contaminantes em produtos do mar.
- C28. A pandemia e os processos de contratação pública condicionaram a prossecução de resultados. Pelo contrário, a capacidade de mobilização e envolvimento de atores-chave, a definição de modelos de governação multinível eficazes e a abrangência e qualidade das parcerias desenvolvidas foram dimensões relevantes para os resultados obtidos.

Área Programática 3.1. “Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura”

C29. A AP 3.1 acolhe 20% do apoio comunitário das operações Mar, é financiada pelo MAR2020 e integra os apoios de rendimento no âmbito de atividades da pesca e indústria do pescado (que abrangem a maioria das operações, mas reduzido valor de financiamento) e incentivos ao investimento na captura, na indústria do pescado e na aquicultura. Destacam-se, pela sua relevância financeira, as medidas de apoio aos portos de pesca, lotas e instalações destinadas à recolha de lixo, à indústria de transformação de produtos da pesca e aquicultura e ao desenvolvimento sustentável da aquicultura.

C30. A larga maioria dos instrumentos estão, por definição, alinhados com a ENM, e as metas dos indicadores encontram-se alcançadas ou com boas perspectivas de cumprimento no final do período de programação.

Algumas tipologias de operação não se encontram totalmente adequadas, em âmbito e forma, às necessidades e perfil do público-alvo (e.g. apoio ao arranque de atividade pelos jovens pescadores, investimentos a bordo). Conjuntamente com este fator, o desconhecimento de instrumentos de financiamento complementares ao PO Mar, por parte dos potenciais promotores, contribuiu para uma menor adesão aos apoios face ao potencial de complementaridade dos instrumentos disponíveis. No caso concreto dos investimentos a bordo, ainda que se afigurem importantes (pelo contributo para o reforço da eficiência energética, condições de segurança e higiene, bem como da vida útil das embarcações apoiadas), estes não ocorreram numa escala suficientemente relevante para alterar o contexto da frota nacional, marcado pelo envelhecimento e decréscimo o número de embarcações. Neste contexto, o financiamento da aquisição de novas embarcações para substituição das embarcações com elevado grau de obsolescência (por oposição ao seu recondicionamento) afigura-se como a solução mais eficaz para o envelhecimento identificado.

C31. As restrições à captura, em paralelo com o apoio à cessação de atividade da pesca e uma maior consciência dos profissionais (aparentemente capazes de reorientar as capturas para espécies que se enquadram na mesma arte da pesca) para a importância de efetuar uma gestão sustentável dos stocks de pescado, têm contribuído para a proteção da biomassa marinha.

Contudo, as restrições às capturas representaram, a par da frota crescentemente envelhecida, um dos principais entraves à expansão produtiva do segmento das capturas que, apesar de ter beneficiado de um contributo positivo dos FEEI para a melhoria da competitividade, permaneceu insuficiente para satisfazer as necessidades da procura doméstica (final e para indústria).

C32. A jusante da cadeia de valor, os apoios atribuídos contribuíram para reforçar a competitividade da indústria transformadora de pescado à escala internacional (modernização, eficiência energética, internacionalização, inovação e expansão produtiva), não tendo, contudo, sido suficientes para contrabalançar o aumento das importações potenciado pela falta de matéria-prima no mercado doméstico (atum e sardinha), que se traduziu numa redução do saldo credor da balança comercial deste segmento.

C33. A produção aquícola tem vindo a assumir uma relevância crescente na produção nacional de pescado. Contudo, num contexto de baixa realização financeira, apenas 4% do aumento da produção em volume é atribuível às operações apoiadas, não se reconhecendo à data de corte um contributo significativo dos FEEI neste sentido.

Área Programática 3.2. “Biotecnologia Marinha”

C34. A biotecnologia marinha é uma área com elevado potencial económico, mas que assume ainda uma reduzida relevância económica na Economia do Mar em Portugal. Considerando o carácter embrionário do setor, os apoios dos FEEI, alinhados prioridades da ENM, assumiram um contributo relevante no apoio às empresas do setor (tendo apoiado 15% das empresas que compõem o agrupamento “Novos usos e recursos do mar” da CSM), em particular em matéria de inovação e internacionalização.

Área Programática 4.1. “Recursos Minerais Marinhos”

C35. Os apoios do PT2020 enquadrados nesta Área Programática (oito operações visando sobretudo alavancar e reforçar a competitividade de iniciativas empresariais associadas à exploração de sal/sal-gema/flor de sal) contribuíram para reforçar a exploração sustentável dos recursos minerais marinhos e, complementarmente, para aumentar a competitividade das empresas nacionais que exploram e comercializam este tipo de recursos.

As intervenções apoiadas centraram-se na adoção de novas tecnologias e na contratação de pessoal especializado, contribuindo assim para a exploração sustentável destes recursos (introdução de boas práticas ambientais), a criação de valor e a penetração em novos mercados.

Área Programática 4.2. “Recursos Energéticos Marinhos”

C36. Os apoios do PT2020 enquadrados nesta Área Programática - 17 operações que, com exceção do Cabo Submarino de Viana do Castelo, são maioritariamente projetos-piloto de pequena escala, não rentáveis -, foram

financiados maioritariamente pelo PO SEUR. A procura foi condicionada, quer pelas opções assumidas regulamentarmente ao nível das elegibilidades (projetos piloto de energias renováveis ou com tecnologias testadas, mas não disseminadas), quer pela existência de riscos tecnológicos e de mercado associados a tecnologias emergentes e pouco disseminadas.

- C37. As operações visam sobretudo desenvolver as energias renováveis offshore, nomeadamente criando as condições e testando novas soluções para um maior aproveitamento do potencial de crescimento da economia azul e da especialização marítima (energia offshore renovável). Contribuíram para aumentar a produção, a distribuição e a utilização de fontes de energias renováveis, aproveitando as condições ambientais favoráveis do nosso país, nomeadamente ao nível das energias renováveis marítimas (ERM).
- C38. A capacidade adicional de produção de energia renovável e a produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis através de novas tecnologias ou tecnologias pouco disseminadas no território nacional foram significativamente incrementadas (incremento de 25 420 MW na capacidade instalada de ERO, por fonte de energia primária - ondas e marés, e eólica em mar aberto e os 126 EC e ações-piloto implementados). Os projetos apoiados concorrem, em parte, para uma tendência de redução da dependência energética do país face ao exterior (74,8%, em 2013, 63%, em 2020), e, por outro lado, para uma maior representatividade que as ERO assumem no mix energético nacional.
- C39. Releva, pela positiva, a construção do cabo submarino para receção de energias offshore na zona piloto de Viana do Castelo, com investimento elegível de 50M€. Este garante capacidade para transportar a energia produzida em fases subsequentes, onde serão instaladas novas centrais renováveis na Zona Piloto, sem necessidade de investimentos adicionais, contribuindo para colocar Portugal no topo europeu da produção de energia azul.

Área Programática 5.1. "Recreio, Desporto e Turismo"

- C40. A AP "Recreio, Desporto e Turismo" assume-se como uma das mais relevantes no financiamento comunitário a operações Mar (23% do total - 313M€, metade dos quais financiados pelo PO Açores). O financiamento destas operações ocorreu sobretudo por via dos GAL e dos sistemas de incentivos do Continente e dos Açores, representando entre 15% e 18% do financiamento das PI em causa nos POR Açores e Algarve.
- C41. A maioria das operações está relacionada com os setores da hotelaria e restauração, apesar do foco estratégico desta AP na ENM se situar sobretudo no desenvolvimento e fortalecimento da náutica. Apesar de a maior parte dos promotores inquiridos referir um aumento da procura por parte dos jovens nas atividades náuticas de recreio durante o período de programação, verifica-se que apenas uma pequena percentagem das operações inseridas nesta AP se traduz em investimentos em atividades náuticas para jovens.
- C42. Os apoios dos FEEI enquadrados nesta AP contribuem para o aumento da atividade turística local e para a valorização e potenciação das cadeias de valor centradas nos recursos locais/regionais. Os promotores não empresariais (PI 6.3) salientarem, contudo, limitações dos apoios no financiamento de projetos de melhoria das infraestruturas de apoio ao dinamismo dos segmentos do recreio, desporto e turismo (vertente da náutica inclusive), tão importantes para o desenvolvimento deste setor.
- C43. A capacidade de execução dos investimentos das DLBC e das atividades apoiadas nas prioridades 9.6, 9.10 e EP4 revelou-se relativamente modesta, limitada pela capacidade de gestão dos GAL no estímulo da procura e que terá sido prejudicada por vários constrangimentos identificados pelos stakeholders, como o atraso no arranque dos quadros de programação e a indefinição inicial do funcionamento dos GAL que impactaram negativamente com a capacidade de organização e gestão destas estruturas, já por si com dificuldades de captação e manutenção de recursos técnicos qualificados necessários para as competências atribuídas.
- C44. A dimensão média dos projetos apoiados pelos GAL e a sua escala não parecem ter no curto prazo capacidade de promover alterações de contexto de referência, sendo, no entanto, muito importantes para lançar as bases e as iniciativas que poderão promover essas alterações futuras. Os efeitos dos projetos apoiados pelos GAL parecem ser tanto mais significativos quanto menos densos/desenvolvidos são os territórios onde estão inseridos (interior vs litoral, menor vs maior densidade).
- C45. Para uma efetiva diversificação económica nos territórios de intervenção, as Estratégias de Desenvolvimento Local terão que ter nos GAL um papel mais ativo no lançamento e focalização dos concursos e na sensibilização da procura para as áreas/atividades de aposta que se pretendem, na estratégia concebida, efetivamente estimular e desenvolver nos respetivos territórios acionando para isso os instrumentos mais adequados.

Área Programática 5.2. "Portos, Transportes e Logística"

- C46. O domínio dos Portos, Transportes e Logística enquadra os apoios para intervenção em infraestruturas portuárias (90% do financiamento da AP) e apoios dos sistemas de incentivos, representando 15% do

financiamento comunitário atribuído por via do PT 2020 à Economia do Mar. O PO CI é responsável pela quase totalidade do financiamento, sendo a RA Açores contemplada com metade dos fundos atribuídos.

- C47. Os apoios revelaram-se adequados às necessidades dos promotores, sendo que no caso específico das intervenções em infraestruturas portuárias existiu um alinhamento prévio das prioridades com os instrumentos nacionais de planeamento estratégico. Esta opção favoreceu, decididamente, a focalização e a eficácia dos apoios, mas limitou a capacidade de adaptação dos investimentos a alterações de prioridades e/ou contexto no decorrer do período de programação.
- C48. A evolução do contexto económico assumiu-se como uma condicionante à execução dos projetos, contribuindo para atrasos na sua implementação. Não obstante, estes deverão, no cômputo global, ser capazes de alcançar os resultados contratualizados, ainda que em fase posterior à data contratualizada.
- C49. As intervenções foram realizadas nos portos de maior relevância nacional, concorrendo para o aumento da sua competitividade e contribuindo de forma intensa para o aumento do tráfego nos portos nacionais (mais expressivo nos portos RTE-T), bem como para a maximização do potencial agregado do setor marítimo-portuário e sua integração nas redes de transportes e cadeias logísticas.

Área Programática 5.3. “Construção, Manutenção e Reparação Naval”

- C50. Os apoios dos FEEI à AP “Construção, Manutenção e Reparação Naval” encontram-se alinhados com a ENM, foram viabilizados pelos sistemas de incentivos à inovação e à internacionalização das empresas e maioritariamente financiados pelo PO CI.

Ainda que a pandemia tenha condicionado o potencial de alcance dos resultados previstos, o conjunto de operações apoiadas indicia resultados relevantes na qualificação (expansão e eficiência produtiva), mas mais modestos na internacionalização face ao que seria desejável para alcançar o principal objetivo da AP - o desenvolvimento de uma capacidade de construção e reparação naval internacionalizada e inovadora

- C51. O período de programação foi marcado pelo crescimento do número de empresas a operar no setor, bem como do VAB e emprego associado. Os FEEI apoiaram entre 7% e 10% das empresas a operar no universo da AP e os promotores atribuem aos resultados financeiros alcançados um contributo significativo por via dos projetos, pelo que os FEEI terão já contribuído para o crescimento do VAB (acima de 10%) e das exportações do setor.

Área Programática 5.4. “Obras marítimas”

- C52. Os apoios do PT2020 enquadrados nesta Área Programática (94 operações) contribuíram para garantir uma maior segurança de pessoas e bens (mitigar os riscos no litoral) e para a valorização e progressiva fruição da orla costeira. A tipologia de operações apoiadas, nomeadamente na PI 5.2, muito centrada na proteção do litoral face ao problema da erosão costeira, concorre para o elevado volume de investimento mobilizado. A distribuição geográfica das operações acompanha os territórios mais críticos em termos de exposição a eventos climáticos extremos e onde as taxas de recuo da linha de costa são mais gravosas (RA Açores, Norte e Centro).
- C53. As operações da AP 5.4 registaram uma taxa média de realização satisfatória (57%), embora com desempenhos muito assimétricos entre as duas PI, com os projetos promovidos na PI 6.5 a apresentarem maior dificuldade em cumprir as metas contratualizadas à data, embora exista a convicção entre os promotores de atingir as metas contratadas. A este facto não será alheia a tipologia de promotores em causa, nomeadamente a administração pública central e local. Contudo, devem merecer reflexão as causas sinalizadas para os atrasos (e para as quais devem ser dadas respostas), nomeadamente no que concerne à abertura de concursos públicos, às regras de contratação pública, à litigância, às autorizações da Tutela e Finanças (morosidade e autorizações plurianuais) e à emissão das declarações de impacte ambiental.
- C54. A extensão da faixa costeira intervencionada para proteção de pessoas e bens (93,3km) e as intervenções em linha de costa em situação de risco (18,4%), atestam da evolução positiva da resposta às situações mais críticas no território nacional (erosão costeira e risco de galgamentos e inundações oceânicas) e consequente reforço da segurança de pessoas e bens na orla costeira. Os resultados alcançados com a alimentação artificial de praias, enquanto intervenção de proteção costeira, reforçam a necessidade de garantir a sua continuidade (é crucial ir completando/reforçando os sedimentos na deriva litoral). Assinala-se também a importância do estabelecimento de protocolos entre entidades públicas (parcerias virtuosas), nomeadamente entre quem tem a responsabilidade de realizar as dragagens, retirar os inertes dos portos (administrações portuárias), e quem tem a responsabilidade de proteger o litoral, através da colocação de areias na praia imersa (Agência Portuguesa do Ambiente) garantindo uma maior otimização na gestão dos dinheiros públicos.
- C55. As intervenções apoiadas de reabilitação de espaço público (foram criados ou reabilitados 55 ha de espaços em áreas urbanas), numa perspetiva de valorização e atratividade da orla costeira/frentes marítimas, são

fundamentais para criar valor, potenciar o desenvolvimento da atividade turística e reforçar o seu contributo na base económica local/nacional.

Valor Acrescentado Europeu

C56. Os FEEI mobilizados para o financiamento das operações Mar apresentam um efeito de adicionalidade muito relevante (80% do investimento elegível não teria sido realizado na ausência de apoio), tendo igualmente contribuído para aumentar o investimento associado aos projetos (cerca de 10% do investimento foi incrementado em virtude do apoio), acelerar o ritmo de execução (sobretudo no caso dos promotores empresariais) e antecipar o início dos projetos (maioritariamente para os promotores não empresariais). Cerca de 8% do investimento empresarial (sobretudo em projetos de pequena dimensão) ter-se-ia realizado mesmo sem o apoio, verificando-se neste caso um efeito de *deadweight*.

O efeito de adicionalidade dos FEEI foi mais relevante nos projetos implementados pela Administração Pública, nos projetos piloto com rentabilidade incerta, nos investimentos destinados à internacionalização de empresas de menor dimensão e nos investimentos no setor da pesca (por exemplo para intervenção nas embarcações).

C57. Em média, cada euro de financiamento atribuído pelos FEEI alavancou 0,86€ de investimento privado pelos promotores, sendo que entre os promotores empresariais o efeito de alavancagem foi mais elevado, em linha com as menores taxas de cofinanciamento aplicadas.

C58. Os FEEI contribuíram ainda para estimular a orientação para os resultados dos projetos e um acompanhamento mais próximo dos promotores, bem como ganhos de escala no financiamento de projetos embrionários que, após consolidados, apresentam maior potencial para receber financiamento de outros instrumentos (e.g. Horizonte 2020). Adicionalmente, por via do financiamento da Economia do Mar, estes fundos contribuíram, ainda que de forma heterogénea, para a Estratégia Europa 2020 (no âmbito da I&D, clima e energia) e para a Estratégia Marítima na Região Atlântica, por via do investimento na melhoria da acessibilidade e conectividade, na preservação e promoção do património cultural do Atlântico, na promoção do empreendedorismo e inovação, na melhoria da segurança marítima e na exploração de novas formas de aproveitamento dos recursos marinhos.

C59. Em termos de relevância no financiamento da Economia do Mar, o Fundo Azul e as EEA *Grants* equivalem apenas a 2% do volume de apoio dos FEEI, cobrindo, contudo, um leque alargado de AP e assumindo um papel relevante na complementaridade aos FEEI, sobretudo, nas AP onde o financiamento dos FEEI tem uma menor dimensão. O financiamento médio por operação destes fundos é superior aos FEEI, em paralelo com maiores taxas de participação, o que se traduz num menor efeito de alavancagem.

Eficiência Operativa

C60. O ITI Mar configura o instrumento que assegura a articulação entre a aplicação dos FEEI e as políticas públicas no Mar, em consonância com as prioridades definidas no âmbito da ENM 2013-2020. As principais funções atribuídas ao ITI consistem na assistência aos promotores, na orientação dos processos de monitorização e avaliação dos FEEI no âmbito da Economia do Mar e no suporte aos decisores de política pública.

O ITI-Mar teve um desempenho diferenciado no cumprimento das três funções atribuídas no respetivo modelo de governação, num quadro em que não foram atribuídos recursos à gestão deste instrumento nem estipuladas metas para os resultados a alcançar pelo mesmo.

C61. No âmbito da monitorização, o quadro de referência e metodologia de suporte à delimitação das operações Mar e o seu posterior acompanhamento foram muito eficazes e representam um avanço sem precedentes nos anteriores períodos de programação, tendo contribuído para uma maior visibilidade da Economia do Mar, para suportar os decisores de política pública nesta matéria e para a realização da presente Avaliação. Ainda assim, o processo de identificação e classificação das operações Mar apresenta margem de melhoria no sentido da sua simplificação e clarificação em algumas áreas de indefinição.

Tanto a monitorização como a avaliação, poderiam ter beneficiado de uma maior harmonização e sistematização da informação reportada pelas diferentes AG, de uma articulação reforçada entre o ITI Mar e as entidades regionais e da definição de referenciais para os objetivos que se previam alcançar ao nível das AP e/ou PI (e.g. metas para a componente mar dos indicadores de programação dos PO). Adicionalmente, considerando que a ENM não se operacionaliza exclusivamente com recurso aos FEEI, o alargamento destas funções aos restantes instrumentos de financiamento da ENM permitiria obter uma visão mais holística da sua operacionalização.

C62. Para a operacionalização do ITI Mar foram envidados esforços no sentido de garantir a articulação entre a DGPM, enquanto entidade coordenadora, e os restantes membros da Comissão de Implementação (os PO financiadores). Contudo, esta articulação foi assente numa base mais informal e a sua efetividade revelou-se condicionada pela diferenciação na importância atribuída pelas diferentes entidades integrantes ao domínio do Mar, a que se somou a elevada rotatividade dos seus pontos focais na Comissão.

- C63. Na dimensão de divulgação dos apoios e assistência aos potenciais promotores o desempenho do ITI ficou muito aquém do esperado. Apesar da articulação feita com o cluster do mar e CCDR para chegar aos potenciais promotores, a falta de recursos financeiros e humanos (da DGPM enquanto entidade coordenadora) acabou por comprometer a amplitude de intervenção do ITI Mar junto destes agentes, não se tendo registado um papel relevante na dinamização da procura nem junto dos promotores, nem junto das AG ou das redes do Portugal 2020 onde são decididos o âmbito e programação dos Avisos de concurso. Esta função deverá ser claramente aprofundada, exigindo maior articulação com outros atores ao nível regional e maior presença no terreno.
- C64. A complementaridade entre instrumentos financiadores da ENM decorreu principalmente da atribuição articulada de financiamento aos promotores (entre FEEI e outras fontes de financiamento) e, em menor grau, da articulação entre projetos com fontes de financiamento distintas. Por conseguinte, o alargamento das funções de monitorização e avaliação aos restantes instrumentos de financiamento da ENM revela-se relevante para obter uma visão mais holística da operacionalização desta estratégia. Apesar dos esforços reconhecidos para a atribuição articulada entre fundos, existem ainda pontos de melhoria ao nível da complementaridade entre fontes de financiamento. Entre estes, reconhece-se a necessidade de assegurar a inexistência de áreas de indefinição em matéria de financiamento (e.g. entre FEAMP e FEEI) e o benefício de uma maior cooperação no sentido de assegurar a satisfação de necessidades de financiamento que não estão totalmente cobertas.

5. Recomendações

172. Neste capítulo são apresentadas as recomendações da Avaliação e os respetivos destinatários, sendo que o(s) destinatário(s) que a equipa de avaliação considera ser o(s) principal(ais) dinamizador(es) da recomendação surge(m) na primeira linha do campo “destinatários”. Estas recomendações foram objeto de discussão no âmbito de um Focus Group realizado para o efeito antes da entrega do presente relatório.
173. Os trabalhos de avaliação e a sua conclusão ocorreram num momento em que se finalizava a programação do Portugal2030, pelo que as recomendações dirigidas a entidades que não tenham continuidade no próximo período de programação devem ser endereçadas para as entidades que venham substituir as primeiras.
- Da mesma forma, também não está assegurada a continuação do ITI Mar (nem estabelecidas todas as especificações dos instrumentos territoriais a mobilizar pelo Portugal2030), nem decidida a forma de integração das respetivas funções e intervenientes, pelo que as recomendações que são atribuídas ao ITI Mar/DGPM se deverão posteriormente reportar à entidade que coordena a estrutura que venha a ser criada para desempenhar as competências e atividades a que se refere cada uma das recomendações.
174. Algumas recomendações que emergiram do presente trabalho de avaliação encontram-se alinhadas ou são complementares de algumas iniciativas entretanto enquadradas na ENM 2030. Tais recomendações assumem uma natureza mais estratégica, mas resultam apenas do exercício efetuado, não se tendo procurado (nem era função do avaliador) qualquer alinhamento com a ENM 2030. Ainda assim, sempre que tal alinhamento foi detetado são identificados na recomendação o objetivo ou área da ENM com que se pode articular a recomendação.

| | |
|-------------------|--|
| R1 | Garantir a continuidade das funções do ITI Mar e assegurar uma efetiva coordenação entre os agentes que o integram |
| Operacionalização | |
| 1. | <p>Garantir a continuidade das funções do ITI Mar</p> <p>Todas as funções atribuídas ao ITI Mar foram, são e continuarão a ser, em linha com a ENM 2030, pertinentes, devendo ser mantidas e aprofundadas. Todas as recomendações que se seguem têm como base este princípio de aprofundamento das funções desempenhadas pelo ITI.</p> <p>O modelo de agregação destas funções numa mesma estrutura, que integre os PO financiadores e seja liderada por entidade pública com intervenção nas políticas públicas na área do Mar, beneficiando da experiência acumulada e da rede colaborativa construída, seria desejável e deve ser equacionada à luz dos mecanismos previstos no Portugal2030.</p> |
| 2. | <p>Assegurar uma coordenação efetiva ao nível da Comissão de Implementação do ITI Mar</p> <p>Garantir a estabilidade dos pontos focais das diferentes entidades que integram a Comissão de Implementação.</p> <p>Assegurar a transferência de conhecimento e informação necessária para o acompanhamento efetivo do trabalho a desenvolver no âmbito do ITI Mar entre os pontos focais que cessam funções e seus substitutos.</p> |

3. Encontrar soluções de financiamento para a gestão do ITI Mar

O aprofundamento das funções atribuídas ao ITI exige que sejam disponibilizados à Comissão de Implementação recursos humanos e financeiros adequados à prossecução da sua missão (incluindo a implementação de algumas recomendações da presente avaliação). Este financiamento poderá ser ancorado nos fundos destinados à Assistência Técnica e ser complementado com os recursos afetos à implementação da ENM 2030.

Destinatários

CIAM
AD&C; ITI Mar/DGPM

Articulação com Conclusões C60, C62, C63, C64

R2

Reforçar a atuação do ITI Mar mais a montante (conceção e dinamização da procura e suporte a potenciais promotores)

Operacionalização

1. Reforçar a divulgação dos incentivos FEEI e apoiar aos potenciais promotores da Economia do Mar
 - Mobilizar o website da DGPM como hub de informação relevante para a Economia do Mar, divulgando:
 - os instrumentos de financiamento dos FEEI na Economia do Mar, respetivos PO financiadores, regras de elegibilidade, entre outras;
 - oportunidades de financiamento/AAC de projetos na Economia do Mar (sendo uma recomendação transversal, destaca-se, contudo, a necessidade de privilegiar o público jovem);
 - boas práticas (e sua importância) para uma gestão e exploração mais sustentada dos recursos.
 - Criar uma linha de atendimento para questões sobre o enquadramento das intenções de investimento nos FEEI e programas que com estes se articulam. Caso se revele pertinente e viável, considerar retomar a atividade de um “gabinete de apoio ao investidor” na área do Mar.
 - Promover sessões de esclarecimento junto dos potenciais promotores da Economia do Mar, no início do período de programação e sempre que sejam lançados novos instrumentos, podendo envolver OI/ AG e utilizar a rede de GAL para realização das mesmas. O ITI Mar identificaria as necessidades destas ações e dinamizar a realização, alertando e mobilizando os atores para o efeito.
 - No âmbito da C&T, desenvolver ações de sensibilização direcionadas aos empresários para promover o investimento nas temáticas da I&D e do Mar.
 - Disponibilizar uma plataforma de registo, para partilha de oportunidades de financiamento de projetos na Economia do Mar, considerando características/preferências previamente indicadas pelos potenciais promotores no seu registo.
2. Reforçar a atuação do ITI Mar mais a montante (conceção e dinamização da procura) no ciclo de vida das operações
 - O Plano Ação ENM 2030 identifica medidas prioritárias (AIP), que permitem antecipar a intervenção do ITI, reforçando a sua atuação estratégica e sua focalização nas potenciais operações a apoiar no âmbito de cada uma daquelas medidas. Esta atuação implica:
 - Dinamizar a procura/ parcerias que viabilizam a estruturação de projetos (com elegibilidade no PT2030) que permitam a concretização das medidas prioritárias da ENM. Maior participação do ITI na definição do âmbito, elegibilidade e critérios de seleção e majoração dos instrumentos/AAC.
 - Reforçar a articulação do ITI Mar com: i) as redes do PT2030 (e.g. rede dos sistemas de incentivos); ii) as entidades com intervenção em políticas públicas setoriais nas quais se enquadram as medidas prioritárias (e.g. FCT, TdP, APA, ANQEP); iii) o território (e.g. CCDR, CIM/AM, GAL); iv) o SCTN; v) o tecido empresarial (i.e. Associações Empresariais).
3. Criar lógicas mais pró-ativas de gestão, dinamização e qualificação de procura de incentivos no domínio de especialização inteligente da Economia do Mar
 - Articular com os PO um plano de abertura de avisos de concurso específicos para projetos de investimento em atividades ligadas à Economia do Mar. Estes avisos devem-se enquadrar nos objetivos específicos da ENM e criar condições de elegibilidade para CAE específicas (Economia do Mar) ou para projetos devidamente enquadrados no domínio temático (Mar) da RIS3 (ENEI ou EREI).

| | |
|---|--|
| R2 | Reforçar a atuação do ITI Mar mais a montante (conceção e dinamização da procura e suporte a potenciais promotores) |
| <ul style="list-style-type: none"> • Maior dinamização de processos de descoberta empreendedora visando a definição de prioridades de investimento nos domínios da I&D, inovação e competitividade de empresas na Economia do Mar (devidamente articulados a nível nacional e regional). • Maior articulação e coordenação entre os modelos de governação da RIS3 (ENEI e EREI) e do ITI Mar para que a identificação de projetos de referência no domínio de especialização inteligente da Economia do Mar se possa traduzir num apoio efetivo ao financiamento desses investimentos. <p>4. Estimular a continuidade dos apoios às infraestruturas de investigação científica e tecnológica ligadas à temática do Mar</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conceber um plano de abertura de concursos de apoio a projetos de investimento de infraestruturas de investigação científica e tecnológica ligadas à temática do Mar que permita a continuidade da atribuição de apoios a estas tipologias de investimento no sentido de suportar o esforço de I&D e o desenvolvimento do conhecimento nas temáticas do Mar a nível nacional, capacitando o STCN de condições que lhe possibilitem uma maior integração internacional. • Este plano deverá estar devidamente enquadrado no OE7 da ENM 2030 (“Estimular o conhecimento Científico, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação Azul”) e na respetiva área de intervenção prioritária AIP1 “Ciência e Inovação”, bem como na medida 98 do Plano de Ação da ENM 2030. Quando aplicável, este plano de concursos deverá também ter em consideração as condicionantes associadas à governação das estratégias regionais especialização inteligente nos Programas Regionais. | |
| Destinatários | |
| ITI Mar/DGPM AG dos PO; ANI; Associações Empresariais/ Polos de Competitividade e Clusters; Conselho Nacional de Especialização Inteligente; Comissões Executivas das RIS3; Grupos de Trabalho das RIS3/ Plataformas temáticas das RIS3; CCDR/OI; Redes do PT2030; AD&C; FCT; Entidades do SCTN | |
| Articulação com Conclusões | |
| C2, C15, C21, C62 e C63 | |

| | |
|--|---|
| R3 | Promover a complementaridade entre as fontes de financiamento utilizadas para operacionalizar a ENM e evitar a concorrência entre fundos |
| Operacionalização | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Promover a complementaridade entre as fontes de financiamento utilizadas para operacionalizar a ENM e evitar a concorrência entre fundos. Para tal, revela-se relevante identificar, no âmbito da CIAM, para cada uma das AIP da ENM 2030, os instrumentos do PT2030 e os instrumentos complementares potencialmente mobilizáveis. O ITI Mar deverá facilitar os processos de articulação entre fontes e contribuir (em linha com a recomendação R2) para a dinamização da procura quando pertinente. Identificar, no âmbito do acordo de parceria do PT2030, potenciais áreas de indefinição entre as diferentes fontes de financiamento e promover, se pertinente, a articulação com as entidades relevantes de forma a mitigar a indefinição identificada. • Reforçar a articulação e complementaridade entre PC e POR e entre estes e o Horizonte Europa, para robustecer resultados e alavancar investimentos. Neste quadro, importa focar PC no aumento e partilha de conhecimento e boas praticas, em gerar resultados imateriais, em facilitar e desenvolver testagens e experiências piloto, que possam alavancar outro tipo de investimentos (materiais/infraestruturais) no âmbito dos POR. • Para o efeito, estabelecer mecanismos que permitam potenciar articulações, sinergias e complementaridades entre instrumentos (e.g. i. AAC específicos nos POR para áreas-chave, com critérios de admissibilidade sustentados nos resultados gerados nos PO Transnacionais (eventualmente recorrendo ao conceito de “via verde”); ii. AAC específicos nos POT e nos POR, temporalmente ajustados, com critérios de seleção articulados/complementares, que permitam incrementar os resultados e criar verdadeiras sinergias entre instrumentos, nomeadamente no suporte à Estratégia Bacia do Atlântico (alavancar investimentos) e/ou responder a desafios comuns. • No âmbito específico da C&T, promover uma maior articulação entre os instrumentos de apoio disponibilizados pelos FEEI para apoiar projetos Mar. A articulação deveria ser trabalhada, aprofundando e adotando como referência o mecanismo de governação específico previsto no Acordo de Parceria 2020, que assegurava a coordenação estratégica e a gestão operacional na área de investigação e inovação (I&I), bem como a criação | |

| | |
|---|--|
| R3 | Promover a complementaridade entre as fontes de financiamento utilizadas para operacionalizar a ENM e evitar a concorrência entre fundos |
| de uma demarcação específica entre os fundos da política de coesão e o FEAMP neste tipo de intervenções (I&DT). | |
| Destinatários | |
| CIAM; ITI Mar/DGPM AG dos PO; AD&C; FCT | |
| Articulação com Conclusões | C56, C58 e C65 |

| | |
|--|---|
| R4 | Assegurar a continuação e aprofundar a função de monitorização do ITI Mar |
| Operacionalização | |
| <ul style="list-style-type: none"> Rever, no âmbito do “Quadro de Referência do ITI Mar”, a metodologia de classificação e alocação das operações Mar às AIP da ENM 2030, alavancando a metodologia aplicada no atual período de programação e as adaptações efetuadas no âmbito da presente avaliação. No caso específico dos projetos de formação não superior, redefinir a metodologia de classificação das operações (e.g. considerar também na classificação a CAE da entidade empregadora dos formandos) e mobilizar indicadores de realização capazes de captar exclusivamente a componente Mar das operações. Elaborar um guia para a implementação da metodologia para disponibilizar aos técnicos responsáveis pela classificação das operações, visando um reporte mais uniformizado e a transmissão de conhecimento no caso de substituição de técnicos. Realizar, se pertinente, ações de formação que garantam a aplicação uniformizada da metodologia entre AG e OI. Antecipar o processo de identificação e classificação das operações Mar para o momento de análise das operações candidatas, estendendo-o à totalidade das candidaturas apresentadas. Este processo poderá beneficiar de uma maior automatização através de um software criado para o efeito (conciliável com os sistemas de informação dos PO e dos OI, quando aplicável). Identificar necessidades de informação adicional ao processo de monitorização dos apoios e articular com as entidades detentoras o âmbito e a periodicidade de reporte (e.g. domínios científicos e tecnológicos dos projetos de I&D apoiados, em articulação com a FCT). Estabilizar um quadro temporal para reporte ao ITI Mar de informação de monitorização das operações mar, alinhado com os períodos de reporte dos PO, que deverá ser cumprido pelas AG dos PO financiadores. | |
| Destinatários | |
| ITI Mar/DGPM AG dos PO; OI; Outras entidades detentoras de informação para monitorização | |
| Articulação com Conclusões | C62 |

| | |
|--|---|
| R5 | Aprofundar o processo de avaliação e promover a orientação para os resultados |
| Operacionalização | |
| <ul style="list-style-type: none"> Manter a realização de uma avaliação intercalar centrada nos resultados produzidos pelo PT2030 na ENM. Considerar a pertinência da realização de avaliações de resultado/impacto adicionais quando for necessário aprofundar temáticas específicas. Prever a realização de uma avaliação operacional, numa fase mais precoce da implementação do PT2030, para analisar a operacionalização do ITI Mar e introduzir ajustamentos que se revelem necessários para maximizar a eficácia do contributo dos FEEL para a ENM 2030. Quantificar os indicadores de resultado dos PO financiadores para o universo das operações mar, visando aferir a eficácia dos apoios no âmbito de futuros exercícios de avaliação e a divulgação dos resultados dos FEEL no | |

| | |
|--|---|
| R5 | Aprofundar o processo de avaliação e promover a orientação para os resultados |
| <p>âmbito da Economia do Mar. Estabelecer um calendário/prazo de reporte desta informação ao ITI Mar, conciliável com o período de apuramento dos resultados pelos PO financiadores.</p> <ul style="list-style-type: none"> Identificar metas para a componente Mar dos indicadores de realização e resultado dos PO financiadores, numa fase antecipada do ciclo de vida das operações, caso se pretenda, no quadro das atribuições do ITI Mar, promover uma efetiva/completa orientação para os resultados. Neste caso, será pertinente definir indicadores que permitam aferir resultados das operações Mar alinhados com as metas definidas para os objetivos específicos da ENM 2030 e avaliar a possibilidade de recolher essa informação junto dos PO (privilegiando indicadores já previstos nos PO). | |
| Destinatários | |
| ITI Mar/DGPM; AD&C AG dos PO | |
| Articulação com Conclusões C62 | |

| | |
|--|---|
| R6 | Garantir uma monitorização alargada da ENM enquanto instrumento de política pública |
| Operacionalização | |
| <ul style="list-style-type: none"> Alargar as funções de monitorização e avaliação da DGPM no âmbito da ENM aos restantes fundos/programas financiadores (e.g. Fundo Azul, EEA Grants, PRR, LIFE, Cosme, H2020, CEF, PRR), contribuindo para uma visão holística da operacionalização da estratégia. Assegurar a continuidade e sustentabilidade da plataforma SEAMInd e o reforço da regularidade de cálculo dos indicadores e da monitorização a esta associados. Contribuir, alavancando os resultados da monitorização e avaliação do ITI, para conferir maior visibilidade – para um público alargado – à Economia do Mar (amplitude, dimensão, contributo para o desenvolvimento económico e social do país). Para este efeito poderão ser tomadas diversas iniciativas, como por exemplo: Evento anual para divulgação do relatório anual; Lançamento de uma newsletter de caráter infra-anual; Eventos com comunidades locais, aplicados ao contexto regional; Organização de eventos internacionais em Portugal. | |
| Destinatários | |
| CIAM DGPM; DGRM; Programas financiadores | |
| Articulação com Conclusões C62 e C65 | |

| | |
|--|--|
| R7 | Reduzir a morosidade associada à certificação de despesas e pagamentos |
| Operacionalização | |
| <ul style="list-style-type: none"> Garantir a melhoria continua e a simplificação dos procedimentos associados aos processos de certificação de despesas/ pagamentos (e.g. ampliar aplicação dos processos de custos simplificados, adotar boas práticas de simplificação de procedimentos dos Programas de gestão direta da Comissão Europeia, e.g. Horizonte Europa). | |
| Destinatários | |
| AD&C; AG dos PO; IGF | |
| Articulação com Conclusões C5 | |

| | |
|---|--|
| R8 | Reforçar o apoio a iniciativas de dinamização do ecossistema nacional de I&D e inovação da Economia do Mar |
| Operacionalização | |
| <ul style="list-style-type: none"> Reforçar a aposta em ações coletivas que estimulem, no domínio do Mar, o aparecimento de novas redes e plataformas intermédias de interface e/ou reforço das existentes. Estas entidades assumem um papel de intermediárias no diálogo entre as empresas e o SCTN, promovendo a transferência e valorização do conhecimento. Estimular, em articulação com as associações e clusters, o desenvolvimento de mais projetos empresariais que envolvam ações de demonstração de I&I e a valorização do conhecimento produzido na fase de investigação. | |
| Destinatários | |
| AG dos PO; Associações Empresariais Entidades do SCTN; Polos de Competitividade e Clusters | |
| Articulação com Conclusões C21 e C22 | |

| | |
|--|--|
| R9 | Definir uma estratégia e instrumentos que promovam um maior conhecimento do Mar profundo |
| Operacionalização | |
| <ul style="list-style-type: none"> Definir um Plano de Ação nacional para promover o acesso e o desenvolvimento de iniciativas que promovam um maior conhecimento do Mar profundo no âmbito do alargamento da zona económica exclusiva nacional e da estratégia nacional para a exploração marinha, em alinhamento com o OE7 da ENM2030. Neste Plano deve-se incluir uma articulação nacional que promova as condições de acesso ao Mar aos investigadores e iniciativas de I&D. Identificar instrumentos de apoio no PT2030 capazes de apoiar o financiamento das ações/iniciativas definidas no Plano (e.g. financiamento de acesso/observação direta no mar e zonas de teste elegíveis). | |
| Destinatários | |
| CIAM ITI Mar/DGPM; DGRM; AG dos PO | |
| Articulação com Conclusões C23 e C27 | |

| | |
|--|---|
| R10 | Promover a competitividade dos setores do Domínios dos Recursos Vivos |
| Operacionalização | |
| <ol style="list-style-type: none"> Promover a atratividade do setor junto dos jovens e a renovação da frota em elevado estado de degradação <ul style="list-style-type: none"> Reforçar a atratividade dos mecanismos de apoio direcionados a jovens, com destaque para os atribuídos pelo PO Mar e direcionados à captura, tornando-os mais atrativos (e.g. taxa de cofinanciamento, majorações). Reforçar a comunicação junto dos jovens relativamente aos mecanismos de apoio existentes, em colaboração com <i>stakeholders</i> reconhecidos no âmbito da Economia do Mar. Promover a renovação da frota em elevado estado de degradação: Apoiar a aquisição de novas embarcações para substituição das embarcações com nível elevado de obsolescência (por oposição ao seu recondiçãoamento), no sentido de mitigar o envelhecimento da frota nacional. Poderão ser procuradas formas de financiamento alternativas, eventualmente mobilizando instrumentos financeiros, crédito bonificado ou mutualização do risco. Apoiar a consolidação das empresas de biotecnologia marinha e do potencial económico do setor: Em articulação com o reforço da transferência de conhecimento da Ciência e Inovação, reforçar/ direcionar apoios às empresas da biotecnologia azul que permitam a sua consolidação e crescimento (por via da internacionalização e inovação/expansão produtiva), por forma a fortalecer a aposta nacional no setor (em alinhamento com a AIP4 da ENM 2030) e a aumentar a sua relevância no contexto da Economia do Mar. | |

| | |
|---|---|
| R10 | Promover a competitividade dos setores do Domínios dos Recursos Vivos |
| Destinatários | |
| AG do PO Mar (1); CIAM (2); AG dos PO (3) ITI Mar/DGPM; DGRM | |
| Articulação com Conclusões C30, C31 e C34 | |
| R11 | Promover maior flexibilidade nos apoios à intervenção em infraestruturas portuárias |
| Operacionalização | |
| <ul style="list-style-type: none"> Manter a boa prática de mapeamento das infraestruturas portuárias com necessidade de intervenção, flexibilizando, contudo, a introdução de alterações pertinentes nos projetos apoiados em função de alterações de contexto com reflexo na dinâmica de procura/ necessidades dos portos. Considerar a manutenção de uma dotação para apoio a projetos complementares, de menor dimensão, mas que se revelem importantes para fazer face às necessidades de investimento relacionadas com as operações mapeadas (e.g. alterações de legislação e de normas internacionais ou tecnológicas; eventos imprevistos; medidas que maximizem a eficácia dos projetos mapeados). | |
| Destinatários | |
| AG do PITD | |
| Articulação com Conclusões C47, C48 e C49 | |
| R12 | Adequar os instrumentos de suporte à formação não superior às especificidades dos setores tradicionais da Economia do Mar |
| Operacionalização | |
| <ul style="list-style-type: none"> Considerar, no âmbito da reforma do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) em curso, o alargamento da Economia do Mar enquanto área de formação, visando a maior adequação às necessidades de formação do setor. O alargamento poderá passar pela inclusão de cursos atualmente catalogados noutras áreas (e.g. Transportes) e pela criação de novos cursos. Flexibilizar as regras de elegibilidade de financiamento de cursos de formação não superior, com enfoque nos setores tradicionais do mar (e.g. pescas e navegação), permitindo o financiamento de cursos não inseridos no CNQ, mas devidamente certificados e ministrados por entidades reconhecidas para o efeito (i.e. FOR-MAR). A flexibilização deverá incidir sobretudo sobre o número mínimo de alunos e a duração mínima do curso. | |
| Destinatários | |
| ANQEP AG do PDQI; IEFP | |
| Articulação com Conclusões C1, C18 e C19 | |
| R13 | Flexibilizar capacidade de atuação dos GAL nos territórios de intervenção |
| Operacionalização | |
| <ul style="list-style-type: none"> Apostar na continuidade das lógicas de parceria e de proximidade, de modo a potenciar o maior conhecimento do território e dos desafios em presença, por parte das entidades e agentes locais/regionais. Definir atempadamente o enquadramento de programação que define as regras e o modelo de governação onde se incluem os GAL de forma a mitigar as dificuldades decorrentes da alternância entre quadros comunitários de programação do acesso por parte dos GAL a mono/ multifundo e da variabilidade do nível de exigência associado às regras de gestão destes fundos (em particular entre FEDER e FSE). | |

| | |
|--|--|
| R13 | Flexibilizar capacidade de atuação dos GAL nos territórios de intervenção |
| <ul style="list-style-type: none"> Garantir um maior alinhamento entre a ambição da estratégia estruturada no âmbito das DLBC e os instrumentos disponibilizados para a sua concretização, visando maximizar o potencial da parceria dinamizada. Dotar os GAL de condições que permitam captar e manter estruturas técnicas adequadas (qualificadas) ao nível de exigência da gestão destes fundos e capazes de dar resposta às necessidades de esclarecimento e estímulo dos agentes do território. | |
| Destinatários | |
| AG dos PO; ADL/GAL; CCDR | |
| Articulação com Conclusões C43, C44 e C45 | |
| R14 | Consolidar o apoio à monitorização, fiscalização, vigilância e melhoria do conhecimento em contexto marítimo, assegurando a melhoria da informação e dos sistemas disponíveis |
| Operacionalização | |
| <ul style="list-style-type: none"> Face à necessidade de consolidar o apoio à monitorização, à fiscalização, à vigilância e continuar a promover o conhecimento em contexto marítimo, assegurando a melhoria da informação e dos sistemas disponíveis, recomenda-se: <ul style="list-style-type: none"> Consolidar o apoio à monitorização, fiscalização e vigilância marítima e à deteção de eventos extremos. Assegurar a existência de apoios específicos para o desenvolvimento/execução de planos de monitorização para avaliação do cumprimento do Bom Estado Ambiental da Diretiva Quadro da Estratégia Marinha. Neste quadro, importa: i. Disponibilizar apoios financeiros específicos para o processo de monitorização/avaliação da Diretiva Quadro da Estratégia Marinha, dimensão fundamental para garantir a articulação ao nível da Convenção OSPAR e assegurar a cooperação regional prevista na Diretiva Quadro da Estratégia Marinha enquanto pilar ambiental da Política Marítima Integrada da UE; ii. garantir a execução de um processo de monitorização contínuo e sistemático que contribua efetivamente para a avaliação regular e integral do cumprimento do Bom Estado Ambiental da Diretiva Quadro da Estratégia Marinha. Responder com maior celeridade e eficácia ao desafio de melhorar a informação sobre espécies, habitats e ecossistemas marinhos. Neste quadro, importa assegurar apoios financeiros para: i. a supressão das lacunas de conhecimento (tanto dos habitats, como das espécies), garantindo-se financiamentos à escala adequada, em linha com o já previsto na AIP3 da ENM2030; ii. a disponibilização de navios e instrumentos que permitam a realização de campanhas científicas contínuas no espaço marítimo e assim melhorar a informação disponível; iii. uma maior sensibilização da comunidade académica/científica para a importância deste desafio concorrendo para a existência de uma maior capacidade institucional-científica organizada. (em articulação com a R9). | |
| Destinatários | |
| AG dos PO; AD&C ITI Mar/DGPM; ICNF; DGRM; Comunidade académica-científica | |
| Articulação com Conclusões C17, C26 e C27 | |
| R15 | Garantir a continuidade e reforço dos apoios para a exploração sustentável dos recursos minerais marinhos e para a promoção das energias renováveis offshore, enquanto ativos fundamentais para aumentar a competitividade do país e a sua afirmação à escala europeia |
| Operacionalização | |
| <ul style="list-style-type: none"> Nos últimos anos, foram dados passos importantes na promoção e qualificação da exploração sustentável dos recursos minerais marinhos. Não obstante, face à necessidade de consolidar os apoios, sobretudo ao nível da exploração, comercialização e qualificação técnica dos recursos humanos afetos ao setor, recomenda-se a disponibilização de apoios financeiros para: <ul style="list-style-type: none"> Avaliar o potencial dos recursos minerais marinhos e a distribuição espacial das suas reservas enquanto mecanismos fundamentais para tomadas de decisão informadas e tecnicamente seguras, em linha com o já previsto na AIP12 da ENM2030; | |

| | |
|--|--|
| R15 | Garantir a continuidade e reforço dos apoios para a exploração sustentável dos recursos minerais marinhos e para a promoção das energias renováveis offshore, enquanto ativos fundamentais para aumentar a competitividade do país e a sua afirmação à escala europeia |
| <ul style="list-style-type: none"> o Estimular o desenvolvimento tecnológico e a inovação azul através do reforço da formação e qualificação técnica dos recursos humanos; o Desenvolver ações específicas de divulgação e comunicação, junto de potenciais promotores, de modo a estimular a procura pelos apoios financeiros disponibilizados; desenvolver campanhas de sensibilização e comunicação junto do tecido empresarial do setor, sobre a importância da exploração sustentável dos recursos minerais marinhos; o Apoiar a inovação azul, nomeadamente majorando intervenções comprovadamente reconhecidas como boas praticas ambientais; o Apoiar a divulgação de manuais de boas praticas ambientais no setor. <ul style="list-style-type: none"> • As energias renováveis offshore assumem progressivamente um papel mais relevante no processo de transição energética em curso, aumentando consideravelmente o seu contributo no mix energético nacional e, conseqüentemente, permitindo reduzir a dependência externa do país. Neste quadro, é determinante continuar e reforçar esta aposta, pelo que se recomenda: <ul style="list-style-type: none"> o a disponibilização de apoios financeiros para a promoção das energias renováveis offshore, nomeadamente para um maior aproveitamento do potencial de crescimento da economia azul e da especialização marítima (energia offshore renovável), em linha com o já previsto na AIP7 da ENM2030; o a ponderação da importância/necessidade de manter as condições definidas regulamentarmente no PT2020, de apenas assumir a elegibilidade de projetos piloto de energias renováveis ou com tecnologias testadas, mas não disseminadas; o a ponderação sobre o estabelecimento de uma maior articulação com os PO Transnacionais, assumindo estes a dimensão conhecimento/experimental, ficando os POR/PO Temático com a dimensão operacional (articulação com a R3). | |
| Destinatários | |
| AG dos PO; AD&C ITI Mar/DGPM; DGEG | |
| Articulação com Conclusões C35 e C39 | |

| | |
|---|--|
| R16 | Continuar a assumir os investimentos na defesa costeira como uma prioridade nacional, num contexto de alterações climáticas (agravamento dos eventos climáticos extremos, subida do nível médio das águas do mar) potencialmente impactante na segurança de pessoas e bens nos troços mais críticos da orla costeira |
| Operacionalização | |
| <ul style="list-style-type: none"> • A proteção do litoral face ao problema da erosão costeira é determinante, seja para assegurar a segurança de pessoas e bens, seja para permitir o desenvolvimento da atividade turística, dimensão relevante na competitividade e atratividade do país. Neste quadro, é fundamental garantir uma linha de continuidade nas políticas públicas centradas na resposta a esta problemática (que se tenderá a agravar), pelo que se recomenda: <ul style="list-style-type: none"> o Garantir a continuidade dos apoios no PT 2030 para ir completando/reforçando os sedimentos na deriva litoral/alimentação artificial de praias, em linha com o já previsto na AIP11 da ENM2030. A dinâmica do litoral e as conseqüências das alterações climáticas, implicam que seja necessário continuar a investir, reforçando as soluções, preferencialmente, mais naturais; o Garantir a progressiva atualização dos Programas de Ordenamento Costeiro e do Programa de Ação Litoral XXI e a continuidade dos apoios financeiros para a execução das intervenções prioritárias de “engenharia natural de adaptação” aí estabelecidas, em linha com o já previsto na AIP11 da ENM2030. o Incentivar o estabelecimento de protocolos entre entidades públicas (administrações portuárias e APA) e garantir a continuidade de apoios no PT 2030, quer para a realização de dragagens (retirada de inertes dos portos), quer para a colocação das areias diretamente nas praias (alimentação artificial de praias através da remoção desses depósitos), garantindo uma maior otimização na gestão dos dinheiros públicos. | |
| Destinatários | |
| AG dos PO; AD&C; APA, I.P. Administrações portuárias | |
| Articulação com Conclusões C52 e C54 | |

6. Referências bibliográficas e eletrónicas

Referenciais e documentos metodológicos

Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (2016). *Orientações para o planeamento e a preparação das avaliações do Portugal 2020*

Comissão Europeia (2004) e Observatório QREN (2013). *EVALSED - Guia para avaliação do desenvolvimento socioeconómico*

Comissão Europeia (2013). *EVALSED Sourcebook – Methods and Technics*

Mackinnon, A. & Amott, N. (2006). *Mapping change - Using a theory of change to guide planning and evaluation*, GrantCraft series

Taplin, D. H., & Clark, H. (2012). *Theory of Change Basics: a primer on theory of change*

Taplin, D. H., Clark, H., Collins, E., & Colby D. C. (2013). *Theory of Change, A Series of Papers to Support Development of Theories of Change Based on Practice in the Field*

Treasury Board of Canada Secretariat (1998). *Program Evaluation Methods: Measurement and attribution of Program Results*

Treasury Board of Canada Secretariat (2009). *Theory-Based Approaches to Evaluation: Concepts and Practices*

White, H. (2009). *Theory-based impact evaluation: principles and practice*

Documentos base, regulamentação e estudos de avaliação

Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (2021), *Relatório anual dos Fundos da União Europeia, 2020*

Comissão Europeia (2010). *Estratégia Europa 2020*

Comissão Europeia (2011). *Desenvolver uma estratégia marítima para a Região Atlântica*

Comissão Europeia (2020). *Plano de ação atualizado para uma economia azul sustentável, resiliente e competitiva na região atlântica da UE*

DGPM, *Relatórios anuais da Economia do Mar em Portugal, 2016-2020*

DGRM (2014). *Plano Estratégico para a Aquicultura Portuguesa 2014-2020*

Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020, aprovada pela RCM n.º 12/2014, de 23 de janeiro

Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030, aprovada pela RCM n.º 120/2021, de 1 de setembro

INE (2020). *Conta Satélite do Mar 2016-2018*

Investimento Territorial Integrado para o Mar, Decreto-Lei n.º 200/2015, de 16 de setembro

Parlamento Europeu (2021). *Política Comum das Pescas: Criação e Evolução*

Plano Mar-Portugal, de novembro de 2013 e atualização de janeiro de 2015

Programa Nacional de Reformas

Quadro de Referência do ITI Mar, versão julho 2021

Relatórios anuais de execução dos PO Regionais, Temáticos e de Cooperação envolvidos, 2020-2021

Outros estudos

ANI. *Monitorização e Avaliação da ENEI*

Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (2021). *Ecosistema Portuário 2019*

Comissão Europeia (2018). *Avaliação intercalar do plano de ação para o Atlântico*

Comissão Europeia (2020). *Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*

Confederação Empresarial de Portugal (2015). *Logística em Portugal*

DGRM (2020), *Relatório Anual Frota de Pesca Portuguesa - 2020*

Estratégia Turismo 2027 (ET2027), aprovada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 134/2017, de 27 de setembro

EY-Parthenon (2021). *Estudo sobre o impacto socioeconómico do aumento dos limites de pesca da sardinha*

Fórum Oceano e PwC (2020). *Desafios do Mar 2030*

Frederik Scholaert (2019). *Ocean governance and blue growth: Challenges, opportunities and policy responses, European Parliamentary Research Service*

IAPMEI, FCT e ANI (2014). *Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente*

Jornadas Millennium Empresas (2018). *A Economia do Mar em Portugal*

OECD (2019). *Getting Skills Righ*

PwC (2020). *LEME - Barómetro PwC da Economia do Mar*

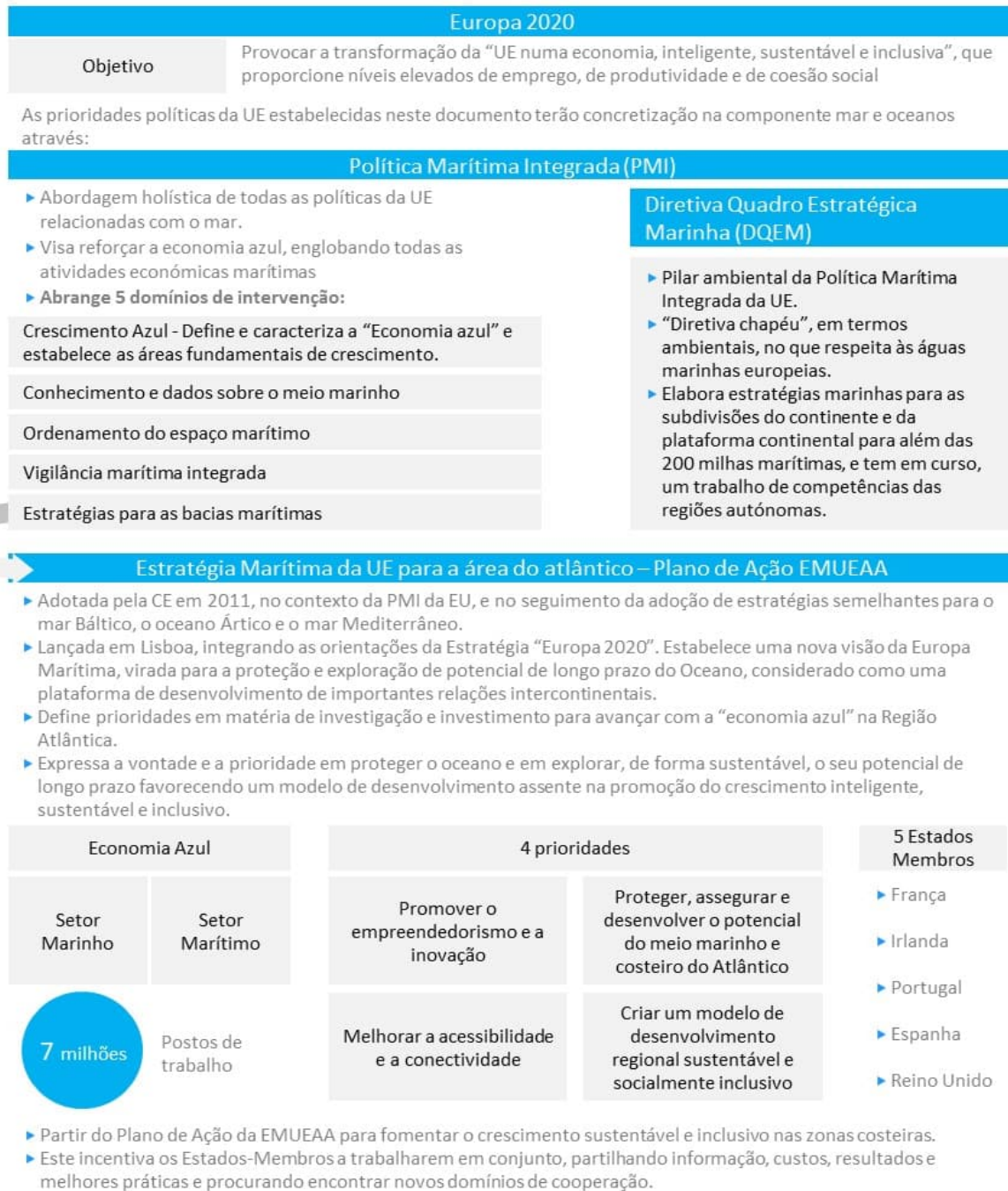
Sociedade Portuguesa de Biotecnologia (2014). *Biotecnologia Azul*

7. Anexos

Anexo 1. O objeto de avaliação

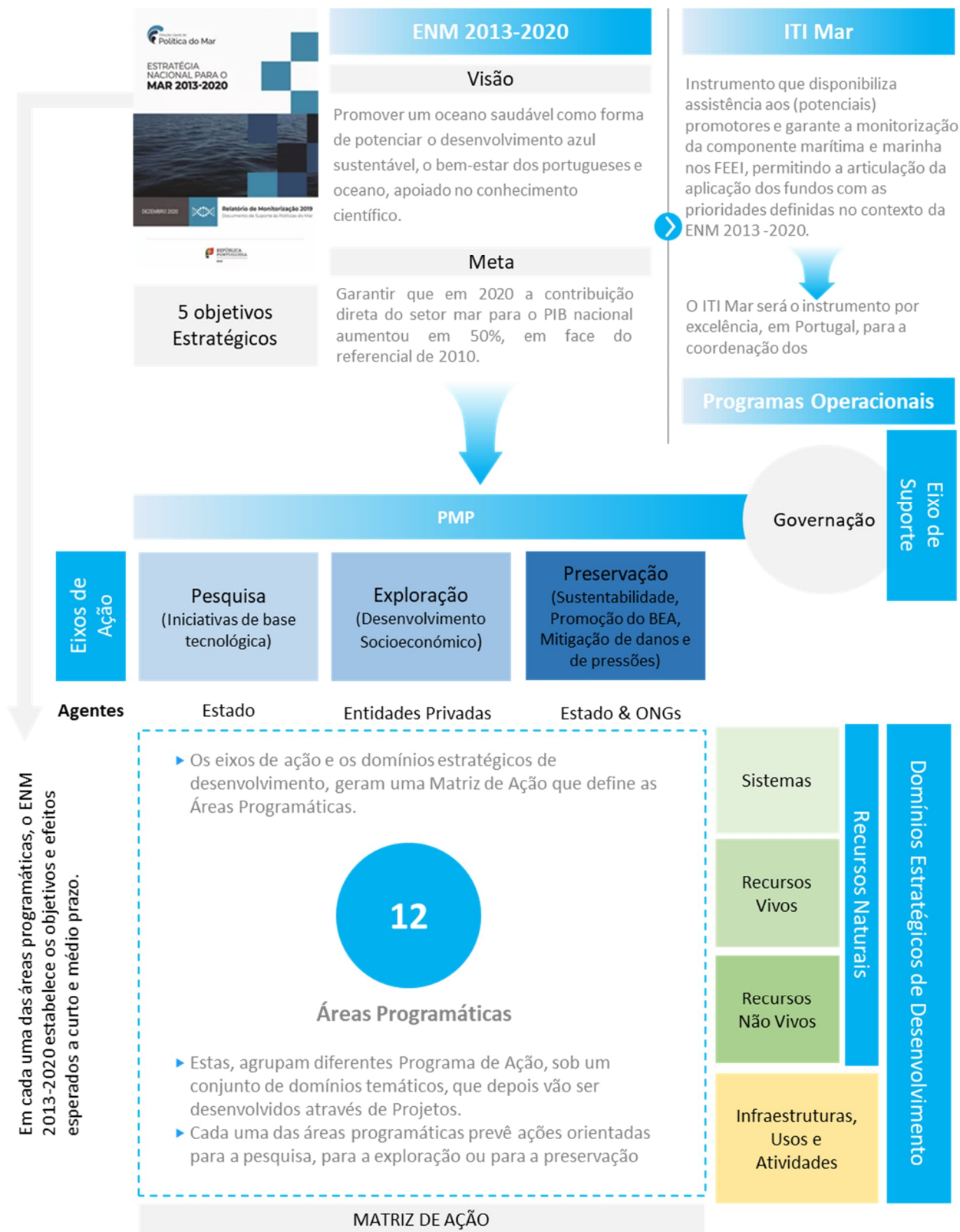
1.1. Enquadramento estratégico

Figura A1. Estratégia europeia e o enquadramento regulamentar para a Economia do Mar



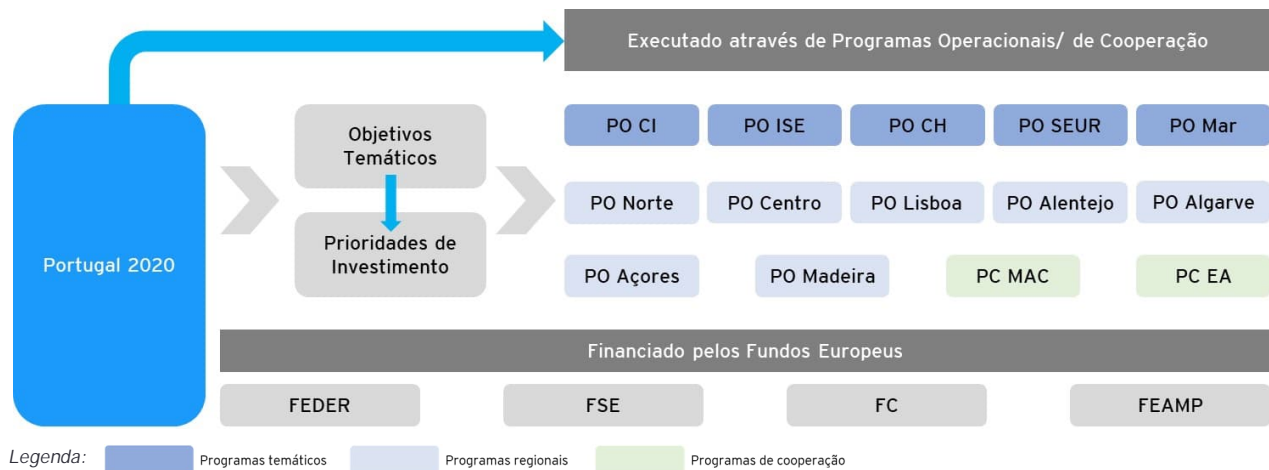
Fonte: Equipa de avaliação, com base na ENM 2013-2020; Comunicação da Comissão – Europa 2020 – Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo; Quadro de referência do ITI Mar (versão atualizada julho 2021)

Figura A2. Estratégia, planos e instrumentos nacionais



Fonte: Equipa de avaliação, com base na ENM 2013-2020; O PMP, 2015

Figura A3. Mecanismos de ação nacionais para a execução da ENM



Fonte: Equipa de avaliação

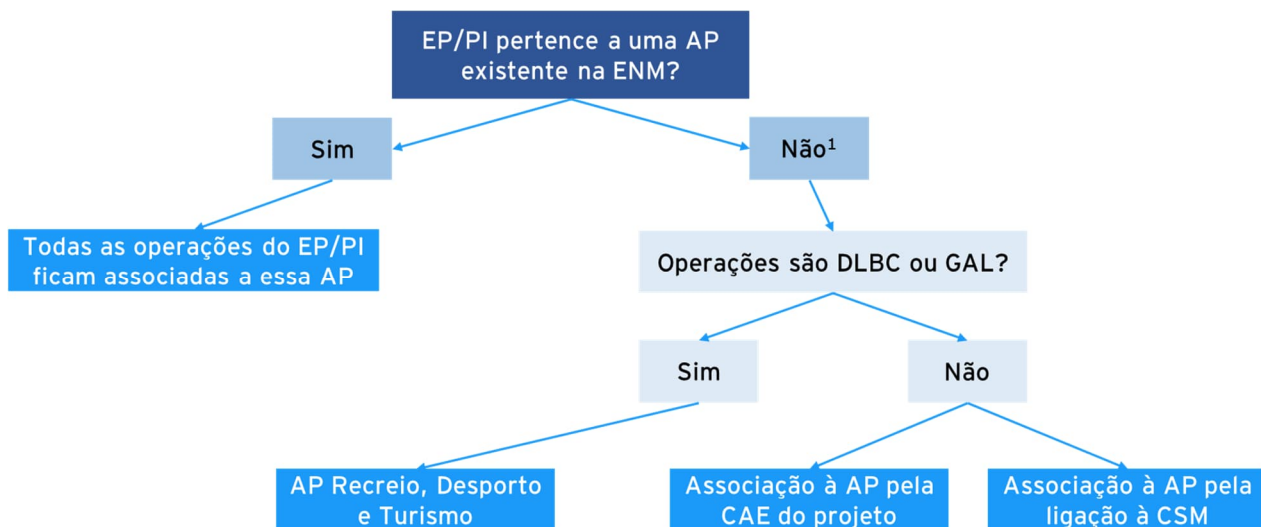
Quadro A1. Programas operacionais da análise e respetivos objetivos temáticos, com base nas operações Mar aprovadas até 31 de dezembro de 2020

| PO | Fundo | Objetivo Temático (OT) | |
|---------------------|-----------------|-------------------------------------|-------------------------------|
| PO CI | FEDER, FSE e FC | OT 1; OT 2; OT 3; OT 7; OT 8; OT 11 | |
| PO ISE | FSE | OT 8 | |
| PO CH | | OT 10 | |
| PO SEUR | FC | OT 4; OT 5; OT 6 | |
| PO Mar | FEAMP | OT 3; OT 4; OT 6; OT 8 | |
| PO Norte | FEDER e FSE | OT 1; OT 3; OT 6; OT 8; OT 9; OT 10 | |
| PO Centro | | OT 1; OT 3; OT 6; OT 8; OT 9; OT 10 | |
| PO Lisboa | | OT 1; OT 3; OT 8 | |
| PO Alentejo | | OT 1; OT 3; OT 6; OT 8; OT 9 | |
| PO Algarve | | OT 1; OT 3; OT 6; OT 8; OT 9 | |
| PO Açores | | OT 1; OT 3; OT 5; OT 6; OT 10 | |
| PO Madeira | | OT 1; OT 3; OT 6; OT 10 | |
| PC MAC | | FEDER | OT 1; OT 3; OT 5; OT 6; OT 11 |
| PC Espaço Atlântico | | | OT 1; OT 4; OT 5; OT 6 |

Fonte: Equipa de avaliação

1.2. Alinhamento entre PT2020 e ENM

Figura A4. Metodologia de ligação das PI às AP



Fonte: Equipa de avaliação, com base no quadro 10 do Quadro de Referência do ITI Mar (versão julho 2021) e na lista de operações Mar enviada pela DGPM

¹ O quadro 10 do Quadro de Referência do ITI Mar (versão julho 2021) apresenta AP que não constam na ENM 2013-2020, nomeadamente a AP Economia e Comércio, AP Emprego e AP Distribuição de rendimento e equidade.

Quadro A2. CAE exclusivamente marítimas

| ENM 13-20 Domínios de monitorização da envolvente externa | Sector/Área de Investimento ITI Mar |
|---|---|
| Pesca, Aquicultura e Indústria do Pescado | 0311 - Pesca marítima, apanha de algas e de outros produtos do mar |
| | 0321 - Aquicultura em águas salgadas e salobras |
| | 1020 - Preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos |
| | 46381 - Comércio por grosso de peixe, crustáceos e moluscos |
| | 4723 - Comércio a retalho de peixe, crustáceos e moluscos, em estabelecimentos especializados |
| | <i>0312 - Pesca em águas interiores e apanha de produtos em águas interiores</i> |
| | <i>0322 - Aquicultura em águas doces</i> |
| Recursos Minerais Marinhos | 08931 - Extração de sal marinho |
| | <i>0893 - Extração de sal</i> |
| Portos, Transportes e Logística | 5010 - Transportes marítimos de passageiros |
| | 5020 - Transportes marítimos de mercadorias |
| | 7734 - Aluguer de meios de transporte marítimo e fluvial |
| | 5222 - Atividades auxiliares dos transportes por água |
| | <i>5030 - Transportes de passageiros por vias navegáveis interiores</i> |
| Recreio, Desporto e Turismo | <i>5040 - Transportes de mercadorias por vias navegáveis interiores</i> |
| Construção, M&R Naval | 93292 - Atividades dos portos de recreio (marinas) |
| | 3011 - Construção de embarcações e estruturas flutuantes, exceto de recreio e desporto |
| | 3012 - Construção de embarcações de recreio e de desporto |
| | 3315 - Reparação e manutenção de embarcações |

Fonte: Quadro 16 do Quadro de Referência do ITI Mar (versão julho 2021)

Nota: A itálico estão as CAE que a nível internacional são consideradas Economia do Mar por estarem incluídas nas respetivas cadeias de valor

Quadro A3. Instituições de natureza pública exclusivamente mar

| Listagem das instituições | |
|---|--|
| Administrações Portuárias | Autoridade de Gestão do PO Mar 2020 (Mar 2020) |
| Autoridade Marítima Nacional | Centro de Ciências do Mar - CCMAR |
| Centro de Ciências do Mar e do Ambiente - MARE | Centro de Engenharia e Tecnologia Naval e Oceânica - CENTEC |
| Centro de Estudos do Ambiente e do Mar - CESAM | Centro de Investigação Marinha e Ambiental - CIMA |
| Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental - CIIMAR | Comissão Técnica do Registo Internacional de Navios da Madeira |
| Direção Regional das Pescas (RAA) | Direção Regional de Pescas (RAM) |
| Direção Regional dos Assuntos do Mar (RAA) | Direção-Geral de Faróis |
| DGPM | DGRM |
| Docapesca - Portos e Lotas, S.A. | Escola Naval (Marinha) |
| Escola Superior Náutica Infante D. Henrique - ENIDH | Estação de Biologia Marinha do Funchal |
| Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental - EMEPC | FOR-MAR - Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar |
| Grupo de Investigação em Recursos Marinhos - GIRM | Inspeção Regional das Pescas (RAA) |
| Instituto de Socorro a Náufragos - ISN | Instituto do Mar, Centro do Mar e Ambiente - IMAR-CMA |
| Instituto Hidrográfico (Marinha) | LOTAÇOR - Serviço de Lotas dos Açores, S.A. |
| Marinha | Sociedades POLIS LITORAL |

Fonte: Quadro C do anexo do Quadro de Referência do ITI Mar (versão julho 2021)

Quadro A4. Alinhamento da ENM 13-20 e as PI do PT2020

| OT | PI | Fundo | AP | Intensidade do alinhamento com a ENM (1 a 5) |
|---|--|-------|--|--|
| Domínio da Competitividade e Internacionalização | | | | |
| OT 1 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação | PI 1.1 - Reforço da infraestrutura e desenvolvimento da excelência na I&I PI 1.2 - Promoção da cooperação na inovação e valorização do conhecimento | FEDER | Educação, Ciência e Tecnologia | 5 |
| OT 2 - Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade | PI 2.3 - Reforço das aplicações de TIC na administração em linha | | Governação | 4 |
| OT 3 - Reforçar a competitividade das PME e dos setores agrícola das pescas e da aquicultura | PI 3.1 - Promoção do espírito empresarial facilitando o apoio à exploração económica de novas ideias e a criação de novas empresas | | Economia e Comércio | |
| | PI 3.2 - Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME PI 3.3 - Apoio à criação e alargamento de capacidades de desenvolvimento de produtos e serviços PI 3.4 - Apoio à capacidade das PME de crescerem nos mercados e de empreenderem processos de inovação | | | |
| | EP 1, EP 2 e EP 5 - Promover uma pesca e uma aquicultura inovadora, competitiva e baseadas no conhecimento, e promoção da comercialização e da transformação | FEAMP | Pesca e Indústria do Pescado Aquicultura | 5 |
| OT 7 - Promover transportes sustentáveis e eliminar estrangulamentos nas redes de infraestruturas | PI 7.1 - Apoio ao espaço único europeu de transportes multimodais | FC | Portos, transportes e logística | 4 |
| | PI 7.2 - Melhoria da mobilidade regional, com a ligação dos nós secundários e terciários | FEDER | | |

| OT | PI | Fundo | AP | Intensidade do alinhamento com a ENM (1 a 5) |
|---|---|-----------------|---------------------------------------|--|
| | PI 7.3 - Desenvolvimento dos sistemas de transportes ecológicos e baixo teor de carbono | FC / FEDER (RA) | | 3 |
| OT 8 - Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores | PI 8.3 - Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas | FSE | Emprego | 1 |
| | PI 8.5 - Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança | | | 4 |
| | EP 6 - Promoção do capital humano | FEAMP | Educação, Ciência e Tecnologia | 5 |
| OT 11 - Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública | PI 11.1 - Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações | FSE | Governação | 4 |
| | PI 11.2 - Criação de capacidades para os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais | | | |
| Domínio da Inclusão Social e Emprego | | | | |
| OT 8 - Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores | PI 8.1 - O acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos | FSE | Emprego | 1 |
| | PI 8.3 - Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas | | | 4 |
| | PI 8.5 - Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança | | | 1 |
| | PI 8.8 - Desenvolvimento dos viveiros de empresas e do apoio ao investimento | FEDER | Distribuição de rendimento e equidade | 5 |
| OT 9 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação | EP 4 - Aumentar o emprego e a coesão territorial (Gal - pesca) | FEAMP | | 2 |
| | PI 9.6 e PI 9.10 - Investimentos no contexto de estratégias de DLBC | FSE/FEDER | | |
| | PI 9.8 - A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais | FEDER | | |
| Domínio do Capital Humano | | | | |
| OT 10 - Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida | PI 10.1 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso | FSE | Educação, Ciência e Tecnologia | 1 |
| | PI 10.2 - Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente e do acesso ao mesmo | | | 4 |
| | PI 10.3 - Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida | | | 5 |
| | PI 10.4 - Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho | | | |
| | PI 10.5 - Investimentos na educação, na formação e na formação profissional | FEDER | | 3 |
| Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos | | | | |
| OT 4 - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores | PI 4.1 - A promoção da produção e distribuição de fontes de energia renováveis | FC / FEDER (RA) | Recursos Energéticos Marinhos | 5 |

| OT | PI | Fundo | AP | Intensidade do alinhamento com a ENM (1 a 5) |
|---|--|-----------------|---|--|
| | PI 4.2 - Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas | FEDER | Carbono e energia | 2 |
| | EP 1 - Contribuir para a atenuação dos efeitos das alterações climáticas - aumentar a eficiência energética | FEAMP | Pesca e Indústria do Pescado Carbono e energia | 5 |
| OT 5 - Promover a adaptação às alterações climáticas e à prevenção e gestão de riscos | PI 5.1 - Investimento para adaptação às alterações climáticas | FC / FEDER (RA) | Oceano, atmosfera e sistema integrado | |
| | PI 5.2 - Promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes | | Proteção e salvaguarda Obras marítimas | |
| OT 6 - Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos | PI 6.3 - Conservação e promoção do património natural e cultural | FEDER | Recreio, Desporto e Turismo | |
| | PI 6.4 - Proteção e reabilitação da biodiversidade | FC/FEDER | Oceano, atmosfera e sistema integrado | |
| | PI 6.5 - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído | | Obras marítimas | |
| | EP 1 e EP2 - Promover uma pesca e uma aquicultura ambientalmente sustentáveis e eficientes em termos de recursos | FEAMP | Pesca e Indústria do Pescado Aquicultura | |
| | EP 3 - Fomentar a execução da PCP | | 5 | |
| | EP 6 - Fomentar a execução da PMI, nomeadamente através da partilha de informação marítima | | | |

Fonte: Quadro 10 do Quadro de Referência do ITI Mar (versão julho 2021)

Legenda: 5=mais forte; 1=mais fraco

Quadro A5. Alinhamento entre a CSM e a área de investimento do ITI Mar

| Agrupamentos de Atividade Económica | Sector/Área de Investimento ITI Mar |
|--|--|
| 1. Pesca, aquicultura, transformação e comercialização dos seus produtos | 1.1 - Pesca e comercialização dos seus produtos |
| | 1.2 - Aquicultura |
| | 1.3 - Transformação dos produtos da pesca |
| 2. Recursos marinhos não vivos | 2.1 - Recursos minerais marinhos |
| | 2.2 - Salicultura |
| | 2.3 - Energias convencionais (petróleo, gás) |
| 3. Portos, transportes e logística | 3. - Portos, transportes e logística |
| 4. Recreio, desporto, cultura e turismo | 4.1 - Recreio, desporto, cultura e marítimo-turísticas |
| | 4.2.A - Turismo costeiro (Alojamento) |
| | 4.2.B - Turismo costeiro (Restauração) |
| 5. Construção, manutenção e reparação naval | 5. - Construção, manutenção e reparação naval |
| 6. Equipamento marítimo | 6. - Equipamento marítimo |
| 7. Infraestruturas e obras marítimas | 7.1 - Requalificação do litoral |
| | 7.2 - Outras infraestruturas e obras marítimas |

| Agrupamentos de Atividade Económica | Sector/Área de Investimento ITI Mar |
|-------------------------------------|---|
| 8. Serviços marítimos | 8.1 - I&D&I |
| | 8.2.A - Serviços marítimos (Governança) |
| | 8.2.B - Serviços marítimos (Proteção ambiental e alterações climáticas) |
| | 8.3 - Ensino, formação profissional, estágios e apoio à contratação |
| 9. Novos usos e recursos do mar | 8.4 - Outros serviços marítimos |
| | 9.1 - Biotecnologia marinha |
| | 9.2 - Energias renováveis marinhas |
| | 9.3 - Serviços de observação da terra |
| | 9.4 - Outros "Novos usos e recursos do mar" |

Fonte: Quadro 19 do Quadro de Referência do ITI Mar (versão julho 2021)

Quadro A6. Codificação das AP e respetiva associação a domínios Estratégicos da ENM

| Domínio | AP (código e descrição) |
|---|--|
| 1. Governança | 1.1 Administração, Pensamento e Ação Estratégica, Identidade e Cultura |
| | 1.2 Proteção e Salvaguarda |
| | 1.3 Educação, Ciência e Tecnologia |
| 2. Recursos Naturais - Sistema | 2.1 Oceano, Atmosfera e Sistema integrado |
| 3. Recursos Naturais - Recursos Vivos | 3.1 Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura |
| | 3.2 Biotecnologia Marinha |
| 4. Recursos Naturais - Recursos não vivos | 4.1 Recursos Minerais Marinhos |
| | 4.2 Recursos Energéticos Marinhos |
| 5. Infraestruturas, usos e atividades | 5.1 Recreio, Desporto e Turismo |
| | 5.2 Portos, transportes e logística |
| | 5.3 Construção, Manutenção e Reparação Naval |
| | 5.4 Obras marítimas |

Fonte: Equipa de avaliação, com base na figura 3 do PMP (Quadro A7)

Quadro A7. Eixos/Domínios e AP da ENM

| Eixos/Domínios | AP (código e descrição) |
|---|--|
| ES1. Governança | AP1. Administração |
| | AP2. Pensamento e Ação Estratégica |
| | AP3. Educação, Ciência e Tecnologia |
| | AP4. Identidade e Cultura |
| | AP5. Proteção e Salvaguarda |
| SD1. Recursos Naturais - Sistema | AP1. Oceano, Atmosfera e Sistema integrado |
| | AP2. Atmosfera |
| | AP3. Sistema integrado |
| SD2. Recursos Naturais - Recursos Vivos | AP1. Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura |
| | AP2. Aquicultura |
| | AP3. Biotecnologia Marinha |
| SD3. Recursos Naturais - Recursos não vivos | AP1. Recursos Minerais Marinhos |
| | AP2. Recursos Energéticos |
| | AP1. Portos, transportes e logística |

| Eixos/Domínios | AP (código e descrição) |
|--|---|
| DED2. Infraestruturas, usos e atividades | AP2. Recreio, Desporto e Turismo |
| | AP3. Construção, Manutenção e Reparação Naval |
| | AP4. Obras marítimas |

Fonte: Figura 2 do PMP

1.3. Ponto de situação à data da avaliação

175. A presente secção apresenta um ponto de situação das operações apoiadas pelo PT2020 e que estão inseridas no âmbito da ENM, à data de 31/12/2020, analisando num primeiro momento a aprovação das operações e a execução financeira e, num segundo momento, a execução física das operações, uma análise mais centrada na ENM e nas respetivas ramificações.

176. No período de operacionalização da ENM foram publicados 417 Avisos de Abertura de Concurso (AAC) onde foram aprovadas operações Mar, verificando-se uma elevada representatividade dos concursos lançados no âmbito do objetivo temático (OT) 3 (33%). A maioria dos concursos foram lançados em 2019 (23%), por influência das operações da AP 4 relacionadas com a execução das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL), inseridas no OT 8 (Quadro A8).

Quadro A8. AAC publicados, por ano | 31/12/2020

| OT | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | Total |
|-------|------|------|------|------|------|------|------|-------|
| OT 01 | | 28 | 14 | 14 | 12 | 10 | 2 | 80 |
| OT 02 | | | 1 | 1 | 2 | | | 4 |
| OT 03 | | 29 | 23 | 15 | 34 | 19 | 17 | 137 |
| OT 04 | | | 2 | | | 1 | | 3 |
| OT 05 | | 5 | 7 | 4 | 1 | 1 | 1 | 19 |
| OT 06 | | 3 | 11 | 8 | 7 | 7 | 6 | 42 |
| OT 07 | | | 3 | | | 1 | 1 | 5 |
| OT 08 | | 1 | 2 | 11 | 11 | 49 | 4 | 78 |
| OT 09 | | | | 9 | 4 | 2 | 2 | 17 |
| OT 10 | 1 | 2 | 10 | 8 | 5 | 3 | 1 | 30 |
| OT 11 | | 1 | | | | 1 | | 2 |
| Total | 1 | 69 | 73 | 70 | 76 | 94 | 34 | 417 |

Fonte: Equipa de avaliação, com base em dados dos SI PT2020 e dos PO

177. Foram identificados 6.796 projetos com ligação à Economia do Mar (Quadro A9) sendo que destes 0,3% foram rescindidos/revogados, ficando um universo final de 6.779 projetos apoiados. No final de 2020, apenas 25% dos projetos apoiados encontravam-se concluídos, 44% em execução e 32% estavam aprovados, mas ainda sem execução.³⁶

Quadro A9. Número de operações de acordo com o respetivo estado por PO | 31/12/2020

| PO | Concluída | Aprovada | Em Execução | Rescindida /Revogada | Total | % |
|--------|-----------|----------|-------------|----------------------|-------|------|
| PO CI | 10 | 56 | 194 | | 260 | 3,8% |
| PO ISE | 11 | | | | 11 | 0,2% |

³⁶ Os valores apresentados excluem as operações das tipologias de operação (TO) de cessação temporária e definitiva das atividades de pesca e compensações às RUP que se assumem como medidas de suporte ao rendimento e se consideram concluídas no momento da sua atribuição. A totalidade de operações mar quando se excluem estas TO é de 3.117, com uma taxa de rescisão/revogação na ordem dos 0,55%, resultando em 3.100 projetos apoiados.

Os valores alteram-se para 54% (concluídos), 17% (aprovados sem execução) e 30% (em execução) se considerarmos a totalidade das operações.

| PO | Concluída | Aprovada | Em Execução | Rescindida /Revogada | Total | % |
|---------------------|--------------|-------------|--------------|----------------------|--------------|---------------|
| PO CH | 13 | 2 | 4 | | 19 | 0,3% |
| PO SEUR | 16 | 15 | 76 | | 107 | 1,6% |
| PO Mar | 3398 | 527 | 962 | | 4887 | 71,9% |
| Cessações e RUP | 526 | 368 | 314 | | 1208 | 38,8% |
| Restantes operações | 2879 | 159 | 648 | | 3679 | 33,1% |
| PO Norte | | 87 | 91 | | 178 | 2,6% |
| PO Centro | 16 | 71 | 63 | | 150 | 2,2% |
| PO Lisboa | 4 | 54 | 157 | | 215 | 3,2% |
| PO Alentejo | 3 | 52 | 43 | | 98 | 1,4% |
| PO Algarve | 21 | 94 | 88 | 13 | 216 | 3,2% |
| PO Açores | 139 | 157 | 201 | | 497 | 7,3% |
| PO Madeira | | 10 | 40 | 4 | 54 | 0,8% |
| PC MAC | | 11 | 23 | | 34 | 0,5% |
| PC Espaço Atlântico | 1 | 4 | 65 | | 70 | 1,0% |
| Total | 3.632 | 1140 | 2.007 | 17 | 6.796 | 100,0% |

Fonte: Equipa de avaliação, com base em dados dos Sistemas de Informação do PT2020 (SI PT2020) e dos PO

178. Numa análise por PO, destaca-se o PO Mar, que registava cerca de 72% do total de projetos aprovados, um valor muito superior ao peso relativo dos restantes PO, que se encontram entre os 0,2% e os 7,3%. Esta elevada representatividade é derivada do peso das operações das cessações temporárias/definitivas das atividades da pesca (relativo à Política Comum das Pescas (PCP)) e das compensações às Regiões Ultraperiféricas (RUP), que representam 75% dos projetos apoiados pelo PO Mar. Estas compensações podem ser atribuídas mais do que uma vez por ano e como os seus destinatários são as empresas ou empresários a título individual inseridos na atividade da pesca, abrange um elevado número de promotores, o que provoca inevitavelmente um elevado número de operações com taxas de conclusão elevadas pelo facto de os apoios serem transferências monetárias diretas (PO Mar regista um total de 70% de operações concluídas). Excluindo as operações do PO Mar relativas as compensações, a taxa de conclusão é de 44%, que embora seja muito inferior aos 70% do valor total do PO, continua a ser um valor elevado em comparação com os restantes PO, sendo apenas ultrapassado pelo Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE) (100%) e pelo Programa Operacional Capital Humano (PO CH) (68%), que apresentam no total apenas 30 operações (0,5% do total).
179. O PO Açores é o segundo programa com maior peso relativo das operações (7%) e o maior PO Regional (POR), apresentando mais do que o dobro das operações do PO Lisboa e PO Algarve, os segundos POR com maior representatividade (3,2%).
180. A análise do número de projetos por AP revela que cerca de 68% das operações se concentram na 3.1 *Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura*, mais uma vez relacionado com a densidade de operações relacionadas com compensações no âmbito do PO Mar (Quadro A10). Se apenas se considerar as operações da AP 3.1 que não são compensações, esta apresenta um peso relativo de 14%, inferior à AP 1.3 *Educação, Ciência e Tecnologia*.

Quadro A10. Número de operações de acordo com o respetivo estado por AP | 31/12/2020

| AP | Concluído | Aprovada | Em Execução | Rescindida /Revogada | Total | % |
|--|-----------|----------|-------------|----------------------|-------|--------|
| 1.1 Administração, Pensamento e Ação Estratégica, Identidade e Cultura | 9 | 17 | 18 | 0 | 44 | 0,6% |
| 1.2 Proteção e Salvaguarda | 1 | 6 | 15 | 0 | 22 | 0,3% |
| 1.3 Educação, Ciência e Tecnologia | 42 | 147 | 453 | 2 | 644 | 9,5% |
| 2.1 Oceano, Atmosfera e Sistema integrado | 10 | 12 | 34 | 0 | 56 | 0,8% |
| 3.1 Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura | 3 337 | 417 | 879 | 0 | 4 633 | 68,2% |
| Cessações definitivas e RUP | 2 872 | 159 | 648 | | 3 679 | 54,1% |
| Restantes operações | 465 | 258 | 231 | | 954 | 14,0% |
| 3.2 Biotecnologia Marinha | 2 | 7 | 13 | 0 | 22 | 0,3% |
| 4.1 Recursos Minerais Marinhos | 1 | 2 | 5 | 1 | 9 | 0,1% |
| 4.2 Recursos Energéticos Marinhos | 1 | 2 | 14 | 0 | 17 | 0,3% |
| 5.1 Recreio, Desporto e Turismo | 192 | 502 | 453 | 14 | 1 161 | 17,1% |
| 5.2 Portos, transportes e logística | 2 | 7 | 38 | 0 | 47 | 0,7% |
| 5.3 Construção, Manutenção e Reparação Naval | 3 | 14 | 30 | 0 | 47 | 0,7% |
| 5.4 Obras marítimas | 32 | 7 | 55 | 0 | 94 | 1,4% |
| Total | 3 632 | 1 140 | 2 007 | 17 | 6 796 | 100,0% |
| Total [sem compensações do PO Mar] | 760 | 981 | 1 359 | 17 | 3 117 | |

Fonte: Equipa de avaliação, com base em dados dos SI PT2020 e dos PO

181. A taxa de conclusão dos projetos apoiados é mais elevada na AP 3.1, mesmo quando se desconsideram as operações relacionadas com compensações (49%), e na AP 5.4 *Obras Marítimas* (34%), embora esta apenas represente uma fração reduzida do total de operações apoiadas (1%, que passa a 3% se excluirmos da análise as operações relacionadas com compensações previamente referidas).

182. Os projetos apoiados (aprovados, em execução ou concluídos) até 31/12/2020 (Quadro 2) envolviam financiamento comunitário de 1.393 M€ e investimento elegível (IE) de 2.200 M€, situando-se a taxa média de comparticipação nos 54%. Entre os diferentes programas financiadores, o Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) destaca-se por assumir o maior peso no financiamento comunitário (27%), seguido do PO Mar (24%) e do PO Açores a assumir o maior peso entre os POR (13%). O PO ISE, PO CH e PC MAC destacam-se pelas maiores taxas médias de comparticipação, que se situam em 85% (Quadro A11).

Quadro A11. Operações apoiadas por PO | 31/12/2020

| PO | Operações | | Financiamento comunitário | | | |
|-----------------------------|-----------|-------|-----------------------------------|--------------------|-------------------------------|---------------------------------------|
| | Nº | % | Valor financiamento (€, milhares) | % do financiamento | Taxa média de comparticipação | Valor médio por projeto (€, milhares) |
| PO CI | 260 | 3,8% | 369.713 € | 26,5% | 60,9% | 1.422 € |
| PO ISE | 11 | 0,2% | 45 € | 0,0% | 85,0% | 4 € |
| PO CH | 19 | 0,3% | 49.430 € | 3,5% | 85,0% | 2.602 € |
| PO SEUR | 107 | 1,6% | 155.435 € | 11,2% | 72,5% | 1.453 € |
| PO Mar | 4.887 | 72,1% | 332.621 € | 23,9% | 50,3% | 68 € |
| Cessações definitivas e RUP | 3.679 | 54,3% | 53.119 € | 3,8% | 68,5% | 14 € |
| Restantes operações | 1.208 | 17,9% | 279.502 € | 20,1% | 47,9% | 231 € |
| PO Norte | 178 | 2,6% | 61.169 € | 4,4% | 62,9% | 344 € |
| PO Centro | 150 | 2,2% | 27.898 € | 2,0% | 53,5% | 186 € |
| PO Lisboa | 215 | 3,2% | 44.447 € | 3,2% | 36,4% | 207 € |
| PO Alentejo | 98 | 1,4% | 17.561 € | 1,3% | 63,2% | 179 € |

| PO | Operações | | Financiamento comunitário | | | |
|---------------------|-----------|--------|-----------------------------------|--------------------|----------------------------|---------------------------------------|
| | Nº | % | Valor financiamento (€, milhares) | % do financiamento | Taxa média de participação | Valor médio por projeto (€, milhares) |
| PO Algarve | 203 | 3,0% | 58.648 € | 4,2% | 28,5% | 289 € |
| PO Açores | 497 | 7,3% | 179.954 € | 12,9% | 52,4% | 362 € |
| PO Madeira | 50 | 0,7% | 36.071 € | 2,6% | 27,4% | 721 € |
| PC MAC | 34 | 0,5% | 36.680 € | 2,6% | 85,0% | 1.079 € |
| PC Espaço Atlântico | 70 | 1,0% | 23.766 € | 1,7% | 74,9% | 340 € |
| Total | 6.779 | 100,0% | 1.393.438 € | 100,0% | 53,7% | 206 € |

Fonte: Equipa de avaliação, com base em dados dos SI PT2020 e dos PO

183. Ao nível dos domínios, este financiamento é maioritariamente absorvido pelos domínios 1. *Governança* e 5. *Infraestruturas, Usos e Atividades*, que no seu conjunto representam 76% do total do financiamento e 30% do total das operações (Quadro 2). Nestes domínios destacam-se os montantes das AP da 1.3 Educação, Ciência e Tecnologia e 5.1 *Recreio, Desporto e Turismo*, que representam individualmente cerca de 22% do financiamento comunitário total. O valor de financiamento comunitário mais reduzido encontra-se nos domínios 2. *Recursos Naturais – Sistema* e 4. *Recursos Naturais – Recursos Não Vivos*, que no seu conjunto acolhem cerca de 4% do financiamento aprovado.

184. A AP 5.2 Portos, Transporte e Logística, destaca-se pelo elevado valor médio por projeto (4,5 M€), associado à exigência financeira que os projetos de infraestruturas do mar envolvem, representando 15% do financiamento e apenas 0,7% das operações. A AP da 3.1 Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura evidencia a tendência inversa, sobretudo nas operações exclusivamente relacionadas com as compensações, onde o peso do financiamento é apenas 4%, muito inferior ao peso de 54% verificado no número de operações.

185. Considerando o enquadramento dos diferentes Objetivos Temáticos nas AP (Quadro A12), os OT no âmbito da inovação, investigação e reforço da competitividade (OT 3 – Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos sectores agrícola, das pescas e da aquicultura e OT 1 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação) absorvem cumulativamente cerca de 55% do financiamento comunitário (40% e 15,8% respetivamente). No caso do financiamento atribuído a projetos no âmbito do OT 3, aquele que representa o maior peso relativo, este encontra-se distribuído por cinco AP, com destaque para a AP 3.1 Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura. Numa escala de grandeza, seguem-se os OT definidos no âmbito da promoção da mobilidade sustentável e adaptação às alterações climáticas (OT 7 e OT 5, respetivamente) que recebem individualmente entre 10 e 14% do financiamento. Num polo oposto encontra-se o OT 11, destinado a reforçar a eficiência e a capacidade institucional da administração pública, que representa apenas 0,1% do financiamento comunitário em análise. Ao nível do número de operações apoiadas, o OT 3 e o OT 11 mantêm a sua posição relativa, com o primeiro a apoiar 4.104 operações (máximo) e o segundo a apoiar 5 operações (mínimo).

Quadro A12. Operações e Financiamento Comunitário por AP e OT | 31/12/2020

| Área Programática (EY) | Objetivo Temático (EY) | Operações | | Financiamento Comunitário | |
|--|------------------------|-----------|------|-----------------------------------|-----------------|
| | | Nº | % | Valor financiamento (€, milhares) | % financiamento |
| 1.1 Administração, Pensamento e Ação Estratégica, Identidade e Cultura | OT 02 | 7 | 0,1% | 3.511 € | 0,3% |
| | OT 06 | 27 | 0,4% | 41.268 € | 3,0% |
| | OT 08 | 5 | 0,1% | 1.283 € | 0,1% |
| | OT 11 | 5 | 0,1% | 1.386 € | 0,1% |
| 1.2 Proteção e Salvaguarda | OT 05 | 12 | 0,2% | 5.233 € | 0,4% |
| | OT 06 | 5 | 0,1% | 1.191 € | 0,1% |
| | OT 08 | 5 | 0,1% | 2.306 € | 0,2% |
| 1.3 Educação, Ciência e Tecnologia | OT 01 | 524 | 7,7% | 220.119 € | 15,8% |
| | OT 03 | 22 | 0,3% | 5.510 € | 0,4% |
| | OT 08 | 21 | 0,3% | 1.204 € | 0,1% |

| Área Programática (EY) | Objetivo Temático (EY) | Operações | | Financiamento Comunitário | |
|---|------------------------|--------------|---------------|-----------------------------------|-----------------|
| | | Nº | % | Valor financiamento (€, milhares) | % financiamento |
| | OT 10 | 75 | 1,1% | 83.684 € | 6,0% |
| 2.1 Oceano, Atmosfera e Sistema integrado | OT 05 | 23 | 0,3% | 7.174 € | 0,5% |
| | OT 06 | 33 | 0,5% | 17.633 € | 1,3% |
| 3.1 Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura | OT 03 | 3 263 | 48,1% | 242.640 € | 17,4% |
| | OT 04 | 152 | 2,2% | 1.505 € | 0,1% |
| | OT 06 | 1214 | 17,9% | 28.881 € | 2,1% |
| | OT 08 | 4 | 0,1% | 117 € | 0,0% |
| 3.2 Biotecnologia Marinha | OT 03 | 12 | 0,2% | 1.032 € | 0,1% |
| | OT 06 | 5 | 0,1% | 1.750 € | 0,1% |
| | OT 08 | 5 | 0,1% | 2.088 € | 0,1% |
| 4.1 Recursos Minerais Marinhos | OT 03 | 7 | 0,1% | 664 € | 0,0% |
| | OT 08 | 1 | 0,0% | 68 € | 0,0% |
| 4.2 Recursos Energéticos Marinhos | OT 03 | 4 | 0,1% | 1.165 € | 0,1% |
| | OT 04 | 12 | 0,2% | 34.079 € | 2,4% |
| | OT 08 | 1 | 0,0% | 5 € | 0,0% |
| 5.1 Recreio, Desporto e Turismo | OT 03 | 724 | 10,7% | 261.067 € | 18,7% |
| | OT 06 | 43 | 0,6% | 25.320 € | 1,8% |
| | OT 08 | 281 | 4,1% | 23.835 € | 1,7% |
| | OT 09 | 99 | 1,5% | 3.268 € | 0,2% |
| 5.2 Portos, transportes e logística | OT 03 | 33 | 0,5% | 22.398 € | 1,6% |
| | OT 07 | 13 | 0,2% | 189.656 € | 13,6% |
| | OT 08 | 1 | 0,0% | 2 € | 0,0% |
| 5.3 Construção, Manutenção e Reparação Naval | OT 03 | 39 | 0,6% | 25.950 € | 1,9% |
| | OT 08 | 8 | 0,1% | 260 € | 0,0% |
| 5.4 Obras marítimas | OT 05 | 86 | 1,3% | 127.912 € | 9,2% |
| | OT 06 | 8 | 0,1% | 8.275 € | 0,6% |
| Total | | 6 779 | 100,0% | 1.393.438 € | 100,0% |

Fonte: Equipa de avaliação, com base em dados dos SI PT2020 e dos PO

186. Uma análise ao nível das PI evidencia as PI 3.3 (Sistema de Incentivos (SI), presente em várias AP), 7.1 (Portos, Transportes e Logística) e 5.2 (no âmbito das Obras Marítimas) como as mais relevantes em termos de financiamento comunitário, com cada PI a apresentar um peso relativo de aproximadamente 10% (Quadro A13). Contudo, os Eixos Prioritários (EP)1 (24,6%) e 5 (39,8%) do PO Mar, que incluem compensações às RUP e por cessação de atividade, representavam cerca de 65% do total das operações apoiadas.

Quadro A13. Operações e Financiamento Comunitário por PI | 31/12/2020

| PI | Operações | | Financiamento comunitário | |
|------|-----------|-------|-----------------------------------|--------------------|
| | Nº | % | Valor financiamento (€, milhares) | % do financiamento |
| EP 1 | 1.667 | 24,6% | 90.670 € | 6,5% |
| EP 2 | 233 | 3,4% | 62.063 € | 4,5% |
| EP 3 | 27 | 0,4% | 41.268 € | 3,0% |
| EP 4 | 248 | 3,7% | 22.235 € | 1,6% |
| EP 5 | 2.697 | 39,8% | 111.605 € | 8,0% |

| PI | Operações | | Financiamento comunitário | |
|--------------|--------------|---------------|--------------------------------------|--------------------|
| | Nº | % | Valor financiamento (€, milhares) | % do financiamento |
| EP 6 | 15 | 0,2% | 4.780 € | 0,3% |
| PI 01.01 | 364 | 5,4% | 124.616 € | 8,9% |
| PI 01.02 | 160 | 2,4% | 95.503 € | 6,9% |
| PI 02.03 | 7 | 0,1% | 3.511 € | 0,3% |
| PI 03.01 | 158 | 2,3% | 26.148 € | 1,9% |
| PI 03.02 | 136 | 2,0% | 17.956 € | 1,3% |
| PI 03.03 | 352 | 5,2% | 149.901 € | 10,8% |
| PI 03.04 | 227 | 3,3% | 132.469 € | 9,5% |
| PI 04.01 | 12 | 0,2% | 34.079 € | 2,4% |
| PI 05.01 | 23 | 0,3% | 7.174 € | 0,5% |
| PI 05.02 | 98 | 1,4% | 133.146 € | 9,6% |
| PI 06.03 | 43 | 0,6% | 25.320 € | 1,8% |
| PI 06.04 | 33 | 0,5% | 17.633 € | 1,3% |
| PI 06.05 | 8 | 0,1% | 8.275 € | 0,6% |
| PI 06.07* | 5 | 0,1% | 1.750 € | 0,1% |
| PI 07.01 | 8 | 0,1% | 136.597 € | 9,8% |
| PI 07.03 | 5 | 0,1% | 53.059 € | 3,8% |
| PI 08.03 | 11 | 0,2% | 665 € | 0,0% |
| PI 08.05 | 46 | 0,7% | 2.839 € | 0,2% |
| PI 08.08 | 17 | 0,3% | 1.839 € | 0,1% |
| PI 09.06 | 34 | 0,5% | 334 € | 0,0% |
| PI 09.10 | 65 | 1,0% | 2.933 € | 0,2% |
| PI 10.01 | 7 | 0,1% | 1.912 € | 0,1% |
| PI 10.02 | 44 | 0,6% | 62.925 € | 4,5% |
| PI 10.03 | 1 | 0,0% | 251 € | 0,0% |
| PI 10.04 | 16 | 0,2% | 8.414 € | 0,6% |
| PI 10.05 | 7 | 0,1% | 10.182 € | 0,7% |
| PI 11.01 | 5 | 0,1% | 1.386 € | 0,1% |
| Total | 6.779 | 100,0% | 1.393.438 € | 100,0% |

Fonte: Equipa de avaliação, com base em dados dos SI PT2020 e dos PO

*A PI 6.7 está inserida no OT 6 e apenas diz respeito ao PC EA, encontrando-se descrita no texto integral do Programa Espaço Atlântico 2014-2020, aprovado a 8 de dezembro de 2020. Embora esta PI não se encontre no Acordo de Parceria do PT2020, mantém-se na presente avaliação pela existência de operações aprovadas no seu âmbito do PC EA.

187. Do ponto de vista da Conta Satélite do Mar (CSM) - Quadro A14 - e enquadramento das operações apoiadas nas diferentes categorias de atividade económica, conclui-se que a CSM 1. Pesca e aquicultura e transformação e comercialização dos seus produtos era, simultaneamente aquela que registava o maior número de operações apoiadas (4.636), a menor taxa média de comparticipação (45,5%) e o menor montante médio de financiamento comunitário por projeto (52 milhares de €). Numa lógica inversa, encontra-se a CSM 3. Portos, transportes e logística que apesar de envolver o menor número de operações apoiadas (0,2% do total), apresenta o maior valor de financiamento comunitário médio por projeto (4 M€), possibilitado pela atribuição que lhe é feita de 4,3% do financiamento comunitário em análise.

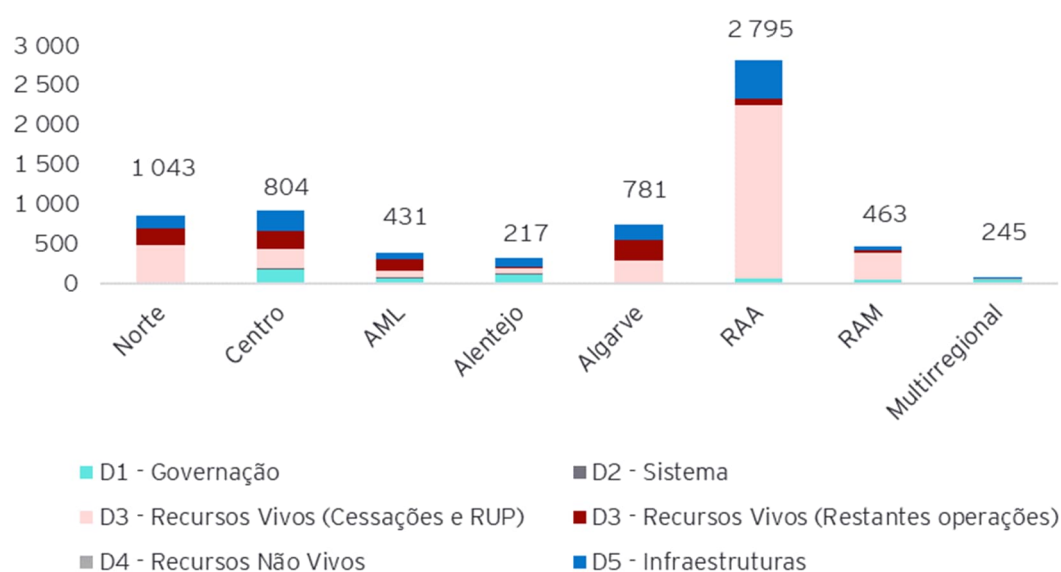
Quadro A14. Operações apoiadas por área da CSM | 31/12/2020

| CSM | Operações | | Financiamento comunitário | | | |
|--|--------------|---------------|-----------------------------------|--------------------|-------------------------------|---------------------------------------|
| | Nº | % | Valor financiamento (€, milhares) | % do financiamento | Taxa média de comparticipação | Valor médio por projeto (€, milhares) |
| 1. Pesca e aquicultura e transformação e comercialização dos seus produtos | 4.636 | 68,4% | 240.255 € | 17,2% | 45,5% | 52 € |
| 2. Recursos marinhos não vivos | 22 | 0,3% | 35.296 € | 2,5% | 55,7% | 1.604 € |
| 3. Portos, transportes e logística | 15 | 0,2% | 60.068 € | 4,3% | 74,0% | 4.005 € |
| 4. Recreio, desporto, cultura e turismo | 939 | 13,9% | 291.993 € | 21,0% | 38,1% | 311 € |
| 5. Construção, manutenção e reparação naval | 39 | 0,6% | 25.631 € | 1,8% | 47,0% | 657 € |
| 6. Equipamento marítimo | 30 | 0,4% | 18.070 € | 1,3% | 46,0% | 602 € |
| 7. Infraestruturas e obras marítimas | 173 | 2,6% | 307.272 € | 22,1% | 66,4% | 1.776 € |
| 8. Serviços marítimos | 901 | 13,3% | 411.521 € | 29,5% | 69,1% | 457 € |
| 9. Novos usos e recursos do mar | 24 | 0,4% | 3.332 € | 0,2% | 64,7% | 139 € |
| Total | 6.779 | 100,0% | 1.393.438 € | 100,0% | 53,7% | 206 € |

Fonte: Equipa de avaliação, com base em dados dos SI PT2020 e dos PO

188. A análise por região NUTS II (Figura 1) indica que a RAA concentra em si o maior valor de financiamento comunitário (339 M€, 24% do total), seguida pelas regiões do Norte, Centro e da Área Metropolitana de Lisboa (AML), com 17% (237 M€), 16% (224 M€) e 11% (151 M€), respetivamente. Com um peso inferior, as regiões do Algarve e a RAM detinham apenas 8% e 7% do financiamento, respetivamente. Com a menor percentagem de financiamento atribuída, a região do Alentejo concentrava apenas 5% do financiamento comunitário.

Gráfico A1. Distribuição das operações aprovadas por região e por Domínio | 31/12/2020



Fonte: Equipa de avaliação, com base em dados dos SI PT2020 e dos PO

189. A estrutura de financiamento em cada região por domínio apresenta uma concentração elevada no domínio 5. Infraestruturas, Usos e Atividades, com exceção da AML, que exhibe uma distribuição mais equitativa entre os domínios 1, 3 e 5, e a RAM entre os domínios 1 e 5.

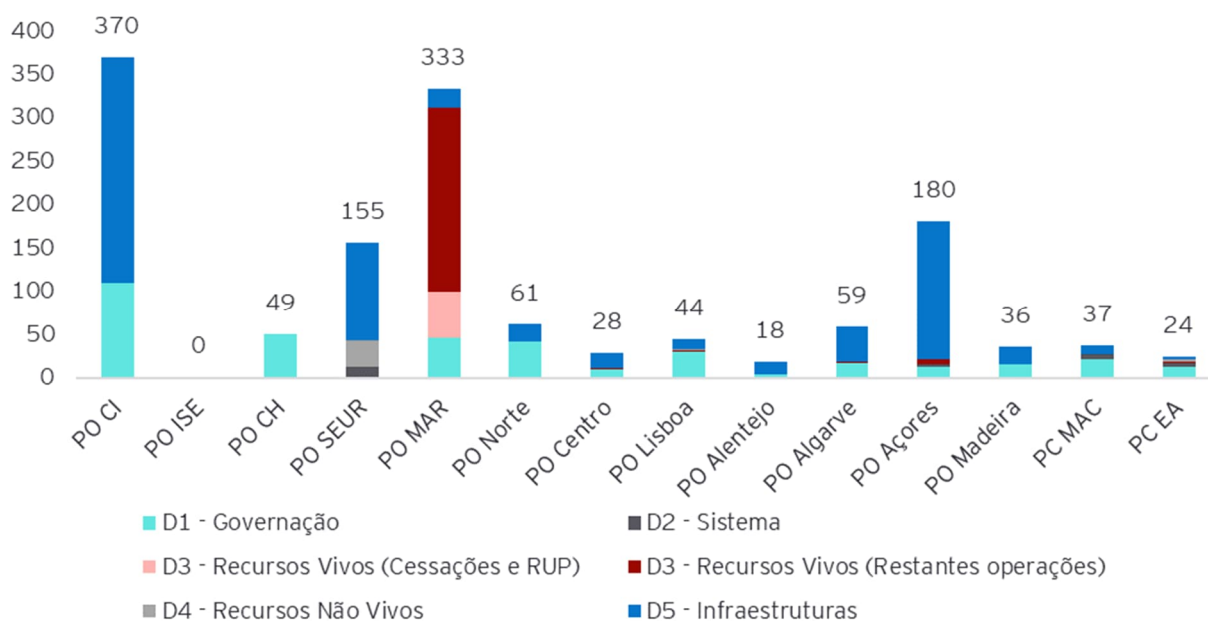
190. O Alentejo é a região que apresenta maior concentração de financiamento num dos domínios - 84% no Domínio 5, por influência das AP 5.1 Recreio, Desporto e Turismo e 5.2 Portos, Transportes e Logística, que representam 77% do financiamento. Na RAA a estrutura é bastante semelhante, com estas duas AP a registarem um peso de 73% do financiamento comunitário da região. Na AML existe um maior equilíbrio na alocação entre áreas: AP 1.1 Administração (27% do financiamento), 3.1 Pesca, Indústria do Pescado e Aquicultura (32%) e 5.2 Portos, Transportes e Logística (16%).

191. O financiamento aprovado das operações que englobam várias regiões do território nacional foi maioritariamente direcionado para a AP 1.3 Educação, Ciência e Tecnologia, em projetos de Investigação e Desenvolvimento (I&D) tecnológico (140 M€).

192. Uma análise sobre a alocação de recursos entre PO (Gráfico A2) destaca o PO CI com o valor mais elevado de financiamento aprovado (370 M€), estando acima do valor do PO Mar (333 M€), pelo peso financeiro das operações AP 5.2 Portos, Transportes e Logística (55% do financiamento do PO CI). Como expectável, o PO Mar concentra o seu financiamento na AP 3.1. Pesca, Indústria do Pescado e Aquicultura (80%). O financiamento do PO ISE e do PO CH foi totalmente alocado a operações da AP 1.3, na área da Educação e Formação.

Gráfico A2. Distribuição do financiamento comunitário aprovado por PO e por Domínio | 31/12/2020

Unidade de medida: milhões de euros

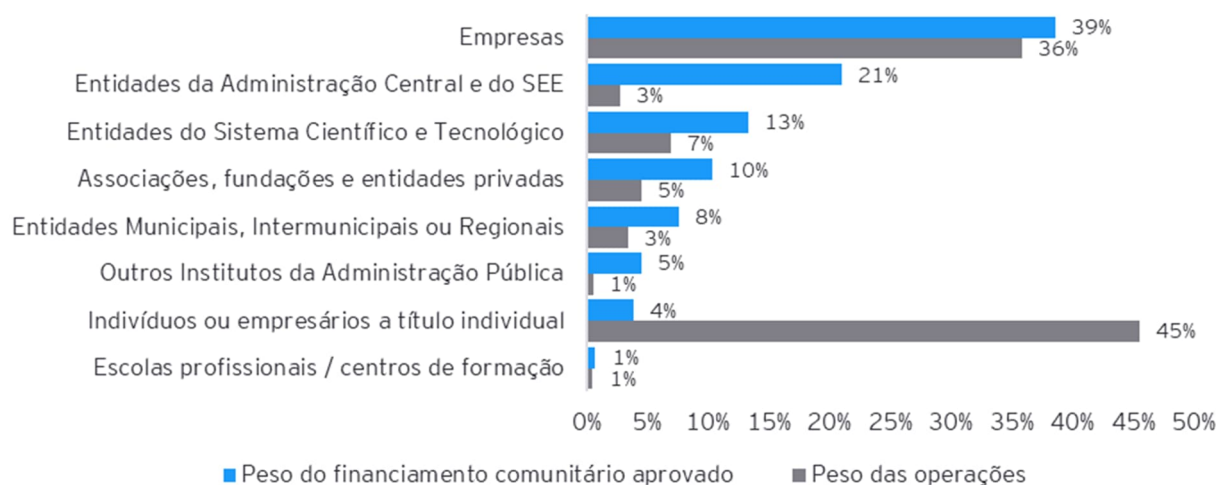


Fonte: Equipa de avaliação, com base em dados dos SI PT2020 e dos PO

193. A análise por tipologia de beneficiários (Gráfico A3) evidencia a elevada representatividade das empresas no financiamento aprovado (39%, 38% se desconsiderarmos as operações de compensação, que revelam um peso reduzido no total do financiamento aprovado), seguidas pelas Entidades da Administração Central e do Sector Empresarial do Estado (SEE) (21%). A relevância das empresas é resultado do peso financeiro das operações da AP 5.1 Recreio, Desporto e Turismo, enquanto na Administração Central e Setor Empresarial do Estado (SEE) é a AP 5.2 Portos, Transportes e Logísticas que está a contribuir para a sua elevada dimensão financeira (63%), pela presença das operações de modernização dos portos, que são lideradas pelas entidades responsáveis pela sua administração.

Gráfico A3. Distribuição das operações e do financiamento comunitário aprovado por tipologia de beneficiário | 31/12/2020

Unidade de medida: % do total



Fonte: Equipa de avaliação, com base em dados dos SI PT2020 e dos PO

Empresas: Empresas

Entidades da Administração Central e do SEE: Organismos da Administração Pública, Entidades Públicas Empresariais

Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN): Universidades, Politécnicos, Institutos e Centros de investigação Científicos e Tecnológicos

Associações, fundações e entidades privadas: Associações Empresariais, Associações sem fins lucrativos, Organismos de Desenvolvimento Local, Agências de desenvolvimento

Entidades Municipais, Intermunicipais ou Regionais: Municípios, Freguesias, CIM, Associações municipais

Outros Institutos da Administração Pública: Institutos da Administração pública com uma elevada abrangência temática

Indivíduos ou empresários a título individual: Empresários a nome individual, Pessoa singular, Sociedade Unipessoal

Escolas profissionais / centros de formação: Centros de Formação Profissional e Escolas Profissionais

194. O maior número de operações diz respeito à tipologia de indivíduos ou empresários a título individual (3.083), o que é expectável considerando que é nesta dimensão que se encontram grande parte das operações de compensação às cessações definitivas, temporárias e RUP, que apresentam um peso relativo do financiamento aprovado de 38% nesta tipologia de beneficiário. As restantes operações dos indivíduos ou empresários a título individual (429) continuam a pertencer maioritariamente à AP 3.1 Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura (EP 1, EP 2 e EP 5), com a AP 5.1 Recreio, Desporto e Turismo a apresentar a maioria das operações que não estão relacionadas com o setor da pesca (132, inseridas na área de alojamento turístico).

195. A tipologia de empresas apresenta o maior valor de financiamento comunitário (537 M€), pouco afetada pelas operações relacionadas com compensações que nela se enquadram e que assumem 31 M€ do seu financiamento. As empresas seguem-se as Entidades da Administração Central e do SEE, com 293 M€. As Escolas Profissionais e os Centros de Formação são os que têm menor valor (10 M€).

196. Os domínios 1. Governação e 2. Recursos Naturais – Sistema são maioritariamente compostos por operações de entidades não empresariais, evidenciando-se uma elevada representatividade das Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN) no primeiro domínio (47% das operações e 36% do financiamento do domínio) e das Entidades Municipais, Intermunicipais ou Regionais no segundo domínio (52% das operações e 25% do financiamento do domínio, um peso relativo no financiamento semelhante ao das Entidades da Administração Central e do SEE e as Entidades do SCTN).

197. Os restantes domínios são maioritariamente representados tanto a nível de número de operações como de financiamento comunitário por empresas ou, no caso do domínio 3, por empresas e empresários a título individual (Quadro A15).

Quadro A15. Operações e Financiamento Comunitário por Domínio e Tipologia de Beneficiário | 31/12/2020

| Domínio | Tipologia de Beneficiário | Operações | | Financiamento comunitário | |
|---------------|---|-----------|------|-----------------------------------|--------------------|
| | | Nº | % | Valor financiamento (€, milhares) | % do financiamento |
| 1. Governação | Associações, fundações e entidades privadas | 124 | 1,8% | 96.248 € | 7% |

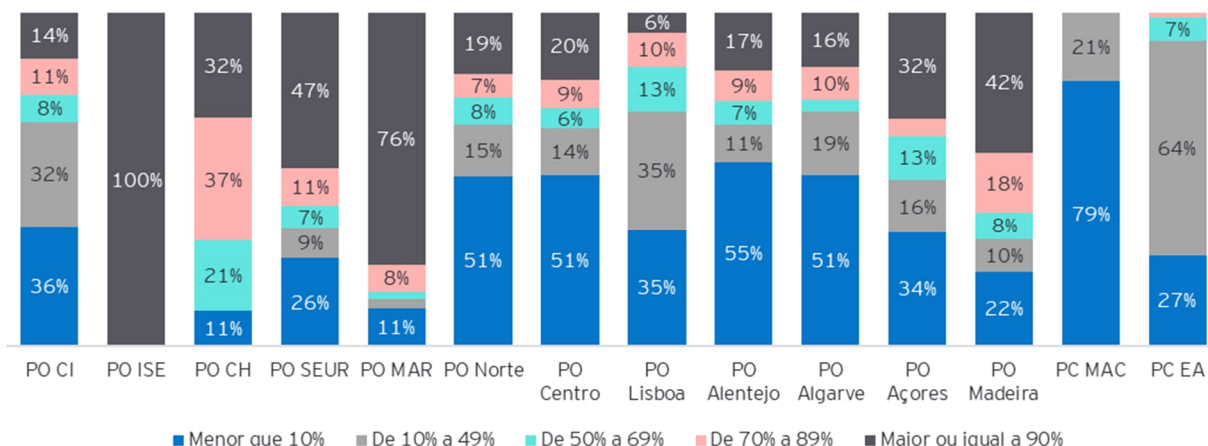
| Domínio | Tipologia de Beneficiário | Operações | | Financiamento comunitário | |
|--|--|--------------|---------------|-----------------------------------|--------------------|
| | | Nº | % | Valor financiamento (€, milhares) | % do financiamento |
| | Empresas | 150 | 2,2% | 80.919 € | 6% |
| | Entidades da Administração Central e do SEE | 56 | 0,8% | 45.362 € | 3% |
| | Entidades do SCTN | 336 | 5,0% | 131.928 € | 9% |
| | Entidades Municipais, Intermunicipais ou Regionais | 4 | 0,1% | 1.274 € | 0% |
| | Escolas profissionais / centros de formação | 35 | 0,5% | 10.069 € | 1% |
| | Outros Institutos da Administração Pública | 3 | 0,0% | 896 € | 0% |
| 2. Recursos Naturais - Sistema | Associações, fundações e entidades privadas | 5 | 0,1% | 5.564 € | 0% |
| | Entidades da Administração Central e do SEE | 9 | 0,1% | 6.268 € | 0% |
| | Entidades do SCTN | 10 | 0,1% | 6.249 € | 0% |
| | Entidades Municipais, Intermunicipais ou Regionais | 29 | 0,4% | 6.161 € | 0% |
| | Outros Institutos da Administração Pública | 3 | 0,0% | 565 € | 0% |
| 3. Recursos Naturais - Recursos Vivos | Associações, fundações e entidades privadas | 98 | 1,4% | 22.234 € | 2% |
| | Empresas | 1.391 | 20,5% | 135.358 € | 10% |
| | Entidades da Administração Central e do SEE | 87 | 1,3% | 38.143 € | 3% |
| | Entidades do SCTN | 99 | 1,5% | 43.480 € | 3% |
| | Entidades Municipais, Intermunicipais ou Regionais | 29 | 0,4% | 8.096 € | 1% |
| | Indivíduos ou empresários a título individual | 2.949 | 43,5% | 30.018 € | 2% |
| 4. Recursos Naturais - Recursos não vivos | Outros Institutos da Administração Pública | 2 | 0,0% | 686 € | 0% |
| | Associações, fundações e entidades privadas | 4 | 0,1% | 1.400 € | 0% |
| | Empresas | 12 | 0,2% | 31.506 € | 2% |
| | Entidades da Administração Central e do SEE | 1 | 0,0% | 465 € | 0% |
| | Entidades do SCTN | 6 | 0,1% | 2.073 € | 0% |
| | Entidades Municipais, Intermunicipais ou Regionais | 1 | 0,0% | 473 € | 0% |
| 5. Infraestruturas, usos e atividades | Indivíduos ou empresários a título individual | 1 | 0,0% | 63 € | 0% |
| | Associações, fundações e entidades privadas | 78 | 1,2% | 18.532 € | 1% |
| | Empresas | 873 | 12,9% | 290.146 € | 21% |
| | Entidades da Administração Central e do SEE | 33 | 0,5% | 202.324 € | 15% |
| | Entidades do SCTN | 17 | 0,3% | 1.639 € | 0% |
| | Entidades Municipais, Intermunicipais ou Regionais | 170 | 2,5% | 90.101 € | 6% |
| | Indivíduos ou empresários a título individual | 133 | 2,0% | 24.307 € | 2% |
| Outros Institutos da Administração Pública | 31 | 0,5% | 60.894 € | 4% | |
| Total | | 6.779 | 100,0% | 1.393.438 € | 100% |

Fonte: Equipa de avaliação, com base em dados dos SI PT2020 e dos PO

198. O nível de realização financeira dos projetos apoiados (Gráfico A4) – aferido pela proporção do financiamento comunitário aprovado que se encontra financeiramente executado – situa-se maioritariamente no intervalo de 90%-100% (61% dos projetos). Esta elevada percentagem no grau de execução está a ser influenciada numa larga

escala pelas compensações atribuídas no âmbito do PO Mar. Se não se considerarem as operações de compensações às cessações da atividade e RUP, a concentração dos projetos encontra-se no intervalo de realização 0%-10% (37% dos projetos).

Gráfico A4. Estrutura de operações por intervalo de execução financeira, por PO (%) | 31/12/2020

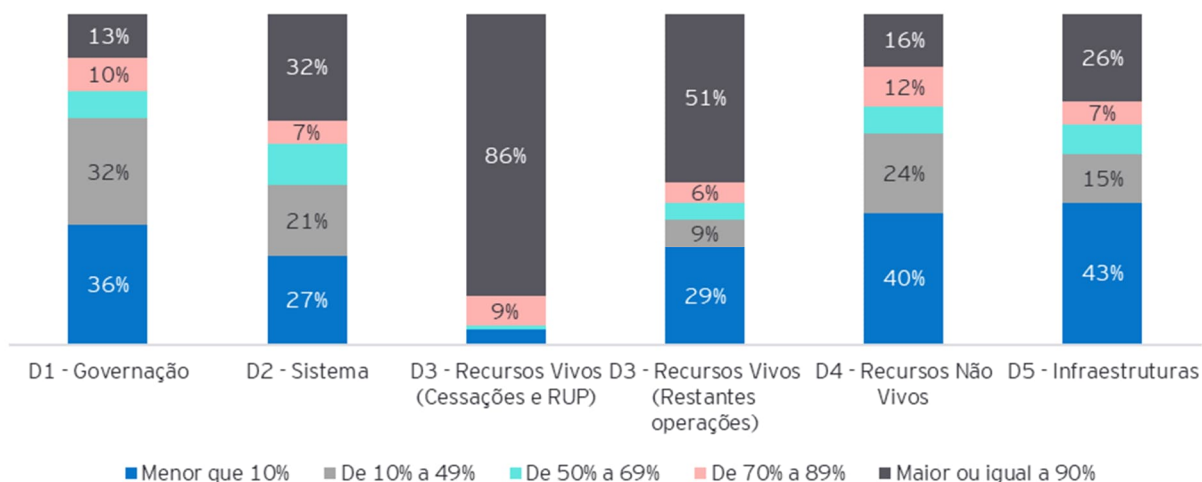


Fonte: Equipa de avaliação, com base em dados dos SI PT2020 e dos PO

199. O PO ISE destaca-se por ter a totalidade dos seus projetos concluídos, enquanto o PC MAC é o programa com maior peso de projetos no intervalo abaixo dos 50% ou 10% (100% e 79% dos projetos, respetivamente). O PO CH também apresenta elevadas taxas de execução, com 89% dos projetos a estarem acima de 50% de execução. Importa referir que, tal como mencionado anteriormente, tanto o PO CH como o PO ISE representam uma fração bastante reduzida do número de operações e do financiamento comunitário aprovado. O PO CI, que apresenta o maior peso relativo de financiamento comunitário, tem 67% dos projetos com execução inferior a 50%.

200. O único domínio que não apresenta uma representatividade superior dos seus projetos no intervalo abaixo dos 10% é o D2 Recursos Naturais - Sistema, com 32% das operações a estarem acima dos 90% de execução (Gráfico A5). O D5. Infraestruturas, Usos e Atividades é o que regista a maior proporção de projetos com execução abaixo de 10% (43% dos projetos), com a AP 5.1 Recreio, Desporto e Turismo (AP com maior importância relativa no financiamento comunitário) a ser a principal contribuidora para esta reduzida percentagem de execução (apresenta 46% dos projetos com execução abaixo dos 10%, enquanto as restantes AP do D5 têm entre 21%-32% de peso relativo dos projetos nesse intervalo). A AP 1.3 Educação, Ciência e Tecnologia (segunda AP com maior peso relativo), evidencia um peso de 68% de projetos com execução inferior a 50%.

Gráfico A5. Estrutura de operações por intervalo de execução financeira, por Domínio (%) | 31/12/2020



Fonte: Equipa de avaliação, com base em dados dos SI PT2020 e dos PO

201. A AP 1.2 Proteção e Salvaguarda apresenta o maior peso de projetos com execução abaixo de 50% (86% dos projetos), enquanto a AP 3.1 Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura tem o maior peso de projetos com execução acima de 50% (89% dos projetos), seguida pela AP 5.4 Obras Marítimas (72% dos projetos). Se não considerarmos as cessações na 3.1, esta passa a ser a segunda AP com maior execução acima de 50% (63% dos projetos).

Quadro A16. Taxa média de realização financeira por AP

| AP/PI | Operações | Financiamento comunitário executado (milhares €) | Financiamento comunitário aprovado (milhares €) | Taxa média de realização financeira |
|--|-----------|--|---|-------------------------------------|
| 1.1 Administração, Pensamento e Ação Estratégica, Identidade e Cultura | 44 | 15 619 € | 47 447 € | 33% |
| EP3 - Dinamizar a Execução da Política Comum de Pesca | 27 | 14 183 € | 41 268 € | 34% |
| EP6 - Fomentar a Execução da Política Marítima Integrada | 5 | 170 € | 1 283 € | 13% |
| PI 02.03 | 7 | 1 129 € | 3 511 € | 32% |
| PI 11.01 | 5 | 137 € | 1 386 € | 10% |
| 1.2 Proteção e Salvaguarda | 22 | 2 198 € | 8 730 € | 25% |
| EP6 - Fomentar a Execução da Política Marítima Integrada | 10 | 1 428 € | 3 497 € | 41% |
| PI 05.02 | 12 | 770 € | 5 233 € | 15% |
| 1.3 Educação, Ciência e Tecnologia | 642 | 146 815 € | 310 517 € | 47% |
| PI 01.01 | 364 | 53 793 € | 124 616 € | 43% |
| PI 01.02 | 160 | 29 080 € | 95 503 € | 30% |
| PI 03.01 | 5 | 501 € | 1 658 € | 30% |
| PI 03.02 | 13 | 811 € | 1 702 € | 48% |
| PI 03.03 | 2 | 352 € | 539 € | 65% |
| PI 03.04 | 2 | 155 € | 1 612 € | 10% |
| PI 08.03 | 1 | 0 € | 606 € | 0% |
| PI 08.05 | 19 | 55 € | 169 € | 32% |
| PI 08.08 | 1 | 0 € | 429 € | 0% |
| PI 10.01 | 7 | 1 059 € | 1 912 € | 55% |
| PI 10.02 | 44 | 48 640 € | 62 925 € | 77% |
| PI 10.03 | 1 | 0 € | 251 € | 0% |
| PI 10.04 | 16 | 3 787 € | 8 414 € | 45% |
| PI 10.05 | 7 | 8 583 € | 10 182 € | 84% |
| 2.1 Oceano, Atmosfera e Sistema integrado | 56 | 13 184 € | 24 807 € | 53% |
| PI 05.01 | 23 | 6 017 € | 7 174 € | 84% |
| PI 06.04 | 33 | 7 166 € | 17 633 € | 41% |
| 3.1 Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura | 4633 | 153 485 € | 273 143 € | 56% |
| EP1 - Promover uma Pesca Sustentável, Eficiente, Inovadora e Competitiva | 1667 | 48 920 € | 90 670 € | 54% |
| EP2 - Promover uma Aquicultura Sustentável, Eficiente, Inovadora e Competitiva | 233 | 24 691 € | 62 063 € | 40% |
| EP5 - Promover a Comercialização e Transformação dos Produtos da Pesca e Aquicultura | 2697 | 79 220 € | 111 605 € | 71% |
| PI 03.02 | 10 | 284 € | 1 365 € | 21% |
| PI 03.03 | 12 | 80 € | 454 € | 18% |
| PI 03.04 | 10 | 289 € | 6 869 € | 4% |
| PI 08.03 | 1 | 0 € | 8 € | 0% |

| AP/PI | Operações | Financiamento comunitário executado (milhares €) | Financiamento comunitário aprovado (milhares €) | Taxa média de realização financeira |
|--|-----------|--|---|-------------------------------------|
| PI 08.05 | 3 | 0 € | 109 € | 0% |
| 3.2 Biotecnologia Marinha | 22 | 901 € | 4 870 € | 19% |
| PI 03.01 | 2 | 20 € | 20 € | 100% |
| PI 03.02 | 8 | 233 € | 653 € | 36% |
| PI 03.03 | 2 | 26 € | 359 € | 7% |
| PI 06.07 | 5 | 427 € | 1 750 € | 24% |
| PI 08.05 | 5 | 196 € | 2 088 € | 9% |
| 4.1 Recursos Minerais Marinhos | 8 | 467 € | 732 € | 64% |
| PI 03.01 | 2 | 330 € | 347 € | 95% |
| PI 03.02 | 4 | 137 € | 311 € | 44% |
| PI 03.03 | 1 | 0 € | 7 € | 0% |
| PI 08.05 | 1 | 0 € | 68 € | 0% |
| 4.2 Recursos Energéticos Marinhos | 17 | 28 080 € | 35 249 € | 80% |
| PI 03.02 | 2 | 8 € | 67 € | 12% |
| PI 03.03 | 2 | 1 029 € | 1 098 € | 94% |
| PI 04.01 | 12 | 27 043 € | 34 079 € | 79% |
| PI 08.08 | 1 | 0 € | 5 € | 0% |
| 5.1 Recreio, Desporto e Turismo | 1147 | 137 086 € | 313 489 € | 44% |
| EP4 - Aumentar o Emprego e a Coesão Territorial (DLBC) | 248 | 7 644 € | 22 235 € | 34% |
| PI 03.01 | 147 | 17 773 € | 23 936 € | 74% |
| PI 03.02 | 65 | 1 816 € | 8 041 € | 23% |
| PI 03.03 | 301 | 60 280 € | 106 720 € | 56% |
| PI 03.04 | 211 | 37 410 € | 122 370 € | 31% |
| PI 06.03 | 43 | 10 590 € | 25 320 € | 42% |
| PI 08.03 | 8 | 3 € | 44 € | 6% |
| PI 08.05 | 11 | 15 € | 219 € | 7% |
| PI 08.08 | 14 | 505 € | 1 336 € | 38% |
| PI 09.06 | 34 | 28 € | 334 € | 8% |
| PI 09.10 | 65 | 1 022 € | 2 933 € | 35% |
| 5.2 Portos, transportes e logística | 47 | 75 953 € | 212 056 € | 36% |
| PI 03.02 | 20 | 1 364 € | 2 950 € | 46% |
| PI 03.03 | 12 | 4 204 € | 18 453 € | 23% |
| PI 03.04 | 1 | 0 € | 994 € | 0% |
| PI 07.01 | 8 | 36 211 € | 136 597 € | 27% |
| PI 07.03 | 5 | 34 173 € | 53 059 € | 64% |
| PI 08.05 | 1 | 0 € | 2 € | 0% |
| 5.3 Construção, Manutenção e Reparação Naval | 47 | 15 864 € | 26 210 € | 61% |
| PI 03.01 | 2 | 188 € | 188 € | 100% |
| PI 03.02 | 14 | 817 € | 2 868 € | 28% |
| PI 03.03 | 20 | 14 720 € | 22 271 € | 66% |
| PI 03.04 | 3 | 55 € | 623 € | 9% |

| AP/PI | Operações | Financiamento comunitário executado (milhares €) | Financiamento comunitário aprovado (milhares €) | Taxa média de realização financeira |
|---------------------|--------------|--|---|-------------------------------------|
| PI 08.03 | 1 | 0 € | 6 € | 0% |
| PI 08.05 | 6 | 19 € | 184 € | 10% |
| PI 08.08 | 1 | 65 € | 70 € | 93% |
| 5.4 Obras marítimas | 94 | 77 505 € | 136 188 € | 57% |
| PI 05.02 | 86 | 74 607 € | 127 912 € | 58% |
| PI 06.05 | 8 | 2 898 € | 8 275 € | 35% |
| Total | 6 779 | 667 156 € | 1 393 438 € | 48% |

Fonte: Equipa de avaliação, com base em dados dos SI PT2020 e dos PO

Anexo 2. Metodologia e Teoria da Mudança

2.1. Racional de alinhamento entre o Portugal 2020 e a ENM 2013-2020

O universo das operações Mar – metodologia de classificação

202. O âmbito da avaliação está circunscrito às operações com componente Mar dos PO ou PC do PT2020, exigindo, assim, a identificação prévia das operações do PT2020 alinhadas com a ENM e com as respetivas AP. O processo de identificação das operações alinhadas com a ENM encontra-se descrito no Quadro de Referência do ITI Mar (versão julho 2021), no capítulo 5.3.5 – Operacionalizar a identificação das operações “Mar” nos PO. A metodologia é aplicada pelas AG dos PO financiadores à medida que se concretiza a aprovação das candidaturas apoiadas.
203. Numa primeira fase, o ITI Mar identificou as PI do PT2020 - e os EP do PO Mar- com relevância para a concretização dos objetivos da ENM (Quadro 14 do Quadro de Referência do ITI Mar, versão julho 2021, que se encontra em anexo ao presente relatório).
204. Os critérios de identificação das operações “Mar” encontram-se mapeados no Quadro de Referência do ITI Mar (Figura 15 do documento), através dum fluxograma que pretende auxiliar o processo de identificação das operações, desempenhado no quadro de programação em análise pelo PO financiador, que tem a responsabilidade de verificar se a operação pertence efetivamente à esfera do ITI Mar. Para uma operação ser considerada “Mar”, terá de contribuir para os objetivos e efeitos da ENM, enquadrar-se na definição da Economia do Mar e/ou nas diretrizes estabelecidas para o mar na Estratégia Nacional de Especialização Inteligente (ENEI) e nas Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI/RIS3).
205. De acordo com critérios apresentados no fluxograma referido são classificadas como Mar as seguintes operações: (i) projetos do PO Mar2020 ou de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) costeiras; (ii) projetos em PI relevantes para a ENM e com uma Classificação da Atividade Económica (CAE) exclusivamente mar (Quadro A2); (iii) projetos em PI relevantes para a ENM e pertencentes a Instituições Públicas exclusivamente mar (Quadro A3); (iv) projetos em PI relevantes para a ENM, alinhadas com a ENEI ou EREI/RIS3 e identificadas como Mar na aceção da RIS3 da respetiva região; (v) projetos em PI relevantes para a ENM, não alinhadas com a ENEI ou RIS3, pertencentes a uma área científica ou de formação no Mar e enquadradas em G1, G2 ou em G3 (considera-se a operação na totalidade se os cursos/bolsas das operações forem 100% mar); (vi) projetos em PI relevante para a ENM, não alinhadas com a ENEI ou RIS3, não pertencentes a uma área científica ou de formação no Mar, mas que constam na listagem das atividades Mar ainda não consideradas.

Metodologia utilizada no alinhamento entre as operações Mar e os Domínios e Áreas Programáticas da ENM

206. Sendo o objetivo da Avaliação analisar o contributo das operações Mar – financiadas por diversos PO com objetivos próprios – para a ENM, foi necessário estruturar uma metodologia que permitisse classificar inequivocamente o universo Mar nos domínios AP previstos na ENM.
207. Procedeu-se assim à alocação das operações, por PI, às AP da ENM partindo do Quadro de Referência do ITI Mar (Quadro A4), onde é feita a correspondência entre as PI e EP Mar e as AP da ENM 2013-20. Considerando a lista de operações Mar aprovadas à data de 31 de dezembro 2020 disponibilizada pela DGPM, elaborada segundo os critérios acima identificados, a equipa de avaliação realizou a identificação da AP em cada operação presente nessa listagem, com base na PI a que esta pertencia e a AP que lhe estava alocada no Quadro de Referência do ITI Mar (versão julho 2021).
208. Este processo de associação não foi realizado da mesma forma para todas as PI, dado que as PI inseridas no OT 3 (PI 3.1, PI 3.2, PI 3.3, PI 3.4), OT 8 (PI 8.3, PI 8.5 e EP 4) e OT 9 (PI 9.6, PI 9.10) não se encontravam associadas a uma AP da ENM no Quadro de Referência do ITI Mar. Não se tendo revelado possível estabelecer uma ligação unívoca entre estas PI e as AP existentes, o Quadro de Referência classificou-as nos agrupamentos de Economia, Comércio, Emprego, Distribuição de Rendimento e Equidade. Para as operações destas PI a equipa de avaliação adotou, em articulação com a DGPM, uma metodologia de associação das operações a AP da ENM que teve por base o tipo de operações (se é DLBC ou Grupo de Ação Local (GAL)), a CAE do projeto e a respetiva identificação na CSM (Quadro A5). Este processo seguiu a árvore de decisão descrita na Figura A4.
209. As operações Mar incluídas nas PI 9.6 e 9.10 e EP 4 (Investimentos no contexto de estratégias de DLBC) foram integralmente alocadas à AP do Recreio, Desporto e Turismo, dado que a quase totalidade das operações correspondiam a atividades de alojamento, restauração ou atividades recreativas/turísticas. As operações inseridas no OT 3 e OT 8 encontram-se distribuídas por várias AP, seguindo o critério de associação destas operações com base na classificação da CSM, complementado pela informação da CAE (do projeto), utilizando-

se também a descrição da operação e a área de negócio do promotor (CAE do promotor) nos casos em que tanto a CAE do projeto como a classificação CSM não permitiram a alocação inequívoca a determinada AP.

210. Para otimizar o processo de construção do racional da TdM e a análise do ponto de situação das operações, procedeu-se à codificação das AP e dos domínios que lhe estão associados (Quadro A6), tendo por base a tipologia presente na Figura 3 do PMP (Quadro A7). Considerou-se como Domínios o Eixo de Suporte Governação, os Subdomínios Estratégicos de Desenvolvimento Sistema, Recursos Vivos e Recursos não Vivos (que pertencem ao Domínio Estratégico de Desenvolvimento dos Recursos Naturais), e o Domínio Estratégico de Desenvolvimento das Infraestruturas, Usos e Atividades (que não apresenta Subdomínios Estratégicos de Desenvolvimento).

2.2. Teoria da Mudança

211. A Teoria da Mudança é uma representação gráfica e sistematizada do que é preciso que aconteça para que os resultados desejados se concretizem, isto é, do encadeamento das várias realizações e resultados intermédios que ocorrem em cada etapa da política ou programa, que despoletam a mudança e conduzem ao resultado de longo prazo e aos impactos. Estabelece-se assim um quadro lógico testável, nomeadamente no que respeita aos pressupostos, riscos e mecanismos que lhe estão associados (Figura A5).

Figura A5. Teoria da mudança e quadro lógico das intervenções



Fonte: Equipa de avaliação

212. Esta abordagem tem subjacente o conceito de “causalidade” que implica a compreensão de como um fator leva ou influencia (e não apenas “correlaciona com”) um comportamento observado. Ou seja, a abordagem metodológica prosseguida na Avaliação preocupa-se não tanto com o conceito de “atribuição” (relação causa-efeito entre variáveis discretas) mas sim com a análise da “contribuição” das intervenções para os resultados através de mecanismos de causalidade: as situações, eventos, motivações e expectativas que influenciam as ações dos atores e implicam a produção dos resultados das intervenções. As políticas são influenciadas por elementos contextuais, pelo que a formulação da TdM deve ainda identificar os pressupostos e riscos associados a cada mecanismo, ou seja, as tendências pesadas ou condições que se considera que irão acontecer e que influenciarão a concretização da cadeia de causalidade. A identificação do grau de influência das intervenções sobre estes fatores é um elemento central na análise de fatores críticos de sucesso e eventuais pontos de estrangulamento do racional da programação.

213. A Figura A6 apresenta a síntese da abordagem metodológica associada à TdM, com base no racional da teoria da mudança definido (em seguida apresentado) e discutido em sede de FG, evidenciando os pressupostos e riscos associados a cada uma das etapas da TdM. A narrativa do racional em seguida apresentada permite uma leitura mais compreensiva do esquema.

Figura A6. TdM e respetivos pressupostos e riscos

| Domínios da ENM/AP | | Atividades | Sub-atividades | Realizações | Resultados | Impactos |
|--------------------|--|--|--|---|---|---|
| 1. Governação | 1.1 Administração, Pensamento e Ação Estratégica, Identidade e Cultura 1.2 Proteção e Salvaguarda | Reforço das aplicações de TIC na administração em linha (PI 2.3) | Sistema de apoio à modernização e capacitação da AP e promoção de uma administração em rede | Serviços da AP apoiados Acordos e iniciativas de cooperação estabelecidos | Capacitação dos serviços da AP | Concretização do potencial económico, geoestratégico e geopolítico do território marítimo nacional -Redução dos acidentes e salvaguarda da vida humana no mar -Redução da poluição do mar e do tráfico por via marítima -Cumprimento do Bom Estado Ambiental da Diretiva Quadro Estratégia Marinha -Aumento da sustentabilidade dos recursos pesqueiros |
| | | Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações (PI 11.1) | Capacitação da AP e dos serviços públicos relacionados com a aplicação dos FEEI | | Aumento da capacidade de resposta a pedidos de comunicações de dados Aumento da deteção de Infrações graves Melhoria do controlo físico de desembarques | -Aumento da atratividade dos desportos e modalidades náuticas -Redução da extensão da linha de costa continental em situação crítica de erosão -Aumento da atratividade turística das zonas costeiras |
| | | Fomentar a execução da PCP (EP 3) | Controlo e vigilância no âmbito da PCP Recolha de dados da PCP | Iniciativas no domínio da recolha, gestão e utilização de dados da PCP Suporte ao regime de controlo, inspeção e execução da União | Melhoria do ambiente comum de partilha da informação para a vigilância do domínio marítimo da EU | -Aumento do movimento de passageiros e mercadorias em portos nacionais -Maximização do potencial agregado do sector marítimo-portuário e integração nas redes de transportes e cadeias logísticas |
| | | Fomentar a execução da PMI - partilha de informação (EP 6) | Execução da PMI para a melhoria do conhecimento marinho | Integração da vigilância marítima e da proteção do meio marinho e melhoria do conhecimento nestes domínios | | |
| | | Promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes (PI 5.2) | Reforço dos sistemas de informação e de monitorização, incluindo os sistemas de gestão de riscos Medidas de adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos relacionados com o clima | Sistemas de informação implementados e modernizados Medidas de planeamento para a prevenção de catástrofes e recuperação de zonas danificadas implementadas | Aumento da capacidade de resiliência em situação de exceção que envolva ameaça coletiva | |
| | 1.3 Educação, Ciência e Tecnologia | Reforço da infraestrutura e desenvolvimento da excelência na Investigação e Inovação (I&I) (PI 1.1) | Sistema de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica Atividades de I&I em centros públicos e de competência Infraestruturas de I&I, processos, transferência de tecnologia e cooperação entre empresas centradas na economia com baixas emissões de carbono e na resistência às alterações climáticas | Projetos de I&D e apoio a infraestruturas de investigação desenvolvidas Infraestruturas de investigação apoiadas Cooperação em atividades de investigação transfronteiriças, transnacionais ou inter-regionais melhorada | Aumento do Investimento Público em I&D | Consagração de Portugal, a nível global, como nação marítima -Reforço do posicionamento de Portugal na estratégia marítima da EU |
| | | Promoção da cooperação na inovação e valorização do conhecimento (PI 1.2) | SI à I&D Tecnológico Inovação Produtiva Não PME Sistema de Apoio a Ações coletivas Atividades de I&I em centros públicos e centros de competência Transferência de tecnologia e cooperação universidade-empresa Partilha de conhecimentos entre instituições de ensino superior, empresas e centros de investigação Promoção da transferência de resultados de inovação para facilitar a criação de novos produtos, serviços e processos | Transferência de conhecimento e cooperação entre empresas e instituições de investigação Introdução de produtos novos no mercado Cooperação em atividades de investigação transfronteiriças, transnacionais ou inter-regionais Estudos de caso e ações piloto implementados e produção de publicações técnicas e científicas | Empresas apoiadas intensificam a cooperação para a inovação Aumento da despesa em I&D empresarial | Reforço da capacidade científica e tecnológica nacional estimulando o desenvolvimento de novas áreas de ação -Aumento do peso da despesa em I&D das Ciências e Tecnologias do Mar no Total Nacional -Aumento da inovação no tecido empresarial associado à Economia do Mar -Adequação da oferta de formação às necessidades da Economia do Mar |
| | | Promoção do espírito empresarial, empreendedorismo, criação e viveiros de empresas (PI 3.1; PI 8.8; PI 8.3) | SI Inovação Empresarial e empreendedorismo Sistema de Apoio a Ações Coletivas Promoção de microempreendedorismo | Novas empresas apoiadas Emprego criado, incluindo autoemprego | Aumento do volume de negócios e do emprego nas empresas apoiadas | Reforço da capacidade científica e tecnológica nacional estimulando o desenvolvimento de novas áreas de ação (continuação) -Reforço da capacidade científica nacional e do conhecimento do Oceano -Maior incorporação de energia renovável marítima no mix energético nacional -Aumento do conhecimento do potencial de recursos disponíveis |
| | | Novos modelos empresariais (internacionalização) para as PME (PI 3.2) e apoio à capacidade das PME para crescerem nos mercados e para inovar (PI 3.3. e 3.4) | SI Inovação Empresarial e empreendedorismo SI Qualificação e internacionalização das PME Sistema de Apoio a Ações Coletivas | Novos produtos introduzidos na empresa Emprego criado nas empresas apoiadas Serviços de desenvolvimento empresarial criados e/ou apoiados Investimento privado alavancado por via de subvenções | Aumento da intensidade exportadora e das atividades de inovação das PME | Promoção do crescimento, do emprego, a coesão social e a integridade territorial, e aumentando, até 2020, a contribuição direta do sector mar para o PIB nacional em 50% |
| | | Melhoria da qualidade do ensino superior ou equivalente (PI 10.2) | Bolsas de ensino superior para alunos carenciados Bolsas individuais de doutoramento e pós-doutoramento | Estudantes de doutoramento apoiados financeiramente Participantes frequentam cursos TeSP | Aumento das participações certificadas nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais de nível ISCED 5 | |

| Domínios da ENM/AP | | Atividades | Sub-atividades | Realizações | Resultados | Impactos |
|---------------------------------------|--|--|--|--|--|---|
| | | | Cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP) | | Aumento do número de licenciados, mestres e doutorados na área de Economia do Mar | -Aumento do peso do Valor Acrescentado Bruto (VAB) da Economia do Mar no total do PIB -Aumento da intensidade exportadora das PME associadas à Economia do Mar -Reforço da competitividade da pesca e indústria do pescador -Aumento da relevância da produção aquícola nacional (Consultar a primeira página da tabela para ver os restantes impactos) |
| | | Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso (PI 10.1) | Cursos Educação e Formação de Adultos Cursos Profissionais | Participantes frequentam cursos de formação de certificação escolar e/ou profissional de adultos e cursos de aprendizagem de dupla certificação | Aumento do número de diplomados nos cursos de nível ISCED 3 e 4 | |
| | | Melhoria da igualdade de acesso à ALV (PI 10.3) | Centros Qualifica | Participantes frequentam cursos de dupla certificação e/ou em cursos de nível ISCED 4 (CET) | | |
| | | Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho (PI 10.4) | Cursos de Especialização Tecnológica (CET) Cursos Profissionais | | | |
| | | Adaptação dos trabalhadores e empresários à mudança (PI 8.5) | Formação Modular para Empregados e Desempregados Formação para a Inovação Empresarial | Participantes envolvidos em unidades de formação de curta duração e ações de formação em contexto empresarial | Participantes que concluem unidades de formação de curta duração e ações de formação em contexto empresarial | |
| | | Investimentos em infraestruturas educativas e formativas (PI 10.5) | Equipamentos TeSP Intervenções de requalificação e de modernização das infraestruturas de formação profissional | Infraestruturas de formação apoiadas | Alunos que beneficiam das infraestruturas apoiadas | |
| 2. Recursos Naturais - Sistema | 2.1 Oceano, Atmosfera e Sistema Integrado | Investimento para adaptação às alterações climáticas (PI 5.1) | Planos municipais, intermunicipais e regionais de adaptação às alterações climáticas Reestruturação e modernização dos sistemas de meteorologia, para completar a rede nacional de radares meteorológicos | Divulgação/sensibilização sobre riscos e produção de documentos de planeamento, informação e conhecimento | Aumento da capacidade de resiliência às alterações climáticas | (Consultar a primeira e segunda página da tabela para ver os impactos) |
| | | Proteção e reabilitação da biodiversidade (PI 6.4) | Gestão e Ordenamento de áreas protegidas e classificadas Proteção, reabilitação e uso sustentável dos espaços Natura 2000 Promoção de um melhor conhecimento dos desafios sociais na Região Atlântica | Ações visando a melhoria do conhecimento sobre espécies e habitats protegidos e apoio à superfície dos habitats implementadas Sistemas de informação e portais eletrónicos modernizados ou desenvolvidos | Melhoria do conhecimento sobre o estado de conservação e dos estatutos de ameaça de espécies e habitats | |
| 3. Recursos Naturais - Recursos Vivos | 3.1 Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura 3.2 Biotecnologia Marinha | Promover uma pesca sustentável, eficiente, inovadora e competitiva (EP 1) | Eficiência energética a bordo, substituição de motores e ações de saúde e segurança Ações para preservar biodiversidade Melhoria de portos, lotas, instalações recolha lixo, construção e modernização de abrigos Cessações temporária ou definitiva das atividades de pesca Investimentos a bordo, valor acrescentado, qualidade dos produtos, uso de capturas indesejadas Apoio aos jovens pescadores Inovação na pesca e parcerias com cientistas | Ações visando o aumento da eficiência energética, atenuação das alterações climáticas e proteção da biodiversidade e ecossistemas marinhos implementadas Projetos no domínio do valor acrescentado e inovação realizados Portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos intervenionados Projetos promotores do capital humano e da diversificação do rendimento apoiados Empresas para pescadores criadas | Melhoria da eficiência na utilização de combustível nas capturas Redução do número de frotas em situação de desequilíbrio Aumento do emprego (ETC) criado no setor das pescas ou em atividades complementares Aumento do volume da produção | |
| | | Promover a comercialização e a transformação (EP 5) | Planos de produção, medidas de comercialização e ajuda à armazenagem Compensações às RUP Apoio à indústria de transformação da pesca e aquicultura | Planos de produção e comercialização de OP ou associações de OP desenvolvidos e implementados Projetos de suporte à comercialização e armazenamento apoiados | Crescimento no volume de primeiras vendas nas OP e não-OP | |
| | | Promover uma aquicultura ambientalmente sustentável e competitiva (EP 2) | Aconselhamento na aquicultura Desenvolvimento dos sítios e infraestruturas aquícolas, e ordenamento aquícola Inovação e investimentos produtivos na aquicultura Medidas de saúde pública e bem-estar animal na aquicultura | Projetos para investimento produtivo na aquicultura apoiados Projetos para aumento do potencial dos sítios aquícolas e com medidas relativas à saúde pública e animal implementados | Aumento da produção e do emprego na aquicultura | |

| Domínios da ENM/AP | Atividades | Sub-atividades | Realizações | Resultados | Impactos |
|---|--|--|--|---|--|
| | Novos modelos empresariais (internacionalização) para as PME (PI 3.2) e apoio à capacidade das PME para crescerem nos mercados e para inovar (PI 3.3. e 3.4) | SI Qualificação e internacionalização das PME SI Investimento empresarial (Açores) Serviços avançados de apoio às PME e agrupamentos de PME | Novos produtos na empresa introduzidos Emprego criado nas empresas apoiadas Serviços de desenvolvimento empresarial criados e/ou apoiados Investimento privado alavancado por via de subvenções | Aumento da intensidade exportadora e das atividades de inovação das PME | (Consultar a primeira e segunda página da tabela para ver os impactos) |
| | Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança (PI 8.5) | SI Qualificação e internacionalização das PME Formação para a inovação empresarial | Participantes envolvidos em unidades de formação de curta duração, ações de formação em contexto empresarial e programas de formação-ação Pessoal altamente qualificado contratado | Participantes que se sentem mais aptos para a inovação e gestão Participantes que mantêm o emprego após a conclusão da formação" | |
| | Promoção do espírito empresarial, empreendedorismo (PI 3.1; PI 8.3) | SI Inovação Empresarial e empreendedorismo Projetos locais de empreendedorismo | Empresas e postos de trabalho criados | Postos de trabalho mantidos | |
| | Apoiar a transição industrial para uma economia de utilização eficiente dos recursos (PI 6.7)* | Projetos de exploração e proteção das águas marinhas e zonas costeiras | Estudos de caso e ações piloto implementados Políticas, estratégias e instrumentos operacionais executados | | |
| 4. Recursos Naturais - Recursos não vivos | A promoção da produção e distribuição de fontes de energia renováveis (PI 4.1) | Prospecção, identificação e estudo das condições necessárias ao desenvolvimento de novas tecnologias de produção de energia Projetos de transporte de energia Promoção de energias renováveis e eficiência energética | Energia renovável produzida Medidas visando a redução de gases com efeito de estufa (GEE) implementadas Estudo de caso e ações piloto implementados Publicações técnicas e científicas produzidas | Aumento da produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis Aumento da capacidade instalada de ERM | |
| | Promoção do espírito empresarial, criação e viveiros de empresas (PI 3.1; PI 8.8) | SI Inovação Empresarial e empreendedorismo Sistema de Apoio a Ações coletivas | Empresas e postos de trabalho criados | Aumento do volume de negócios das atividades da Economia do Mar, por setores | |
| | Novos modelos empresariais (internacionalização) para as PME (PI 3.2) e apoio à capacidade das PME para crescerem nos mercados e para inovar (PI 3.3) | SI Qualificação e internacionalização das PME | Novos produtos introduzidos na empresa Projetos de internacionalização e qualificação de empresas apoiados Emprego criado nas empresas apoiadas | Aumento da intensidade exportadora nas empresas apoiadas Aumento da despesa com I&D nas empresas apoiadas" | |
| | Adaptação dos trabalhadores e empresários à mudança (PI 8.5) | SI Qualificação e internacionalização das PME | Pessoal altamente qualificado contratado Programas de formação-ação nas PME dinamizados | Participantes que se sentem mais aptos para a inovação e gestão Participantes que mantêm o emprego após a conclusão da formação" | |
| 5. Infraestruturas, usos e atividades | Conservação e promoção do património natural e cultural (PI 6.3) | Património natural e cultural Promoção turística Proteção e fortalecimento da biodiversidade Proteção da natureza e infraestruturas verdes Desenvolvimento do potencial turístico dos espaços naturais Valorização da biodiversidade, dos ativos naturais e culturais | Património cultural e natural intervencionados Ações de promoção do turismo em sítios de património cultural e natural desenvolvidas Estudo de caso e ações piloto implementados | Aumento das dormidas nos alojamentos turísticos das áreas intervencionadas | |
| | Investimentos no contexto de estratégias de DLBC (PI 9.6; PI 9.10; EP4) | Apoio ao empreendedorismo de base local Desenvolvimento socioeconómico de base local Apoio Preparatório DLBC Custos operacionais Execução das EDL | Emprego criado, incluindo autoemprego Estratégias DLBC apoiadas Projetos de cooperação apoiados | Criação de empresas e aumento do emprego | |
| | Promoção do espírito empresarial, empreendedorismo, criação | SI Inovação Empresarial e empreendedorismo Sistema de Apoio a Ações coletivas | Novas empresas apoiadas Emprego criado, incluindo autoemprego | Aumento do volume de negócios e do emprego nas empresas | |

| Domínios da ENM/AP | Atividades | Sub-atividades | Realizações | Resultados | Impactos |
|---|---|--|--|--|--|
| 5.2 Portos, Transportes e Logística 5.3 Construção, Manutenção e Reparação Naval | e viveiros de empresas (PI 3.1; PI 8.8; PI 8.3) Novos modelos empresariais (internacionalização) para as PME (PI 3.2) e apoio à capacidade das PME para crescerem nos mercados e para inovar (PI 3.3. e 3.4) | Promoção de microempreendedorismo Projetos locais de empreendedorismo | | | |
| | | SI qualificação e internacionalização das PME Serviços avançados de apoio às PME e agrupamentos de PME | Novos produtos introduzidos na empresa Emprego criado nas empresas apoiadas Projetos de internacionalização e qualificação de empresas apoiados Investimento privado alavancado por via de subvenções | Aumento da intensidade exportadora e do emprego das PME | |
| | Adaptação dos trabalhadores e empresários à mudança (PI 8.5) | SI Qualificação e internacionalização das PME SI Inovação e empreendedorismo | Pessoal altamente qualificado contratado Participantes envolvidos em ações de formação em contexto empresarial | Participantes que se sentem mais aptos para a inovação e gestão Participantes que mantêm o emprego após a conclusão da formação" | |
| | Apoio ao espaço único europeu de transportes multimodais (PI 7.1) Desenvolvimento dos sistemas de transportes ecológicos e baixo teor de carbono (PI 7.3) Promoção do espírito empresarial, empreendedorismo, criação e viveiros de empresas (PI 3.1; PI 8.8) Novos modelos empresariais (internacionalização) para as PME (PI 3.2) e apoio à capacidade das PME para crescerem nos mercados e para inovar (PI 3.3. e 3.4) Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, PME inovadoras (PI 8.3) | Requalificação e modernização das infraestruturas portuárias | | Portos da Redes Transeuropeias de Transportes (RTE -T) e portos não RTE -T intervencionados | Aumento do movimento de passageiros e mercadorias nos portos intervencionados |
| | | | SI Inovação Empresarial e empreendedorismo Sistema de Apoio a Ações coletivas | Empresas e postos de trabalho criados | Emprego mantido nas empresas criadas |
| | | SI Qualificação e internacionalização das PME SI Inovação empresarial e empreendedorismo SI Investimento empresarial (Açores) | Novos produtos introduzidos na empresa Emprego criado nas empresas apoiadas Projetos de internacionalização e qualificação de empresas apoiados Investimento privado alavancado por via de subvenções | Aumento das atividades de inovação das PME | |
| | | Projetos locais de empreendedorismo | Empresas e postos de trabalho criados | Emprego mantido nas empresas criadas | |
| | | SI Qualificação e internacionalização das PME Formação para a inovação empresarial | Participantes envolvidos em unidades de formação de curta duração e ações de formação em contexto empresarial Pessoal altamente qualificado contratado | Participantes que se sentem mais aptos para a inovação e gestão Participantes que mantêm o emprego após a conclusão da formação | |
| | 5.4 Obras marítimas | Promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes (PI 5.2) | Ações materiais de proteção costeira em zonas de risco Planos, projetos e estudos com contributo para a proteção costeira em zonas de risco | Zonas da faixa costeira para proteção de pessoas e bens intervencionadas Estruturas de defesa costeira implementadas, melhoradas ou reparadas | Incremento da capacidade de resiliência em situação de exceção que envolva ameaça coletiva Diminuição da linha de costa em situação de risco Aumento do nº de Títulos de Utilização Privativa do Espaço Marítimo Nacional (TUPEM) para Imersão de dragados (2013-2020) Execução do Plano de Ação de Valorização e Proteção do Litoral |
| | | Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído (PI 6.5) | Reabilitação urbana e de espaço público | Espaços abertos em áreas urbanas criados ou reabilitados | Redução/eliminação de áreas litorais degradadas e subaproveitadas |

| Domínios da ENM/AP | Atividades | Sub-atividades | Realizações | Resultados | Impactos |
|--------------------|------------|----------------|-------------|------------|----------|
|--------------------|------------|----------------|-------------|------------|----------|

*A PI 6.7 está inserida no OT 6 e apenas diz respeito ao PC EA, encontrando-se descrita no texto integral do Programa Espaço Atlântico 2014-2020, aprovado a 8 de dezembro de 2020. Embora esta PI não se encontre no Acordo de Parceria do PT2020, mantém-se na presente avaliação pela existência de operações aprovadas no seu âmbito no PC EA.



| Das Atividades para as Realizações (I) | Das Realizações para os Resultados (II) | Dos Resultados para os Impactos (III) |
|---|---|--|
| PG | PG | PG |
| PG I.0.1 Os apoios disponibilizados nos instrumentos do PT2020 encontram-se alinhados com os objetivos dos Domínios/AP da ENM PG I.0.2 A divulgação dos apoios considera, quando relevante, a especificidade dos potenciais públicos-alvo no setor do Mar PG I.0.3 A oferta e a forma dos apoios e as condições de elegibilidade dos instrumentos do PT2020 (plasmadas nos AAC) vão de encontro à procura por parte dos beneficiários/promotores PG I.0.4 O ITI Mar promove a ligação entre os potenciais promotores e as oportunidades de financiamento dos FEEI PG I.0.5 O modelo de governação do ITI Mar promove de forma eficaz a articulação entre os decisores de política pública do mar e as AG dos PO | PG II.0.6 As operações apoiadas alcançam os resultados contratualizados PG II.0.7 Diálogo, troca de experiências e desenvolvimento de sinergias entre os stakeholders promove a otimização dos resultados | PG III.0.8 Os resultados alcançados assumem relevância no contexto das intervenções, contribuindo para alcançar os objetivos estratégicos da ENM PG III.0.9 Os instrumentos de apoio mobilizados no PT2020 proporcionam um efeito de adicionalidade e alavancagem dos apoios PG III.0.10 Efeitos de complementaridade e sinergias entre instrumentos, permitindo o desenvolvimento de ações articuladas, reforçam os resultados alcançados PG III.0.11 A formação realizada pelos indivíduos é efetivamente valorizada pelos agentes socioeconómicos, favorecendo a integração dos formandos no mercado de trabalho (incluindo o mercado de emprego científico) e a valorização profissional dos trabalhadores PG III.0.12 Consenso entre os principais stakeholders sobre a necessidade de promover o uso responsável dos recursos marítimos e costeiros com vista a garantir um desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida das populações PG III.0.13 O contributo dos FEEI para a concretização das prioridades da ENM 2013-2020 é monitorizado e avaliado pelo ITI Mar numa base regular e consistente |
| PE | PE | PE |
| PE I.1.1 Existência de um sistema académico e de investigação recetivo a coprodução de conhecimento na área da Economia do Mar (AP 1.3) PE I.2.2 Existência de instrumentos de ordenamento eficazes/atualizados e listagens de espécies e habitats com estatuto de conservação desfavorável (AP 2.1) PE I.5.3 Existência de instrumentos de ordenamento da orla costeira eficazes/atualizados e do Plano de Ação de Valorização e Proteção do Litoral (AP 5.4) | PE II.1.4 Efetiva coordenação entre os intervenientes/entidades de fiscalização e controlo marítimos (AP 1.1) PE II.2.5 Capacidade financeira dos promotores para implementar as múltiplas medidas de sua responsabilidade preconizadas nos instrumentos de planeamento setorial e regional (AP 2.1) PE II.4.6 Entrada em novos mercados revela-se simples e ajustada face ao previsto (AP 4.1) PE II.4.7 Capacidade de implementar as soluções tecnológicas definidas e a sua ligação à rede (AP 4.2) PE II.5.8 Apetência dos jovens em idade escolar para a prática de atividades náuticas (AP 5.1) PE II.5.9 Capacidade financeira dos promotores para implementar as múltiplas medidas de sua responsabilidade preconizadas nos instrumentos de planeamento setorial e regional (AP 5.4) | PE III.1.10 Integração (ou ligação/interoperabilidade) dos sistemas de informação promove a eficácia da vigilância marítima e redução dos riscos (AP 1.1) PE III.5.11 A intervenção é realizada nos portos de maior relevância nacional (AP 5.2) |
| Riscos Gerais (RG) | Riscos Gerais (RG) | Riscos Gerais (RG) |

Legenda: QA1 QA2 QA3

| | | |
|---|--|---|
| RG I.0.1 Baixa atratividade de alguns setores da Economia do mar para os jovens reduz a adesão da procura | RG II.0.4 Evolução económica e financeira do país condiciona o alcance dos resultados previstos pelos promotores | RG III.0.6 Concretização das metas e objetivos nos indicadores de resultado dos projetos é determinada por fatores externos, mitigando a sustentabilidade das mudanças alcançadas e o potencial impacto das políticas |
| RG I.0.2 Os empregadores do setor não reconhecem o investimento em competências como sendo estrategicamente importante para a sua competitividade, produtividade e capacidade de atrair talento, limitando a adesão aos apoios por parte dos empregadores | RG II.0.5 Desenvolvimento de mecanismos de acompanhamento privilegiando os processos e pouco orientado ao apoio dos promotores na obtenção de resultados | RG III.0.7 Subida dos níveis do mar coloca riscos ao desenvolvimento sustentável das atividades marítimas em ambiente costeiro |
| RG I.0.3 Fraca sensibilidade e diminuta prática de uma cultura colaborativa entre entidades temáticas e setoriais tuteladas por áreas ministeriais distintas | | RG III.0.8 Fragilidade dos mecanismos de governança do ITI (novidade, falta de recursos e o não reconhecimento do papel de liderança por parte de parceiros da Administração Central) mitiga os impactos desejados |

| Riscos Específicos (RE) | Riscos Específicos (RE) | Riscos Específicos (RE) |
|---|--|---|
| RE I.1.1 Reduzido nível de qualificação dos RH das empresas de alguns setores da Economia do Mar pode levar a uma menor apetência para envolvimento em atividades de I&D e respetiva valorização económica (AP 1.3) | RE II.1.5 Dificuldade em rejuvenescer a estrutura organizacional e de recursos da AP e atrair técnicos qualificados (AP 1.1) | RE III.1.11 Existência de falhas nos ecossistemas de inovação que dificultem a transferência de conhecimento na economia e criem bloqueios ao ciclo de inovação completo (e.g. baixa capacidade de absorção do tecido empresarial) (AP 1.3) |
| RE I.1.2 A adesão da procura é condicionada pela baixa cobertura de oferta formativa em alguns territórios (AP 1.3) | RE II.4.6 Inovações no produto podem não encontrar espaço no mercado e/ou os benefícios podem ficar abaixo do esperado (AP 4.1) | RE III.3.12 As alterações climáticas e o aumento da poluição das águas condicionam a atividade através da diminuição da quantidade/qualidade da biomassa de pescado no oceano (AP 3.1) |
| RE I.3.3 Prazos reduzidos das licenças para a atividade da aquicultura, desincentivam o investimento no setor e a adesão aos apoios (AP 3.1) | RE II.4.7 Existência de riscos tecnológicos e de mercado associados a tecnologias emergentes e pouco disseminadas (AP 4.2) | RE III.3.13 Diminuição do stock de espécies marinhas de elevado valor comercial diminui a competitividade do setor das pescas (captura e indústria do pescado) (AP 3.1) |
| RE I.5.4 Morosidade na elaboração/aprovação de instrumentos enquadramentos das ações apoiadas (PEDU/PARU/DLBC) (AP 5.4) | RE II.4.8 Manutenção de um desfazamento significativo entre a capacidade de produção do sistema electroprodutor e a capacidade de resposta de armazenamento (AP 4.2) | RE III.5.14 Pressões sobre os recursos naturais e culturais tradicionais causadas pelas dinâmicas de urbanização e pelo aumento da poluição, com risco de descaracterização dos núcleos costeiros e ribeirinhos (AP 5.1) |
| | RE II.5.9 Dificuldades ao nível da compatibilização das atividades marítimo-turísticas com outras atividades económicas nos mesmos territórios (AP 5.1) | |
| | RE II.5.10 Dificuldades ao nível do licenciamento de novas atividades nas áreas costeiras (AP 5.1) | |

Legenda: OA1 OA2 OA3

Racional da Teoria da Mudança:

Domínio 1. Governação

214. No domínio da Governação da ENM encontram-se incluídas as AP cujos OE se alinham com a implementação do PMP. Neste eixo estão incluídas as AP da Administração, Pensamento e Ação Estratégica, Identidade e Cultura (AP 1.1), a AP da Proteção e Salvaguarda (AP 1.2) e a AP da Educação, Ciência e Tecnologia (AP 1.3).
215. A garantia de segurança marítima é um pressuposto determinante para a expansão da atividade marítima nacional e respetiva integração nos quadros de cooperação internacionais. Este grande objetivo de segurança encontra-se alinhado com as AP de Administração e Proteção e Salvaguarda, envolvendo diferentes áreas de atuação como a prevenção e controlo de situações de emergência (ex: desastres naturais), controlo de fronteiras, garantia de segurança de navegação. Tem subjacente a implementação e integração de sistemas de vigilância que promoverão a cooperação nacional e internacional das entidades que intervêm na atividade e um conhecimento mais aprofundado da realidade marítima existente.
216. A proteção dos recursos vivos do mar exige um maior controlo e vigilância da atividade dos operadores de setores que se encontram ligados ao mar. O agravamento das condições climáticas e a redução da biomassa de espécies com elevado valor comercial intensificou esta necessidade de fiscalização e vigilância, com vista à proteção dos ecossistemas e ao cumprimento dos objetivos da PCP.³⁷
217. A resposta a estes constrangimentos deveria assentar na elaboração de instrumentos que permitissem uma correta execução da PCP e da PMI, que reforçassem os mecanismos de monitorização/controlo e os respetivos sistemas de informação e fomentassem a cooperação nacional/internacional para proteger os ativos marítimos. A correta aplicação destes instrumentos também dependeria criticamente de uma articulação entre as diferentes entidades fiscalizadoras. Os instrumentos do PT2020 (atividades) que concorrem para esta AP apresentam uma ligação aos EP 3 e 6 do PO do Mar.
218. Simultaneamente, a eficácia da aplicação da estratégia prevista para o mar e os respetivos pressupostos de atuação dependeriam criticamente de uma capacitação adequada da administração e das respetivas entidades de governação, que deveriam sustentar a sua atuação em tecnologias de informação e comunicação que visam a simplificação dos procedimentos administrativos, a aceleração das temáticas processuais e uma utilização eficiente dos seus instrumentos de gestão. Adicionalmente, o posicionamento das entidades de governação deverá estar orientado para uma reflexão estratégica contínua, que garanta uma monitorização adequada das ações implementadas e que permita a identificação de diretrizes estratégicas centradas na potencialização dos ativos do mar.
219. Desta forma, as realizações e resultados do eixo da Governação deveriam garantir uma correta execução da ENM e uma resposta adequada às situações de ameaça/emergência existentes, assentando a sua atuação na garantia da aplicação das políticas comunitárias a nível nacional e na capacitação dos serviços públicos ligados ao Mar.

Educação, Ciência e Tecnologia (AP 1.3)

220. Na AP da Educação, Ciência e Tecnologia definida na ENM são segmentadas pela equipa de avaliação duas subáreas de foco programático: a Ciência e Tecnologia e a Educação e Formação que, pela sua relevância e especificidade, justificam uma análise em maior detalhe.

Ciência e Tecnologia

221. A aposta no conhecimento é considerada transversal a todas as áreas de atuação da ENM e implicou uma aposta e prevalência das componentes ligadas à I&D promovidas pela AP Educação, Ciência e Tecnologia. A capacitação e conhecimento do meio marinho e marítimo consideram-se determinantes para o desenvolvimento de uma abordagem integrada de saberes. O reconhecimento e a manutenção das qualificações profissionais das gerações atuais e futuras são na ENM consideradas fundamentais para manter e fixar quadros especializados em toda a gama de atividades ligadas ao mar.³⁸
222. Neste âmbito, o diagnóstico subjacente à estruturação da ENM apontava para a necessidade de reforço do investimento em infraestruturas de ciência e em tecnologias ligadas aos mares e oceanos. Destacava, igualmente, a relevância da otimização dos recursos existentes, assim como do fomento de uma maior cooperação entre as entidades do SCTN e as empresas, de uma maior partilha de meios entre as instituições nacionais e da participação ativa em redes internacionais.

³⁷ Parlamento Europeu (2021), Política Comum das Pescas: Criação e Evolução

³⁸ Estratégia Nacional do Mar 2013-2020, aprovada pela RCM n.º 12/2014, de 23 de janeiro

223. Entre as temáticas que se pretendiam dinamizar, destaque para a criação e manutenção das condições para uma continuada investigação em ciências e tecnologias do mar, com ocupação permanente, designadamente através de observatórios *in situ* e da observação remota da terra, e com ocupação a termo, através de navios ou plataformas robóticas. Adicionalmente procurou-se fortalecer a componente de internacionalização da ciência e tecnologia, através da participação em consórcios e redes de excelência internacionais.
224. Para dar resposta a estes desafios, foram, no âmbito do PT2020, essencialmente mobilizadas PI associadas ao FEDER (incluindo PC MAC) e ao OT 1 da Prioridade 1 - "Promover a Inovação e a competitividade" do PC EA. O reforço do investimento em estruturas de Investigação e Inovação (I&I) e da capacidade nacional de desenvolvimento de excelência em I&I, assim como a promoção de centros de competência (particularmente os de interesse europeu) encontrou-se inserido no âmbito da PI 1.1. A PI 1.2, por seu lado, orientou-se para o investimento em I&I por parte das empresas, assim como para o fomento do desenvolvimento da cooperação e das ligações e sinergias entre empresas e restantes entidades do SCTN. Esta última assumia particular destaque no reforço da valorização do conhecimento, tendo incidência em iniciativas como, por exemplo, o desenvolvimento de produtos e serviços, a transferência de tecnologia, o estímulo de redes, clusters e inovação aberta, o apoio à investigação aplicada, a linhas piloto e a ações de validação precoce de produtos ou capacidades avançadas de produção e primeira produção, particularmente ao nível de tecnologias facilitadoras e difusão de tecnologias de interesse geral.
225. Com os vários instrumentos e opções programáticas mencionados procurou-se que as realizações e resultados contribuíssem para o reforço efetivo e sustentável da capacitação tecnológica e da criação de um quadro de suporte de I&D para a investigação aplicada aos usos e atividades enquadrados na Economia do Mar. Pretendia-se com esta estratégia uma mudança na capacidade tecnológica nacional, que fosse sustentável e efetiva de apoio à investigação científica do mar, persistente, orientada para o mar profundo e baseada numa rede desconcentrada e especializada. A aposta no reforço e valorização do conhecimento e da tecnologia tinham como objetivo último contribuir transversalmente para o desafio do crescimento e o aumento da competitividade da Economia do Mar nacional.

Educação e Formação

226. O Diagnóstico de suporte à ENM e o modelo de desenvolvimento da estratégia relativo a esta AP, evidenciaram debilidades de Portugal ao nível da qualificação de Recursos Humanos especializados nos setores ligados ao mar e, paralelamente, era identificado o desafio de estimular uma maior procura dos jovens para oportunidades profissionais ligadas ao mar. Estes desafios materializam-se num cenário de baixas qualificações e de desajustamento das qualificações existentes com as necessidades do mercado de trabalho, transversal a vários setores da atividade económica nacional.
227. Os problemas do défice e desajustamento das qualificações têm um efeito negativo na satisfação laboral e nos salários, podendo levar à diminuição da produtividade e ao aumento da rotatividade dos trabalhadores entre empregos.³⁹ Face a esta premissa, o desafio de promoção, crescimento e competitividade da Economia do Mar deveria estar ancorado numa estratégia de valorização do conhecimento que permitisse superar esse efeito negativo.
228. Para ultrapassar estes constrangimentos, a componente Educação e Formação da ENM orientou-se para a promoção da literacia do mar, o conhecimento e o emprego associado ao mar. Pretendia-se, por um lado, gerar maior interesse e consciência da população (em particular das gerações futuras) acerca dos valores do Oceano e das oportunidades de educação-formação e emprego a ele associadas e, por outro lado, reforçar a aposta no desenvolvimento de competências específicas, ajustadas às necessidades do mercado de trabalho das atividades ligadas ao mar e às especificidades dos territórios.
229. Diversos instrumentos do PT2020 poderiam dar resposta a estes desafios, em particular os que visavam uma resposta substantiva ao desafio de reforço das competências ajustadas às necessidades do mercado de trabalho. As linhas de ação mais relevantes focar-se-iam na melhoria das ofertas de formação profissional dirigidas aos jovens - através da aposta em modalidades de ensino-formação profissionalizantes conducentes a maior especialização (enquadradas na PI 10.4) e, ao nível do ensino pós-secundário e superior, nas atividades integradas na PI 10.2, a que se aliava o apoio de natureza infraestrutural, por via das atividades enquadradas na PI 10.5 - e na promoção de maiores oportunidades de acesso à Aprendizagem do Longo da Vida, visando a melhoria das competências de trabalhadores e adultos desempregados (em particular no âmbito da PI 10.3 que apoiou os Centros Qualifica, da PI 8.5.⁴⁰ Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à

³⁹ OECD (2019), *Getting Skills Right*.

⁴⁰ A interpretação da relevância das intervenções decorre dos diferentes graus de intensidade do alinhamento do Portugal 2020 com a ENM 2013-2020 (cf. Quadro de Referência do ITI Mar, versão julho 2021)

mudança e das ações integradas no OE 6 do PO Mar, dedicado ao desenvolvimento da formação profissional e da aprendizagem ao longo da vida).

230. A componente da Educação e Formação tem assim subjacente uma cadeia de produção de efeitos que pressupõe que apoio à participação de jovens e adultos em modalidades de formação profissional e formação especializada relacionada com o mar, conduzirá a um aumento da *pool* de RH com competências específicas e ajustadas às necessidades da Economia do Mar o que, a longo prazo, contribuirá para favorecer o crescimento do emprego no setor e a produtividade e competitividade da Economia do Mar, bem como para impulsionar a I&I apropriável pelo setor do mar.

Domínio 2. Recursos Naturais – Sistema

231. No domínio dos Recursos Naturais - Sistema da ENM está incluída a AP do Oceano, Atmosfera e Sistema Integrado (AP 2.1).
232. O Oceano possui um importante papel de regulador climático, dimensão cada vez mais relevante num contexto de progressivo agravamento das alterações climáticas e das consequências deste fenómeno.
233. Num contexto de mudança climática, um dos principais desafios estruturadores da ENM passava por garantir a proteção do espaço marítimo e da orla costeira, nomeadamente reforçando o conhecimento sobre a evolução e alterações do clima e sobre as soluções para mitigar os riscos, impactes e vulnerabilidades associadas, nos territórios de maior exposição, bem como priorizando, em função dos avanços no conhecimento a gerar, o desenvolvimento de sistemas de alerta precoce de fenómenos meteorológicos extremos. Por outro lado, os ecossistemas marinhos e costeiros enfrentavam riscos e ameaças importantes, sobretudo associados à poluição de águas interiores e costeiras, à redução das áreas húmidas ou à progressiva pressão sobre os recursos marinhos, pelo que a melhoria da proteção da biodiversidade e a dinamização dos serviços de ecossistemas marinhos e costeiros deveria assumir um carácter prioritário.
234. As flutuações de biodiversidade e a vulnerabilidade das bases das cadeias tróficas marinhas, os eventos meteorológicos extremos (cada vez de maior magnitude e frequência) e as intrusões salinas indutoras de inutilização de solos agrícolas e contaminação de aquíferos eram também importantes ameaças para as quais importava encontrar soluções robustas e duradoras. Finalmente, emergia a necessidade de aumentar a competitividade e capacidade exportadora das Pequenas e Média Empresas (PME) associadas à Economia do Mar.
235. Neste quadro de partida, as principais atividades e realizações preconizadas no PT2020 deveriam assentar na elaboração de instrumentos de planeamento da adaptação às alterações climáticas no espaço marítimo e na orla costeira (sobretudo, planos municipais, intermunicipais e regionais de adaptação), no desenvolvimento de sistemas de informação, modelação e cenarização, previsão e alerta, bem como no desenvolvimento de ações de comunicação, divulgação e sensibilização sobre riscos associados às alterações climáticas no espaço marítimo e na orla costeira, permitindo dotar o país, as regiões e os concelhos litorais de instrumentos de identificação de vulnerabilidades e riscos e de respostas eficazes de adaptação às mudanças climáticas.
236. Deveriam assentar, também, numa maior participação dos atores nacionais em consórcios e redes internacionais, sobretudo numa perspetiva de melhoria da proteção da biodiversidade e da dinamização dos serviços de ecossistemas marinhos e costeiros à escala global (reforçando o conhecimento das pressões sobre o ambiente marinho e a vulnerabilidade das zonas marinhas e costeiras), através da conceção e implementação de soluções/métodos de resposta comuns, partilhados e concertados (reforçando as capacidades de prevenção e monitorização, à escala global, em articulação com as AP do Domínio Governação). Um melhor e maior conhecimento da Rede Natura 2000, mormente em contexto costeiro e marinho, dimensão fundamental para promover a sua proteção e promoção, deveria passar pelo desenvolvimento de conteúdos e ações de sensibilização, sobretudo junto da comunidade jovem e escolar. Os resultados ao nível da melhoria do conhecimento sobre o estado de conservação de espécies e habitats (e dos seus estatutos de ameaça) eram também fundamentais na estratégia a prosseguir.
237. Sinalizavam-se também alguns pressupostos para o surgimento de realizações, como a priorização atribuída à adaptação às alterações climáticas pelos decisores políticos (nacionais, regionais e locais), bem como a capacidade financeira para a implementação das medidas de adaptação preconizadas nos instrumentos de planeamento setorial/territoriais.
238. As realizações e resultados a produzir deveriam gerar impactos e mudanças importantes. Por um lado, deveriam contribuir para um maior alinhamento da PMI com os instrumentos setoriais e territoriais de adaptação às alterações climáticas, nomeadamente com o seu quadro propositivo, por outro lado, deveriam contribuir para uma maior capacidade de avaliação de riscos, de antecipação das respostas e de melhor capacidade de enfrentar os fenómenos meteorológicos extremos, bem como a mitigação dos seus impactos na orla costeira. Releva ainda,

o contributo para o cumprimento de alguns importantes compromissos internacionais do país, como garantir o Bom Estado Ambiental das águas marinhas nacionais da Diretiva Quadro Estratégia Marinha.

Domínio 3. Recursos Naturais - Recursos Vivos

239. No domínio dos Recursos Naturais – Recursos Vivos encontram-se duas AP distintas, mas complementares, com objetivo global de proteção e valorização dos recursos vivos do mar. As AP nele incluídas são a Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura (AP 3.1) e Biotecnologia Marinha (AP 3.2).
240. O setor das pescas e transformação de pescado assume uma grande relevância a nível económico e social em Portugal, influenciado pela existência contínua de recursos marítimos na extensa zona costeira do território. O potencial existente materializa-se na ENM como um dos eixos prioritários de desenvolvimento, visando um reforço da competitividade nacional na esfera mundial no domínio da extração e utilização dos ativos do mar, através da revitalização da pesca tradicional, da dinamização da aquicultura e do investimento na biotecnologia marinha, todos assentes no conhecimento científico e em práticas sustentáveis que promovem a qualidade dos recursos marítimos nacionais.
241. A estrutura da atividade piscatória nacional apresentava um nível de competitividade aquém do desejado. Verificava-se uma predominância de embarcações envelhecidas e de dimensão reduzida, que tornaram premente a necessidade de modernização da frota de forma a aumentar a eficiência piscatória e a compatibilizar a atividade com as exigências ambientais.⁴¹ Às condicionantes de equipamento e infraestruturas aliava-se a dificuldade de atrair mão-de-obra qualificada e de rejuvenescer os quadros de pessoal, que limitariam a capacidade de crescimento do setor e, indiretamente, o alcance das metas estabelecidas na ENM.⁴² Por forma a responder a estes desafios, as principais atividades deveriam centrar-se na capacitação do setor, através da aposta no crescimento sustentável da atividade e do seu nível competitivo, o que dependeria de uma modernização das embarcações, de um aumento da eficiência no processo de captura e descarga e da dinamização de apoios que tornassem a atividade mais atrativa para o investimento e para a empregabilidade.
242. O período precedente à ENM foi também marcado pela diminuição do stock de espécies com um elevado valor comercial (como a sardinha) e o declínio da biodiversidade, que reduziu de uma forma considerável os volumes de captura e pressionou simultaneamente os pescadores, através da redução da sua atividade e dos seus rendimentos, e a indústria da transformação e comercialização, que se viu obrigada a recorrer à importação para poder manter os seus níveis produtivos.⁴³ Para os pescadores, evidenciava-se a necessidade de atividades de diversificação da captura das espécies, através da transferência para espécies com um menor valor comercial, mas com uma maior capacidade de exploração, combinada com uma interrupção pontual da pesca de espécies de reduzido stock, para garantir uma recuperação da biomassa e possibilitar um consumo de pescado sustentável. Para a persecução destes objetivos, tornava-se indispensável o apoio aos pescadores através de compensações às cessações temporárias e definitivas, devidamente enquadrados em planos de recuperação das espécies em risco e processos de melhoria das condições da frota, que já se encontravam previstos no EP 1 do PO Mar.
243. O reforço da capacidade competitiva do setor piscatório nacional também dependeria intensivamente de operações de capacitação da indústria de comercialização e transformação de pescado, que deveriam assentar em apoios aos planos de produção e comercialização que visassem a diminuição da dependência externa do setor, através de uma aproximação dos pescadores à indústria e de uma diversificação das suas operações.
244. A aquicultura poderia desempenhar um papel relevante neste enquadramento, pela possibilidade de contribuição para um abastecimento adicional do mercado, oferecendo uma alternativa à pesca tradicional e diminuindo o peso da concorrência externa no mercado nacional. Este papel dependeria criticamente de uma aproximação desta atividade à indústria de transformação e comercialização e de uma maior aceitação dos produtos por parte dos consumidores, na tentativa de criar um cenário futuro de consumo que se dividiria entre pesca tradicional e aquicultura.⁴⁴ Para a sustentabilidade desta atividade e do setor piscatório como um todo, reforçava-se a importância da tecnologia e da modernização dos ativos, na garantia da eficiência energética e dos processos produtivos. Nesse sentido, as atividades preconizadas deveriam potenciar a aquicultura através de investimentos na produção que visassem o desenvolvimento das infraestruturas e das tecnologias de produção, um reforço da conexão com a indústria da transformação e com a comunidade científica e um aumento da valorização dos seus produtos. Este propósito de crescimento deveria estar alinhado com os EP 2 e 5 do PO Mar, que também se

⁴¹ DGRM (2020), Relatório Anual Frota de Pesca Portuguesa - 2020

⁴² PO FEAMP

⁴³ Plano Multianual de Gestão e Recuperação da Sardinha Ibérica (2018-2023)

⁴⁴ DGRM (2014), Plano Estratégico para a Aquicultura Portuguesa 2014-2020

centrava no crescimento da atividade da aquicultura e uma aproximação da mesma à indústria de transformação e comercialização.

245. Com o intuito de reforçar o posicionamento do setor piscatório português nos mercados internacionais, as operações e realizações também deveriam estar relacionadas com atividades que apoiassem as empresas nacionais nos processos de internacionalização e no aumento da sua capacidade exportadora, existindo neste domínio uma ligação aos instrumentos do SI do PT2020. Estes instrumentos deveriam estar mais direcionados para as empresas da indústria de transformação e comercialização de pescado, devido ao seu posicionamento na fase intermédia/final na cadeia de valor da captura e distribuição de peixe.
246. A promoção do setor piscatório passaria também pela utilização dos recursos marinhos em fins alternativos que não apenas o do consumo alimentar, potenciados pela pesquisa e investigação da Biotecnologia Marinha, que permitiria aumentar a diversidade das aplicações dos produtos com origem no mar, em setores como o farmacêutico, cosmético, entre outros.⁴⁵ Neste segmento, era crítico atingir como resultado o aumento do investimento e da produção e o reforço da internacionalização das empresas deste setor.
247. As intervenções previstas na ENM para estas AP pretendiam gerar um conjunto de realizações e resultados que permitissem reposicionar a pesca, aquicultura e indústria do pescado num ritmo de crescimento contínuo, assente em práticas sustentáveis e inovadoras que diminuíssem a dependência externa e aproximassem os consumidores nacionais ao setor. Em articulação com a I&D, pretendia-se que o mar fosse um recurso e um ativo persistente no âmbito alimentar, através da aposta na aquicultura e no seu objetivo de ser um abastecimento adicional no mercado, que por sua vez retiraria pressão à pesca tradicional. Esta dinamização conjunta das atividades seria um fator determinante para o reforço do cariz internacional das empresas do setor.

Domínio 4. Recursos Naturais - Recursos não vivos

248. No domínio dos Recursos Naturais – Recursos não vivos da ENM encontram-se incluídas as AP dos Recursos Minerais Marinhos (AP 4.1) e Recursos Energéticos Marinhos (AP 4.2).

AP 4.1 Recursos Minerais Marinhos

249. Face à pressão do crescimento económico dos últimos anos, era determinante garantir a exploração sustentável dos recursos minerais marinhos (pe. sal-gema, flor de sal, sal) e a sua comercialização, através da adoção de novas tecnologias e da introdução de boas práticas ambientais e de benefícios sociais, bem como aumentar a competitividade das empresas nacionais que exploram e comercializam estes recursos.
250. Um dos principais desafios preconizados passava por garantir uma exploração sustentável do Oceano, nomeadamente dos recursos minerais marinhos. O potencial de exploração económica destes recursos devia ser ponderado e devidamente acautelado, através do desenvolvimento e incremento das tecnologias existentes, assegurando boas práticas ambientais e a avaliação dos impactes ambientais de longo prazo. Neste quadro, as principais atividades e realizações preconizadas no PT2020 deveriam assentar, entre outras, no desenvolvimento de ações de promoção nos mercados externos e ações de captação de clientes, para aumentar a competitividade das empresas nacionais que exploram e comercializam estes recursos, de forma sustentável.
251. Sendo atividades de elevada especialização, os resultados a gerar centravam-se maioritariamente na criação de empresas e de emprego em setores de alta e média-alta tecnologia e em serviços intensivos em conhecimento, bem como na inovação do processo produtivo e no reforço da sua capacidade exportadora. Contudo, sinalizavam-se alguns pressupostos para a obtenção dos resultados preconizados como a entrada em novos mercados revelar-se simples e ajustada face ao previsto, sendo também sinalizados riscos importantes como as inovações no produto poderem não encontrar espaço no mercado e/ou os benefícios poderem ficar abaixo do esperado.
252. As realizações e resultados a produzir deveriam gerar impactos e mudanças importantes. Por um lado, deveriam contribuir para aumentar a intensidade exportadora das empresas nacionais que exploram e comercializam os recursos minerais marinhos. Por outro lado, deveriam contribuir para melhorar a pesquisa e exploração, mas estabelecendo condições de salvaguarda (ou preservação) do ambiente e da biodiversidade marinha.

AP 4.2 Recursos Energéticos Marinhos

253. Nesta dimensão relevava o grande crescimento das atividades de exploração de recursos energéticos convencionais, nos últimos anos, aproveitando o enorme potencial e as condições ideais do país.
254. O aproveitamento das fontes de energia renovável no espaço marítimo (pe. energia das ondas, eólica offshore) era fundamental para o cumprimento de compromissos e metas nacionais, associadas à descarbonização da

⁴⁵ Sociedade Portuguesa de Biotecnologia (2014), Biotecnologia Azul

economia, à penetração das fontes limpas no consumo final ou à redução das emissões de gases com Efeito de Estufa. A prioridade passava por intensificar os esforços para promover a mudança para uma economia de baixas emissões de carbono, aumentando a produção, a distribuição e a utilização de fontes de energias renováveis. Contudo, não obstante as condições ambientais favoráveis e o elevado potencial para o desenvolvimento de energias renováveis marítimas (ERM), ainda não se encontrava plenamente explorado todo o seu potencial, pelo que este era um dos principais desafios preconizados na ENM.

255. Neste quadro, as principais atividades e realizações preconizadas no PT2020 deveriam assentar na prospeção, identificação e estudo das condições necessárias ao desenvolvimento de novas tecnologias de produção de energia a partir de fontes renováveis e de novas tecnologias de armazenagem de energia (incluindo a identificação das áreas marítimas adequadas à implantação de novas tecnologias offshore), dimensões também determinantes para a prossecução da política energética nacional. A aposta na pesquisa, na I&D, no aprofundamento de redes de cooperação e colaboração seriam decisivas. Contudo, sinalizavam-se alguns riscos que poderiam mitigar a efetivação de realizações, como a existência de fatores inibidores (os requisitos exigidos inviabilizarem projetos com elevado potencial), nomeadamente em termos de condições de elegibilidade das entidades promotoras e das operações ou os critérios de seleção e mérito das candidaturas.
256. O desenvolvimento destas atividades e realizações deveria contribuir para resultados significativos ao nível do incremento da produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis (através de novas tecnologias ou tecnologias pouco disseminadas no território nacional), bem como para uma evolução positiva da capacidade instalada de ERM (ondas e marés) e eólica em mar aberto (incremento do investimento offshore).
257. A obtenção destes resultados assentava no pressuposto da existência de capacidade de implementar as soluções tecnológicas definidas e a sua ligação à rede. Também aqui se sinalizavam alguns riscos para a geração dos resultados, nomeadamente a manutenção de um desfasamento significativo entre a capacidade de produção do sistema electroprodutor e a capacidade de resposta de armazenamento, bem como a existência de riscos tecnológicos e de mercado associados a tecnologias emergentes e pouco disseminadas.
258. As realizações e resultados a produzir deveriam gerar mudanças importantes, nomeadamente garantindo uma maior incorporação de energia renovável marítima no mix energético nacional e, conseqüentemente, a redução da dependência energética face ao exterior. Estes impactos eram decisivos para o cumprimento de importantes compromissos internacionais assumidos pelo Estado português, como a quota de 31% de Energias Renováveis no Consumo Final Bruto, em 2020 (Diretiva Comunitária 2009/28/CE e Estratégia para as Energias Renováveis - PNAER 2020).

Domínio 5. Infraestruturas, Usos e Atividades

259. No domínio das Infraestruturas, Usos e Atividades da ENM encontram-se as AP do Recreio, Desporto e Turismo (AP 5.1), Portos, Transportes e Logística (AP 5.2), Construção, Manutenção e Reparação Naval (AP 5.3) e Obras Marítimas (AP 5.4). O racional da intervenção da AP 5.2 foi agrupado à AP 5.3 por motivos de proximidade temática.

AP 5.1 Recreio, Desporto e Turismo

260. A Economia do Mar congrega uma diversidade grande de atividades e usos com potencialidade para explorar o vetor de desenvolvimento que é o Oceano. Entre estas, destacam-se o turismo (litoral/costeiro e marítimo/cruzeiros) e as atividades de recreio (náutico) e desportivas. A AP 5.1 Recreio, Desporto e Turismo assumiu nesta AP o papel cimeiro no âmbito da Economia do Mar nacional. De acordo com dados da CSM, o agrupamento "Recreio, Desporto, Cultura e Turismo" é o que assume a maior expressão tanto a nível da produção como do Valor Acrescentado Bruto (VAB). Esta relevância surge muito potenciada pelo segmento de Turismo de Sol e Mar, sendo o Mar um ativo diferenciador de Portugal.⁴⁶
261. A ENEI destaca o facto de Portugal contar com valências e vantagens competitivas bastante significativas, designadamente a localização, a diversidade paisagística, o ambiente, o clima, a interface mar/terra, o património e a cultura marítima e ribeirinha da sociedade, reconhecendo-as como oportunidades para a afirmação do Mar enquanto fator identitário turístico-cultural do país.⁴⁷
262. A ENM define o desafio de potenciar os ativos nacionais como oportunidade para consolidar a imagem internacional de Portugal como um país com uma forte identidade marítima. Identifica-se a necessidade de criação de condições (e.g. infraestruturas de apoio, marinas, centros náuticos, reparação naval) para que atividades emergentes como as atividades náuticas possam ter um maior dinamismo e catalisar a promoção de

⁴⁶ Estratégia Turismo 2027 (ET2027), aprovada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 134/2017, de 27 de setembro

⁴⁷ Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (ENEI), aprovada a 23 de dezembro de 2014

atividades desportivas. Simultaneamente, é destacado o reforço da comunicação e da educação, a internacionalização e projeção de atividades desportivas náuticas (e.g. *surf*, vela ou canoagem), a criação de parques arqueológicos subaquáticos, a observação de espécies marinhas ou a aposta no turismo de saúde (e.g. águas termais nas regiões insulares).

263. Entre as temáticas que se pretendiam dinamizar, destaque para o desenvolvimento da náutica nas vertentes de recreio, educação, desporto e turismo, e o respetivo respaldo económico, integrando uma rede de apoios náuticos em zonas estratégicas do país, com forte intervenção territorial e incluindo plataformas de construção e comercialização e assistência de meios e equipamentos.
264. A concretização da visão para a AP dependia de um investimento no reforço ao nível da qualificação dos RH e das entidades, do empreendedorismo, da valorização dos patrimónios naturais e culturais locais e da potenciação e desenvolvimento sustentável das comunidades costeiras.
265. O PT2020 agrega um conjunto importante de investimentos que respondem a estes desafios, em vários OT e PI.⁴⁸ Destacam-se desde logo os sistemas de incentivos às empresas, que promovem o desenvolvimento de uma oferta diferenciadora e qualificada, com produtos inovadores e adaptados às regiões e aos diferentes mercados por via de projetos de inovação, internacionalização ou de desenvolvimento dos modelos de organização e gestão, em empresas com atividade no setor (PI 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4).
266. Paralelamente, em menor escala, poderiam ser mobilizados os apoios à conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (PI 6.3) e ao reforço da biodiversidade (Prioridade 4 - EA) no sentido de o valorizar e promover de forma sustentável a sua visitação, observação e exploração turística nacional e internacional.
267. Não menos importante para a afirmação das zonas costeiras, seria a dinamização de iniciativas no âmbito do DLBC, procurando promover as comunidades locais através da diversificação das suas atividades e economias, tradicionalmente pesqueiras e costeiras. Para essa diversificação deveria contribuir a mobilização de atividades promotoras de investimentos e iniciativas ligadas ao microempreendedorismo, à expansão de microempresas ou à criação de novos negócios que explorem de forma sustentável os recursos endógenos, potenciando a sua valorização, e que contribuam para a promoção e desenvolvimento do património cultural a natural local (PI 9.6, no âmbito do FSE, PI 9.10, no âmbito do FEDER e Prioridade 4 "Aumentar o emprego e a coesão territorial" do PO Mar).⁴⁹
268. De forma complementar seria também importante mobilizar instrumentos/atividades que permitissem apoiar a capacitação dos RH ao nível de iniciativas de empreendedorismo e criação de emprego (PI 8.3 e 8.5 no âmbito do FSE) e de adaptação e mudança de trabalhadores, empresas e empresários (PI 8.8).
269. A relevância de consolidar Portugal como um país com uma forte identidade marítima e a necessidade de diversificar as atividades de recreio, desporto e turismo associadas ao Mar, apostando em atividades emergentes e com potencial de valorização sustentável e internacionalizável dos recursos naturais e culturais endógenos, encontra-se subjacente a este racional. Para tal, esperava-se que as realizações e resultados a gerar contribuíssem para o desenvolvimento e fortalecimento da náutica (internacionalizada e enraizada em todo o território) geradora de emprego sustentável e especializado, com uma sociedade empenhada em promover o acesso ao mar e o seu uso nas vertentes de recreio, educação, desporto (incluindo alta competição) e turismo, e com projeção internacional (apostando na náutica luso-atlântica como destino), reforçando uma imagem forte da maritimidade de Portugal.

AP 5.2 Portos, transportes e logística; AP 5.3 Construção, Manutenção e Reparação Naval

270. O posicionamento geográfico de Portugal, na extremidade da Europa, e a presença nas redes transeuropeias de transportes (RTE-T) privilegia um papel ativo nas trocas comerciais por via marítima, a que corresponde a necessidade de infraestruturas e serviços portuários devidamente capacitados, com integração nas redes internacionais de transporte e com a garantia de eficiência na ligação às cadeias de valor que dependem de uma correta operacionalidade dos portos marítimos.⁵⁰
271. A materialização do fenómeno da globalização no âmbito comercial, social e cultural trouxe uma pressão acrescida às cadeias de transporte existentes e à respetiva ligação às atividades marítimas adjacentes, que se viram inseridas num mercado altamente competitivo e sujeito à adoção de práticas mais sustentáveis do ponto de vista ambiental.

⁴⁸ Acordo de Parceria 2014-2020, Julho de 2014

⁴⁹ Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas – Programa Operacional de Portugal, 28/Jun/2017

⁵⁰ Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (2021), Ecosistema Portuário 2019

272. Portugal apresentava debilidades na competitividade das infraestruturas marítimas, que para além de não estarem totalmente adaptadas às novas exigências ambientais e de segurança, também careciam de melhorias ao nível da articulação intermodal. A esta necessidade acrescia o desafio de uma utilização contínua dos portos nacionais no futuro (com um aumento da dimensão dos navios e a promoção de viagens de curta-distância), potenciada pelas políticas de transportes e a situação energética existente na UE.⁵¹
273. No âmbito europeu, a importância da aposta nos portos materializa-se também no Plano de Ação para Estratégia Marítima para a Região Atlântica, que na sua atualização destaca o papel dos portos no comércio, definindo o objetivo de posicioná-los como o ponto de entrada para o comércio no Atlântico (OE 1 do pilar I) e como potenciadores das atividades da economia azul e do desenvolvimento sustentável de setores que se encontram ligados aos portos, como o turismo, aqüicultura ou a construção naval (OE 2 do pilar I).⁵²
274. Considerando este diagnóstico, as atividades e realizações da presente estratégia deveriam estar orientadas para a requalificação dos acessos marítimos e infraestruturas dos portos nacionais, uma iniciativa fundamental para assegurar as competências operacionais/ambientais exigidas e para garantir a correspondência com as expectativas de tráfego futuro, que apresenta requisitos logísticos que são imperativos para os portos nacionais.
275. Estas operações também deveriam capacitar os portos nacionais para serem potenciadores das atividades que lhe estão adjacentes, como a pesca, que necessita de uma organização do porto que lhe facilite os processos de captura e descarga, e como a reparação naval, uma das AP da ENM e que depende do correto funcionamento dos portos para se poder dinamizar.
276. As intervenções previstas na ENM para estas AP pretendem gerar um conjunto de realizações e resultados que evidenciem a maximização do potencial existente nas infraestruturas marítimas nacionais, cuja capacitação possibilitará a correta dinamização das atividades marítimas que se encontram conexas à estrutura portuária.

AP 5.4 Obras marítimas

277. Num contexto de mudança climática, com o agravamento da frequência e da magnitude de eventos extremos, era determinante garantir a defesa costeira e a deteção e alerta precoce destes acontecimentos meteorológicos, de modo a restringir ou controlar os riscos (sobretudo no litoral) e, conseqüentemente, garantir a segurança de pessoas e bens. Por outro lado, era prioritário intervir sobre os espaços urbanos degradados em domínio hídrico e sobre os espaços naturais degradados, contribuindo para a valorização, atratividade e fruição da orla costeira, nomeadamente das frentes de mar urbanas. Estes eram desafios centrais a que a ENM deveria dar resposta.
278. Neste quadro, as principais atividades e realizações preconizadas no PT2020, devidamente articuladas e enquadradas pelas prioridades definidas no Plano de Ação de Valorização e Proteção do Litoral, assentavam, por um lado, em ações materiais de proteção costeira em zonas de risco, na alimentação artificial de praias enquanto intervenção de proteção costeira, na construção e reabilitação de estruturas de defesa costeira, na proteção e reabilitação de sistemas costeiros naturais, nomeadamente dunares (PI 5.2) e, por outro lado, em intervenções de reabilitação de espaço público, numa perspetiva de valorização e atratividade, conforme previsto nos instrumentos enquadadores PEDU/PARU/DLBC (PI 6.5).
279. Para a manifestação de realizações neste domínio sinalizavam-se alguns pressupostos como a existência de instrumentos de ordenamento da orla costeira eficazes/atualizados e do Plano de Ação de Valorização e Proteção do Litoral, bem como a capacidade financeira para a implementação das medidas preconizadas nos instrumentos/PAVPL.
280. O incremento da capacidade de resiliência em situação de exceção que envolva ameaça coletiva e uma intervenção robusta e coerente na linha de costa em situação de risco, para proteção de pessoas e bens, eram resultados determinantes a obter. Neste contexto, uma boa execução das medidas preconizadas no Plano de Ação de Valorização e Proteção do Litoral era fundamental. Também a redução/eliminação de áreas litorais degradadas e subaproveitadas, através de intervenções de reabilitação do espaço público, eram importantes resultados a gerar.
281. As realizações e resultados a produzir deveriam gerar impactos e mudanças importantes, nomeadamente garantindo a resiliência da linha de costa em situação crítica de erosão e, conseqüentemente, limitando os impactos associados aos galgamentos oceânicos e à segurança de pessoas e bens (proteção do património construído e natural).
282. A eliminação, redução ou controlo dos riscos no litoral, através do amplo conjunto de intervenções de defesa costeira, deveria contribuir também para a fruição em segurança das frentes de mar urbanas e,

⁵¹ Confederação Empresarial de Portugal (2015), Logística em Portugal

⁵² Comissão Europeia (2020), Plano de ação atualizado para uma economia azul sustentável, resiliente e competitiva na região atlântica da UE

consequentemente, potenciar a sua valorização económica. Releva ainda a melhoria das condições de integração das frentes de mar na vivência urbana como espaços de lazer e fruição, proporcionada pela requalificação das áreas urbanas degradadas, potencialmente indutoras de maior presença de turistas e visitantes e de fixação de atividades.

Modelo de governação do ITI

283. Os múltiplos desafios que se colocam a territórios e ou áreas temáticas ou setoriais de atuação mostram a necessidade de desenvolver abordagens integradas multidimensionais de forma a encontrar modos de atuação e soluções de maior eficácia, utilidade e sustentabilidade. Por este motivo, a Regulamentação das Disposições Comuns introduziu, no período de programação 2014-2020, novas ferramentas de integração que podem, associando os objetivos estratégicos e objetivos específicos identificados nos Acordos de Parceria e nos PO, ser utilizadas para implementar estratégias territoriais ou temáticas.
284. O ITI, enquanto instrumento de política pública que pretende dar resposta de forma integrada a múltiplos desafios de um determinado território ou área temática, exige uma maior predisposição dos diferentes níveis de governo para cooperar e coordenar ações com vista à concretização de metas comuns.
285. Esta colaboração pressupõe um modelo de governação que promova de forma eficaz a articulação entre os decisores de política pública do mar e as AG dos PO e que possa fomentar o diálogo, troca de experiências e desenvolvimento de complementaridades e sinergias, entre *stakeholders* e entre projetos, que promovam a otimização dos resultados e impactos das intervenções.
286. A fraca sensibilidade e diminuta prática de uma cultura colaborativa entre entidades temáticas e setoriais tuteladas por áreas ministeriais distintas, a fragilidade dos mecanismos de governança do ITI (novidade, falta de recursos e o não reconhecimento do papel de liderança por parte de parceiros da Administração Central) e o privilégio ao desenvolvimento de mecanismos de acompanhamento focados nos processos e pouco orientado ao apoio dos promotores na obtenção de resultados, podem condicionar a eficácia do modelo de governação do ITI e, deste modo, não permitir a realização plena dos objetivos assumidos para o ITI. Estes condicionalismos, alguns de natureza histórica na articulação multinível das entidades com responsabilidades na conceção e acompanhamento das políticas públicas em Portugal, são assumidos na TdM enquanto pressupostos e riscos de natureza operacional e transversal a todos os domínios da ENM.

2.3. Instrumentos auxiliares no âmbito da Teoria da Mudança

Quadro A17. AP da ENM e ligação ao PT2020, considerando as operações existentes | 31/12/2020

| Domínio | AP | PI | PO |
|---|--|---|--|
| 1. Governação | 1.1 Administração, Pensamento e Ação Estratégica, Identidade e Cultura | EP 3, EP 6, PI 2.3, PI 11.1 | PO CI, PO Mar, PC MAC |
| | 1.2 Proteção e Salvaguarda | EP 6, PI 5.2 | PO SEUR, PO Mar, PC MAC, PC EA |
| | 1.3 Educação, Ciência e Tecnologia | PI 1.1, PI 1.2, PI 3.1, PI 3.2, PI 3.3, PI 3.4; PI 8.3, PI 8.5, PI 8.8, PI 10.1, PI 10.2, PI 10.3, PI 10.4, PI 10.5 | Todos exceto PO SEUR, PO Mar |
| 2. Recursos Naturais - Sistema | 2.1 Oceano, Atmosfera e Sistema integrado | PI 5.1, PI 6.4 | PO SEUR, PO Açores, PC MAC, PC EA |
| 3. Recursos Naturais - Recursos Vivos | 3.1 Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura | EP 1, EP 2, EP 5, PI 3.2, PI 3.3, PI 3.4, PI 8.3, PI 8.5 | PO Mar, PO Centro, PO Lisboa, PO Alentejo, PO Algarve, PO Açores, PO Madeira, PO MAC |
| | 3.2 Biotecnologia Marinha | PI 3.1, PI 3.2, PI 3.3, PI 6.7*, PI 8.5 | PO Norte, PO Centro, PO Lisboa, PO Algarve, PO Madeira, PO EA |
| 4. Recursos Naturais - Recursos não vivos | 4.1 Recursos Minerais Marinhos | PI 3.1, PI 3.2, PI 3.3, PI 8.5 | PO Centro, PO Lisboa, PO Alentejo, PO Algarve |
| | 4.2 Recursos Energéticos Marinhos | PI 3.2, PI 3.3, PI 4.1, PI 8.8 | PO SEUR, PO Norte, PO Lisboa, PO Centro, PO Madeira, PO EA |
| 5. Infraestruturas, usos e atividades | 5.1 Recreio, Desporto e Turismo | EP 4, PI 3.1, PI 3.2, PI 3.3, PI 3.4, PI 6.3, PI 8.3, PI 8.5, PI 8.8, PI 9.6, PI 9.10 | Todos exceto PO ISE, PO CH, PO SEUR |
| | 5.2 Portos, transportes e logística | PI 3.2, PI 3.3, PI 3.4, PI 7.1, PI 7.3, PI 8.5 | PO CI, PO Norte, PO Centro, PO Lisboa, PO Açores, PO Madeira, PO MAC |
| | 5.3 Construção, Manutenção e Reparação Naval | PI 3.1, PI 3.2, PI 3.3, PI 3.4, PI 8.3, PI 8.5, PI 8.8 | PO CI, PO Norte, PO Centro, PO Lisboa, PO Alentejo, PO Açores, PO MAC |
| | 5.4 Obras marítimas | PI 5.2, PI 6.5 | PO SEUR, PO Açores, PO Madeira |

Fonte: Equipa de avaliação

*A PI 6.7 está inserida no OT 6 e apenas diz respeito ao PC EA, encontrando-se descrita no texto integral do Programa Espaço Atlântico 2014-2020, aprovado a 8 de dezembro de 2020. Embora esta PI não se encontre no Acordo de Parceria do PT2020, mantém-se na presente avaliação pela existência de operações aprovadas no seu âmbito do PC EA.

Quadro A18. Alinhamento entre os impactos esperados e as Áreas Programáticas

| Impactos/Efeitos Pretendidos | AP | Contributo | |
|--|---|--|----------|
| Concretização do potencial económico, geoestratégico e geopolítico do território marítimo nacional | Redução dos acidentes e salvaguarda da vida humana no mar | 1.2 Proteção e Salvaguarda | Direto |
| | Redução da poluição do mar e do tráfico por via marítima | 1.1 Administração, Pensamento e Ação Estratégica, Identidade e Cultura | Direto |
| | | 1.2 Proteção e Salvaguarda | Direto |
| | | 3.1 Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura | Indireto |
| | Cumprimento do Bom Estado Ambiental da Diretiva Quadro Estratégia Marinha | 2.1 Oceano, Atmosfera e Sistema integrado | Direto |
| | | 1.2 Proteção e Salvaguarda | Indireto |
| | | 3.1 Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura | Indireto |
| | Aumento da sustentabilidade dos recursos pesqueiros | 3.1 Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura | Direto |
| | | 2.1 Oceano, Atmosfera e Sistema integrado | Direto |
| | | 1.3 Educação, Ciência e Tecnologia | Indireto |
| Aumento da atratividade dos desportos e modalidades náuticas | 5.1 Recreio, Desporto e Turismo | Direto | |

| Impactos/Efeitos Pretendidos | | AP | Contributo |
|--|---|--|--|
| | Redução da extensão da linha de costa continental em situação crítica de erosão | 5.4 Obras marítimas | Direto |
| | Aumento da atratividade turística das zonas costeiras | 5.1 Recreio, Desporto e Turismo | Direto |
| | | 5.4 Obras marítimas | Direto |
| | Aumento do movimento de passageiros e mercadorias em portos nacionais | 5.2 Portos, transportes e logística | Direto |
| Maximização do potencial agregado do sector marítimo-portuário e integração nas redes de transportes e cadeias logísticas | 5.1 Recreio, Desporto e Turismo | Indireto | |
| | 5.2 Portos, transportes e logística | Direto | |
| Consagração de Portugal, a nível global, como nação marítima | Reforço do posicionamento de Portugal na estratégia marítima da UE | 1.1 Administração, Pensamento e Ação Estratégica, Identidade e Cultura | Direto |
| | | 1.2 Proteção e Salvaguarda | Direto |
| | | 2.1 Oceano, Atmosfera e Sistema integrado | Indireto |
| | | 3.1 Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura | Indireto |
| Reforço da capacidade científica e tecnológica nacional estimulando o desenvolvimento de novas áreas de ação | Aumento do peso da despesa em I&D das Ciências e Tecnologias do Mar no Total Nacional | 1.3 Educação, Ciência e Tecnologia | Direto |
| | Aumento da inovação no tecido empresarial associado à Economia do Mar | 1.3 Educação, Ciência e Tecnologia | Direto |
| | | 3.1 Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura | Direto |
| | | 5.3 Construção, Manutenção e Reparação Naval | Direto |
| | Adequação da oferta de formação às necessidades da Economia do Mar | 1.3 Educação, Ciência e Tecnologia | Direto |
| | | Reforço da capacidade científica nacional e do conhecimento do Oceano | 1.1 Administração, Pensamento e Ação Estratégica, Identidade e Cultura |
| | 1.3 Educação, Ciência e Tecnologia | | Direto |
| | 2.1 Oceano, Atmosfera e Sistema integrado | | Direto |
| | 3.1 Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura | | Direto |
| | Maior incorporação de energia renovável marítima no <i>mix</i> energético nacional | 3.2 Biotecnologia Marinha | Direto |
| | | 4.2 Recursos Energéticos Marinhos | Direto |
| | Aumento do conhecimento do potencial de recursos disponíveis | 3.1 Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura | Direto |
| | | 3.2 Biotecnologia Marinha | Direto |
| | | 4.2 Recursos Energéticos Marinhos | Direto |
| 4.1 Recursos Minerais Marinhos | | Direto | |
| 1.1 Administração, Pensamento e Ação Estratégica, Identidade e Cultura | | Indireto | |
| 2.1 Oceano, Atmosfera e Sistema integrado | | Indireto | |
| Promoção do crescimento, do emprego, a coesão social e a integridade territorial, e aumentando, até 2020, a contribuição direta do sector mar para o PIB nacional em 50% | Aumento do peso do VAB da Economia do Mar no total do PIB | Múltiplas AP (exceto AP 1.1, AP 1.2, AP 2.1) | Direto |
| | Aumento da intensidade exportadora das PME associadas à Economia do Mar | Múltiplas AP (exceto AP 1.1, AP 1.2, AP 2.1) | Direto |
| | Reforço da competitividade da pesca e indústria do pescado | 3.1 Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura | Direto |
| | | 1.3 Educação, Ciência e Tecnologia | Indireto |
| Aumento da relevância da produção aquícola nacional | 3.1 Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura | Direto | |

| Impactos/Efeitos Pretendidos | AP | Contributo |
|------------------------------|------------------------------------|------------|
| | 1.3 Educação, Ciência e Tecnologia | Indireto |

Fonte: Equipa de avaliação

Quadro A19. Matriz-Síntese TdM

| TdM | QA | Método e Abordagem | Indicador | Fonte |
|----------------------------------|-----|--------------------|--|---------|
| Indicadores de Realização | | | | |
| IO 1.1 | QA1 | ABT/TdM | Serviços da Administração Pública apoiados | SI FEEI |
| IO 1.2 | QA1 | ABT/TdM | Sistemas de informação e de monitorização desenvolvidos/implementados e reestruturados/modernizados | SI FEEI |
| IO 1.3 | QA1 | ABT/TdM | Equipamentos integrados em sistemas de informação e monitorização desenvolvidos/implementados | SI FEEI |
| IO 1.4 | QA1 | ABT/TdM | População beneficiada por medidas de planeamento para prevenção de catástrofes e recuperação de zonas danificada | SI FEEI |
| IO 1.5 | QA1 | ABT/TdM | Superfície afetada por medidas de planeamento para a prevenção de catástrofes e recuperação de zonas danificadas | SI FEEI |
| IO 1.6 | QA1 | ABT/TdM | População que beneficia das medidas de proteção de inundações | SI FEEI |
| IO 1.7 | QA1 | ABT/TdM | Número de EC e ações piloto implementados | SI FEEI |
| IO 1.8 | QA1 | ABT/TdM | Número de publicações técnicas e científicas produzidas | SI FEEI |
| IO 1.9 | QA1 | ABT/TdM | Número de políticas, estratégias e instrumentos operacionais produzidos | SI FEEI |
| IO 1.10 | QA1 | ABT/TdM | Número de ações para a disseminação e capitalização de resultados | SI FEEI |
| IO 1.11 | QA1 | ABT/TdM | Número de participantes em ações para a disseminação e capitalização de resultados | SI FEEI |
| IO 1.12 | QA1 | ABT/TdM | Projetos de capacitação de entidades e serviços da administração pública | SI FEEI |
| IO 1.13 | QA1 | ABT/TdM | Número de acordos formalizados por instituições regionais ou locais apoiadas | SI FEEI |
| IO 1.14 | QA1 | ABT/TdM | População abrangida por iniciativas de cooperação para melhorar a governança em matéria de serviços públicos | SI FEEI |
| IO 1.15 | QA1 | ABT/TdM | Número de projetos no domínio do apoio da recolha, gestão e utilização de dados | SI FEEI |
| IO 1.16 | QA1 | ABT/TdM | Número de projetos no domínio da execução do regime de controlo, inspeção e execução da União | SI FEEI |
| IO 1.17 | QA1 | ABT/TdM | Número de projetos no domínio da integração da vigilância marítima | SI FEEI |
| IO 1.18 | QA1 | ABT/TdM | Número de projetos no domínio da proteção do meio marinho e melhoria do conhecimento nessa matéria | SI FEEI |
| IO 1.19 | QA1 | ABT/TdM | Projetos de I&D apoiados | SI FEEI |
| IO 1.20 | QA1 | ABT/TdM | Infraestruturas de investigação apoiadas | SI FEEI |
| IO 1.21 | QA1 | ABT/TdM | Investigadores a trabalhar em infraestruturas de investigação melhoradas | SI FEEI |
| IO 1.22 | QA1 | ABT/TdM | Número de centros de investigação que participem em projetos de cooperação de investigação transfronteiriços, transnacionais ou interregionais | SI FEEI |
| IO 1.23 | QA1 | ABT/TdM | Projetos de transferência e utilização de conhecimento | SI FEEI |
| IO 1.24 | QA1 | ABT/TdM | Empresas em cooperação com instituições de investigação | SI FEEI |
| IO 1.25 | QA1 | ABT/TdM | Empresas apoiadas para introduzirem produtos novos no mercado | SI FEEI |
| IO 1.26 | QA1 | ABT/TdM | Empresas que beneficiam de apoio | SI FEEI |
| IO 1.27 | QA1 | ABT/TdM | Aumento do emprego em empresas apoiadas | SI FEEI |
| IO 1.29 | QA1 | ABT/TdM | Número de empresas que participam em projetos de investigação transfronteiriços, transnacionais ou inter-regionais | SI FEEI |
| IO 1.30 | QA1 | ABT/TdM | Empresas apoiadas para introduzirem produtos novos na empresa | SI FEEI |
| IO 1.31 | QA1 | ABT/TdM | Novas empresas apoiadas | SI FEEI |
| IO 1.32 | QA1 | ABT/TdM | Serviços de desenvolvimento empresarial criados e/ou apoiados | SI FEEI |
| IO 1.33 | QA1 | ABT/TdM | Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego | SI FEEI |

| TdM | QA | Método e Abordagem | Indicador | Fonte |
|---------|-----|--------------------|--|---------|
| IO 1.34 | QA1 | ABT/TdM | Participação de adultos empregados em unidades de formação de curta duração | SI FEEI |
| IO 1.35 | QA1 | ABT/TdM | Participações de desempregados, incluindo DLD, em unidades de formação de curta duração | SI FEEI |
| IO 1.36 | QA1 | ABT/TdM | Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial | SI FEEI |
| IO 1.37 | QA1 | ABT/TdM | Estudantes apoiados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais de nível ISCED 5 | SI FEEI |
| IO 1.38 | QA1 | ABT/TdM | Bolseiros de doutoramento apoiados | SI FEEI |
| IO 1.39 | QA1 | ABT/TdM | Adultos apoiados em cursos de formação de certificação escolar e/ou profissional | SI FEEI |
| IO 1.40 | QA1 | ABT/TdM | Pessoas apoiadas nos cursos de aprendizagem de dupla certificação de nível ISCED 3 | SI FEEI |
| IO 1.41 | QA1 | ABT/TdM | Jovens apoiados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3 | SI FEEI |
| IO 1.42 | QA1 | ABT/TdM | Jovens apoiados em cursos de nível ISCED 4 (CET) | SI FEEI |
| IO 2.1 | QA1 | ABT/TdM | Instrumentos de planeamento e gestão elaborados, avaliados ou revistos | SI FEEI |
| IO 2.2 | QA1 | ABT/TdM | Estudos, Cartografia e outros documentos de informação e conhecimento produzidos | SI FEEI |
| IO 2.3 | QA1 | ABT/TdM | Ações de comunicação, divulgação e sensibilização sobre riscos associados às alterações climáticas | SI FEEI |
| IO 2.4 | QA1 | ABT/TdM | Sistemas de Informação, Modelação e Cenarização, Previsão e Alerta desenvolvidos ou modernizados | SI FEEI |
| IO 2.5 | QA1 | ABT/TdM | Equipamentos integrados em Sistemas de Informação Desenvolvidos ou Modernizados | SI FEEI |
| IO 2.6 | QA1 | ABT/TdM | Espécies e Habitats Protegidos abrangidos por ações de melhoria do conhecimento | SI FEEI |
| IO 2.7 | QA1 | ABT/TdM | Superfície dos habitats apoiados para atingirem um melhor estado de conservação | SI FEEI |
| IO 2.8 | QA1 | ABT/TdM | Sistemas de Informação e Monitorização e Portais Eletrónicos desenvolvidos ou modernizados | SI FEEI |
| IO 2.9 | QA1 | ABT/TdM | Superfície abrangida pelas ações realizadas | SI FEEI |
| IO 2.10 | QA1 | ABT/TdM | Número de EC e ações piloto implementados | SI FEEI |
| IO 2.11 | QA1 | ABT/TdM | Número de publicações técnicas e científicas produzidas | SI FEEI |
| IO 2.12 | QA1 | ABT/TdM | Número de políticas, estratégias e instrumentos operacionais produzidos | SI FEEI |
| IO 2.13 | QA1 | ABT/TdM | Número de ações para a disseminação e capitalização de resultados | SI FEEI |
| IO 2.14 | QA1 | ABT/TdM | Número de participantes em ações para a disseminação e capitalização de resultados | SI FEEI |
| IO 3.1 | QA1 | ABT/TdM | Empresas que beneficiam de apoio | SI FEEI |
| IO 3.2 | QA1 | ABT/TdM | Emprego em empresas apoiadas | SI FEEI |
| IO 3.3 | QA1 | ABT/TdM | Empresas apoiadas para introduzirem produtos novos na empresa | SI FEEI |
| IO 3.4 | QA1 | ABT/TdM | Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções) | SI FEEI |
| IO 3.5 | QA1 | ABT/TdM | Serviços de desenvolvimento empresarial criados e/ou apoiados | SI FEEI |
| IO 3.6 | QA1 | ABT/TdM | Número de EC e ações piloto implementadas | SI FEEI |
| IO 3.7 | QA1 | ABT/TdM | Número de publicações técnicas e científicas produzidas | SI FEEI |
| IO 3.8 | QA1 | ABT/TdM | Número de políticas, estratégias e instrumentos operacionais produzidos | SI FEEI |
| IO 3.9 | QA1 | ABT/TdM | Número de ações para a disseminação e capitalização de resultados | SI FEEI |
| IO 3.10 | QA1 | ABT/TdM | Número de participantes em ações para a disseminação e capitalização de resultados | SI FEEI |
| IO 3.11 | QA1 | ABT/TdM | Participações de desempregados, incluindo DLD, em unidades de formação de curta duração | SI FEEI |
| IO 3.12 | QA1 | ABT/TdM | Pessoal altamente qualificado contratado | SI FEEI |
| IO 3.13 | QA1 | ABT/TdM | Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial | SI FEEI |
| IO 3.14 | QA1 | ABT/TdM | PME apoiadas em programas de formação - ação | SI FEEI |
| IO 3.15 | QA1 | ABT/TdM | Novas empresas apoiadas | SI FEEI |

| TdM | QA | Método e Abordagem | Indicador | Fonte |
|---------|-----|--------------------|--|---------|
| IO 3.16 | QA1 | ABT/TdM | Número de projetos no domínio da eficiência energética e atenuação das alterações climáticas | SI FEEI |
| IO 3.17 | QA1 | ABT/TdM | Número de projetos no domínio da substituição ou modernização de motores | SI FEEI |
| IO 3.18 | QA1 | ABT/TdM | Número de projetos no domínio da promoção do capital humano e do diálogo social, diversificação e novas formas de rendimento, apoio ao arranque de atividade/criação de empresas para pescadores e saúde/segurança | SI FEEI |
| IO 3.19 | QA1 | ABT/TdM | N.º de projetos em matéria de inovação, serviços de aconselhamento | SI FEEI |
| IO 3.20 | QA1 | ABT/TdM | Número de projetos no domínio da inovação, dos serviços de aconselhamento e das parcerias com cientistas | SI FEEI |
| IO 3.21 | QA1 | ABT/TdM | Número de projetos no domínio das medidas de conservação, redução do impacto da pesca no ambiente e adaptação da pesca à proteção das espécies | SI FEEI |
| IO 3.22 | QA1 | ABT/TdM | Número de projetos no domínio da proteção e restauração da biodiversidade e dos ecossistemas marinhos | SI FEEI |
| IO 3.23 | QA1 | ABT/TdM | Número de projetos no domínio do valor acrescentado, qualidade, utilização das capturas indesejadas e portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos | SI FEEI |
| IO 3.24 | QA1 | ABT/TdM | Número de projetos no domínio do tratamento dos resíduos | SI FEEI |
| IO 3.25 | QA1 | ABT/TdM | Número de projetos no domínio dos investimentos produtivos na aquicultura | SI FEEI |
| IO 3.26 | QA1 | ABT/TdM | Número de projetos no domínio do aumento do potencial dos sítios aquícolas e medidas relativas à saúde pública e animal | SI FEEI |
| IO 3.27 | QA1 | ABT/TdM | Número de projetos no domínio da limitação do impacto da aquicultura no meio marinho (ecogestão, regimes de auditoria, serviços ambientais ligados à aquicultura biológica) | SI FEEI |
| IO 3.28 | QA1 | ABT/TdM | Número de organizações de produtores ou associações de organizações de produtores que beneficiam de apoio para planos de produção e comercialização | SI FEEI |
| IO 3.29 | QA1 | ABT/TdM | Número de projetos no domínio das medidas de comercialização e ajuda ao armazenamento | SI FEEI |
| IO 4.1 | QA1 | ABT/TdM | Pessoal altamente qualificado contratado | SI FEEI |
| IO 4.2 | QA1 | ABT/TdM | PME apoiadas em programas de formação - ação | SI FEEI |
| IO 4.3 | QA1 | ABT/TdM | Novas empresas apoiadas | SI FEEI |
| IO 4.4 | QA1 | ABT/TdM | Empresas que beneficiam de apoio | SI FEEI |
| IO 4.5 | QA1 | ABT/TdM | Aumento do emprego em empresas apoiadas | SI FEEI |
| IO 4.6 | QA1 | ABT/TdM | Capacidade adicional de produção de energia renovável | SI FEEI |
| IO 4.7 | QA1 | ABT/TdM | Redução de gases com efeito de estufa | SI FEEI |
| IO 4.8 | QA1 | ABT/TdM | Número de EC e ações-piloto implementadas | SI FEEI |
| IO 4.9 | QA1 | ABT/TdM | Número de publicações técnicas e científicas produzidas | SI FEEI |
| IO 5.1 | QA1 | ABT/TdM | Novas empresas apoiadas | SI FEEI |
| IO 5.2 | QA1 | ABT/TdM | Empresas que beneficiam de apoio | SI FEEI |
| IO 5.3 | QA1 | ABT/TdM | Empresas apoiadas para introduzirem produtos novos na empresa | SI FEEI |
| IO 5.4 | QA1 | ABT/TdM | Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções) | SI FEEI |
| IO 5.5 | QA1 | ABT/TdM | Serviços de desenvolvimento empresarial criados e/ou apoiados | SI FEEI |
| IO 5.6 | QA1 | ABT/TdM | Número de sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio | SI FEEI |
| IO 5.7 | QA1 | ABT/TdM | Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio | SI FEEI |
| IO 5.8 | QA1 | ABT/TdM | Número de EC e ações piloto implementados | SI FEEI |
| IO 5.9 | QA1 | ABT/TdM | Número de publicações técnicas e científicas produzidas | SI FEEI |
| IO 5.10 | QA1 | ABT/TdM | Número de políticas, estratégias e instrumentos operacionais produzidos | SI FEEI |
| IO 5.11 | QA1 | ABT/TdM | Número de ações para a disseminação e capitalização de resultados | SI FEEI |

| TdM | QA | Método e Abordagem | Indicador | Fonte |
|---------------------------------|-----|--------------------|--|--------------------------|
| IO 5.12 | QA1 | ABT/TdM | Número de participantes em ações para a disseminação e capitalização de resultados | SI FEEI |
| IO 5.13 | QA1 | ABT/TdM | Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego | SI FEEI |
| IO 5.14 | QA1 | ABT/TdM | Participações de desempregados, incluindo DLD, em unidades de formação de curta duração | SI FEEI |
| IO 5.15 | QA1 | ABT/TdM | Pessoal altamente qualificado contratado | SI FEEI |
| IO 5.16 | QA1 | ABT/TdM | Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial | SI FEEI |
| IO 5.17 | QA1 | ABT/TdM | PME apoiadas em programas de formação - ação | SI FEEI |
| IO 5.18 | QA1 | ABT/TdM | Estratégias DLBC apoiadas | SI FEEI |
| IO 5.19 | QA1 | ABT/TdM | Número de projetos de cooperação | SI FEEI |
| IO 5.20 | QA1 | ABT/TdM | Emprego em empresas apoiadas | SI FEEI |
| IO 5.21 | QA1 | ABT/TdM | Empresas apoiadas para introduzirem produtos novos na empresa | SI FEEI |
| IO 5.22 | QA1 | ABT/TdM | Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções) | SI FEEI |
| IO 5.23 | QA1 | ABT/TdM | Portos RTE -T intervencionados | SI FEEI |
| IO 5.24 | QA1 | ABT/TdM | Portos não RTE -T intervencionados | SI FEEI |
| IO 5.25 | QA1 | ABT/TdM | Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego | SI FEEI |
| IO 5.26 | QA1 | ABT/TdM | Participações de desempregados em unidades de formação de curta duração | SI FEEI |
| IO 5.27 | QA1 | ABT/TdM | Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial | SI FEEI |
| IO 5.28 | QA1 | ABT/TdM | PME apoiadas em programas de formação - ação | SI FEEI |
| IO 5.29 | QA1 | ABT/TdM | Empresas que beneficiam de apoio | SI FEEI |
| IO 5.30 | QA1 | ABT/TdM | Extensão da faixa costeira intervencionada para proteção de pessoas e bens | SI FEEI |
| IO 5.31 | QA1 | ABT/TdM | Estudos, Cartografia e outros documentos de informação e conhecimento produzidos. | SI FEEI |
| IO 5.32 | QA1 | ABT/TdM | Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas | SI FEEI |
| Indicadores de Resultado | | | | |
| IR 1.1 | QA1 | ABT/TdM | Incremento da capacidade de resiliência em situação de exceção que envolva ameaça coletiva | Inquérito |
| IR 1.2 | QA1 | ABT/TdM | Aumento da percentagem de respostas aos pedidos de comunicações de dados | Relatório Anual - PO Mar |
| IR 1.3 | QA1 | ABT/TdM | Número de infrações graves detetadas | SIFICAP |
| IR 1.4 | QA1 | ABT/TdM | Desembarques que foram objeto de controlos físicos | DGRM |
| IR 1.5 | QA1 | ABT/TdM | Reforço do ambiente comum de partilha da informação (CISE) para a vigilância do domínio marítimo da EU (%) | DGPM |
| IR 1.6 | QA1 | ABT/TdM | Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3, B a H, J, K, M e Q) com cooperação para a inovação no total de empresas do inquérito comunitário à inovação | DGEEC |
| IR 1.7 | QA1 | ABT/TdM | Despesa dos beneficiários em I&D | Inquérito |
| IR 1.8 | QA1 | ABT/TdM | Aumento do volume de negócios nas empresas apoiadas | Inquérito |
| IR 1.9 | QA1 | ABT/TdM | Valor das exportações no volume de negócios das PME | Inquérito |
| IR 1.10 | QA1 | ABT/TdM | Alunos transitados para o ano de escolaridade seguinte nos cursos profissionais, na operação | SI FEEI |
| IR 1.11 | QA1 | ABT/TdM | Empregabilidade ou prosseguimento de estudos nos 6 meses seguintes à conclusão dos cursos | SI FEEI |
| IR 1.12 | QA1 | ABT/TdM | Diplomados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3, na operação | SI FEEI |
| IR 1.13 | QA1 | ABT/TdM | Número de licenciados e mestres diplomados na área de Economia do Mar | DGEEC |
| IR 1.14 | QA1 | ABT/TdM | Número de doutorados na área do mar | DGEEC |
| IR 1.15 | QA1 | ABT/TdM | Diplomados em cursos de nível ISCED 4 (CET)* | SI FEEI |

| TdM | QA | Método e Abordagem | Indicador | Fonte |
|-------------------------------|-----|--------------------|--|-------------------|
| IR 2.1 | QA1 | ABT/TdM | Nível de implementação das medidas de adaptação às alterações climáticas identificadas no âmbito dos instrumentos de planeamento e gestão apoiados | SI FEEI Inquérito |
| IR 2.2 | QA1 | ABT/TdM | Percentagem de espécies (nº de indivíduos), de habitats e ecossistemas (superfície em ha) que beneficiam de ações de recuperação para melhorar o seu estado de conservação (%) | SI FEEI Inquérito |
| IR 3.1 | QA1 | ABT/TdM | Valor das exportações no volume de negócios das PME | Inquérito |
| IR 3.2 | QA1 | ABT/TdM | PME com atividades de inovação no total de PME | Inquérito |
| IR 3.3 | QA1 | ABT/TdM | Evolução no respeitante à eficiência de utilização de combustível na captura de peixe | PNRD |
| IR 3.4 | QA1 | ABT/TdM | Evolução da % de frotas em situação de desequilíbrio | INE/DGRM |
| IR 3.5 | QA1 | ABT/TdM | Emprego (ETC) criado no setor das pescas ou em atividades complementares | PNRD |
| IR 3.6 | QA1 | ABT/TdM | Evolução do volume da produção | PNRD |
| IR 3.7 | QA1 | ABT/TdM | Evolução do volume da produção aquícola | INE/DGRM |
| IR 3.8 | QA1 | ABT/TdM | Empregos criados | DCF |
| IR 3.9 | QA1 | ABT/TdM | Evolução no volume de primeiras vendas nas OP | INE/DGRM |
| IR 3.10 | QA1 | ABT/TdM | Evolução do volume de primeiras vendas em não-OP | INE/DGRM |
| IR 4.1 | QA1 | ABT/TdM | Volume de Negócios das atividades da Economia do Mar nas empresas apoiadas | Inquérito |
| IR 4.2 | QA1 | ABT/TdM | Produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis através de novas tecnologias ou tecnologias pouco disseminadas no território nacional | INE |
| IR 4.3 | QA1 | ABT/TdM | Evolução da capacidade instalada de ERO, por fonte de energia primária - ondas e marés, e eólica em mar aberto | DGEG |
| IR 5.1 | QA1 | ABT/TdM | Aumento do volume de negócios nas empresas apoiadas | Inquérito |
| IR 5.2 | QA1 | ABT/TdM | Valor das exportações no volume de negócios das PME | Inquérito |
| IR 5.3 | QA1 | ABT/TdM | Emprego (ETC) criado | SI FEEI |
| IR 5.4 | QA1 | ABT/TdM | Emprego (ETC) mantido | SI FEEI |
| IR 5.5 | QA1 | ABT/TdM | Empresas criadas | SI FEEI |
| IR 5.6 | QA1 | ABT/TdM | PME com atividades de inovação no total de PME | Inquérito |
| IR 5.7 | QA1 | ABT/TdM | Movimento de embarcações nos portos intervencionados, por tipo de movimento e tipo de fluxo | INE |
| IR 5.8 | QA1 | ABT/TdM | Incremento da capacidade de resiliência em situação de exceção que envolva ameaça coletiva | Inquérito |
| IR 5.9 | QA1 | ABT/TdM | Intervenção em linha de costa em situação de risco, para proteção de pessoas e bens | SI FEEI |
| IR 5.10 | QA1 | ABT/TdM | Evolução do número de Títulos de utilização privativa do espaço marítimo para Imersão de dragados | DGRM |
| IR 5.11 | QA1 | ABT/TdM | Nível de implementação das medidas previstas no Plano de Ação de Valorização e Proteção do Litoral | Inquérito |
| IR 5.12 | QA1 | ABT/TdM | Redução/eliminação de áreas litorais degradadas e subaproveitadas | Inquérito |
| Indicadores de Impacto | | | | |
| II 1.1 | QA1 | ABT/TdM/AC | Número de acidentes marítimos | GAMA |
| II 1.2 | QA1 | ABT/TdM/AC | Número de ações de segurança marítima | GNR/PM |
| II 1.3 | QA1 | ABT/TdM/AC | Número de ações conjuntas de combate à poluição do mar (dos incidentes reportados) | AMN |
| II 1.4 | QA1 | ABT/TdM/AC | Número de ações de fiscalização em portos | AMN |
| II 1.5 | QA1 | ABT/TdM/AC | Despesa do Estado em I&D em % do PIB | INE |
| II 1.6 | QA1 | ABT/TdM/AC | Despesa do Ensino Superior em I&D em % do PIB | INE |
| II 1.7 | QA1 | ABT/TdM/AC | Despesa das empresas em I&D em % do PIB | INE |
| II 1.8 | QA1 | ABT/TdM/AC | Variação do peso (%) da despesa afeta a projetos de I&D em colaboração, no total da despesa em I&D na área da Economia do Mar | Inquérito |
| II 1.9 | QA1 | ABT/TdM/AC | Variação da proporção (%) de entidades com relações de colaboração estreitas e regulares, nas áreas do Mar, com entidades empresariais | Inquérito |

| TdM | QA | Método e Abordagem | Indicador | Fonte |
|---------|-----|--------------------|--|---------------|
| II 1.10 | QA1 | ABT/TdM/AC | Percentagem das empresas com atividades de inovação desenvolvidas em cooperação com Universidades e outras instituições do ensino superior, na área da Economia do Mar | DGEEC-CIS |
| II 1.11 | QA1 | ABT/TdM/AC | Varição das despesas em I&D (€) na Economia do Mar | DGEEC |
| II 1.12 | QA1 | ABT/TdM/AC | Varição do peso (%) da despesa em I&D na Economia do Mar no Total Nacional | DGEEC |
| II 1.13 | QA1 | ABT/TdM/AC | Investimento em I&D, em mar, em percentagem do PIB (relativo ao contributo das atividades marítimas) | FCT/DGEEC |
| II 1.14 | QA1 | ABT/TdM/AC | Emprego dos usos e atividades da Economia do Mar, por agrupamento | INE-CSM |
| II 1.15 | QA1 | ABT/TdM/AC | Proporção de doutoramentos concluídos relacionados com a área do Mar | DGEEC |
| II 1.16 | QA1 | ABT/TdM/AC | Número de investigadores doutorados a trabalhar em infraestruturas de investigação melhoradas | ITI Mar |
| II 2.1 | QA1 | ABT/TdM/AC | Maior alinhamento da PMI com os instrumentos setoriais e territoriais de adaptação às alterações climáticas. | Inquérito |
| II 2.2 | QA1 | ABT/TdM/AC | Maior capacidade de avaliação de riscos e de resposta precoce a fenómenos extremos | Inquérito |
| II 2.3 | QA1 | ABT/TdM/AC | Evolução da extensão de áreas marinhas protegidas | DGPM |
| II 2.4 | QA1 | ABT/TdM/AC | Cumprimento do Bom Estado Ambiental da Diretiva Quadro Estratégia Marinha | WISE - Marine |
| II 3.1 | QA1 | ABT/TdM/AC | Percentagem de unidades populacionais de gestão pesqueira (stocks) dentro dos limites biológicos sustentáveis | INE |
| II 3.2 | QA1 | ABT/TdM/AC | Número de Stocks Pesqueiros com Avaliação Analítica exploráveis ao nível do Rendimento Máximo Sustentável (Categoria 1 do ICES) | INE |
| II 3.3 | QA1 | ABT/TdM/AC | Composição da Frota Nacional de Pesca por segmento | INE/DGRM |
| II 3.4 | QA1 | ABT/TdM/AC | Idade Média da Frota Nacional de Pesca | DGRM-STECEF |
| II 3.5 | QA1 | ABT/TdM/AC | Capturas Nominais de Pescado em Portugal, em quantidade e em valor, e por artes de pesca e por espécie | INE/DGRM |
| II 3.6 | QA1 | ABT/TdM/AC | Capturas Nominais de Pescado em Águas Externas | INE/DGRM |
| II 3.7 | QA1 | ABT/TdM/AC | Preço médio e Quantidade das cinco espécies mais vendidas em lota no Continente | DGRM |
| II 3.8 | QA1 | ABT/TdM/AC | Índice de Preços no Consumidor (IPC) de Peixes, Crustáceos e Moluscos | INE |
| II 3.9 | QA1 | ABT/TdM/AC | Balança Comercial - Indústria Transformadora de Pescado | INE |
| II 3.10 | QA1 | ABT/TdM/AC | Balança Comercial relativa a Peixes, Crustáceos e Moluscos | INE |
| II 3.11 | QA1 | ABT/TdM/AC | Produção Aquícola Nacional | INE/DGRM |
| II 3.12 | QA1 | ABT/TdM/AC | Número de empresas com atividade de biotecnologia marinha | INE-CSM |
| II 3.13 | QA1 | ABT/TdM/AC | Número de títulos de utilização privativa do espaço marítimo nacional (TUPEM) para desenvolvimento da atividade de biotecnologia marinha | DGRM |
| II 4.1 | QA1 | ABT/TdM/AC | Aumento da inovação no tecido empresarial associado à exploração de recursos minerais marinhos | Inquérito |
| II 4.2 | QA1 | ABT/TdM/AC | Valor da Produção das atividades da Economia do Mar, por setores | INE-CSM |
| II 4.3 | QA1 | ABT/TdM/AC | Aumento da intensidade exportadora das empresas exploradoras de recursos minerais marinhos | INE/DGRM |
| II 4.4 | QA1 | ABT/TdM/AC | Evolução dos pedidos de concessão de licenças de prospeção e/ou exploração de minérios | DGEG |
| II 4.5 | QA1 | ABT/TdM/AC | Evolução da produção de sal marinho | INE/DGRM |
| II 4.6 | QA1 | ABT/TdM/AC | Maior incorporação de energia renovável marítima no <i>mix</i> energético nacional | DGEG |
| II 4.7 | QA1 | ABT/TdM/AC | Redução da dependência energética face ao exterior | DGEG |
| II 5.1 | QA1 | ABT/TdM/AC | Peso do agrupamento "Recreio, Desporto, Cultura e Turismo" no total do VAB da Economia do Mar nacional segundo a CSM | INE |
| II 5.2 | QA1 | ABT/TdM/AC | Número de praticantes federados em atividades desportivas náuticas | IPDJ |
| II 5.3 | QA1 | ABT/TdM/AC | Movimento de passageiros de cruzeiro | AP |
| II 5.4 | QA1 | ABT/TdM/AC | Importância dos clubes desportivos náuticos federados em Portugal (% do total de clubes) | IPDJ |
| II 5.5 | QA1 | ABT/TdM/AC | Importância dos praticantes desportivos náuticos federados em Portugal (% do total de praticantes) | IPDJ |

| TdM | QA | Método e Abordagem | Indicador | Fonte |
|---|-----|--------------------|---|-----------------|
| II 5.6 | QA1 | ABT/TdM/AC | Importância do financiamento de modalidades náuticas federadas em Portugal (% do total de modalidades) | IPDJ |
| II 5.7 | QA1 | ABT/TdM/AC | % de dormidas em alojamentos turísticos nas zonas costeiras face ao total nacional | INE |
| II 5.8 | QA1 | ABT/TdM/AC | Movimento de passageiros por Porto declarante, Tipo de movimento de passageiros e Nacionalidade de registo da embarcação | INE |
| II 5.9 | QA1 | ABT/TdM/AC | Movimento de mercadorias nos portos por Porto declarante, Tipo de movimento e Tipo de fluxo das mercadorias | INE |
| II 5.10 | QA1 | ABT/TdM/AC | Importância do transporte marítimo no comércio internacional português | INE |
| II 5.11 | QA1 | ABT/TdM/AC | Índice de conectividade marítima em linhas regulares (LSCI) | ONU UNCTAD |
| II 5.12 | QA1 | ABT/TdM/AC | Redução da extensão da linha de costa continental em situação crítica de erosão | APA SI FEEI |
| II 5.13 | QA1 | ABT/TdM/AC | Melhoria das condições de integração das frentes de mar na vivência urbana como espaços de lazer e fruição | Inquérito |
| II 5.14 | QA1 | ABT/TdM/AC | Fixação de atividades nas frentes de mar | Inquérito |
| Pressupostos: das Atividades para as Realizações (I) | | | | |
| PG I.0.1 | QA1 | ABT/TdM | Perceção das entidades responsáveis pela monitorização da ENM relativamente ao alinhamento dos apoios disponibilizados com os objetivos da ENM | FG; Entrevistas |
| PG I.0.2 | QA1 | ABT/TdM | % de promotores que considera que a divulgação e comunicação das medidas e dos avisos de abertura de concurso é adequada/muito adequada | Inquérito |
| PG I.0.2 | QA1 | ABT/TdM | Perceção dos atores sobre a adequação da divulgação e comunicação das medidas e dos avisos de abertura de concurso ao público-alvo | Entrevistas |
| PG I.0.3 | QA1 | ABT/TdM | % de promotores que considera que a oferta e as formas de apoio disponibilizadas são as mais adequadas e ajustadas face às suas prioridades e necessidades | Inquérito |
| PG I.0.3 | QA1 | ABT/TdM | Perceção dos atores sobre a adequação da oferta às suas prioridades e objetivos da ENM | Entrevistas |
| PG I.0.4 | QA3 | ABT/TdM | Perceção dos atores sobre o papel do ITI Mar na ligação entre os promotores e as oportunidades de financiamento | FG; Entrevistas |
| PG I.0.5 | QA3 | ABT/TdM | Perceção dos atores sobre o contributo do ITI Mar para a ligação entre os decisores de política pública do Mar e as AG dos PO do PT2020 | FG; Entrevistas |
| PE I.1.1 | QA1 | ABT/TdM | % de promotores do SCTN que participou ou gostaria de reforçar a sua participação em iniciativas de coprodução de conhecimento na área da Economia do Mar | Inquérito; FG |
| PE I.2.2 | QA1 | ABT/TdM | % de promotores que afirmam os instrumentos enquadradores das ações apoiadas são eficazes/estão atualizados | Inquérito |
| PE I.5.3 | QA1 | ABT/TdM | % de promotores que considera que o seu setor de atividade tem vindo a preparar-se para responder aos desafios das alterações climáticas | Inquérito |
| PE I.5.3 | QA1 | ABT/TdM | % de promotores que considera que é fundamental o setor possuir instrumentos de planeamento de adaptação às alterações climáticas atuais e eficazes | Inquérito |
| PE I.5.3 | QA1 | ABT/TdM | % de promotores que considera que existe um elevado alinhamento do meu projeto com o instrumento setorial de adaptação às alterações climáticas | Inquérito |
| PE I.5.3 | QA1 | ABT/TdM | % de promotores que considera que existe um elevado alinhamento do meu projeto com os instrumentos territoriais (regionais/locais) de adaptação às alterações climáticas | Inquérito |
| PE I.5.3 | QA1 | ABT/TdM | % de promotores que afirmam que os instrumentos enquadradores das ações apoiadas são eficazes/estão atualizados | Inquérito |
| Riscos: das Atividades para as Realizações (I) | | | | |
| RG I.0.1 | QA1 | ABT/TdM | % de promotores empresariais que faz uma apreciação positiva/muito positiva da renovação dos seus quadros de pessoal | Inquérito |
| RG I.0.1 | QA1 | ABT/TdM | % de promotores empresariais que menciona dificuldade em contratar emprego jovem | Inquérito |
| RG I.0.2 | QA1 | ABT/TdM | Perceção dos atores acerca da importância da elevação e melhoria das qualificações dos RH enquanto fator chave para a melhoria da produtividade e competitividade do cluster do mar | FG |
| RG I.0.3 | QA3 | ABT/TdM | Perceção dos atores sobre a cultura colaborativa entre entidades pertencentes a áreas ministeriais distintas | FG; Entrevistas |

| TdM | QA | Método e Abordagem | Indicador | Fonte |
|--|-----|--------------------|---|---------------------------------------|
| RE I.1.1 | QA1 | ABT/TdM | % de promotores empresariais que refere ter estado envolvido em atividades de I&D e de valorização económica de conhecimento na área da Economia do Mar | Inquérito; FG |
| RE I.1.2 | QA1 | ABT/TdM | Evidências do grau de adequação da cobertura da oferta face às especificidades do território | Análise documental Entrevistas; FG |
| RE I.3.3 | QA1 | ABT/TdM | % de promotores que considera que o prazo de atribuição de licença para a atividade condicionou os projetos | Inquérito |
| RE I.5.4 | QA1 | ABT/TdM | % de promotores que sinalizam a morosidade na elaboração/aprovação de instrumentos enquadreadores das ações apoiadas (PEDU/PARU/DLBC) como um importante fator condicionador | Inquérito |
| Pressupostos: das Realizações para os Resultados (II) | | | | |
| PG II.0.6 | QA1 | ABT/TdM | Nível de execução das metas dos indicadores físicos (de realização e de resultado) | SI PT2020; Outras fontes |
| PG II.0.7 | QA3 | ABT/TdM | Perceção dos atores sobre a importância do diálogo e das sinergias entre <i>stakeholders</i> para a otimização de resultados | FG; Entrevistas |
| PE II.1.4 | QA1 | ABT/TdM | % de promotores que considera que os projetos tiveram um contributo fraco ou nulo no reforço da coordenação da vigilância marítima | Inquérito; Entrevista |
| PE II.2.5 | QA1 | ABT/TdM | % de promotores que considera ter capacidade financeira para executar as ações de sua responsabilidade previstas nos instrumentos enquadreadores | Inquérito |
| PE II.4.6 | QA1 | ABT/TdM | % promotores empresariais que considera que a internacionalização/o acesso aos mercados externos potenciou os resultados do projeto/investimento | Inquérito |
| PE II.4.7 | QA1 | ABT/TdM | Perceção dos atores acerca do desfasamento entre a capacidade de produção do sistema electroprodutor e a capacidade de resposta de armazenamento | Entrevista |
| PE II.4.7 | QA1 | ABT/TdM | % de promotores que se consideram devidamente capacitados para implementar estas tecnologias e qual a viabilidade da energia produzida ser injetada na rede, apontando-se ainda quais os constrangimentos que existem a este nível. | Inquérito |
| PE II.4.7 | QA1 | ABT/TdM | % de promotores que considera inviável ou difícil a injeção da energia produzida na rede | Inquérito |
| PE II.4.7 | QA1 | ABT/TdM | % de promotores que considera difícil de superar os riscos tecnológicos e de mercado associados a tecnologias emergentes e pouco disseminadas | Inquérito |
| PE II.4.7 | QA1 | ABT/TdM | % de promotores que considera os processos de contratação pública (complexidade e morosidade) como fatores condicionadores | Inquérito |
| PE II.4.7 | QA1 | ABT/TdM | % de promotores que considera a conjuntura económica (retração e condicionalismos ao investimento) como fatores condicionadores | Inquérito |
| PE II.4.7 | QA1 | ABT/TdM | Perceção dos atores acerca da capacidade de implementar as soluções tecnológicas definidas e a sua ligação à rede | Entrevista |
| PE II.5.8 | QA1 | ABT/TdM | % de promotores ligados à dinamização de atividades náuticas para jovens que reportaram um aumento da procura dos jovens nestas atividades | Inquérito; FG |
| PE II.5.9 | QA1 | ABT/TdM | % de promotores que considera ter capacidade financeira para executar as ações de sua responsabilidade previstas nos instrumentos enquadreadores | Inquérito |
| Riscos: das Realizações para os Resultados (II) | | | | |
| RG II.0.4 | QA1 | ABT/TdM | Perceção da AG/OI sobre o modo e forma como foram condicionados os resultados, face a alterações económicas do país | Entrevistas |
| RG II.0.5 | QA3 | ABT/TdM | Perceção dos atores sobre as prioridades dos mecanismos de acompanhamento | Inquérito; FG |
| RE II.1.5 | QA1 | ABT/TdM | Perceção das entidades da Administração Pública e respetivas entidades de governação sobre a evolução da sua capacidade de atrair Recursos Humanos | Inquérito |
| RE II.4.6 | QA1 | ABT/TdM | % promotores que considera que o fator "benefícios e retorno económico das inovações desenvolvidas" condicionou os resultados esperados | Inquérito |
| RE II.4.7 | QA1 | ABT/TdM | % de promotores que sinalizam riscos específicos associados à produção e distribuição de fontes de energia renováveis. | Inquérito |
| RE II.4.7 | QA1 | ABT/TdM | % de promotores que sinalizam a dificuldade de superar os riscos tecnológicos e de mercado associados a tecnologias emergentes e pouco disseminadas | Inquérito |
| RE II.4.8 | QA1 | ABT/TdM | % de promotores que sinalizam riscos específicos associados à produção e distribuição de fontes de energia renováveis. | Inquérito |

| TdM | QA | Método e Abordagem | Indicador | Fonte |
|--|-----|--------------------|--|---------------------------------|
| RE II.4.8 | QA1 | ABT/TdM | % de promotores que considera existir um desfasamento significativo entre a capacidade de produção do sistema electroprodutor e a capacidade de resposta de armazenamento | Inquérito |
| RE II.5.9 | QA1 | ABT/TdM | % de promotores que reportam ter sentido dificuldades na compatibilização das suas atividades marítimo-turísticas com outras atividades económicas nos mesmos territórios | Inquérito; FG |
| RE II.5.10 | QA1 | ABT/TdM | % de promotores que reportam ter sentido dificuldades no desenvolvimento das suas atividades/projetos, por questões de licenciamento (e.g. natureza da atividade a licenciar, morosidade e carga burocrática nos procedimentos administrativos ligados aos licenciamentos) | Inquérito; FG |
| Pressupostos: dos Resultados para os Impactos (III) | | | | |
| PG III.0.8 | QA1 | | Perceção das entidades responsáveis pela monitorização da ENM relativamente ao à relevância dos resultados face aos objetivos estratégicos da ENM | FG; Entrevistas |
| PG III.0.9 | QA2 | | % de projetos que não teriam sido realizados na ausência de apoio dos FEEI | Inquérito |
| PG III.0.9 | QA2 | | Volume de investimento adicional em resultado do apoio dos FEEI | Inquérito |
| PG III.0.10 | QA3 | | Perceção da AG/OI e sinalização de evidências de sobreposições ou efeitos concorrenciais entre instrumentos de política pública que beneficiaram o alcance dos resultados | FG; Entrevistas |
| PG III.0.11 | QA1 | | Evidências da adequação dos apoios à Formação Avançada para a melhoria das condições de empregabilidade dos doutorados | FG; Entrevistas |
| PG III.0.11 | QA1 | | Evidências da adequação dos apoios à Formação de Ativos empregados e desempregados para a melhoria das suas condições de empregabilidade | FG; Entrevistas |
| PG III.0.11 | QA1 | | Perceção dos atores acerca da adequação das competências adquiridas face aos desafios de desenvolvimento do setor e às necessidades do mercado de trabalho | Entrevistas |
| PG III.0.12 | QA1 | | % de promotores que considera que a promoção dos recursos marítimos e costeiros como essencial para o desenvolvimento | Inquérito |
| PG III.0.13 | QA3 | | Perceção dos atores sobre o papel do ITI Mar enquanto instrumento de monitorização e avaliação do contributo dos FEEI para a ENM | FG; Entrevistas |
| PE III.1.10 | QA1 | | Perceção das entidades responsáveis relativo aos sistemas de informação de vigilância e prevenção marítima | Entrevistas; Inquérito |
| Riscos: dos Resultados para os Impactos (III) | | | | |
| RG III.0.6 | QA1 | | % promotores não empresariais e empresariais que considera que os resultados obtidos foram muito influenciados por fatores externos | Inquérito |
| RG III.0.7 | QA1 | | Perceção dos atores acerca da subida dos níveis do mar e do risco que coloca ao desenvolvimento de atividades marítimas | Análise documental; Entrevistas |
| RG III.0.8 | QA3 | | Perceção dos atores sobre a capacidade do ITI Mar enquanto mecanismo de governação e os seus efeitos nos impactos desejados | FG; Entrevistas |
| RE III.1.11 | QA1 | | % das empresas com despesas em I&D ou processos de inovação em parceria com entidades do SCTN em áreas da Economia do Mar | Inquérito; FG |
| RE III.3.12 | QA1 | | Evidência do impacto da poluição e alterações climáticas na vida marinha das águas nacionais | Análise documental |
| RE III.3.12 | QA1 | | % de promotores que considera que a poluição e as alterações climáticas condicionaram os resultados do projeto | Inquérito |
| RE III.3.12 | QA1 | | Perceção dos atores sobre os impactos da poluição e alterações climáticas na quantidade e qualidade do pescado | Entrevistas |
| RE III.3.13 | QA1 | | Indicadores de evolução da biomassa das principais espécies capturadas em águas nacionais | Análise documental |
| RE III.3.13 | QA1 | | % de promotores que considera que a redução do stock de espécies de elevado valor comercial condicionou os resultados do projeto | Inquérito |
| RE III.3.13 | QA1 | | Perceção dos atores sobre o impacto da redução dos stocks de biomassa de pescado de elevado valor comercial na competitividade do setor | Entrevistas |
| RE III.5.14 | QA1 | | Perceção dos atores acerca da pressão causada pelas dinâmicas de urbanização e pelo aumento da pressão demográfica e da poluição; assim como dos riscos que estes colocam ao nível dos recursos tradicionais e da descaracterização dos núcleos costeiros e ribeirinhos | Análise documental; FG |

Fonte: Equipa de avaliação

Legenda: IO - Indicadores de realização; IR - Indicadores de resultado; II - Indicadores de impacto. Estes indicadores encontram-se posteriormente categorizados e ordenados por domínio (e.g. IO 1.2 é o indicador de realização número 2 do domínio 1).

*A estimar pela aplicação das taxas de certificação ao indicador de realização IO 1.42

Quadro A20. Indicadores de Realização da TdM

| Domínios | AP | PI | Indicador | Fonte |
|---------------|--|---------|--|---------|
| 1. Governação | 1.1 Administração, Pensamento e Ação Estratégica, Identidade e Cultura; 1.2 Proteção e Salvaguarda | 2.3 | Serviços da Administração Pública apoiados | SI FEEI |
| | | 5.2 | Sistemas de informação e de monitorização desenvolvidos/implementados e reestruturados/modernizados | SI FEEI |
| | | 5.2 | Equipamentos integrados em sistemas de informação e monitorização desenvolvidos/implementados | SI FEEI |
| | | 5.2 | População beneficiada por medidas de planeamento para prevenção de catástrofes e recuperação de zonas danificada | SI FEEI |
| | | 5.2 | Superfície afetada por medidas de planeamento para a prevenção de catástrofes e recuperação de zonas danificadas | SI FEEI |
| | | 5.2 | População que beneficia das medidas de proteção de inundações | SI FEEI |
| | | 5.2 | Número de EC e ações piloto implementados | SI FEEI |
| | | 5.2 | Número de publicações técnicas e científicas produzidas | SI FEEI |
| | | 5.2 | Número de políticas, estratégias e instrumentos operacionais produzidos | SI FEEI |
| | | 5.2 | Número de ações para a disseminação e capitalização de resultados | SI FEEI |
| | | 5.2 | Número de participantes em ações para a disseminação e capitalização de resultados | SI FEEI |
| | | 11.1 | Projetos de capacitação de entidades e serviços da administração pública | SI FEEI |
| | | 11.1 | Número de acordos formalizados por instituições regionais ou locais apoiadas | SI FEEI |
| | | 11.1 | População abrangida por iniciativas de cooperação para melhorar a governança em matéria de serviços públicos | SI FEEI |
| | | EP 3 | Número de projetos no domínio do apoio da recolha, gestão e utilização de dados | SI FEEI |
| | | EP 3 | Número de projetos no domínio da execução do regime de controlo, inspeção e execução da União | SI FEEI |
| | | EP 6 | Número de projetos no domínio da integração da vigilância marítima | SI FEEI |
| | | EP 6 | Número de projetos no domínio da proteção do meio marinho e melhoria do conhecimento nessa matéria | SI FEEI |
| | 1.3 Educação, Ciência e Tecnologia | 1.1 | Projetos de I&D apoiados | SI FEEI |
| | | 1.1 | Infraestruturas de investigação apoiadas | SI FEEI |
| | | 1.1 | Investigadores a trabalhar em infraestruturas de investigação melhoradas | SI FEEI |
| | | 1.1 | Número de centros de investigação que participem em projetos de cooperação de investigação transfronteiriços, transnacionais ou interregionais | SI FEEI |
| | | 1.2 | Projetos de transferência e utilização de conhecimento | SI FEEI |
| | | 1.2 | Empresas em cooperação com instituições de investigação | SI FEEI |
| | | 1.2 | Empresas apoiadas para introduzirem produtos novos no mercado | SI FEEI |
| | | 1.2 | Empresas que beneficiam de apoio | SI FEEI |
| | | 1.2 | Aumento do emprego em empresas apoiadas | SI FEEI |
| | | 1.2 | Número de centros de investigação que participem em projetos de cooperação de investigação transfronteiriços, transnacionais ou interregionais | SI FEEI |
| | | 1.2 | Número de empresas que participam em projetos de investigação transfronteiriços, transnacionais ou inter-regionais | SI FEEI |
| | | 1.2 | Número de EC e ações piloto implementadas | SI FEEI |
| 1.2 | Número de publicações técnicas e científicas produzidas | SI FEEI | | |
| 1.2 | Número de políticas, estratégias e instrumentos operacionais produzidos | SI FEEI | | |

| Domínios | AP | PI | Indicador | Fonte |
|---------------------------------------|--|--------------------------------|---|---------|
| | | 1.2 | Número de ações para a disseminação e capitalização de resultados | SI FEEI |
| | | 1.2 | Número de participantes em ações para a disseminação e capitalização de resultados | SI FEEI |
| | | 1.2 | Empresas apoiadas para introduzirem produtos novos na empresa | SI FEEI |
| | | 3.1 | Novas empresas apoiadas | SI FEEI |
| | | 3.4 | Serviços de desenvolvimento empresarial criados e/ou apoiados | SI FEEI |
| | | 8.3 | Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego | SI FEEI |
| | | 8.5 | Participação de adultos empregados em unidades de formação de curta duração | SI FEEI |
| | | 8.5 | Participações de desempregados, incluindo DLD, em unidades de formação de curta duração | SI FEEI |
| | | 8.5 | Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial | SI FEEI |
| | | 10.1 | Jovens apoiados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3 | SI FEEI |
| | | 10.2 | Estudantes apoiados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais de nível ISCED 5 | SI FEEI |
| | | 10.2 | Bolseiros de doutoramento apoiados | SI FEEI |
| | | 10.3 | Adultos apoiados em cursos de formação de certificação escolar e/ou profissional | SI FEEI |
| | | 10.3 | Pessoas apoiadas nos cursos de aprendizagem de dupla certificação de nível ISCED 3 | SI FEEI |
| | | 10.4 | Jovens apoiados em cursos de nível ISCED 4 (CET) | SI FEEI |
| | | 3.2; 3.3 | Empresas apoiadas para introduzirem produtos novos na empresa | SI FEEI |
| | | 2. Recursos Naturais - Sistema | 2.1 Oceano, Atmosfera e Sistema integrado | 5.1 |
| 5.1 | Estudos, Cartografia e outros documentos de informação e conhecimento produzidos | | | SI FEEI |
| 5.1 | Ações de comunicação, divulgação e sensibilização sobre riscos associados às alterações climáticas | | | SI FEEI |
| 5.1 | Sistemas de Informação, Modelação e Cenarização, Previsão e Alerta desenvolvidos ou modernizados | | | SI FEEI |
| 5.1 | Equipamentos integrados em Sistemas de Informação Desenvolvidos ou Modernizados | | | SI FEEI |
| 6.4 | Espécies e Habitats Protegidos abrangidos por ações de melhoria do conhecimento | | | SI FEEI |
| 6.4 | Superfície dos habitats apoiados para atingirem um melhor estado de conservação | | | SI FEEI |
| 6.4 | Instrumentos de planeamento e gestão elaborados, avaliados ou revistos | | | SI FEEI |
| 6.4 | Sistemas de Informação e Monitorização e Portais Eletrónicos desenvolvidos ou modernizados | | | SI FEEI |
| 6.4 | Superfície abrangida pelas ações realizadas | | | SI FEEI |
| 6.4 | Número de EC e ações piloto implementados | | | SI FEEI |
| 6.4 | Número de publicações técnicas e científicas produzidas | | | SI FEEI |
| 6.4 | Número de políticas, estratégias e instrumentos operacionais produzidos | | | SI FEEI |
| 6.4 | Número de ações para a disseminação e capitalização de resultados | | | SI FEEI |
| 6.4 | Número de participantes em ações para a disseminação e capitalização de resultados | SI FEEI | | |
| 3. Recursos Naturais - Recursos Vivos | 3.1 Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura; 3.2 Biotecnologia Marinha | 3.2 | Empresas que beneficiam de apoio | SI FEEI |
| | | 3.2 | Emprego em empresas apoiadas | SI FEEI |
| | | 3.3 | Empresas apoiadas para introduzirem produtos novos na empresa | SI FEEI |
| | | 3.3 | Empresas que beneficiam de apoio | SI FEEI |
| | | 3.3 | Aumento do emprego em empresas apoiadas | SI FEEI |

| Domínios | AP | PI | Indicador | Fonte |
|---|--------------------------------|---------------------|--|---------|
| | | 3.4 | Empresas que beneficiam de apoio | SI FEEI |
| | | 3.4 | Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções) | SI FEEI |
| | | 3.4 | Aumento do emprego em empresas apoiadas | SI FEEI |
| | | 3.4 | Serviços de desenvolvimento empresarial criados e/ou apoiados | SI FEEI |
| | | 6.7 | Número de EC e ações piloto implementadas | SI FEEI |
| | | 6.7 | Número de publicações técnicas e científicas produzidas | SI FEEI |
| | | 6.7 | Número de políticas, estratégias e instrumentos operacionais produzidos | SI FEEI |
| | | 6.7 | Número de ações para a disseminação e capitalização de resultados | SI FEEI |
| | | 6.7 | Número de participantes em ações para a disseminação e capitalização de resultados | SI FEEI |
| | | 8.5 | Participações de desempregados, incluindo DLD, em unidades de formação de curta duração | SI FEEI |
| | | 8.5 | Pessoal altamente qualificado contratado | SI FEEI |
| | | 8.5 | Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial | SI FEEI |
| | | 8.5 | PME apoiadas em programas de formação - ação | SI FEEI |
| | | 3.1; 8.3 | Novas empresas apoiadas | SI FEEI |
| | | 3.1; 8.3 | Aumento do emprego em empresas apoiadas | SI FEEI |
| | | EP 1 | Número de projetos no domínio da eficiência energética e atenuação das alterações climáticas | SI FEEI |
| | | EP 1 | Número de projetos no domínio da substituição ou modernização de motores | SI FEEI |
| | | EP 1 | Número de projetos no domínio da promoção do capital humano e do diálogo social, diversificação e novas formas de rendimento, apoio ao arranque de atividade/criação de empresas para pescadores e saúde/segurança | SI FEEI |
| | | EP 1 | N.º de projetos em matéria de inovação, serviços de aconselhamento | SI FEEI |
| | | EP 1 | Número de projetos no domínio da inovação, dos serviços de aconselhamento e das parcerias com cientistas | SI FEEI |
| | | EP 1 | Número de projetos no domínio das medidas de conservação, redução do impacto da pesca no ambiente e adaptação da pesca à proteção das espécies | SI FEEI |
| | | EP 1 | Número de projetos no domínio da proteção e restauração da biodiversidade e dos ecossistemas marinhos | SI FEEI |
| | | EP 1 | Número de projetos no domínio do valor acrescentado, qualidade, utilização das capturas indesejadas e portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos | SI FEEI |
| | | EP 1 | Número de projetos no domínio do tratamento dos resíduos | SI FEEI |
| | | EP 2 | Número de projetos no domínio dos investimentos produtivos na aquicultura | SI FEEI |
| | | EP 2 | Número de projetos no domínio do aumento do potencial dos sítios aquícolas e medidas relativas à saúde pública e animal | SI FEEI |
| | | EP 2 | Número de projetos no domínio da limitação do impacto da aquicultura no meio marinho (ecogestão, regimes de auditoria, serviços ambientais ligados à aquicultura biológica) | SI FEEI |
| | | EP 5 | Número de organizações de produtores ou associações de organizações de produtores que beneficiam de apoio para planos de produção e comercialização | SI FEEI |
| | | EP 5 | Número de projetos no domínio das medidas de comercialização e ajuda ao armazenamento | SI FEEI |
| 4. Recursos Naturais - Recursos não vivos | 4.1 Recursos Minerais Marinhos | 8.5 | Pessoal altamente qualificado contratado | SI FEEI |
| | | 8.5 | PME apoiadas em programas de formação - ação | SI FEEI |
| | | 3.1; 3.2; 3.3 | Novas empresas apoiadas | SI FEEI |

| Domínios | AP | PI | Indicador | Fonte |
|---|---------------------------------------|---|--|-------------------------|
| | | 3.1; 3.2; 3.3 | Empresas que beneficiam de apoio | SI FEEI |
| | | 3.1; 3.2; 3.3 | Aumento do emprego em empresas apoiadas | SI FEEI |
| | 4.2 Recursos Energéticos Marinhos | 4.1 | Capacidade adicional de produção de energia renovável | SI FEEI |
| | | 4.1 | Redução de gases com efeito de estufa | SI FEEI |
| | | 4.1 | Número de EC e ações-piloto implementadas | SI FEEI |
| | | 4.1 | Número de publicações técnicas e científicas produzidas | SI FEEI |
| | 5. Infraestruturas, Usos e Atividades | 5.1 Recreio, Desporto e Turismo | 3.1 | Novas empresas apoiadas |
| 3.1 | | | Empresas que beneficiam de apoio | SI FEEI |
| 3.2 | | | Empresas que beneficiam de apoio | SI FEEI |
| 3.3 | | | Empresas apoiadas para introduzirem produtos novos na empresa | SI FEEI |
| 3.3 | | | Empresas que beneficiam de apoio | SI FEEI |
| 3.4 | | | Empresas que beneficiam de apoio | SI FEEI |
| 3.4 | | | Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções) | SI FEEI |
| 3.4 | | | Serviços de desenvolvimento empresarial criados e/ou apoiados | SI FEEI |
| 6.3 | | | Número de sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio | SI FEEI |
| 6.3 | | | Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio | SI FEEI |
| 6.3 | | | Número de EC e ações piloto implementados | SI FEEI |
| 6.3 | | | Número de publicações técnicas e científicas produzidas | SI FEEI |
| 6.3 | | | Número de políticas, estratégias e instrumentos operacionais produzidos | SI FEEI |
| 6.3 | | | Número de ações para a disseminação e capitalização de resultados | SI FEEI |
| 6.3 | | | Número de participantes em ações para a disseminação e capitalização de resultados | SI FEEI |
| 8.3 | | | Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego | SI FEEI |
| 8.5 | | | Participações de desempregados, incluindo DLD, em unidades de formação de curta duração | SI FEEI |
| 8.5 | | | Pessoal altamente qualificado contratado | SI FEEI |
| 8.5 | | | Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial | SI FEEI |
| 8.5 | | | PME apoiadas em programas de formação - ação | SI FEEI |
| 8.8 | | | Empresas que beneficiam de apoio | SI FEEI |
| 9.6 | | | Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego | SI FEEI |
| 9.10 | | | Estratégias DLBC apoiadas | SI FEEI |
| EP 4 | | | Número de projetos de cooperação | SI FEEI |
| EP 4 | | Estratégias DLBC apoiadas | SI FEEI | |
| 5.2 Portos, transportes e logística; 5.3 Construção, Manutenção e Reparação Naval | | 3.1 | Novas empresas apoiadas | SI FEEI |
| | | 3.1 | Empresas que beneficiam de apoio | SI FEEI |
| | | 3.1 | Emprego em empresas apoiadas | SI FEEI |
| | | 3.2 | Empresas que beneficiam de apoio | SI FEEI |
| | | 3.2 | Aumento do emprego em empresas apoiadas | SI FEEI |
| | 3.3 | Empresas apoiadas para introduzirem produtos novos na empresa | SI FEEI | |
| | | 3.3 | Empresas que beneficiam de apoio | SI FEEI |

| Domínios | AP | PI | Indicador | Fonte |
|----------|--|---|---|--|
| | | 3.3 | Emprego em empresas apoiadas | SI FEEI |
| | | 3.4 | Empresas que beneficiam de apoio | SI FEEI |
| | | 3.4 | Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções) | SI FEEI |
| | | 3.4 | Emprego em empresas apoiadas | SI FEEI |
| | | 7.1 | Portos RTE -T intervencionados | SI FEEI |
| | | 7.3 | Portos não RTE -T intervencionados | SI FEEI |
| | | 8.3 | Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego | SI FEEI |
| | | 8.5 | Participações de desempregados em unidades de formação de curta duração | SI FEEI |
| | | 8.5 | Pessoal altamente qualificado contratado | SI FEEI |
| | | 8.5 | Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial | SI FEEI |
| | | 8.5 | PME apoiadas em programas de formação - ação | SI FEEI |
| | | 8.8 | Empresas que beneficiam de apoio | SI FEEI |
| | | 8.8 | Emprego em empresas apoiadas | SI FEEI |
| | | 5.4 Obras marítimas | 5.2 | Extensão da faixa costeira intervencionada para proteção de pessoas e bens |
| | 5.2 | Estudos, Cartografia e outros documentos de informação e conhecimento produzidos. | SI FEEI | |
| 6.5 | Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas | SI FEEI | | |

Fonte: Equipa de avaliação

Quadro A21. Indicadores de Resultado da TdM

| Domínios | AP | PI | Indicador | Fonte | |
|--------------------------------|--|------|--|--|-----------|
| 1. Governação | 1.1 Administração, Pensamento e Ação Estratégica, Identidade e Cultura; 1.2 Proteção e Salvaguarda | 5.2 | Incremento da capacidade de resiliência em situação de exceção que envolva ameaça coletiva | Inquérito | |
| | | EP 3 | Aumento da percentagem de respostas aos pedidos de comunicações de dados | Relatório Anual - PO Mar | |
| | | EP 3 | Número de infrações graves detetadas | SIFICAP | |
| | | EP 3 | Desembarques que foram objeto de controlos físicos | DGRM | |
| | | EP 6 | Reforço do ambiente comum de partilha da informação (CISE) para a vigilância do domínio marítimo da EU (%) | DGPM | |
| | 1.3 Educação, Ciência e Tecnologia | | 1.2 | Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3, B a H, J, K, M e Q) com cooperação para a inovação no total de empresas do inquérito comunitário à inovação | DGEEC |
| | | | 1.2 | Despesa dos beneficiários em I&D | Inquérito |
| | | | 3.1 | Aumento do volume de negócios nas empresas apoiadas | Inquérito |
| | | | 3.2; 3.3 | Valor das exportações no volume de negócios das PME | Inquérito |
| | | | 10.1 | Alunos transitados para o ano de escolaridade seguinte nos cursos profissionais, na operação | SI FEEI |
| | | | 10.1 | Empregabilidade ou prosseguimento de estudos nos 6 meses seguintes à conclusão dos cursos | SI FEEI |
| | | | 10.1 | Diplomados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3, na operação | SI FEEI |
| | | | 10.2 | Número de licenciados e mestres diplomados na área de Economia do Mar | DGEEC |
| | | | 10.2 | Número de doutorados na área do mar | DGEEC |
| | | | 10.4 | Diplomados em cursos de nível ISCED 4 (CET)* | SI FEEI |
| 2. Recursos Naturais - Sistema | 2.1 Oceano, Atmosfera e Sistema integrado | 5.1 | Nível de implementação das medidas de adaptação às alterações climáticas identificadas no âmbito dos instrumentos de planeamento e gestão apoiados | SI FEEI Inquérito | |
| | | 6.4 | Percentagem de espécies (nº de indivíduos), de habitats e ecossistemas (superfície em ha) que beneficiam de ações de recuperação para melhorar o seu estado de conservação (%) | SI FEEI Inquérito | |

| Domínios | AP | PI | Indicador | Fonte |
|---|---|---|---|-----------|
| 3. Recursos Naturais - Recursos Vivos | 3.1 Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura; 3.2 Biotecnologia Marinha | 3.2 | Valor das exportações no volume de negócios das PME | Inquérito |
| | | 3.3 | PME com atividades de inovação no total de PME | Inquérito |
| | | EP 1 | Evolução no respeitante à eficiência de utilização de combustível na captura de peixe | PNRD |
| | | EP 1 | Evolução da % de frotas em situação de desequilíbrio | INE/DGRM |
| | | EP 1 | Emprego (ETC) criado no setor das pescas ou em atividades complementares | PNRD |
| | | EP 1 | Evolução do volume da produção | PNRD |
| | | EP 2 | Evolução do volume da produção aquícola | INE/DGRM |
| | | EP 2 | Empregos criados | DCF |
| | | EP 5 | Evolução no volume de primeiras vendas nas OP | INE/DGRM |
| 4. Recursos Naturais - Recursos não vivos | 4.1 Recursos Minerais Marinhos | 3.1 | Volume de Negócios das atividades da Economia do Mar nas empresas apoiadas | Inquérito |
| | 4.2 Recursos Energéticos Marinhos | 4.1 | Produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis através de novas tecnologias ou tecnologias pouco disseminadas no território nacional | INE |
| | | 4.1 | Evolução da capacidade instalada de ERO, por fonte de energia primária - ondas e marés, e eólica em mar aberto | DGEG |
| 5. Infraestruturas, Usos e Atividades | 5.1 Recreio, Desporto e Turismo | 3.1 | Aumento do volume de negócios nas empresas apoiadas | Inquérito |
| | | 3.2 | Valor das exportações no volume de negócios das PME | Inquérito |
| | | EP 4 | Emprego (ETC) criado | SI FEEI |
| | | EP 4 | Emprego (ETC) mantido | SI FEEI |
| | | EP 4 | Empresas criadas | SI FEEI |
| | 5.2 Portos, transportes e logística; 5.3 Construção, Manutenção e Reparação Naval | 3.3 | PME com atividades de inovação no total de PME | Inquérito |
| | | 7.1; 7.3 | Movimento de embarcações nos portos intervencionados, por tipo de movimento e tipo de fluxo | INE |
| | 5.4 Obras marítimas | 5.2 | Incremento da capacidade de resiliência em situação de exceção que envolva ameaça coletiva | Inquérito |
| | | 5.2 | Intervenção em linha de costa em situação de risco, para proteção de pessoas e bens | SI FEEI |
| | | 5.2 | Evolução do número de Títulos de utilização privativa do espaço marítimo para Imersão de dragados (2013-2020) | DGRM |
| | | 5.2 | Nível de implementação das medidas previstas no Plano de Ação de Valorização e Proteção do Litoral | Inquérito |
| 6.5 | | Redução/eliminação de áreas litorais degradadas e subaproveitadas | Inquérito | |

Fonte: Equipa de avaliação

*A estimar pela aplicação das taxas de certificação ao indicador de realização IO 1.42

Quadro A22. Indicadores de Impacto da TdM

| Domínios | AP | PI | Indicador | Fonte |
|---------------|--|-----------|--|--------|
| 1. Governação | 1.1 Administração, Pensamento e Ação Estratégica, Identidade e Cultura; 1.2 Proteção e Salvaguarda | EP 6; 5.2 | Número de acidentes marítimos | GAMA |
| | | EP 6; 5.2 | Número de ações de segurança marítima | GNR/PM |
| | | EP 6; 5.2 | Número de ações conjuntas de combate à poluição do mar (dos incidentes reportados) | AMN |
| | | EP 6; 5.2 | Número de ações de fiscalização em portos | AMN |
| | | 1.1 | Despesa do Estado em I&D em % do PIB | INE |

| Domínios | AP | PI | Indicador | Fonte |
|---|--|---------------------|--|---------------|
| | 1.3 Educação, Ciência e Tecnologia | 1.1 | Despesa do Ensino Superior em I&D em % do PIB ⁵³ | INE |
| | | 1.2 | Despesa das empresas em I&D em % do PIB | INE |
| | | 1.1 | Variação do peso (%) da despesa afeta a projetos de I&D em colaboração, no total da despesa em I&D na área da Economia do Mar | Inquérito |
| | | 1.2 | Variação da proporção (%) de entidades com relações de colaboração estreitas e regulares, nas áreas do Mar, com entidades empresariais | Inquérito |
| | | 1.2 | Percentagem das empresas com atividades de inovação desenvolvidas em cooperação com Universidades e outras instituições do ensino superior, na área da Economia do Mar | DGEEC-CIS |
| | | 1.2 | Variação das despesas em I&D (€) na Economia do Mar | DGEEC |
| | | 1.2 | Variação do peso (%) da despesa em I&D na Economia do Mar no Total Nacional | DGEEC |
| | | 1.2 | Investimento em I&D, em mar, em percentagem do PIB (relativo ao contributo das atividades marítimas) | FCT/DGEEC |
| | | 8.5 | Emprego dos usos e atividades da Economia do Mar, por agrupamento | INE-CSM |
| | | 10.2 | Proporção de doutoramentos concluídos relacionados com a área do Mar | DGEEC |
| | | 10.2 | Número de investigadores doutorados a trabalhar em infraestruturas de investigação melhoradas | ITI Mar |
| 2. Recursos Naturais - Sistema | 2.1 Oceano, Atmosfera e Sistema integrado | 5.1 | Maior alinhamento da PMI com os instrumentos setoriais e territoriais de adaptação às alterações climáticas | Inquérito |
| | | 5.1 | Maior capacidade de avaliação de riscos e de resposta precoce a fenómenos extremos | Inquérito |
| | | 6.4 | Evolução da extensão de áreas marinhas protegidas | DGPM |
| | | 6.4 | Cumprimento do Bom Estado Ambiental da Diretiva Quadro Estratégia Marinha | WISE - Marine |
| 3. Recursos Naturais - Recursos Vivos | 3.1 Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura; 3.2 Biotecnologia Marinha | EP 1 | Percentagem de unidades populacionais de gestão pesqueira (stocks) dentro dos limites biológicos sustentáveis | INE |
| | | EP 1 | Número de Stocks Pesqueiros com Avaliação Analítica exploráveis ao nível do Rendimento Máximo Sustentável (Categoria 1 do ICES) | INE |
| | | EP 1 | Composição da Frota Nacional de Pesca por segmento | INE/DGRM |
| | | EP 1 | Idade Média da Frota Nacional de Pesca | DGRM-STEFCF |
| | | EP 1 | Capturas Nominais de Pescado em Portugal, em quantidade e em valor, e por artes de pesca e por espécie | INE/DGRM |
| | | EP 1 | Capturas Nominais de Pescado em Águas Externas | INE/DGRM |
| | | EP 1 | Preço médio e Quantidade das cinco espécies mais vendidas em loja no Continente | DGRM |
| | | EP 5 | Índice de Preços no Consumidor (IPC) de Peixes, Crustáceos e Moluscos | INE |
| | | EP 5 | Balança Comercial - Indústria Transformadora de Pescado | INE |
| | | EP 5 | Balança Comercial relativa a Peixes, Crustáceos e Moluscos | INE |
| | | EP 2 | Produção Aquícola Nacional | INE/DGRM |
| | | 3.1; 3.2; 3.3 | Número de empresas com atividade de biotecnologia marinha | INE-CSM |
| | | 3.1; 3.2; 3.3 | Número de títulos de utilização privativa do espaço marítimo nacional (TUPEM) para desenvolvimento da atividade de biotecnologia marinha | DGRM |
| 4. Recursos Naturais - Recursos não vivos | 4.1 Recursos Minerais Marinhos | 8.5 | Aumento da inovação no tecido empresarial associado à exploração de recursos minerais marinhos | Inquérito |
| | | 3.1 | Valor da Produção das atividades da Economia do Mar, por setores | INE-CSM |

⁵³ Inclui todas as universidades, institutos superiores, institutos politécnicos e outros estabelecimentos de ensino pós-secundário, instituições que trabalham sob controlo direto dos estabelecimentos do ensino superior e Instituições Privadas sem Fins Lucrativos controladas e maioritariamente financiadas pelo Estado

| Domínios | AP | PI | Indicador | Fonte |
|---------------------------------------|---|---------------------|--|----------------|
| | | 3.1; 3.2; 3.3 | Aumento da intensidade exportadora das empresas exploradoras de recursos minerais marinhos | INE/DGRM |
| | | 3.1; 3.2; 3.3 | Evolução dos pedidos de concessão de licenças de prospeção e/ou exploração de minérios (2013-2020) | DGEG |
| | | 3.1; 3.2; 3.3 | Evolução da produção de sal marinho (2013-2020) | INE/DGRM |
| | 4.2 Recursos Energéticos Marinhos | 4.1 | Maior incorporação de energia renovável marítima no <i>mix</i> energético nacional | DGEG |
| | | 4.1 | Redução da dependência energética face ao exterior | DGEG |
| 5. Infraestruturas, Usos e Atividades | 5.1 Recreio, Desporto e Turismo | 3.1 | Peso do agrupamento "Recreio, Desporto, Cultura e Turismo" no total do VAB da Economia do Mar nacional segundo a CSM | INE |
| | | 3.3 | Número de praticantes federados em atividades desportivas náuticas | IPDJ |
| | | 6.3 | Movimento de passageiros de cruzeiro | AP |
| | | 6.3 | Importância dos clubes desportivos náuticos federados em Portugal (% do total de clubes) | IPDJ |
| | | 6.3 | Importância dos praticantes desportivos náuticos federados em Portugal (% do total de praticantes) | IPDJ |
| | | 6.3 | Importância do financiamento de modalidades náuticas federadas em Portugal (% do total de modalidades) | IPDJ |
| | | 6.3 | % de dormidas em alojamentos turísticos nas zonas costeiras face ao total nacional | INE |
| | 5.2 Portos, transportes e logística; 5.3 Construção, Manutenção e Reparação Naval | 7.1; 7.3 | Movimento de passageiros por Porto declarante, Tipo de movimento de passageiros e Nacionalidade de registo da embarcação | INE |
| | | 7.1; 7.3 | Movimento de mercadorias nos portos por Porto declarante, Tipo de movimento e Tipo de fluxo das mercadorias | INE |
| | | 7.1; 7.3 | Importância do transporte marítimo no comércio internacional português | INE |
| | | 7.1; 7.3 | Índice de conectividade marítima em linhas regulares (LSCI) | ONU UNCTAD |
| | 5.4 Obras marítimas | 5.2 | Redução da extensão da linha de costa continental em situação crítica de erosão | APA SI FEEI |
| | | 6.5 | Melhoria das condições de integração das frentes de mar na vivência urbana como espaços de lazer e fruição | Inquérito |
| | | 6.5 | Fixação de atividades nas frentes de mar | Inquérito |

Fonte: Equipa de avaliação

Quadro A23. Alinhamento entre os impactos produzidos, os impactos esperados e as Áreas Programáticas

| Objetivo | Impacto | AP 1.1 | AP 1.2 | AP 1.3 | AP 2.1 | AP 3.1 | AP 3.2 | AP 4.1 | AP 4.2 | AP 5.1 | AP 5.2 | AP 5.3 | AP 5.4 |
|--|---|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| | | | | | | | | | | | | | |
| Concretização do potencial económico, geoestratégico e geopolítico do território marítimo nacional | Aumento da atratividade turística das zonas costeiras | | | | | | | | | ■ | | | ■ |
| | Aumento da atratividade dos desportos e modalidades náuticas | | | | ■ | ■ | | | | ■ | | | |
| | Aumento da sustentabilidade dos recursos pesqueiros | | | ■ | ■ | ■ | | | | | | | |
| | Aumento do movimento de passageiros e mercadorias em portos nacionais | | | | | | | | | | ■ | | |
| | Cumprimento do Bom Estado Ambiental da Diretiva Quadro Estratégia Marinha | | ■ | | ■ | ■ | | | | | | | |
| | Maximização do potencial agregado do sector marítimo-portuário e integração nas | | | | | | | | | | ■ | | |

| Objetivo | Impacto | AP 1.1 | AP 1.2 | AP 1.3 | AP 2.1 | AP 3.1 | AP 3.2 | AP 4.1 | AP 4.2 | AP 5.1 | AP 5.2 | AP 5.3 | AP 5.4 |
|--|---|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| | redes de transportes e cadeias logísticas | | | | | | | | | | ■ | | |
| | Redução da extensão da linha de costa continental em situação crítica de erosão | | | | | | | | | | | | ■ |
| | Redução da poluição do mar e do tráfico por via marítima | ■ | ■ | | | ■ | | | | | | | |
| | Redução dos acidentes e salvaguarda da vida humana no mar | | ■ | | | | | | | | | | |
| Consagração de Portugal, a nível global, como nação marítima | Reforço do posicionamento de Portugal na estratégia marítima da UE | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | | | | | | | |
| Reforço da capacidade científica e tecnológica nacional estimulando o desenvolvimento de novas áreas de ação | Adequação da oferta de formação às necessidades da Economia do Mar | | | ⊕ | | | | | | | | | |
| | Aumento da inovação no tecido empresarial associado à Economia do Mar | | | ■ | | ⊕ | | | | | | ■ | |
| | Aumento do conhecimento do potencial de recursos disponíveis | ⊕ | | ⊕ | ■ | ⊕ | ■ | ⊕ | ■ | | | | |
| | Aumento do peso da despesa em I&D das Ciências e Tecnologias do Mar no Total Nacional | | | ■ | | | | | | | | | |
| | Maior incorporação de energia renovável marítima no mix energético nacional | | | | | | | | ■ | | | | |
| | Reforço da capacidade científica nacional e do conhecimento do Oceano | ⊕ | | ⊕ | ■ | ⊕ | ⊕ | | | | | | |
| Promoção do crescimento, do emprego, a coesão social e a integridade territorial, e aumentando, até 2020, a contribuição direta do sector mar para o PIB nacional em 50% | Aumento da intensidade exportadora das PME associadas à Economia do Mar | | | | | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | |
| | Aumento da relevância da produção aquícola nacional | | | ■ | | ⊕ | | | | | | | |
| | Aumento Peso do VAB da Economia do Mar no total do PIB | | | | | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | |
| | Reforço da competitividade da pesca e indústria do pescado | | | ■ | | ■ | | | | | | | |

Fonte: Equipa de avaliação

Legenda:

Tipo e magnitude do contributo:

| | | | | | | | |
|---|------------------|---|-------------------|---|--------------------|---|---------------------|
| ■ | Direto e intenso | ■ | Direto e moderado | ■ | Indireto e intenso | ■ | Indireto e moderado |
|---|------------------|---|-------------------|---|--------------------|---|---------------------|

Comparação entre o tipo de contributo planeado e efetivo:

| | | | |
|---|---------------------------------|---|---------------------------------|
| ⊕ | Contributo superior ao esperado | ⊖ | Contributo inferior ao esperado |
|---|---------------------------------|---|---------------------------------|

Quadro A24. Resultados do teste dos pressupostos e riscos da Teoria da Mudança

| TdM | QA | Indicador | Testagem |
|---|-----|--|-----------------------|
| Pressupostos: das Atividades para as Realizações (I) | | | |
| PG I.0.1 | QA1 | Os apoios disponibilizados nos instrumentos do PT2020 encontram-se alinhados com os objetivos dos Domínios/Áreas Programáticas da ENM | Validado |
| PG I.0.2 | QA1 | A divulgação dos apoios considera, quando relevante, a especificidade dos potenciais públicos-alvo no setor do Mar | Refutado |
| PG I.0.3 | QA1 | A oferta e forma de apoios e as condições de elegibilidade dos instrumentos do PT2020 (plasmadas nos AAC) vão de encontro à procura por parte dos beneficiários/promotores | Validado |
| PG.I.0.4 | QA3 | O ITI Mar promove a ligação entre os potenciais promotores e as oportunidades de financiamento dos FEEI | Refutado |
| PG.I.0.5 | QA3 | O modelo de governação do ITI Mar promove de forma eficaz a articulação entre os decisores de política pública do mar e as AG dos PO | Validado parcialmente |
| PE I.1.1 | QA1 | Existência de um sistema académico e de investigação recetivo a coprodução de conhecimento na área da Economia do Mar | Validado |
| PE I.2.2 | QA1 | Existência de instrumentos de ordenamento eficazes/atualizados e listagens de espécies e habitats com estatuto de conservação desfavorável | Validado parcialmente |
| PE I.5.3 | QA1 | Existência de instrumentos de ordenamento da orla costeira eficazes/atualizados e do Plano de Ação de Valorização e Proteção do Litoral | Validado |
| Riscos: das Atividades para as Realizações (I) | | | |
| RG I.0.1 | QA1 | Baixa atratividade de alguns setores da Economia do mar para os jovens reduz a adesão da procura | Validado |
| RG I.0.2 | QA1 | Os empregadores do setor não reconhecem o investimento em competências como sendo estrategicamente importante para a sua competitividade, produtividade e capacidade de atrair talento, limitando a adesão aos apoios por parte dos empregadores | Refutado |
| RG I.0.3 | QA3 | Fraca sensibilidade e diminuta prática de uma cultura colaborativa entre entidades temáticas e setoriais tuteladas por áreas ministeriais distintas | Validado parcialmente |
| RE I.1.1 | QA1 | Reduzido nível de qualificação dos RH das empresas de alguns setores da Economia do Mar pode levar a uma menor apetência para envolvimento em atividades de I&D e respetiva valorização económica | Validado parcialmente |
| RE I.1.2 | QA1 | A adesão da procura é condicionada pela baixa cobertura de oferta formativa em alguns territórios | Refutado |
| RE I.3.3 | QA1 | Prazos reduzidos das licenças para a atividade da aquicultura, desincentivam o investimento no setor e a adesão aos apoios | Refutado |
| RE I.5.4 | QA1 | Morosidade na elaboração/aprovação de instrumentos enquadradores das ações apoiadas (PEDU/PARU/DLBC) | Refutado |
| Pressupostos: das Realizações para os Resultados (II) | | | |
| PG II.0.6 | QA1 | As operações apoiadas alcançam os resultados contratualizados | Validado parcialmente |
| PG.II.0.7 | QA3 | Diálogo, troca de experiências e desenvolvimento de sinergias entre os <i>stakeholders</i> promove a otimização dos resultados | Refutado |
| PE II.1.4 | QA1 | Efetiva coordenação entre os intervenientes/entidades de fiscalização e controlo marítimos | Validado parcialmente |

| TdM | QA | Indicador | Testagem |
|--|-----|---|-----------------------|
| PE II.2.5 | QA1 | Capacidade financeira dos promotores para implementar as múltiplas medidas de sua responsabilidade preconizadas nos instrumentos de planeamento setorial e regional | Refutado |
| PE II.4.6 | QA1 | Entrada em novos mercados revela-se simples e ajustada face ao previsto | Inconclusivo |
| PE II.4.7 | QA1 | Capacidade de implementar as soluções tecnológicas definidas e a sua ligação à rede | Validado parcialmente |
| PE II.5.8 | QA1 | Apetência dos jovens em idade escolar para a prática de atividades náuticas | Validado |
| PE II.5.9 | QA1 | Capacidade financeira dos promotores para implementar as múltiplas medidas de sua responsabilidade preconizadas nos instrumentos de planeamento setorial e regional | Validado parcialmente |
| Riscos: das Realizações para os Resultados (II) | | | |
| RG II.0.4 | QA1 | Evolução económica e financeira do país condiciona o alcance dos resultados previstos pelos promotores | Validado |
| RG II.0.5 | QA3 | Desenvolvimento de mecanismos de acompanhamento privilegiando os processos e pouco orientado ao apoio dos promotores na obtenção de resultados | Validado parcialmente |
| RE II.1.5 | QA1 | Dificuldade em rejuvenescer a estrutura organizacional e de recursos da AP e atrair técnicos qualificados | Validado parcialmente |
| RE II.4.6 | QA1 | Inovações no produto podem não encontrar espaço no mercado e/ou os benefícios podem ficar abaixo do esperado | Inconclusivo |
| RE II.4.7 | QA1 | Existência de riscos tecnológicos e de mercado associados a tecnologias emergentes e pouco disseminadas | Validado parcialmente |
| RE II.4.8 | QA1 | Manutenção de um desfasamento significativo entre a capacidade de produção do sistema electroprodutor e a capacidade de resposta de armazenamento | Refutado |
| RE II.5.9 | QA1 | Dificuldades ao nível da compatibilização das atividades marítimo-turísticas com outras atividades económicas nos mesmos territórios | Refutado |
| RE II.5.10 | QA1 | Dificuldades ao nível do licenciamento de novas atividades nas áreas costeiras | Validado |
| Pressupostos: dos Resultados para os Impactos (III) | | | |
| PG III.0.8 | QA1 | Os resultados alcançados assumem relevância no contexto das intervenções, contribuindo para alcançar os objetivos estratégicos da ENM (logica de impacto) | Validado parcialmente |
| PG III.0.9 | QA2 | Os instrumentos de apoio mobilizados no PT2020 proporcionam um efeito de adicionalidade e alavancagem dos apoios | Validado |
| PG III.0.10 | QA3 | Efeitos de complementaridade e sinergias entre instrumentos, permitindo o desenvolvimento de ações articuladas, reforçam os resultados alcançados (ótica do impacto) | Validado parcialmente |
| PG III.0.11 | QA1 | A formação realizada pelos indivíduos é efetivamente valorizada pelos agentes socioeconómicos, favorecendo a integração dos formandos no mercado de trabalho (incluindo o mercado de emprego científico) e a valorização profissional dos trabalhadores | Validado |
| PG III.0.12 | QA1 | Consenso entre os principais <i>stakeholders</i> sobre a necessidade de promover o uso responsável dos recursos marítimos e costeiros com vista a garantir um desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida das populações | Validado parcialmente |
| PG III.0.13 | QA3 | O contributo dos FEEI para a concretização das prioridades da ENM 2013-2020 é monitorizado e avaliado pelo ITI Mar numa base regular e consistente | Validado parcialmente |

| TdM | QA | Indicador | Testagem |
|--|-----|--|-----------------------|
| PE III.1.10 | QA1 | Integração (ou ligação/interoperabilidade) dos sistemas de informação promove a eficácia da vigilância marítima e redução dos riscos | Inconclusivo |
| PE III.5.11 | QA1 | A intervenção é realizada nos portos de maior relevância nacional | Validado |
| Riscos: dos Resultados para os Impactos (III) | | | |
| RG III.0.6 | QA1 | Concretização das metas e objetivos nos indicadores de resultado dos projetos é determinada por fatores externos, mitigando a sustentabilidade das mudanças alcançadas e o potencial impacto das políticas | Validado parcialmente |
| RG III.0.7 | QA1 | Subida dos níveis do mar coloca riscos ao desenvolvimento sustentável das atividades marítimas em ambiente costeiro | Validado parcialmente |
| RG III.0.8 | QA3 | Fragilidade dos mecanismos de governança do ITI (novidade, falta de recursos e o não reconhecimento do papel de liderança por parte de parceiros da Administração Central) mitiga os impactos desejados | Validado parcialmente |
| RE III.1.11 | QA1 | Existência de falhas nos ecossistemas de inovação que dificultem a transferência de conhecimento na economia e criem bloqueios ao ciclo de inovação completo (e.g. baixa capacidade de absorção do tecido empresarial) | Validado parcialmente |
| RE III.3.12 | QA1 | As alterações climáticas e o aumento da poluição das águas condicionam a atividade através da diminuição da quantidade/qualidade da biomassa de pescado no oceano | Refutado |
| RE III.3.13 | QA1 | Diminuição do stock de espécies marinhas de elevado valor comercial diminui a competitividade do setor das pescas (captura e indústria do pescado) | Refutado |
| RE III.5.14 | QA1 | Pressões sobre os recursos naturais e culturais tradicionais causadas pelas dinâmicas de urbanização e pelo aumento da poluição, com risco de descaracterização dos núcleos costeiros e ribeirinhos | Inconclusivo |

Fonte: Equipa de avaliação

Anexo 3. Análise detalhada das Áreas Programáticas

3.1. Análise da eficácia, impacto e sustentabilidade por Área Programática

Domínio 1: Governação

Áreas Programáticas 1.1. “Administração, Pensamento e Ação Estratégica, Identidade e Cultura” e 1.2. “Proteção e Salvaguarda”

Nas AP em análise foram apoiadas 66 operações (1% do total) com recurso a 56M€ de financiamento comunitário, maioritariamente atribuído pelo PO Mar (82% do financiamento). Entre estas operações, a grande maioria do financiamento (73%) destina-se a fomentar a execução da Política Comum das Pescas e foi atribuído na região da AML, atendendo ao peso que as entidades da Administração Central e do Setor Empresarial do Estado assumem entre os beneficiários (58% do financiamento comunitário). O reduzido número de operações apoiadas não resulta de uma desadequação da oferta, nem das condições de elegibilidade a estas inerentes, que se afiguram relevantes face às necessidades dos beneficiários.

287. O eixo da Governação, sendo um eixo de suporte, tinha como objetivo global a garantia da correta execução da ENM, estando, por isso, voltado para os executores da política pública na área do Mar. Dentro do objetivo comum global, as AP nele inseridas apresentavam objetivos específicos diferenciados, contudo complementares. Ao objetivo primordial da garantia de segurança marítima e salvaguarda dos ecossistemas, através da efetiva execução da PCP e da PMI, juntavam-se o da melhoria do conhecimento dos meios marinhos e o reforço do planeamento estratégico e prevenção/salvaguarda de situações extremas. Numa segunda linha, o reforço da infraestrutura TIC e capacitação dos recursos humanos permitiria dotar as entidades públicas de ferramentas necessárias à decisão e implementação da política pública neste âmbito.

288. Em resposta a estes desafios foram apoiadas 66 operações (1% do total de operações Mar apoiadas), envolvendo 56 M€ de apoio (48 M€ para a AP 1.1 e 9M€ para a AP 1.2, representando 4% do financiamento comunitário aprovado) e um valor médio de incentivo de 851 milhares de euros por projeto (Quadro 2 e Anexos 3.2.1 e 3.2.2). No âmbito das duas AP, e considerando os objetivos estabelecidos, foram mobilizados três conjuntos de operações distintos: operações inseridas na aplicação das TIC (PI 2.3) e na capacitação (PI 11.1) das Administrações Públicas; operações apoiadas pelo FEAMP relativas à execução da PCP (EP3) e PMI (EP6); e operações visando aumentar a capacidade de resistência e resiliência do território a catástrofes decorrentes de riscos específicos (PI 5.2, partilhada entre a AP 1.2 e 5.4 - Obras Marítimas). Apesar do número reduzido de operações aprovadas nestas AP, a auscultação dos *stakeholders* relevantes revela que estes percecionam a oferta de apoios e suas condições de elegibilidade como relevantes para fazer face às necessidades dos beneficiários, sendo que estes próprios fazem uma apreciação positiva das condições de elegibilidade vigentes nos avisos de concurso e aplicáveis aos projetos e aos promotores (a totalidade considera adequadas/muito adequadas), concorrendo para a validação o PG I.0.3 (A oferta e forma de apoios e as condições de elegibilidade dos instrumentos estão alinhados com a procura dos beneficiários).

289. Para estas AP contribuíram três PO (PO Mar, PO CI e PO SEUR) e dois PC (EA e MAC), sendo que o PO Mar representava 64% das operações e 82% do financiamento comunitário aprovado. Destaca-se o EP 3 (73% do financiamento, 41% das operações), com o EP 6 e as PI 5.2, PI 2.3 e 11.1 a assumirem uma relevância secundária.

290. A maioria das operações foi desenvolvida por entidades da Administração Central e do Setor Empresarial do Estado (65% das operações e 58% do financiamento comunitário), seguindo-se as entidades do Sistema Científico e Tecnológico (23% e 39%). Destacam-se, pelo peso que assumem no financiamento comunitário aprovado o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (32% do financiamento, em resultado do Programa Nacional de Amostragem Biológica), a Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marinhos (27%, maioritariamente operações para o reforço do controlo e vigilância e a recolha de dados) e o Ministério da Defesa Nacional por via da Marinha (19%, para modernização e capacitação da administração pública).

291. Regionalmente, as operações concentraram-se na AML (56% das operações e 79% do apoio), em concordância com a localização da maioria das entidades da Administração Central, sendo também relevantes, por motivo equivalente, as operações nas Regiões Autónomas (tanto a RAA, como a RAM detêm individualmente 11% das operações).

As AP 1.1 e 1.2 do eixo da governação apresentavam níveis de realização financeira reduzidos, resultado das baixas taxas de realização financeira observadas na generalidade das prioridades financiadas, entre as quais se destacam as PI 11.1 e 5.2. Estes níveis de realização financeira limitam a análise de resultados e do seu contributo para os efeitos pretendidos nas AP do eixo de suporte da Governação, reclamando um acompanhamento próximo da execução por parte das AG até ao final do período de programação. Os níveis de execução das operações são

acompanhados pelas perspetivas menos otimistas dos promotores sobre a execução dos montantes contratualizados até ao final do período de programação.

292. A taxa de realização financeira nas duas AP era, em 2020, bastante reduzida (33% na AP 1.1 e 25% na AP 1.2), apresentando um desempenho abaixo da taxa média das operações Mar (48%), com apenas a 3.2. Biotecnologia Marinha (19%) a apresentar valores inferiores. Ao nível das PI/EP, o EP3, EP6 e a PI 2.3 apresentavam os níveis de realização financeira mais elevados (34%, 33% e 32%, respetivamente), tendo o EP3 apresentado o maior número de operações concluídas (8). Ainda assim, os níveis de execução financeira encontram-se abaixo das expectativas manifestadas pelos *stakeholders* relevantes, que, no caso particular do EP6, reportam um atraso na execução dos projetos devido às medidas de contenção implementadas no âmbito da mais recente situação pandémica.
293. As perspetivas menos otimistas em relação à realização financeira nestas duas AP são reforçadas pela perceção dos promotores em relação à capacidade de execução dos valores contratualizados. Cerca de 82% dos inquiridos com projetos inseridos nestas AP (correspondentes a 91% do investimento elegível - Figura A9) não deverão ter capacidade de executar a totalidade do investimento contratado, no entanto apenas 12% (ainda assim, o valor mais expressivo de todas as AP), ponderado por investimento elegível, prevê ficar aquém das metas contratualizadas, pelo que se recomenda às AG (em particular do PO Mar) um acompanhamento muito próximo da execução financeira até ao final do período de programação, no sentido de acautelar quebras de investimento e eventual realocação de fundos.

As operações apresentam bons níveis de realização física, encontrando-se as metas alcançadas ou com perspetivas de o serem. Perspetiva-se, em termos qualitativos, um alinhamento das operações com os resultados que se pretendiam atingir, em particular no EP3 vocacionado para a monitorização e recolha e tratamento de dados no âmbito da execução da PCP. A generalidade dos projetos apresenta-se ainda financeiramente sustentável, sendo que os inquiridos com maior peso financeiro tendem a perspetivar a sustentabilidade dos resultados do projeto a longo prazo.

294. A reduzida taxa de realização financeira à data de reporte manifestava-se também nos indicadores de programação, nomeadamente nos indicadores dos EP do PO Mar (os únicos onde é possível aferir o cumprimento das metas), onde a metas de realizações se encontravam alcançadas ou perto de o serem, mas para os quais não existia ainda informação que permitisse aferir o grau de alcance das metas de resultados. Analisando os indicadores de realização referentes às operações direcionadas ao fomento da PCP (EP3 do PO Mar), conclui-se que os projetos no âmbito da monitorização, vigilância, controlo e inspeção ultrapassaram as metas inicialmente definidas. Para a relevância destes valores contribui o facto de, num cenário de possível agravamento das condições climáticas e de redução da biomassa de espécies com elevado valor comercial, a necessidade de monitorização, vigilância e fiscalização intensifica-se para garantir o cumprimento dos objetivos da PCP.
295. De igual forma, o Quadro A25 permite antecipar o cumprimento das metas definidas para os indicadores de realização deste eixo em matéria da Vigilância Marítima Integrada (VMI) e da proteção do meio marinho. Já no que se refere a avaliação da eficácia nas PI dos restantes PO, a ausência de metas para os indicadores de realização e de valores isolados das operações Mar para os indicadores de resultado obriga a que esta seja feita com recurso aos instrumentos de auscultação (inquérito e entrevistas). Tendo em consideração as taxas de realização física e financeira das operações em análise, não é possível testar e/ou validar os PG II.0.6 (As operações apoiadas alcançam os resultados contratualizados).
296. As operações apoiadas no âmbito das PI 2.3 e PI 11.1 (Modernização e capacitação da Administração Pública) apresentavam uma realização financeira reduzida (média de 28%) e nenhuma operação concluída, pelo que os resultados das intervenções são analisados do ponto de vista da possibilidade de virem a ocorrer. A auscultação permitiu apurar que, uma vez concluídas, as operações apoiadas por via da criação e modernização dos sistemas de informação permitirão às entidades responsáveis pela recolha de informação, monitorização e vigilância, maior eficácia e eficiência no desempenho das suas funções, em particular as relativas ao conhecimento e proteção do meio marinho e da biodiversidade. A perceção dos inquiridos aponta para um contributo muito forte dos respetivos projetos para o reforço das TIC, da eficiência e das capacidades da Administração Pública, em linha com os resultados previstos na TdM.
297. Entre as operações apoiadas no âmbito do EP 3, os promotores inquiridos (não empresariais) revelam que a articulação entre os intervenientes de fiscalização e controlo, a estrutura etária dos recursos humanos das organizações e a qualificação dos mesmos facilitaram decididamente a execução das operações (Figura A18), sugerindo a inexistência de dificuldades significativas nestas dimensões, a validação do pressuposto PE II.1.4 (Efetiva coordenação entre os intervenientes de fiscalização e controlo), a validação parcial do RG III.0.6 (Concretização das metas e objetivos nos indicadores de resultado dos projetos é determinada por fatores externos), bem como a refutação do risco RE II.1.5 (Dificuldade em rejuvenescer a estrutura organizacional e de recursos da AP e atrair técnicos qualificados). Por conseguinte, o contributo destas operações para a monitorização no âmbito da PCP, por via da melhoria da qualidade dos dados recolhidos e aumento da eficiência

do processo de recolha e tratamento é percecionado como muito elevado pelos promotores (87% dos inquiridos, ponderado por investimento elegível - Figura A17) e confirmado pela tipologia de operações aprovadas e a sua preponderância no montante apoiado na AP. Apesar da validação dos elementos da TdM, a maioria dos inquiridos reconhece um contributo fraco das operações para o reforço e modernização dos métodos de fiscalização e inspeção (85% dos inquiridos, ponderado por investimento elegível). A aparente dualidade dos efeitos das operações é explicada pelo grau de execução diferenciado entre operações desta prioridade de investimento, onde os projetos com maior realização financeira estão associados à recolha de dados e à implementação de medidas/planos de ação, enquanto operações relacionadas com modernização dos instrumentos de fiscalização (e.g. embarcações da Marinha Portuguesa) revelavam graus de realização extremamente baixos à data de reporte (não tendo sido por isso alvo de inquirição no que respeita aos resultados das operações).

298. Relativamente à componente de reforço dos sistemas de informação e de monitorização e de prevenção e gestão de riscos (PI 5.2), as realizações alcançadas, tanto em matéria de intervenção (pelo reforço dos equipamentos e sistemas de informação e monitorização e de áreas intervencionadas para prevenção, proteção e reparação de eventos catástrofes e inundações), como de produção e disseminação de conhecimento relevante para o auxílio de intervenções eficazes e eficientes (por via da realização de estudos de caso e publicações científicas) concorrem para o resultado de “aumento da resiliência dos territórios e capacidade de resposta em situações de riscos e catástrofes”. As operações da PI 5.2 são percecionadas como tendo sido relevantes para o incremento da capacidade de resiliência em situações extremas (cerca de 87,5% dos promotores consideram um contributo forte/ muito forte para este efeito - Figura A29), confirmando a sua importância face à população abrangida pelas medidas de planeamento para proteção de catástrofes e medidas de proteção de inundações.⁵⁴
299. Ao nível da sustentabilidade dos projetos apoiados nas AP em análise, a totalidade dos inquiridos revelam que, quando aplicável, estão reunidas as condições necessárias para assegurar a sua sustentabilidade financeira no futuro (Figura A35). Em matéria de resultados, as perceções entre os inquiridos revelam-se mais diferenciadas entre si (38% dos inquiridos prevê uma sustentabilidade a curto-prazo, 13% a médio prazo e 50% a longo prazo), sendo que os resultados globais se encontram fortemente influenciados pelas respostas associadas aos projetos do EP 3. Contudo, as perspetivas de sustentabilidade a longo prazo encontram-se associadas a projetos com maior peso financeiro, uma vez que, quando ponderado por investimento elegível, 89% dos inquiridos perspetivam os resultados do projeto como sendo duradouros no longo-prazo (Figura A36).

As operações apoiadas encontram-se alinhadas com os objetivos das AP em análise e, uma vez concluídas, deverão contribuir para as alterações de contexto que se pretendiam produzir com a implementação da ENM, reforçando a intervenção do Estado no Mar, nomeadamente por via do reforço da capacidade de execução da PCP e da PMI e da implementação de medidas que potenciem a capacidade de resposta a situações de catástrofe.

300. As operações apoiadas nas AP 1.1 e 1.2, estando inseridas no domínio de suporte, tendem a produzir efeitos diretos (ainda que dificilmente mensuráveis) e indiretos no contexto, por via da potenciação dos impactos de outras áreas programáticas, sejam a da AP 2.1 Oceano, Atmosfera e Sistema Integrado, a AP 3.1 Pescas, Indústria do Pescado e Aquicultura ou da AP 1.3 Ciência e Tecnologia. Na ausência de resultados quantificados à data, o contributo das operações para a alteração do contexto apenas pode ser analisado em termos potenciais. Reconhece-se, por um lado, um alinhamento entre as operações apoiadas na AP e a ENM 2013-2020 (confirmando o PG I.O.1 - os apoios disponibilizados pelo PT2020 encontram-se alinhados com os objetivos dos Domínios/Áreas Programáticas da ENM), validando a matriz de alinhamento da ENM 13-20 e as PI do PT2020 gizada no Quadro de Referência do ITI Mar (Quadro A4) e confirmando o contributo das operações para ação do Estado no Mar, a cooperação institucional, o reforço do conhecimento e o incremento da capacidade de resposta a situações de emergência.
301. Nesse sentido, a par do contributo para a melhoria da fiscalização e implementação da PCP e para a execução da Política Marítima Integrada (via EP3 e EP6 do PO Mar, respetivamente), as operações apoiadas, uma vez concluídas, conduzirão a um reforço daqueles que são os grandes objetivos da componente de Administração da AP, nomeadamente, a ação legislativa e simplificação de processos, o ordenamento do espaço marítimo e o reforço da sistematização, monitorização, partilha e divulgação de dados, bem como ao reforço da coordenação do Estado no mar (validando o PG III.O.8 - Os resultados alcançados assumem relevância no contexto das intervenções, contribuindo para alcançar os objetivos estratégicos da ENM). Entre estes contributos, destacam-se aqueles que poderão ser dados dados pela potenciação das capacidades de interoperabilidade do SIFICAP (Sistema de Fiscalização e Controlo das Atividades da Pesca) no sentido de aumentar as capacidades do Estado de vigilância, fiscalização e controlo das atividades da pesca, bem como pela plataforma do SEAMInd, através da centralização numa só plataforma de um conjunto alargado de indicadores económicos, sociais e ambientais da

⁵⁴ Para efeito desta análise foram consideradas todas as respostas no âmbito da PI 5.2, que incluem operações ligadas a intervenção em faixas costeiras (integradas na AP 5.4. Obras Marítimas) e que, em certa medida, visam os mesmos objetivos de proteção de bens e pessoas, é possível concluir que as operações.

Economia do Mar, que deverá concorrer para uma maior facilidade na tomada de decisões informadas, eficazes e eficientes para a salvaguarda dos interesses nacionais relativos ao mar, bem como a mitigação e resposta às situações de emergência no meio marinho.⁵⁵

302. No que se refere à PI 5.2, à data de reporte apenas se encontravam aprovadas duas operações financiadas no âmbito de PO nacionais, nomeadamente pelo PO SEUR. Estas destinavam-se (1) ao reforço da “Rede de alerta geofísico precoce” para deteção precoce de sismos e tsunamis e (2) ao reforço do sistema regional e municipal de Lisboa de aviso e alerta do risco de tsunamis. Sendo estas operações destinadas a contribuir para a capacidade de gestão, resistência e resiliência do país em situação de catástrofes, a aferição dos impactos que estas produzem tende, num contexto de não ocorrência de catástrofes, a encontrar-se limitada, exigindo uma análise de natureza mais qualitativa e da perceção do contributo que estas medidas apresentam no contexto em que pretendem intervir. Neste sentido, o contexto é marcado pela proximidade de Portugal à falha geológica (*offshore*) Açores-Gibraltar, zona de contacto entre as placas tectónicas Euroasiática e Africana, que se posiciona como um fator de risco para o país no que se refere à ocorrência de sismos e tsunamis, considerando que a atividade sísmica resultante de fenómenos interplacas tende a produzir sismos mais profundos e de maior magnitude que, quando associados a epicentros *offshore*, apresentam um risco acrescido de ocorrência de tsunamis. Consequentemente, o reforço da Rede nacional que permite a deteção precoce de sismos e tsunamis apresenta um potencial impacto significativo na resiliência e capacidade de gestão do território em situação de catástrofe, considerando a exposição do território português a atividade sísmica, nomeadamente em regime *offshore*. No que se refere ao reforço do sistema regional e municipal de Lisboa de aviso e alerta do risco de tsunamis, por via da implementação de um sistema de aviso e alerta de tsunami no estuário do Tejo, esta operação assume também relevância na sua área de intervenção (Região de Lisboa), considerando não só a exposição do território nacional aos riscos sísmicos já mencionada, como também o registo histórico de eventos desta natureza com influência nesta região. Consequentemente, esta operação deverá contribuir para a resiliência e capacidade de gestão da região em situação de tsunami, por via da melhoria da capacidade de identificação e alerta destes eventos, de divulgação destas situações de perigo à população e de outras informações que estimulem a sua capacidade de autoproteção e da capacidade de evacuação em situação de perigo. Estas duas operações são ainda completadas por 10 operações de carácter transnacional, financiadas pelos PC.

Área Programática 1.3. “Educação, Ciência e Tecnologia”

Educação

No âmbito da Educação e Formação foram apoiadas 96 operações (1% do total) com recurso a financiamento comunitário no montante de 84M€, sendo que a maioria do financiamento (75%) foi atribuído a operações no âmbito do ensino superior (PI 10.2), entre as quais se encontram as tipologias de operação mais relevantes, nomeadamente as bolsas de doutoramento (54%) e os cursos TeSP (17%). O PO CH é programa com maior relevância na atribuição de financiamento (59%), sendo também relevante reconhecer que no âmbito da PI dominante (10.2) o financiamento do setor do mar assumir particular relevância no PO Madeira (54%). A distribuição do financiamento assume maior expressividade em projetos multirregionais (50%), encontrando-se o restante distribuído entre as regiões Norte, Centro, RA Madeira e RA Açores.

303. A componente de Educação e Formação da Área Programática 1.3 compreende diferentes tipologias de operação, desde ações de formação, cursos de ensino profissional e reconhecimento de competências, programas doutorais, bolsas de ensino superior e bolsas de doutoramento, até à requalificação de infraestruturas. No total estão incluídas nesta componente 96 operações (1% das operações Mar, Anexo 3.2.3) e 84M€ de financiamento comunitário (6% do total), evidenciando a elevada dimensão média das operações relativamente a outras AP, encontrando-se a quase totalidade das operações associada a entidades não empresariais. Entre as tipologias de operação mais relevantes encontram-se as bolsas de doutoramento e pós-doutoramento (54% do fundo aprovado) e os cursos TeSP (12%), com enquadramento na PI 10.2. Contudo, em contraste com as restantes AP, o alinhamento com o mar no caso das operações ligadas à educação é feito a um nível infra operação, isto é, apenas uma fração das ações de formação corresponde a cursos mar e apenas uma fração das bolsas atribuídas está associada a licenciaturas, mestrados ou doutoramentos na área do mar. Nesse sentido, os valores dos montantes elegíveis das operações Mar nesta componente tendem a ser enviesados positivamente, ao passo que as conclusões que possam ser aferidas em relação aos resultados produzidos pelas

⁵⁵ O reduzido número de operações aprovadas e com um nível de execução relevante para inquirição limitou a mobilização de informação que permitisse testar o PE III.1.10.

operações são em si mais limitadas, porque tendem a ser mais globais (referentes a toda a operação).⁵⁶ Por estas razões, a monitorização dos projetos mar por parte das AG é mais difícil e, conseqüentemente, a análise da eficácia fica limitada.

304. Para esta componente concorrem diversos PO temáticos e regionais, sendo os mais relevantes o PO Norte, pelo número de operações (50%), e o PO CH, pelo montante de financiamento (59%). Apesar do elevado alinhamento antecipado no Quadro de Referência do ITI-Mar desta área programática com a maioria das PI que para ela contribuem, a representatividade das operações Mar no total de operações nestas PI no PT2020 foi relativamente reduzida. No caso do PO CH, o peso das operações Mar (1,4% do financiamento do PO) encontrava-se abaixo da média dos restantes PO do PT2020 com operações Mar, sendo apenas superior ao do PO ISE. De acordo com as respostas aos inquéritos, apenas 15% dos projetos se encontram totalmente alinhados com a Economia do Mar, traduzindo-se em 0,03% do investimento elegível aprovado no âmbito das PI em análise.
305. Ao nível da execução, a componente de Educação e Formação exibiu a maior taxa média de realização financeira, com 74% do montante de apoio executado até 2020. Este valor encontra-se bastante acima da taxa média de realização financeira para a AP 1.3 como um todo (47%) e para a totalidade das operações Mar (48%). Contudo, a realização financeira revela-se heterogénea entre TO, com taxas de execução acima de 80% nas bolsas (PI 10.2) e nas intervenções de requalificação das infraestruturas de formação profissional (PI 10.5), mas a rondar os 35% nos cursos TeSP (PI 10.2) e os 15% nos cursos CET (PI 10.4).⁵⁷

O setor marítimo é dos que apresenta uma maior (propensão para a) participação em iniciativas de Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV), em parte potenciada pela regulamentação. A oferta formativa tende a concentrar-se em regiões de maior procura, não se evidenciando um desalinhamento a este nível. Contudo, a oferta formativa apoiada pelo PT2020 apresenta um evidente desalinhamento com as necessidades do público-alvo ao nível da formação não superior.

306. Ao nível dos constrangimentos previstos na TdM que poderiam condicionar a procura por atividades de educação e formação, os instrumentos de auscultação mobilizados permitem concluir que estes não se verificaram. A maioria dos inquiridos não empresariais (73%) nesta componente investiram na formação dos seus recursos humanos no decorrer do projeto, dos quais 41% realizaram esse investimento no âmbito do projeto apoiado, e consideraram que a valorização da formação pelas empresas e pelos indivíduos foi um fator facilitador (98% dos inquiridos não empresariais nesta componente - Figura A32) dos resultados da operação. Esta perceção, reforçada pelos fatores explicativos que os inquiridos reportam para não investirem na formação de recursos humanos (nomeadamente a pouca relevância que a formação assumiria no seu projeto e a inelegibilidade no concurso para financiamento da formação), sugere que a falta de reconhecimento da importância estratégica da formação por parte dos empregadores não deverá ser a principal causa para a maioria dos inquiridos no âmbito das diferentes AP (60% dos empresariais e 56% dos não empresariais) não ter realizado qualquer investimento na formação e educação dos seus recursos humanos no âmbito dos projeto apoiados. Esta informação, quando complementada com a perceção dos *stakeholders* relevantes entrevistados em sede de *Focus Group*, que revela que o setor do Mar é dos que apresenta níveis mais elevados de participação em iniciativas de formação no âmbito da ALV e propensão para tal, permite refutar o RG I.O.2 (A falta de reconhecimento da importância estratégica da formação por parte dos empregadores do setor limita a sua adesão aos apoios) e validar o PG III.O.11 (A formação realizada pelos indivíduos é efetivamente valorizada pelos agentes socioeconómicos, favorecendo a integração dos formandos no mercado de trabalho e a valorização profissional dos trabalhadores). De igual forma, a baixa cobertura geográfica da oferta formativa (RE I.1.2) também não se verificou como um risco relevante nesta AP, uma vez que a auscultação de *stakeholders* relevantes permitiu concluir que a oferta formativa na globalidade, apesar de se encontrar maioritariamente localizada nas zonas costeiras ao longo do território e mesmo fora de grandes centros urbanos, tende a responder à procura. Adicionalmente, entre os beneficiários inquiridos que não investiram na formação e educação, apenas uma pequena parte indicou a ausência de oferta formativa como fator crítico (6% entre os empresariais e 3% nos não empresariais)
307. Ainda que não se tenham verificado os riscos identificados na TdM, permanecem constrangimentos estruturais à participação em ações de educação e formação apoiadas, sobretudo entre aquelas inseridas em ALV de adultos e reconhecimento de competências. Apesar da elevada propensão para a adesão dos recursos humanos da Economia do Mar à formação e educação em contexto ALV, transversal a diferentes setores, mas mais evidente nas atividades nucleares e imediatamente adjacentes na cadeia de valor, esta raramente ocorre através de operações financiadas pelo PT2020, observando-se uma desadequação entre as iniciativas de formação

⁵⁶ Com a exceção das operações POCH, as operações relativas a formação e educação consideraram a totalidade das operações (enviesamento positivo). Por seu turno, a adoção de critérios mais restritos na classificação dos cursos mar (via nome) terá conduzido a uma subestimação do número de operações.

⁵⁷ No que se refere aos cursos TeSP, e de acordo com os globais das operações apoiados pelo POCH, estes terão registado uma melhoria significativa na sua execução após 2020, uma vez que tendem a ser operações com elevados níveis de realização financeira.

procuradas e as financiadas pelo PT2020. Note-se, neste âmbito, que o FOR-MAR, principal entidade formadora na Economia do Mar no âmbito dos cursos não superiores, apenas teve uma operação financiada no âmbito do PT2020 e que esta não chegou a ser executada por falta de procura.

308. O desalinhamento entre as necessidades de formação do setor do mar e os instrumentos de financiamento dos FEEI é explicado pelos requisitos exigidos aos cursos no âmbito dos apoios, nomeadamente, em relação à duração, número mínimo de alunos e a necessidade de estes cursos se encontrarem no Catálogo Nacional de Qualificações. De facto, pelo seu carácter mais prático do que teórico, as formações nas áreas da Economia do Mar tendem a exigir um número mais reduzido de alunos, incompatível com o mínimo definido de 15 alunos. Por seu turno, o número de horas definido para os cursos apoiados também tende a ser demasiado elevado para a disponibilidade que os empregadores apresentam para libertarem os empregados para formação. Nesse sentido, as formações com maior procura (e mais relevantes para os agentes da Economia do Mar) tendem a não ser passíveis de financiamento através dos FEEI, refutando o PG I.O.3 (A oferta e forma de apoios e as condições de elegibilidade dos instrumentos do PT2020 vão ao encontro da procura).
309. Não existindo metas específicas para as realizações e resultados apenas para as operações Mar da AP (Quadro A26), a avaliação do alcance das metas apenas poderá ser realizada considerando as respostas aos inquéritos aos beneficiários (não empresariais), de acordo com as quais apenas 83% dos projetos (ponderados por investimento elegível) verá as suas metas alcançadas ou ultrapassadas. Estes resultados são sugestivos de que PG II.O.6 (As operações apoiadas alcançam os resultados contratualizados). Apesar de os resultados ao nível das PI decorrentes das respostas ao inquérito não poderem ser interpretados como estatisticamente significativos, estes tendem a ser mais negativos nas operações das PI 10.1 e mais positivos entre as operações das PI 10.5 e 10.2 (entre as quais se destacam com melhores resultados as operações relativas a bolsas de doutoramento e pós-doutoramento). Em matéria de sustentabilidade, e considerando apenas os projetos concluídos que foram alvo de inquirição, os beneficiários (não empresariais desta componente) consideram que na grande maioria dos projetos estão reunidas as condições para os resultados se manterem sustentáveis a longo prazo (96% dos projetos, ponderado por investimento elegível - Figura A36).

As alterações de contexto que se percecionam no âmbito das operações apoiadas nesta componente encontram-se aquém do expectável, nomeadamente ao nível da criação de emprego e do reforço da adesão a cursos que colmatem as necessidades da economia e que permitam dotar os seus profissionais de competências mais especializadas. Contudo, ao nível da formação superior, as operações apoiadas apresentam um contributo mais relevante para as alterações de contexto pretendidas, sobretudo por via do apoio atribuído a alunos de doutoramento através da atribuição de bolsas.

310. Apesar das limitações ao nível dos indicadores de resultados disponíveis, é possível aferir de forma preliminar os impactos produzidos ao nível da educação a partir dos dados do Relatório da Economia do Mar (DGPM). Com base nos dados da DGEEC, o número de inscritos em licenciaturas, mestrados e doutoramentos na área do mar tem aumentado ao longo do período de programação. Entre os anos letivos de 2013/2014 e 2020/2021, o número de inscritos em licenciaturas aumentou cerca de 26%, em mestrados cerca de 70% e em doutoramentos cerca de 33%. De igual modo o número de diplomados tem também aumentado, tendo o contributo vindo sobretudo dos mestrados. Entre 2013/2014 e 2019/2020, o número de diplomados anualmente quase triplicou (+190%). Em todos os níveis de ensino verificou-se um incremento mais substancial no número de diplomados face ao incremento nos inscritos. Relativamente ao apoio à realização de doutoramentos, por via da atribuição de bolsas, os dados da DGEEC permitem ainda reconhecer que no período deste quadro de financiamento a proporção de alunos bolseiros de doutoramento em cursos mar representou entre 17% e 46% do total de alunos inscritos nestes cursos.⁵⁸ Por sua vez, a análise destes dados conjuntamente com os dados obtidos via inquérito relativamente ao número de bolsas atribuídas com recurso a financiamento do PT2020 permite concluir que cerca de um terço das bolsas terá sido financiada através de instrumentos de financiamento do PT2020, o que permite aferir a existência de um contributo revelante dos FEEI nesta dimensão do Capital Humano da Economia do Mar.
311. Reconhecendo que, no âmbito mais global de alinhamento com estes objetivos, com as operações desta componente se pretendia o reforço das oportunidades de educação-formação na área do Oceano e do desenvolvimento de competências específicas ajustadas às necessidades do mercado de trabalho na área da Economia do Mar, a análise das respostas ao inquérito revela a perceção de um contributo reduzido (Figura A31). Esta perceção é confirmada pela opinião de alguns atores entrevistados relativamente ao reduzido contributo dos apoios face às expectativas geradas aquando da programação e definição do Quadro de Referência do ITI Mar. De acordo com os inquiridos, as operações apoiadas tiveram um contributo modesto na criação de emprego e na atração de jovens e adultos para ofertas de educação e formação mais alinhadas com as necessidades da Economia do Mar, validando o risco RG I.O.1 (Baixa atratividade de alguns setores da Economia do Mar para os

⁵⁸ Estimativa calculada com recurso aos dados da DGEEC e à classificação dos cursos-mar a partir da sua denominação.

jovens reduz a adesão da procura). De igual modo, os inquiridos entendem que as operações apoiadas não terão tido um contributo significativo para melhorar o conhecimento e as competências especializadas dos profissionais em áreas relevantes da Economia do Mar, o que pode decorrer quer do facto da formação mais vocacionada para as atividades da pesca ser financiada fora do PT2020, quer do facto da formação apoiada ser complementar das valências mais nucleares do setor, que no seu sentido mais amplo agrega inúmeras competências de largo espectro.

Ciência e Tecnologia

No domínio da Ciência e Tecnologia foram apoiadas 546 operações (8% do total), envolvendo 226M€ de fundo (16%), financiado maioritariamente pelo PO CI (50%). Visam sobretudo o apoio a infraestruturas de I&D e projetos de IC&DT (PI 1.1) e projetos de I&DT empresarial (PI 1.2), sendo que 43% do fundo mobilizado se destinou a projetos multirregionais e montante equivalente beneficiou as regiões Norte, Madeira e Centro em conjunto. Nas PI dominantes, o financiamento do setor do Mar assumiu especial relevância nos PO Algarve, Lisboa, Madeira e Açores.

312. Num contexto em que o desenvolvimento do conhecimento é fundamental para os avanços científicos e tecnológicos transversais a todas as áreas de atuação da ENM, a aposta na componente de Ciência e Tecnologia incluída na AP 1.3 pretendeu colmatar as necessidades de infraestruturas de ciência e de tecnologias ligadas aos mares e oceanos assim como uma maior articulação entre os atores do SCTN e as empresas. Em geral, a aposta no reforço e valorização do conhecimento, da ciência e da tecnologia estavam devidamente alinhados com um dos objetivos estratégicos da ENM2020, de reforçar a capacidade científica e tecnológica nacional, estimulando o desenvolvimento de novas áreas de ação que promovessem o conhecimento do oceano e potenciassem, de forma eficaz, eficiente e sustentável, os seus recursos, usos, atividades e serviços dos ecossistemas.
313. A componente “Ciência e Tecnologia” enquadra 546 operações apoiadas, representando 8% do total das operações Mar (Anexo 3.2.3) e 16% do incentivo, confirmando a aposta da ENM neste domínio e a intensidade de alinhamento (nível 5, a mais elevada⁵⁹) prevista em sede de programação com as PI 1.1 e 1.2.
314. O PO CI destaca-se enquanto financiador, representando mais de um terço do apoio concedido, quer em número de operações (36%), quer em montante do fundo comunitário (46%). Grande parte (87%) do apoio aprovado por este programa foi distribuído pelas tipologias de operação SAICT - Projetos de IC&DT (26%); SI Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT) - Projetos de I&DT Empresas (19%); SI I&DT - Programas mobilizadores (18%); SAICT - Projetos de desenvolvimento e implementação de infraestruturas de investigação inseridas no roteiro nacional de infraestruturas de investigação de interesse estratégico (13%) e SAICT - Programas integrados de IC&DT (11%). Seguem-se o PO Lisboa em número de operações apoiadas (29%) mas representando 13% do fundo aprovado (projetos com investimento médio mais reduzido). Note-se que o PO SEUR e o PO Mar são os únicos que não apresentam operações classificadas no segmento da Ciência e Tecnologia. No entanto, apesar do PO Mar não estar identificado com projetos nesta área, foram apoiados projetos de I&D neste Programa, estando estes dispersos pelas prioridades das “Pescas e Aquicultura” e “Proteção e Salvaguarda”, de acordo com a metodologia adotada para a sua classificação.
315. Relativamente a este último ponto, realça-se a importância de uma maior articulação entre os instrumentos de apoio disponibilizados pelos FEEL, mais concretamente entre FEDER e FEAMP, para apoiar projetos Mar de investimento em atividades de ciência e tecnologia. Esta articulação deveria ser mais trabalhada, aprofundando o mecanismo de governação específico previsto no Acordo de Parceria, que assegurava a coordenação estratégica e a gestão operacional na área de investigação e inovação (I&I), bem como a criação de uma demarcação específica entre os fundos da política de coesão e o FEAMP neste tipo de intervenções (I&DT).
316. Verifica-se uma dispersão regional significativa dos projetos, dado que 37% das operações são de natureza multirregional e representam 43% do fundo comunitário aprovado. Não obstante, é na região do Norte onde se verifica uma maior concentração do número de operações (20%) e do fundo aprovado (18%), seguida pela RAM (5% das operações e 12% do fundo) e da região Centro (9% e 11%).
317. A grande maioria das operações (97%) e financiamento (96%) concentram-se nas PI 1.1 (Reforço da infraestrutura e desenvolvimento da excelência na I&I) e PI 1.2 (Promoção da cooperação na inovação e valorização do conhecimento). Evidencia-se a predominância de projetos focados no reforço do investimento em infraestruturas de Investigação e Inovação e da capacidade nacional de desenvolvimento de excelência em I&I, assim como a promoção de centros de competência, conforme objetivado pela componente da Ciência e Tecnologia desta AP na ENM. De realçar que o peso do financiamento comunitário atribuído às operações Mar no total do financiamento atribuído a operações da PI 1.1 assumiu algum significado, refletindo a aposta nacional do Mar nesta matéria - concretamente nos casos do PO Açores (54%), PO Algarve (39%), PO Lisboa (36%) e PO

⁵⁹ Quadro 19 do Quadro de Referência do ITI Mar (versão julho 2021), também reproduzido no Anexo 1 (seção 1.2).

Madeira (37%). Pelo contrário, o peso do financiamento atribuído a operações Mar no total do financiamento das operações da PI 1.2 não assumiu a mesma preponderância, apresentando pesos inferiores a 5% nos projetos abrangidos pelos vários programas, à exceção do caso do PO Algarve (35%) e do PO Madeira (20%), significando que, tal como no contexto global do PT2020, a I&D empresarial deverá ser mais dinamizada para que possa existir uma efetiva transferência de conhecimento para as empresas.

As operações da componente Ciência e Tecnologia da AP 1.3 registaram uma taxa média de realização inferior à média das operações Mar, com os projetos promovidos pelas empresas a apresentar maior dificuldade em cumprir integralmente as metas contratualizadas, em grande parte como consequência da conjuntura económica durante a pandemia. Não obstante, os promotores, no geral, perspetivam como muito possível a realização integral do valor do investimento contratado.

318. À data de reporte, a componente da Ciência e Tecnologia da AP 1.3 apresentava uma taxa média de realização em torno dos 37%, abaixo da média das operações Mar, sendo que os projetos promovidos pelas empresas (PI 1.2) registavam menor nível de realização (30%) face aos promovidos por entidades maioritariamente públicas (PI 1.1, 43%).

319. A expectativa dos promotores quanto à realização integral do valor de investimento contratado é muito positiva em ambas as PI, enquanto a previsão quanto ao alcance das metas é muito favorável no caso dos promotores da PI 1.1 (maioritariamente entidades públicas ou coletivas) e bastante menos favorável no caso dos promotores empresariais da PI 1.2 (34% dos promotores, ponderados pelo investimento elegível, assumem que podem ter dificuldade em cumprir integralmente as metas contratualizadas). Neste contexto considera-se que o PG II.0.6 (As operações apoiadas alcançam os resultados contratualizados) é validado parcialmente. Esta maior dificuldade em alcançar as metas no caso dos promotores empresariais encontra-se associada à conjuntura económica durante a pandemia (cerca de 70% dos promotores – 81% quando ponderados pelo investimento elegível - refere esta como a principal condicionante ao alcance dos resultados). Esta é também a condicionante mais relevante no caso dos promotores não empresariais, ainda que se deva referir que os processos de auscultação mais recentes (*Focus Group* “Desenvolvimento científico/tecnológico, inovação e transferência de conhecimento”) permitiram identificar indícios de recuperação e aceleração de execução dos projetos que, entretanto, através de reprogramações e ajustes às suas atividades, conseguiram mitigar os efeitos da crise.

A contribuição dos projetos das PI 1.1 e 1.2 é visível no aumento da inovação (e.g. introdução de novos produtos no mercado), por via da intensificação das despesas em I&D quer nas empresas quer nas entidades não empresariais. Como fatores facilitadores desse contributo destacam-se a adequação das atividades dinamizadas às necessidades efetivas do tecido empresarial e a existência de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento dos projetos de I&D

320. O elevado potencial de alcance dos resultados contratualizados nos projetos da PI 1.1 (também confirmado pelas respostas do inquérito) deve-se a fatores facilitadores como e.g. a existência de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento dos projetos de I&D e o alinhamento entre as atividades desenvolvidas neste âmbito e as necessidades do tecido empresarial. Embora na PI 1.2 se perceçione uma posição mais conservadora no cumprimento das metas, o processo de auscultação permitiu validar o contributo dos projetos apoiados para o aumento da inovação e diferenciação do portefólio global de oferta de bens/serviços das empresas e na dimensão da criação/expansão da capacidade de produção de novos ou substancialmente melhorados bens/serviços, contando-se com cerca de 45% do investimento elegível das operações associado a esse contributo (Figura A45). Estes resultados confirmam em parte a capacidade de realização na introdução de produtos novos no mercado.

321. Os inquiridos dos projetos empresariais da PI 1.2 estimam que as despesas em I&D e o peso da I&D no VAB das suas empresas sejam potenciados, obtendo crescimentos no 1º e 3º ano pós projeto (Quadro A27 e Quadro A73). Consideram ainda que as exportações e a intensidade exportadora também aumentaram face ao valor do ano pré projeto. Os promotores preveem que se assistirá à intensificação da valorização da I&D nas suas empresas com a alocação de uma maior porção de investimento nesta componente. Uma vez que os resultados das empresas são influenciados por fatores de mercado e por outros investimentos realizados, o contributo dos projetos apoiados para estas variáveis cifra-se em 10%, 47% e 31% para o aumento do volume de negócios, exportações e VAB, respetivamente, da massa crítica empresarial envolvida, revelando maior penetração dos projetos nos processos de internacionalização e de criação de valor que alinha com os objetivos da AP e aponta no sentido da eficácia das intervenções quando expurgada dos efeitos de contexto.

322. Por outro lado, os projetos dinamizados por entidades não empresariais (e.g. Instituições do ensino superior) da PI 1.1, apresentam, segundo apuramentos do inquérito, um peso das despesas em I&D, em média, de 81% do total do investimento elegível dos projetos considerados, isto é, a pelo menos 104M€ (Quadro A54).⁶⁰

Adicionalmente, a evidência da recetividade das entidades em realizar projetos em coprodução terá possibilitado ganhos de escala com repercussões no investimento em I&D, à partida mais avultado e com impacto estrutural na qualidade da investigação científica e tecnológica devido aos efeitos das dinâmicas de eficiência coletiva.

323. Apesar da maioria dos projetos não empresariais das PI 1.1. e 1.2 (68% do total de operações) não incluir iniciativas de coprodução de conhecimento na área da Economia do Mar (Quadro A52), a maior parte dos promotores (94% dos projetos) manifesta interesse em reforçar a participação em iniciativas futuras neste âmbito (confirmando o PE I.1.1 - Existência de um sistema académico e de investigação recetivo a coprodução de conhecimento na área da Economia do Mar). Tendo em conta que o universo das operações Mar não empresariais da componente Ciência e Tecnologia são do tipo SAICT - Projetos de IC&DT (81%) e que as mesmas podem ser executadas em copromoção ou individualmente, entende-se que existem evidências da recetividade das entidades em realizar projetos em coprodução.

324. No que respeita ainda aos promotores não empresariais inquiridos (das operações das PI em análise), estes antevêm um forte contributo dos seus projetos para a evolução do sistema regional de investigação e inovação do país, em particular ao nível da melhoria da qualidade da investigação científica e tecnológica (98% dos projetos - Figura A21). Por outro lado, a maioria dos projetos empresariais executados da PI 1.2 (52%) criou novos postos de trabalho, em média, cerca de 3 novos postos em Equivalente a Tempo Integral (ETI) (Figura A50) por projeto.

No geral, os efeitos esperados das operações da presente AP alinham-se em grande medida com os objetivos da ENM. Não obstante, predomina ainda, comparativamente com outras realidades nacionais, uma insuficiente transferência de conhecimento entre Academia e Empresas, para a qual terá contribuído a dificuldade evidenciada dos apoios na sua missão de criar redes que, de forma continuada, facilitem a partilha de informação e comunicação entre os atores.

325. De forma geral, e atendendo ao foco da componente da Ciência e Tecnologia da AP 1.3 para o reforço efetivo e sustentável da capacitação tecnológica e da criação de um quadro de suporte de I&D para a investigação aplicada aos usos e atividades enquadrados na Economia do Mar, os contributos esperados das várias operações das PI 1.1 e 1.2 encontram-se largamente alinhados com os objetivos da ENM.

326. Constata-se que ainda existe uma linha tênue entre os apoios ao desenvolvimento de I&D em colaboração entre empresas e entidades do SCTN e a promoção da realização de atividades de I&D e inovação empresarial de forma mais intensiva e regular. Os processos de auscultação das entrevistas e do *Focus Group* permitiram aferir que esses apoios possibilitam o estabelecimento de redes com bom funcionamento, mas ainda não são suficientes para instigar e facilitar a criação de novas redes de forma mais contínua devido a barreiras como e.g. a falta de comunicação e partilha de informação entre as partes, situação alinhada com o verificado a nível nacional.

327. No universo das operações Mar empresariais da componente Ciência e Tecnologia, cerca de 20% são tipologias de projeto associadas à copromoção e transferência de conhecimento científico e tecnológico (e.g. SI Investigação e Desenvolvimento Tecnológico - Copromoção; SIAC - Redes e outras formas de parceria e cooperação; SIAC - Transferência do conhecimento científico e tecnológico; entre outros). Não obstante, ainda se percebe um insuficiente envolvimento das empresas em atividades de I&D ligadas ao Mar.

328. O processo de inquirição confirma esta perceção. A maioria dos inquiridos empresariais (75% do total de inquiridos em todas as AP) não teve envolvimento em atividades de I&D e de valorização de conhecimento na área da Economia do Mar nos últimos 10 anos (Quadro A60). Entre os promotores que tiveram envolvimento, a maioria (62%) reporta o desenvolvimento destas atividades em parceria com entidades do SCTN na área da Economia do Mar. A crescer, parece existir alguma correlação entre a existência de pessoal qualificado nas empresas e a maior apetência para desenvolver projetos de I&D e de investimento em inovação (Figura A22) (validando parcialmente o RE I 1.1).

Além disso, destaca-se ainda a falta de sensibilização das empresas para o investimento em I&D (na área do mar) que a par com as dificuldades de financiamento (dependência do pré-financiamento), interfere, muitas vezes, no diálogo inicial e na colaboração desejada no momento de execução dos projetos.

329. Sublinha-se os *inputs* recolhidos no *Focus Group* que alertaram para a dificuldade das entidades do STCN em colaborar com empresas a nível nacional e regional, dado que estas últimas apresentam geralmente muito poucos empresários sensíveis às temáticas da I&D e do Mar bem como para as mais valias a curto ou médio prazo

⁶⁰ Considerando a margem de erro associada à taxa de resposta na PI 1.1 (17%), a despesa mínima em I&D associada ao investimento elegível das operações mar da PI 1.1 ronda os 104M€, podendo ainda atingir os 160M€.

que a conjugação destas temáticas pode trazer para as empresas. Por outro lado, as dificuldades que as empresas têm registado no arranque da execução dos seus projetos investimento, estando muitas vezes dependentes dos pedidos de adiantamento (pré-financiamento) para poderem iniciar as suas atividades, têm também dificultado os processos de diálogo inicial e colaboração desejada no momento de execução. Parece existir do lado das entidades do SCTN uma maior facilidade em colaborar com empresas de nível europeu e parceiros internacionais.

330. Segundo o Inquérito Comunitário à Inovação (CIS) 2016-2018, 8,4% das empresas cooperaram com outras empresas ou organizações em atividades de I&D ou em outras atividades de inovação. Em particular, a percentagem das empresas com atividade de inovação de produto e/ou processo em cooperação com Universidades e outras instituições do ensino superior, na área da Economia do Mar (nas atividades económicas que integram CAE exclusivamente marítimas) no período 2016-2018 foi de 2,5% em Portugal, existindo margem de progressão neste sentido que ultrapasse a fragilidade do país a este nível.

De forma a colmatar esta fragilidade de articulação entre empresas e academia nos ecossistemas de inovação, será importante reforçar a continuidade da aposta em ações coletivas que reforcem o aparecimento de novas redes e plataformas intermédias de interface e/ou reforço das existentes.

331. A relação Academia-Tecido empresarial é, assim, frágil e exposta a vários constrangimentos/limitações (e.g. sensibilidade e interesse dos empresários para a importância da I&D, dificuldade de comunicação entre empresas e academia, capacidade de investimento empresarial, também registados a nível nacional). Esta cooperação/interação deverá ser fomentada para ajudar a colmatar as falhas no ecossistema de inovação a esses níveis, por via da continuação da aposta em ações coletivas que promovam o aparecimento de novas redes e plataformas intermédias de interface e/ou reforço das existentes que assumem o papel de intermediárias neste diálogo, facilitando a compreensão (e.g. na divergência de perspetivas), e ainda aposta em projetos que envolvam ações de demonstração que promovam a adesão das empresas à valorização do conhecimento produzido na fase de investigação. Confirma-se assim - em consonância com o debate do *Focus Group* e as respostas aos inquéritos - a existência de falhas nos ecossistemas de inovação que dificultam a transferência de conhecimento na economia e criem bloqueios ao ciclo de inovação completo (e.g. baixa capacidade de absorção do tecido empresarial) (RE III 1.11).

A procura por iniciativas de Ciência e Tecnologia na área do mar é alimentada pelo reforço do investimento em estruturas de I&I que, por sua vez, constituem o suporte (técnico, financeiro, etc) à I&D. A continuidade dos apoios às infraestruturas de investigação no PT2030 é, assim, essencial para o desenvolvimento da temática do Mar nos contextos nacional e internacional com a aquisição de maior capacidade de resposta aos desafios e oportunidades.

332. A FCT lançou, em 2013, um concurso para a criação do Roteiro Nacional das Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico (RNIE), no qual foram incluídas 40 infraestruturas RNIE para 2014-2020⁶¹, entre as quais se destaca o peso das infraestruturas em áreas ligadas à Economia do Mar como e.g. Ciências Médicas e Biológicas (22%); Ciências do Ambiente (12%) e Energia (10%).
333. As infraestruturas de investigação são elementos essenciais do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Incluem plataformas, recursos e serviços disponíveis para a comunidade científica, oferecendo equipamento de grande porte e outros instrumentos científicos, dados, sistemas computacionais e redes de comunicação, fomentando o acesso aberto e digital. Posicionando-se a montante do ciclo de inovação (suporte à I&D), as infraestruturas sustentam avanços científicos e tecnológicos e reforçam a capacidade da comunidade de I&D em Portugal (e.g. mais recursos humanos e de capital, aumento de escala e ligação em rede, maior facilidade de geração de sinergias, etc) potenciando ao mesmo tempo uma participação mais ativa em projetos europeus e internacionais.
334. A dinâmica das infraestruturas de investigação ligadas diretamente com a temática do Mar, refletida nos vários projetos apoiados na componente da Ciência e Tecnologia da presente AP (cerca de 6,1% do total das operações Mar) pelas medidas "SAICT - Projetos de Infraestruturas"; "SAICT - Projetos de desenvolvimento e implementação de infraestruturas de investigação inseridas no roteiro nacional de infraestruturas de investigação de interesse estratégico"; "Infraestrutura Tecnológica" (PO Centro) e "Infraestruturas de investigação e inovação, processos, transferência de tecnologia e cooperação entre empresas centradas na economia com baixas emissões de carbono e na resistência às alterações climáticas" (MAC), tem permitido aumentar a capacidade científica e tecnológica do país e, conseqüentemente, estimular o desenvolvimento de novas áreas de ação, na sequência de novos serviços de apoio disponibilizados nessas infraestruturas.

⁶¹ Resultados finais do Concurso para a criação de um Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico 2013 da FCT à data de 16 dezembro de 2014.

335. Importa garantir a continuidade destes apoios às infraestruturas de investigação no PT2030 para que se possa assegurar o apoio (e sustentabilidade) dos investimentos já realizados e, dessa forma, reforçar o impacto do alcance dos resultados e das metas previstas. Em suma, a existência de instrumentos de apoio público (nacional e/ou comunitário) para financiar a capacitação das infraestruturas e o desenvolvimento de I&D de qualidade é e continuará a ser estratégico no futuro para desenvolver a temática do Mar, quer no cenário nacional e/ou internacional, pela aquisição de maior capacidade resposta aos desafios e oportunidades, tendo esta preocupação sido reforçada nos momentos de auscultação realizados (entrevistas e *Focus Group*).

A participação portuguesa no Horizonte 2020 (H2020) é reveladora de uma crescente envolvimento do país no cenário internacional, contribuindo para o aumento da sua competitividade. Contudo, das operações aprovadas no programa que envolvem entidades nacionais, apenas uma pequena parte se encontra associada diretamente com a temática do Mar. Os apoios do PT2020 têm, no entanto, estimulado o potencial de internacionalização da I&D e impulsionado o reforço da capacidade científica nacional e do conhecimento do Oceano.

336. Portugal obteve um resultado histórico, que permitiu ultrapassar (agosto 2021) os 1.000 M€ de financiamento europeu no H2020⁶². Os centros de Investigação e Instituições de Ensino Superior são responsáveis por 64% do financiamento captado e as empresas por 27% durante o período 2014-2020. As entidades nacionais (empresas, IES e centros de investigação) com maior financiamento do H2020, revelam a envolvimento ativa do SCTN além-fronteiras e a sua conseqüente inserção em redes internacionais, que culmina numa maior visibilidade de Portugal e no alcance de um posicionamento mais competitivo, complementado com ganhos de escala por via das sinergias potenciadas entre o SCTR e entidades externas.

337. Segundo a base de dados CORDIS - Projetos de I&D da UE no âmbito do Horizonte 2020 (2014-2020), cerca de 5% das operações aprovadas em que Portugal participou (enquanto coordenador, participante ou parceiro) relacionam-se com a temática do Mar, representando ainda um valor modesto face à desejável melhoria deste segmento no país e visibilidade na Europa (e mundo).

338. Este potencial de internacionalização da I&D, tem sido estimulado pelos apoios do PT2020 na componente da Ciência e Tecnologia (através de instrumentos como o SAICT-Internacionalização de I&D e o SIAC-Internacionalização), por via do apoio à participação em programas europeus de investigação e inovação, em particular o H2020, e contribuindo para o aumento da capacidade concorrencial das entidades do Sistema de I&I e das empresas. Estes apoios promovem o reforço da capacidade científica nacional e do conhecimento do Oceano, sustentado no contacto, partilha e maior abertura para produzir em copromoção com atores internacionais, acedendo, por esta via, a novas ferramentas, métodos/procedimentos, conhecimento fundamental ou mesmo outras perspetivas sobre a área do Mar.

339. Note-se que os projetos financiados pelo H2020 (apoios diretos da Comissão Europeia), estando mais focados na promoção da colaboração entre parceiros de vários Estados-Membros nas áreas da investigação e inovação, apresentam procedimentos administrativos de atribuição e gestão diferentes dos estabelecidos pelos fundos estruturais nacionais. De acordo com a sensibilidade das entidades e promotores auscultados, estes últimos têm-se revelado mais pesados e menos adequados (e.g. mais burocracia, menor flexibilidade para ajustes ao projeto), diminuindo a sua atratividade. A simplificação processual é, por conseguinte, um fator que carece de melhorias e poderá assim promover uma maior adesão aos instrumentos.

Embora seja evidente o crescimento significativo das despesas nacionais em I&D (com participação relevante das empresas), o país ficou distante da meta nacional para a intensidade em I&D e encontra-se aquém dos outros países europeus neste indicador. Segmentando pelo domínio do Mar, o peso da despesa em I&D das Ciências e Tecnologias do Mar no total nacional também cresceu (+0,17 p.p. entre 2014 e 2020), estando alinhado com o verificado no país. As operações enquadradas nesta AP permitiram apoiar 328 projetos de I&D, fruto da aposta em estruturas de I&I ligadas ao Mar e maior inserção no panorama internacional.

340. O Acordo de Parceira 2014-2020 definiu como meta nacional para a intensidade em I&D (despesas totais em I&D em % do PIB) em 2020 o valor de 2,7%⁶³. Em 2019, o valor do indicador situava-se em 1,4% e em 2020 em 1,6%, longe da meta e cerca de 20% abaixo dos valores da UE27. Entre 2013 e 2020 a intensidade em I&D no país cresceu ligeiramente (0,8 p.p.), revelando um desempenho modesto face à meta. Não obstante, este crescimento ocorre essencialmente em função da evolução da despesa total em I&D em Portugal que atingiu os 3.203 milhões de euros em 2020, crescendo 8% em 2020 e 45% desde 2015, superando pela primeira vez os três mil milhões de euros⁶⁴.

⁶² Segundo o relatório do Observatório Perin sobre a “Participação Portuguesa no programa da União Europeia Horizonte 2020”, à data de 26 de agosto 2021.

⁶³ Fonte: INE

⁶⁴ Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (PCTN) da DGEEC (2020)

341. Os dados estatísticos do investimento em I&D do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN20) revelam ainda que o aumento é particularmente expressivo nas empresas, crescendo 17% em 2020 e 78% desde 2015 e passando a representar 57% da despesa total em I&D. A despesa em I&D empresarial superou, assim, a despesa pública pelo quarto ano consecutivo. Por outro lado, a despesa em I&D no ensino superior diminuiu cerca de 4% face a 2019, em associação com o impacto causado pela pandemia COVID-19 e a diminuição da maioria das atividades presenciais das instituições de Ensino Superior e, conseqüentemente, a redução das suas despesas de funcionamento, incluindo deslocações.
342. Segundo dados do Eurostat Portugal é o 3º Estado-Membro em que o peso da despesa em I&D no PIB mais cresce e o 2º em que a despesa absoluta em milhões de euros apresenta uma taxa de crescimento mais elevada, mostrando que a performance positiva em termos de intensidade de I&D não é explicada por um eventual crescimento menos intenso do PIB mas sim por um crescimento significativo das despesas em I&D. Contudo, de frisar que Portugal ainda se encontra bastante distante dos valores de referência de outros países europeus a este nível, não obstante a evolução positiva que tem vindo a registar.
343. Neste sentido, observando a variação das despesas em I&D na Economia do Mar, denota-se que esta acompanhou a trajetória do país, crescendo em média 8% entre 2014 e 2020 e representando 0,05% das despesas em I&D no PIB e 3,21% no total nacional⁶⁵. Verificou-se o aumento do peso da despesa em I&D das Ciências e Tecnologias do Mar no total nacional em +0,17 p.p. entre 2014 e 2020. As operações apoiadas pelo PT2020 nesta componente da Ciência e Tecnologia permitiram apoiar 328 projetos de I&D na área do mar. Contudo, uma vez que não existe meta para este indicador, não é possível aferir o grau de alcance do resultado. Pode-se apontar, porém, que a existência das baixas taxas de execução dos projetos indicia uma contribuição mais reduzida para o investimento crescente em I&D neste período, que acresce ao facto de este tipo de investimentos ser na ótica empresarial nacional menos atrativo face aos riscos inerentes e estimativas de retorno a médio longo prazo.
- A generalidade dos projetos apoiados apresenta-se financeiramente sustentável no longo prazo, reportando quer os inquiridos empresariais como os não empresariais perspectivas de que os efeitos gerados pelos projetos ultrapassem os 3 anos.*
344. Ao nível da sustentabilidade, a maioria dos promotores empresariais (83% dos inquiridos, ponderado por montante elegível - Figura A52) e não empresariais (54% dos inquiridos, ponderado por montante elegível - Figura A35) consideram que os projetos reúnem todas as condições para assegurar a sustentabilidade financeira do projeto no longo prazo, garantindo suporte dos custos operacionais associados.
345. Além disso, grande parte dos promotores perspectiva que os efeitos/resultados gerados pelos seus projetos permanecerão no médio/longo prazo. Concretamente, 91% dos inquiridos empresariais (Figura A53) e 90% dos inquiridos não empresariais (Figura A36).

Área Programática 2.1. "Oceano, Atmosfera e Sistema Integrado"

No domínio Oceano, Atmosfera e Sistema Integrado foram apoiadas 56 operações (0,8% do total, envolvendo apenas 1,8% do total de fundos), financiadas maioritariamente pelo PO SEUR (48%). Visam sobretudo a elaboração dos principais instrumentos de planeamento associados à adaptação às alterações climáticas (PI 5.1) e projetos de proteção da biodiversidade e a dinamização dos serviços de ecossistemas (PI 6.4), sendo que quase 1/3 do fundo mobilizado se destinou a projetos na RA da Madeira.

346. Um dos principais desafios estruturadores da ENM 2013-2020 passava, por um lado, por reforçar o conhecimento sobre a evolução e alterações do clima e sobre as soluções para mitigar os riscos, impactes e vulnerabilidades associadas e, por outro lado, por melhorar a proteção da biodiversidade e a dinamização dos serviços de ecossistemas marinhos e costeiros. Os apoios do PT 2020 enquadrados na Área Programática Oceano, Atmosfera e Sistema Integrado procuraram responder a estes desafios.
347. Em 2020, a AP enquadrava 56 operações (0,8% do total, Anexo 3.2.4) e o reduzido valor de investimento associado a este tipo de operações concorre para que o investimento elegível da AP represente apenas 1,4% do total e o volume de financiamento comunitário 1,8%. O principal PO financiador é o PO SEUR, representando 48% do financiamento da AP, que é também financiada pelo PO Açores e os dois programas de cooperação. Ao nível das operações, o PO SEUR assume-se igualmente como o mais relevante, com 2/3 das operações, como resultado do importante contributo da PI 5.1, centrada no apoio aos principais instrumentos de planeamento associados à adaptação às alterações climáticas (respondendo ao objetivo e desafio nacional de melhorar os níveis de conhecimento, planeamento e monitorização dos problemas resultantes das alterações climáticas).

⁶⁵ Fonte: DGEEC

348. A distribuição geográfica das operações demonstra a importância das regiões Centro e Norte (36% das operações), embora em termos de distribuição do financiamento a Região Autónoma da Madeira assuma uma enorme preponderância (32% do fundo aprovado). Assinale-se ainda a importante representatividade, quer na distribuição das operações, quer do financiamento, da escala territorial suprarregional (18% das operações e do financiamento são catalogadas como “multirregional”).

As operações da AP 2.1 registaram uma taxa média de realização satisfatória (54%), embora com desempenhos muito assimétricos entre as duas PI, com os projetos promovidos na PI 6.4 a apresentar maior dificuldade em cumprir integralmente as metas contratualizadas, em grande parte como consequência da conjuntura económica durante a pandemia, que foi bastante impactante na operacionalização de muitas das ações previstas. Os atrasos gerados estão a ser recuperados, mas, pontualmente, poderão comprometer em definitivo a execução plena das ações previstas nos projetos aprovados. No caso da PI 5.1, os promotores, no geral, expectam uma realização integral do valor do investimento contratado muito positiva.

349. À data de reporte da Avaliação a AP 2.1 apresentava uma taxa média de realização de 54%, com um desempenho muito diferenciado entre PI – as operações da PI 5.1 tinham uma taxa média de execução de 84%, enquanto a PI 6.4, em particular no PO MAC, uma taxa de apenas 4,4%. A este facto não é alheia a dimensão das operações, dado que dimensão média do investimento elegível das operações da PI 5.1 é de 527 mil euros, enquanto no PO MAC (PI 6.4) é superior a 1,8 milhões de euros. Acresce que no caso dos projetos transnacionais (PO MAC; PI 6.4), em que os consórcios integram múltiplos parceiros e na maioria dos casos se estendem por períodos longos, historicamente regista-se que apenas no final do período de execução os parceiros começam a enviar os pedidos de pagamento (o chefe de fila tem de esperar que todos os parceiros tenham cumprido internamente os processos de fiscalização/certificação), o que tem um impacte significativo nas taxas de execução. Neste contexto e não obstante os avanços alcançados, nos últimos anos, importa continuar a melhorar/aumentar o processo de custos simplificados para que o processo de certificação de pagamentos não seja tão moroso. Estas diferenças no progresso até 2020 têm também reflexo nas expectativas sobre a execução do investimento contratado: de acordo com as respostas ao inquérito aos projetos, 20% dos inquiridos da PI 6.4 indicou que a execução iria ficar abaixo do contratado, enquanto na PI 5.1 cerca de 87% dos inquiridos indicou que os projetos iriam ser executados de acordo com o contratado (Figura A9). Sublinhe-se que à data de reporte, nesta AP, apenas 10 das 56 operações estavam concluídas.

350. Analisando os indicadores de realização e resultado destas duas PI para a totalidade de operações apoiadas pelo PT 2020 é possível concluir que, apesar de não terem ainda sido atingidas as metas estabelecidas, estas poderão, na maioria dos casos, ainda ser atingidas até 2023. No contexto de operações mar, o único indicador de resultado quantificado com meta associada (*nível de implementação das medidas de adaptação às alterações climáticas identificadas no âmbito dos instrumentos de planeamento e gestão apoiados*), relativamente às intervenções para as quais ano alvo é 2020 ou anterior, apresenta ainda uma execução longe da meta definida (30%, quando a meta é de 80%, em 2023), prevendo-se a necessidade de acelerar a execução para garantir atempadamente a sua plena concretização (Quadro A30). Com base neste resultado, e conforme expresso nas entrevistas aos *stakeholders* relevantes (onde se concluiu pela dificuldade de as entidades públicas muitas vezes conseguirem assegurar, pelo menos atempadamente, a contrapartida nacional nos projetos apoiados), parece não ter sido plenamente garantido o PE II.2.5 (capacidade financeira dos promotores para implementar as múltiplas medidas de sua responsabilidade preconizadas nos instrumentos de planeamento setorial e regional).

As operações apoiadas estão a concorrer para o reforço significativo da capacidade nacional de adaptação e sensibilização sobre riscos associados às alterações climáticas (maior conhecimento, planeamento, monitorização) e para uma melhor gestão e conservação dos ecossistemas marinhos e costeiros. Contudo, nesta última dimensão, sendo muito positivos os resultados alcançados ao nível da melhoria do conhecimento, foram manifestamente insuficientes em termos de evolução do estado de conservação.

351. Nos últimos anos, têm sido desenvolvidos Planos Intermunicipais de Adaptação às Alterações Climáticas, promovidos por estruturas sub-regionais (comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas), bem como Planos Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas, promovidos por Municípios (incluindo capacitação das suas estruturas técnicas), enquanto instrumentos de referência para delinear as ações e medidas de adaptação às alterações climáticas. Apesar da meta nacional prevista ainda não ter sido alcançada (254 Municípios com planos de identificação de vulnerabilidades e riscos), à data de reporte eram já bastante significativos os valores atingidos (228 Municípios), indiciando uma elevada probabilidade da sua plena concretização. Sublinhe-se que sendo valores globais, na esmagadora maioria dos casos enquadram-se no objeto desta avaliação, dada a prioridade que lhes foi atribuída nos territórios mais críticos à erosão costeira e galgamentos oceânicos, e consequente preocupação com a necessidade de reforçar a proteção de pessoas e bens, através de ações adaptativas. Neste quadro, a estimativa realizada aponta para 170 Municípios com planos de identificação de vulnerabilidades e riscos implementados. Por outro lado, o facto de 30% das medidas de adaptação às alterações climáticas identificadas no âmbito destes instrumentos de planeamento e gestão estarem já implementadas deve ser assinalado como positivo.

352. O reforço das capacidades nacionais de adaptação estaria, num primeiro momento, focado numa perspetiva mais transversal assente no planeamento, no conhecimento, na monitorização, na comunicação e na sensibilização. As realizações alcançadas (31 instrumentos de planeamento e gestão elaborados, avaliados ou revistos; 116 ações de comunicação, divulgação e sensibilização sobre riscos associados às alterações climáticas), concorrem indubitavelmente para essas dimensões-críticas.
353. No caso da PI 6.4, a meta associada ao indicador “Superfície dos habitats apoiados para atingirem um melhor estado de conservação”, para o universo das operações do PT2020, apresenta-se ainda longe de ser alcançada. Contudo, face ao valor já atingido à data de reporte da avaliação (136.661 ha plenamente executados, que comparam com a meta de 185.500 ha), e em função das operações em execução, a meta afigura-se alcançável até 2023. Destes 136.661 ha de superfície apoiados pelo PT2020 para atingirem um melhor estado de conservação, 15.546 ha foram intervencionados no âmbito dos projetos enquadrados na ENM, representando 11,3% desta tipologia de realizações alcançadas até 31.12.2020, para a globalidade do PT 2020. Considerando também as operações de caráter transnacional, financiadas pelos PC, o número de hectares apoiados atinge os 94.176 ha, reforçando o contributo das operações mar para um melhor estado de conservação, que não se circunscreve ao território nacional.
354. O apoio à promoção e manutenção do estado de conservação favorável das espécies e habitats protegidos, bem como a proteção dos ecossistemas marinhos, configuram desafios importantes a que os FEEI procuraram dar resposta, nomeadamente através da PI 6.4. As realizações atingidas até à data de reporte (60 ha de superfície abrangida pelas ações realizadas; 157 estudos de caso e EC e ações piloto implementados; 51.244 participantes em ações para a disseminação e capitalização de resultados), atestam dos passos importantes dados nestas dimensões. A prossecução das metas e objetivos de gestão e conservação dos ecossistemas marinhos e costeiros apenas será possível se se concretizarem investimentos na atualização/colmatação de lacunas de informação e em processos eficazes de monitorização, pelo que os 2 instrumentos de planeamento e gestão elaborados, avaliados ou revistos e os 3 Sistemas de Informação e Monitorização e Portais Eletrónicos desenvolvidos ou modernizados assumem especial relevância. Segundo alguns *stakeholders* consultados, os apoios canalizados via FEEI foram muito importantes e contribuíram para alcançar resultados muito positivos ao nível da melhoria do conhecimento, mas foram menores em termos de evolução do estado de conservação.
355. Não obstante, o facto de 2,89% de espécies (nº de indivíduos) e de habitats e ecossistemas (superfície em ha) terem beneficiado de ações de recuperação para melhorar o seu estado de conservação (indicador de resultado), deve ser valorizado muito positivamente.

Os avanços obtidos ao nível da informação (aumento, atualização, colmatação de lacunas) nesta AP, concorrem diretamente para a prossecução de vários dos impactes estabelecidos na TdM da EN Mar, nomeadamente e de forma expressiva para o reforço da capacidade científica nacional e do conhecimento do Oceano. Os resultados positivos (mas pouco expressivos) gerados em termos da melhoria do estado de conservação das espécies, dos habitats e dos ecossistemas, têm igualmente um contributo importante para o aumento da sustentabilidade dos recursos pesqueiros. Não sendo possível efetuar uma avaliação rigorosa do cumprimento do Bom Estado Ambiental da Diretiva Quadro da Estratégia Marinha, a avaliação muito positiva efetuada a mais de 120 descritores parece indicar que têm sido dados passos muito positivos para o cumprimento desse objetivo, carecendo de uma resposta/de avanços mais consistentes e afirmativos os domínios da eutrofização, do peixe e marisco comercial e de contaminantes em produtos do mar.

356. Existe um nexo de causalidade direta entre as intervenções apoiadas e o reforço das capacidades nacionais de adaptação às alterações climáticas e da proteção dos ecossistemas marinhos e costeiros. Os apoios do PT2020 terão contribuindo de forma muito direta, para os efeitos esperados na AP, havendo um alinhamento total entre as intervenções e a ENM 2013-2020 (confirmação do PG I.O.1).
357. Dos inquiridos com projetos apoiados no âmbito da PI 5.1, que responderam à questão sobre o contributo do seu projeto para os objetivos estratégicos da Economia do Mar, 25% considera que o seu projeto tem um contributo forte ou muito forte para “Reforçar o posicionamento de Portugal na estratégia marítima da UE”, 36,4% para o “Aproveitamento do potencial económico, geoestratégico e geopolítico do território marítimo nacional” e 41,7% para a “Promoção do uso mais eficiente e sustentável dos recursos marinhos”. Na PI 6.4, 60% considera que o seu projeto tem um contributo forte ou muito forte para a “Promoção do uso mais eficiente e sustentável dos recursos marinhos”. Sublinhe-se que segundo alguns *stakeholders* na ausência de financiamento para o desenvolvimento de planos de monitorização (contínuos, sistemáticos), ou seja de apoios financeiros específicos para o processo de monitorização, é impossível realizar uma avaliação rigorosa do cumprimento do Bom Estado Ambiental da Diretiva Quadro da Estratégia Marinha (um dos indicadores de impacto estabelecido na TdM da ENM). O facto da referida Diretiva permitir que se apliquem derrogações para avaliar o bom estado ambiental tem permitido ao Estado Português não ser penalizado pela ausência de informação para algumas dimensões-críticas.

358. Com base na informação do WISE – Marine, em 2020, Portugal no âmbito desta Diretiva Quadro, apresentava 10 avaliações “más”, nomeadamente nos domínios da eutrofização, do peixe e marisco comercial e de contaminantes em produtos do mar. Pelo contrário, avaliavam-se muito positivamente 127 descritores, sobretudo no domínio dos contaminantes em produtos do mar. Contudo, com base na mesma fonte, constata-se a existência de múltiplas situações em que se refere que “as informações disponíveis para a avaliação do descritor (...) nesta característica do ecossistema foram analisadas, concluindo-se que a sua periodicidade e resolução não eram adequadas para uma avaliação consistente desse descritor no ecossistema costeiro da unidade marinha” ou que “a informação disponível é insuficiente para a sua reavaliação” ou ainda que “a informação disponível para caracterizar os habitats (...) no período 2012-2017 é escassa. Por outro lado, as séries disponíveis são curtas o que dificulta a definição das condições de referência para a atribuição da classificação”. Neste quadro, não parece possível efetuar uma avaliação rigorosa de um dos indicadores de impacto previstos na TdM, nomeadamente do cumprimento do Bom Estado Ambiental da Diretiva Quadro da Estratégia Marinha. Não obstante, o facto de se efetuar uma avaliação muito positiva relativamente a mais de 120 descritores parece indiciar que têm sido dados muito positivos para o cumprimento desse objetivo.
359. O processo de inquirição permite recolher outras importantes evidências. Por um lado, a quase totalidade dos inquiridos (mais de 95%, ponderado por montante de investimento elegível) reconhece a necessidade de enveredar esforços específicos ao setor para melhor se adaptar às alterações climáticas e o alinhamento e contributo do(s) seu(s) projeto(s) para os instrumentos desenvolvidos neste âmbito (p.e. plano municipal de adaptação às alterações climáticas). Por outro lado, a totalidade de inquiridos (99%) considera que é fundamental o setor possuir instrumentos de planeamento de adaptação às alterações climáticas atuais e eficazes, reforçando-se assim a importância e a pertinência dos muitos instrumentos financiados neste âmbito pelo PO SEUR. Ainda nesta perspetiva, é igualmente assinalável que 86% dos inquiridos respondentes considere que existe um elevado alinhamento do seu projeto com o plano de adaptação às alterações climáticas elaborado para o setor e 87% que existe um elevado alinhamento do seu projeto com os instrumentos territoriais (regionais/locais) de adaptação às alterações climáticas (plano municipal/regional de adaptação às alterações climáticas; plano municipal de ação climática, estratégia municipal de adaptação às alterações climáticas,...). Neste quadro, o aumento do conhecimento, a existência de instrumentos referenciais, a maior sensibilização dos atores-chave para os riscos e efeitos das alterações climáticas, parece estar a contribuir de forma muito positiva para se instituir uma cultura de precaução e prevenção fundamental para reforçar a capacidade adaptativa do país aos fenómenos climáticos.
360. Quando questionados sobre o contributo do seu projeto para esta AP, os inquiridos promotores de projetos na PI 5.1 e 6.4, assinalaram como forte/ muito forte o contributo para: i. Melhorar o conhecimento sobre riscos climáticos, vulnerabilidades e capacidade de resposta e adaptação às alterações climáticas (78%) e ii. Melhorar o conhecimento sobre o estado de conservação e dos estatutos de ameaça de espécies e habitats (76%) - Figura A25. Deve também ser relevado que mais de 2/3 dos inquiridos ter assinalado que o seu projeto tem um contributo importante para implementar as medidas preconizadas nos instrumentos de planeamento setorial e regional/local de adaptação às alterações climáticas, concorrendo diretamente para o indicador de resultado do PO SEUR (implementação de 45% das medidas de adaptação às alterações climáticas identificadas no âmbito dos instrumentos de planeamento e gestão apoiados).
361. Estes importantes resultados que estão a ser gerados pelos projetos apoiados foram corroborados no âmbito das entrevistas (AG POSEUR) e *focus group* realizados, sinalizando-se a importância de ter sido possível apoiar a elaboração dos instrumentos de planeamento setorial e sensibilizar e capacitar os atores no âmbito desses processos (colaborativos, participativos, de co-construção), como forma de garantir uma maior adequação e eficácia na resposta aos problemas e desafios emergentes. Também a integração de parceiros portugueses em consórcios europeus, no âmbito de projetos transnacionais, foi valorada como muito positiva permitindo integrar e participar ativamente na busca de soluções e respostas a desafios comuns do espaço marítimo europeu.
362. Neste quadro, os avanços obtidos ao nível da informação (aumento, atualização, colmatação de lacunas) e da implementação de medidas e ações previstas nos instrumentos referenciais de planeamento setorial, concorrem diretamente e de forma expressiva para o reforço da capacidade científica nacional e do conhecimento do Oceano e para o reforço do posicionamento de Portugal na Estratégia Marítima da UE e, em menor escala para o aumento do conhecimento do potencial de recursos disponíveis e para o aumento da sustentabilidade dos recursos pesqueiros.

A conjuntura económica (pandemia COVID-19) e os processos de contratação pública foram muito impactantes para a prossecução de resultados em alguns domínios. Pelo contrário, a capacidade de mobilização e envolvimento de atores-chave, a definição de modelos de governação multinível eficazes e a abrangência e qualidade das parcerias desenvolvidas foram dimensões muito relevantes para gerar resultados mais expressivos.

363. Nesta AP, segundo os inquiridos, emergem como principais fatores críticos que condicionaram os resultados do projeto a conjuntura económica durante a pandemia COVID-19 e, sobretudo, os processos de contratação pública (prazos/burocracia) - Figura A26. Estes fatores foram também evidenciados pelos entrevistados no EC Obras

Marítimas (APA), corroborando que os procedimentos associados à contratação pública e as situações de litigância foram bastante impactantes para a execução. Pelo contrário, foram assinalados como fatores muito importantes enquanto facilitadores dos resultados obtidos, a mobilização de atores-chave, a definição de modelos de governação multinível eficazes e a abrangência e qualidade das parcerias desenvolvidas. Também neste caso, as entrevistas realizadas, sobretudo à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) no âmbito do EC das Obras Marítimas, vieram corroborar esta apreciação realizada no âmbito do processo de inquirição.

364. Ainda que nos últimos anos terem sido efetuadas avaliações do estado de conservação dos habitats naturais e espécies protegidas pelas Diretivas Aves e Habitats e se tenham dado passos na tentativa de alargar a Rede Nacional de Áreas Protegidas e Rede Natura 2000 ao meio marinho, persistem muitas lacunas de informação e conhecimento sobre a biodiversidade e ecossistemas marinhos, condicionando o processo de alargamento da Rede Natura 2000 à extensa componente marinha do território sob jurisdição nacional. Apesar da existência de alguns instrumentos e planos de gestão, persiste a necessidade de identificar e aperfeiçoar as medidas de gestão, e recuperação de espécies e habitats com estatuto de conservação desfavorável em meio marinho. Neste quadro, acaba por se verificar, em parte, o PE I.2.2 (existência de instrumentos de ordenamento eficazes/atualizados e listagens de espécies e habitats com estatuto de conservação desfavorável). No futuro, é fundamental prosseguir este esforço de supressão das lacunas de conhecimento (tanto dos habitats, como das espécies), garantindo-se financiamentos à escala adequada. A disponibilização de navios e instrumentos e a existência de uma maior capacidade institucional-científica organizada é fundamental (não existe um mercado – universidades, empresas – capaz de dar resposta às necessidades; a capacidade instalada é muito reduzida, não permitindo atuar a grande escala). Não obstante, as lacunas de informação que persistem, não devem impedir a atuação. Quer a futura Lei de Restauro Ecológico, quer as prioridades e linhas de orientação definidas na Biodiversidade 2030 ao nível da Rede Nacional para as Áreas Protegidas Marinhas, contemplam metas vinculativas, gerando uma elevada exigência na melhoria do conhecimento, com custos que deverão ser acomodados pelos futuros instrumentos de apoio comunitário.
365. Ao nível da sustentabilidade, e considerando as respostas ao inquérito, não é possível retirar conclusões estatisticamente significativas, devido ao reduzido número de respostas. No entanto, é possível aferir que na maioria dos casos (54% dos respondentes) dispõem das condições necessárias para assegurar a sustentabilidade financeira dos projetos no futuro, garantindo o suporte dos custos operacionais associados (apenas 8% refere não conseguir assegurar essas condições). A esmagadora maioria (68%) dos respondentes prevê que os resultados dos respetivos projetos perdurem no longo prazo (mais de 5 anos após a conclusão dos projetos).

Área Programática 3.1. “Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura”

A AP 3.1 assume o maior peso no total de operações Mar apoiadas (68% do total), sendo a esmagadora maioria destinada ao apoio de rendimento (54% do total) no âmbito de atividades da pesca e indústria do pescado. Estes apoios tendem a assumir uma dimensão relativamente reduzida, concorrendo para que a AP represente 20% do financiamento comunitário, atribuído quase na totalidade por via do PO Mar (97% da AP) e distribuído com maior peso entre os EP 5 (41%), EP 1 (33%) e EP 2 (23%). Entre as diferentes intervenções financiadas, destacam-se pelo volume de financiamento as medidas de apoio à indústria de transformação de produtos da pesca e aquicultura (23% do financiamento comunitário), medidas de apoio ao desenvolvimento sustentável da aquicultura (18%) e medidas para a melhoria de portos de pesca, lotas e instalações destinadas à recolha de lixo (17%).

366. À data de reporte, a AP “Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura” albergava o maior número de operações (4.633), representando 68% do universo de operações Mar. Para esta realidade contribui o elevado número de operações relativas às compensações pelas cessações das atividades da pesca (1.171 operações), incluídas nos eixos prioritários do PO Mar EP1, e às compensações às RUP (2.508 operações), incluídas no EP5. Estas operações (3.679, representando 54% do total de operações e 79% das da AP), que se distinguem das restantes por representarem um apoio ao rendimento, envolvem também um valor médio de financiamento significativamente mais baixo (cerca de 14.400 €, que compara com 230.600 € nas restantes operações). Nesse sentido, pela reduzida dimensão relativa das operações, esta AP representa apenas 20% do financiamento (16% sem cessações ou compensações), apesar do elevado volume de operações financiadas.
367. A AP inclui operações de diversos Programas Operacionais e de Cooperação, sendo, contudo, dominada pelas operações do PO Mar. Por conseguinte, a maioria das operações e do financiamento encontra-se associado aos eixos EP 1, 2 e 5 (alinhamento total) deste mesmo PO, representando 97% do financiamento e 99% das operações (incluindo compensações). As restantes operações, relativas ao OT3 e OT8 assumem um caráter residual. Ao nível regional, ainda que as operações apresentem maior concentração na RA Açores (49%, sendo que a maioria das operações se desenvolve no âmbito do EP 1 e visa o apoio à cessação temporária das atividades da pesca), o financiamento comunitário encontra-se distribuído com peso semelhantes entre diferentes regiões, nomeadamente o Centro, RA Açores, AML e Norte (entre 22% e 16% do financiamento), com os projetos nas restantes regiões a assumirem menor relevância. O Anexo 3.2.5 3.2.3.2.5 inclui uma ficha-síntese das operações

financiadas no âmbito desta AP, que pode ser consultada para aceder a dados mais detalhados sobre a distribuição regional das operações aprovadas.

368. Os três eixos prioritários do PO Mar inseridos na AP têm correspondência a três segmentos do setor: capturas (EP1), aquicultura (EP2) e indústria do pescado (EP5, no qual estão também incluídas medidas ligadas à comercialização e armazenagem do pescado). Em cada eixo estão incluídas diferentes medidas visando dar respostas diferenciadas às necessidades dos segmentos. No caso do EP1 (capturas), estão incluídas medidas de apoio: a investimentos a bordo, compreendendo intervenções que visam a melhoria da eficiência energética e a substituição de motores; ao arranque de atividade de jovens pescadores; a parcerias entre pescadores e cientistas; à proteção de biodiversidade; à intervenção em portos de pesca e lotas; e, por fim, as cessões de atividade temporárias e definitivas. As diferentes medidas assumem diferentes níveis de relevância, fruto também da procura a elas dirigida. Durante o período de programação, destacam-se os apoios aos investimentos em portos de pesca e lotas, que concentravam cerca de 17% do financiamento comunitário da AP, e os apoios às cessações de atividade temporárias, com 25% do número de operações da AP. Em contraponto, as medidas de apoio à cessão definitiva da atividade e ao arranque da atividade de jovens pescadores exibiam um reduzido número de operações, fruto da baixa procura dirigida às mesmas. No caso concreto do apoio a jovens pescadores no começo da sua atividade, a reduzida procura por apoios resulta, em parte, de uma dificuldade estrutural na atração de jovens para as atividades tradicionais do setor do mar, sendo este um público que apresenta uma menor predisposição para as atividades da pesca (RG I.O.1 - Baixa atratividade de alguns setores da Economia do Mar para os jovens reduz a adesão da procura), tendendo a comprometer a renovação dos recursos humanos do setor. Adicionalmente, a este constrangimento à procura soma-se a baixa atratividade da medida de apoio (em termos de taxa de cofinanciamento e dos valores de apoio). Na tentativa de ultrapassar estas condicionantes estruturais, a AG do PO Mar tem vindo a empreender esforços no sentido de reforçar a comunicação das oportunidades no setor do mar junto dos jovens.
369. O EP2 inclui três tipos de medidas – apoio ao desenvolvimento sustentável da aquicultura, desenvolvimento dos sítios aquícolas e as medidas de saúde pública e de promoção do bem-estar animal. Entre estas medidas, destaca-se, pelo montante de financiamento, a medida de desenvolvimento sustentável da aquicultura, que compreende tanto apoios à inovação na aquicultura (destinada, sobretudo, a universidades e SCTN), como a investimentos produtivos. Paralelamente, nas medidas de saúde pública e bem-estar animal, a prioridade contempla apoios aos produtores na sequência de perdas de rendimento decorrentes de quebras/suspensão de produção ou vendas (e.g. vírus, bactérias, pandemia COVID-19).
370. No âmbito do EP5 incluem-se medidas ligadas à comercialização (planos e medidas de comercialização), de apoio à armazenagem, compensações às RUP (54% do total de operações da AP) e de apoio à indústria de transformação da pesca e aquicultura, que representavam menos de 3% das operações da AP, mas concentravam perto de 23% do financiamento (28% se excluídas compensações e cessações).
371. A AP apresentava uma taxa média de realização financeira de 56% (superior aos 48% do total das operações Mar, mas alinhada com o PT2020 à data), porém este valor é inferior para as PI sem enquadramento no PO Mar (abaixo de 20%). As operações inseridas nos eixos do PO Mar exibiam uma taxa de execução de 58%, que decresce para cerca de 50%, quando excluídas as compensações por cessações e às RUP, que, pela sua natureza (apoio a rendimento), tendem a ter níveis de realização mais elevados. Entre prioridades, a realização financeira do EP5 situava-se claramente acima das restantes, em cerca de 71% (85% quando excluídas os apoios às RUP). Em contraste, na aquicultura (EP2), a taxa de realização financeira era de apenas 40%, prejudicada em parte pela (menor) realização dos apoios concedidos no âmbito da pandemia COVID-19 (medidas de saúde pública) disponibilizados mais recentemente. Entre as operações da EP 1, duas medidas destacam-se pela reduzida taxa de realização, nomeadamente a inovação e parcerias entre cientistas e pescadores (13%), para a qual contribuiu a dificuldade de articulação entre estes atores e a morosidade das atividades de inovação, e a de proteção da biodiversidade (13%).

A desadequação, em âmbito e forma, de alguns apoios financiados pelo PT2020 face às necessidades e perfil do público-alvo, assim como o desconhecimento, por parte dos promotores, de instrumentos de financiamento de PO complementares ao PO Mar contribuem para uma menor adesão aos apoios disponíveis.

372. As menores taxas de adesão da procura tendem a ser explicadas pela desadequação dos instrumentos e formas de apoio face às necessidades e perfil do público-alvo, onde são exemplos a medida de apoio ao arranque de atividade dos jovens pescadores, acima referida, ou de apoios a investimentos em embarcações, onde a idade média avançada da frota nacional beneficiária, sobretudo, de apoios para aquisição de novas embarcações, em detrimento da renovação das existentes com idade muito avançada. Contudo, nos moldes atuais, a PCP não permite o financiamento da aquisição de novas embarcações, pelo que a definição de qualquer medida promotora de uma maior adequação da oferta deverá ter estas condicionantes em consideração. Ainda assim, a grande maioria dos promotores inquiridos com projetos aprovados considera que a oferta e as formas de apoio disponibilizadas se adequaram às suas necessidades, o que sugere a validação do PG I.O.3.

373. De forma geral, e no que se refere à intervenção do PO Mar, os menores níveis de compromisso em determinadas tipologias/medidas não serão atribuíveis à comunicação e divulgação das mesmas, dado que há um conhecimento generalizado dos instrumentos do FEAMP entre os promotores do setor, resultante do histórico de períodos de programação. Contudo, este não é, na generalidade dos casos, acompanhado pelo conhecimento de outros instrumentos financiadores que podem ser igualmente utilizados pelos promotores dos setores tradicionais do mar, nomeadamente para o apoio à internacionalização. Entende-se assim que uma maior divulgação de apoios complementares (do PT2020 ou outros) para este público-alvo seria importante.
374. Considerando já os dados de execução de 2021 apresentados no Relatório Anual do PO Mar, verifica-se um incremento relevante nas três prioridades, em especial no EP1 (71% de taxa de realização em 2021) e no EP2 (58% em 2021). No mesmo sentido, e considerando as respostas ao inquérito, que tem em consideração as perspetivas de execução financeira individual dos projetos, 84% dos inquiridos perspetiva a execução dos investimentos de acordo ou acima do contratado (Figura A9 e Figura A39). Tal como no nível de realização até 2020, as perspetivas de execução entre os inquiridos são menores entre os projetos do EP2 (73% de acordo ou acima do contratado)⁶⁶.
375. A baixa execução no EP2 não terá, contudo, relação com aquele que era um dos riscos específicos considerados na TdM - RE I.3.3 (Prazos reduzidos das licenças para a atividade da aquicultura, desincentivam o investimento no setor e a adesão aos apoios) - uma vez que tanto pelas evidências recolhidas em inquérito como no EC6, este fator não foi tido como relevante para as decisões de investimento ou execução dos projetos.
376. A generalidade das metas de realização física (Quadro A29) encontrava-se cumprida ou passível de alcance no horizonte 2023, trajetória confirmada pela perceção dos promotores (90% dos inquiridos indicaram que as metas contratualizadas serão cumpridas ou superadas - Figura A10 e Figura A41) e validada em *Focus Group*.
377. Contudo, ao nível dos resultados alcançados, a perspetiva era, em 2020, tendencialmente mais negativa, influenciada em alguns indicadores pela ausência de operações concluídas em algumas tipologias de operação. Recorrendo aos dados do RAE 2021 do PO Mar, verifica-se que os resultados obtidos apresentam uma melhoria significativa, melhorando as perspetivas de as operações apoiadas alcançarem os resultados contratualizados (PG II.O.6).

O financiamento de investimentos a bordo contribuiu para reforçar a eficiência energética, as condições de segurança e higiene, bem como a vida útil das embarcações apoiadas. Contudo, as intervenções não aconteceram numa escala suficientemente relevante para alterar o contexto da frota nacional, marcado pelo envelhecimento e decréscimo das embarcações.

378. No EP1, as medidas de eficiência energética não tinham em 2020 produzido os resultados desejados no que se refere ao consumo de combustível por tonelada de captura, verificando-se um aumento do indicador em termos acumulados. Contudo, em 2021, o indicador tinha invertido a tendência (-287 l/ton), voltando a estar em linha com as metas para 2023. No âmbito da medida de apoio a investimentos a bordo, as operações apoiadas também terão contribuído para a melhoria da segurança e higiene nas embarcações (57% dos inquiridos empresariais indicou contributo elevado ou muito elevado - Figura A15 e Figura A43), concorrendo para o aumento da vida útil das embarcações intervencionadas. Contudo, o número de embarcações que beneficiou de intervenções neste âmbito representa apenas 2% da frota nacional registada em 2013. Consequentemente, ainda que possam ter contribuído para mitigar os efeitos do envelhecimento das embarcações apoiadas, estas intervenções não assumiram uma magnitude capaz de produzir alterações no contexto nacional, pautado pelo envelhecimento da frota (entre 2015 e 2020 a idade média da frota registada aumentou 5 anos) e pela diminuição da frota registada, transversalmente às diferentes artes da pesca, mas para a qual terão contribuído de forma mais expressiva as artes fixas. Para tal, também concorreu a impossibilidade de recorrer aos instrumentos de financiamento em análise para aquisição de novas embarcações, tal como anteriormente referido (parágrafo 372).

As restrições impostas à captura de certas espécies de pescado associadas ao apoio às cessações de atividade da pesca têm contribuído para a proteção da biomassa marinha, conjuntamente com uma maior consciência dos profissionais do setor para a importância deste tema. Neste contexto, os pescadores apresentaram a capacidade de reorientar as capturas para espécies que se enquadram na mesma arte da pesca, sem que a qualidade das águas do mar se tenha assumido como um constrangimento negativo à sua atividade, sendo esta uma hipótese colocada num contexto de intervenção pautado por uma preocupação crescente com os impactos inerentes às alterações climáticas e ao aumento da poluição. Adicionalmente, os resultados positivos não se encontram circunscritos a este nível de intervenção, sendo também relevante reconhecer o contributo das intervenções para a melhoria das condições dos portos e lotas e para a evolução positiva das variáveis económicas dos promotores que operam na indústria transformadora do pescado. Ainda que estes resultados se apresentem como positivos, a auscultação de

⁶⁶ Recorde-se que, deliberadamente, o inquérito não foi aplicado aos beneficiários das compensações financeiras.

promotores e outros stakeholders relevantes permitiu identificar condicionantes aos resultados dos projetos, nomeadamente a escassez de recursos humanos disponíveis para contratação no setor.

379. Em relação ao volume de capturas, o indicador ultrapassou as metas definidas, resultado para o qual terá contribuído em grande medida o impacto da COVID-19 na atividade pesqueira (redução de cerca de 37 000 toneladas só em 2020). Desconsiderando o ano de 2020, a diminuição do volume de capturas nos peixes marinhos, crustáceos e moluscos foi acompanhada pelo aumento do valor nominal das capturas. Nesta evolução, as capturas de sardinha (uma espécie que beneficia de medidas de controlo de stock e que se encontra associada a um grande número dos apoios atribuídos à cessação temporária das atividades da pesca) apresentaram o maior decréscimo entre estas espécies (18 mil toneladas), enquanto as capturas de cavala registaram o maior aumento em termos de volume (9 mil toneladas) e de biqueirão em termos nominais (13,4 milhões €). Sendo estas três espécies pescadas com recurso à arte do cerco, para esta tendência terá contribuído a reorientação da pesca de sardinha para outras espécies que se enquadram na mesma arte da pesca, disponíveis em quantidade no mar e que partilham algumas características nutricionais (EY, 2021), demonstrando a capacidade de adaptação dos profissionais da pesca do cerco para fazer face aos estrangulamentos impostos à pesca da sardinha. As alterações observadas no volume de capturas foram também acompanhadas por um aumento do valor das capturas em termos nominais, para o qual concorreram as variações de preço que ocorreram em paralelo com a evolução dos níveis de oferta (o preço médio dos peixes marinhos, moluscos e crustáceos descarregados entre 2013 e 2019 aumentou 20%).
380. Já ao nível das frotas em situação de desequilíbrio - público-alvo dos apoios às cessações temporárias de atividade -, até 2020 não havia registo de redução do indicador. No entanto, analisando os indicadores sobre a evolução da biomassa e evolução de quotas de pesca para a espécie mais relevante na arte do cerco, a sardinha, é possível observar uma alteração positiva no contexto (observando-se um aumento de 257 milhares de toneladas da biomassa de sardinha com idade superior a um ano, entre 2015 e 2020), podendo ser atribuível um contributo direto e indireto positivo das medidas de apoio à cessação de atividade, confirmado em *Focus Group*, na medida em que asseguraram a manutenção de rendimentos e de atividade das embarcações num contexto de restrições às capturas. A este efeito junta-se a maior consciencialização para a importância de proteger a biodiversidade marinha, que contribuiu para a prática de capturas mais seletivas, com o intuito de proteger as espécies em situação de risco. Por conseguinte, ainda que a potenciação da sustentabilidade dos recursos pesqueiros não se encontre circunscrita aos apoios fornecidos no âmbito dos FEEL, estes apresentam um contributo relevante no sentido dos resultados desejados.⁶⁷
381. A evolução positiva observada no caso dos stocks de sardinha permite refutar parcialmente o risco RE III.3.13 (Diminuição do stock de espécies marinhas de elevado valor comercial diminui a competitividade do setor das pescas), uma vez que apenas 1,4% dos promotores empresariais e nenhum promotor não empresarial apoiados no âmbito do EP1 (ponderado por investimento elegível) consideram que os níveis de biomassa (de espécies marinhas de elevado valor comercial) se assumiram como uma condicionante ao projeto.
382. A auscultação de promotores via inquéritos permite concluir que os níveis de poluição e as alterações climáticas não apresentaram um impacto significativo nas atividades das capturas, uma vez que a maioria dos inquiridos empresariais e não empresariais (correspondente a 82% e 85% dos projetos aprovados) considera que estes fatores não impactaram os resultados do projeto. Adicionalmente, a análise documental efetuada sugere que este será também o caso no contexto nacional, com os dados provisórios da WISE - Marine⁶⁸ a revelarem que o estado ecológico das águas costeiras portuguesas é na sua grande maioria saudável - elevado (55%), bom (27%) ou moderado (14%) - bem como o estado químico (71% das águas apresenta um bom estado químico), sugerindo que a qualidade das águas costeiras não assume na generalidade dos casos um impacto negativo na biodiversidade marinha nacional. Por conseguinte, o pressuposto RE III.3.12 (As alterações climáticas e o aumento da poluição das águas condicionam a atividade através da diminuição da quantidade/qualidade da biomassa de pescado no oceano) encontra-se refutado.
383. A principal medida, em valor de incentivo, do EP1 - intervenção em portos e lotas - não dispõe de indicadores de resultado calculados ao nível do PO, uma vez que os efeitos das intervenções tendem a manifestar-se de forma qualitativa. As evidências recolhidas por via de inquérito aos promotores salientam, contudo, a existência de resultados positivos, destacando-se o contributo dos projetos para a melhoria das condições de segurança (75% dos beneficiários não empresariais inquiridos contributo forte ou muito forte), e para as condições de acesso e desembarque (75%) - Figura A15 - que deverão contribuir positivamente para uma maior facilidade e eficiência no cumprimento da PCP, nomeadamente ao nível da obrigatoriedade de descarga de todas as capturas, bem

⁶⁷ Nas zonas 8.c e 9.a definidas pelo Conselho Internacional para a Exploração do Mar que abrangem a costa atlântica da Península Ibérica.

⁶⁸ A WISE - Marine é uma plataforma que resulta da parceria entre a Comissão Europeia e a Agência Europeia do Ambiente, responsável por compilar e providenciar dados sobre o estado do mar para os diferentes países da União Europeia

como para a competitividade do setor, por via da melhoria das condições de segurança alimentar (uma das dimensões de segurança endereçada pelos projetos apoiados), que por sua vez contribuem para a qualidade dos produtos e confiança dos seus consumidores.

384. A execução física do EP5 apresenta tendencialmente o melhor desempenho entre as três prioridades analisadas. Os indicadores do PO Mar, que incidem, sobretudo, sobre a comercialização de pescado apresentavam resultados mistos em 2020, antecipando o cumprimento das metas nas vendas nas OP, mas não apresentando qualquer valor de resultado nas vendas não-OP. Contudo, já considerando dados de 2021, o indicador de vendas não-OP superava largamente as metas definidas. Os beneficiários do EP 5 que responderam ao inquérito, essencialmente empresas da indústria do pescado, confirmam resultados positivos nas respetivas atividades, nomeadamente, nas variáveis de VAB (+33% em ano cruzeiro) e exportações (+21% em ano cruzeiro), tendo os projetos contribuído em cerca de 45% e 32% dos incrementos, respetivamente. Os incrementos na atividade tiveram também reflexo na criação de emprego, com cerca de 75% dos projetos inquiridos a ter resultado na criação de emprego (média de 13 postos de trabalho criados). A disponibilidade de recursos humanos apresenta-se como uma das principais condicionantes ao sucesso destes projetos (evidência de inquérito - Figura A44 - e EC2), dada a sua relevância numa atividade intensiva em fator trabalho e com pouca atratividade em termos salariais. A escassez de recursos humanos, transversal às diferentes atividades do setor piscatório, tem vindo a ser contrabalançada com a contratação de recursos estrangeiros. Contudo, a evolução tecnológica que tem vindo a pautar o setor contribui para que as atividades que nele se enquadram se tornem gradualmente mais intensivas em capital e necessitem de recursos humanos mais qualificados, mitigando a intensidade do fator trabalho nas atividades e consequentes tendências salariais que contribuem para a atual escassez de mão de obra.

Os apoios atribuídos contribuíram para reforçar a competitividade da indústria transformadora de pescado à escala internacional, não tendo, contudo, sido suficientes para contrabalançar as importações potenciadas pela falta de matéria-prima nos principais mercados (atum e sardinha), culminando na deterioração da balança comercial desta indústria. Além deste fator, a atual conjuntura coloca desafios adicionais à competitividade da indústria, nomeadamente o fator energético e a necessidade crescente de certificação da matéria-prima.

385. O debate com entidades relevantes na indústria do pescado em sede de *Focus Group* confirma a relevância de reforçar a eficiência energética e/ou a capacidade de produção de energia a partir de fontes renováveis, uma vez que a atual conjuntura, marcada pelo aumento dos preços da energia, contribui para a perda de competitividade do setor, por via do aumento dos custos da atividade produtiva. Ao risco que o fator energético coloca à competitividade do setor, soma-se a necessidade crescente de certificação do pescado que se assume como um contributo cada vez mais relevante para o posicionamento da indústria nacional nos mercados internacionais.

386. Desconsiderando o ano de 2020 pelos constrangimentos que induziu no comércio internacional, a balança comercial da indústria transformadora do pescado, apresentou uma evolução ambígua no período de 2013 a 2019, não existindo uma evolução linear das exportações e importações no decorrer dos anos. No cômputo geral as importações aumentaram mais do que as exportações (31% e 3%, respetivamente), concorrendo para a deterioração da balança comercial (em 60%) que, beneficiando da forte componente exportadora que caracteriza a indústria, continuou a apresentar um superavit. Para este aumento das importações concorreu a importação das matérias-primas das principais espécies consumidas em conserva, nomeadamente o atum e a sardinha, sendo que o aumento das exportações de peixes, crustáceos e moluscos (41%) provenientes da atividade da pesca foi também inferior ao aumento das importações (52%), concorrendo para a deterioração da balança comercial destes produtos, cujo deficit aumentou em cerca de 61%. Por norma associada a um preço mais elevado, a produção nacional de conservas com recursos importados acaba por ser consumida por agentes com maior disponibilidade para pagar o produto, estimulando a necessidade de importar conservas para satisfazer o segmento da procura com menor disponibilidade para pagar.

387. As respostas ao inquérito, evidenciam um contributo positivo dos apoios para o aumento do volume de negócios internacional das empresas apoiadas. Por conseguinte, representando a totalidade das entidades apoiadas no âmbito destas medidas cerca de 57% das empresas a operar na indústria de preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos, é plausível que os apoios do PT2020 possam ter contribuído para uma parte relevante do aumento das exportações. Consequentemente e apesar da deterioração da posição global competitiva da indústria transformadora do pescado, ao concorrerem para o aumento das exportações, os apoios atribuídos no âmbito dos FEEL apresentam um contributo positivo para o reforço da competitividade da indústria, ainda que não tenha sido em magnitude suficiente para contrabalançar o aumento das importações.

No período de programação registou-se um aumento da relevância da produção aquícola nacional, para o qual concorreu o aumento da produção nacional de peixes marinhos, crustáceos e moluscos em regime de aquicultura. Contudo, num contexto de baixa realização financeira, apenas 4% do crescimento da produção até 2020 é atribuível aos apoios concedidos, revelando assim um contributo reduzido para a alteração de contexto, que se poderá alterar com o aumento do grau de maturidade das operações.

388. No EP2 o número de projetos apoiados no domínio dos investimentos produtivos na aquicultura (85) ultrapassava já a meta prevista, revelando uma adesão dos operadores acima do esperado, tendo sido apoiadas 16% das empresas a operar neste âmbito. Contudo, contabilizavam-se resultados aquém dos previstos nas duas grandes vertentes de resultado - o volume de produção e os postos de trabalho gerados. A auscultação de entidades relevantes em sede de *Focus Group* permitiu concluir que para este resultado contribuiu a sobrevalorização das metas definidas. Contudo, as operações apoiadas no âmbito deste eixo prioritário tenderão a ter resultados heterogéneos, dado que as evidências recolhidas no âmbito do inquérito e do EC6 apontam para resultados positivos na atividade das empresas apoiadas, tanto ao nível do incremento do volume de negócios, como na criação de emprego.
389. Os resultados alcançados à data são influenciados pelo contexto económico vivido entre 2020 e 2021, que implicou uma forte contração da procura e dos preços, levando até a abertura de novos apoios para mitigar as perdas registadas (inseridos na medida de saúde pública). De facto, 74% dos projetos (ponderados pelo investimento elegível) apontam como condicionante principal da execução a conjuntura económica durante a pandemia COVID-19 (que compara com 29% para o período pré-COVID-19), validando o RG II.0.4 (Evolução económica e financeira do país condiciona o alcance dos resultados previstos pelos promotores). Outra condicionante revelada pelos inquiridos do segmento da aquicultura é a limitação na contratação de recursos humanos (53,6% dos promotores empresariais, ponderado por investimento elegível- Figura A44), que tal como anteriormente mencionado é transversal ao setor, reforçando, de certa forma, a perspetiva de transversalidade da baixa atratividade dos setores da Economia do Mar (RG I.O.1).
390. Entre 2013 e 2020 registou-se uma evolução positiva no contexto de produção aquícola nacional, que sofreu um aumento de 69% no volume de produção. Contudo, a contribuição atribuível às operações apoiadas representa apenas cerca de 4% deste aumento, não se afigurando um contributo significativo dos FEEI para a alteração de contexto registada. A este resultado não deverá ser alheia a taxa de realização financeira dos projetos enquadrados neste eixo que revelava uma reduzida maturidade na implementação da generalidade dos projetos.
391. A análise de indicadores de contexto permitiu concluir que, contrariamente ao verificado nos outros eixos prioritários e às expectativas inerentes às evidências recolhidas via inquérito, a evolução da variável em análise (produção) apresentou-se positiva no ano de 2020, tendo-se verificado um aumento de 19% da produção aquícola face a 2019 e de 40 estabelecimentos de aquicultura ativos. O aumento de produção foi potenciado pelo crescimento da produção de moluscos, para o qual contribuíram mais significativamente a produção de berbigão, ameijoas, mexilhão e ostras (102, 550, 377 e 2 148 toneladas, respetivamente), enquanto a produção de Pregado, Dourada e Abróteas sofreu as maiores quebras de produção (137, 185 e 424 toneladas, respetivamente). Assim, ao contraste entre as considerações relativas aos resultados (obtidas via indicadores de contexto, inquérito e EC) deverá corresponder um desempenho heterogéneo entre empresas do setor, consoante as espécies que produzem. No caso dos moluscos, o aumento da produção em regime de aquicultura (3 178 toneladas) foi acompanhado pelo decréscimo das capturas (162 toneladas), sugerindo que, sem prejuízo de outros fatores que possam influenciar este resultado, a tentativa de compensar a quebra na oferta de moluscos capturados poderá concorrer para o aumento da sua produção em regime de aquicultura.
392. No computo geral, o crescimento da produção de peixes marinhos, crustáceos e moluscos tem vindo a potenciar o aumento da relevância da produção aquícola no total de produção nacional (no qual se inclui a produção por captura), sendo que entre 2013 e 2019 o peso da produção por aquicultura no total da produção nacional registou um aumento de 24%.⁶⁹

Os promotores consideram que os projetos são financeiramente sustentáveis a médio/longo prazo, prevendo que os resultados dos projetos se mantenham nesse mesmo horizonte. As boas perspetivas no que respeita à manutenção dos postos de trabalho criados, convivem, contudo, com a dificuldade, mais estrutural, de captar mão-de-obra para a indústria do pescado, a qual é assumida como uma das principais condicionantes à competitividade do setor.

393. Os promotores consideram que estarão reunidas as condições necessárias para garantir a sustentabilidade financeira dos projetos desta AP no futuro (82% dos inquiridos empresariais e 87% dos inquiridos não empresariais, ponderado por investimento elegível, indicaram que se encontram reunidas totalmente as condições necessárias - Figura A35 e Figura A52, respetivamente) mas também entre prioridades de investimento. Em relação à sustentabilidade dos resultados, observa-se uma dinâmica diferenciada entre os promotores empresariais e não empresariais inquiridos, sendo que, no caso dos primeiros, uma clara maioria (61%, ponderado por investimento elegível - Figura A36) perspetiva os resultados do projeto sustentáveis no longo prazo. Já no caso dos promotores não empresariais, os inquiridos reportam uma perspetiva

⁶⁹ Para efeitos de comparação, este cálculo considerara apenas as espécies que apresentam produção em regime de aquicultura.

equitativamente distribuída entre curto e longo prazo para a sustentabilidade dos resultados (Figura A53). Não obstante, apesar das perspetivas positivas sobre a sustentabilidade dos resultados alcançados, existem riscos que a poderão colocar em causa no futuro, nomeadamente, a baixa atratividade para os recursos humanos de determinadas atividades do setor, como o das pescas, mas também da indústria transformadora. Pela análise dos estudos de caso da área programática, é possível aferir que este fator, que nos últimos anos tem condicionado a capacidade de expansão produtiva (devido à intensidade de mão-de-obra), tenderá a agravar-se no futuro, colocando em causa a competitividade das indústrias do pescado, que, apesar de competitivas a nível internacional, tendem a operar com margens de rentabilidade baixas (e baixos salários).

394. Relativamente à capacidade de manutenção dos postos de trabalho criados, as perspetivas ao nível da operação são bastante positivas, sendo que a maioria dos inquiridos cujos projetos envolveram a criação de postos de trabalho prevê ser capaz de os manter no longo prazo (92% dos beneficiários empresariais inquiridos, ponderado por investimento elegível - Figura A54). Estes resultados são particularmente expressivos no caso do EP2 e EP5, sendo relevante reconhecer que a durabilidade dos efeitos das operações apoiadas no âmbito da AP no emprego das operações apoiadas é influenciada, sobretudo, pelos efeitos mais efémeros das operações ligadas às capturas (EP1), que visavam sobretudo a manutenção da atividade, a melhoria das condições das embarcações e dos portos e docas, e a preservação da biodiversidade, e não a criação de emprego e expansão da capacidade produtiva, como nos casos do EP2 e EP5.

Área Programática 3.2. "Biotecnologia Marinha"

A Biotecnologia Marinha assume-se como um nicho na Economia do Mar, pelo que as operações apoiadas nesta AP menos de 0,5% do total de operações Mar apoiadas. Ainda assim, é possível concluir que existe um alinhamento entre as prioridades que a ENM contempla para esta AP e as operações apoiadas, encontrando-se a maioria do financiamento atribuído no âmbito dos Sistemas de Incentivos. Os projetos foram sobretudo financiados pelo PC EA (36% do financiamento), PO Centro (25%) e PO Algarve (23%), encontrando-se, conseqüentemente, distribuídos com maior expressão entre regiões (projetos multirregionais), na região do Centro e Algarve.

395. As atividades de biotecnologia marinha assumiram especial relevância no âmbito da ENM 2013-2020, tendo no Quadro de Referência do ITI Mar sido agregadas numa AP autónoma. Sendo uma AP centrada numa atividade emergente com grande potencial económico, mas que apenas representa um nicho da Economia do Mar em Portugal, levaria a que, logo à partida, não abrangesse um número elevado de operações e, sobretudo, não assumisse um grande peso no volume de financiamento atribuído. Foram aprovadas 22 operações, correspondentes a um total de 5M€ de apoio (0,3% das operações e 0,4% do financiamento). A maioria das operações (64%) localiza-se nas regiões Centro e Algarve ou assume a natureza multiregional (as apoiadas pelo PC EA) – Anexo 3.2.6.

396. A análise da distribuição das tipologias de apoios, permite concluir que os objetivos das operações apoiadas se encontram alinhados com os objetivos da AP 3.2 no que se refere à valorização, desenvolvimento e comercialização/internacionalização dos recursos vivos por via do desenvolvimento de novas aplicações industriais, farmacológicas, médicas e cosméticas (validando o PG I.O.1). Com o intuito de estimular o desenvolvimento de patentes e de promover a comercialização de aplicações e produtos com recursos marítimos, a maioria das operações (77%) e do financiamento (64%) enquadram-se nos Sistemas de Incentivos e destinam-se a apoiar das empresas na qualificação dos seus recursos humanos e/ou processo de internacionalização (PI 3.2, PI 3.3. e PI 8.5), na inovação (PI 3.1 e PI 3.3) e contratação de recursos humanos altamente qualificados para CoLabs (PI 8.5) financiadas por diversos PO (Norte, Centro, Lisboa, Algarve e Madeira). Nesta AP as operações transnacionais assumem especial relevância, tendo o PC EA representado 23% das operações apoiadas (36% do financiamento), focando-se no financiamento de projetos destinados à exploração e proteção das águas marinhas e zonas costeiras do Atlântico, em cooperação com entidades de outros países (PI 6.7), e com o intuito de promover uma economia verde e circular e o a sustentabilidade na exploração dos recursos.

397. A taxa média de realização financeira era a mais baixa das AP (19%), com apenas oito operações com taxas acima de 50%, entre as quais se destacam as 2 operações da PI 3.1 que se encontram concluídas. Por outro lado, as PI 3.3 e 8.5 destacam-se pela reduzida taxa média de realização financeira (inferior a 10%). Para a baixa taxa de execução também contribuiu o peso relativo mais elevado das operações do PC EA (taxa de realização financeira de 24%) que, de acordo com os *stakeholders* auscultados, tendem a apresentar taxas de realização financeira menores que as físicas (por via maior morosidade na aprovação de despesas).

Os promotores inquiridos percecionam que os apoios que receberam contribuíram para a inovação e diferenciação da sua oferta e para a melhoria do seu posicionamento nos mercados internacionais, reforçando a competitividade das suas empresas.

398. Não existindo metas específicas para as realizações e resultados afetos às operações Mar desta AP (Quadro A30), a aferição do alcance dos resultados contratualizados (PG II.0.6) por via dos indicadores de programação é inviabilizada, sendo necessário recorrer a informação recolhida por via dos instrumentos de auscultação, nomeadamente, o inquérito aos promotores. Este inquérito revela que os projetos deverão executar os indicadores contratados de acordo com as metas definidas (Figura A41), ainda que a conjuntura económica associada à situação pandémica se tenha assumido como uma condicionante (Figura A46), sugerindo a confirmação do risco RG II.0.4 (*Evolução económica e financeira do país condiciona o alcance dos resultados previstos pelos promotores*).⁷⁰ Adicionalmente, os inquiridos manifestam a perceção de um contributo elevado/muito elevado (Figura A45) das intervenções para aumentar a inovação e a diferenciação da oferta de bens e serviços da empresa e sua projeção internacional, efeitos estes alinhados com os objetivos da AP.
399. Em matéria de sustentabilidade dos projetos, a totalidade dos inquiridos empresariais (Figura A52) revela deter as condições necessárias para garantir a sustentabilidade financeira dos projetos após o fim do apoio. Relativamente aos resultados por estes produzidos, a totalidade dos promotores prevê que os resultados persistam no médio/longo-prazo, dos quais 86%, ponderado por investimento elegível, estimam uma durabilidade no longo-prazo (Figura A53). Ao nível dos postos de trabalho criados, as perspetivas dos inquiridos apresentam-se igualmente positivas, com a totalidade dos promotores cujo projeto deu origem à criação de postos de trabalho a reportar capacidade de os manter no longo prazo (Figura A54).
400. Numa análise qualitativa dos resultados das operações apoiadas, mas também do seu contributo para a alteração do contexto, os atores auscultados consideram que as atividades ligadas à biotecnologia marinha tendem a assumir um crescente destaque nos domínios de inovação e internacionalização da Economia do Mar (registando-se um conjunto de projetos simbólicos de elevado sucesso), apesar de ainda não terem relevância suficiente para produzir alterações na sua estrutura (assumindo maior peso no VAB e emprego).

Apesar de ser considerada uma atividade emergente e com grande potencial económico, a biotecnologia marinha ainda se apresenta num estado embrionário e de reduzida relevância económica na Economia do Mar.

401. Aquela que é a perceção dos *stakeholders* tende a ser acompanhada pelos indicadores económicos da CSM. Durante o período de vigência da ENM 13-20, as atividades ligadas à Biotecnologia Marinha registaram um crescimento. Ao nível do agrupamento “Novos usos e recursos do mar” da CSM (no qual se enquadraram as atividades na área da biotecnologia marinha) observou-se um crescimento de superior a 300% no número de empresas entre 2012 e 2017, acompanhado por um crescimento superior a 790% no VAB e a 495% no emprego. No entanto, este permanecia como o agrupamento de menor dimensão económica quando comparado com os restantes que integram a Economia do Mar, acompanhando também a menor representatividade no conjunto das operações ITI Mar. Por essa razão, conclui-se que apesar das perspetivas positivas sobre a evolução da AP, esta ainda se apresenta bastante embrionária e com insuficiente relevância no âmbito da Economia do Mar.
402. Tendo presente o estágio de desenvolvimento da Biotecnologia Marinha em Portugal, os apoios dos FEEI no entre 2014 e 2020 assumiram uma grande relevância.⁷¹ O PT2020, sobretudo através dos apoios à qualificação e internacionalização das PME, teve um contributo relevante no apoio às empresas deste setor, apoiando, entre 2014 e 2020, 13 empresas na área da biotecnologia marinha, que representavam cerca de 15% das empresas que compõem o agrupamento “Novos usos e recursos do mar”. Adicionalmente, os FEEI terão ainda contribuído para o desenvolvimento de novos produtos no âmbito académico e de I&D, por via do apoio atribuído a cinco projetos pelo PC Espaço Atlântico.

Área Programática 4.1. “Recursos Minerais Marinhos”

Na Área Programática Recursos Minerais Marinhos foram apoiadas apenas 8 operações, de reduzida dimensão média financeira (envolvendo apenas 0,06% do total de fundos), financiadas maioritariamente pelo PO Centro (55%). Visam sobretudo alavancar e reforçar a competitividade de iniciativas empresariais associadas à exploração de sal/sal-gema/flor de sal.

403. Um dos principais desafios preconizados na ENM 2013-2020, passava por garantir uma exploração sustentável dos recursos minerais marinhos. Era assumida a necessidade de garantir a exploração sustentável dos recursos minerais marinhos (pe. sal-gema, flor de sal, sal) a sua comercialização e, complementarmente, aumentar a

⁷⁰ Por via do número relativamente reduzido de projetos na AP, que exige taxas de resposta substancialmente superiores, a margem de erro nas respostas dos inquiridos da AP 3.2 é significativamente superior à das restantes AP.

⁷¹ Não tendo sido possível recolher informação relativa ao número de patentes de novos produtos na biotecnologia, não é possível quantificar a relevância das operações apoiadas no lançamento de novos produtos e ideias.

competitividade das empresas nacionais que exploram e comercializam estes recursos. Os apoios do PT 2020 enquadrados na Área Programática Recursos Minerais Marinhos procuraram responder a estes desafios.

404. A AP tinha 8 operações apoiadas através dos sistemas de incentivos (ao empreendedorismo e à internacionalização), sendo que apenas uma estava concluída e 5 encontravam-se em execução (duas ainda não apresentavam qualquer execução financeira à data). Também o reduzido valor de investimento associado a este tipo de operações (em média 90 mil euros) concorre para que o volume de investimento elegível da AP representasse apenas de 0,06% do total (Anexo 3.2.7). O PO Centro financiou 55% do apoio e o restante foi da responsabilidade dos PO Lisboa e Alentejo, em igual proporção.
405. À data de reporte da Avaliação, a AP 4.1 apresentava uma taxa média de realização financeira em torno dos 68%. A maioria dos projetos integram atividades que permitirão alavancar novas iniciativas empresariais associadas à exploração de sal/sal-gema/flor de sal, numa abordagem focada na capacidade multifuncional dos espaços/salinas, na qualificação técnica (contratação de técnicos altamente especializados), na promoção da inovação e competitividade empresarial, na comercialização dos produtos. No caso da PI 8.5 (formação) ainda não existia qualquer valor executado à data, sendo que a maioria dos valores executados se centravam nas operações da PI 3.1 (empreendedorismo).
406. Na ausência de respostas, com significância, ao inquérito pelos promotores desta AP, não é possível aferir das expectativas de execução do investimento contratado. Contudo, conforme referido, das 8 operações associadas, uma está totalmente executada e outra, a de maior dimensão financeira, apresenta um valor de 95%. Neste último caso, o promotor respondeu ao inquérito e sinalizou que será totalmente atingido o valor de investimento contratado. Outro promotor, com um valor de investimento bastante reduzido (24 mil euros), assinalou que irá suplantará o valor contratado (Figura A39).

As operações apoiadas contribuem para o reforço da competitividade do setor, seja pela adoção de novas tecnologias seja pela contratação de pessoal especializado, seja pela penetração em novos mercados. De igual modo, existe uma preocupação subjacente às operações pela exploração sustentável dos recursos minerais marinhos (introdução de boas praticas ambientais).

407. Os projetos mar apoiados nos sistemas de incentivos e formação de empresários encontram-se disseminados por diversas AP, pelo que não foi possível apurar as realizações e resultados desta AP em particular (Quadro A31). Contudo, face ao número reduzido de operações em curso e à sua natureza e objetivos específicos, pode afirmar-se que as 8 empresas apoiadas, nas PI 3.1 e 3.2, têm um contributo muito reduzido para os indicadores de realização “novas empresas apoiadas” e “empresas que beneficiam de apoio” associados a estas PI. No caso da PI 8.5, a operação apoiada contempla a contratação de 2 técnicos altamente especializados, pelo que o seu contributo para o indicador de resultado (Pessoal altamente qualificado contratado) é de 5%.
408. Segundo as Estatísticas da Pesca (fonte: INE/DGRM), a área afeta à produção de sal marinho, passou de 955 ha, em 2013, para 1216 ha, em 2020 (máximo de 1330 ha, em 2015). Por sua vez, o número de salinas, passou de 42 a 46, em igual período (2013-2020) - não obstante o incremento assinalável em 2017 (76 salinas), nos últimos anos observou-se uma acentuada regressão no número de salinas com atividade. Entre 2013 e 2020, a produção de sal marinho, passou de 91, para 93 mil toneladas (máximo em 2015, com 117.000 t). Com base na Conta Satélite do Mar, no domínio “recursos marinhos não vivos”, observa-se uma evolução positiva no período 2013-2018 (1,4%), atingindo a produção em 2018, o valor de 153,6 (106 euros).
409. Não sendo possível estabelecer uma relação direta entre as operações apoiadas e esta evolução, em função da natureza das operações apoiadas é possível atribuir um nexo de causalidade direta entre estas e o reforço da competitividade do setor, constatando-se que estas intervenções permitem, desde logo, a adoção de novas tecnologias e a contratação de pessoal especializado, contribuindo para a exploração sustentável dos recursos minerais marinhos (introdução de boas praticas ambientais), a criação de valor e a penetração em novos mercados.⁷² Nesse sentido, os apoios do PT2020 terão contribuindo de forma explícita para um dos efeitos esperados na AP, havendo um alinhamento total entre as intervenções e a ENM 2013-2020 (que confirma o PG I.O.1). Contudo, o seu contributo para o indicador de impacto previsto é, aparentemente, residual/inexistente (aumento de conhecimento do potencial de recursos disponíveis), dado o seu foco estar sobretudo no reforço da competitividade do setor, por via da adoção de novas tecnologias e da contratação de pessoal especializado.

⁷² O reduzido número de operações aprovadas e com um nível de execução relevante para inquirição limitou a mobilização de informação que permitisse testar o PE II.4.6 e o RE II.4.6.

Área Programática 4.2. “Recursos Energéticos Marinhos”

Na Área Programática Recursos Energéticos Marinhos foram apoiadas 17 operações (maioritariamente projetos-piloto de pequena escala, de demonstração, que não são rentáveis, limita a procura), de reduzida dimensão média financeira, financiadas maioritariamente pelo PO SEUR (86%, do financiamento). Contudo, face ao valor muito significativo de uma das operações apoiadas (construção do cabo submarino para receção de energias offshore na zona piloto de Viana do Castelo), o financiamento da AP representa 2,5% do total. As operações visam sobretudo desenvolver as energias renováveis offshore, nomeadamente criando as condições e testando novas soluções para um maior aproveitamento do potencial de crescimento da economia azul e da especialização marítima (energia offshore renovável).

410. O aproveitamento das fontes de energia renovável no espaço marítimo (e.g. energia das ondas, eólica offshore) era determinante para garantir uma maior penetração das fontes limpas no consumo final de energia. Aumentar a produção, a distribuição e a utilização de fontes de energias renováveis, aproveitando as condições ambientais favoráveis do nosso país, nomeadamente potenciando o desenvolvimento de energias renováveis marítimas (ERM) era um dos principais desafios preconizados na ENM 2013-2020. Os apoios do PT 2020 enquadrados na AP Recursos Energéticos Marinhos procuraram responder a estes desafios.
411. Esta AP enquadrava 17 operações, representando apenas 0,3% do total (o facto de serem sobretudo projetos-piloto de pequena escala, de demonstração, que não são rentáveis, limita a procura) - Anexo 3.2.8. Em termos globais, é reduzido o valor de investimento associado a este tipo de operações, muito centradas em tecnologias experimentais ou não testadas (projetos-piloto de produção de energia a partir de fontes renováveis referentes ao desenvolvimento e teste de novas tecnologias; Projetos associados a tecnologias testadas e que não estejam ainda suficientemente disseminadas; prospeção, identificação e estudo das condições necessárias ao desenvolvimento de novas tecnologias). Contudo, face ao valor muito significativo de uma das operações apoiadas (49,6 milhões de investimento elegível para a construção do cabo submarino para receção de energias offshore na zona piloto de Viana do Castelo), o financiamento da AP representa 2,5% do total. O principal PO financiador é o PO SEUR, representando 86% do financiamento. Ao nível das operações, o PC EA assume-se como o mais relevante, com 59% das operações, como resultado do importante contributo da PI 4.1, centrada na promoção das energias renováveis offshore, nomeadamente no aproveitamento do potencial de crescimento da economia azul e da especialização marítima (energia offshore renovável).
412. A distribuição geográfica das operações demonstra a importância da escala multirregional (47% das operações, 10% do apoio). Em termos de distribuição do financiamento a Região Norte, pela localização do grande projeto referenciado, em Viana do Castelo, assume uma enorme preponderância (85% do financiamento). Assinale-se ainda a representatividade, quer na distribuição das operações, quer do financiamento, da Área Metropolitana de Lisboa (18% das operações e 4% do financiamento).

As operações da AP 4.2 registaram uma taxa média de realização elevada (80%), embora com desempenhos muito assimétricos entre as duas PI, com os projetos promovidos no OE 2.1/PI 4.1 no PC EA a apresentarem maior dificuldade em cumprir as metas contratualizadas à data, embora exista a convicção entre os promotores de atingir as metas contratadas. Sendo projetos-piloto, de investigação e testagem (incluindo publicações técnicas e científicas), de carácter mais imaterial e envolvendo parcerias internacionais, historicamente regista-se que apenas no final do período de execução os parceiros começam a enviar os pedidos de pagamento (necessidade de cumprir internamente os processos de fiscalização/certificação), o que tem um impacte significativo nas taxas de execução. É importante que criem as condições nos futuros instrumentos de financiamento para robustecer resultados e reforçar/ampliar parcerias virtuosas (focar os instrumentos de apoio transnacional na partilha de conhecimento e boas práticas, em gerar resultados imateriais, desenvolver testagens e experiências piloto, que possam, posteriormente, justificar e alavancar outro tipo de investimentos no âmbito dos POR).

413. À data de reporte a AP 4.2 apresentava uma taxa média de realização elevada (80%), embora com um desempenho muito diferenciado entre PI – as operações da PI 4.1 com realização financeira de 88% contrastam com as do OE 2.1/PI 4.1 no PO EA, que se fica por 14%. A este facto não é alheia a dimensão das operações, dado que o investimento elegível médio nas operações da PI 4.1 no PO SEUR é muito significativo (25 milhões de euros de investimento elegível) e apenas repartido por duas operações com taxas de execução muito relevantes e de características infraestruturais/materiais, enquanto no PC EA é de 509 mil euros, muito centrada em projetos-piloto, de investigação e testagem (incluindo publicações técnicas e científicas), de carácter mais imaterial e envolvendo parcerias internacionais. Acresce que no caso dos projetos PC EA, em que os consórcios integram múltiplos parceiros e na maioria dos casos se estendem por períodos longos, historicamente regista-se que apenas no final do período de execução os parceiros começam a enviar os pedidos de pagamento (o chefe de fila tem de esperar que todos os parceiros tenham cumprido internamente os processos de fiscalização/certificação), o que tem um impacte significativo nas taxas de execução. Neste contexto e não obstante os avanços alcançados, nos últimos anos, importa continuar a melhorar/aumentar o processo de custos simplificados para que o processo de certificação de despesas/pagamentos não seja tão moroso.

414. Estas diferenças no progresso até 2020 deverão ter também reflexo nas expectativas sobre a execução do investimento contratado. Embora no processo de inquirição nenhum dos promotores empresariais desta AP tenha indicado se a execução iria ficar abaixo ou acima do contratado, Figura A39 (no caso dos não empresariais os promotores referiram que iriam conseguir alcançar as metas contratadas - Figura A9), nas entrevistas realizadas registou-se a convicção que a esmagadora maioria das operações irão conseguir atingir as metas contratadas, independentemente do grau de incerteza/risco associado e dificuldade de operacionalizar tecnologias pouco ou nada disseminadas e antecipar a sua viabilidade. Sublinhe-se que à data de reporte, nesta AP, apenas uma das 17 operações estava concluída.

415. Importa sublinhar que no caso do PC EA existe uma estreita articulação e complementaridade com outros programas europeus, nomeadamente com o Horizonte 2020, embora esta não seja sistemática, nem resultado de uma estratégia global de suporte para a implementação da Estratégia Bacia do Atlântico. Muitas vezes os projetos articulam-se, gerando uma espécie de consórcios de projetos (beneficiários distintos, em áreas distintas), contribuindo para robustecer resultados e reforçar parcerias virtuosas. Seria interessante estabelecer articulações, fomentar uma maior aproximação aos POR (onde os montantes financeiros são superiores) de modo a incrementar ainda mais os resultados e para criar verdadeiras sinergias entre instrumentos de suporte à referida Estratégia e responder a desafios comuns. Os apoios neste instrumento (PC EA) poderiam servir para ampliar o conhecimento (ser facilitar, contribuir para testar, melhorar o conhecimento, desenvolver experiências piloto) e, posteriormente, alavancar investimentos nos POR. Ou seja, este instrumento de apoio transnacional estar focado na partilha de conhecimento e boas práticas, em gerar resultados imateriais, desenvolver testagens e experiências piloto, que possam alavancar outro tipo de investimentos no âmbito dos POR. Este processo, esta abordagem parece ter um especial interesse para algumas entidades públicas nacionais (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), entre outras).

As operações apoiadas permitiram avanços muito significativos ao nível da capacidade instalada de energias renováveis oceânicas, por fonte de energia primária - ondas e marés, e eólica em mar aberto. A construção do cabo submarino para receção de energias offshore na zona piloto de Viana do Castelo, financiado pelo POSEUR, é determinante para criar as condições para transportar a energia das novas centrais renováveis instaladas na Zona Piloto de Viana do Castelo e, assim, contribuir para colocar Portugal no topo da produção de energia azul, nos próximos anos.

416. Ao nível das realizações e dos resultados, os indicadores dos FEEI para esta AP apenas estão disponíveis para a PI 4.1 (e em termos globais, não se circunscrevendo às operações mar). Analisando estes indicadores é possível concluir que algumas das metas já tinham sido atingidas e, em alguns casos, largamente ultrapassadas. A capacidade adicional de produção de energia renovável (mais de 14 vezes a meta estabelecida - indicador de realização) e a produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis através de novas tecnologias ou tecnologias pouco disseminadas no território nacional (mais de 11 vezes a meta estabelecida - indicador de resultado), tinham sido significativamente incrementadas, sendo muito relevante o contributo das energias renováveis oceânicas. Especificamente, são de relevar os enormes avanços gerados nas energias renováveis oceânicas (ERO), de que são exemplos, o incremento de 25.420 MW na capacidade instalada de ERO, por fonte de energia primária - ondas e marés, e eólica em mar aberto e os 126 EC e ações-piloto implementados.

417. Segundo informação do Instituto Nacional de Estatística (INE) / Direção Geral de Energia e Geologia, a produção de energia elétrica por ondas, marés e oceanos, foi, em 2018 de 0,4 MW. Contudo, foi ao nível da evolução da produção de energia elétrica por eólica offshore que se verificaram avanços mais significativos (passando de 2 MW, em 2014, para 25 MW, em 2020). A produção de energia elétrica a partir das ondas, passou de 0,002 GWh, em 2012, para 0,045 GWh, em 2018. Em 2020, apenas existiam 2 centrais de Energias Renováveis Oceânicas (ERO) ligadas à rede (licenças) e uma potência de ligação e capacidade instalada de 25.420 kW. Por outro lado, é possível constatar uma redução da dependência energética do país face ao exterior nos últimos anos, em parte resultante dos avanços alcançados nas ERO. Segundo a DGEG (Fonte: Energia em números; Indicadores energéticos), a dependência energética normalizada (Diretiva 2009/28/CE, de 23 de abril; considera a média dos últimos 15 anos para a energia hídrica e a média dos últimos 5 anos para a energia eólica) era de 74,8%, em 2013, passando para 63%, em 2020.

418. À escala internacional, os anos de 2020 e 2021 foram os melhores de sempre em termos de produção de energias do mar (energias offshore), nomeadamente através do vento. A Europa é o continente com maior expressão ao nível das instalações. Em 2020, Portugal representava 0,3% do total de novas instalações (fonte: Relatório Anual de 2021 da Economia Azul, Comissão Europeia), mas era considerado como um “estado-membro emergente” neste tipo de energias. O parque eólico flutuante da *Windfloat Atlantic* (parceria entre a EDP Renováveis, Engie, Repsol e Principle Power), instalado ao largo de Viana do Castelo (primeiro parque eólico flutuante semissubmersível do mundo), é um dos principais projetos para colocar Portugal no topo da produção de energia azul, nos próximos anos 25 megawatts de capacidade instalada). Até ao momento, segundo os

promotores, a *Windfloat Atlantic* registou uma produção acumulada de 131 GWh (3 turbinas, em plataformas flutuantes), o equivalente ao consumo de eletricidade de 100 mil pessoas (58 mil toneladas de CO² evitadas).

419. A construção do cabo submarino para receção de energias offshore na zona piloto de Viana do Castelo (promotor: REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.), apoiado pelo PO SEUR (investimento total elegível de 49,6 milhões de euros; fundo comunitário de 30 milhões de euros) está enquadrado na necessidade de ligar a zona piloto de Viana do Castelo, a cerca de 18 quilómetros da cidade, ao posto de corte (a instalar no Porto de Viana do Castelo). A ligação entre o ponto de interconexão offshore e o posto de corte, consiste na construção de 16,57 km de cabo submarino estático, na ligação cabo estático-cabo dinâmico (DMC) e no Posto de Corte a ser construído no Porto de Viana do Castelo. O cabo submarino estático está dimensionado a 150kV (podendo operar a 60kV numa primeira fase), com uma potência nominal de 200 MVA, e uma frequência nominal a AC 50 Hz. O cabo submarino tem capacidade para transportar a energia produzida em fases subseqüentes do projeto, onde serão instaladas novas centrais renováveis na Zona Piloto, sem a necessidade de investimentos adicionais.
420. Neste quadro, é possível atribuir um nexo de causalidade direta entre as intervenções e o reforço muito significativo no desenvolvimento de energias renováveis marítimas, na capacidade instalada para a sua exploração e na representatividade que as mesmas assumem no *mix* energético nacional. Os apoios do PT2020 terão assim contribuindo de forma muito direta e significativa para os efeitos esperados na AP, havendo um alinhamento total entre as intervenções e a ENM 2013-2020 (que confirma o PG I.O.1). Relativamente ao outro impacto previsto (aumento do conhecimento do potencial de recursos disponíveis), também se registaram importantes avanços. Segundo os *stakeholders* setoriais auscultados os inúmeros estudos de viabilidade realizados com vista a definir as zonas piloto para instalação de centrais renováveis e melhores locais para potenciar a produção de energia elétrica por eólica offshore têm contribuído de forma muito expressiva para aumentar o conhecimento do potencial de recursos disponíveis, neste domínio.

Manifestaram-se diversos fatores condicionadores da procura, seja pelas opções assumidas regulamentarmente ao nível das elegibilidades, seja pela existência de riscos tecnológicos e de mercado associados a tecnologias emergentes e pouco disseminadas. A aproximação e confiança gerada entre parceiros possibilitou que alguns beneficiários no âmbito das parcerias desenvolvidas e contactos estabelecidos nos projetos de cooperação, pudessem utilizar estruturas/equipamentos das entidades para testes-piloto o que configura uma boa pratica que deveria ser incentivada e potenciada no futuro.

421. Uma parcela significativa da procura não conseguiu satisfazer os requisitos mínimos de enquadramento e condições de elegibilidade fixados na fase inicial do período de programação (até 2019), pelo que se verificou uma taxa de absorção de 75% do apoio aprovado face à dotação dos AAC encerrados e de 65% face ao apoio solicitado. De entre as condições que condicionaram a procura dirigida a esta AP, nomeadamente no âmbito do PO SEUR, destaca-se a opção de política nacional, definida regulamentarmente, de apenas assumir a elegibilidade de projetos piloto de energias renováveis ou com tecnologias testadas, mas não disseminadas. Não sendo possível apoiar projetos de inovação, nem tecnologias maduras, os projetos enquadráveis e capazes de cumprir as condições de elegibilidade são, em consequência, em número limitado. Acresce, para esta reduzida procura, conforme expresso pelos *stakeholders* auscultados, a existência de riscos tecnológicos e de mercado associados a tecnologias emergentes e pouco disseminadas (verificação do RE II.4.7). Sublinhe-se, contudo, como boa pratica (no caso do PO EA) a possibilidade que alguns beneficiários tiveram de, no âmbito das parcerias desenvolvidas e contactos estabelecidos nos projetos apoiados (parceiros associados), poderem utilizar estruturas/equipamentos das entidades para testes-piloto. Neste caso, registre-se que parceiros muito interessantes estavam localizados no Reino Unido e cuja saída poderá ter um impacte significativo na prossecução desta abordagem/aproximação.
422. No exercício avaliativo centrado na implementação do OT4 (Avaliação da implementação das medidas de reforço da transição para uma economia com baixas emissões de carbono; CEDRU/EY, 2020), onde se inclui a PI 4.1, assinalava-se que “a totalidade das entidades que apresentou candidatura a este AAC afirmou estar devidamente capacitada para implementar esta tipologia de projetos. Contudo, existe um número reduzido de entidades em Portugal devidamente capacitadas do ponto de vista técnico – e registadas como “Produtores em Regime Especial”, enquadradas nas entidades previstas na alínea b) do artigo 16.º do RE SEUR e constituídos legalmente com natureza empresarial – para implementar estas tecnologias, por serem ainda pouco desenvolvidas e com reduzida maturidade em matéria de resultados”. A entrevista à AG PO SEUR, veio reforçar esta conclusão. Neste quadro, conclui-se da verificação parcial de um dos pressupostos específicos definidos na cadeia de impactos “capacidade dos promotores implementarem as soluções tecnológicas definidas e a sua ligação à rede” (PE II.4.7), embora, como referido, as condições de elegibilidade condicionem fortemente a procura.
423. A auscultação de *stakeholders* releva também os avanços ocorridos nos últimos anos, em termos de capacidade de armazenamento da energia produzida. O desenvolvimento de projetos-piloto de armazenamento de energia, nomeadamente de origem renovável, apoiados pelo PO SEUR e PC EA (testar e validar novas formas de armazenagem de energia de modo a aumentar a capacidade de armazenagem de energia), concorreram para

minimizar um dos riscos estabelecidos na TdM “RE II.4.8 Manutenção de um desfase significativo entre a capacidade de produção do sistema electroprodutor e a capacidade de resposta de armazenamento”.

424. Finalmente, não obstante o número muito reduzido de respondentes, releva do processo de inquirição que os projetos contribuem de forma significativa para diversos objetivos estratégicos da Economia do Mar, nomeadamente para o reforço do potencial científico e tecnológico no domínio dos oceanos e para a promoção do uso mais eficiente e sustentável dos recursos marinhos.

Área Programática 5.1. “Recreio, Desporto e Turismo”

A AP “Recreio, Desporto e Turismo” assume-se como uma das duas mais relevantes em termos de apoios do PT2020 na Economia do Mar, representando 17% das operações (1.147 operações) e 23% do fundo comunitário aprovado (313M€). O PO Açores é o principal financiador (37% das operações) e os instrumentos mobilizados concentram-se sobretudo no apoio à qualificação e internacionalização de PME (PI 3.3), no investimento empresarial nos Açores (PI 3.4), no apoio às DLBC no PO Mar (EP4), e incluindo ainda todas as operações de apoio ao emprego e empreendedorismo de base local. Os projetos apoiados com atividades no setor do Mar assumiram especial relevância no PO Mar, e nos POR Algarve, Açores e Madeira.

425. O turismo (litoral/costeiro e marítimo/cruzeiros) e as atividades de recreio (náutico) e desportivas destacam-se enquanto atividades com forte potencialidade para explorar o vetor de desenvolvimento que é a Economia do Mar. De acordo com dados da CSM, o agrupamento “Recreio, Desporto, Cultura e Turismo” é o que assume a maior expressão tanto a nível da produção como do Valor Acrescentado Bruto (VAB). Esta relevância surge muito potenciada pelo segmento de Turismo de Sol e Mar, sendo o Mar um ativo diferenciador de Portugal.⁷³

426. A relevância de consolidar Portugal como um país com uma forte identidade marítima e a necessidade de diversificar as atividades de recreio, desporto e turismo associadas ao Mar, apostando em atividades emergentes e com potencial de valorização sustentável e internacionalizável dos recursos naturais e culturais endógenos, encontra-se subjacente ao racional da AP 5.1.

427. A AP abrange 1.147 operações, envolvendo 612 M€ de investimento elegível e 313 M€ de fundo comunitário. Representa 17% das operações Mar e 22,5% do fundo aprovado (Anexo 3.2.9), assumindo-se, a par das AP 1.3 e 3.1, como uma das mais relevantes em termos de atribuição de financiamento comunitário a operações Mar.

428. As operações inseridas nesta AP estão largamente associadas à PI 3.3 (sistema de incentivos à qualificação e internacionalização de PME), EP4 (DLBC PO Mar) e PI 3.4 (incentivos ao investimento empresarial - Açores), que representam, respetivamente, 26%, 22% e 18% do total das operações, incluindo ainda as operações de apoio ao emprego e empreendedorismo de base local. Em termos de financiamento comunitário destacam-se a PI 3.4 (39% do fundo da AP) e a PI 3.3, que em conjunto totalizam 73% do apoio da AP.

429. O principal PO financiador é o PO Açores (37% das operações e 44% do financiamento comunitário), seguindo-se o PO CI e o PO Algarve (13% do fundo aprovado em ambos os casos). Foram apoiados projetos em todas as regiões, mas concentram-se nos Açores (45% do financiamento), seguido das regiões Algarve e Norte (14% e 13%, respetivamente).

430. O peso das operações Mar no total de operações de algumas PI dos programas financiadores foi mais relevante - para além do PO Mar (onde a totalidade das operações são Mar), no PO Algarve as operações Mar representam 18% do apoio nestas PI (destacando-se as relativas aos sistemas de incentivos de apoio à competitividade das PME e a PI 9.10 - DLBC), no PO Açores 15% e no PO Madeira 8%.

As maiores dificuldades de execução financeira verificam-se nas operações de apoio ao empreendedorismo, formação de trabalhadores e DLBC (PI 8.3, 8.5, 9.6), em particular nas operações promovidas maioritariamente por microempresas. Não obstante, os promotores empresariais e não empresariais perspetivam o cumprimento das metas dos projetos apoiados. Apesar de um dos grandes objetivos da AP ser o desenvolvimento e fortalecimento da náutica, a maioria das operações aprovadas enquadra-se nos setores do alojamento e restauração, onde a procura superou as expectativas.

431. Tendo presente que a grande maioria dos indicadores não apresentam metas (Quadro A33), a análise das realizações e resultados esperados na TdM recorre sobretudo aos resultados dos inquéritos e às ilações retiradas das várias entrevistas realizadas. À data de reporte, a AP 5.1 apresentava uma taxa de execução do fundo aprovado em torno dos 44%, com um desempenho diferenciado entre as PI e tendo em consideração que 44% das operações não apresentavam qualquer execução à data. As PI 3.1, 3.3 (sistemas de incentivos) e 6.3 (desenvolvimento do potencial turístico dos espaços naturais) registavam níveis de realização financeira acima

⁷³ Estratégia Turismo 2027 (ET2027), aprovada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 134/2017, de 27 de setembro

da média da AP, enquanto as PI 8.3 (empreendedorismo), 8.5 (formação de trabalhadores) e 9.6 (DLBC) apresentavam taxas de execução abaixo dos 10%.

432. No conjunto das operações da AP, a tipologia de promotores mais frequente é a das empresas (68% das operações), das quais 66% são microempresas. A capacidade de execução varia de forma proporcional com a dimensão das empresas, verificando-se um nível de execução mais alto nas médias empresas (58%) e nas pequenas empresas (50%) comparativamente com as microempresas (39%).
433. Não obstante, a auscultação dos promotores revela uma perspetiva muito positiva de cumprimento das metas dos respetivos projetos, seja no caso dos promotores empresariais ou não empresariais (respondentes que representam 77% do investimento elegível no caso dos empresariais (Figura A41) e 99% no caso dos não empresariais- Figura A10). Nas tipologias dominantes nesta AP, a auscultação dos PO confirma esta perceção, validando o PG II.0.6 (projetos alcançam os resultados contratualizados).
434. A generalidade dos projetos (59%) está relacionada com os setores da hotelaria e restauração, enquanto outros 20% se concentram em setores relacionados com educação, saúde e cultura (organização de atividades de animação turística e outras atividades associativas). Sendo o desenvolvimento e fortalecimento da náutica um dos principais objetivos da dinamização das operações inseridas nesta AP, verificou-se, porém, com base nas evidências dos projetos apoiados e do inquérito (empresarial e não empresarial) que apenas uma pequena percentagem destas operações apoiadas configurava atividades náuticas para jovens. Não obstante, as respostas ao inquérito revelam que a grande maioria dos promotores tem experienciado um aumento da procura por parte dos jovens nestas atividades durante o período de programação, confirmando o PE II.5.8 - Apetência dos jovens em idade escolar para a prática de atividades náuticas (Quadro A50 e Quadro A69).

O peso dos segmentos do Recreio, Desporto e Turismo tem vindo a ganhar importância na geração de valor acrescentado na Economia do Mar nacional, com destaque para o dinamismo do turismo (em particular, o costeiro), também prevalecente nas operações apoiadas.

435. Numa visão do contexto nacional dos segmentos da presente AP 5.1, o peso do agrupamento "Recreio, Desporto, Cultura e Turismo" no total do VAB da Economia do Mar nacional cresceu 7,6 p.p no período 2013-2018⁷⁴, revelando a importância destas áreas para a dinamização da Economia do Mar. Conforme observado anteriormente, as operações Mar desta AP são das que mais beneficiam do financiamento comunitário e com taxas de execução acima da média das AP nalgumas operações associadas a certas PI, parecendo existir uma relação entre contributo do PT2020 para a temática do mar nestas áreas e a sua dinâmica de crescimento a nível nacional.
436. Portugal conta com valências e vantagens competitivas bastante significativas, designadamente a localização, a diversidade paisagística, o ambiente, o clima, a interface mar/terra, o património e a cultura marítima e ribeirinha da sociedade, reconhecendo-as como oportunidades para a afirmação do Mar enquanto fator identitário turístico-cultural do país. No período 2013-2019 o número de dormidas em alojamentos turísticos⁷⁵ no país cresceu em média 8%, sendo que mais de 80% destas dormidas ocorrem em alojamentos turísticos localizados nas zonas costeiras, tendo esta tipologia aumentado 5% entre 2015 e 2019, o que se traduziu no aumento da atratividade turística das zonas costeiras. Os apoios do PT2020 terão contribuído para este resultado, dada a importância que assumem nesta AP – 60% das operações incidem no setor da hotelaria e restauração, em particular alojamento mobilado para turistas.

Apesar da importância do financiamento de modalidades náuticas federadas e dos clubes desportivos náuticos federados em Portugal ter sido pouco significativa, ficando aquém das expectativas do contributo para a aceleração da procura por estes desportos, sobretudo pela população mais jovem, tem-se evidenciado mesmo assim um aumento da apetência para a prática deste tipo de modalidades.

437. A importância do financiamento de modalidades náuticas federadas em Portugal (% do total de modalidades)⁷⁶ tem permanecido relativamente constante no período 2013-2020, tendo variado 1 p.p. entre 2013 e 2019 e com valores pouco significativos (abaixo dos 13%). Paralelamente, também a importância dos clubes desportivos náuticos federados em Portugal (% do total de clubes)⁷⁷ tem sido residual no período, com um peso a variar entre os 8% e os 9%.
438. No entanto, a relevância dos praticantes desportivos náuticos federados em Portugal (% do total de praticantes)⁷⁸ aumentou significativamente no período 2013-2019 em cerca de 13 p.p. (6% para 17%). O aumento da

⁷⁴ CSM, INE

⁷⁵ Fonte: INE

⁷⁶ Fonte: Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)

⁷⁷ Fonte: Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)

⁷⁸ Fonte: Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)

atratividade dos desportos e modalidades náuticas é, assim, visível. Não parece assim existir dificuldades ao nível da compatibilização das atividades marítimo-turísticas com outras atividades económicas nos mesmos territórios, constatando-se até que alguns inquiridos consideram esta compatibilização um fator facilitador no alcance dos resultados dos seus projetos (Figura A20 e Figura A50) (refutando o RE II.5.9).

É expectativa dos promotores empresariais (PI 3.1 e 3.4) que os projetos apoiados contribuam para o desenvolvimento das regiões e do país ao nível do turismo associado ao mar, apesar dos promotores não empresariais (PI 6.3) admitirem não existir grande contributo para a melhoria das infraestruturas de apoio ao dinamismo dos segmentos do recreio, desporto e turismo (vertente da náutica inclusive) tão importantes para o desenvolvimento deste setor.

439. De acordo com os *inputs* dos inquiridos, a generalidade dos projetos das várias PI contribuem/esperam contribuir para a “construção” de uma sociedade empenhada em promover o acesso ao mar e o seu uso nas vertentes de recreio, educação, desporto e turismo. Especificamente (segundo os promotores empresariais - Figura A47), as operações da PI 3.1 (Promoção do espírito empresarial facilitando o apoio à exploração económica de novas ideias e a criação de novas empresas) e da PI 3.4 (Apoio à capacidade das PME de crescerem nos mercados e de empreenderem processos de inovação), contribuem para a qualificação das regiões e do país como destino turístico associado ao mar. A tipologia de intervenção maioritária das operações da PI 3.1 é o SI Empreendedorismo qualificado e da PI 3.4 é o SI Investimento empresarial nos Açores.

440. Ao nível das operações não empresariais da PI 6.3 (Conservação e promoção do património natural e cultural) - cuja totalidade das operações Mar se encontra associada a esta AP - os promotores reconhecem um contributo reduzido para a melhoria das infraestruturas de apoio às atividades de recreio, desporto e turismo associadas ao Mar (52%, ponderado por investimento elegível), e para o desenvolvimento da náutica na vertente de recreio, turismo e desporto (52%). A tipologia de intervenção maioritária destas operações é a relacionada com o desenvolvimento e promoção do potencial turístico das zonas naturais.

No caso específico das DLBC e das dinâmicas dos GAL, confirma-se o potencial de diversificação económica nos territórios de intervenção, apesar da procura se ter concentrado, também neste instrumento, maioritariamente em atividades e setores relacionados com animação turística e alojamento local e rural.

441. No caso específico das DLBC e das dinâmicas dos GAL, que têm como objetivo a prossecução da afirmação das zonas costeiras e das suas comunidades locais através da diversificação das suas atividades e economias, verifica-se uma efetiva mobilização deste tipo de projetos de investimento, em particular os ligados ao microempreendedorismo, à expansão de microempresas ou à criação de novos negócios que explorem de forma sustentável os recursos endógenos, potenciando a sua valorização, e que contribuam para a promoção do património cultural a natural local (PI 9.6, no âmbito do FSE, PI 9.10, no âmbito do FEDER e EP 4 “Aumentar o emprego e a coesão territorial” do PO Mar).

442. Do total das operações enquadradas na ITI Mar, 347 encontram-se associadas a operações de DLBC, representando cerca de 5% do total das operações (30% do total da AP) e 2% do financiamento comunitário (8% do total da AP). A maioria das operações DLBC foi financiada através do PO Mar (71%) e localizam-se na região Centro (38%). De notar ainda que, de todas as operações DLBC realizadas, destaca-se a sua associação à EP4 que assume cerca de 72% das operações e 87% do fundo comunitário aprovado.

443. Apesar da relativa diversidade de projetos, possibilitada pela mobilização multifundo, regista-se também aqui, em particular nas PI 9.6 e PI 9.10, uma concentração em atividades e setores direcionados para organização de atividades de animação turística (28% do fundo aprovado na PI 9.6 e 14% na PI 9.10), alojamento local (8% na PI 9.6 e 21% na PI 9.10) e turismo rural (11% na PI 9.6 e 16% na PI 9.10).

444. No caso do EP 4, promovido exclusivamente pelo PO Mar, não obstante a grande diversidade de atividades apoiadas, também se verifica uma concentração em atividades de animação turística e outras atividades associativas (29% do fundo aprovado), bem como nas atividades de valorização do património local, dos espaços naturais, das comunidades locais, gestão sustentável dos recursos, promoção da visitação, e todas as atividades enquadráveis na execução das estratégias de desenvolvimento local promovidas pela administração local (36% do fundo aprovado).

445. Com base no *Focus Group* “Comunidades Piscatórias e Desenvolvimento Local”, aferiu-se que a expectativa dos GAL em termos de procura dos apoios da sua EDL não foi no princípio confirmada, uma vez que tendo sido dirigida para as comunidades piscatórias, os projetos submetidos foram maioritariamente promovidos por promotores associados à náutica, turismo e outro tipo de atividades, com maior capacidade em apresentar candidaturas. Efetivamente, as comunidades piscatórias, com níveis mais baixos de literacia, apresentaram alguma fragilidade na definição dos seus projetos e na submissão das suas candidaturas.

446. Esta desadequação inicial dos instrumentos foi ajustada nos avisos subsequentes, com o apoio de flexibilização da parte das AG, podendo os GAL não só reforçar ações de sensibilização junto das comunidades como adequar os avisos à procura, ajustando a oferta às necessidades identificadas, de modo a não comprometer as verbas.

Mesmo assim, prevalece a ideia de que apesar da diversidade de tipologias definidas nas EDL, a procura registada concentrou-se em apenas algumas dessas tipologias, não tendo sido possível apoiar algumas linhas estratégicas.

447. Logo, para uma efetiva diversificação económica nos territórios de intervenção, as Estratégias de Desenvolvimento Local terão que ter nos GAL um papel mais ativo no lançamento de concursos e na sensibilização da procura para as áreas/atividades de aposta que se pretendem efetivamente estimular e desenvolver nos respetivos territórios, acionando para isso os instrumentos mais adequados.

A capacidade de execução dos investimentos das DLBC e das atividades apoiadas nas prioridades 9.6, 9.10 e EP4 afigura-se modesta, em função de vários constrangimentos identificados pelos promotores, com destaque para a morosidade dos processos de licenciamento e de contratação pública e a crise pandémica.

448. A generalidade das operações aprovadas nestas prioridades (PI 9.6, 9.10 e EP4) apresenta níveis de execução relativamente modestos, não ultrapassando os 35% no caso da PI 9.10 e EP4, enquanto no caso da PI 9.6 a taxa de execução não chega aos 9%.

449. No caso dos promotores empresariais da 9.10, constata-se a existência de alguns constrangimentos durante a implementação dos seus projetos (Figura A50), destacando-se a complexidade e morosidade dos procedimentos administrativos ligados ao licenciamento (75% das operações e investimento elegível), confirmando o RE II.5.10. Já no caso das operações da EP4, os promotores empresariais realçaram a condicionante da conjuntura económica durante a pandemia COVID-19 (60% das operações, 70% do investimento elegível - Figura A50) e os promotores não empresariais acrescentaram, além das repercussões do contexto pandémico (25% das operações, 39% do investimento), o fator condicionante dos prazos associados aos procedimentos de contratação pública (21% das operações, 30% do investimento elegível - Figura A20).

450. O Estudo de Caso realizado sobre o GAL Pesca (O) permitiu ainda aferir outros obstáculos que afetaram a execução das operações, nomeadamente o início tardio do quadro comunitário (regulamentação geral e específica, arranque dos Programas Operacionais, contratualização das EDL), a indefinição inicial do funcionamento dos GAL (e.g. leque de competências associadas, responsabilidades do GAL em função dos Fundos que vai gerir) e a multiplicidade de regras de gestão dos fundos com níveis de exigência variáveis (em particular entre FEDER e FSE), bem como a alternância do tipo de fundos disponíveis para os GAL, que se tem verificado entre quadros comunitários de programação (monofundo vs multifundo) e que impactam a organização e gestão destas estruturas, já por si com dificuldades de captação e manutenção de recursos técnicos necessários para as exigências de funcionamento.

451. Este menor ritmo de execução, no caso do EP4, condiciona os resultados esperados, uma vez que apesar do nível de realização das Estratégias DLBC apoiadas ter, à data de reporte, alcançado a meta desejada, nenhum dos indicadores de resultado se apresenta perto dos objetivos definidos, em particular no que se refere ao emprego criado e ao número de empresas criadas, antecipando-se a necessidade de se reverem as respetivas metas se os diferentes desempenhos entre as DLBC não se compensarem.

A dimensão média dos projetos apoiados pelos GAL e a sua escala não parecem ter no curto prazo capacidade de promover alterações de contexto de referência, sendo, no entanto, muito importantes para lançar as bases e as iniciativas que poderão promover essas alterações futuras. Os efeitos dos projetos apoiados pelos GAL parecem ser tanto mais significativos quanto menos densos/desenvolvidos são os territórios onde estão inseridos (interior vs litoral, menor vs maior densidade).

452. A partir da evidência recolhida através das entrevistas, é possível aferir que a dimensão média dos projetos apoiados pelos GAL e a sua escala, apesar das realizações conseguidas e dos resultados individuais, não são capazes de gerar tração suficiente no curto prazo para promoverem alterações de contexto de referência nos territórios onde se realizam (reforço do emprego, diversificação de atividades produtivas, desporto ligado à náutica e literacia do mar). São, no entanto, projetos muito importantes para lançar as bases e as iniciativas que mais tarde, com efeito de ancoragem, serão determinantes para efetivamente promoverem as alterações de contexto que se esperam conseguir. Estes efeitos parecem ser tanto mais significativos quanto menos desenvolvidos são os territórios onde estão inseridos (i.e. pequenos projetos em territórios de baixa densidade e do interior tendem a gerar impactos mais significativos que noutros territórios costeiros com maior densidade populacional).

453. De facto, o sucesso dos GAL e das iniciativas apoiadas no âmbito das DLBC, depende necessariamente não só do conhecimento que estes Grupos de Ação Local têm do território e da própria liderança dos GAL, como também das características dos territórios onde estão inseridas e respetivas comunidades. Não será assim de estranhar que os resultados alcançados por estes apoios tenham tido ritmos e dinâmicas muito distintos entre eles. No caso do EP 4, as taxas médias de execução dos projetos no Alentejo Litoral, Lisboa ou no Algarve são relativamente mais elevadas que no Centro ou no Norte. O *Focus Group* realizado confirma a diferença de ritmos, tendo o processo de criação e execução dos GAL nalguns territórios sido relativamente simples (conseguindo-se parcerias informais com as autarquias, com as comunidades locais e piscatórias e com outros atores ligados ao

património, desporto náutico e turismo) e noutros mais complexo, com dificuldade em dinamizar os *stakeholders* e parceiros no território bem como capacitar as equipas para as exigências da gestão deste tipo de apoios.

A diversidade dos projetos apoiados pelos GAL é, em larga medida, consequência da utilização de instrumentos multifundo que permitem articular várias opções de apoio ao investimento que potenciam a diversificação de atividades no território. No entanto, esta capacidade de diversificação está fortemente dependente das características dos projetos (frequentemente de menor dimensão e pouco estruturados), que limitam o cumprimento das metas atribuídas a estes instrumentos (e.g. criação de emprego). Não obstante, o papel dos GAL tem sido fundamental nos seus territórios de intervenção devido à sua ligação e proximidade junto dos atores do território e às oportunidades de apoio que disponibilizam a pequenos promotores.

454. Em geral, os projetos apoiados pelos GAL são projetos de menor dimensão, pouco estruturados, sendo estes últimos de difícil dinamização nestes territórios, pelo que o indicador de resultado quase que exclusivo, associado a estes instrumentos e que se prende com a criação de postos de trabalho, é de difícil cumprimento no curto prazo, face à menor capacidade de alteração do contexto deste tipo de projetos. Este é inclusive uma preocupação assinalada pelas entidades auscultadas como passível de reflexão e eventual revisão no próximo período de programação, no sentido de se propor o alargamento dos indicadores de resultado e impactos afetos aos instrumentos dos GAL.
455. A generalidade dos inquiridos (representando 84% dos projetos e 70% do investimento elegível) consideram que o investimento realizado terá um contributo elevado/muito elevado para o aumento da atividade turística local e para a valorização e potenciação das cadeias de valor centradas nos recursos locais/regionais.
456. Em particular, partindo das respostas dos inquiridos não empresariais dos projetos associados à EP4, constatou-se que a concretização das estratégias de desenvolvimento locais (90% das operações), o aumento da atividade turística local (88% das operações) e a valorização das cadeias de valor centradas nos recursos locais (87% das operações), o reforço da literacia do mar (71% das operações) e o reforço do emprego nas zonas costeiras e pesqueiras (64% das operações) são os principais contributos dos projetos reconhecidos pelos promotores. O Estudo de Caso GAL Pesca (O), destacou ainda a relevância das operações inseridas na EDL para a dinamização de atividades náuticas para jovens, tendo-se experienciado um aumento da procura por parte dos jovens desde 2014 (confirmando também o PE II 5.8); o reforço do emprego; a diversificação das atividades produtivas; e uma maior literacia do mar, sendo impactos diversos muito potenciados pela utilização multifundo (estimula a diversidade de projetos DLBC existentes que se reflete na diversificação do território).
457. De frisar que os apoios do GAL no território não se esgotam em si próprios. Os GAL e a sua intervenção no território assim como a sua proximidade com os promotores (locais) estimula muito a procura, sendo agentes divulgadores e, nesse sentido, permitindo que os projetos, mesmo de pequenos promotores e baixo montante, se candidatem com o apoio destas estruturas. A auscultação mais alargada reforça a importância dos GAL na dinamização desta procura, mais difícil de mobilizar apenas no contexto das AG.
458. Por último, a maioria dos projetos apoiados permanece no território, estimulando a criação de novos resultados no futuro (e.g. incorporação tecnológica, inovação, novas parcerias, etc) e o surgimento de novas necessidades de apoios a investimentos que inclusive serão destinados para apoiar o crescimento e nova escala dessas atividades.

No âmbito global, perspetiva-se a sustentabilidade dos projetos da AP 5.1, quer ao nível das operações apoiadas pelas estratégias DLBC, quer as operações associadas às outras PI, com a manutenção dos seus resultados no médio e longo prazo na sua maioria. No caso concreto das DLBC, destaca-se a criação de postos de trabalho dos projetos promovidos pelos promotores empresariais e a sua manutenção após conclusão dos projetos por mais de 5 anos. De frisar que o trabalho de Desenvolvimento Local tem geralmente entraves que se relacionam com a mudança dos quadros comunitários, o que pode afetar diretamente a sustentabilidade dos resultados dos projetos.

459. Ao nível da sustentabilidade, a maioria dos promotores empresariais (Figura A52) e não empresariais (Figura A35) consideram que os projetos integrados na AP 5.1. Recreio, Desporto e Turismo (88% e 80% dos inquiridos, ponderado por montante elegível) apresentam condições para garantir a sustentabilidade financeira no futuro. Estima-se também que o horizonte temporal de manutenção dos resultados seja essencialmente de médio e longo prazo, quer no caso dos projetos promovidos pelos promotores empresariais (87% - Figura A53), quer nos projetos dos inquiridos não empresariais (95% - Figura A36).
460. Desagregando a análise da sustentabilidade ao nível das estratégias de DLBC, esta é variável consoante o tipo de projetos e os respetivos promotores, sendo que no caso dos promovidos por entidades públicas, a sustentabilidade está praticamente assegurada, sendo esta garantia mais incerta quando são promovidos por entidades privadas.
461. Segundo o *Focus Group* “Comunidades Piscatórias e Desenvolvimento Local”, existe uma tentativa constante dos GAL em salvaguardar, na análise que fazem, a sustentabilidade dos projetos que financiam, tendo por base não só a informação nas candidaturas como o conhecimento que têm do território, da comunidade e dos

promotores dos projetos apoiados. Adicionalmente, no caso dos projetos âncora, os GAL são da opinião que estes, devido à sua relevância, são capazes de criar condições de sustentabilidade e de capacidade de interligação e agregação de novas iniciativas e novos promotores nestes territórios.

462. Neste caso, também a maior porção dos inquiridos empresariais (80% - Figura A52) e não empresariais⁷⁹ (82% - Figura A36) promotores de projetos associados às PI EP4, 9.6 e 9.10 considera que as operações reúnem condições para garantir a sustentabilidade financeira de atividades-chave do projeto no futuro e a sustentabilidade dos resultados a médio/longo prazo (78% dos inquiridos empresariais- Figura A54 e 83% dos inquiridos não empresariais - Figura A36).
463. De salientar que os projetos executados por promotores empresariais criaram postos de trabalho (86%) com perspetiva da maioria se manter por mais de 5 anos após conclusão dos projetos (80% dos inquiridos empresarias - Figura A54). Em média, foram criados 3 postos de trabalho por projeto, 2 em ETI. Entre as PI em análise, destaca-se a PI 09.06 pelo facto de ter criado um maior número médio de postos de trabalho por projeto (12). Contudo, apenas 2 foram em ETI.
464. Importa referir, tendo por base os *inputs* do *Focus Group*, que o trabalho de Desenvolvimento Local da responsabilidade dos GAL tem sentido entraves na continuidade das suas ações que se prendem não só com os momentos de mudança dos ciclos dos FEEI associados aos novos períodos de programação, como em particular com a ausência de previsibilidade dos montantes das dotações disponíveis e da calendarização do lançamento de avisos/concursos. Estas foram assinaladas como limitações concretas à disponibilidade de apoios no território, provocando perturbações na gestão de expectativas, não permitindo um fio condutor de maior longo prazo que possa orientar as atividades dos GAL e, conseqüentemente, com repercussões na sustentabilidade dos resultados (pelo constrangimento de obtenção de financiamento).

Área Programática 5.2. "Portos, Transportes e Logística"

O domínio dos Portos, Transportes e Logística enquadra os apoios para intervenção em infraestruturas portuárias (89% do financiamento da AP) e apoios dos sistemas de incentivos (11%), representando 15% do financiamento comunitário atribuído por via do PT2020 à Economia do Mar. O PO CI é responsável pela quase totalidade do financiamento (96%), sendo a RA Açores contemplada com metade dos fundos atribuídos.

465. A Área Programática dos Portos, Transportes e Logística tem associadas 47 operações (0,7% do total, Anexo 3.2.10) e um montante de apoio de 212M€ (15% do total), resultando num apoio médio por operação de 4,5M€ - o valor médio mais alto entre as operações Mar. Com os objetivos de aumentar a competitividade dos portos e da marinha mercante nacional, reforçar a segurança da navegação e promover a diversificação sustentável das atividades económicas locais e a criação de emprego a elas associadas, as operações apoiadas distribuem-se por diversas tipologias e objetivos temáticos. A grande maioria das operações enquadra-se nos Sistemas de Incentivos à Inovação e à Qualificação (PI 3.2, PI 3.3 e 8.5), abrangendo operações de empresas de logística e comércio marítimo ou de fabricação de equipamento marítimo.⁸⁰ A maioria do financiamento (89%) está, contudo, associada a operações apoiadas pelo PO CI para intervenção nas infraestruturas portuárias (PI 7.1 e PI 7.3), que assumem um valor médio de incentivo significativo (14,6M€).
466. O foco geográfico da intervenção dos FEEI concentrou-se na RA Açores, pela sua preponderância no apoio recebido, maioritariamente para intervenção em infraestruturas portuárias (50% do financiamento), sendo o restante distribuído de forma similar entre Norte, Centro, Lisboa e Alentejo.
467. Em linha com os objetivos da AP e a tipologia dos apoios envolvidos, o PO CI apresenta-se como o principal PO financiador (96%), sendo que no âmbito do OT 7 apoiou 13 operações com FEDER no valor de 190 M€. Já do ponto de vista das operações destaca-se o PO Lisboa (45% das operações, todas nos sistemas de incentivos).

As intervenções apoiadas no domínio das infraestruturas portuárias foram alinhadas com os instrumentos de planeamento estratégico nacionais. Esta opção favoreceu a focalização e eficácia dos apoios dos FEEI mas condicionou a capacidade de adaptação dos investimentos previstos às alterações das suas prioridades e do contexto no decorrer do período de implementação.

468. No que se refere à adequação dos apoios às necessidades do público-alvo (PG I.0.3), nomeadamente nas PI mais relevantes financeiramente (PI 7.1 e 7.3), esta foi garantida parcialmente pelo facto dos projetos a apoiar já se encontrarem definidos à partida - investimentos enquadrados no Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas - PETI3+ (PI 7.1) ou enquadrados no Plano Integrado dos Transportes dos Açores (PI 7.3). Deste modo, havia uma garantia à priori de existência de procura qualificada para os apoios programados. Contudo,

⁷⁹Do lado dos inquiridos não empresariais, obteve-se informação apenas dos projetos associados à EP4.

⁸⁰Neste caso, as que não são abrangidas pela AP da Construção e Reparação Naval.

este formato traduziu-se também numa menor flexibilidade para os promotores, que, durante o período de programação, ficaram limitados para proceder a alterações nos investimentos, resultantes de alterações nas suas prioridades ou em virtude do surgimento de novas necessidades de investimento. Essa menor flexibilidade no objeto de financiamento, tendo em consideração a duração do período de programação, associada ao volume de financiamento limitado face à procura (necessidades de investimentos em infraestruturas portuárias que envolvem grandes montantes de financiamento), representa a maior limitação nos apoios identificada pelos promotores auscultados (inquérito e FG).

469. Relativamente à adequação dos Sistemas de Incentivos às empresas de transporte, navegação e comércio marítimos apoiadas, verifica-se um alinhamento dos instrumentos com as necessidades destes promotores (81% dos empresariais, ponderados pelo investimento elegível, considerou como muito adequados) e uma adequação das condições associadas à atribuição dos apoios (montantes, prazos e condições de elegibilidade).

A execução dos investimentos afigura-se alcançável, mas não necessariamente nos prazos acordados, devido a constrangimentos decorrentes do contexto macroeconómico (e.g. cadeias de fornecimento) que contribuem para atrasos na implementação dos projetos.

470. A AP 5.2 apresenta uma taxa média de realização financeira em torno dos 36%, abaixo da média do total das operações Mar (48%), mas com desempenhos diferenciados entre PI – as operações da PI 7.3 tinham uma taxa de 64%, enquanto as da PI 7.1 (portos RTE-T) uma taxa de apenas 27%. A este facto não é alheia a dimensão média do investimento elegível das operações em portos RTE-T (média de 20 M€), que tende a ser significativamente superior ao das operações em portos não RTE-T (média de 12,5 M€). Estas diferenças no progresso até 2020 têm também reflexo nas expectativas sobre a execução do investimento contratado, em linha com o previsto para a PI 7.3 e com previsões mais cautelosas por parte dos promotores da PI 7.1. A maioria dos promotores dos sistemas de incentivos preveem uma execução em linha com o contratado.

471. Apesar da perceção generalizada dos promotores (via inquérito, confirmada em *Focus Group*), que a execução dos projetos ficará em linha com o contratado, estes identificam constrangimentos nas cadeias de fornecimento de materiais e equipamentos como um risco relevante, que poderá limitar a sua capacidade de conclusão dos investimentos dentro dos prazos limite estipulados pela Autoridades de Gestão.

Ao nível da intervenção em infraestruturas portuárias, os resultados afiguram-se alcançáveis. No período de programação registou-se um aumento dos movimentos nos portos nacionais, sendo que os portos intervencionados beneficiaram de um aumento nos movimentos de embarcações comerciais, mais expressivo nos portos integrantes da Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T).

472. Ao nível das realizações e dos resultados (Quadro A34), apenas estão disponíveis metas e indicadores de programação (PO CI) para a PI 7.3, concluindo-se que as metas se perspectivam como atingíveis até 2023, sendo que a meta associada ao indicador de resultado (volume de mercadorias movimentadas) já tinha sido atingida em 2019, prevendo-se um recuo nos anos mais recentes em virtude das disrupções nas cadeias logísticas e da contração do comércio internacional observada durante a pandemia. Pela sua granularidade, é possível avaliar a evolução da atividade nos portos intervencionados no período de programação com base nos dados das Estatísticas dos Transportes do INE. No período de 2013-2019, o conjunto dos portos intervencionados viu aumentar o número de movimentos de embarcações comerciais em cerca de 4%, sendo este aumento ligeiramente mais pronunciado entre os portos RTE-T (5%) face aos não RTE-T (1%). O aumento no número de movimentos traduziu-se num incremento ainda maior na carga movimentada, que cresceu cerca de 13% (13% nos RTE-T e 8% nos não RTE-T). Em virtude da pandemia e dos seus efeitos no comércio internacional, os movimentos de embarcações comerciais nos portos intervencionados registaram, em 2020, um decréscimo de 8% e nas cargas de cerca de 5%.

473. Em relação ao transporte de passageiros, e apenas analisando os portos não RTE-T, observa-se igualmente um crescimento no número de passageiros movimentados de cerca de 16% entre 2013 e 2019 (média de 2,6% ao ano). Quando analisados os portos cujos projetos se encontravam mais avançados na execução em 2020 (Calheta, Velas, Flores e Corvo) o crescimento tende a ser mais acentuado (cerca de 34%).

474. As conclusões retiradas da leitura dos dados tendem a ser confirmadas pelos resultados da auscultação de *stakeholders* relevantes, validando parcialmente o RG III.0.6 (Concretização das metas e objetivos nos indicadores de resultado dos projetos é determinada por fatores externos). Ainda assim, os valores observados apontam para que os resultados contratualizados sejam alcançados, validando o PG II.0.6.

475. No universo dos portos portugueses, é possível concluir que entre 2013 e 2019 (desconsiderando o ano 2020 pelo seu caráter atípico relativamente devido aos constrangimentos que a situação pandémica colocou ao movimento de passageiros e de mercadorias) o tráfego de passageiros aumentou no total cerca de 30% e o de passageiros cerca de 10%. Apesar deste aumento, a importância do transporte marítimo no comércio internacional português diminuiu tanto em volume, como em valor.

476. Em linha com os objetivos do RAIT, de incremento da conectividade internacional, tendo como finalidade a redução de custos de contexto e o decorrente aumento da competitividade da economia nacional, os investimentos apoiados focaram-se em portos com maior relevância no transporte e logística de mercadorias. Os portos diretamente intervencionados apresentavam em 2013 um peso reduzido no movimento de passageiros em Portugal (inferior a 10%), porém bastante significativo no movimento de mercadorias (cerca de 80%), aos quais se somam os restantes portos das Administrações Portuárias integrantes da Associação de Portos de Portugal (APP) – representantes de 99,6% do total de mercadorias movimentadas em portos nacionais - que beneficiariam de intervenção no âmbito da implementação da Janela Única Logística (JUL), concluindo-se que as intervenções foram realizadas nos portos de maior relevância nacional (validando o PE III.5.11).

As intervenções financiadas concorrem para o aumento da competitividade dos portos intervencionados, ainda que não sejam o único fator explicativo. Entre estas destaca-se a Janela Única Logística que tem vindo a promover a intermodalidade dos transportes nas cadeias logística e a maximização do potencial agregado do setor, em linha com os objetivos da ENM.

477. A Janela Única Logística (JUL) é o “novo” sistema de gestão portuária que permite a integração dos meios de transporte terrestres e a ligação a plataformas logísticas de forma integrada e articulada, potenciando uma maior fluidez da informação ao longo da cadeia logística e contribuindo para uma maior eficiência dos movimentos físicos. A implementação da JUL concorre assim para a digitalização e simplificação administrativa dos portos portugueses, a intermodalidade dos transportes e a maximização do potencial agregado do sector marítimo-portuário, apresentando uma considerável relevância estratégica e contribuindo para a maior competitividade do setor dos transportes e, em particular, dos portos portugueses que já se destacavam em termos competitivos em relação aos seus concorrentes por beneficiarem da JUP que permitia a integração dos diversos portos nacionais num único sistema de gestão. Considerando estes fatores de relevância, esta operação foi escolhida para a realização de um estudo de caso (ver O), no qual foram reconhecidos os esforços empreendidos na implementação eficaz da operação que permitiu ultrapassar as metas de execução física contratualizadas, nomeadamente a integração na plataforma de cinco terminais ferroviários no *hinterland* e de cinco portos. Adicionalmente, também as metas definidas internamente para a utilização da plataforma foram largamente ultrapassadas, sendo que à data de análise em estudo de caso a JUL contava com mais de 4.000 utilizadores, entre os quais grupos económicos nacionais que adaptavam os seus sistemas de informação e gestão para integrarem a plataforma. Tratando-se de uma plataforma colaborativa, é expectável que o benefício associado à sua adoção seja crescente com o aumento do número de utilizadores, pelos que estes resultados reforçam as perspetivas de crescimento da JUL em número de utilizadores que, conseqüentemente, concorre para o aumento do número de *stakeholders* (e.g. fornecedores, representantes de outros meios de transporte) da cadeia logística que operam de forma integrada e colaborativa, numa lógica intermodal, contribuindo para uma maior fluidez da informação e simplificação dos procedimentos de gestão da cadeia logística, reforçando para a sua eficiência.

478. Não sendo possível atribuir um nexo de causalidade direta entre as intervenções e o crescimento do tráfego nos portos, seja porque parte do incremento nos movimentos nos portos intervencionados pode decorrer de fatores externos à intervenção (por exemplo o incremento do comércio internacional⁸¹), seja porque apenas uma operação se encontra perto da execução financeira prevista, é possível concluir que estas intervenções permitem, a prazo, dotar estes portos de maior capacidade de resposta a esse aumento nos movimentos, um dos objetivos da AP, num cenário em que existe um total alinhamento entre as intervenções apoiadas e a ENM 2013-2020 (que confirma o PG I.O.1). Em virtude do aumento da capacidade de resposta, seja por via da redução dos tempos de espera ou do aumento da dimensão das embarcações movimentadas, tenderá a observar-se um aumento na eficiência (redução de custos e aumento da eficiência energética) e aumento da competitividade dos portos intervencionados a nível europeu (aumento das quotas). A estas dimensões acrescem, em diversos projetos, o aumento da segurança nas operações e a melhoria da conectividade com o transporte terrestre (rodoviário ou ferroviário), entre os quais se destaca a JUL.

479. Para além da evolução do contexto e da baixa taxa de execução à data de reporte, a delimitação do contributo dos projetos apoiados ao nível dos resultados no contexto, ou mesmo até nos portos intervencionados, é impossibilitada pelo facto destes projetos se inserirem numa estratégia integrada, que contempla outros investimentos, visando muitas vezes os mesmos objetivos. Esses investimentos são também eles, em diversos casos, financiados por outros instrumentos, onde se destaca a *Connecting Europe Facility* (CEF), salientando o carácter de complementaridade entre os FEEL e outros instrumentos de financiamento comunitário.

⁸¹ De acordo com dados fornecidos pelo INE, tanto as importações como as exportações cresceram em volume entre 2014 e 2019 (apresentando uma taxa de variação homóloga positiva). Em 2020 os valores decrescem por comparação ao período homólogo anterior (2019) devido às restrições de circulação e disrupções das cadeias de produção e abastecimento impostas pela situação pandémica.

As dificuldades de acesso a mercados externos e a conjuntura económica assumiram-se como condicionantes ao alcance dos resultados dos projetos implementados no âmbito dos Sistemas de Incentivos.

480. Relativamente às PI 3.2 e 3.3, a inexistência de indicadores de realização e resultado alinhados com as operações desta AP em particular requiere a mobilização da informação recolhida por via do inquérito para a análise destas dimensões. Ainda que o número de respostas ao nível destas PI dentro desta AP não possa ser considerado estatisticamente significativo, a maioria dos inquiridos perceciona um contributo forte (ou muito forte) do apoio recebido para o reforço da inovação na empresa, por via da diferenciação do seu portefólio de bens e serviços e/ou do reforço da capacidade de produção de novos bens (Figura A45), possibilitando ainda a criação de postos de trabalho, em linha com as realizações e resultados previstos na TdM. Apesar destas considerações, os inquiridos reportam dificuldades de acesso a mercados externos que, conjuntamente com a conjuntura económica⁸², dificultaram o alcance dos resultados dos projetos.
481. Ao nível da sustentabilidade, a maioria dos inquiridos dos sistemas de incentivos (94% dos inquiridos empresariais, ponderado por investimento elegível - Figura A52) revelam que dispõem das condições necessárias para garantir a sustentabilidade financeira a longo prazo e a sustentabilidade dos resultados a médio/longo prazo (64% dos inquiridos empresariais, ponderado por investimento elegível - Figura A53), enquanto para os projetos do OT 7 não é possível retirar conclusões face ao exíguo número de projetos em fase avançada de execução. No caso particular da JUL, o sistema é percecionado pelos promotores envolvidos como sendo sustentável, onde as alterações que deverá sofrer nos próximos anos se destinarão ao aprofundamento do seu desenvolvimento. As elevadas necessidades de financiamento para estas alterações deverão ser supridas pelos modelos de financiamento que os portos se encontram a desenvolver para esta finalidade. No decorrer do processo de aprofundamento do sistema, a mobilização da aprendizagem resultante dos desafios enfrentados no decorrer da implementação da operação deverá contribuir para uma implementação mais eficiente e eficaz. Entre estas destacam-se a importância de assegurar plataformas promotoras da comunicação entre os intervenientes no projeto e o benefício de uma melhor gestão de expectativas relativamente aos prazos de implementação do projeto, no sentido do seu alargamento.

Área Programática 5.3. "Construção, Manutenção e Reparação Naval"

Os apoios atribuídos no âmbito da AP 5.3 assumem um peso reduzido no total de operações Mar apoiadas (0,7% do total) e do financiamento atribuído (2% do total). Com enquadramento nos Sistemas de Incentivos, a esmagadora maioria do financiamento foi atribuído por via do PO CI, tendo 88% do apoio sido atribuído a regiões de convergência. Os apoios encontram-se alinhados com as prioridades da ENM a esta associadas.

482. No âmbito da AP 5.3 foram apoiadas 47 operações (0,69% do total, Anexo 3.2.11), associadas a um montante de apoio de 26M€ (2%), tratando-se de operações com uma dimensão média de incentivo de 558 mil euros. Destinadas a promover a capacidade inovadora de construção, reparação e desmantelamento naval, com projeção internacional, as operações apoiadas enquadram-se em Sistemas de Incentivos à inovação, empreendedorismo, internacionalização, ao investimento e à qualificação. Estas operações estão assim repartidas por várias PI, entre as quais se destacam a PI 3.3 (com 43% das operações e 85% do financiamento) e a PI 3.2 (com 30% das operações e 11% do financiamento associado), visando o reforço da competitividade das PME e a sua internacionalização.
483. A relevância das tipologias de operação ligadas à inovação empresarial (47% das operações) e à internacionalização (47%) revelam um alinhamento dos apoios com aquele que é o objetivo principal da AP – o desenvolvimento de uma capacidade de construção e reparação naval internacionalizada e inovadora – validando o pressuposto PG I.O.1 (Os apoios disponibilizados nos instrumentos do PT2020 encontram-se alinhados com os objetivos dos Domínios/Áreas Programáticas da ENM).
484. Para esta AP contribuíram sete PO (PO CI, PO regionais do Continente e PO Açores) e um PC (MAC), sendo que as operações apoiadas pelo PO Centro representavam 40% do total. Contudo, é o PO CI que se destaca pelo montante de financiamento atribuído, representando 60% do total da AP. Por região, as operações e o financiamento encontram-se concentrados no Centro (47% das operações e 40% do financiamento) e no Norte (23% das operações e 34% do financiamento).
485. A taxa média de realização financeira é de 61%, acima da taxa média para o total das operações Mar (48%) e da generalidade das restantes AP. Contudo, à data de reporte apenas três projetos estão concluídos, estando mais sete com grau de execução elevado.

⁸² No global da AP, 50% dos inquiridos (com destaque para as operações enquadradas na PI 3.2 - 38%) aponta o cenário económico em contexto de pandemia como uma condicionante (Figura A46).

Existe uma divergência entre as perspetivas de execução financeira e física dos projetos apoiados, uma vez que a maioria dos promotores inquiridos tenderá a apresentar resultados aquém das metas contratadas, sendo as divergências reportadas em grande medida potenciadas pela evolução da conjuntura económica durante a pandemia Covid-19.

486. De acordo com as respostas ao inquérito, 67% dos inquiridos empresariais (representando 97% do investimento elegível - Figura A39) indicaram que preveem executar a totalidade ou ultrapassar o investimento aprovado. As ótimas perspetivas de realização financeira não são, contudo, acompanhadas pelas relativas à execução física por via do alcance das metas acordadas, já que a maioria dos projetos (75%, correspondendo a 99% do investimento elegível aprovado no caso dos inquiridos empresariais - Figura A41) tenderá a não alcançar os resultados contratados, sendo o principal fator explicativo identificado a evolução da conjuntura económica durante a pandemia Covid-19, que resultou não só num acesso dificultado aos mercados externos, como também numa contração do mercado interno. Entre os indicadores de resultado onde ocorreram/irão ocorrer maiores desvios está o de Volume de Negócios, dado que a nível da criação de emprego as metas foram ou tenderão a ser atingidas. Ainda assim, o distanciamento face às metas poderá não ser significativo, uma vez que a evolução económica das empresas apoiadas entre o pré e pós-projeto foi bastante favorável, registando um crescimento de 64% no Volume de Negócios no primeiro ano após a conclusão do projeto e 99% no terceiro ano (ou ano cruzeiro). Também significativo foi o crescimento do VAB das empresas, sobretudo a partir do 3º ano após o projeto (+125%). No entanto, importa referir que parte do incremento nas variáveis económicas das empresas apoiadas é explicada pelo facto alguns dos inquiridos terem iniciado atividade com os projetos apoiados.

O conjunto de operações apoiadas indicia resultados relevantes na qualificação (expansão e eficiência produtiva), mas mais modestos na internacionalização face ao que seria desejável para alcançar o principal objetivo da AP - o desenvolvimento de uma capacidade de construção e reparação naval internacionalizada e inovadora.

487. Encontrando-se os indicadores de resultados das empresas influenciados pela evolução do contexto (em particular o volume de negócios e as exportações) e por outras opções de gestão ou investimentos, o inquérito permitiu aferir a perceção dos inquiridos relativamente ao contributo dos projetos apoiados para a evolução desses indicadores. A maioria dos inquiridos empresariais (80%) realçou o contributo das operações para a expansão produtiva e para o aumento da eficiência produtiva e 20% referiu um contributo elevado para a internacionalização das suas atividades, revelando um alinhamento com os objetivos dos sistemas de incentivos em que se enquadraram as operações (mais na qualificação e menos na internacionalização), que indicia eficácia nos resultados, mas, eventualmente, uma aposta mais moderada na internacionalização face ao que seria desejável para alcançar o principal objetivo da AP - o desenvolvimento de uma capacidade de construção e reparação naval internacionalizada e inovadora.

O período de programação foi marcado por uma evolução positiva do número de empresas a operar no setor, bem como do VAB e emprego a estas associado, destacando-se as regiões AML e Norte pela maior concentração de empresas e emprego. Ainda que não seja possível quantificar a magnitude do contributo dos FEEI para a criação de emprego, de empresas e para a internacionalização do setor, é possível concluir que os apoios apresentam um contributo relevante para a evolução positiva do VAB no setor. Adicionalmente é de relevar as boas perspetivas de sustentabilidade financeira dos projetos e dos resultados por estes produzidos.

488. Os dados do setor revelam que durante o período de programação se registou o aumento de 29% do número de empresas nas CAE da construção naval e reparação de embarcações, passando de 325 empresas no ativo para 419. Este aumento ocorreu de forma transversal às diferentes NUTS II, com exceção da RA Açores e RA Madeira que registaram uma diminuição das empresas a operar no setor em 13% e 20%, respetivamente. Em 2020, a AML (38%), o Norte (21%) e o Algarve (20%) concentravam o maior número de empresas.

489. A evolução do VAB acompanhou a do número de empresas, registando um crescimento mais acentuado (58% entre 2013 e 2020, passando de 78M€ para 123M€), traduzindo-se num crescimento de 23% do VAB por empresa (totalizando 293m€ em 2020). O crescimento do VAB observado no conjunto da AP resultou maioritariamente de empresas ligadas à construção naval, tendo mais do que duplicado neste período, passando de 27M€ para 70M€.

490. Também o emprego cresceu de forma consistente entre 2013 e 2020, passando de 2.755 para 3.727 (35%), em grande medida resultante do crescimento associado à construção naval. A dinâmica de evolução do emprego até 2020 resultou numa concentração do emprego em 3 regiões, nomeadamente AML (35%), Norte (33%) e Centro (20%).

491. Os FEEI apresentam um contributo relevante para o crescimento do VAB do setor, sendo que a informação resultante dos inquéritos aos projetos apoiados indicia um crescimento médio anual do VAB mais significativo nas empresas apoiadas (cerca de 8%, com um contributo de cerca de 95% por parte dos projetos para esse crescimento, que compara com 3% no universo da AP). Consequentemente, o contributo global dos apoios no que refere ao crescimento do VAB (acima de 10%) terá sido superior ao peso das operações apoiadas, uma vez

que as 31 empresas apoiadas representam entre 7% e 10% do universo da AP (uma parte considerável). Os apoios assumiram um peso mais relevante na região centro, onde cerca de 18% das empresas foram apoiadas.

492. Relativamente à internacionalização que se pretendia das empresas do setor, reconhece-se que os apoios atribuídos se refletiram no aumento das exportações das empresas apoiadas. Não sendo possível medir as exportações associadas à totalidade da AP, ainda que se possa assumir que existiu um contributo dos FEEI a este nível e consequentemente para a internacionalização do setor, não é possível retirar conclusões quanto à sua magnitude, que poderá ter sido inferior ou superior ao peso das empresas apoiadas (7% a 10%). O mesmo se sucede ao nível da criação de emprego e empresas.
493. Em matéria de sustentabilidade dos projetos e dos resultados por estes produzidos, os inquiridos empresariais revelam boas perspetivas, uma vez que a totalidade considera ter as condições necessárias para garantir a sustentabilidade financeira dos projetos após a cessação do apoio (Figura A52) e a sustentabilidade dos resultados no médio/longo prazo (Figura A53). Simultaneamente, a totalidade dos promotores cujos projetos deram origem a novos postos de trabalho considera ser capaz de os manter no longo prazo (Figura A54).

Área Programática 5.4. "Obras marítimas"

Na Área Programática Obras Marítimas foram apoiadas 94 operações (1,4% do total), com elevada expressão no investimento elegível e no volume de financiamento comunitário (7,5% e 9,8%, respetivamente), de elevada dimensão média financeira, financiadas maioritariamente pelo PO SEUR (83%, do financiamento). A tipologia de operações apoiadas, nomeadamente na PI 5.2, muito centrada na proteção do litoral face ao problema da erosão costeira, concorre para o elevado volume de investimento mobilizado. A distribuição geográfica das operações acompanha os territórios mais críticos em termos de exposição a eventos climáticos extremos e onde as taxas de recuo da linha de costa são mais gravosas (RA Açores, Norte e Centro).

494. As alterações climáticas observadas nos últimos anos, resultando numa maior frequência e magnitude de fenómenos extremos, geram uma enorme preocupação e priorização na defesa costeira e na deteção e alerta precoce destes fenómenos, de modo a garantir a segurança de pessoas e bens (mitigar os riscos no litoral). Paralelamente existiam espaços urbanos degradados em domínio hídrico e espaços naturais degradados nas frentes de mar, que careciam de uma aposta consistente para a valorização e progressiva fruição da orla costeira. Os apoios do PT2020 enquadrados na Área Programática Obras Marítimas procuraram responder a estes desafios.
495. Esta AP albergava 94 operações (1,4% do total, Anexo 3.2.12). Em termos globais é relevante o valor de investimento associado a este tipo de operações, nomeadamente as da PI 5.2, muito centradas na proteção do litoral especialmente face ao problema da erosão costeira (ações materiais de proteção costeira em zonas de risco ou em situação crítica de erosão, no sentido da eliminação, redução ou controlo do risco e da salvaguarda de pessoas e bens, de carácter estrutural e impacte sistémico). Assim, face ao valor muito significativo da maioria das operações apoiadas, sobretudo na PI 5.2 (94% do financiamento comunitário da AP), o investimento elegível da AP representa 7,5% do total das operações Mar e o volume de financiamento comunitário 9,8%. O principal PO financiador é o PO SEUR, representando 83% do financiamento. De igual modo, ao nível das operações, o PO SEUR assume-se como o mais relevante, com 70% das operações, como resultado do importante contributo da PI 5.2, centrada na proteção do litoral (91% das operações desta AP). O PO Açores, representando 29% das operações e 14% do financiamento comunitário, merece igualmente ser relevado.
496. A distribuição geográfica das operações demonstra a relevância da Região Autónoma dos Açores, seguida das regiões Norte e Centro, acompanhando os territórios mais críticos em termos de exposição a eventos climáticos extremos e as taxas de recuo da linha de costa mais gravosas. Já no que se refere à distribuição do financiamento a Região Centro, pela localização dos territórios mais críticos e a necessitar de ações materiais de maior expressão (construção e/ou reabilitação de estruturas de defesa costeira; alimentações artificiais de praias) assume uma clara preponderância (48% do financiamento).

As operações da AP 5.4 registaram uma taxa média de realização satisfatória (57%), embora com desempenhos muito assimétricos entre as duas PI, com os projetos promovidos na PI 6.5 a apresentarem maior dificuldade em cumprir as metas contratualizadas à data, embora exista a convicção entre os promotores de atingir as metas contratadas. A este facto não será alheia a tipologia de promotores em causa, nomeadamente a administração pública central e local. Contudo, devem merecer reflexão as causas sinalizadas para os atrasos (e para as quais devem ser dadas respostas), nomeadamente no que concerne à abertura de concursos públicos, às regras de contratação pública, à litigância, às autorizações da Tutela e Finanças (morosidade e autorizações plurianuais) e à emissão das declarações de impacte ambiental.

497. A AP apresentava uma taxa média de realização financeira de 57%, embora com um desempenho muito diferenciado entre PI – as operações da PI 5.2 tinham uma taxa de 58%, enquanto a PI 6.5 uma taxa de apenas 35%. A este facto não é alheia, quer a dimensão das operações (a dimensão média do investimento elegível das

operações da PI 5.2 no PO SEUR é muito significativa), quer a natureza do executor, com ampla experiência e responsabilidade na execução da política pública e desta tipologia de intervenções (Agência Portuguesa do Ambiente). Estas diferenças no progresso até 2020 não têm, contudo, reflexo nas expectativas sobre a execução do investimento contratado. Na PI 5.2, a expectativa de execução do investimento contratado é muito elevada (98% dos respondentes, ponderados pelo investimento elegível, esperam executar como contratado ou acima) o mesmo acontecendo no caso da PI 6.5 (a totalidade dos respondentes afirma que irá executar o investimento como contratado). A este facto não será alheia a tipologia de promotores em causa, nesta AP, nomeadamente a administração pública central e local.

498. Das entrevistas realizadas a alguns *stakeholders* e do Estudo de Caso elaborado nesta AP, existe a convicção que a totalidade das operações irão conseguir atingir as metas contratadas, independentemente do grau de incerteza/risco associado ao contexto que se vive atualmente no país (sublinhe-se que à data de reporte, nesta AP, 32 operações já estavam concluídas - mais de 1/3).
499. As dificuldades relacionadas com o aumento dos custos dificultaram a execução de alguns projetos contratados, sendo que a pandemia também afetou a disponibilidade de materiais necessários aos trabalhos (mais dispendiosos, com prazos mais alargados de entrega), a que acrescem alguns constrangimentos com que os promotores se confrontaram/confrontam no decurso da implementação das operações ao nível do tempo e do esforço despendidos em questões administrativas/burocráticas e, sobretudo, com todos os procedimentos associados à contratação pública (quando questionados sobre que aspetos tinham condicionado o desenvolvimento dos projetos, no caso dos promotores da PI 5.2, relevou-se em metade dos casos/respostas os processos de contratação pública - prazos/burocracia). Nas entrevistas realizadas enfatizaram-se as dificuldades sentidas pelas entidades públicas nesta dimensão de política, nomeadamente no que concerne à abertura de concursos públicos, às regras de contratação pública, à litigância, às autorizações da Tutela e Finanças (morosidade e autorizações plurianuais) e à emissão das declarações de impacte ambiental.
500. Esta situação foi agravada, posteriormente à data de corte, com a guerra na Ucrânia (escalada significativa dos preços das matérias-primas, da energia e dos materiais de construção), redobrando-se os concursos desertos, pelo que se revelará fundamental encontrar soluções que permitam mitigar este contexto adverso de modo a não colocar em causa a prossecução dos resultados e dos impactos pretendidos. Segundo os *stakeholders*, os custos com as obras têm vindo progressivamente a ser incrementados e sucedem-se concursos de empreitadas sem candidatos, obrigando a novos procedimentos, à revisão de preços com montantes mais apelativos/ajustados ao mercado atual (em alguns casos, os preços são 30 a 40% superiores ao inicialmente avançado). Este processo tem impacte na conclusão das obras e consequente desaceleração das taxas de execução. Acresce que no caso da PI 5.2, é necessário existir desde logo um projeto de execução e que, num quadro de exiguidade de recursos humanos no principal promotor - APA, se tem gerado a necessidade de proceder a contratações externas, sempre morosas em termos de procedimentos associados (regras de contratação pública, litigância,...).
501. Pelo contrário, quando questionados sobre que aspetos tinham facilitado o desenvolvimento dos projetos, no caso dos promotores da PI 5.2, relevou-se o nível de coordenação e colaboração entre entidades-chave (modelo de governação multinível), enquanto na PI 6.5, foi valorizada sobretudo a conjuntura económica até à pandemia COVID-19.

Os resultados muito positivos alcançados em termos de extensão da faixa costeira intervencionada para proteção de pessoas e bens (93,3km) e da percentagem de linha de costa continental em situação crítica de erosão (18,4%), indiciam uma melhoria significativa na capacidade nacional de responder às situações mais críticas em termos de erosão costeira e de risco de galgamentos e inundações oceânicas, reduzindo de forma expressiva o potencial impacte negativo dos fenómenos meteorológicos extremos na segurança de pessoas e bens. A aposta na alimentação artificial de praias, enquanto intervenção de proteção costeira, tem-se assumido como um caso de sucesso, sendo fundamental dar-lhe continuidade no futuro (ir completando/reforçando os sedimentos na deriva litoral). As intervenções apoiadas de reabilitação de espaço público, numa perspetiva de valorização e atratividade da orla costeira/frentes marítimas, são fundamentais para criar valor, potenciar o desenvolvimento da atividade turística e reforçar o seu contributo na base económica local/nacional.

502. Ao nível das realizações e dos resultados (Quadro A36), é possível concluir que algumas metas já foram atingidas no caso da PI 5.2 ou estão perto de o ser, nomeadamente a extensão da faixa costeira intervencionada para proteção de pessoas e bens (93,3km) e a percentagem de linha de costa continental em situação crítica de erosão (18,4%), indiciando uma aposta bastante forte e direcionada para responder às situações mais críticas no território nacional em termos de erosão costeira e risco de galgamentos e inundações oceânicas, com potencial impacte na segurança de pessoas e bens. Sublinhe-se que 87,5% dos inquiridos consideram que os projetos tiveram um contributo forte / muito forte para o incremento da capacidade de resiliência em situação de exceção que envolva ameaça coletiva (Figura A29).

503. Estas realizações foram devidamente articuladas e enquadradas pelas prioridades definidas no Plano de Ação de Valorização e Proteção do Litoral e nos Programas de Ordenamento Costeiros, conforme comprovado através da análise documental (era condição de admissibilidade a integração no Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral / Plano de Ação Litoral XXI ou nos Programas de Orla Costeira), estudo de caso e processo de inquirição (Figura A13). Acresce que a totalidade dos inquiridos (não empresariais) considera que é fundamental o setor possuir instrumentos de planeamento de adaptação às alterações climáticas, sendo que 98% consideram que o setor se tem vindo a preparar para responder aos desafios em presença e que existe um elevado alinhamento do seu projeto com o plano setorial de adaptação às alterações climáticas; a totalidade dos inquiridos considera ainda que existe um elevado alinhamento do projeto com os instrumentos territoriais de adaptação às alterações climáticas, enquanto 67% dos inquiridos considera que a eficácia dos atuais instrumentos de ordenamento da orla costeira se assumem como fatores facilitadores dos resultados do projeto- concorrendo para a verificação do PE I.5.3 (Existência de instrumentos de ordenamento da orla costeira eficazes/atualizados e do Plano de Ação de Valorização e Proteção do Litoral). Especificamente, as realizações produzidas assentaram sobretudo em ações materiais de proteção costeira em zonas de risco, na alimentação artificial de praias enquanto intervenção de proteção costeira, na construção e reabilitação de estruturas de defesa costeira, na proteção e reabilitação de sistemas costeiros naturais, nomeadamente dunares. Foram igualmente produzidos 22 estudos, cartografia e outros documentos de informação e conhecimento fundamentais para reforçar a tomada de decisão informada.
504. A aposta na alimentação artificial de praias, enquanto intervenção de proteção costeira, tem-se assumido como um caso de sucesso (conforme comprovado no Estudo de Caso realizado), sendo fundamental dar-lhe continuidade no futuro (é crucial ir completando/reforçando os sedimentos na deriva litoral). Os 15 TUPEM para imersão de dragados, registados no período 2015-2020, atestam também da criação de condições propícias para o estabelecimento de parcerias virtuosas, com excelentes resultados, conforme comprovado no âmbito do EC realizado. A “Remoção dos inertes da ZALI do Porto de Aveiro, para reforço do cordão litoral a sul da Costa Nova (POSEUR-02-1809-FC-000051)” assentou na conjugação virtuosa entre duas entidades públicas. Foi assinado um Protocolo entre a Administração do Porto de Aveiro (APA, S.A.) e a APA, I.P., em 2016, que previa o fornecimento da totalidade dos inertes ainda disponíveis em stock (1.110.000 m³) pela APA, SA, para que fossem colocados pela APA, IP nas praias a sul da Costa Nova (alimentação artificial do troço costeiro da Costa Nova - Vagueira com inertes provenientes do depósito existente na zona de atividades logísticas e industriais do Porto de Aveiro). Deste EC releva a importância do estabelecimento de protocolos entre entidades públicas, nomeadamente entre quem tem a responsabilidade de realizar as dragagens, retirar os inertes dos portos (administrações portuárias), e quem tem a responsabilidade de proteger o litoral, através da colocação de areias na praia imersa (Agência Portuguesa do Ambiente), contribuindo para uma excelente otimização da gestão dos dinheiros públicos.
505. No caso da PI 6.5, também já foram atingidas importantes realizações e resultados. Os espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (55 ha), enquanto intervenções de reabilitação de espaço público, numa perspetiva de valorização e atratividade da orla costeira/frentes marítimas, são disso exemplo. Assinale-se que 75% dos inquiridos, nesta PI, consideram que os projetos tiveram um contributo forte / muito forte para a redução/eliminação de áreas litorais degradadas e subaproveitadas (Figura A29). Os 55 ha intervencionados que foram desenvolvidos no âmbito dos projetos enquadrados na ENM representavam 0,68% desta tipologia de realizações alcançadas até 31.12.2020, para a globalidade do PT 2020.
506. Estas intervenções estavam previstas nos instrumentos enquadramentos (PEDU/PARU/DLBC), não tendo sido muito valorizado pelos inquiridos um dos potenciais riscos identificados para o sucesso das operações - o atraso da execução por ser necessário previamente elaborar estes instrumentos. Ou seja, independentemente de considerarem que houve atrasos, não negligenciáveis, no início do processo (elaboração/aprovação dos instrumentos), estes não foram impeditivos ou demasiado condicionadores para a execução das operações (99% dos inquiridos (não empresariais) consideram que os tempos de elaboração/aprovação destes instrumentos não influenciam os resultados do projeto). Neste quadro, a importância do RE I.5.4 “Morosidade na elaboração/aprovação de instrumentos enquadramentos das ações apoiadas (PEDU/PARU/DLBC)”, tendo-se observado, não viria a ser impactante para a operacionalização/execução.
507. No âmbito das entrevistas aos *stakeholders* relevantes e do EC realizado, conclui-se a existência de capacidade financeira dos promotores para implementar as múltiplas medidas de sua responsabilidade preconizadas nos instrumentos de planeamento enquadramentos (verificação do PE II.5.9), sobretudo pelo facto de serem promovidos por entidades públicas, seja com responsabilidades na prossecução dessas políticas públicas, seja pelo papel muito interventivo e central na própria elaboração dos instrumentos de planeamento (APA, no caso do Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral / Plano de Ação Litoral XXI e acompanhamento e aprovação dos POC; Municípios, no caso dos PEDU/PARU/DLBC). É importante enfatizar que, sobretudo no caso da PI 5.2, o PO SEUR financia operações que a Tutela sinaliza como prioritárias, pelo que, à partida, segundo as entrevistas realizadas, pouco ou nada de importante/prioritário fica fora do apoio do Programa.

508. Neste quadro, é possível atribuir umnexo de causalidade direta entre as intervenções e, por um lado, o reforço da proteção litoral a redução da extensão da linha de costa em situação crítica de erosão (PI 5.2) e, por outro lado, o aumento da atratividade turística das zonas costeiras (PI 6.5). Nesse sentido, os apoios do PT2020 terão contribuindo de forma direta e muito consistente para os dois efeitos esperados na AP, havendo um alinhamento total entre as intervenções e a ENM 2013-2020 (que confirma o PG I.O.1).

509. Finalmente, não obstante o número de respondentes com projetos concluídos não ter significância estatística, releva do processo de inquirição que os projetos contribuem (ou se espera que venham a contribuir) de forma importante para diversos objetivos estratégicos da Economia do Mar, nomeadamente para o aproveitamento do potencial económico, geoestratégico e geopolítico do território marítimo nacional (no caso da PI 5.2, 24% dos respondentes) e aumento do contributo económico (20% dos inquiridos que responderam).

A maioria dos beneficiários considera estarem reunidas as condições necessárias para garantir a sustentabilidade financeira a médio-longo prazos das operações apoiadas. Em alguns casos, para assegurar a persistência/duração no tempo dos efeitos/resultados gerados pelo projeto é determinante garantir a continuidade dos apoios (intervenção contínua). É o caso da alimentação artificial de praias (obras de proteção costeira com areia). A dinâmica do litoral e as consequências das alterações climáticas, implicam que seja sempre necessário continuar a investir no futuro.

510. Ao nível da sustentabilidade não é possível retirar conclusões estatisticamente significativas, devido ao reduzido número de respostas associadas a projetos concluídos. No entanto, em relação às operações da PI 5.2 é possível aferir que estes projetos (90% dos respondentes) dispõem das condições necessárias para garantir a sustentabilidade financeira a médio-longo prazos, enquanto na PI 6.5, esse valor estende-se à totalidade dos respondentes.

511. Quando questionados quanto à persistência/duração no tempo dos efeitos/resultados gerados pelo projeto (após a sua conclusão), assinalaram sobretudo o longo prazo (mais de 5 anos). Contudo, no caso da PI 5.2, deve ser assinalada a representatividade do curto e médio prazo, indiciando a necessidade de, em alguns projetos, ser “obrigatória” uma intervenção contínua para que os efeitos possam perdurar.

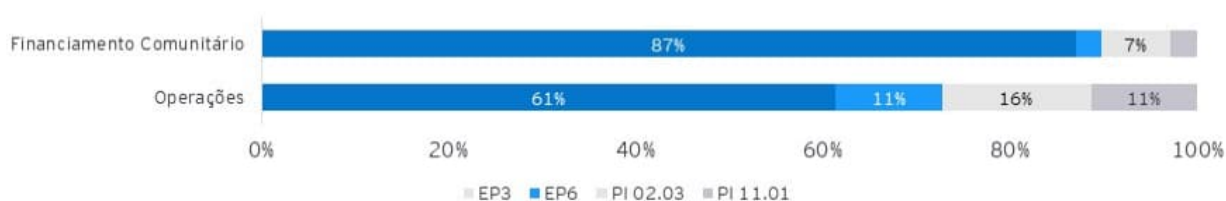
Conforme concluído no estudo de caso realizado, centrado na alimentação artificial de praia, as obras de proteção costeira com areia, para além de exigirem uma monitorização permanente (como se movimentam as areias no fundo oceânico), obrigam a uma reposição/recarregamento a médio prazo (injeção de shots na deriva litoral, porventura de 5 em 5 anos, mas dependendo dos valores emergentes da monitorização), para inviabilizar que as estruturas das obras aderentes se vão deteriorando e limitando o seu objetivo maior (proteção costeira, segurança de pessoas e bens). Assim, afigura-se determinante o estabelecimento de protocolos entre as administrações portuárias e a APA e existirem apoios, nos próximos anos, quer para as dragagens, quer para a colocação das areias diretamente nas praias (ou seja, assegurando que a alimentação artificial de praias seja efetuada através da remoção dos depósitos de inertes dos portos). Tudo o que se está a fazer em termos de alimentação artificial de praias terá um impacte importante na reposição do défice sedimentar. Contudo, a dinâmica do litoral e as consequências das alterações climáticas, implicam que seja sempre necessário continuar a investir no futuro, reforçando as soluções, preferencialmente, mais naturais (sendo melhores ambientalmente são menos resistentes que as infraestruturas cinzentas, pelo que a sua durabilidade será, à partida, menor).

3.2. Fichas das Áreas Programáticas

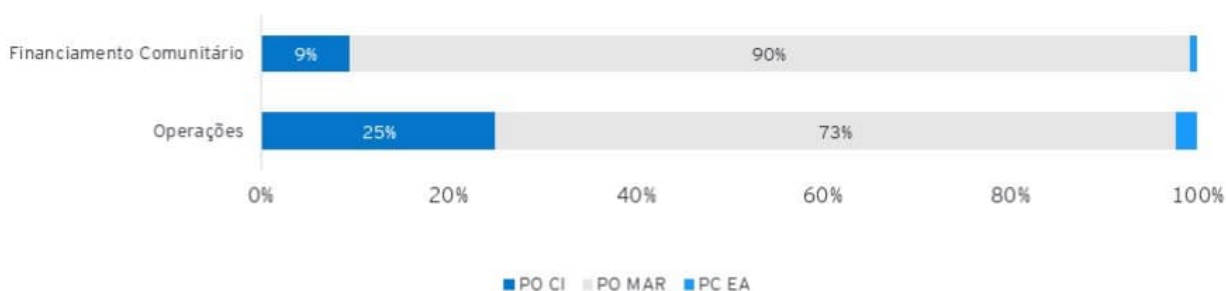
3.2.1. Área Programática 1.1. Administração, Pensamento e Ação Estratégica, Identidade e Cultura

| | Total | % |
|-----------------------------|--------------------|-------|
| Nº projetos | 44 | 0,65% |
| Financiamento | Total (milhares €) | % |
| Investimento Elegível Total | 60 412 | 2,75% |
| Incentivo Total | 47 447 | 3,41% |
| Dimensão Média do Incentivo | 1 078 | NA |

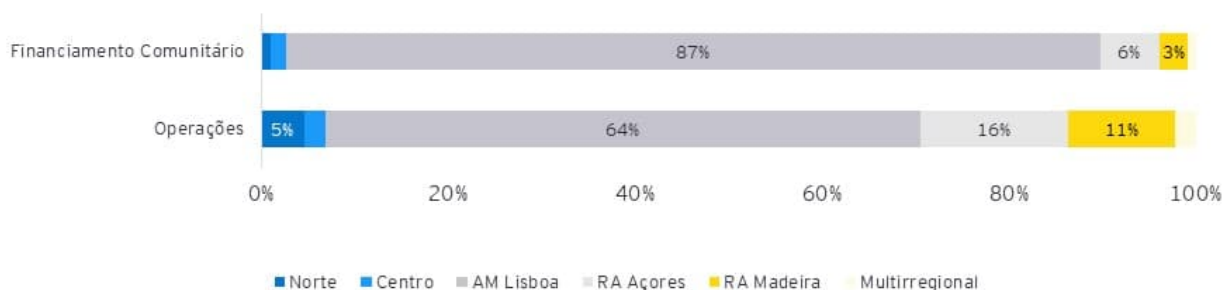
Distribuição dos projetos e do financiamento comunitário por PI



Distribuição dos projetos e do financiamento comunitário por PO



Distribuição dos projetos e do financiamento comunitário por região



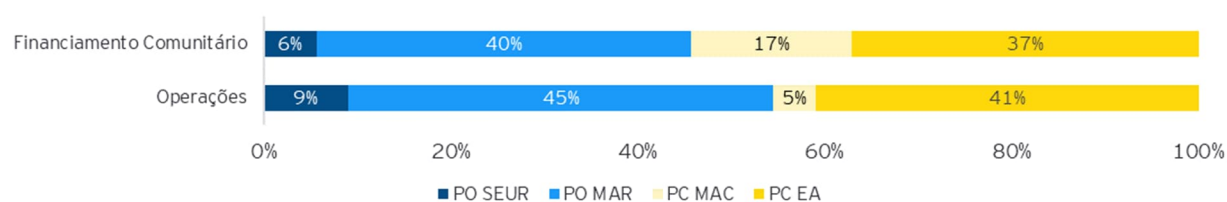
3.2.2. Área Programática 1.2. Proteção e Salvaguarda

| | Total | % |
|-----------------------------|--------------------|-------|
| Nº projetos | 22 | 0,32% |
| Financiamento | Total (milhares €) | % |
| Investimento Elegível Total | 11 383 | 0,52% |
| Incentivo Total | 8 730 | 0,63% |
| Dimensão Média do Incentivo | 397 | NA |

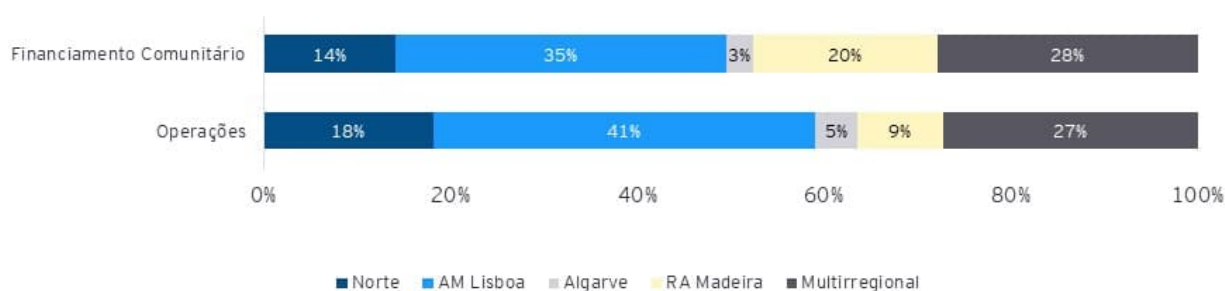
Distribuição dos projetos e do financiamento comunitário por PI



Distribuição dos projetos e do financiamento comunitário por PO



Distribuição dos projetos e do financiamento comunitário por região

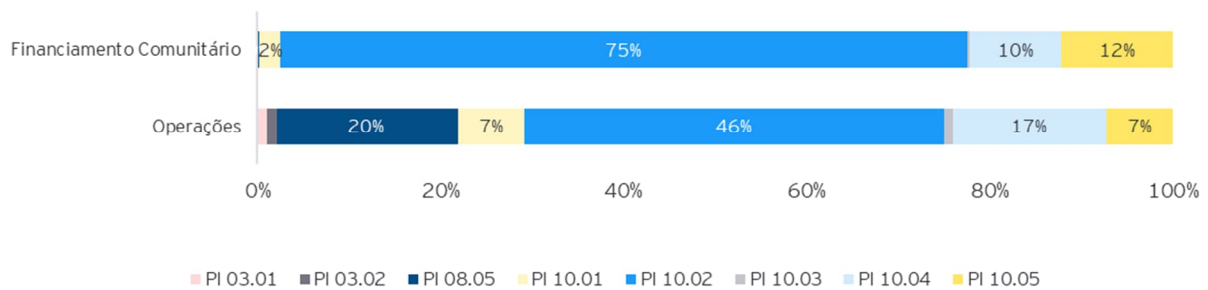


3.2.3. Área Programática 1.3. Educação, Ciência e tecnologia

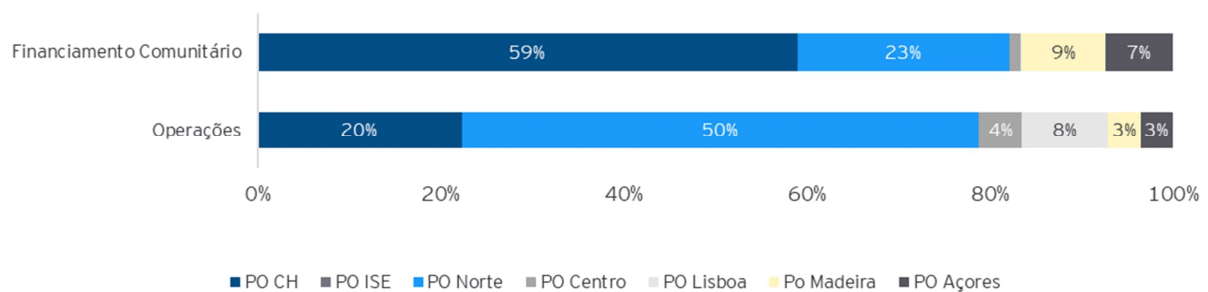
Educação e Formação

| | Total | % |
|-----------------------------|---------------------------|----------|
| Nº projetos | 96 | 1,42% |
| Financiamento | Total (milhares €) | % |
| Investimento Elegível Total | 98 809 € | 4,49 % |
| Incentivo Total | 83 888 € | 6,02 % |
| Dimensão Média do Incentivo | 874 € | NA |

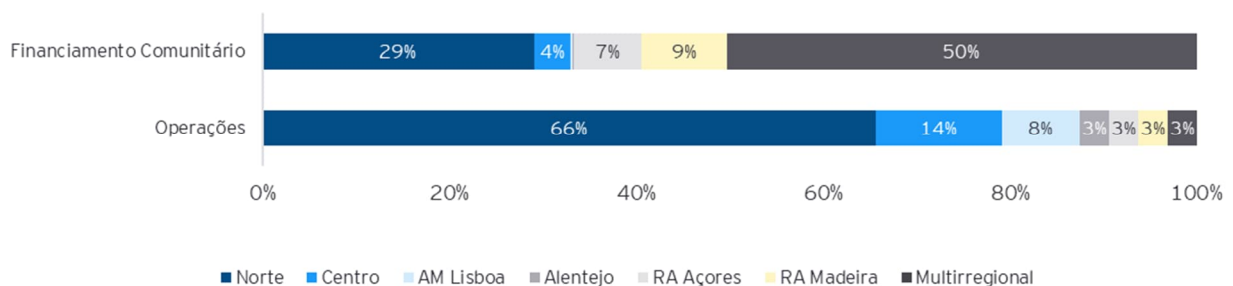
Distribuição dos projetos e do financiamento comunitário por PI



Distribuição dos projetos e do financiamento comunitário por PO



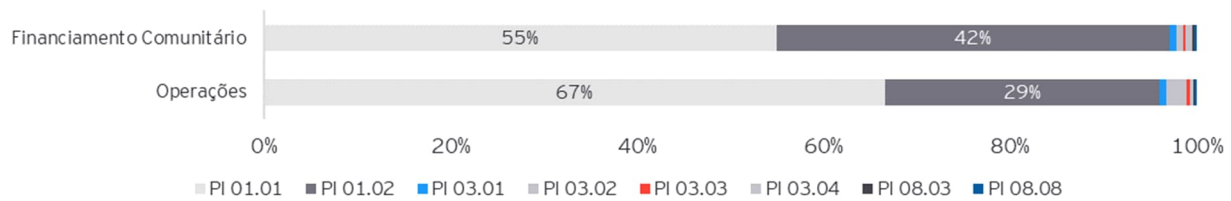
Distribuição dos projetos e do financiamento comunitário por região



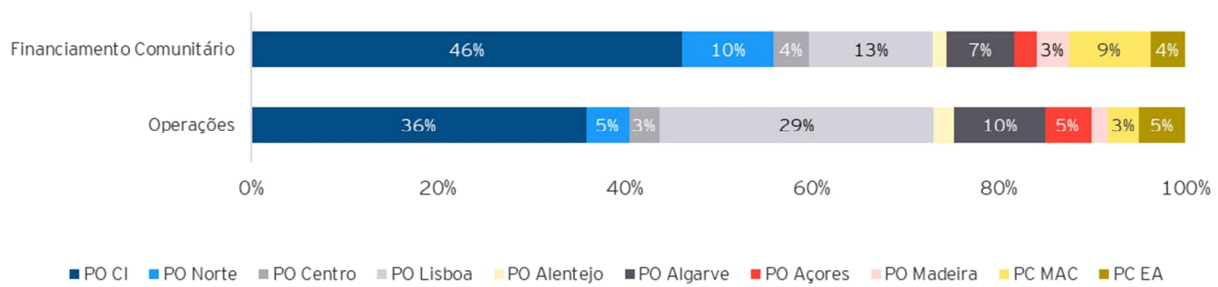
Ciência e Tecnologia

| | Total | % |
|-----------------------------|--------------------|--------|
| Nº projetos | 546 | 8,05% |
| Financiamento | Total (milhares €) | % |
| Investimento Elegível Total | 341 469 | 15,52% |
| Incentivo Total | 226 629 | 16,26% |
| Dimensão Média do Incentivo | 415 | NA |

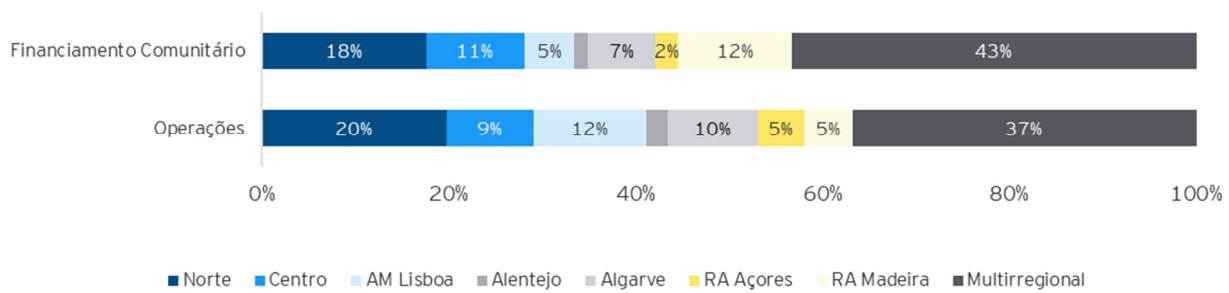
Distribuição dos projetos e do financiamento comunitário por PI



Distribuição dos projetos e do financiamento comunitário por PO



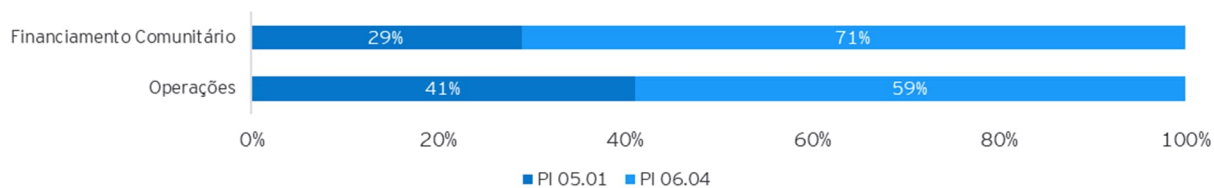
Distribuição dos projetos e do financiamento comunitário por região



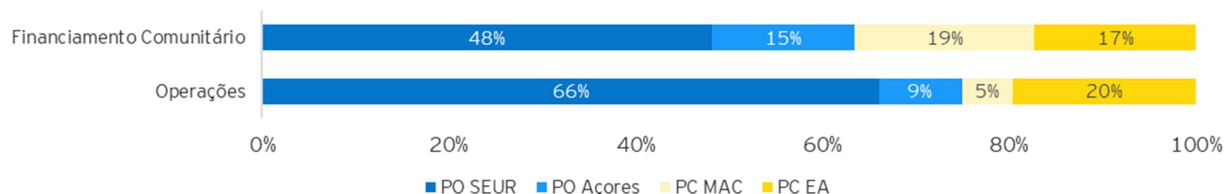
3.2.4. Área Programática 2.1. Oceano, Atmosfera e Sistema Integrado

| | Total | % |
|-----------------------------|---------------------------|----------|
| Nº projetos | 56 | 0,83% |
| Financiamento | Total (milhares €) | % |
| Investimento Elegível Total | 29 674 | 1,35% |
| Incentivo Total | 24 807 | 1,78% |
| Dimensão Média do Incentivo | 443 | NA |

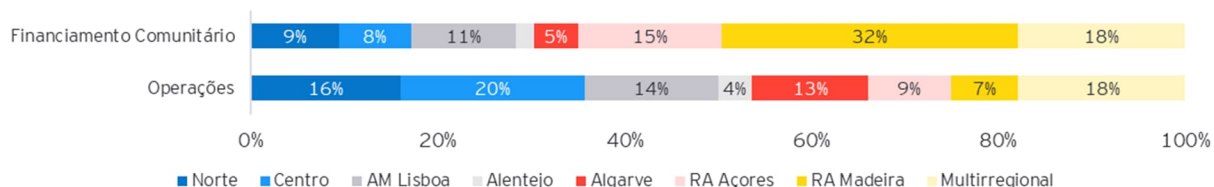
Distribuição dos projetos e do financiamento comunitário por PI



Distribuição dos projetos e do financiamento comunitário por PO



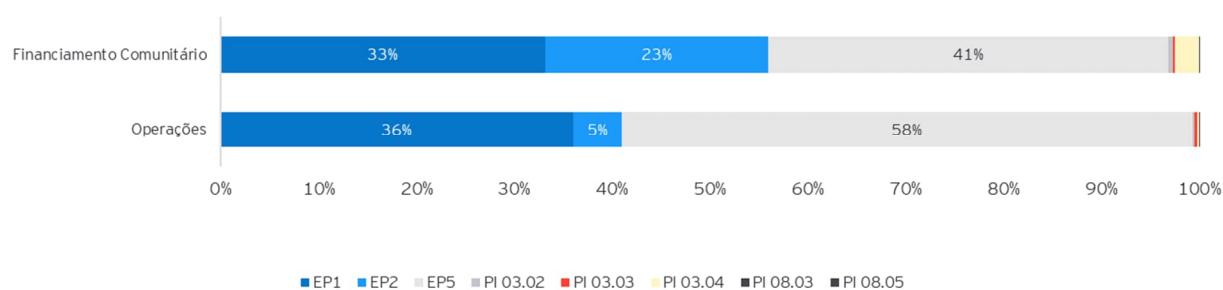
Distribuição dos projetos e do financiamento comunitário por região



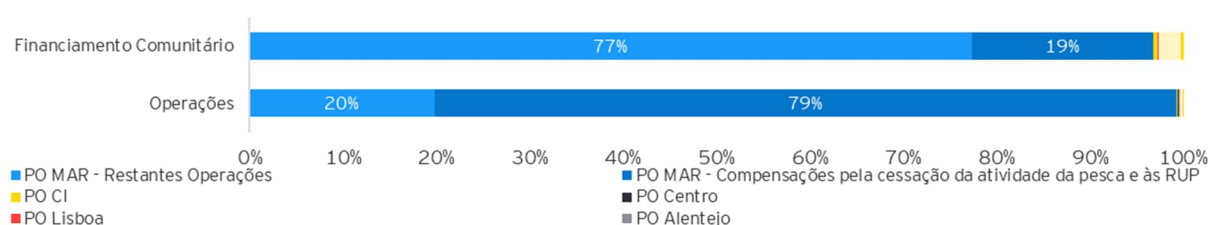
3.2.5. Área Programática 3.1. Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura

| | Total | % |
|--|---------------------------|---------------|
| Nº projetos | 4 633 | 68,34% |
| dos quais: compensações pela cessação da atividade da pesca e às RUP | 3 679 | 54,27% |
| restantes projetos | 954 | 14,07% |
| Financiamento | Total (milhares €) | % |
| Investimento Elegível Total | 500 323 | 22,74% |
| dos quais: compensações pela cessação da atividade da pesca e às RUP | 63 771 | 2,90% |
| restantes projetos | 436 552 | 19,84% |
| Incentivo Total | 273 143 | 19,60% |
| dos quais: compensações pela cessação da atividade da pesca e às RUP | 53 119 | 3,81% |
| restantes projetos | 220 024 | 15,79% |
| Dimensão Média do Incentivo | 59 | NA |
| dos quais: compensações pela cessação da atividade da pesca e às RUP | 14 | NA |
| restantes projetos | 231 | NA |

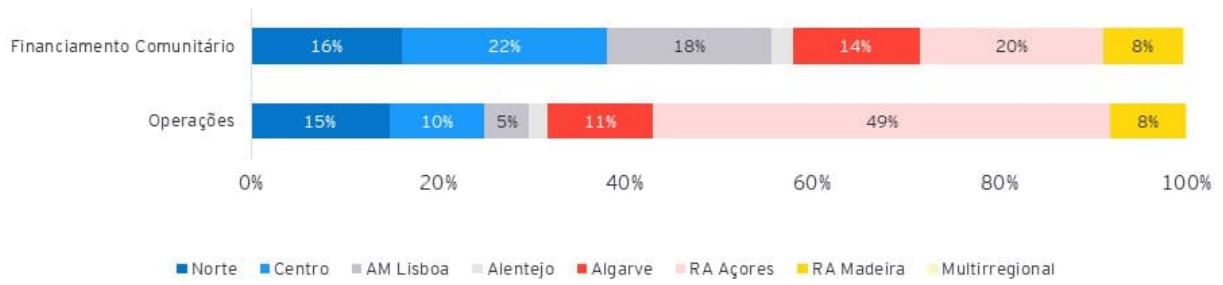
Distribuição dos projetos e do financiamento comunitário por PI



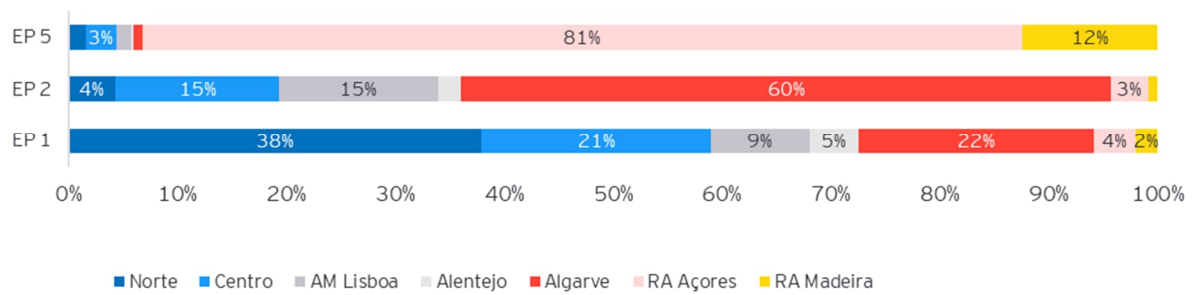
Distribuição dos projetos e do financiamento comunitário por PO



Distribuição dos projetos e do financiamento comunitário por região



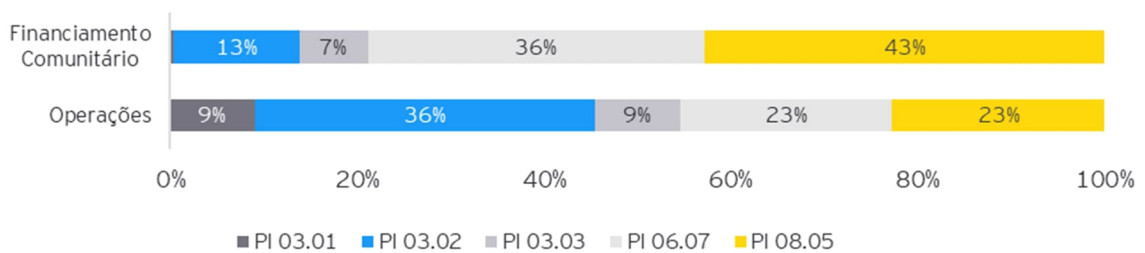
Distribuição regional das operações aprovadas no âmbito do PO Mar (EP1, EP2 e EP3)



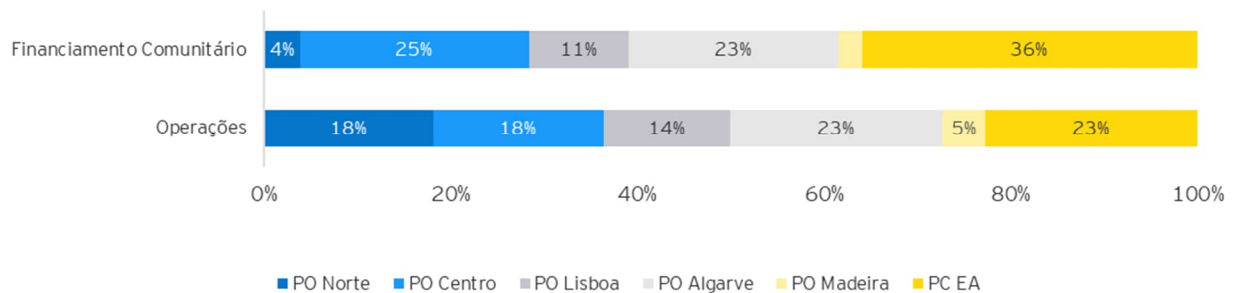
3.2.6. Área Programática 3.2. Biotecnologia Marinha

| | Total | % |
|-----------------------------|--------------------|-------|
| Nº projetos | 22 | 0,32% |
| Financiamento | Total (milhares €) | % |
| Investimento Elegível Total | 7 449 | 0,34% |
| Incentivo Total | 4 870 | 0,35% |
| Dimensão Média do Incentivo | 221 | NA |

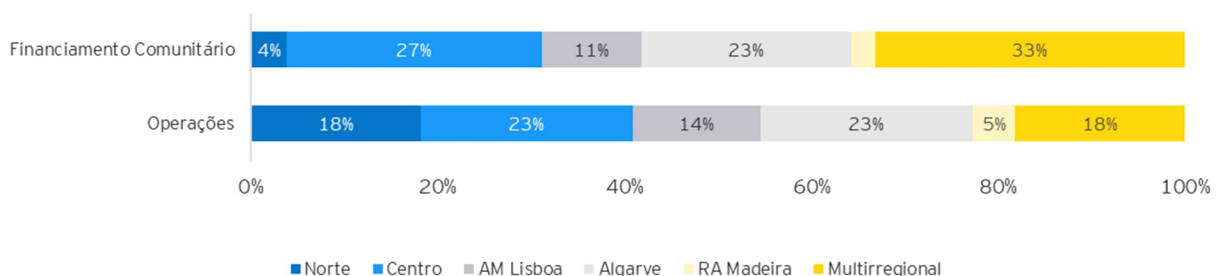
Distribuição dos projetos e do financiamento comunitário por PI



Distribuição dos projetos e do financiamento comunitário por PO



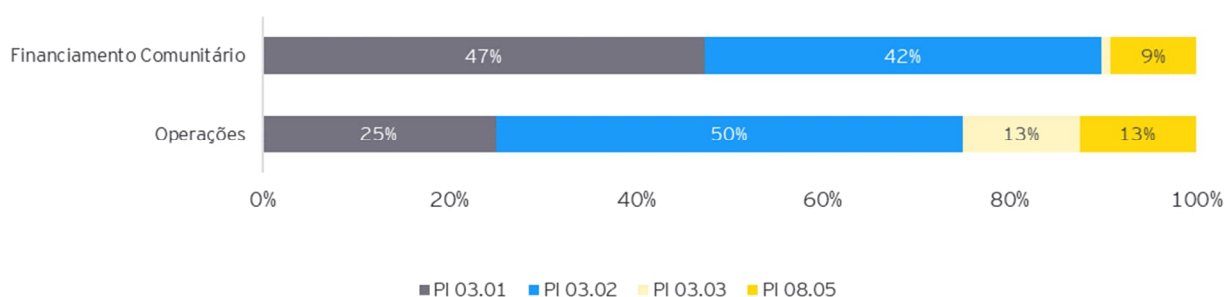
Distribuição dos projetos e do financiamento comunitário por região



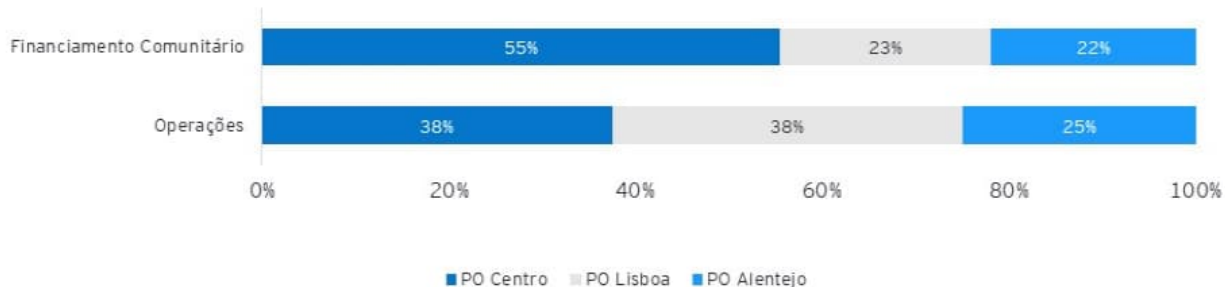
3.2.7. Área Programática 4.1. Recursos Minerais Marinhos

| | Total | % |
|-----------------------------|---------------------------|----------|
| Nº projetos | 8 | 0,12% |
| Financiamento | Total (milhares €) | % |
| Investimento Elegível Total | 1 283 | 0,06% |
| Incentivo Total | 732 | 0,05% |
| Dimensão Média do Incentivo | 91 | NA |

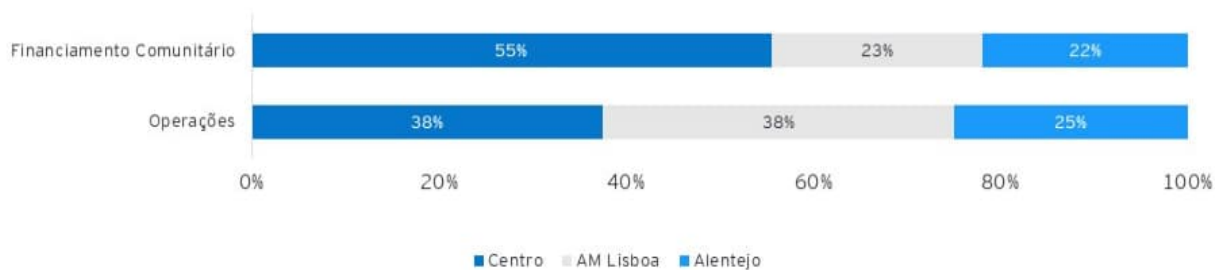
Distribuição dos projetos e do financiamento comunitário por PI



Distribuição dos projetos e do financiamento comunitário por PO



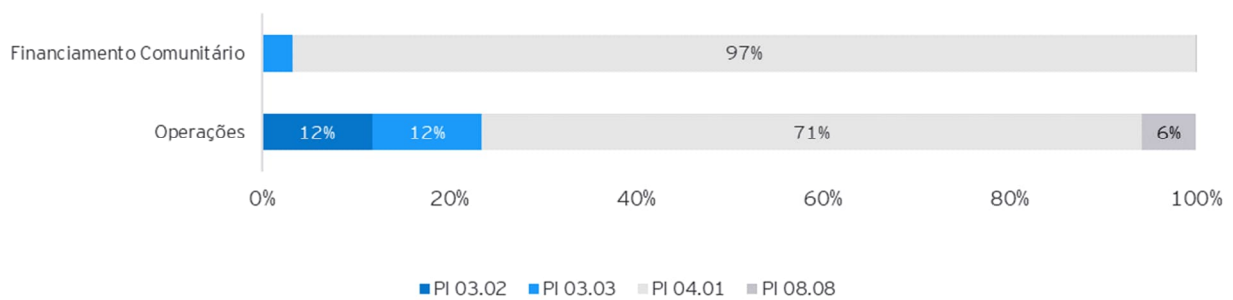
Distribuição dos projetos e do financiamento comunitário por região



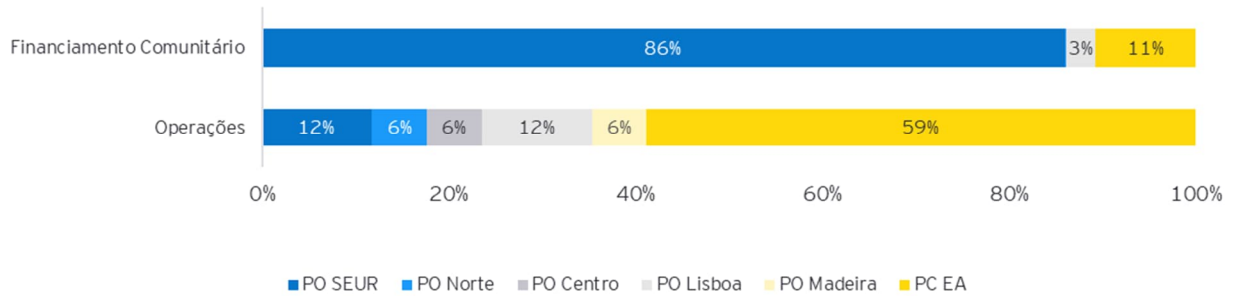
3.2.8. Área Programática 4.2. Recursos Energéticos Marinhos

| | Total | % |
|-----------------------------|---------------------------|----------|
| Nº projetos | 17 | 0,25% |
| Financiamento | Total (milhares €) | % |
| Investimento Elegível Total | 56 957 | 2,59% |
| Incentivo Total | 35 249 | 2,53% |
| Dimensão Média do Incentivo | 2 073 | NA |

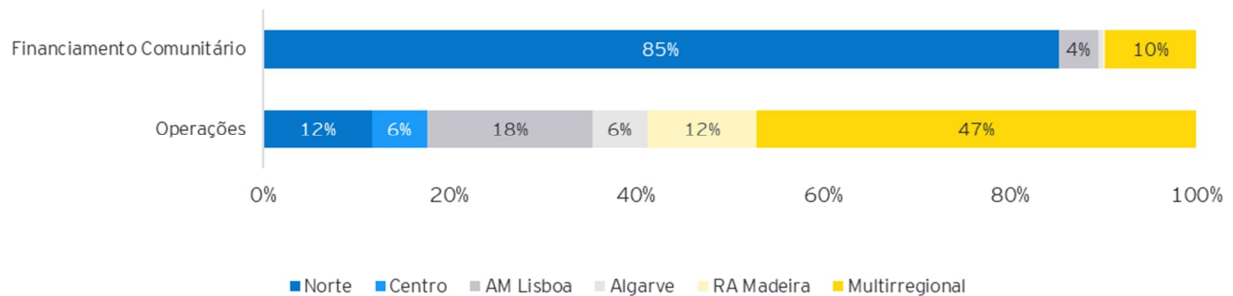
Distribuição dos projetos e do financiamento comunitário por PI



Distribuição dos projetos e do financiamento comunitário por PO



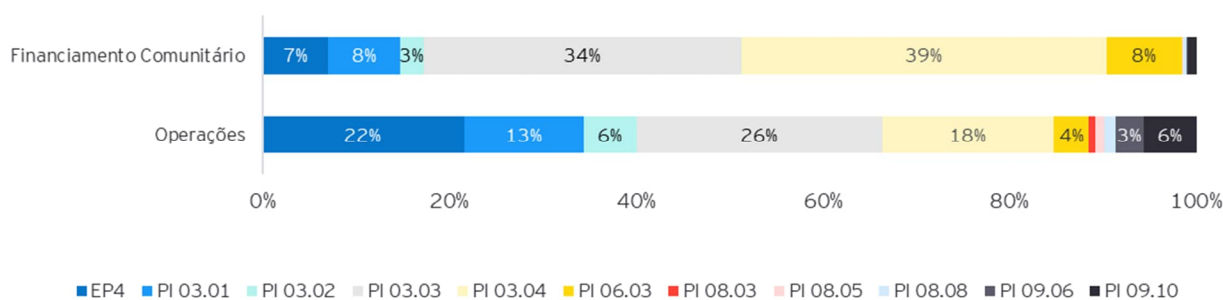
Distribuição dos projetos e do financiamento comunitário por região



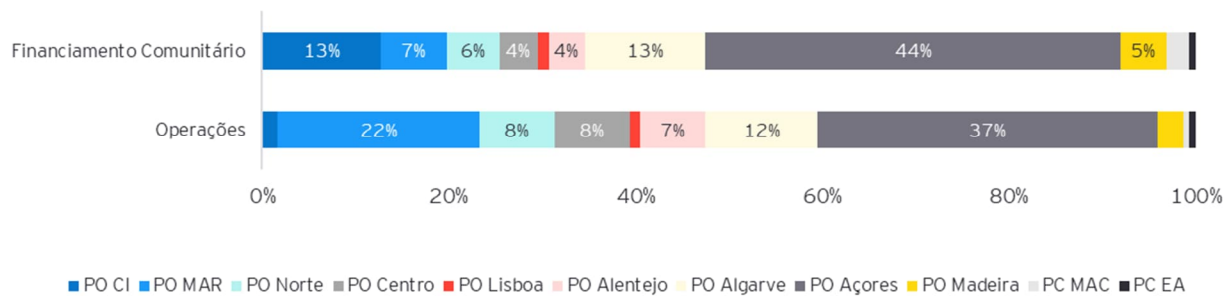
3.2.9. Área Programática 5.1. Recreio, Desporto e Turismo

| | Total | % |
|-----------------------------|--------------------|--------|
| Nº projetos | 1 147 | 16,92% |
| Financiamento | Total (milhares €) | % |
| Investimento Elegível Total | 611 791 | 27,80% |
| Incentivo Total | 313 489 | 22,50% |
| Dimensão Média do Incentivo | 273 | NA |

Distribuição dos projetos e do financiamento comunitário por PI



Distribuição dos projetos e do financiamento comunitário por PO



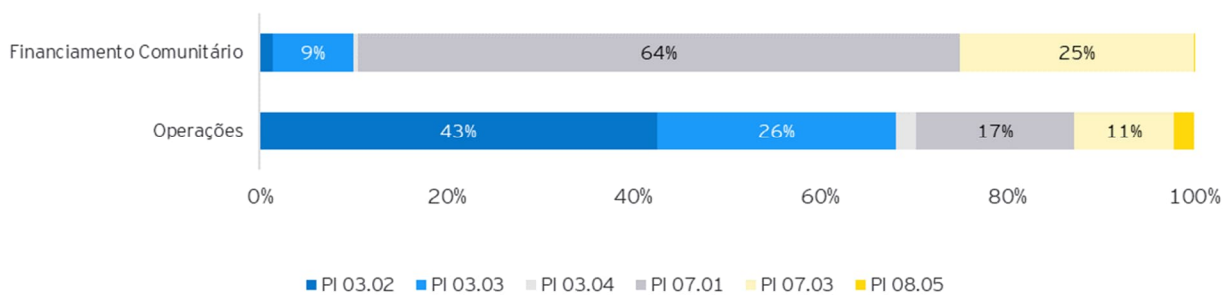
Distribuição dos projetos e do financiamento comunitário por região



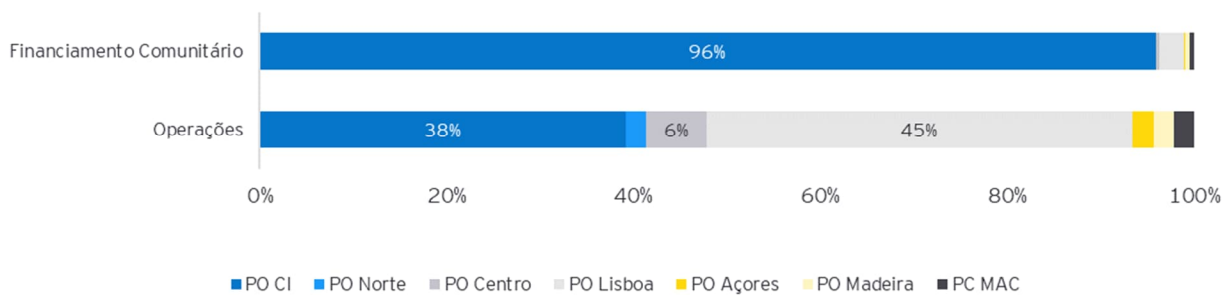
3.2.10. Área Programática 5.2. Portos, Transportes e Logística

| | Total | % |
|-----------------------------|---------------------------|----------|
| Nº projetos | 47 | 0,69% |
| Financiamento | Total (milhares €) | % |
| Investimento Elegível Total | 269 338 | 12,24% |
| Incentivo Total | 212 056 | 15,22% |
| Dimensão Média do Incentivo | 4 512 | NA |

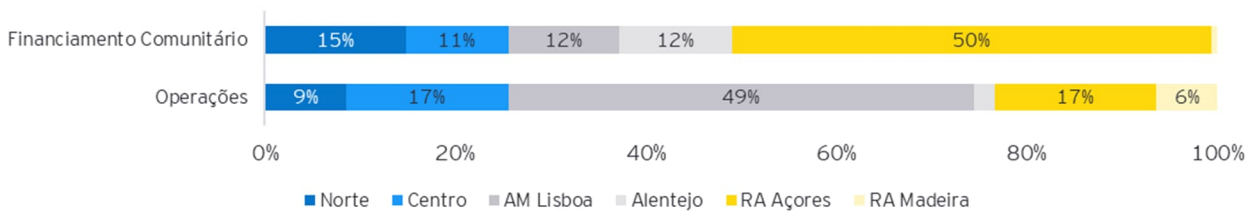
Distribuição dos projetos e do financiamento comunitário por PI

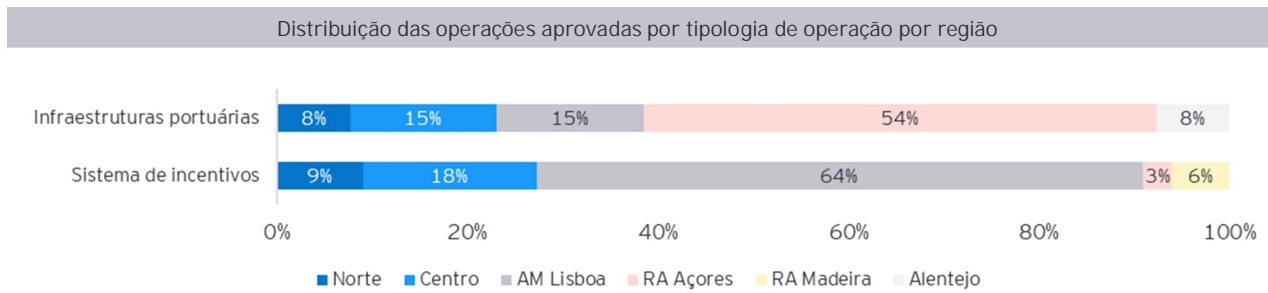


Distribuição dos projetos e do financiamento comunitário por PO



Distribuição dos projetos, do financiamento comunitário e das ope tipologias de operação por região

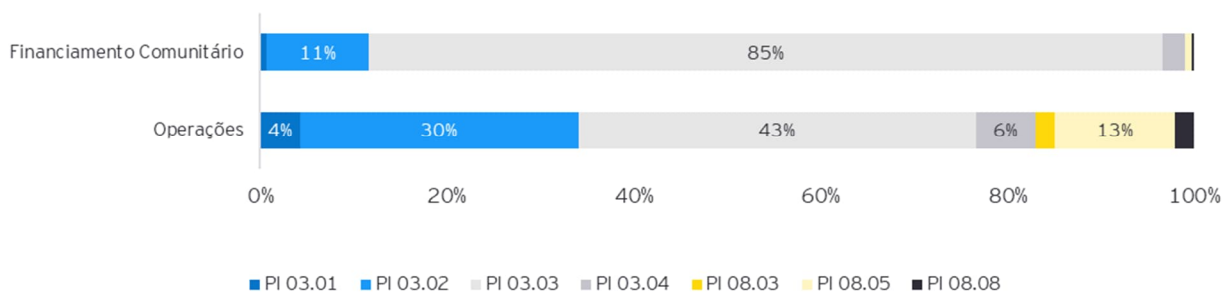




3.2.11. Área Programática 5.3. Construção, Manutenção e Reparação Naval

| | Total | % |
|-----------------------------|--------------------|-------|
| Nº projetos | 47 | 0,69% |
| Financiamento | Total (milhares €) | % |
| Investimento Elegível Total | 46 386 | 2,11% |
| Incentivo Total | 26 210 | 1,88% |
| Dimensão Média do Incentivo | 558 | NA |

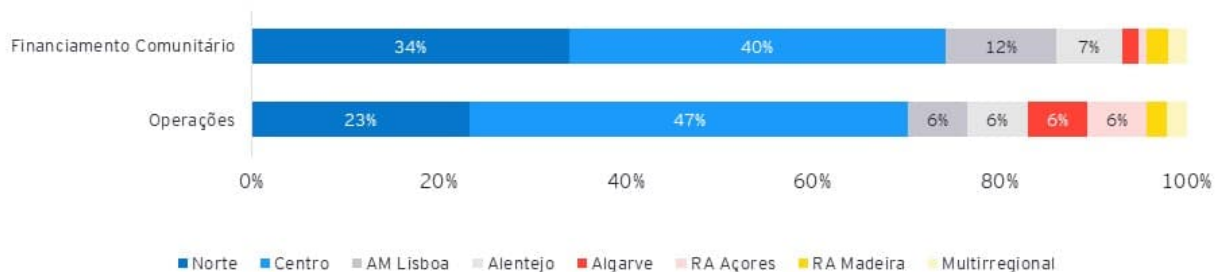
Distribuição dos projetos e do financiamento comunitário por PI



Distribuição dos projetos e do financiamento comunitário por PO



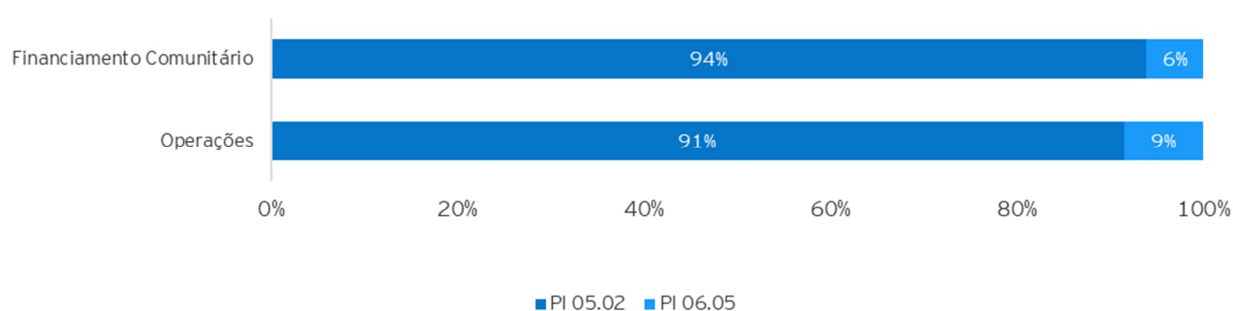
Distribuição dos projetos e do financiamento comunitário por região



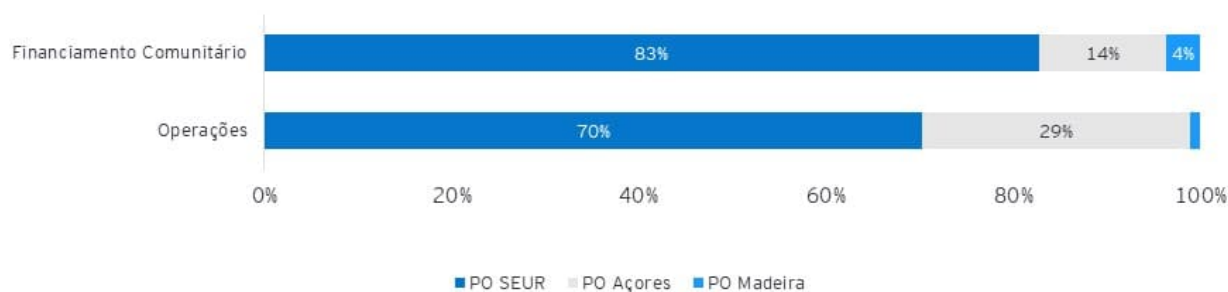
3.2.12. Área Programática 5.4. Obras Marítimas

| | Total | % |
|-----------------------------|--------------------|-------|
| Nº projetos | 94 | 1,39% |
| Financiamento | Total (milhares €) | % |
| Investimento Elegível Total | 165 199 | 7,51% |
| Incentivo Total | 136 188 | 9,77% |
| Dimensão Média do Incentivo | 1 449 | NA |

Distribuição dos projetos e do financiamento comunitário por PI



Distribuição dos projetos e do financiamento comunitário por PO



Distribuição dos projetos e do financiamento comunitário por região



Anexo 4. Indicadores de Realização e Resultado

Quadro A25 Indicadores de realização e resultado a 31/12/2020 - Administração, Pensamento e Ação Estratégica, Identidade e Cultura e Proteção e Salvaguarda

| PI (Nº) | Tipo | Indicador | Fonte | Unidade | Meta | Estado (PO) | Estado (PC) | Grau de alcance |
|---------|--|--|--------------------------|---------------------|------|-------------|-------------|-----------------|
| 2.3. | Realização | Serviços da Administração Pública apoiados | SI FEEI | Nº | - | 5 | - | - |
| 5.2.* | Realização | Sistemas de informação e de monitorização desenvolvidos/implementados e reestruturados/modernizados | SI FEEI | Nº | - | 4 | - | - |
| | | Equipamentos integrados em sistemas de informação e monitorização desenvolvidos/implementados | SI FEEI | Nº | - | 64 | - | - |
| | | População beneficiada por medidas de planeamento para prevenção de catástrofes e recuperação de zonas danificadas | SI FEEI | Milhões | - | - | 22,6 | - |
| | | Superfície afetada por medidas de planeamento para a prevenção de catástrofes e recuperação de zonas danificadas | SI FEEI | Milhões de Hectares | - | - | 1,2 | - |
| | | População que beneficia das medidas de proteção de inundações | SI FEEI | Milhões | - | - | 1,3 | - |
| | | Número de EC e ações piloto implementados | SI FEEI | Nº | - | - | 54 | - |
| | | Número de publicações técnicas e científicas produzidas | SI FEEI | Nº | - | - | 147 | - |
| | | Número de políticas, estratégias e instrumentos operacionais produzidos | SI FEEI | Nº | - | - | 108 | - |
| | | Número de ações para a disseminação e capitalização de resultados | SI FEEI | Nº | - | - | 163 | - |
| | Número de participantes em ações para a disseminação e capitalização de resultados | SI FEEI | Nº | - | - | 4 008 | - | |
| | Resultado | % de inquiridos que consideram que os projetos tiveram um contributo forte / muito forte para o incremento da capacidade de resiliência em situação de exceção que envolva ameaça coletiva | Inquérito | % | - | 87,5% | - | - |
| 11.1. | Realização | Trabalhadores em funções públicas apoiados em ações de formação direcionadas para a reorganização e modernização | SI FEEI | Nº | - | n.d. | - | - |
| | | Número de acordos formalizados por instituições regionais ou locais apoiadas | SI FEEI | Nº | - | n.d. | - | - |
| | | População abrangida por iniciativas de cooperação para melhorar a governança em matéria de serviços públicos | SI FEEI | Nº | - | n.d. | - | - |
| EP3 | Realização | Número de projetos no domínio do apoio da recolha, gestão e utilização de dados | SI FEEI | Nº | 9 | 12 | - | ✔ |
| | | Número de projetos no domínio da execução do regime de controlo, inspeção e execução da União | SI FEEI | Nº | 14 | 15 | - | ✔ |
| | Resultado | Aumento da percentagem de respostas aos pedidos de comunicações de dados | Relatório Anual - PO Mar | % | 10 | n.d. | - | n.d. |
| | | Número de infrações graves detetadas | SIFICAP | Nº | 100 | n.d. | - | n.d. |
| | | Desembarques que foram objeto de controlos físicos | DGRM | % | 2 | n.d. | - | n.d. |
| EP6 | Realização | Número de projetos no domínio da integração da vigilância marítima | SI FEEI | Nº | 12 | 10 | - | ✔ |

| PI (Nº) | Tipo | Indicador | Fonte | Unidade | Meta | Estado (PO) | Estado (PC) | Grau de alcance |
|---------|-----------|--|---------|---------|------|-------------|-------------|-----------------|
| | | Número de projetos no domínio da proteção do meio marinho e melhoria do conhecimento nessa matéria | SI FEEI | Nº | 5 | 5 | - | ✓ |
| | Resultado | Reforço do ambiente comum de partilha da informação (CISE) para a vigilância do domínio marítimo da EU (%) | DGPM | % | 50 | 0 | - | n.d. |

Fonte: Equipa de avaliação, com base em dados dos SI PT2020 e dos PO

Nota: Os indicadores do SI FEEI resultam da compilação de dados correspondentes a vários Programas Operacionais e Programas de Cooperação, encontrando-se as suas metas definidas para o ano 2023.

*As operações da PI 5.2 encontram-se repartidas por diferentes AP (Quadro A17), pelo que os indicadores de realização a esta associados se referem à totalidade das operações Mar aprovadas nesta PI, incluindo também operações que não se enquadram na AP em análise, não sendo, nestes casos, possível aferir as realizações exclusivamente associados a esta AP. O indicador de resultado é também respeitante a operações da AP 1.2 e da AP 5.4.

Legenda:

| | | | | | |
|---|---|---|--|---|---|
| ✓ | ≥80% - indicadores de realização ≥70% - indicadores de resultado | - | 50% ≥ x ≤ 80% - indicadores de realização; 40% ≥ x ≤ 70% - indicadores de resultado | ✗ | ≤50% - indicadores de realização ≤40% - indicadores de resultado |
|---|---|---|--|---|---|

Quadro A26 Indicadores de realização e resultado a 31/12/2020 - Educação

| PI (Nº) | Tipo | Indicador | Fonte | Unidade | Meta | Valor (PO) | Grau de alcance |
|-------------------------------------|------------|---|-----------------|---------|------|------------|-----------------|
| 8.5.* | Realização | Participações de desempregados, incluindo Desempregado de Longa Duração (DLD), em unidades de formação de curta duração | SI FEEI | Nº | - | 8 | - |
| | | Pessoal altamente qualificado contratado | SI FEEI | Nº | - | 40 | - |
| | | Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial | SI FEEI | Nº | - | 204 | - |
| | | PME apoiadas em programas de formação - ação | SI FEEI | Nº | - | 3 | - |
| 10.1. | Realização | Jovens apoiados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3 | SI FEEI | Nº | - | 671 | - |
| | | Média de alunos transitados para o ano de escolaridade seguinte nos cursos profissionais com contributo na área do mar | SI FEEI | % | - | 75 | - |
| | Resultado | Empregabilidade média ou prosseguimento de estudos nos 6 meses seguintes à conclusão dos cursos | SI FEEI | % | - | 59 | - |
| | | Média de alunos diplomados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3 com contributo para a área do mar | SI FEEI | % | - | 75 | - |
| 10.2. | Realização | Estudantes apoiados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais de nível ISCED 5 | SI FEEI | Nº | - | 2 334 | - |
| | | Bolseiros de doutoramento apoiados | SI FEEI | Nº | - | 2 691 | - |
| | Resultado | Número de licenciados e mestres diplomados na área de Economia do Mar | DGEEC | Nº | - | 2 849 | - |
| Número de doutorados na área do mar | | DGEEC | Nº | - | 117 | - | |
| 10.3. | Realização | Adultos apoiados em cursos de formação de certificação escolar e/ou profissional | SI FEEI | Nº | - | 16 | - |
| | | Pessoas apoiadas nos cursos de aprendizagem de dupla certificação de nível ISCED 3 | SI FEEI | Nº | - | n.d. | - |
| 10.4 | Realização | Jovens apoiados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3 | SI FEEI | Nº | - | 882 | - |
| | | Jovens apoiados em cursos de nível ISCED 4 (CET) | SI FEEI | Nº | - | 815 | - |
| | Resultado | Jovens diplomados em cursos de nível ISCED 4** | DGEEC / SI FEEI | Nº | - | 382 | - |
| 10.5 | Realização | Infraestruturas de formação apoiadas*** | SI FEEI | Nº | - | 6 | - |

Fonte: Equipa de avaliação, com base em dados dos SI PT2020 e dos PO

Nota: Os indicadores do SI FEEI resultam da compilação de dados correspondentes a vários Programas Operacionais.

*As operações da PI 8.5 encontram-se repartidas por diferentes AP (Quadro A17), pelo que os indicadores de realização a esta associados se referem à totalidade das operações Mar aprovadas nesta PI, incluindo também operações que não se enquadram na AP em análise, não sendo, nestes casos, possível aferir as realizações exclusivamente associadas a esta AP.

As realizações e resultados apresentados nas PI 8.5, 10.1, 10.2, 10.3 e 10.4 referem-se à totalidade dos cursos inseridos em operações Mar aprovadas nestas PI, incluindo também realizações referentes a cursos "não-Mar".

** Estimativa calculada através da aplicação da taxa média de conclusão nos cursos CET, calculada a partir dos dados publicados pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), ao número de jovens apoiados em cursos CET de nível ISCED 4.

*** Estimativa calculada com base no número de infraestruturas apoiadas no âmbito da PI 10.5 e cujas operações constam na base de dados das operações apoiadas até à data de corte.

Quadro A27 Indicadores de realização e resultado a 31/12/2020 – Ciência e Tecnologia

| PI (Nº) | Tipo | Indicador | Fonte | Unidade | Meta | Valor (PO) | Valor (PC) | Grau de alcance |
|---------|------------|--|-----------|---------|------|------------|------------|-----------------|
| 1.1. | Realização | Projetos de I&D apoiados | SI FEEI | Nº | - | 328 | - | - |
| | | Infraestruturas de investigação apoiadas | SI FEEI | Nº | - | 30 | - | - |
| | | Investigadores a trabalhar em infraestruturas de investigação melhoradas ⁸³ | SI FEEI | ETI | - | 821 | 134 | -- |
| | | Número de centros de investigação que participem em projetos de cooperação de investigação transfronteiriços, transnacionais ou interregionais | SI FEEI | Nº | - | - | 67 | - |
| | | Despesa em I&D, em percentagem do investimento elegível | Inquérito | % | - | 81% | - | - |
| | | Despesa em I&D associada aos projetos | Inquérito | M€ | - | 132 | - | - |
| 1.2. | Realização | Projetos de transferência e utilização de conhecimento | SI FEEI | Nº | - | 2 | - | - |
| | | Empresas em cooperação com instituições de investigação | SI FEEI | Nº | - | 80 | 37 | - |
| | | Empresas apoiadas para introduzirem produtos novos no mercado | SI FEEI | Nº | - | 12 | 311 | - |
| | | Empresas que beneficiam de apoio | SI FEEI | Nº | - | 127 | 1 222 | - |
| | | Aumento do emprego em empresas apoiadas | SI FEEI | ETI | - | 734 | - | - |
| | | Número de centros de investigação que participem em projetos de cooperação de investigação transfronteiriços, transnacionais ou interregionais | SI FEEI | Nº | - | - | 208 | - |
| | | Número de empresas que participam em projetos de investigação transfronteiriços, transnacionais ou inter-regionais | SI FEEI | Nº | - | - | 295 | - |
| | | Número de EC e ações piloto implementadas | SI FEEI | Nº | - | - | 398 | - |
| | | Número de publicações técnicas e científicas produzidas | SI FEEI | Nº | - | - | 266 | - |
| | | Número de políticas, estratégias e instrumentos operacionais produzidos | SI FEEI | Nº | - | - | 147 | - |
| | | Número de ações para a disseminação e capitalização de resultados | SI FEEI | Nº | - | - | 1 327 | - |
| | | Número de participantes em ações para a disseminação e capitalização de resultados | SI FEEI | Nº | - | - | 65 011 | - |
| | Resultado | Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3, B a H, J, K, M e Q) com cooperação para a inovação no total de empresas do inquérito comunitário à inovação | DGEEC | % | - | n.d. | - | - |

⁸³ Não foi possível obter dados observados para o nº de investigadores a trabalhar em infraestruturas de investigação melhoradas relativo ao PO Lisboa. O valor foi estimado considerando o indicador global do PO e o número de infraestruturas mar apoiadas no total do PO.

| PI (Nº) | Tipo | Indicador | Fonte | Unidade | Meta | Valor (PO) | Valor (PC) | Grau de alcance |
|---------|------------|--|-----------|---------|------|------------|------------|-----------------|
| | | Despesa dos beneficiários em I&D em % do VAB (1º ano pós-projeto) | Inquérito | % | - | 18 | - | - |
| | | Despesa dos beneficiários em I&D em % do VAB (3º ano pós-projeto) | Inquérito | % | - | 17 | - | - |
| 3.1.* | Realização | Novas empresas apoiadas | SI FEEI | Nº | - | 145 | - | - |
| 3.3.* | Realização | Empresas apoiadas para introduzirem produtos novos na empresa | SI FEEI | Nº | - | 97 | - | - |
| 3.2.* | Resultado | Valor das exportações no volume de negócios das PME (1º ano pós-projeto) | Inquérito | % | - | 62 | - | - |
| 3.3.* | | Valor das exportações no volume de negócios das PME (3º ano pós-projeto) | Inquérito | % | - | 74 | - | - |
| 3.4.* | Realização | Serviços de desenvolvimento empresarial criados e/ou apoiados | SI FEEI | Nº | - | - | 19 | - |
| 8.3.* | Realização | Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego | SI FEEI | Nº | - | n.d. | - | - |

Fonte: Equipa de avaliação, com base em dados dos SI PT2020 e dos PO

Nota: Os indicadores do SI FEEI resultam da compilação de dados correspondentes a vários Programas Operacionais e/ou Programas de Cooperação.

*As operações das PI 3.1, 3.2, 3.3, 3.4 e 8.3 encontram-se repartidas por diferentes AP (Quadro A17), pelo que os indicadores de realização, referindo-se à totalidade das operações Mar aprovadas nestas PI, incluem também operações que não se enquadram na AP em análise, não sendo, nestes casos, possível aferir as realizações exclusivamente associadas a esta AP.

Quadro A28 Indicadores de realização e resultado a 31/12/2020 – Oceano, Atmosfera e Sistema Integrado

| PI (Nº) | Tipo | Indicador | Fonte | Unidade | Meta | Valor (PO) | Valor (PC) | Grau de alcance |
|-----------|--|--|---------|----------------------|------|------------|------------|-----------------|
| 5.1. | Realização | Instrumentos de planeamento e gestão elaborados, avaliados ou revistos | SI FEEI | Nº | - | 31 | - | - |
| | | Estudos, Cartografia e outros documentos de informação e conhecimento produzidos | SI FEEI | Nº | - | 8 | - | - |
| | | Ações de comunicação, divulgação e sensibilização sobre riscos associados às alterações climáticas | SI FEEI | Nº | - | 116 | - | - |
| | | Sistemas de Informação, Modelação e Cenarização, Previsão e Alerta desenvolvidos ou modernizados | SI FEEI | Nº | - | 1 | - | - |
| | | Equipamentos integrados em Sistemas de Informação Desenvolvidos ou Modernizados | SI FEEI | Nº | - | 1 | - | - |
| | Municípios com planos de identificação de vulnerabilidades e riscos* | SI FEEI | Nº | - | 170 | - | - | |
| Resultado | Nível de implementação das medidas de adaptação às alterações climáticas identificadas no âmbito dos instrumentos de planeamento e gestão apoiados (no total)** | APA | % | - | 30% | - | - | |
| | Nível de implementação das medidas de adaptação às alterações climáticas identificadas no âmbito dos instrumentos de planeamento e gestão apoiados (no total de operações mar)** | APA | % | - | 45% | - | - | |
| 6.4. | Realização | Espécies e Habitats Protegidos abrangidos por ações de melhoria do conhecimento | SI FEEI | Nº | - | 13 | - | - |
| | | Superfície dos habitats apoiados para atingirem um melhor estado de conservação | SI FEEI | Milhares de Hectares | - | 15,5 | 78,6 | - |
| | | Instrumentos de planeamento e gestão elaborados, avaliados ou revistos | SI FEEI | Nº | - | 2 | - | - |

| PI (Nº) | Tipo | Indicador | Fonte | Unidade | Meta | Valor (PO) | Valor (PC) | Grau de alcance |
|---------|-----------|---|---------|----------|------|------------|------------|-----------------|
| | | Sistemas de Informação e Monitorização e Portais Eletrónicos desenvolvidos ou modernizados | SI FEEI | Nº | - | 3 | - | - |
| | | Superfície abrangida pelas ações realizadas | SI FEEI | Hectares | - | - | 60 | - |
| | | Número de EC e ações piloto implementados | SI FEEI | Nº | - | - | 157 | - |
| | | Número de publicações técnicas e científicas produzidas | SI FEEI | Nº | - | - | 228 | - |
| | | Número de políticas, estratégias e instrumentos operacionais produzidos | SI FEEI | Nº | - | - | 195 | - |
| | | Número de ações para a disseminação e capitalização de resultados | SI FEEI | Nº | - | - | 699 | - |
| | | Número de participantes em ações para a disseminação e capitalização de resultados | SI FEEI | Milhares | - | - | 51,2 | - |
| | Resultado | Percentagem de espécies (nº de indivíduos), de habitats e ecossistemas (superfície em ha) que beneficiam de ações de recuperação para melhorar o seu estado de conservação (%)*** | SREAT | % | - | 2,89 | - | - |

Fonte: Equipa de avaliação, com base em dados dos SI PT2020 e dos PO

Nota: Os indicadores do SI FEEI resultam da compilação de dados correspondentes a vários Programas Operacionais e/ou Programas de Cooperação.

* Estimativa com base nas operações apoiadas no âmbito da produção de planos municipais, intermunicipais e regionais de adaptação às alterações climáticas.

**Considerando as iniciativas cujo ano alvo corresponde a 2020 ou o antecede.

***Considerando as iniciativas cujo ano alvo é 2022 ou o antecede.

Legenda:



≥80% - indicadores de realização
≥70% - indicadores de resultado



50% ≤ x < 80% - indicadores de realização;
40% ≤ x < 70% - indicadores de resultado



≤50% - indicadores de realização
≤40% - indicadores de resultado

Quadro A29 Indicadores de realização e resultado a 31/12/2020 – Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura (eixos prioritários)

| PI (Nº) | Tipo | Indicador | Fonte | Unidade | Meta | Valor (PO) | Grau de alcance |
|-------------|------------|---|----------|--------------------------------|------|------------|-----------------|
| EP1 | Realização | Número de projetos no domínio da eficiência energética e atenuação das alterações climáticas | SI FEEI | Nº | 30 | 48 | ✓ |
| | | Número de projetos no domínio da substituição ou modernização de motores | SI FEEI | Nº | 120 | 110 | ✓ |
| | Resultado | Evolução no respeitante à eficiência de utilização de combustível na captura de peixe | PNRD | litros de combustível/tonelada | -25 | 1 544 | ✗ |
| | | Evolução da % de frotas em situação de desequilíbrio | INE/DGRM | % | -15 | n.d. | |
| | | Emprego (ETC) criado no setor das pescas ou em atividades complementares | PNRD | ETC | 150 | n.d. | |
| | | Evolução do volume da produção | PNRD | Milhares de Toneladas | -10 | -44 | ✓ |
| EP1; EP2 | Realização | Número de projetos no domínio da proteção e restauração da biodiversidade e dos ecossistemas marinhos | SI FEEI | Nº | 20 | 25 | ✓ |
| | | Número de projetos no domínio do valor acrescentado, qualidade, utilização das capturas indesejadas e portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos | SI FEEI | Nº | 20 | 10 | ✗ |
| | | Número de projetos no domínio dos investimentos produtivos na aquicultura | SI FEEI | Nº | 70 | 82 | ✓ |

| PI (Nº) | Tipo | Indicador | Fonte | Unidade | Meta | Valor (PO) | Grau de alcance |
|---------------------|------------|--|-----------|-------------------|--------|------------|-----------------|
| | | Número de projetos no domínio do aumento do potencial dos sítios aquícolas e medidas relativas à saúde pública e animal | SI FEEI | Nº | 1 | 1 | ✓ |
| | | Número de projetos no domínio da promoção do capital humano e do diálogo social, diversificação e novas formas de rendimento, apoio ao arranque de atividade/criação de empresas para pescadores e saúde/segurança | SI FEEI | Nº | 98 | 154 | ✓ |
| EP1; EP2; EP5 | Realização | Número de projetos no domínio da inovação, dos serviços de aconselhamento e das parcerias com cientistas | SI FEEI | Nº | 28 | 37 | ✓ |
| | | Número de projetos no domínio do tratamento dos produtos da pesca e aquicultura (transformação/processamento) | SI FEEI | Nº | 76 | 109 | ✓ |
| | | Número de organizações de produtores (OP) ou associações de organizações de produtores que beneficiam de apoio para planos de produção e comercialização | SI FEEI | Nº | 14 | 12 | ✓ |
| | | Número de projetos no domínio das medidas de comercialização e ajuda ao armazenamento | SI FEEI | Nº | 21 | 35 | ✓ |
| EP2 | Resultado | Evolução do volume da produção aquícola | INE /DGRM | Toneladas | 25 000 | 294 | ✗ |
| | | Empregos criados | DCF | ETC | 100 | n.d. | |
| EP5 | Resultado | Evolução no volume de primeiras vendas nas OP | INE /DGRM | 10 ³ € | 20 000 | 29 720 | ✓ |
| | | Evolução do volume de primeiras vendas em não-OP | INE /DGRM | Toneladas | 750 | n.d. | |

Fonte: Equipa de avaliação, com base em dados dos SI PT2020 e dos PO

Nota: Os indicadores resultam da compilação de dados correspondentes ao PO Mar, sendo que as metas se encontram definidas para 2023.

Legenda:



≥80% - indicadores de realização
≥70% - indicadores de resultado



50% ≤ x ≤ 80% - indicadores de realização;
40% ≤ x ≤ 70% - indicadores de resultado



≤50% - indicadores de realização
≤40% - indicadores de resultado

Quadro A30 Indicadores de realização e resultado a 31/12/2020 – Biotecnologia Marinha

| PI (Nº) | Tipo | Indicador | Fonte | Unidade | Meta | Valor (PO) | Grau de alcance |
|---------|------------|--|---------|---------|------|------------|-----------------|
| 6.7. | Realização | Número de EC e ações piloto implementadas | SI FEEI | Nº | - | n.d. | - |
| | | Número de publicações técnicas e científicas produzidas | SI FEEI | Nº | - | n.d. | - |
| | | Número de políticas, estratégias e instrumentos operacionais produzidos | SI FEEI | Nº | - | n.d. | - |
| | | Número de ações para a disseminação e capitalização de resultados | SI FEEI | Nº | - | n.d. | - |
| | | Número de participantes em ações para a disseminação e capitalização de resultados | SI FEEI | Nº | - | n.d. | - |

Fonte: Equipa de avaliação, com base em dados dos SI PT2020 e dos PO

Quadro A31. Indicadores de realização e resultado a 31/12/2020 – Recursos Minerais Marinhos

| PI (Nº) | Tipo | Indicador | Fonte | Unidade | Meta | Valor (PO) | Grau de alcance |
|-------------------------|------------|--|-----------|---------|------|------------|-----------------|
| 3.1.* | Realização | Novas empresas apoiadas | SI FEEI | Nº | - | 145 | - |
| | Realização | Aumento do emprego em empresas apoiadas | SI FEEI | Nº | - | 213 | - |
| | Resultado | Volume de Negócios das atividades da Economia do Mar nas empresas apoiadas | Inquérito | € | - | n.d. | - |
| 3.1.* 3.2.* 3.3.* | Realização | Empresas que beneficiam de apoio | SI FEEI | Nº | - | 578 | - |
| 3.2.* 3.3.* | Realização | Aumento do emprego em empresas apoiadas | SI FEEI | ETI | - | 2 176 | - |
| 8.5.* | Realização | Pessoal altamente qualificado contratado | SI FEEI | Nº | - | 40 | - |

Nota: Os indicadores do SI FEEI resultam da compilação de dados correspondentes a vários Programas Operacionais.

*As operações das PI 3.1, 3.2, 3.3 e 8.5 encontram-se repartidas por diferentes AP (Quadro A17), pelo que os indicadores de realização, referindo-se à totalidade das operações Mar aprovadas nestas PI, incluem também operações que não se enquadram na AP em análise, não sendo, nestes casos, possível aferir as realizações exclusivamente associados a esta AP.

Fonte: Equipa de avaliação, com base em dados dos SI PT2020 e dos PO




Quadro A32. Indicadores de realização e resultado a 31/12/2020 – Recursos Energéticos Marinhos

| PI (Nº) | Tipo | Indicador | Fonte | Unidade | Meta | Valor (PO) | Valor (PC) | Grau de alcance |
|---------|------------|---|------------------------|--|------|------------|------------|-----------------|
| 4.1. | Realização | Capacidade adicional de produção de energia renovável | SI FEEI (meta PO SEUR) | MW | - | - | 753 | - |
| | | Diminuição anual estimada das emissões de gases com efeito de estufa | SI FEEI (meta PO SEUR) | Milhares de Toneladas de CO ² equivalente | - | - | 13,7 | - |
| | | Número de EC e ações-piloto implementadas | SI FEEI | Nº | - | - | 126 | - |
| | | Número de publicações técnicas e científicas produzidas | SI FEEI | Nº | - | - | 191 | - |
| | Resultado | Produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis através de novas tecnologias ou tecnologias pouco disseminadas no território nacional | INE | Milhares de MW | - | 11,6 | - | - |
| | | Evolução da capacidade instalada de ERO, por fonte de energia primária - ondas e marés, e eólica em mar aberto | DGEG | Milhares de MW | - | 25,4 | - | - |

Fonte: Equipa de avaliação, com base em dados dos SI PT2020 e dos PO

Nota: Os indicadores do SI FEEI resultam da compilação de dados correspondentes a Programas Operacionais e de Cooperação e cujas metas são referentes a 2023.

Legenda:

| | |
|---|--|
|  | ≥ 80% - indicadores de realização ≥ 70% - indicadores de resultado |
|  | 50% ≥ x ≤ 80% - indicadores de realização; 40% ≥ x ≤ 70% - indicadores de resultado |
|  | ≤ 50% - indicadores de realização ≤ 40% - indicadores de resultado |

Quadro A33 Indicadores de realização e resultado a 31/12/2020 – Recreio, Desporto e Turismo

| PI (Nº) | Tipo | Indicador | Fonte | Unidade | Meta | Valor (PO) | Valor (PC) | Grau de alcance |
|---------|------------|----------------------------------|---------|---------|------|------------|------------|-----------------|
| 3.1.* | Realização | Novas empresas apoiadas | SI FEEI | Nº | - | 145 | - | - |
| | | Empresas que beneficiam de apoio | SI FEEI | Nº | - | 149 | - | - |

| PI (Nº) | Tipo | Indicador | Fonte | Unidade | Meta | Valor (PO) | Valor (PC) | Grau de alcance |
|---------|------------|--|-----------|----------------------------|------|------------|------------|-----------------|
| 3.2.* | Realização | Empresas que beneficiam de apoio | SI FEEI | Nº | - | 115 | - | - |
| | Resultado | Valor das exportações no volume de negócios das PME (1º ano pós-projeto) | Inquérito | % | - | 28% | - | - |
| | | Valor das exportações no volume de negócios das PME (3º ano pós-projeto) | Inquérito | % | - | 58% | - | - |
| 3.3.* | Realização | Empresas apoiadas para introduzirem produtos novos na empresa | SI FEEI | Nº | - | 97 | - | - |
| | | Empresas que beneficiam de apoio | SI FEEI | Nº | - | 314 | - | - |
| 3.4.* | Realização | Empresas que beneficiam de apoio | SI FEEI | Nº | - | 169 | 399 | - |
| | | Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções) | SI FEEI | Milhões € | - | 118 | - | - |
| | | Serviços de desenvolvimento empresarial criados e/ou apoiados | SI FEEI | Nº | - | - | 19 | - |
| 6.3. | Realização | Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio | SI FEEI | Milhares de visitantes/ano | - | 512 | 80 | - |
| | | Número de EC e ações piloto implementados | SI FEEI | Nº | - | - | 93 | - |
| | | Número de publicações técnicas e científicas produzidas | SI FEEI | Nº | - | - | 54 | - |
| | | Número de políticas, estratégias e instrumentos operacionais produzidos | SI FEEI | Nº | - | - | 153 | - |
| | | Número de ações para a disseminação e capitalização de resultados | SI FEEI | Nº | - | - | 396 | - |
| | | Número de participantes em ações para a disseminação e capitalização de resultados | SI FEEI | Nº | - | - | 840 | - |
| 8.3.* | Realização | Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego | SI FEEI | Nº | - | n.d. | - | - |
| 8.8.* | Realização | Empresas que beneficiam de apoio | SI FEEI | Nº | - | 16 | - | - |
| 9.6. | Realização | Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego | SI FEEI | Nº | - | 52 | - | - |
| 9.10. | Realização | Estratégias DLBC apoiadas | SI FEEI | Nº | - | 7 | - | - |
| EP4 | Realização | Número de projetos de cooperação | SI FEEI | Nº | 15 | n.d. | - | - |
| | | Estratégias DLBC apoiadas | SI FEEI | Nº | 12 | 15 | - | ✓ |
| | Resultado | Emprego (ETC) criado | SI FEEI | ETC | 400 | 41 | - | ✗ |
| | | Emprego (ETC) mantido | SI FEEI | ETC | 300 | 114 | - | ✗ |
| | | Empresas criadas | SI FEEI | Nº | 45 | 2 | - | ✗ |

Fonte: Equipa de avaliação, com base em dados dos SI PT2020 e dos PO

Nota: Os indicadores do SI FEEI resultam da compilação de dados correspondentes a vários Programas Operacionais e/ou Programas de Cooperação.

*As operações das PI 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 8.3 e 8.8 encontram-se repartidas por diferentes AP (Quadro A17), pelo que os indicadores de realização e resultado, referindo-se à totalidade das operações Mar aprovadas nestas PI, incluem também operações que não se enquadram na AP em análise, não sendo, nestes casos, possível aferir as realizações e resultados exclusivamente associados a esta AP.

Legenda:



≥ 80% - indicadores de realização
≥ 70% - indicadores de resultado



50% > x < 80% - indicadores de realização;
40% > x < 70% - indicadores de resultado



≤ 50% - indicadores de realização
≤ 40% - indicadores de resultado

Quadro A34 Indicadores de realização e resultado a 31/12/2020 – Portos, Transportes e Logística

| PI (Nº) | Tipo | Indicador | Fonte | Unidade | Meta | Valor (PO) | Grau de alcance |
|---------|------------|---|---------|------------------|---------------|------------|-----------------|
| 7.3. | Realização | Portos não RTE -T intervencionados | SI FEEI | Nº | 5 | 4 | ✓ |
| | Resultado | Volume de mercadorias movimentadas nos portos da Região Autónoma dos Açores | IMT | Nº de movimentos | 2 200 – 2 300 | 2 209 | ✓ |

Nota: Os indicadores do SI FEEI resultam da compilação de dados do PO CI, sendo as suas metas definidas para 2023.

Legenda:



≥80% - indicadores de realização
≥70% - indicadores de resultado



50% ≥ x ≤ 80% - indicadores de realização;
40% ≥ x ≤ 70% - indicadores de resultado



≤50% - indicadores de realização
≤40% - indicadores de resultado

Quadro A35 Indicadores de realização e resultado a 31/12/2020 – Construção, Manutenção e Reparação Naval

| PI (Nº) | Tipo | Indicador | Fonte | Unidade | Meta | Valor (PO) | Valor (PC) | Grau de alcance |
|---------|------------|---|---------|-----------|------|------------|------------|-----------------|
| 3.1.* | Realização | Novas empresas apoiadas | SI FEEI | Nº | - | 145 | - | - |
| | | Empresas que beneficiam de apoio | SI FEEI | Nº | - | 149 | - | - |
| | | Aumento do emprego em empresas apoiadas | SI FEEI | Nº | - | 213 | - | - |
| 3.2.* | Realização | Empresas que beneficiam de apoio | SI FEEI | Nº | - | 115 | - | - |
| | | Aumento do emprego em empresas apoiadas | SI FEEI | ETI | - | 385 | - | - |
| 3.3.* | Realização | Empresas apoiadas para introduzirem produtos novos na empresa | SI FEEI | Nº | - | 97 | - | - |
| | | Empresas que beneficiam de apoio | SI FEEI | Nº | - | 314 | - | - |
| 3.4.* | Realização | Aumento do emprego em empresas apoiadas | SI FEEI | ETI | - | 1 791 | - | - |
| | | Empresas que beneficiam de apoio | SI FEEI | Nº | - | 169 | 399 | - |
| | | Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções) | SI FEEI | Milhões € | - | 118 | - | - |
| 8.3.* | Realização | Aumento do emprego em empresas apoiadas | SI FEEI | ETI | - | 685 | - | - |
| | | Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego | SI FEEI | Nº | - | n.d. | - | - |
| 8.5.* | Realização | Participações de desempregados, incluindo DLD, em unidades de formação de curta duração | SI FEEI | Nº | - | 8 | - | - |
| | | Pessoal altamente qualificado contratado | SI FEEI | Nº | - | 40 | - | - |
| | | Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial | SI FEEI | Nº | - | 204 | - | - |
| | | PME apoiadas em programas de formação - ação | SI FEEI | Nº | - | 3 | - | - |
| 8.8.* | Realização | Empresas que beneficiam de apoio | SI FEEI | Nº | - | 16 | - | - |
| | | Aumento do emprego em empresas apoiadas | SI FEEI | ETI | - | n.d. | - | - |

Fonte: Equipa de avaliação, com base em dados dos SI PT2020 e dos PO

Nota: Os indicadores do SI FEEI resultam da compilação de dados correspondentes a vários Programas Operacionais e Programas de Cooperação.

*As operações das PI 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 8.3, 8.5 e 8.8 encontram-se repartidas por diferentes AP (Quadro A17), pelo que os indicadores de realização, referindo-se à totalidade das operações Mar aprovadas nestas PI, incluem também operações que não se enquadram na AP em análise, não sendo, nestes casos, possível aferir as realizações e resultados exclusivamente associados a esta AP.

Quadro A36 Indicadores de realização e resultado a 31/12/2020 – Obras marítimas

| PI (Nº) | Tipo | Indicador | Fonte | Unidade | Meta | Valor (PO) | Valor (PC) | Grau de alcance |
|---------|------------|--|-----------|----------------|-------|------------|------------|-----------------|
| 5.2* | Realização | Extensão da faixa costeira intervencionada para proteção de pessoas e bens | SI FEEI | Milhares de Km | 0,085 | 0,093 | 1 303 | ✓ |
| | | Estudos, Cartografia e outros documentos de informação e conhecimento produzidos. | SI FEEI | Nº | - | 22 | - | - |
| | Resultado | % de inquiridos que consideram que os projetos tiveram um contributo forte / muito forte para o incremento da capacidade de resiliência em situação de exceção que envolva ameaça coletiva | Inquérito | % | - | 87,5 | - | - |
| | | Linha de costa continental em situação crítica de erosão | SI FEEI | % | 17 | 18,40 | - | ✓ |
| | | Número de títulos de utilização privativa do espaço marítimo (TUPEM) para imersão de dragados (2015-2020) | DGRM | Nº | - | 15 | - | - |
| | | % de inquiridos que consideram que os projetos tiveram um contributo forte / muito forte para a implementação das medidas previstas no Plano de Ação de Valorização e Proteção do Litoral | Inquérito | % | - | 93,8 | - | |
| 6.5. | Realização | Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas | SI FEEI | m^2 | - | 55 723 | - | - |
| | Resultado | % de inquiridos que consideram que os projetos tiveram um contributo forte / muito forte para a redução/eliminação de áreas litorais degradadas e subaproveitadas | Inquérito | % | - | 75 | - | - |

Fonte: Equipa de avaliação, com base em dados dos SI PT2020 e dos PO

Nota: Os indicadores do SI FEEI resultam da compilação de dados correspondentes a vários Programas Operacionais e/ou Programas de Cooperação.

*As operações da PI 5.2 encontram-se repartidas por diferentes AP (Quadro A17), pelo que os indicadores de realização e resultado, referindo-se à totalidade das operações Mar aprovadas nesta PI, incluem também operações que não se enquadram na AP em análise, não sendo, nestes casos, possível aferir as realizações e resultados exclusivamente associados a esta AP.

Legenda:



≥80% - indicadores de realização
≥70% - indicadores de resultado



50% ≤ x ≤ 80% - indicadores de realização;
40% ≤ x ≤ 70% - indicadores de resultado



≤50% - indicadores de realização
≤40% - indicadores de resultado

Anexo 5. Resultados dos inquéritos

5.1. Entidades não empresariais

No âmbito da Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020, foi realizado um inquérito às entidades não empresariais apoiadas, que decorreu entre 9 de julho e 21 de outubro de 2022, destinado a um universo de 330 projetos apoiados, entre os 516 projetos elegíveis para inquirição, sendo que foram obtidas 227 respostas, correspondendo a uma margem de erro de 5.0%, para um nível de confiança de 95%.

Bloco A – Caracterização da Amostra

Quadro A37. Distribuição dos projetos por Área Programática

| Denominador (n=) | Nº de projetos | | Investimento elegível aprovado | |
|--|----------------|--------------|--------------------------------|---------------|
| | Universo | Respondentes | Universo | Respondentes |
| | 516 | 227 | 447 760 901 € | 248 493 204 € |
| 1.1 Administração, Pensamento e Ação Estratégica, Identidade e Cultura | 3,1% | 4,0% | 2,7% | 3,1% |
| 1.2 Proteção e Salvaguarda | 0,6% | 0,9% | 0,3% | 0,4% |
| 1.3 Educação, Ciência e Tecnologia | 27,7% | 26,4% | 34,8% | 31,4% |
| 2.1 Oceano, Atmosfera e Sistema integrado | 5,6% | 8,8% | 3,4% | 4,1% |
| 3.1 Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura | 33,1% | 26,4% | 16,1% | 7,1% |
| 3.2 Biotecnologia Marinha* | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| 4.1 Recursos Minerais Marinhos | 0,2% | 0,4% | 0,1% | 0,2% |
| 4.2 Recursos Energéticos Marinhos | 0,2% | 0,4% | 0,1% | 0,1% |
| 5.1 Recreio, Desporto e Turismo | 14,7% | 18,5% | 4,0% | 3,9% |
| 5.2 Portos, transportes e logística | 1,4% | 3,1% | 15,4% | 27,8% |
| 5.3 Construção, Manutenção e Reparação Naval | 0,2% | 0,4% | 0,1% | 0,2% |
| 5.4 Obras marítimas | 13,2% | 10,6% | 22,9% | 21,6% |

* A data de corte não existiam projetos enquadrados na AP 3.2. (Biotecnologia Marinha) elegíveis para inquirição, devido às reduzidas taxas de realização financeira entre promotores não empresariais.

Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais

Relativamente à distribuição de projetos por Área Programática (Quadro A37), verifica-se que, por norma, a proporção de respondentes é semelhante à do Universo, com exceção da área 5.2. (Portos, Transportes e Logística). Quando ponderado pelo número de projetos, a AP 3.1 (Pesca, Indústria do pescado e Aquicultura) assume-se como a Área Programática com maior representatividade, sendo que o mesmo se verifica ao nível da ponderação pelo investimento elegível.

Quadro A38. Distribuição dos projetos por Prioridade de Investimento

| Denominador (n=) | Nº de projetos | | Investimento elegível aprovado | |
|--|----------------|--------------|--------------------------------|---------------|
| | Universo | Respondentes | Universo | Respondentes |
| | 516 | 227 | 447 760 901 € | 248 493 204 € |
| EP1 - Promover uma Pesca Sustentável, Eficiente, Inovadora e Competitiva | 17,2% | 9,3% | 10,7% | 2,6% |
| EP2 - Promover uma Aquicultura Sustentável, Eficiente, Inovadora e Competitiva | 4,1% | 4,8% | 2,6% | 2,0% |
| EP3 - Dinamizar a Execução da Política Comum de Pesca | 1,9% | 2,2% | 2,1% | 2,5% |
| EP4 - Aumentar o Emprego e a Coesão Territorial (DLBC) | 9,7% | 14,5% | 1,0% | 1,3% |
| EP5 - Promover a Comercialização e Transformação dos Produtos da Pesca e Aquicultura | 11,8% | 12,3% | 2,8% | 2,5% |

| | Nº de projetos | | Investimento elegível aprovado | |
|--|----------------|--------------|--------------------------------|--------------|
| | Uníversono | Respondentes | Uníversono | Respondentes |
| EP6 - Fomentar a Execução da Política Marítima Integrada | 0,8% | 1,8% | 0,3% | 0,5% |
| PI 01.01 | 16,3% | 15,0% | 15,7% | 13,5% |
| PI 01.02 | 1,0% | 1,3% | 0,4% | 0,4% |
| PI 02.03 | 0,4% | 0,4% | 0,4% | 0,4% |
| PI 03.01 | 0,6% | 0,9% | 0,2% | 0,4% |
| PI 03.02 | 1,0% | 0,9% | 0,3% | 0,4% |
| PI 03.03* | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| PI 03.04* | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| PI 04.01 | 0,2% | 0,4% | 0,1% | 0,1% |
| PI 05.01 | 3,5% | 6,6% | 1,6% | 2,6% |
| PI 05.02 | 12,2% | 8,4% | 22,2% | 20,3% |
| PI 06.03 | 4,8% | 4,0% | 3,0% | 2,6% |
| PI 06.04 | 2,1% | 2,2% | 1,8% | 1,5% |
| PI 06.05 | 1,2% | 2,2% | 0,8% | 1,3% |
| PI 06.07* | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| PI 07.01 | 0,6% | 1,3% | 5,9% | 10,7% |
| PI 07.03 | 0,6% | 1,3% | 9,4% | 17,0% |
| PI 08.03* | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| PI 08.05 | 2,1% | 1,8% | 0,0% | 0,0% |
| PI 10.01 | 1,2% | 1,3% | 0,4% | 0,2% |
| PI 10.02 | 4,3% | 4,4% | 14,4% | 14,8% |
| PI 10.03* | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| PI 10.04 | 1,0% | 0,9% | 1,2% | 0,2% |
| PI 10.05 | 1,2% | 1,3% | 2,4% | 2,0% |
| PI 11.01 | 0,4% | 0,4% | 0,1% | 0,0% |

* À data de corte não existiam projetos enquadrados nas PI identificadas que fossem elegíveis para inquirição, devido às reduzidas taxas de realização financeira entre promotores não empresariais.

Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais

Quadro A39. Distribuição dos projetos por Programa Operacional

| | Nº de projetos | | Investimento elegível aprovado | |
|---|----------------|--------------|--------------------------------|----------------------|
| | Uníversono | Respondentes | Uníversono | Respondentes |
| Denominador (n=) | 516 | 227 | 447 760 901 € | 248 493 204 € |
| Programa Operacional Capital Humano | 3,3% | 3,1% | 12,9% | 12,1% |
| Programa Operacional Competitividade e Internacionalização | 9,3% | 8,8% | 22,4% | 32,3% |
| Programa Operacional MAR 2020 | 45,5% | 44,9% | 19,6% | 11,4% |
| Programa Operacional Inclusão Social e Emprego | 2,1% | 1,8% | 0,0% | 0,0% |
| Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos | 13,2% | 15,9% | 20,9% | 23,3% |
| Programa Operacional Norte 2020 | 7,2% | 5,7% | 5,5% | 3,7% |
| Programa Operacional Centro 2020 | 1,7% | 3,1% | 1,5% | 1,9% |
| Programa Operacional Lisboa 2020 | 4,5% | 4,8% | 3,3% | 3,0% |

| | Nº de projetos | | Investimento elegível aprovado | |
|---|----------------|--------------|--------------------------------|----------------------|
| | Universo | Respondentes | Universo | Respondentes |
| Denominador (n=) | 516 | 227 | 447 760 901 € | 248 493 204 € |
| Programa Operacional Alentejo 2020 | 1,2% | 0,4% | 0,4% | 0,1% |
| Programa Operacional Cresc Algarve 2020 | 1,0% | 1,3% | 2,2% | 3,9% |
| Programa Operacional Madeira 14-20 | 1,4% | 1,8% | 3,3% | 3,8% |
| Programa Operacional Açores 2020 | 8,5% | 7,0% | 7,6% | 4,0% |
| Programa de Cooperação Transnacional Espaço Atlântico 2014-2020 | 1,2% | 1,3% | 0,5% | 0,5% |

Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais

Relativamente à distribuição de projetos por Programa Operacional (Quadro A40), verifica-se que, por norma, a proporção de respondentes é semelhante à do Universo, com exceção do PO CI (ponderado por investimento elegível). Quando ponderado pelo número de projetos, o Programa Operacional Mar 2020 apresenta-se como o programa com maior representatividade. No entanto, o mesmo não se verifica para ponderação por investimento elegível, onde se destaca o PO CI.

Quadro A40. Distribuição dos projetos por tipo de entidade não empresarial

| | Nº de projetos | | Investimento elegível aprovado | |
|---|----------------|--------------|--------------------------------|----------------------|
| | Universo | Respondentes | Universo | Respondentes |
| Denominador (n=) | 516 | 227 | 447 760 901 € | 248 493 204 € |
| Associações, fundações e entidades privadas | 24,8% | 31,7% | 23,6% | 26,5% |
| Entidades do Sistema Científico e Tecnológico | 21,7% | 18,1% | 18,7% | 14,3% |
| Entidades da Administração Central e do Setor Empresarial do Estado | 20,3% | 12,3% | 29,9% | 31,2% |
| Entidades Municipais, Intermunicipais ou Regionais | 22,9% | 28,2% | 19,2% | 24,1% |
| Escolas profissionais / centros de formação | 4,3% | 4,0% | 1,5% | 0,4% |
| Outros Institutos da Administração Pública | 4,1% | 2,2% | 6,5% | 2,8% |
| Empresas | 1,9% | 3,5% | 0,5% | 0,8% |

Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais

Relativamente à distribuição de projetos por tipo de entidade não empresarial (Quadro A40), verifica-se que, por norma, a proporção de respondentes é semelhante à do Universo, com exceção das associações, fundações e entidades privadas (ponderado por projetos). Quando ponderado pelo número de projetos, as associações, fundações e entidades privadas apresentam-se como as entidades com maior representatividade. No entanto, o mesmo não se verifica para ponderação por investimento elegível, onde se destacam as Entidades da Administração Central e do Setor Empresarial do Estado.

Bloco B – Divulgação

Quadro A41. Métodos de tomada de conhecimento das tipologias de projeto/ medidas candidatas

| | Nº de projetos | | Investimento elegível aprovado | |
|--|----------------|-------------|--------------------------------|-------------|
| | Valor | Percentagem | Valor | Percentagem |
| Programas financiadores (Programas Operacionais ou de Cooperação) | 137 | 60,4% | 157 639 455 € | 63,4% |
| Entidades da Administração Central e Agências Públicas ligadas à Economia do Mar | 31 | 13,7% | 22 682 795 € | 9,1% |
| Outras Entidades da Administração Central e Agências Públicas | 8 | 3,5% | 46 778 578 € | 18,8% |
| Comunidades Intermunicipais | 1 | 0,4% | 347 823 € | 0,1% |
| GAL (Grupos de Ação local) | 11 | 4,8% | 1 049 678 € | 0,4% |
| Entidades Municipais ou Regionais | 2 | 0,9% | 1 270 683 € | 0,5% |
| Instituições de ensino superior e outras entidades do Sistema Científico | 23 | 10,1% | 14 828 017 € | 6,0% |
| Associações Empresariais ligadas à Economia do Mar | 2 | 0,9% | 961 716 € | 0,4% |
| Outras Associações Empresariais | 0 | 0,0% | 0 € | 0,0% |
| Escolas Profissionais ou Centros de Formação ligados à Economia do Mar | 0 | 0,0% | 0 € | 0,0% |
| Outras Escolas Profissionais ou Centros de Formação | 1 | 0,4% | 82 616 € | 0,0% |
| Empresas de Consultoria | 6 | 2,6% | 860 144 € | 0,3% |
| Outro | 5 | 2,2% | 1 991 699 € | 0,8% |

Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=227)

Quadro A42. Participação em sessões públicas de esclarecimento na temática do mar

| | Nº de projetos | % |
|--|----------------|-----|
| Não | 141 | 62% |
| Sim | 86 | 38% |
| dos quais: com ligação à temática do mar | 41 | 18% |
| dos quais: sem ligação à temática do mar | 45 | 20% |

Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=227)

Quadro A43. Conhecimento e vantagens do ITI Mar

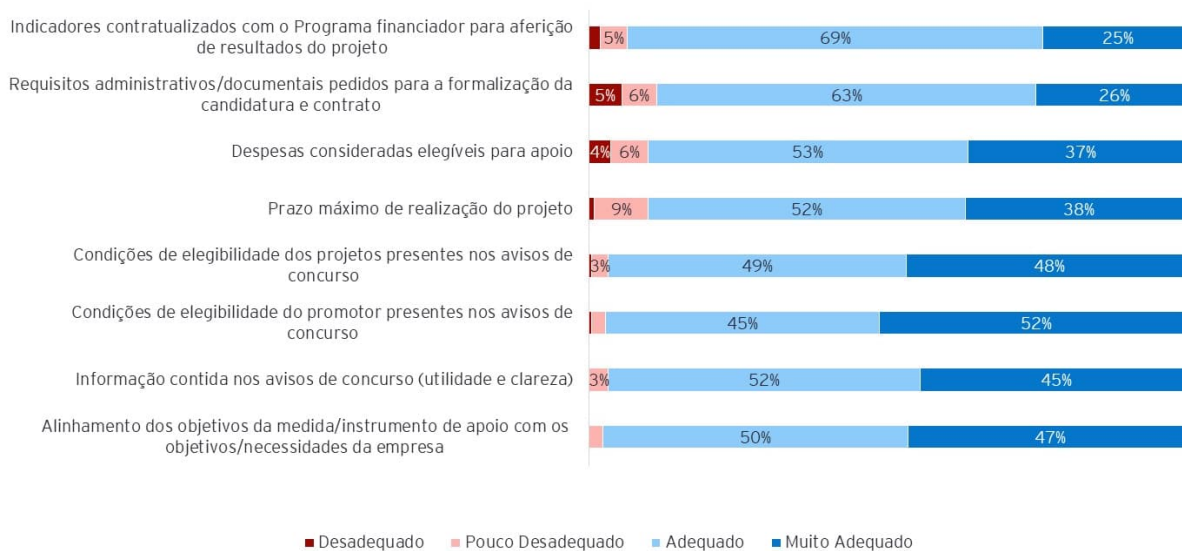
| | Nº de projetos | % |
|--|----------------|-----|
| Não | 160 | 70% |
| Sim | 67 | 30% |
| dos quais: reconhecem vantagem do instrumento no decorrer da candidatura e implementação | 24 | 36% |
| dos quais: não reconhecem vantagem do instrumento no decorrer da candidatura e implementação | 43 | 64% |

Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=227)

Bloco C – Aspetos operacionais e fatores críticos

Figura A7. Avaliação da adequação das tipologias de projeto/ medidas às necessidades da entidade

Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por nº de projetos



Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=227)

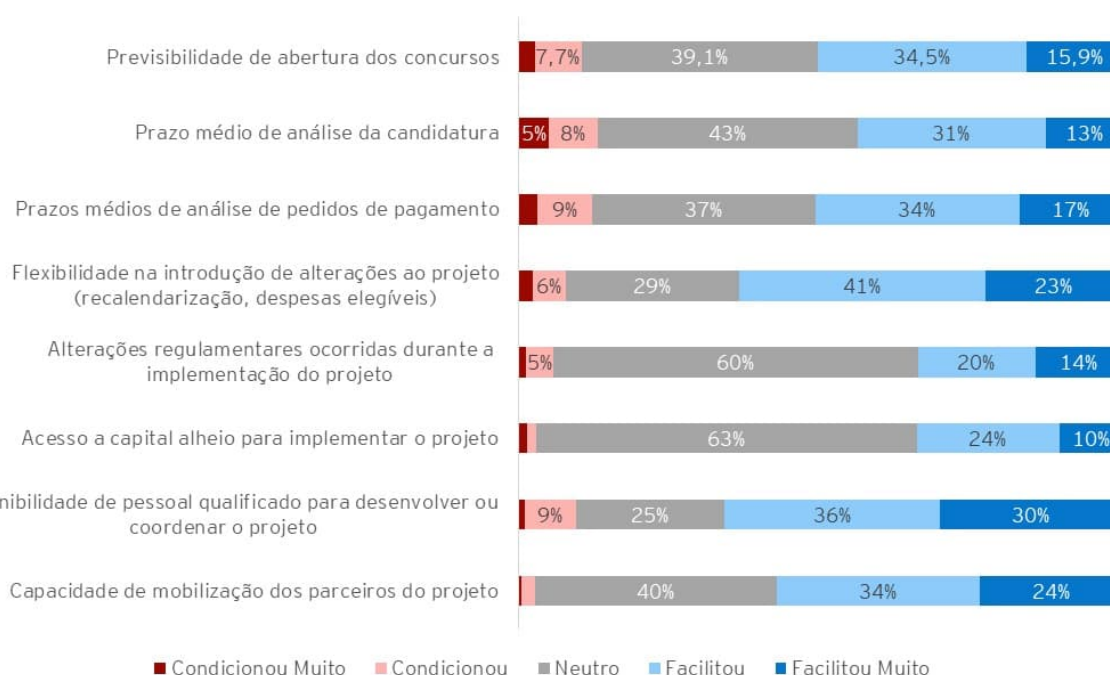
Quadro A44. Investimento na formação de recursos humanos na execução dos projetos

| | Nº de projetos | % |
|-----------------------------|----------------|-----|
| Não | 127 | 56% |
| Sim, inserida neste projeto | 64 | 28% |
| Sim, mas fora deste projeto | 36 | 16% |

Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=227)

Figura A8. Condicionantes do arranque e desenvolvimento dos apoios/ projetos aprovados

Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por nº de projetos



Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=227)

Quadro A45. Alteração dos projetos iniciais em virtude das condições de elegibilidade

| | Nº de projetos | % |
|-----|----------------|-----|
| Não | 185 | 81% |
| Sim | 42 | 19% |

Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=227)

Bloco D – Complementaridade e Valor Acrescentado Europeu

Quadro A46. Relevância dos apoios recebidos no âmbito da Estratégia Nacional para o Mar

| | Não desenvolveria qualquer projeto | | Desenvolveria todos projetos mesmo sem apoio | |
|--|------------------------------------|-------------------|--|-------------------|
| | Nº Projetos | Montante Elegível | Nº Projetos | Montante Elegível |
| 1.1 Administração, Pensamento e Ação Estratégica, Identidade e Cultura | 44% | 73% | 56% | 27% |
| 1.2 Proteção e Salvaguarda | 50% | 33% | 50% | 67% |
| 1.3 Educação, Ciência e Tecnologia | 83% | 60% | 17% | 40% |
| 2.1 Oceano, Atmosfera e Sistema integrado | 80% | 96% | 20% | 4% |
| 3.1 Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura | 67% | 81% | 33% | 19% |
| 4.1 Recursos Minerais Marinhos | 100% | 100% | 0% | 0% |
| 4.2 Recursos Energéticos Marinhos | 100% | 100% | 0% | 0% |
| 5.1 Recreio, Desporto e Turismo | 86% | 93% | 14% | 7% |
| 5.2 Portos, transportes e logística | 71% | 87% | 29% | 13% |
| 5.3 Construção, Manutenção e Reparação Naval | 100% | 100% | 0% | 0% |

| | Não desenvolveria qualquer projeto | | Desenvolveria todos projetos mesmo sem apoio | |
|---------------------|------------------------------------|-------------------|--|-------------------|
| | Nº Projetos | Montante Elegível | Nº Projetos | Montante Elegível |
| 5.4 Obras marítimas | 88% | 97% | 13% | 3% |
| Total | 78% | 80% | 22% | 20% |

Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=227)

Quadro A47. Alterações introduzidas na ausência de suporte financeiro no âmbito da Estratégia Nacional para o Mar

| | Não teria introduzido alterações, apenas recorreria a outras fontes de financiamento | Teria reduzido a dimensão financeira do projeto | Teria adiado a data de arranque do projeto | Teria alargado o prazo de execução do projeto |
|--|--|---|--|---|
| | Nº de projetos | | | |
| 1.1 Administração, Pensamento e Ação Estratégica, Identidade e Cultura | 80% | 0% | 0% | 20% |
| 1.2 Proteção e Salvaguarda | 0% | 100% | 0% | 0% |
| 1.3 Educação, Ciência e Tecnologia | 60% | 40% | 0% | 0% |
| 2.1 Oceano, Atmosfera e Sistema integrado | 50% | 0% | 25% | 25% |
| 3.1 Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura | 75% | 20% | 5% | 0% |
| 5.1 Recreio, Desporto e Turismo | 50% | 0% | 33% | 17% |
| 5.2 Portos, transportes e logística | 0% | 0% | 100% | 0% |
| 5.4 Obras marítimas | 100% | 0% | 0% | 0% |
| Total | 65% | 18% | 12% | 6% |

Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=51)

Quadro A48. Diferenças nas opções num cenário de ausência de crise económica decorrente da pandemia

| | Não teria desenvolvido o projeto, independentemente do cenário económico | Teria desenvolvido o projeto num cenário de ausência de crise pandémica |
|--|--|---|
| 1.1 Administração, Pensamento e Ação Estratégica, Identidade e Cultura | 100% | 0% |
| 1.2 Proteção e Salvaguarda | 100% | 0% |
| 1.3 Educação, Ciência e Tecnologia | 96% | 4% |
| 2.1 Oceano, Atmosfera e Sistema integrado | 94% | 6% |
| 3.1 Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura | 88% | 13% |
| 4.1 Recursos Minerais Marinhos | 100% | 0% |
| 4.2 Recursos Energéticos Marinhos | 100% | 0% |
| 5.1 Recreio, Desporto e Turismo | 97% | 3% |
| 5.2 Portos, transportes e logística | 100% | 0% |
| 5.3 Construção, Manutenção e Reparação Naval | 100% | 0% |
| 5.4 Obras marítimas | 95% | 5% |
| Total | 94% | 6% |

Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=176)

Quadro A49. Articulação das operações apoiadas no âmbito da Estratégia Nacional para o Mar com outros instrumentos de financiamento

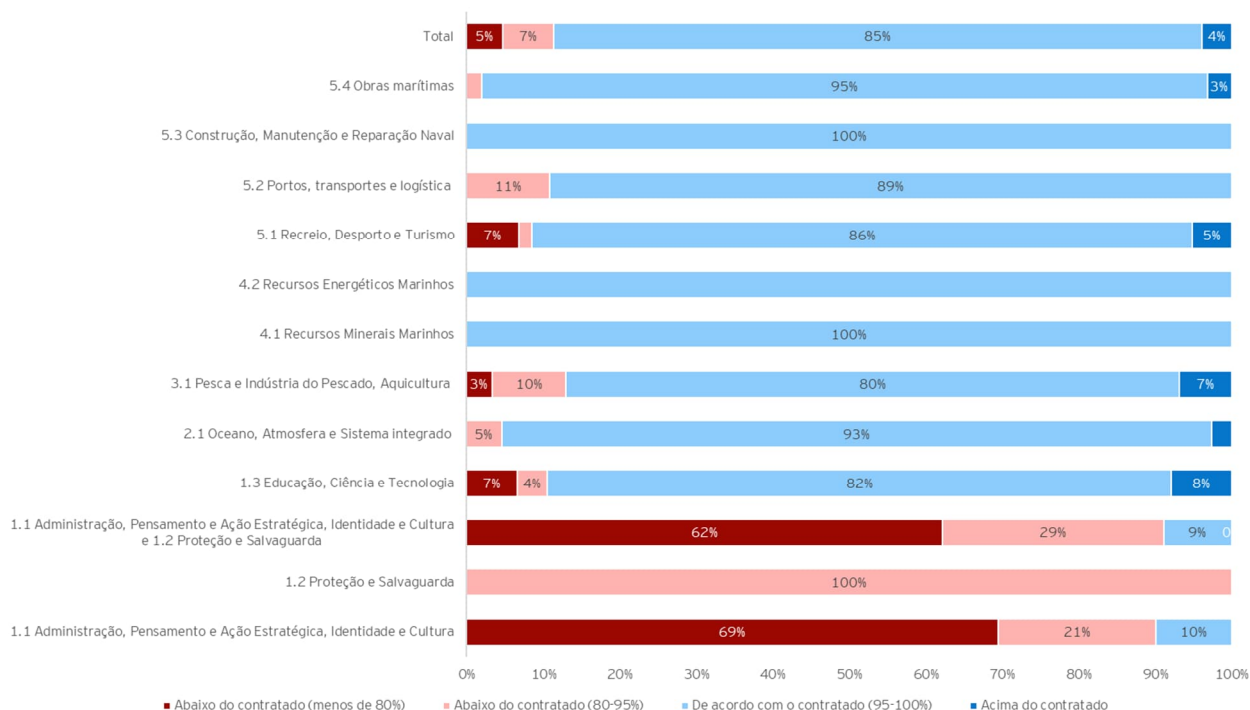
| | Ponderado por nº de projetos | Ponderado por montante elegível |
|-----|------------------------------|---------------------------------|
| Sim | 30% | 21% |
| Não | 70% | 79% |

Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=227)

A maioria das entidades não empresariais inquiridas não procurou estabelecer algum tipo de articulação com outros instrumentos de financiamento nacionais e/ou comunitários (69%). A principal razão apontada (83%) foi as tipologias de operação elegíveis noutros Programas/Avisos de Concurso não o permitirem. Um número significativo de promotores (62%) alegou também o desconhecimento de outras entidades a promover projetos complementares.

Figura A9. Expectativa sobre a execução dos valores de investimento contratado

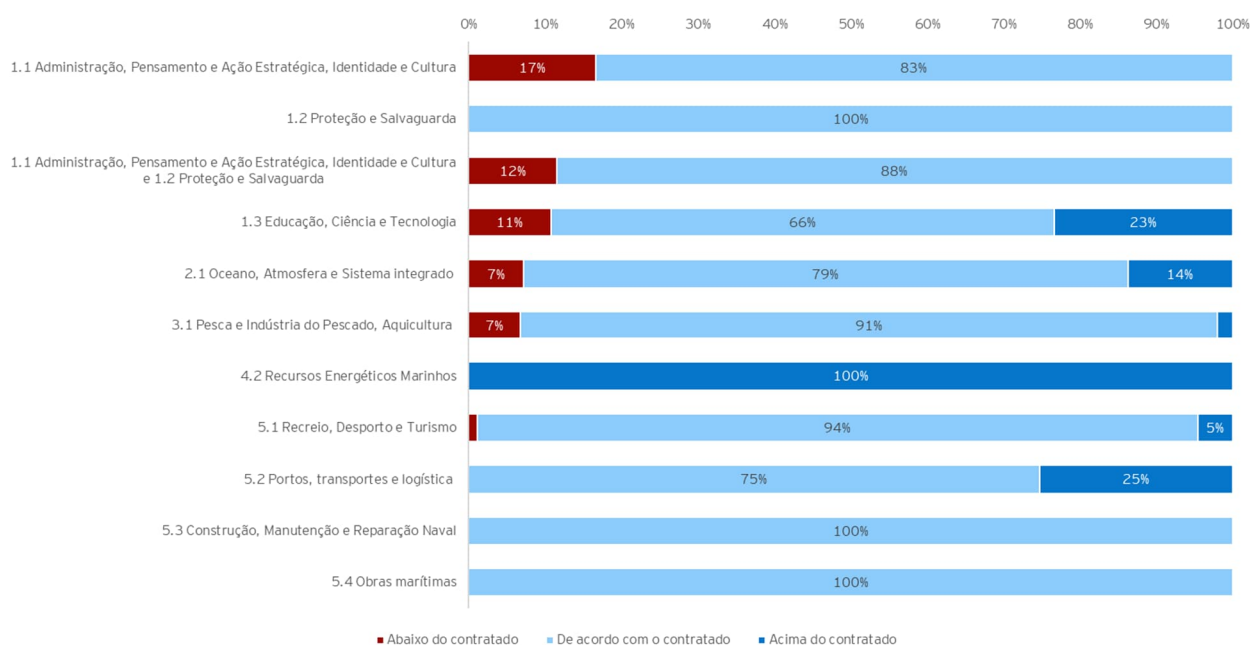
Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por investimento elegível



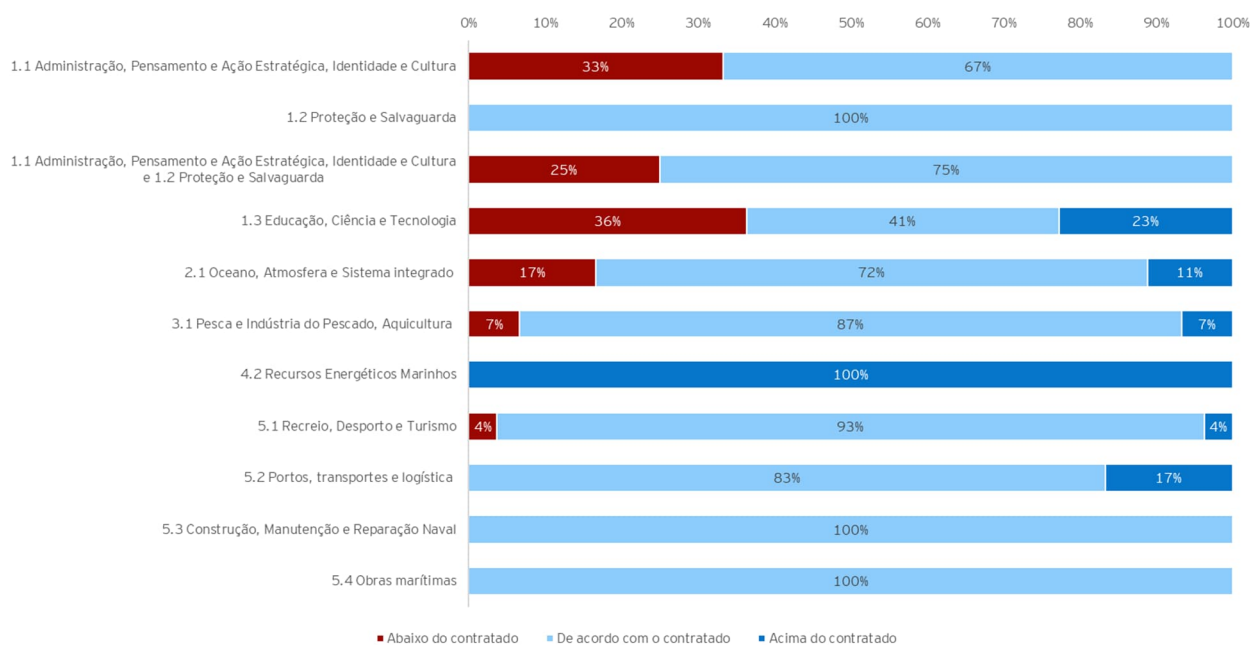
Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=227)

Figura A10. Expectativa sobre o alcance das metas previstas nos indicadores contratados

Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por investimento elegível



Unidade de Medida: % dos promotores



Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=155)

Apenas uma pequena percentagem das operações Mar apoiadas configurava atividades náuticas para jovens (8%), tendo estas observado, na generalidade, um aumento da procura durante o período de programação.

Quadro A50. Integração de atividades náuticas para jovens nos projetos não empresariais

| | Nº Projetos | % |
|---|-------------|-----|
| O projeto não se relaciona com a dinamização de atividades náuticas para jovens | 209 | 92% |

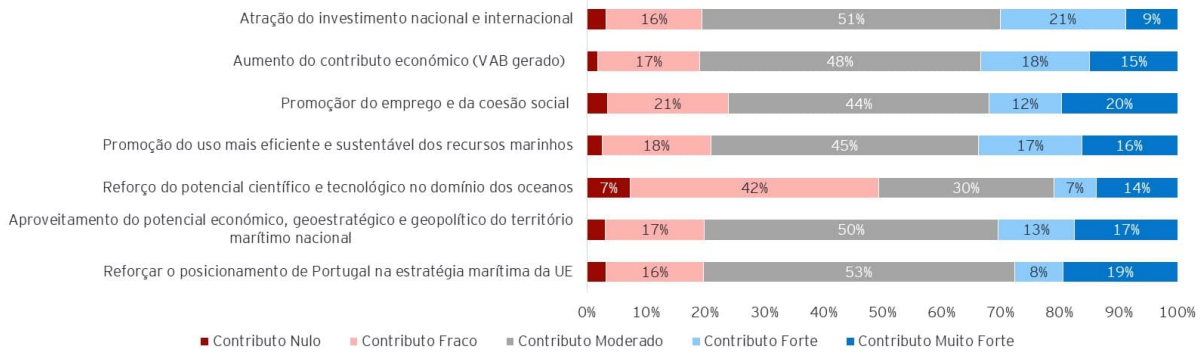
| | Nº Projetos | % |
|---|-------------|-----|
| O projeto relaciona-se com a dinamização de atividades náuticas para jovens | 18 | 8% |
| Dos quais: experienciaram um aumento da procura por parte dos jovens desde 2014 | 16 | 89% |
| Dos quais: não experienciaram um aumento da procura por parte dos jovens desde 2014 | 2 | 11% |

Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=227)

Bloco E – Objetivos dos projetos

Figura A11. Contribuição dos projetos para os objetivos estratégicos da Economia do Mar

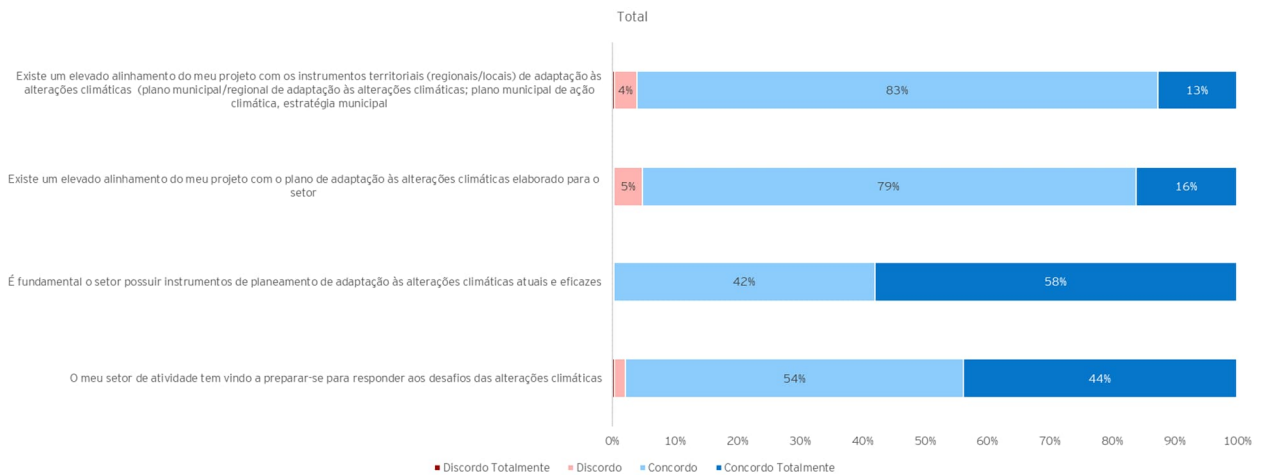
Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por investimento elegível



Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=227)

Figura A12. Relevância da melhoria da capacidade adaptativa às alterações climáticas, em termos de política marítima integrada

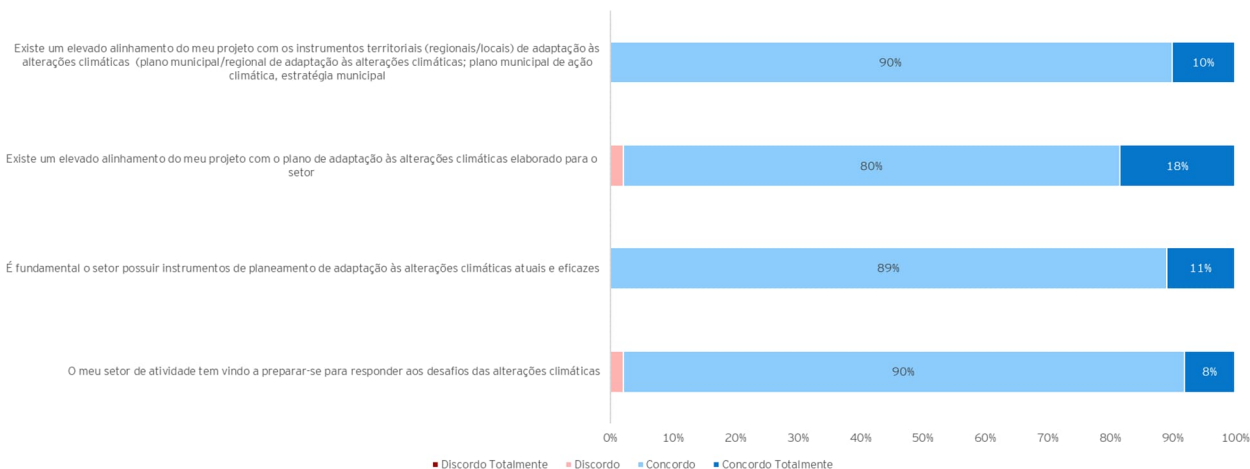
Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por investimento elegível



Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=227)

Figura A13. Relevância da melhoria da capacidade adaptativa às alterações climáticas, em termos de política marítima integrada – Área Programática 5.4. “Obras Marítimas”

Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por investimento elegível



Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=24)

Bloco F – Resultados e impactos dos projetos

Globais

Quadro A51. Conclusão financeira dos projetos

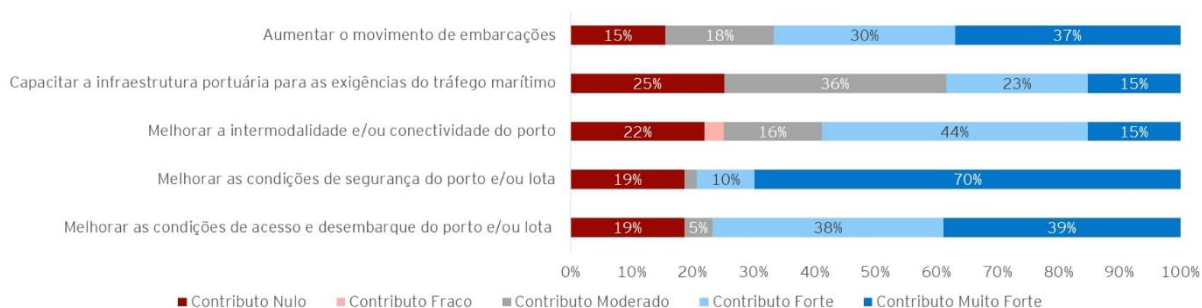
| | Nº de projetos | % de projetos |
|-----|----------------|---------------|
| Sim | 196 | 86% |
| Não | 31 | 14% |

Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=227)

Portos, lotas, inovação na pesca, parcerias e medidas de comercialização

Figura A14. Contribuição dos projetos para as entidades – navegação marítima e portos

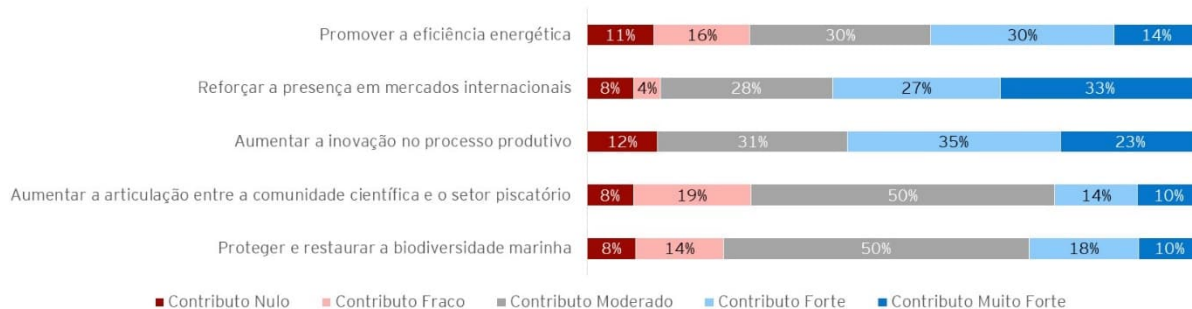
Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por investimento elegível



Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=19)

Figura A15. Contribuição dos projetos para as entidades – pesca, indústria do pescado e aquicultura

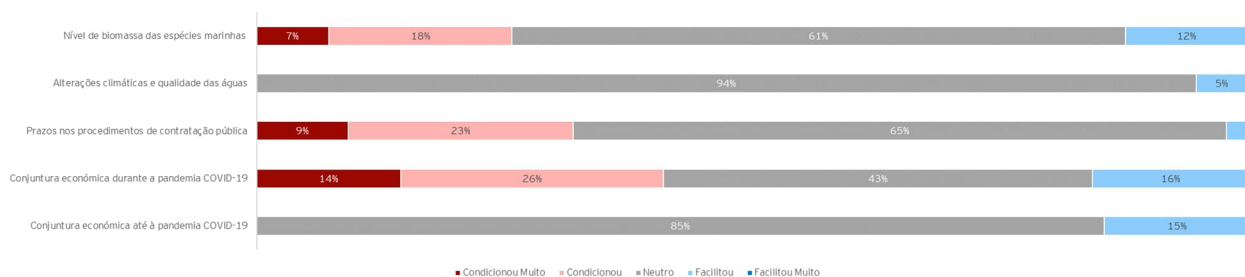
Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por investimento elegível



Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=44)

Figura A16. Fatores críticos condicionantes ou facilitadores dos resultados do projeto – portos, lotas, inovação na pesca, parcerias e medidas de comercialização

Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por investimento elegível

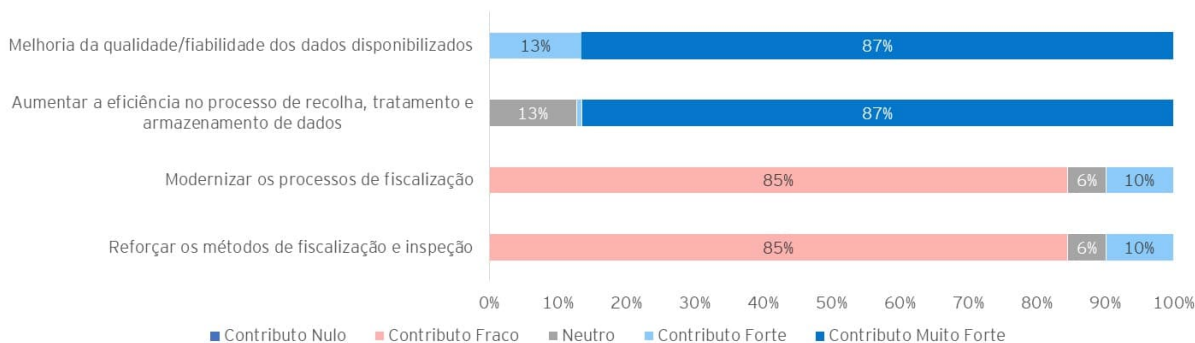


Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=45)

Administração, Pensamento e Ação Estratégica, Identidade e Cultura

Figura A17. Contribuição dos projetos para execução da Política Comum das Pescas

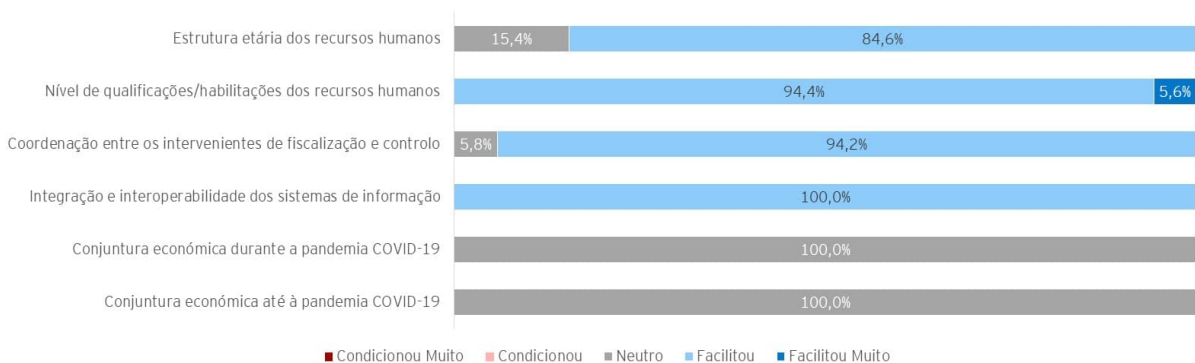
Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por investimento elegível



Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=5)

Figura A18. Fatores críticos condicionantes ou facilitadores dos resultados do projeto - administração, pensamento e ação estratégica, identidade e cultura

Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por investimento elegível

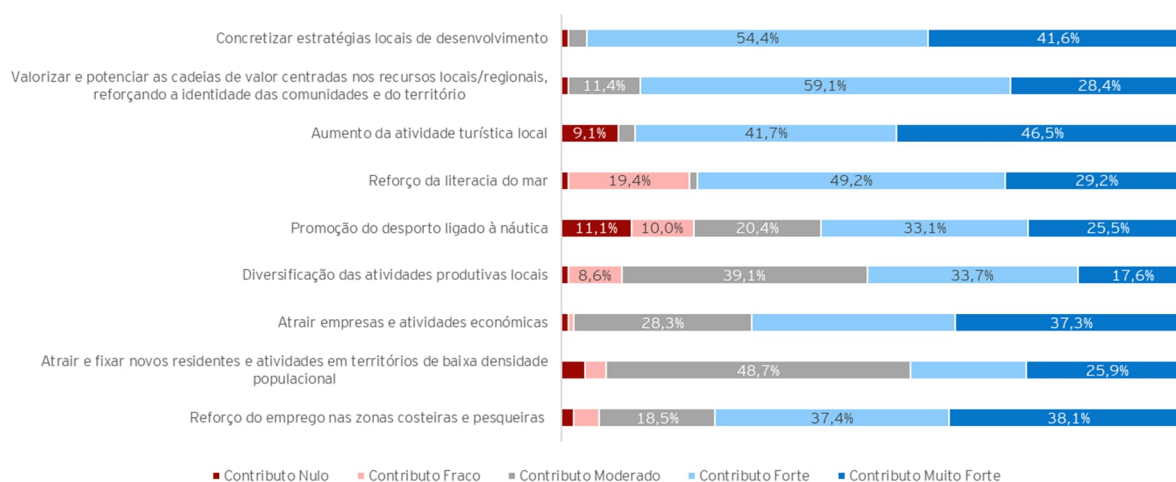


Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=5)

Recreio, Desporto e Turismo – DLBC (não empresarial)

Figura A19. Contribuição dos projetos para as entidades – emprego e coesão territorial

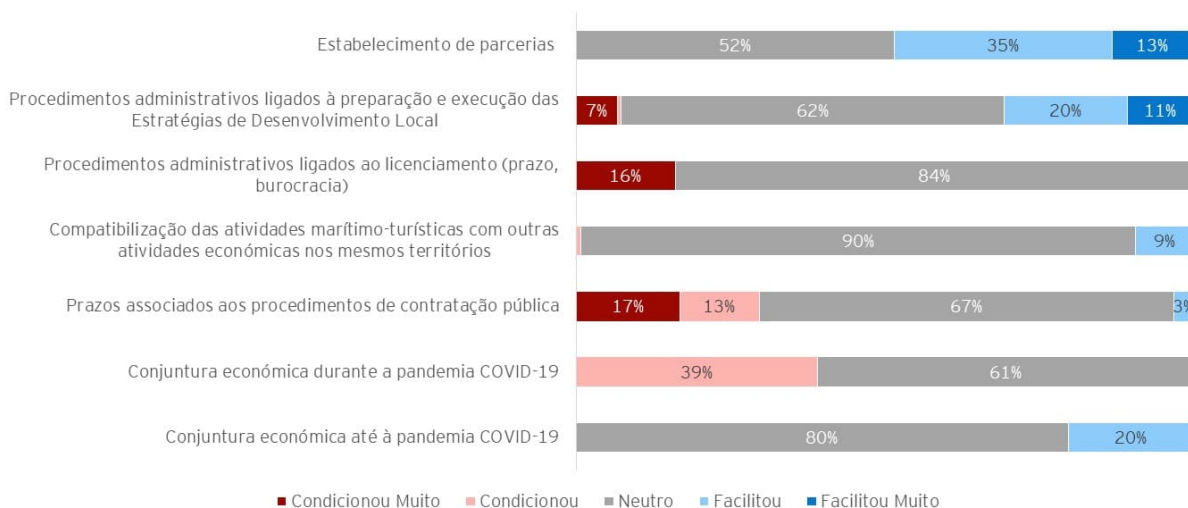
Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por investimento elegível



Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=25)

Figura A20. Fatores críticos condicionantes ou facilitadores dos resultados do projeto - recreio, desporto e turismo DLBC

Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por investimento elegível

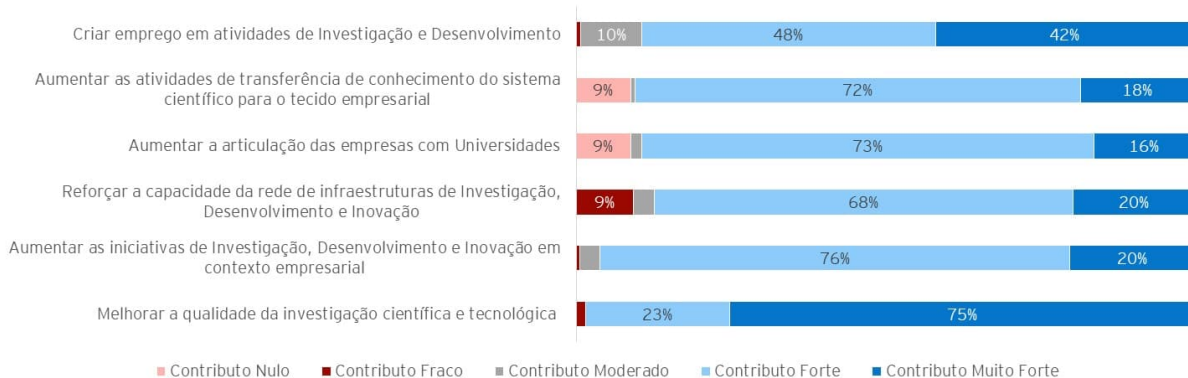


Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=25)

Ciência e Tecnologia

Figura A21. Contribuição dos projetos para as entidades – sistema regional de investigação e inovação

Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por investimento elegível



Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=34)

A maioria dos projetos (68%) não incluiu iniciativas de coprodução de conhecimento na área da Economia do Mar.

Quadro A52. Coprodução de conhecimento na área do mar por via dos projetos apoiados

| | Nº Projetos | % |
|--|-------------|------|
| Total | | |
| Projetos sem iniciativas de coprodução de conhecimento | 23 | 68% |
| Projetos com iniciativas de coprodução de conhecimento | 11 | 32% |
| (n=32) | | |
| PI 01.01 | | |
| Projetos sem iniciativas de coprodução de conhecimento | 21 | 66% |
| Projetos com iniciativas de coprodução de conhecimento | 11 | 34% |
| (n=2) | | |
| PI 01.02 | | |
| Projetos sem iniciativas de coprodução de conhecimento | 2 | 100% |
| Projetos com iniciativas de coprodução de conhecimento | 0 | 0% |

Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=34)

Apesar de a maioria dos projetos (68%) não ter incluído iniciativas de coprodução de conhecimento na área da Economia do Mar, a larga maioria dos promotores manifesta interesse em reforçar a participação em iniciativas futuras neste âmbito (94%, ponderado pelo número de projetos).

Quadro A53 – Perspetivas de reforço de coprodução de conhecimento

| | Nº Projetos | % |
|--|-------------|-----|
| Total | | |
| Inquiridos com interesse em reforçar a participação em iniciativas de coprodução de conhecimento | 32 | 94% |
| Inquiridos sem interesse em reforçar a participação em iniciativas de coprodução de conhecimento | 2 | 2% |
| (n=32) | | |
| PI 01.01 | | |
| Inquiridos com interesse em reforçar a participação em iniciativas de coprodução de conhecimento | 31 | 97% |
| Inquiridos sem interesse em reforçar a participação em iniciativas de coprodução de conhecimento | 1 | 3% |
| (n=2) | | |
| PI 01.02 | | |

| | Nº Projetos | % |
|--|-------------|-----|
| Inquiridos com interesse em reforçar a participação em iniciativas de coprodução de conhecimento | 1 | 50% |
| Inquiridos sem interesse em reforçar a participação em iniciativas de coprodução de conhecimento | 1 | 50% |

Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=34)

Em média, o peso das despesas em I&D no total do projeto é de 80% para projetos enquadrados na PI 01.01 e nulo para projetos no âmbito da PI 01.02.

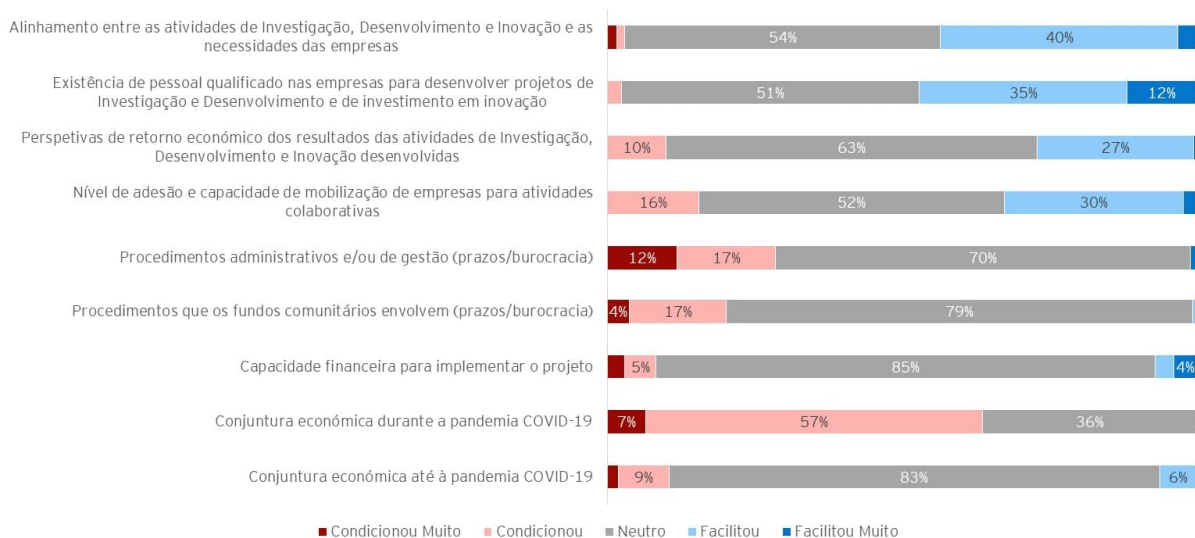
Quadro A54. Peso das despesas em I&D nos projetos

| | Média dos pesos das despesas em I&D | Nº de projetos |
|----------|-------------------------------------|----------------|
| Total | 74% | 34 |
| PI 01.01 | 80% | 32 |
| PI 01.02 | 0% | 2 |

Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=34)

Figura A22. Fatores críticos condicionantes ou facilitadores dos resultados do projeto – ciência e tecnologia

Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por investimento elegível

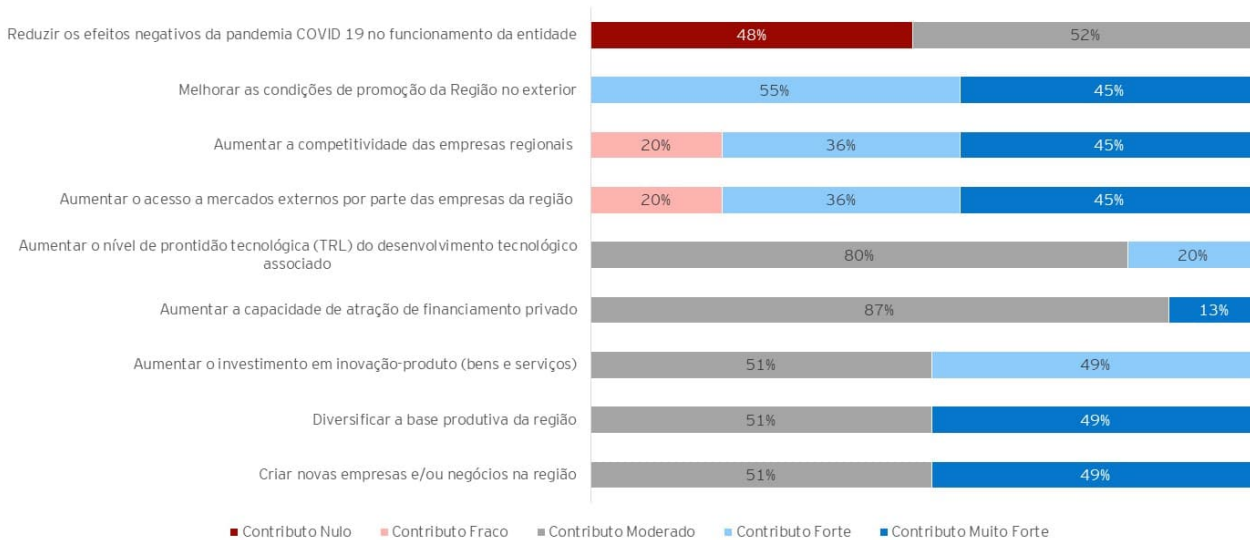


Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=34)

SIAC/SAAC

Figura A23. Contribuição dos projetos para as entidades – competitividade empresarial e empreendedorismo

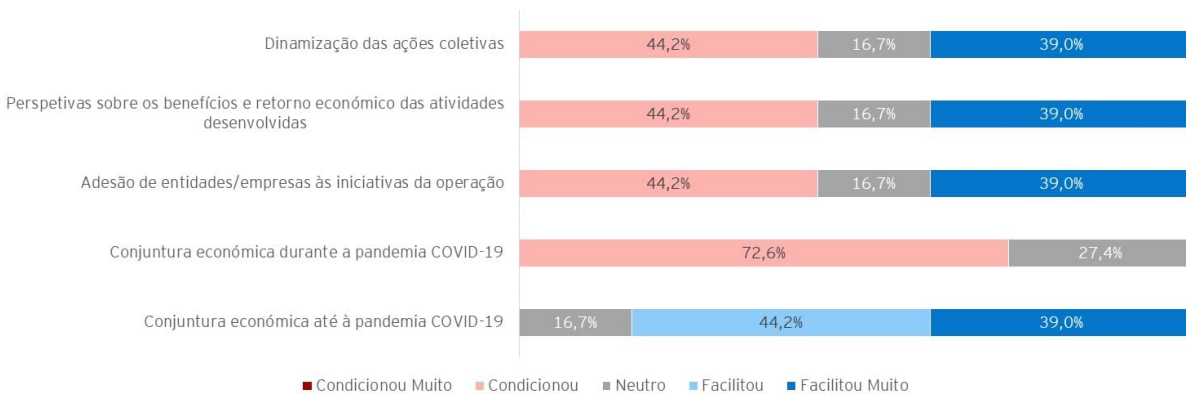
Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por investimento elegível



Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=4)

Figura A24. Fatores críticos condicionantes ou facilitadores dos resultados do projeto – SIAC/SAAC

Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por investimento elegível



Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=4)

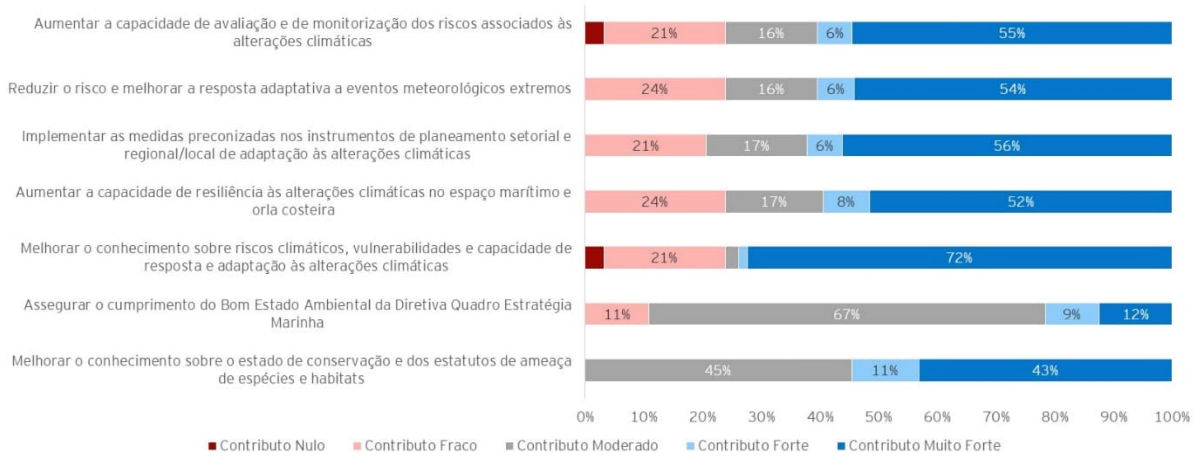
Recursos Energéticos Marinhos

Não foi possível inquirir entidades não empresariais com projetos desenvolvidos no âmbito de Recursos energéticos marinhos (PI 4.1)

Oceano, Atmosfera, Sistema Integrado

Figura A25. Contribuição dos projetos para as entidades – oceano, atmosfera, sistema integrado

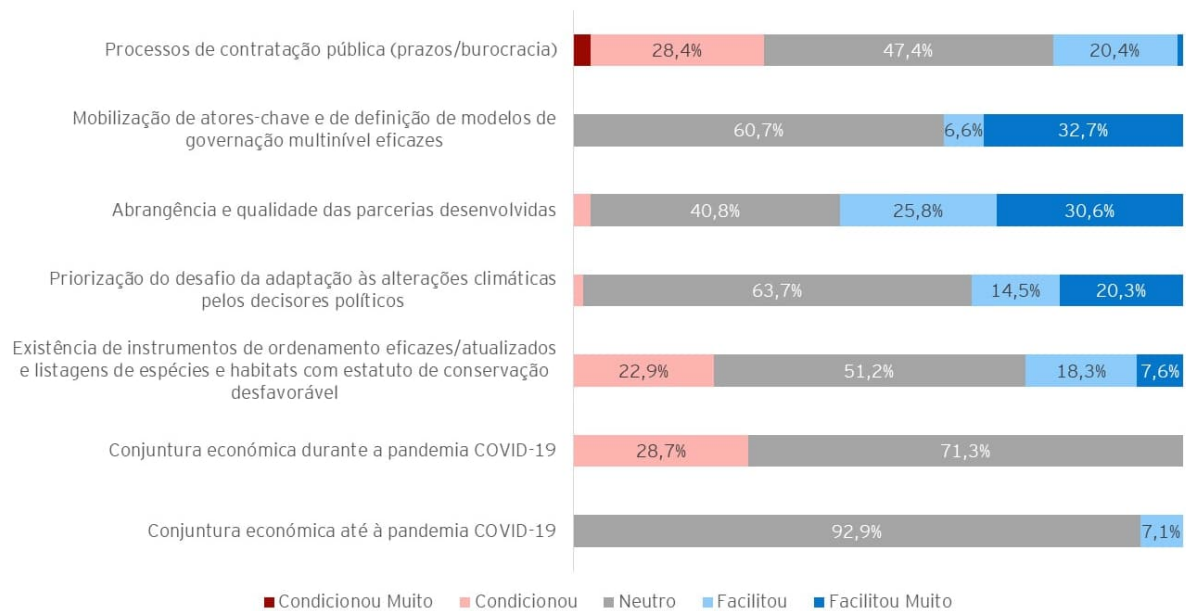
Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por investimento elegível



Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=19)

Figura A26. Fatores críticos condicionantes ou facilitadores dos resultados do projeto - oceano, atmosfera, sistema integrado

Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por investimento elegível

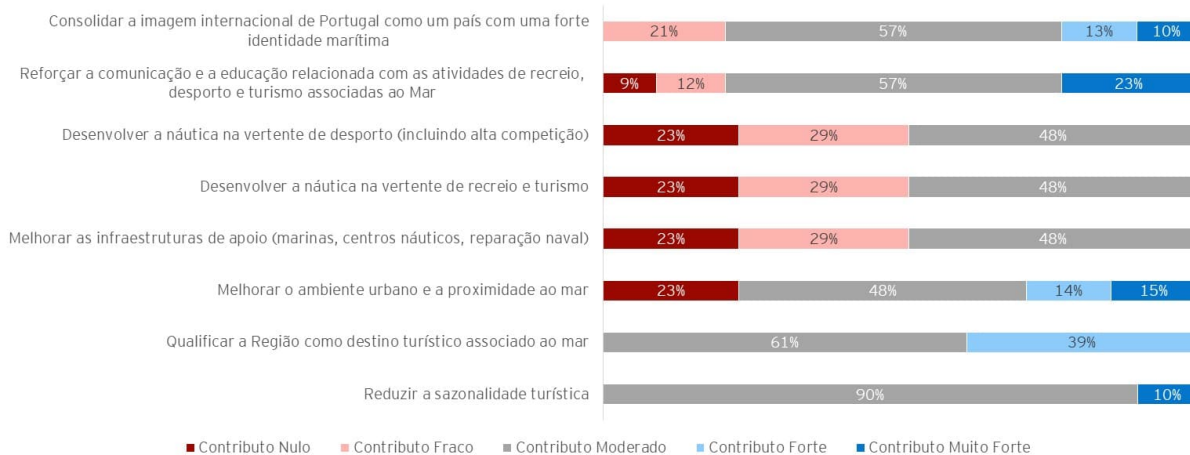


Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=19)

Recreio, Desporto e Turismo

Figura A27. Contribuição dos projetos para as entidades – identidade marítima e a necessidade de diversificar as atividades de recreio, desporto e turismo associadas ao Mar

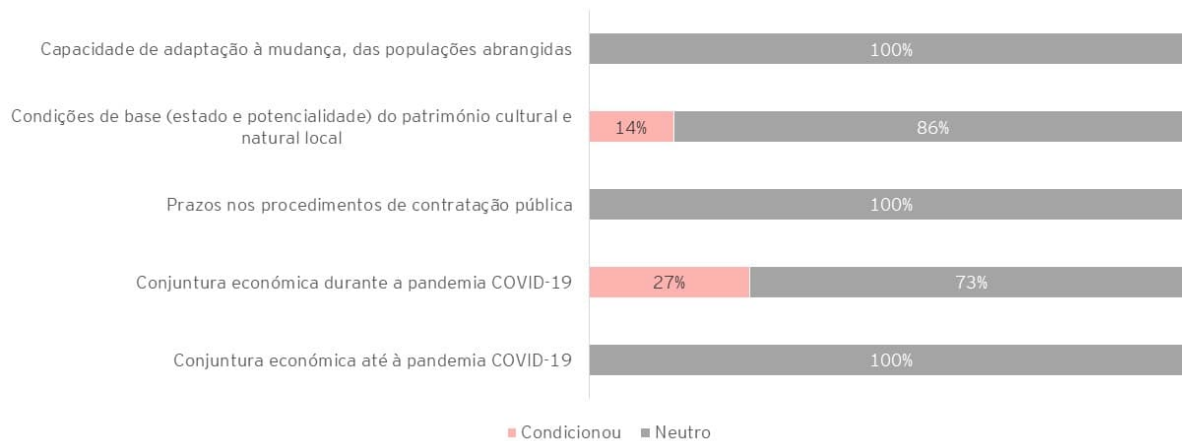
Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por investimento elegível



Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=6)

Figura A28. Fatores críticos condicionantes ou facilitadores dos resultados do projeto – recreio, desporto e turismo

Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por investimento elegível

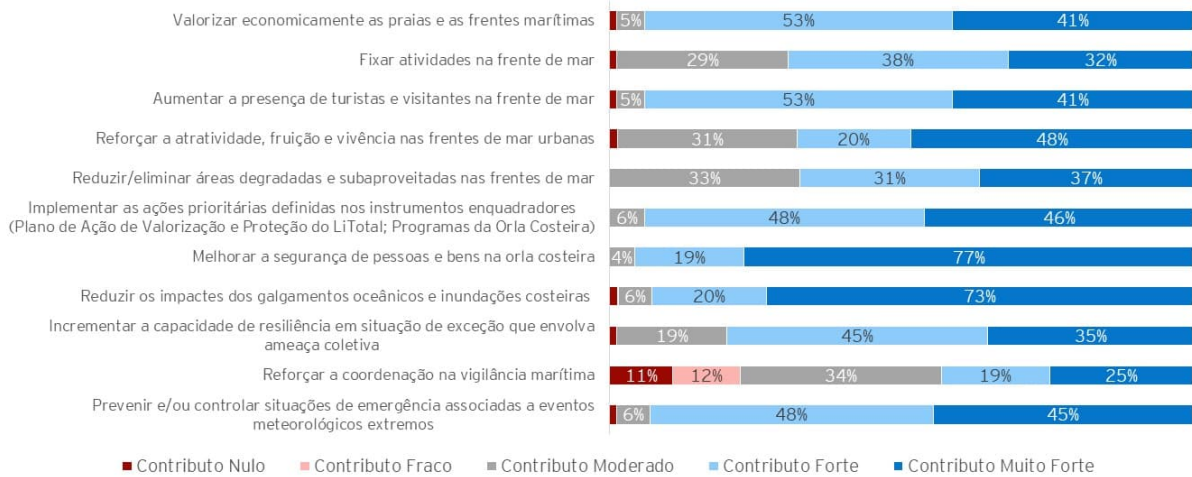


Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=6)

Proteção e Salvaguarda; Obras Marítimas

Figura A29. Contribuição dos projetos para as entidades – proteção, salvaguarda e reabilitação das áreas costeiras

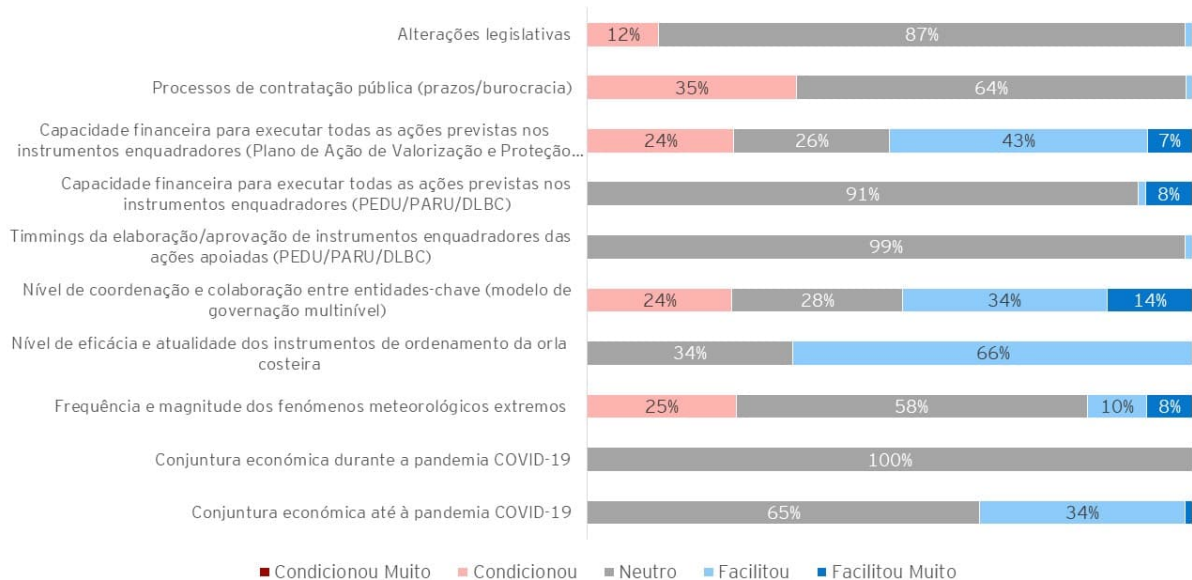
Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por investimento elegível



Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=21)

Figura A30. Fatores críticos condicionantes ou facilitadores dos resultados do projeto – proteção e salvaguarda, obras marítimas

Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por investimento elegível



Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=21)

Educação e Formação

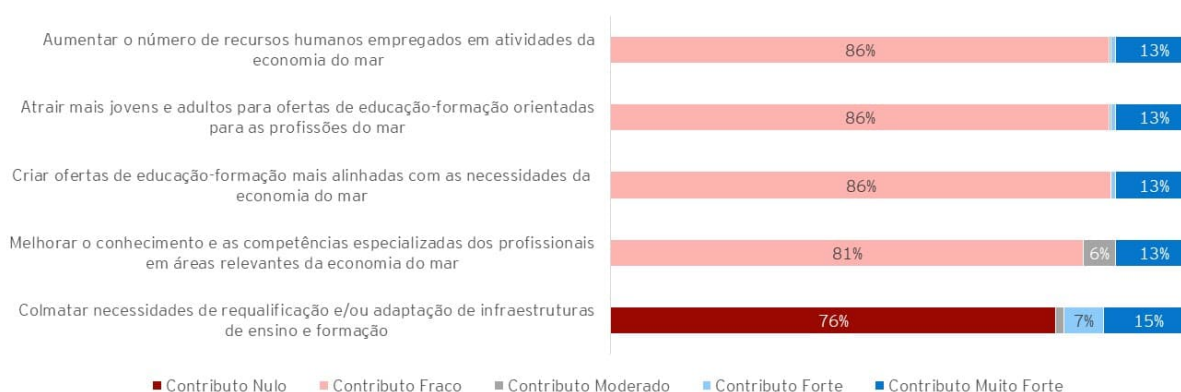
Quadro A55. Alinhamento do projeto com a Economia do Mar

| | Nº de projetos | % de projetos |
|-----|----------------|---------------|
| Sim | 196 | 86% |
| Não | 31 | 14% |

Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=19)

Figura A31. Contribuição dos projetos para as entidades – qualificação dos indivíduos e mercado de trabalho

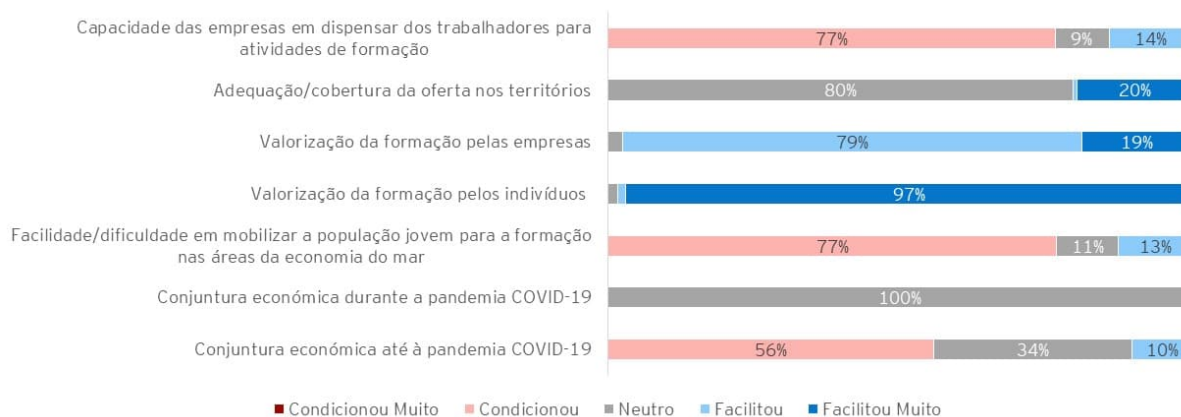
Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por investimento elegível



Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=19)

Figura A32. Fatores críticos condicionantes ou facilitadores dos resultados do projeto – educação e formação

Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por investimento elegível



Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=19)

Administração

Figura A33. Contribuição dos projetos para as entidades – capacitação e modernização dos serviços públicos

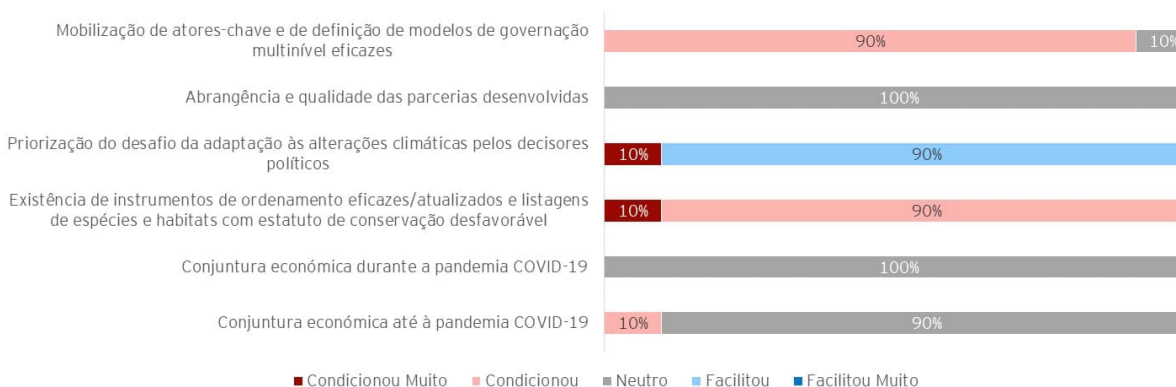
Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por investimento elegível



Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=2)

Figura A34. Fatores críticos condicionantes ou facilitadores dos resultados do projeto – administração

Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por investimento elegível

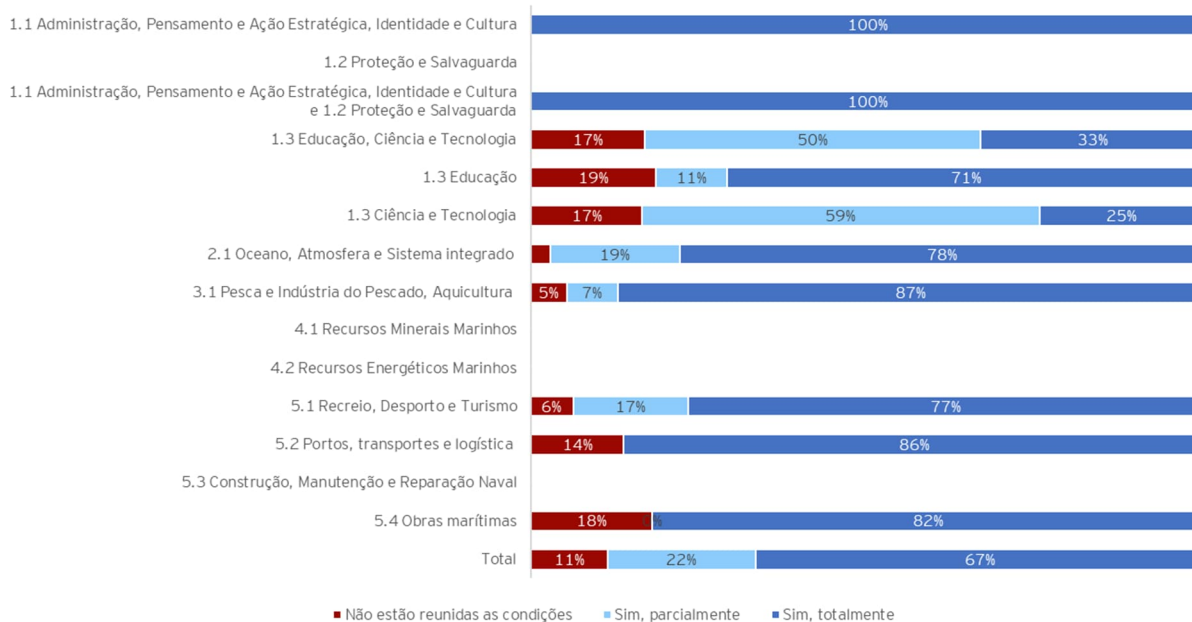


Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=2)

Bloco G – Sustentabilidade

Figura A35. Sustentabilidade financeira de atividades-chave do projeto após o fim do apoio

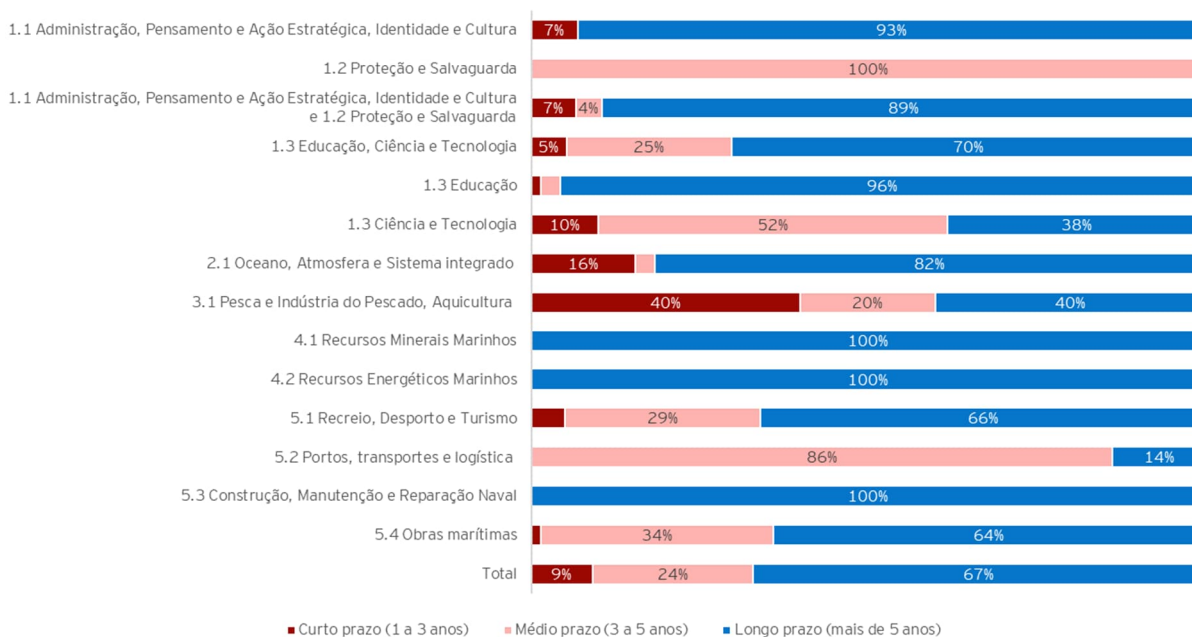
Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por investimento elegível



Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=196)

Figura A36. Persistência temporal dos efeitos na evolução do beneficiário

Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por investimento elegível



Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a entidades não empresariais (n=196)

5.2. Promotores empresariais

No âmbito da Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 foi realizado um inquérito às entidades empresariais apoiadas, que decorreu entre 9 de julho e 21 de outubro de 2022, destinado a um universo de 789 projetos selecionados entre os 816 projetos elegíveis para inquirição, sendo que foram obtidas 260 respostas, correspondendo a uma margem de erro de 5.0%, para um nível de confiança de 95%.

Bloco A – Caracterização da Amostra

Quadro A56. Distribuição dos projetos por Área Programática

| | Nº de projetos | | Investimento elegível aprovado | |
|---|----------------|--------------|--------------------------------|---------------|
| | Universo | Respondentes | Universo | Respondentes |
| Denominador (n=) | 816 | 260 | 533 513 562 € | 203 569 081 € |
| 1.3 Educação, Ciência e Tecnologia | 7,6% | 11,9% | 7,9% | 9,0% |
| 3.1 Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura | 40,4% | 38,8% | 30,7% | 44,9% |
| 3.2 Biotecnologia Marinha | 1,0% | 1,2% | 0,1% | 0,1% |
| 4.1 Recursos Minerais Marinhos | 0,2% | 0,0% | 0,1% | 0,0% |
| 4.2 Recursos Energéticos Marinhos | 0,5% | 0,4% | 9,6% | 0,0% |
| 5.1 Recreio, Desporto e Turismo | 45,8% | 42,7% | 44,0% | 35,5% |
| 5.2 Portos, transportes e logística | 2,1% | 2,7% | 2,9% | 4,2% |
| 5.3 Construção, Manutenção e Reparação Naval | 2,3% | 2,3% | 4,7% | 6,4% |

Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a beneficiários empresariais

Relativamente à distribuição de projetos por Área Programática (Quadro A56), verifica-se que, por norma, a proporção de respondentes é semelhante à do Universo, com exceção da área 5.1. (recreio, desporto e turismo, ponderada pelo investimento elegível). Quando ponderado pelo número de projetos destacam-se as áreas 3.1 pesca e indústria do pescado, aquicultura e 5.1 recreio, desporto e turismo como as Áreas Programáticas com maior representatividade, sendo que o mesmo se verifica ao nível da ponderação pelo investimento elegível.

Quadro A57. Distribuição dos projetos por Prioridade de Investimento

| | Nº de projetos | | Investimento elegível aprovado | |
|--|----------------|--------------|--------------------------------|---------------|
| | Universo | Respondentes | Universo | Respondentes |
| Denominador (n=) | 816 | 260 | 533 513 562 € | 203 569 081 € |
| EP1 - Promover uma Pesca Sustentável, Eficiente, Inovadora e Competitiva | 28,6% | 21,9% | 1,8% | 1,2% |
| EP2 - Promover uma Aquicultura Sustentável, Eficiente, Inovadora e Competitiva | 4,9% | 5,8% | 7,9% | 16,4% |
| EP4 - Aumentar o Emprego e a Coesão Territorial (DLBC) | 5,4% | 7,3% | 1,4% | 1,7% |
| EP5 - Promover a Comercialização e Transformação dos Produtos da Pesca e Aquicultura | 5,4% | 8,8% | 20,7% | 27,0% |
| PI 01.02 | 7,0% | 10,0% | 7,4% | 7,7% |
| PI 03.01 | 14,2% | 8,8% | 5,7% | 4,1% |
| PI 03.02 | 5,3% | 5,0% | 2,1% | 2,0% |
| PI 03.03 | 12,3% | 13,1% | 29,5% | 23,5% |
| PI 03.04 | 11,9% | 11,5% | 13,5% | 15,5% |
| PI 04.01 | 0,1% | 0,0% | 9,3% | 0,0% |
| PI 08.03* | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| PI 08.05 | 0,2% | 0,4% | 0,0% | 0,0% |
| PI 08.08 | 0,7% | 1,2% | 0,2% | 0,3% |

| | Nº de projetos | | Investimento elegível aprovado | |
|----------|----------------|--------------|--------------------------------|--------------|
| | Universo | Respondentes | Universo | Respondentes |
| PI 09.06 | 0,5% | 0,8% | 0,0% | 0,0% |
| PI 09.10 | 3,6% | 5,4% | 0,4% | 0,5% |

*À data de corte, a PI 08.03 não apresentava operações elegíveis para inquirição, devido às reduzidas taxas de realização financeiras entre promotores empresariais.

Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a beneficiários empresariais

Quadro A58. Distribuição de projetos por programa operacional

| | Nº de projetos | | Investimento elegível aprovado | |
|---|----------------|--------------|--------------------------------|----------------------|
| | Universo | Respondentes | Universo | Respondentes |
| Denominador (n=) | 816 | 260 | 533 513 562 € | 203 569 081 € |
| Programa Operacional Competitividade e Internacionalização | 4,5% | 5,4% | 14,0% | 11,1% |
| Programa Operacional MAR2020 | 44,2% | 43,8% | 31,9% | 46,4% |
| Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos | 0,1% | 0,0% | 9,3% | 0,0% |
| Programa Operacional Norte 2020 | 2,8% | 0,8% | 2,2% | 0,1% |
| Programa Operacional Centro 2020 | 5,3% | 7,3% | 2,8% | 3,3% |
| Programa Operacional Lisboa 2020 | 4,9% | 6,9% | 4,8% | 7,5% |
| Programa Operacional Alentejo 2020 | 3,3% | 3,5% | 0,8% | 0,4% |
| Programa Operacional Cresc Algarve 2020 | 6,5% | 7,7% | 9,4% | 9,6% |
| Programa Operacional Açores 2020 | 25,0% | 19,6% | 17,9% | 17,8% |
| Programa Operacional Madeira 14-20 | 3,3% | 5,0% | 7,0% | 3,8% |

Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a beneficiários empresariais

Relativamente à distribuição de projetos por programa operacional (Quadro A57), verifica-se que, por norma, a proporção de respondentes é semelhante à do Universo, com exceção do PO Mar2020 (ponderada pelo investimento elegível). Quando ponderado pelo número de projetos, destaca o PO Mar2020 como o programa com maior representatividade, sendo que o mesmo se verifica ao nível da ponderação pelo investimento elegível.

Quadro A59. Distribuição dos projetos por tipo de beneficiário empresarial

| | Nº de projetos | | Investimento elegível aprovado | |
|---|----------------|--------------|--------------------------------|----------------------|
| | Universo | Respondentes | Universo | Respondentes |
| Denominador (n=) | 816 | 260 | 533 513 562 € | 203 569 081 € |
| Associações, fundações e entidades privadas | 0,4% | 0,8% | 0,3% | 0,7% |
| Empresas | 74,9% | 78,8% | 97,7% | 97,6% |
| Indivíduos ou empresários a título individual | 24,8% | 20,4% | 2,0% | 1,7% |

Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a beneficiários empresariais

Relativamente à distribuição de projetos por tipo de beneficiário empresarial (Quadro A59), verifica-se que, por norma, a proporção de respondentes é semelhante à do Universo. Quando ponderado pelo número de projetos, as empresas destacam-se como as entidades com maior representatividade, sendo que o mesmo se verifica ao nível da ponderação pelo investimento elegível.

Quadro A60. Participação em atividades de I&D e de valorização económica do conhecimento na área da Economia do Mar nos últimos 10 anos

| | Nº de projetos | Investimento elegível aprovado |
|---|----------------|--------------------------------|
| Não | 75% | 65% |
| Sim | 25% | 35% |
| Dos quais: já tiveram despesas de I&D ou processos de inovação em parceria com entidades do SCTN na área da Economia do Mar | 38% | 65% |
| Dos quais: não tiveram despesas de I&D nem processos de inovação em parceria com entidades do SCTN na área da Economia do Mar | 62% | 65% |

Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a beneficiários empresariais (n=260)

A maioria dos inquiridos (75%) não teve envolvimento em atividades de I&D e de valorização de conhecimento na área da Economia do Mar nos últimos 10 anos.

Entre os promotores que tiveram, a maioria (62%) reporta o desenvolvimento destas atividades em parceria com entidades do SCTN na área da Economia do Mar.

Bloco B – Divulgação

Quadro A61. Métodos de tomada de conhecimento das tipologias de projeto/ medidas candidatas

| | Nº de projetos | | Investimento elegível aprovado | |
|--|----------------|-------------|--------------------------------|-------------|
| | Valor | Percentagem | Valor | Percentagem |
| Programas financiadores (Programas Operacionais ou de Cooperação) | 65 | 25,0% | 67 480 362 € | 33% |
| Entidades da Administração Central e Agências Públicas ligadas à Economia do Mar | 13 | 5,0% | 15 727 065 € | 8% |
| Outras Entidades da Administração Central e Agências Públicas | 4 | 1,5% | 873 022 € | 0% |
| Comunidades Intermunicipais | 1 | 0,4% | 60 067 € | 0% |
| GAL (Grupos de Ação local) | 18 | 6,9% | 3 422 579 € | 2% |
| Entidades Municipais ou Regionais | 12 | 4,6% | 3 904 794 € | 2% |
| Instituições de ensino superior e outras entidades do Sistema Científico | 3 | 1,2% | 1 335 900 € | 1% |
| Associações Empresariais ligadas à Economia do Mar | 36 | 13,8% | 8 086 921 € | 4% |
| Outras Associações Empresariais | 17 | 6,5% | 3 068 628 € | 2% |
| Escolas Profissionais ou Centros de Formação ligados à Economia do Mar | 0 | 0,0% | 0 € | 0% |
| Outras Escolas Profissionais ou Centros de Formação | 0 | 0,0% | 0 € | 0% |
| Empresas de Consultoria | 79 | 30,4% | 95 638 691 € | 47% |
| Outro | 12 | 4,6% | 3 971 052 € | 2% |

Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a beneficiários empresariais (n=260)

Quadro A62. Participação em sessões públicas de esclarecimento com ligação às temáticas do mar

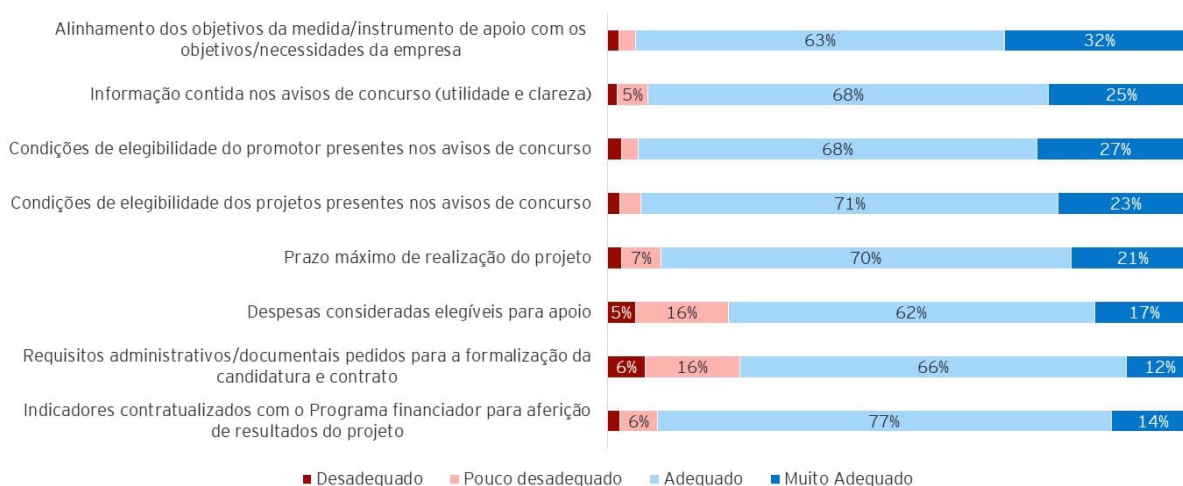
| | Nº de projetos | % |
|--|----------------|-----|
| Não | 196 | 75% |
| Sim | 64 | 25% |
| dos quais: com ligação à temática do mar | 33 | 52% |
| dos quais: sem ligação à temática do mar | 31 | 48% |

Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a beneficiários empresariais (n=260)

Bloco C – Aspectos operacionais e fatores críticos

Figura A37. Avaliação da adequação das tipologias de projeto/ medidas às necessidades da empresa

Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por nº de projetos



Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a beneficiários empresariais (n=260)

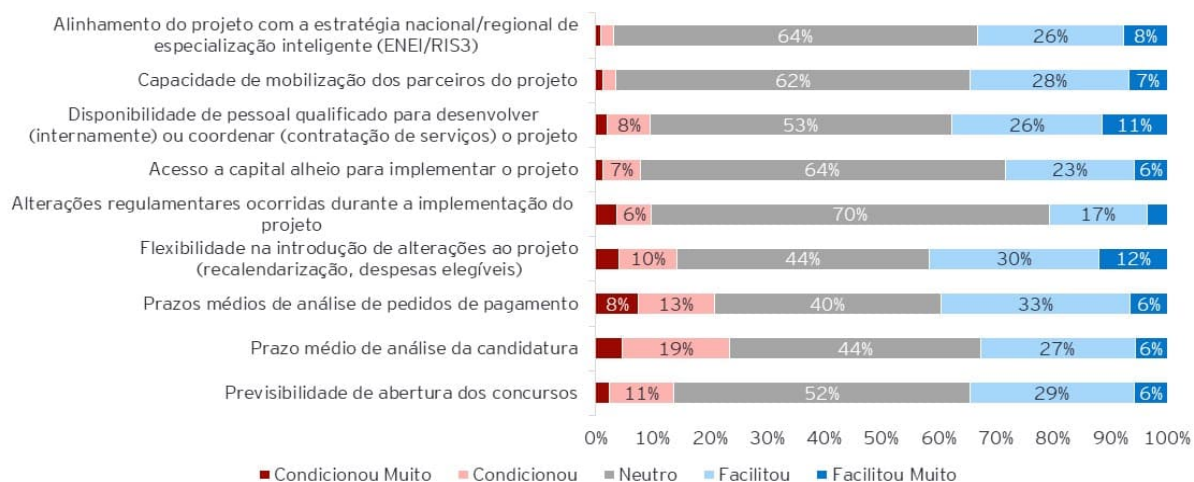
Quadro A63. Investimento na formação de recursos humanos na execução dos projetos

| | Nº de projetos | % |
|-----------------------------|----------------|-----|
| Não | 156 | 60% |
| Sim, inserida neste projeto | 34 | 13% |
| Sim, mas fora deste projeto | 70 | 27% |

Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a beneficiários empresariais (n=260)

Figura A38. Condicionantes do arranque e desenvolvimento dos apoios/ projetos aprovados

Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por nº de projetos



Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a beneficiários empresariais (n=260)

Quadro A64. Alteração dos projetos iniciais em virtude das condições de elegibilidade

| | Nº de projetos | % |
|-----|----------------|-----|
| Não | 199 | 77% |
| Sim | 61 | 23% |

Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a beneficiários empresariais (n=260)

Bloco D – Complementaridade e Valor Acrescentado Europeu

Quadro A65. Relevância dos apoios recebidos no âmbito da Estratégia Nacional para o Mar

| | Não desenvolveria qualquer projeto | | Desenvolveria todos projetos mesmo sem apoio | |
|---|------------------------------------|-------------------|--|-------------------|
| | Nº Projetos | Montante Elegível | Nº Projetos | Montante Elegível |
| 1.3 Educação, Ciência e Tecnologia | 68% | 77% | 32% | 23% |
| 3.1 Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura | 63% | 75% | 37% | 25% |
| 3.2 Biotecnologia Marinha | 0% | 0% | 100% | 100% |
| 4.1 Recursos Minerais Marinhos | 0% | 0% | 0% | 0% |
| 4.2 Recursos Energéticos Marinhos | 0% | 0% | 100% | 100% |
| 5.1 Recreio, Desporto e Turismo | 71% | 80% | 29% | 20% |
| 5.2 Portos, transportes e logística | 43% | 69% | 57% | 31% |
| 5.3 Construção, Manutenção e Reparação Naval | 17% | 92% | 83% | 8% |
| Total | 65% | 78% | 35% | 22% |

Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a beneficiários empresariais (n=260)

Quadro A66. Alterações introduzidas na ausência de suporte financeiro no âmbito da Estratégia Nacional para o Mar

| | Não teria introduzido alterações, apenas recorreria a outras fontes de financiamento | Teria reduzido a dimensão financeira do projeto | Teria adiado a data de arranque do projeto | Teria alargado o prazo de execução do projeto |
|---|--|---|--|---|
| | Nº de projetos | | | |
| 1.3 Educação, Ciência e Tecnologia | 50% | 10% | 0% | 40% |
| 3.1 Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura | 70% | 16% | 5% | 8% |
| 3.2 Biotecnologia Marinha | 33% | 0% | 67% | 0% |
| 4.2 Recursos Energéticos Marinhos | 0% | 0% | 0% | 100% |
| 5.1 Recreio, Desporto e Turismo | 47% | 31% | 13% | 9% |
| 5.2 Portos, transportes e logística | 75% | 0% | 0% | 25% |
| 5.3 Construção, Manutenção e Reparação Naval | 40% | 20% | 0% | 40% |
| Total | 57% | 20% | 9% | 15% |

Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a beneficiários empresariais (n=92)

Quadro A67. Diferenças nas opções num cenário de ausência de crise económica decorrente da pandemia

| | Não teria desenvolvido o projeto, independentemente do cenário económico | Teria desenvolvido o projeto num cenário de ausência de crise pandémica |
|---|--|---|
| 1.3 Educação, Ciência e Tecnologia | 81% | 19% |
| 3.1 Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura | 97% | 3% |
| 3.2 Biotecnologia Marinha | 0% | 0% |
| 4.2 Recursos Energéticos Marinhos | 0% | 0% |
| 5.1 Recreio, Desporto e Turismo | 92% | 8% |
| 5.2 Portos, transportes e logística | 100% | 0% |
| 5.3 Construção, Manutenção e Reparação Naval | 100% | 0% |
| Total | 93% | 7% |

Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a beneficiários empresariais (n=168)

Quadro A68. Articulação das operações apoiadas no âmbito da Estratégia Nacional para o Mar com outros instrumentos de financiamento

| | Ponderado por nº de projetos | Ponderado por montante elegível |
|-----|------------------------------|---------------------------------|
| Sim | 11% | 11% |
| Não | 89% | 89% |

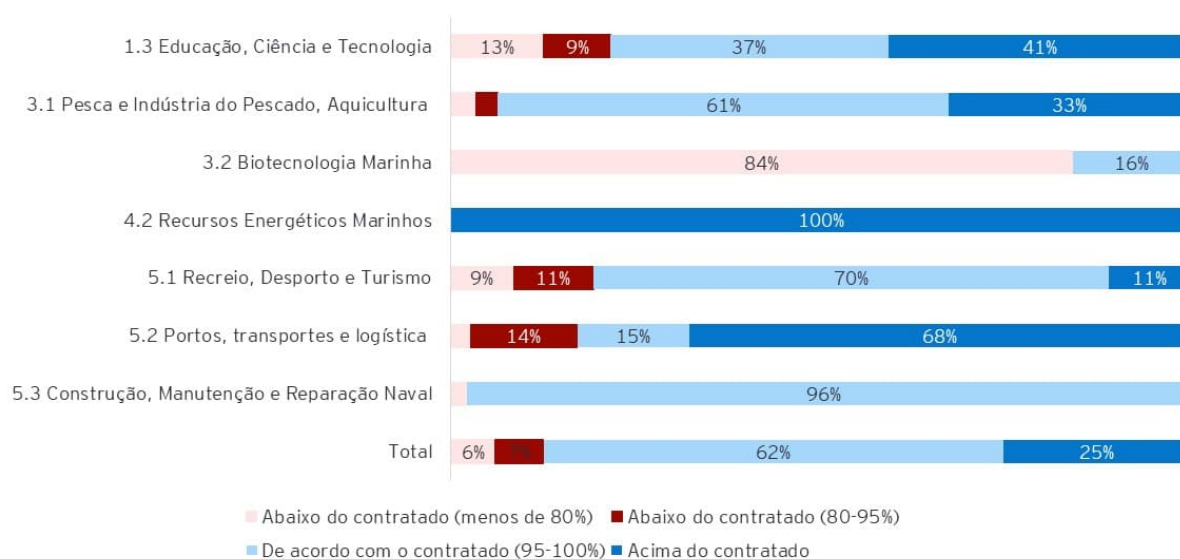
Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a beneficiários empresariais (n=260)

A maioria dos inquiridos não procurou estabelecer algum tipo de articulação com outros instrumentos de financiamento nacionais e/ou comunitários (89%). A principal razão apontada (93%) foi as tipologias de operação elegíveis noutros Programas/Avistos de Concurso não o permitirem. Um número significativo de promotores alegou também o desconhecimento de outras entidades a promover projetos complementares (76%) e de outros instrumentos de financiamento nacionais/comunitários (70%).

Bloco E – Objetivos do Projeto

Figura A39. Expectativa sobre a execução dos valores de investimento contratado, por AP

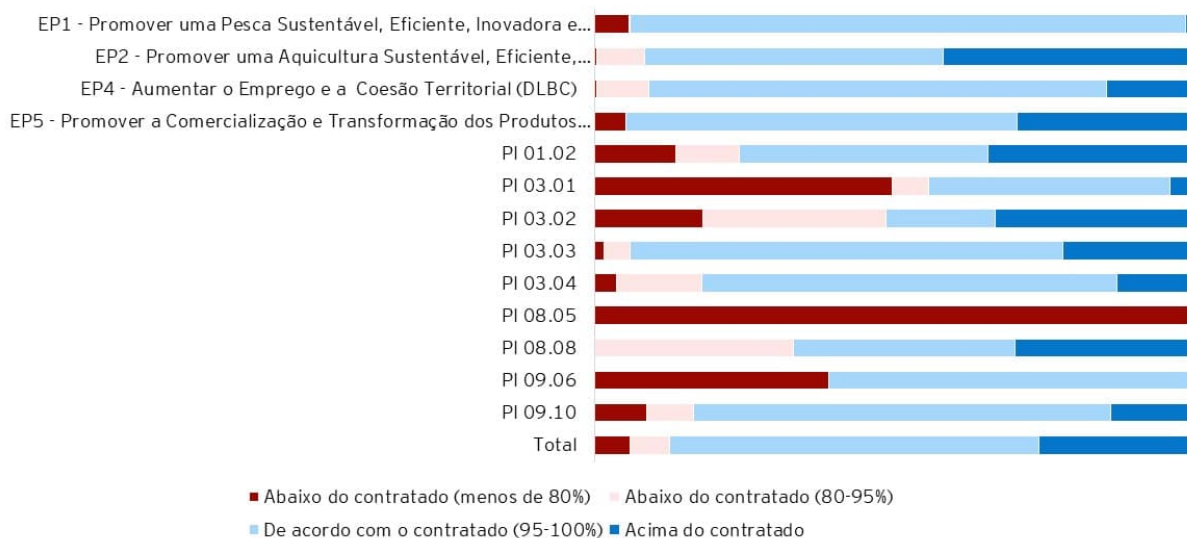
Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por investimento elegível



Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a beneficiários empresariais (n=260)

Figura A40. Expectativa sobre a execução dos valores de investimento contratado, por PI

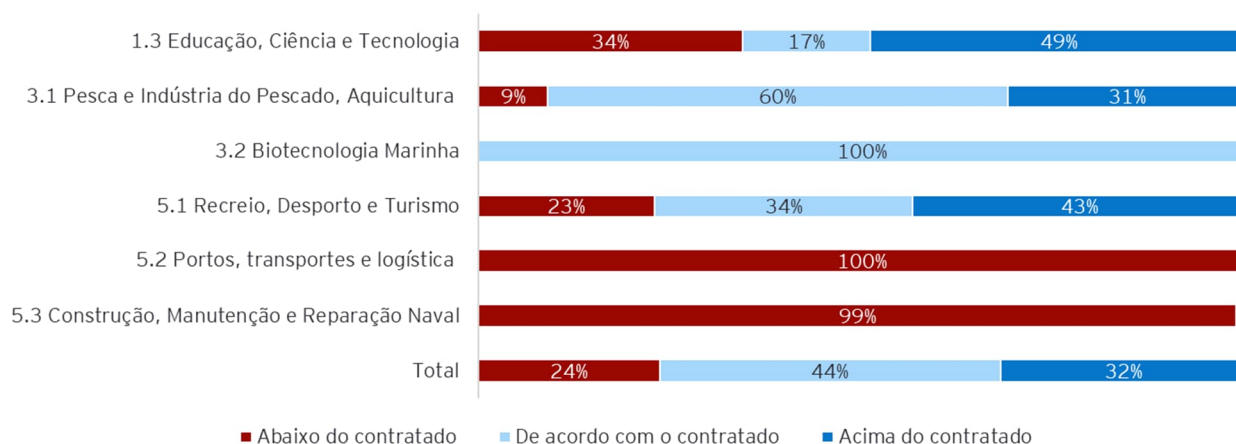
Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por investimento elegível



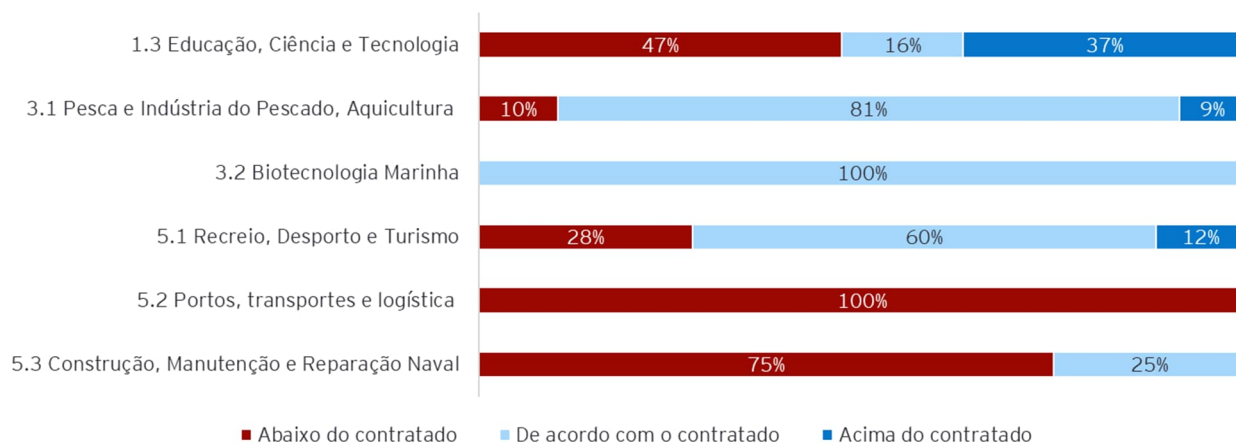
Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a beneficiários empresariais (n=260)

Figura A41. Expectativa sobre o alcance das metas previstas nos indicadores contratados

Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por investimento elegível



Unidade de Medida: % dos promotores



Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a beneficiários empresariais (n=132)

Quadro A69. Integração de atividades náuticas para jovens nos projetos

| | Nº Projetos | % |
|---|-------------|-----|
| O projeto não se relaciona com a dinamização de atividades náuticas para jovens | 243 | 93% |
| O projeto relaciona-se com a dinamização de atividades náuticas para jovens | 17 | 7% |
| Dos quais: experienciaram um aumento da procura por parte dos jovens desde 2014 | 13 | 76% |
| Dos quais: não experienciaram um aumento da procura por parte dos jovens desde 2014 | 4 | 24% |

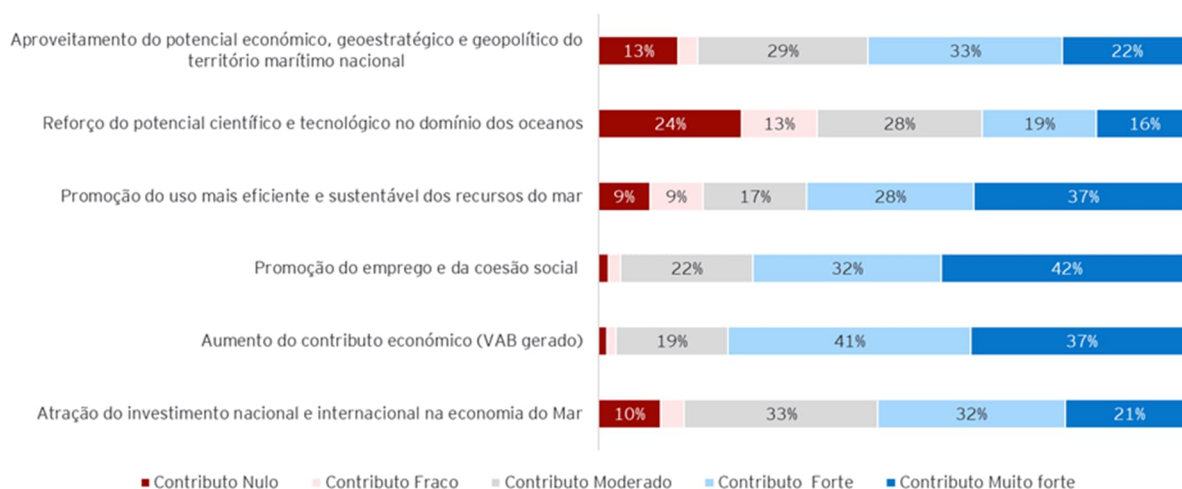
Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a beneficiários empresariais (n=260)

Bloco F – Resultados e impactos dos projetos

Globais

Figura A42. Contribuição dos projetos para os objetivos estratégicos da Economia do Mar

Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por investimento elegível



Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a beneficiários empresariais (n=260)

Quadro A70. Conclusão financeira dos projetos

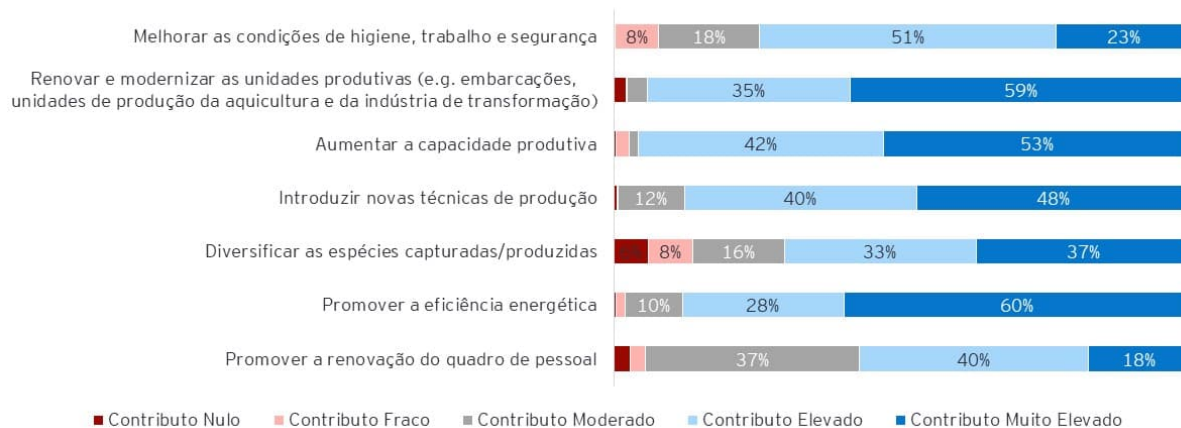
| | Nº de projetos | % de projetos |
|-----|----------------|---------------|
| Sim | 217 | 83% |
| Não | 43 | 17% |

Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a beneficiários empresariais (n=260)

Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura

Figura A43. Contribuição dos projetos para os beneficiários empresariais – pesca e indústria do pescado, aquicultura

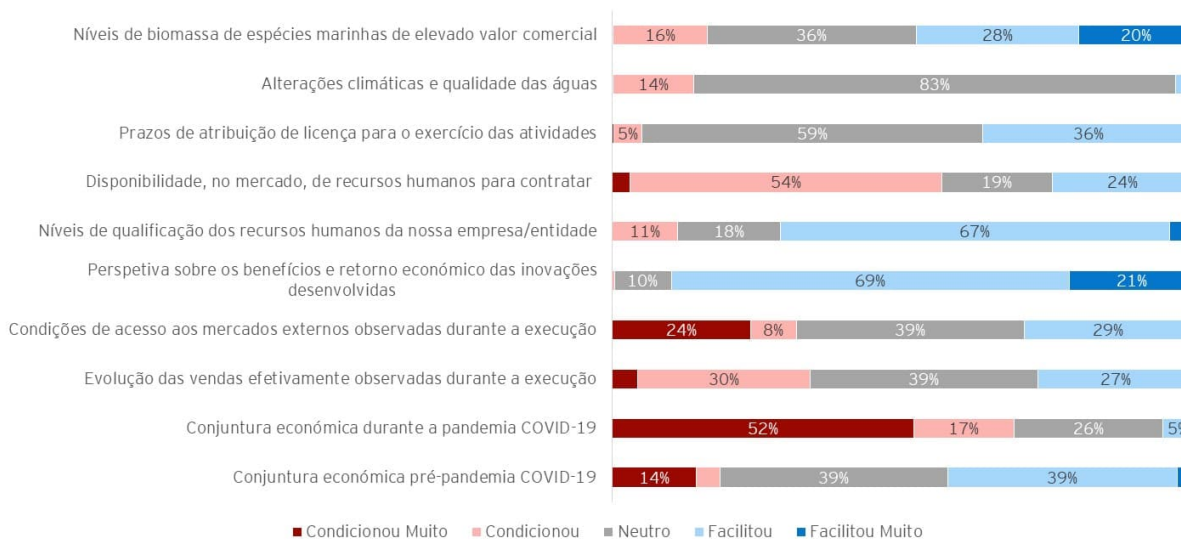
Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por investimento elegível



Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a beneficiários empresariais (n=82)

Figura A44. Fatores críticos condicionantes ou facilitadores dos resultados do projeto – pesca, indústria do pescado e aquicultura

Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por investimento elegível



Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a beneficiários empresariais (n=82)

Quadro A71. Contribuição para a evolução das variáveis da empresa entre os anos pré-projeto e pós-projeto – pesca, indústria do pescado e aquicultura

| | Ano cruzeiro | | 3º ano após projeto |
|-------------------------|-------------------|-----------------------------------|--|
| | Crescimento médio | Peso do contributo no crescimento | Crescimento médio (3º ano vs antes da implementação) |
| Volume de Negócios (VN) | 13% | 66% | 18% |
| VN Internacional | 17% | 33% | 26% |
| VAB | 22% | 79% | 33% |
| Despesas em I&D | 23% | 178% | 70% |

Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a beneficiários empresariais (n=62)

Quadro A72. Contribuição para a criação de postos de trabalho – pesca, indústria do pescado e aquicultura

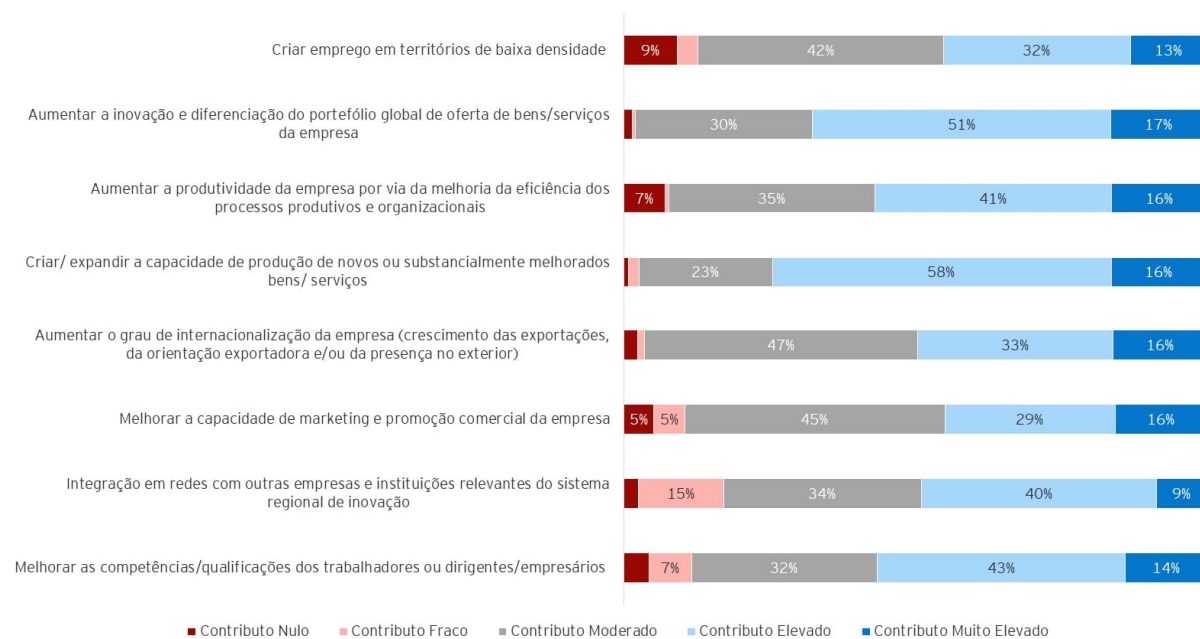
| | Não | | Sim | |
|--|-------------|------------|-------------|------------|
| | Nº Projetos | % projetos | Nº Projetos | % projetos |
| EP1 - Promover uma Pesca Sustentável, Eficiente, Inovadora e Competitiva | 46 | 88% | 6 | 12% |
| EP2 - Promover uma Aquicultura Sustentável, Eficiente, Inovadora e Competitiva | 4 | 29% | 10 | 71% |
| EP5 - Promover a Comercialização e Transformação dos Produtos da Pesca e Aquicultura | 4 | 25% | 12 | 75% |
| Total | 54 | 66% | 28 | 34% |

Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a beneficiários empresariais (n=82)

Sistema de Incentivos

Figura A45. Contribuição dos projetos para as entidades – Sistema de Incentivos

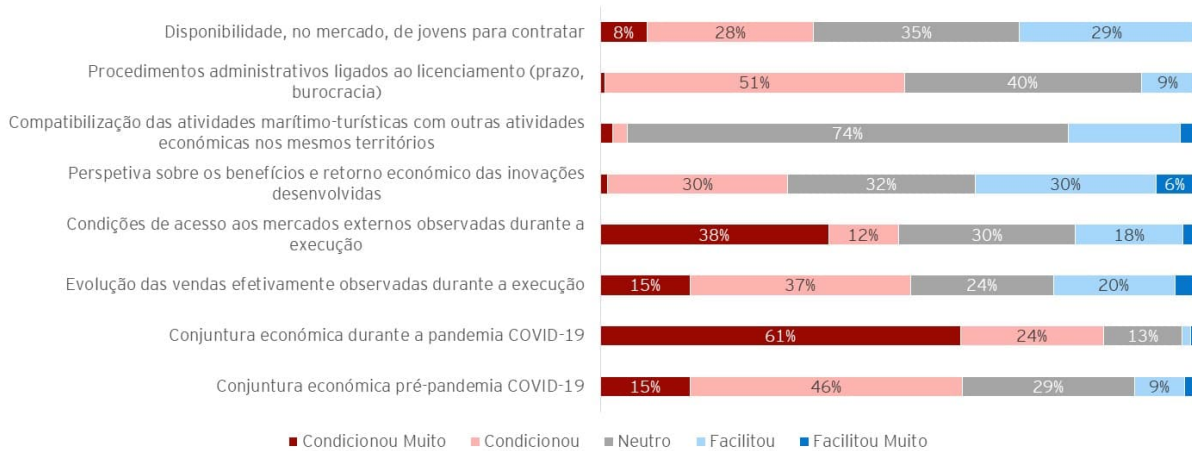
Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por investimento elegível



Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a beneficiários empresariais (n=101)

Figura A46. Fatores críticos condicionantes ou facilitadores dos resultados do projeto – Sistema de Incentivos

Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por investimento elegível

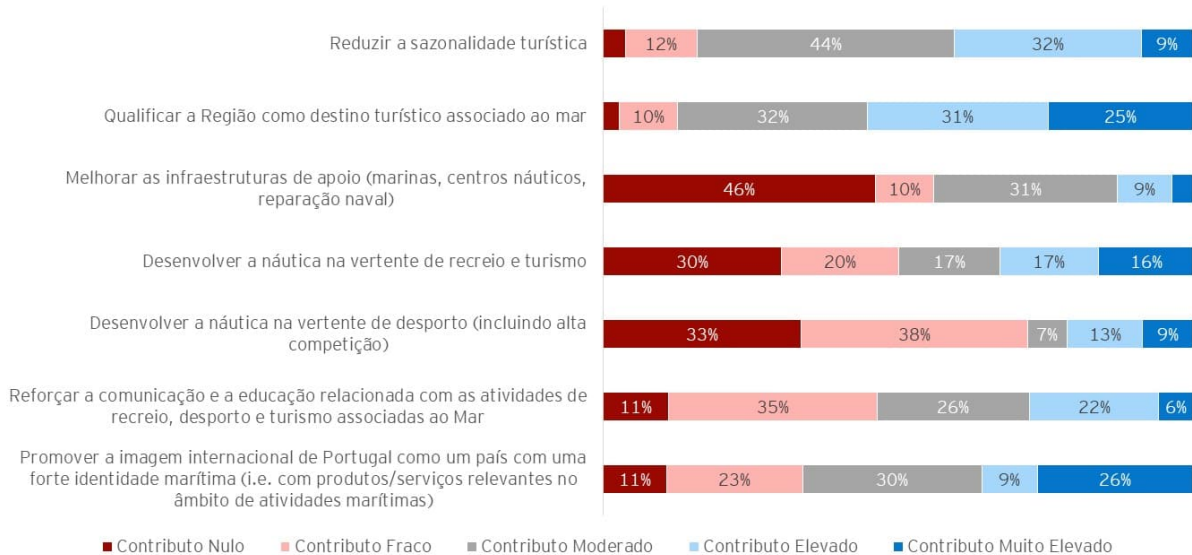


Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a beneficiários empresariais (n=101)

A maioria dos projetos executados (52%) não se encontra relacionado com atividades de recreio, desporto e turismo. Porém, a maioria do investimento elegível aprovado (59%) encontra-se associado a esta dimensão.

Figura A47. Contribuição dos projetos para as entidades – reforço da identidade marítima e a necessidade de diversificar as atividades de recreio, desporto e turismo associadas ao Mar

Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por investimento elegível



Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a beneficiários empresariais (n=48)

Quadro A73. Contribuição para a evolução das variáveis da empresa entre os anos pré-projeto e pós-projeto – Sistema de Incentivos

| | Ano cruzeiro | | 3º ano após projeto |
|-------------------------|-------------------|-----------------------------------|--|
| | Crescimento médio | Peso do contributo no crescimento | Crescimento médio (3º ano vs antes da implementação) |
| Volume de Negócios (VN) | 30% | 28% | -8% |
| VN Internacional | 51% | 80% | 54% |
| VAB | -7% | -204% | -3% |
| Despesas em I&D | 118% | 15% | 96% |

Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a beneficiários empresariais (n=80)

Quadro A74. Contribuição para a criação de postos de trabalho – Sistema de Incentivos

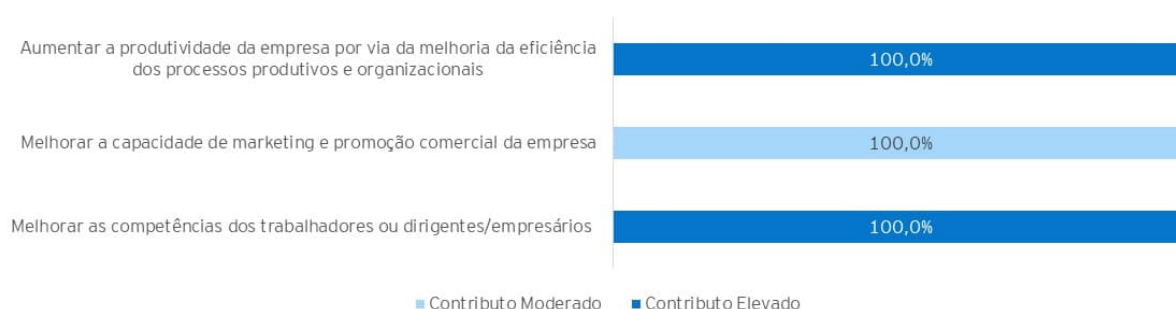
| | Não | | Sim | |
|--------|-------------|------------|-------------|------------|
| | Nº Projetos | % projetos | Nº Projetos | % projetos |
| PI 1.2 | 11 | 48% | 12 | 52% |
| PI 3.1 | 8 | 44% | 10 | 56% |
| PI 3.2 | 4 | 31% | 9 | 69% |
| PI 3.3 | 8 | 32% | 17 | 68% |
| PI 3.4 | 7 | 33% | 14 | 67% |
| PI 8.5 | 0 | 0% | 1 | 100% |
| Total | 38 | 38% | 62 | 62% |

Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a beneficiários empresariais (n=101)

Empreendedorismo

Figura A48. Contribuição dos projetos para as entidades – empreendedorismo

Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por investimento elegível



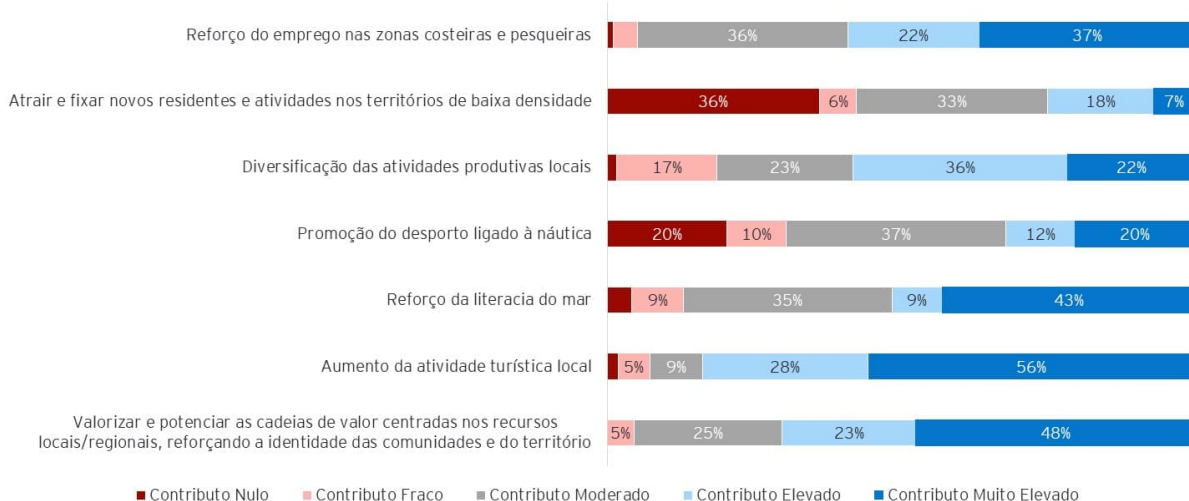
Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a beneficiários empresariais (n=1)

A conjuntura económica inerente à COVID-19 assumiu-se como o único condicionante (entre as dimensões de análise) aos resultados do projeto. Contudo, considerando a importância que os prazos de análise assumem nos resultados do projeto, o promotor sugere a melhoria da celeridade do processo. Adicionalmente, o projeto executado criou 5 postos de trabalho, todos estes em ETI.

Desenvolvimento socioeconómico de base local e DLBC

Figura A49. Contribuição dos projetos para as entidades – Desenvolvimento socioeconómico de base local e DLBC

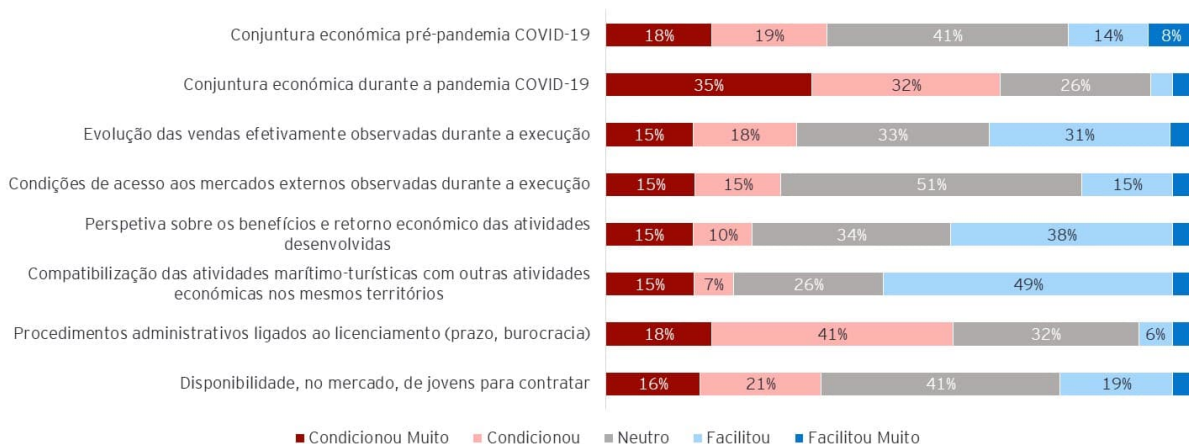
Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por investimento elegível



Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a beneficiários empresariais (n=30)

Figura A50. Fatores críticos condicionantes ou facilitadores dos resultados do projeto – Desenvolvimento socioeconómico de base local e DLBC

Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por investimento elegível



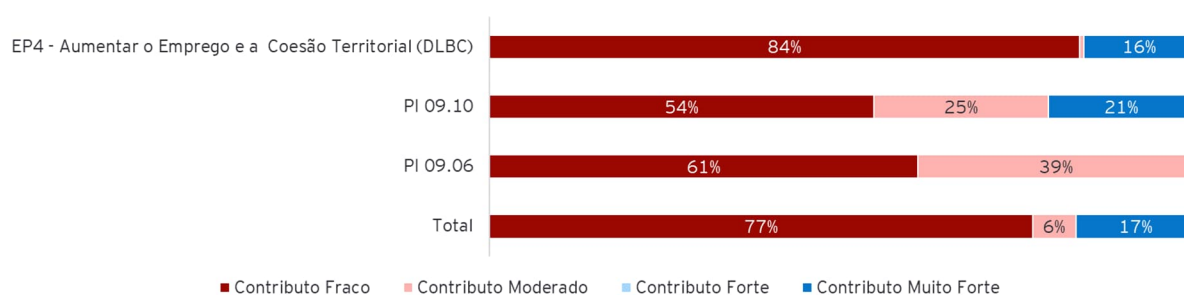
Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a beneficiários empresariais (n=30)

Quadro A75. Volume de Negócios no último ano antes da implementação do projeto previsão após a conclusão do projeto - Desenvolvimento socioeconómico de base local e DLBC

| | Valor observado no último ano anterior à implementação | Valor previsível/verificado no 1.º ano completo após conclusão do projeto | Taxa média de crescimento |
|--|--|---|---------------------------|
| | Valor médio (€) | | |
| Total | 819 196 | 769 973 | -6% |
| EP4 - Aumentar o Emprego e a Coesão Territorial (DLBC) | 969 717 | 1 031 890 | 6% |
| PI 09.06 | 2 459 827 | 1 528 908 | -38% |
| PI 09.10 | 280 340 | 251 501 | -10% |

Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a beneficiários empresariais (n=30)

Figura A51. Contribuição para a evolução das variáveis da empresa entre os anos pré-projeto e pós-projeto - Desenvolvimento socioeconómico de base local e DLBC



Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a beneficiários empresariais (n=30)

Quadro A76. Contribuição para a criação de postos de trabalho - desenvolvimento socioeconómico de base local e DLBC

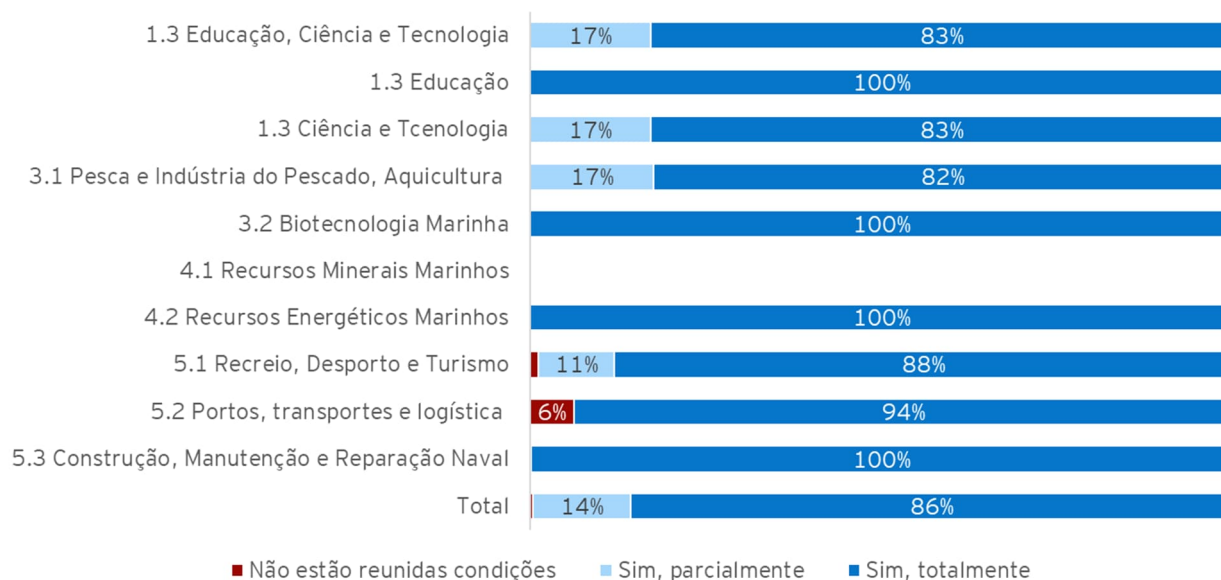
| | Não | | Sim | |
|--|-------------|------------|-------------|------------|
| | Nº Projetos | % projetos | Nº Projetos | % projetos |
| EP4 - Aumentar o Emprego e a Coesão Territorial (DLBC) | 4 | 22% | 13 | 72% |
| PI 09.06 | 0 | 0% | 2 | 100% |
| PI 09.10 | 0 | 0% | 10 | 100% |

Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a beneficiários empresariais (n=30)

Bloco G – Sustentabilidade

Figura A52. Sustentabilidade financeira de atividades-chave do projeto após o fim do apoio

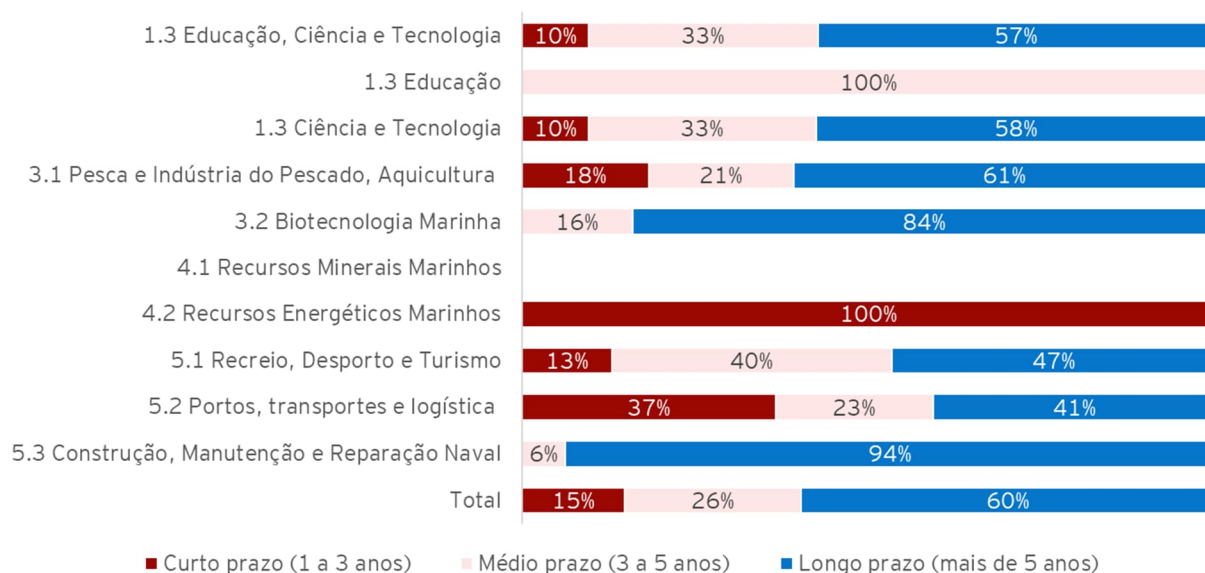
Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por investimento elegível



Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a beneficiários empresariais (n=217)

Figura A53. Persistência temporal dos efeitos na evolução da empresa

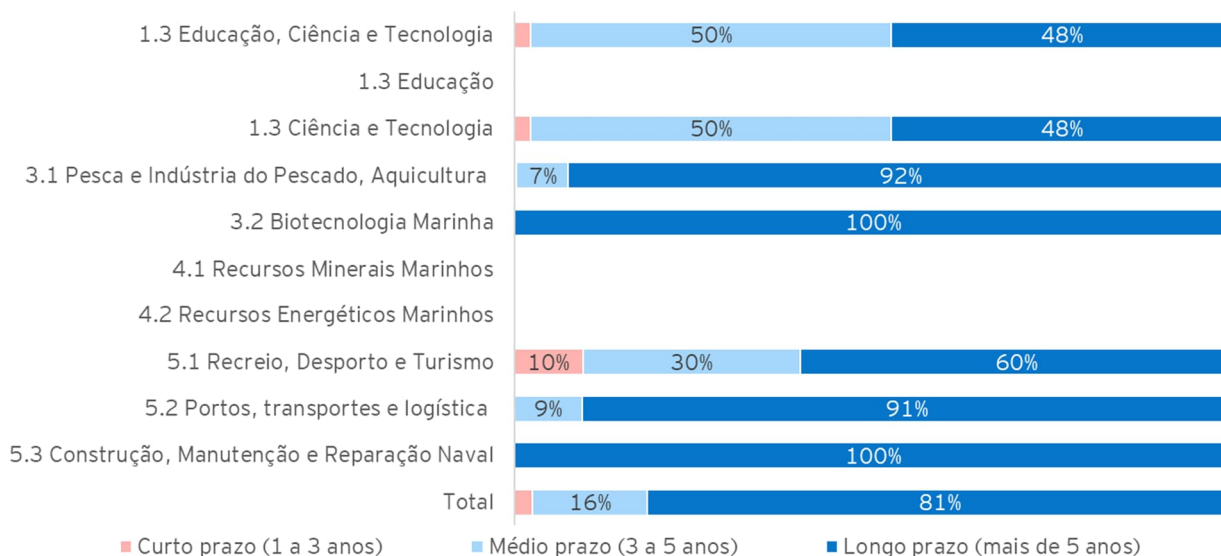
Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por investimento elegível



Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a beneficiários empresariais (n=217)

Figura A54. Manutenção dos postos de trabalho criado, após conclusão do projeto

Unidade de Medida: % dos promotores cujo projeto deu origem à criação de postos de trabalho, ponderado por investimento elegível



Fonte: EY-Parthenon, baseado nos dados do inquérito a beneficiários empresariais (n=217)

Anexo 6. Auscultação de stakeholders – Entrevistas e Focus Group

Quadro A77. Stakeholders entrevistados I 08/11/2022

| Entidades | Entrevistados | Data |
|-------------------------------|---|------------|
| DGPM | Conceição Santos e Vanda Soares | 14/10/2022 |
| AG Mar 2020 | Rita Pamplona e Maria João Rodrigues | 20/10/2022 |
| AG PO SEUR | Pedro Cardoso | 21/10/2022 |
| AG PO CH | Miguel Feio e Marta Cerqueira | 17/10/2022 |
| AG PO Norte | Eunice Silva | 25/12/2022 |
| AG PO Centro 2020 | Jorge Brandão, Joaquim Felício e Carla Coimbra | 14/10/2022 |
| AG PO Lisboa 2020 | Fernando Nogueira | 29/09/2022 |
| AG PO Algarve | Ana Luisa Silva, Aquiles Marreiro e Isabel Beja | 3/10/2022 |
| AG PO Madeira | Mafalda Freitas | 24/11/2022 |
| AG PC Espaço Atlântico | Sandra Silva | 23/11/2022 |
| AG PC Madeira-Açores-Canárias | Mafalda Freitas | 24/11/2022 |
| AD Barlavento | José Moura Bastos | 26/09/2022 |
| FCT | Sofia Cordeiro | 22/09/2022 |
| IFAP | Maria José Carrajola | 13/09/2022 |
| For-Mar | Pedro Nogueira | 14/09/2022 |

512. No decorrer do presente estudo realizaram-se oito Focus Group, sete dos quais centrados na apresentação dos principais resultados da avaliação plasmados no Relatório Inicial. Adicionalmente, realizou-se também um workshop para apresentação e discussão dos resultados da avaliação desenvolvidos em fase posterior à realização destes FG, tendo em conta as considerações relevantes feitas pelas entidades que neles participaram.

513. Para essas sessões foram convidadas diversas entidades com uma ligação direta ao objeto do estudo, nomeadamente a DGPM, autoridades de gestão, OI, entidades públicas/Agências com responsabilidade na conceção e acompanhamento de políticas enquadradoras do objeto de avaliação, promotores de projetos apoiados e grupos de ação local. O identifica as entidades auscultadas em sede de Focus Group.

Quadro A78. Entidades auscultadas nos Focus Group

| Focus Group | Entidades | Data |
|--|---|------------|
| FG1 - TdM | AD&C, AG PC Espaço Atlântico, AG PO Alentejo, AG PO Algarve, AG PO Centro, AG PO CH, AG PO CI, AG PO Lisboa, AG PO Norte, AG PO SEUR, APA, DGPM, FCT, FOR-MAR, IDR Madeira, IMT, PO Mar | |
| FG2 - Competitividade da fileira da pesca | AG PO Mar, Artesanalpesca, ANICP, DGPM, DGRM | 05/12/2022 |
| FG3 - Desenvolvimento científico/tecnológico, inovação e transferência de conhecimento | MARE, CIIMAR, DGPM, Observatório Madeira (I&D), AG Mar 2020 | 12/12/2022 |
| FG4 - Promoção do capital humano em áreas especificamente ligadas à Economia do Mar e às ciências do mar | AG POCH, AG PO ISE, DGES, DGPM, FOR-MAR, IEFP | 30/11/2022 |
| FG5 - Sustentabilidade dos recursos - preservação do meio ambiente, alterações climáticas, prevenção de riscos | DGPM, PO Norte, ICNF | 19/12/2022 |
| FG6 - Infraestruturas, Usos e Atividades - Portos, Transportes e Logística | AG PO Açores, APDL, AP Sines e Algarve, DGPM, IMT, Porto dos Açores, Porto de Lisboa, Porto de Setúbal | 06/12/2022 |

| | | |
|---|--|------------|
| FG7 - Governação (modelo e mecanismos de gestão do ITI Mar) | DGPM, AG PO Mar, AG PO ISE, AG PO Norte, AG PO Centro, AG PO Lisboa, AG PO Alentejo, AG PO Algarve, IDR Madeira, | 12/12/2022 |
| FG8 - Comunidades piscatórias e desenvolvimento local | AG Mar 2020, A2S, GAL Pesca Sotavento, AgroPesca, ADAE MAR2020, DGPM, GAL Mar Açores Oriental | 13/12/2022 |
| WS - Apresentação e discussão dos resultados da avaliação | AG do PO Açores, AG do PO Alentejo, AG do PO Algarve, AG do PO Centro, AG do PO CH, AG do PO CI, AG do PO Lisboa, AG do PO Mar, AG do PO Norte, AG do PO SEUR, DGPM, FCT, IDR Madeira, IEPF, PC EA, DGPM, DGRM | 16/03/2023 |

6.1. Sinopse das entrevistas

Quadro A79. Sinopse das entrevistas aos *stakeholders* | 08/11/2022

| Questões de avaliação / Sub-questões para entrevistas |
|---|
| <p>QA1. Em que medida os resultados das intervenções do FEEI na área do Mar (ITI Mar) estão a contribuir para os objetivos definidos na ENM 2013-2020?</p> |
| <p>Eficácia Contributo dos PO para o cumprimento dos objetivos específicos e fatores que explicam o maior ou menor sucesso dos PO no cumprimento desses objetivos</p> |
| <p>- Avisos: O desenho dos avisos não teve intervenção direta do ITI Mar. Contudo foi tida em consideração a RIS3, nas quais a Economia do Mar poderá ter tido uma atenção específica, uma vez que, sendo o mar um recurso tão importante em termos económico, este é incluído nos domínios prioritários.</p> <p>- Divulgação: Salvo alguns casos especiais (na Ciência e Tecnologia), a divulgação foi feita de forma genérica para os potenciais públicos-alvo, como um todo. Os apoios foram divulgados por diversos meios, entre os quais se incluem comunicação via GAL, CCDD e sessões de esclarecimentos nos municípios e comunidades piscatórias que, durante a pandemia, foram feitas no formato virtual.</p> <p>- Procura: A procura tende a ser qualificada em todas as AP, mas em especial naquela ligada ao SCTN, sendo que a sinergia entre promotores poderia contribuir para melhorar a sua qualidade e diversidade. Ainda que na generalidade dos casos a dotação dos avisos se tenha revelado suficiente para dar resposta à procura, sendo que se verificou a realocação de dotação entre prioridades de investimento (via reprogramações) por forma a adaptar a oferta às necessidades da procura, existem áreas com um desalinhamento entre as necessidades de financiamento e as despesas elegíveis, sendo que algumas medidas não tiveram a adesão adequada, por via da baixa atratividade dos montantes e formas de apoio. Assumem-se como exemplo de áreas com subfinanciamento a Oceanografia; as zonas de testes com elevada prontidão tecnológica; a reabilitação de infraestruturas de formação, entre outras.</p> <p>- Indicadores: nem sempre os indicadores de resultado são os mais adequados à Economia do Mar, dificultando a sua recolha e condicionando a análise de eficácia das medidas.</p> |
| <p>Eficácia Alcance das realizações e resultados contratualizados/esperados</p> |
| <p>- Resultados alcançados: A perspetiva de alcance dos resultados tende a ser global, não sendo possível apenas analisar as operações Mar (exceto aquelas que se enquadram no PO Mar). Existe a perceção de que realizações e resultados irão ser alcançados apesar de algumas PI/EP ficarem aquém do programado (e.g. EP6, EP2, iniciativas de coprodução de conhecimento). Ao nível da/do:</p> <ul style="list-style-type: none"> • articulação entre o tecido empresarial e o SCTN: As redes estabelecidas para o desenvolvimento de projetos de I&D em colaboração funcionam bem, mas a criação de novas redes revela-se difícil devido a barreiras ao comunicacionais. Os esforços da DGPM na criação do SEAMIND são relevantes neste sentido. • transferência de conhecimento entre o tecido empresarial e o SCTN: Seria benéfica a sistematização de dados que permitam perceber qual foi o impacto dos apoios no tecido empresarial, nomeadamente que ferramentas foram criadas e com que utilidade para as empresas, para evitar a duplicação de financiamentos e promover a transferência de tecnologia e conhecimento para as empresas. • equilíbrio entre o SCTN e o SCTR: Na generalidade, os sistemas regionais de inovação são diversificados e as unidades que existem de I&D na área do mar estão bem distribuídas por Portugal. No entanto, é importante promover as sinergias entre as regiões e os sistemas nacionais. • cluster do Mar: O reforço da representação da comunidade científica no Cluster do Mar poderia contribuir para potenciar o grande potencial de rede que existe neste domínio em Portugal. |

Questões de avaliação / Sub-questões para entrevistas

- educação: A reduzida adesão aos centros qualifica com enquadramento na área do mar é potenciada pela forte regulamentação das profissões torna os centros qualifica nesta área pouco atrativos pela impossibilidade de capitalizar a formação via certificação RVCC, como poderia acontecer noutras áreas.

- Constrangimentos: entre os constrangimentos identificados está a necessidade de coordenação entre os OI e diferentes entidades regionais que potencia atrasos no pagamento aos beneficiários.

Impacto e Sustentabilidade | De que forma os PO estão a contribuir para os objetivos da ENM?

- Impactos globais: Na generalidade, os impactos pretendidos estão a ser gerados, ao nível das diferentes AP, seja pelo aumento dos stocks de biomassa e um maior foco na eficiência energética, melhor conhecimento para a adaptação às alterações climáticas, diminuição da linha de costa em erosão ou o aparecimento de novas aplicações ao nível da biotecnologia marinha.

- Estrutura económica: Os setores apoiados na área da Economia do Mar têm sido os mesmos, não se verificando uma mudança significativa do perfil de especialização. Contudo tem-se observado uma progressiva mudança na alteração dos agentes, com a emergência de players de qualidade reforçada, mas não em quantidade suficiente para que exista uma alteração de contexto. Atualmente o empreendedorismo assume um peso pouco expressivo na Economia do Mar. Contudo, a alteração da estrutura da Economia do Mar demora tempo face a um único período de programação.

- GAL: resultados produzidos pelos GAL costeiros ficaram aquém do esperado, apesar de positivos. Há uma diferenciação de impacto entre os diferentes GAL (mesmo a nível intrarregional). Resultados dos GAL tendem a ser mais positivos consoante a maior proximidade dos territórios onde se inserem. A aproximação dos impactos que se pretendia gerar impactos não resultou exclusivamente dos apoios atribuídos, reconhecendo-se também uma organização das comunidades-alvo no sentido de adaptarem a sua atividade económica para fazer face às suas necessidades, tirando partido dos fatores externos que o potenciaram. Por exemplo, no caso das comunidades piscatórias, assistiu-se à diversificação da sua atividade económica em resposta à diminuição da atratividade do setor (ex: pescadores que acabam a trabalhar em embarcações de recreio, positivamente influenciados pelo boom do turismo e pela redução da sazonalidade das atividades de recreio marítimo).

- Cluster do mar: o cluster do Mar teve intervenção no desenho/revisão das RIS3 e tem participado/estado envolvido em diferentes plataformas de inovação.

- ENEI/RIS3: Os setores apoiados na área da Economia do Mar têm sido os mesmos, não se verificando uma mudança significativa do perfil de especialização.

QA2. Qual o valor acrescentado da intervenção dos fundos europeus para a concretização dos objetivos da ENM?

- Adicionalidade: Na generalidade, a dependência dos FEEI é elevada nas operações Mar, manifestando-se de forma mais pronunciada:

- nos EP1, EP2 e EP5 do PO Mar;
- nos apoios às energias renováveis marítimas;
- nas operações ligadas à educação e formação;
- no domínio da Ciência e Tecnologia, com enquadramento nas PI 1.1 e 1.2;
- nas intervenções relacionadas com a administração pública (incluindo iniciativas de monitorização do estado do oceano, obras marítimas e intervenções para proteção em caso de catástrofe, etc);
- nas empresas de menor dimensão/ com menor maturidade e que apresentam maior dificuldade em obter financiamento através de outras fontes.

A importância dos apoios aumentou durante a pandemia, em especial nos setores tradicionais da Economia do Mar. O efeito de adicionalidade é transversal a todos os territórios e ilustrado pelas elevadas taxas de comparticipação dos projetos.

- Monitorização: O facto dos PO poderem acompanhar no terreno as operações contribui para o sucesso das operações.

- Operacionalização: Este tipo de apoios está associado a um elevado peso burocrático e a procedimentos pouco ágeis, tornando-se pouco atrativos para empresas que estejam numa fase inicial da sua operação. Por norma, as empresas de maior dimensão e com mais experiência na obtenção deste tipo de financiamento estão melhor preparadas para lidar com estes constrangimentos.

- Boas práticas: O contributo ao nível do sistema de governação, com especial enfoque nas regras de gestão/atribuição de apoios, é reduzido, considerando que, na ausência de imposições comunitárias, regras semelhantes seriam definidas a nível nacional.

Questões de avaliação / Sub-questões para entrevistas

QA3. Em que medida o modelo e os mecanismos de gestão do ITI Mar facilitam o cumprimento dos objetivos para que foi incluído no Acordo de Parceria entre Portugal e a Comissão Europeia?

- Operacionalização da ITI: mais numa fase pós candidatura, a intervenção do ITI ficou muito focada numa questão de monitorização do que foi aprovado e se verificou o devido acompanhamento que o ITI deveria ter feito. No futuro, deveria haver uma melhor perceção do que é feito pelo ITI Mar por parte das AG dos PO, bem como dos resultados do trabalho da ITI.

Não houve contributos ao nível da orientação para apoios relevantes na área do Mar, sendo que nos poucos casos em que existiu uma intervenção neste âmbito foi por via da DGPM.

Ainda assim, o ITI Mar contribuiu para dar destaque à Economia do Mar

- Integração entre as entidades: Devia haver uma maior proximidade entre o ITI Mar e as AG e em particular haver uma representação mais efetiva do ITI Mar (por via da DGPM) nos fóruns regionais (Comissão de Acompanhamento do PO, por exemplo). Contudo, a falta de recursos financeiros e/ou humanos apresenta-se como uma condicionante a estas ações. Atualmente são as entidades regionais que participam nas iniciativas de âmbito nacional junto da DGPM. O ITI Mar não tem funcionado no apoio a esta articulação.

- Assistência aos promotores: Teve um contributo aquém do esperado no arranque, para o qual concorreu tanto a falta de financiamento próprio, como a ausência de recursos humanos. Existiu inicialmente um "balcão" destinado a este fim, mas seria mais efetivo se tivesse sido a DGPM ou até mesmo os organismos regionais/locais (como as CCDR) a assumir esta função. A solução poderá passar por uma equipa dedicada e com pontos de contacto no terreno. Ao estar diluído entre outras tarefas da DGPM, acaba por perder importância e foco. Persiste a perceção entre o público-alvo de que o financiamento de operações Mar acontece (quase exclusivamente) por via do PO Mar.

- Monitorização: Os contributos a que o ITI Mar se propunha ao nível da monitorização foram alcançados. Contudo a monitorização dos projetos deve ser repensada com vista a um processo mais eficiente de classificação das operações Mar, de forma direta no SI FEEL, reconhecendo-se que quanto mais geral forem os AAC, à partida, mais difícil será a classificação.

- Novas competências: Uma visão mais de plurifundos poderia ter importância para os beneficiários, mais do que do ponto de vista do PO (encaminhamento para um ou outro instrumento dos vários fundos). Poderia ser também fomentar a procura do PO.

- Sobreposição de instrumentos: existem zonas onde os instrumentos do PO Mar se podem sobrepor aos dos restantes PO. Não se observaram sobreposições entre os FEEL e outros instrumentos de financiamento. O reforço da comunicação entre os diferentes intervenientes na criação de instrumentos/atribuição de financiamento na área do mar deverá potenciar não só a redução do risco de duplo financiamento, como também a coberturas de necessidades de financiamento para as quais atualmente se afigura insuficiente.

Os programas interreg apresentam um foco diferente dos programas financiadores do PT2020 porque endereçam desafios transnacionais. Nestes casos é existirá uma maior complementaridade entre instrumentos financiadores e é pouco provável que exista uma duplicação de financiamento.

Uma maior articulação entre instrumentos poderia passar pela verificação de que os apoios concedidos no âmbito dos PT2020 para reforço da participação das entidades do SCTN são depois materializados em projetos do Horizonte Europa, Espaço Atlântico, Interreg ou outros programas mais alargados fora dos FEEL.

6.2. Sinopse dos Focus Group temáticos

Focus Group

FG2 – Competitividade da fileira da pesca

- Observou-se uma baixa adesão de jovens pescadores aos apoios, em virtude da reduzida atratividade do setor e das taxas de cofinanciamento pouco atrativas, sugerindo a necessidade de recorrer a mão de obra estrangeira para garantir a renovação dos quadros do setor. Para a mitigação desta necessidade concorre a tendência para uma crescente necessidade de RH mais qualificados.
- As preocupações com a habitabilidade e segurança a bordo continuam a assumir-se como fatores que reduzem a atratividade do setor.
- Tem-se vindo a assistir a uma alteração do perfil dos agentes a operar no setor, passando as Não PME a assumir uma relevância crescente. Adicionalmente, proposta de valor dos agentes tem também vindo a reorientar-se para criar produtos com maior valor acrescentado. O fator energético e a necessidade de certificação da matéria-prima (em particular para entrar no mercado internacional) representam riscos à competitividade do setor.
- As compensações para a cessação de atividade, conjuntamente com a prática de capturas mais seletivas, têm contribuído para a recuperação de stocks e proteção da biodiversidade marinha.
- Os apoios à internacionalização do setor e à renovação da frota encontram-se condicionados pela PCP.

FG3 - Desenvolvimento científico/ tecnológico, inovação e transferência de conhecimento

- Existe dificuldade de enquadramento de alguns projetos no domínio temático Mar, podendo desvirtuar os apuramentos.
- Existe maior facilidade em executar projetos em copromoção europeus/internacionais, dado que a colaboração com empresas a nível nacional e regional apresenta dificuldades em termos de investimento (as empresas nacionais são muito dependentes do pré-financiamento e no caso português este é reduzido).
- Projetos financiados pelo Horizonte Europa estão mais focados na componente científica e técnica enquanto que os financiados pelos fundos estruturais nacionais têm uma componente administrativa mais pesada: há mais burocracia e são menos flexíveis para ajustes aos projetos.
- A falta de sensibilidade dos empresários ao nível dos benefícios do investimento em I&D (na Economia do Mar) evidencia a necessidade de alavancar as plataformas de interface que são fundamentais para estimular a relação Empresas-Academia.
- Os projetos de investimento de exploração do Mar profundo requerem investimentos avultados que não são suficientemente suportados pelos fundos MAC ou nacionais. A crescer, existem custos de acesso ao Mar não considerados elegíveis, dificultando o trabalho dos investigadores.
- É necessário garantir a monitorização/inventariação dos recursos nacionais Mar disponíveis.
- A continuidade dos apoios às infraestruturas de investigação científica e tecnológica ligadas à temática do Mar é fundamental para suportar o esforço de I&D e o desenvolvimento do conhecimento nas temáticas do Mar a nível nacional.

FG4 - Promoção do capital humano em áreas especificamente ligadas à Economia do Mar e às ciências do mar

- Os mecanismos de monitorização do domínio do capital humano na Economia do Mar carecem de aperfeiçoamento, uma vez que atualmente a classificação dos cursos mar é realizada através do nome dos cursos (nível infra-operação), podendo em alguns casos levar à sobrestimação de cursos e seu contributo para o Capital Humano no âmbito da Economia do Mar e noutros a uma subestimação.
- O facto de apenas poderem ser financiadas formações não superiores constantes no CNQ (com requisitos ao nível de duração e número de alunos que não se coadunam com as necessidades do setor) concorre para a baixa relevância da formação no total de operações mar.
- Não obstante a relevância de financiar cursos não incluídos no CNQ, é também relevante reorganizar a classificação dos cursos mar no CNQ (excetuando a aquicultura, a maioria encontra-se classificada no âmbito dos transportes).
- A falta de um reconhecimento harmonizado das formações na área do mar assume-se também como um fator desincentivador à frequência destas ações e ao desenvolvimento do Capital Humano na área.

FG5 - Sustentabilidade dos recursos - preservação do meio ambiente, alterações climáticas, prevenção de riscos

- Na PI 6.4, existiram constrangimentos importantes, nomeadamente: dificuldade de execução, associada aos problemas de contratação pública/litigância; dificuldades específicas do setor, nomeadamente envolvimento dos parceiros/reduzida capacidade de gestão e lacunas de conhecimento/informação condiciona a capacidade de intervenção; quer a administração, quer as universidades têm dificuldade em mobilizar fundos, com escala.
- PT2020 (PI 6.4) teve algum sucesso nos indicadores de resultado, associados ao conhecimento, e menor na evolução do estado de conservação (com escala). Lacunas de conhecimento (tanto dos habitats como das espécies) - muito baixo atualmente. A supressão dessas lacunas é fundamental - necessidade de assegurar financiamentos à escala adequada (disponibilização de navios, instrumentos).
- Necessidade de tornar mais simples, reduzir/simplificar a carga burocrática.
- Importância de ter uma maior capacidade institucional científica instalada. Importância de o IPMA ter um papel e abrangência maior.

Focus Group

- As lacunas de informação não devem impedir a atuação.
- Não há mercado para dar resposta às necessidades (universidades, empresas). A capacidade é muito reduzida, mesmo quando querem externalizar.
- Não se consegue financeiramente assegurar a monitorização, mas a Diretiva Quadro da Estratégia Marinha permite que se apliquem derrogações de prazos para avaliar o bom estado ambiental.

FG6 - Infraestruturas, Usos e Atividades - Portos, Transportes e Logística

- O facto de as intervenções em infraestruturas portuárias a financiar se encontrarem pré-definidas (Aviso Convite), bem como o limite de uma candidatura por porto, condiciona a flexibilidade para alterar o âmbito de intervenção (em resposta à alteração de prioridades) e os prazos de execução.
- A existência de um convite prévio para a apresentação de candidaturas para apoio a intervenções em infraestruturas portuárias contribui para que sejam selecionados os melhores projetos/ mais relevantes.
- No próximo quadro de programação, revela-se relevante definir melhores fronteiras entre o que deverá receber financiamento através do CEF e do PT 2030.
- As disrupções nas cadeias de valor (em grande parte potenciadas pela pandemia Covid-19) criaram constrangimentos ao nível do fornecimento dos materiais necessários para executar os projetos.

FG7 - Governação (modelo e mecanismos de gestão do ITI Mar)

- O desconhecimento do ITI Mar e da ENM dificulta a operacionalização do instrumento e intensifica a tendência para reduzir as operações mar às atividades tradicionais no setor do mar (tendencialmente as financiadas pelo PO Mar), reforçando a importância de melhorar a comunicação e divulgação referente à Economia do mar e aos apoios que nesta se enquadram, bem como de uma operacionalização mais efetiva da ENM. Especificamente em matéria de resultados, revela-se relevante investir no reforço da comunicação dos resultados físicos, paralelamente à comunicação já efetuada ao nível dos resultados financeiros.
- O Quadro de Referência do ITI Mar permite assegurar a coerência no reporte, mas implica um trabalho moroso, com particular impacto nas regiões onde o mar é um recurso com menor relevância relativa. Nesta ótica, a classificação das operações no momento de candidatura e de forma automatizada poderá facilitar a monitorização das operações mar.
- A definição de metas para a componente mar dos PO Regionais afigura-se difícil.
- É relevante continuar a empreender esforços para harmonizar a informação comunicada (nomeadamente por via da harmonização das metodologias) pelas diferentes regiões, sendo o SEAMIND uma ferramenta também importante no complemento destes esforços, pela sua função agregadora de informação.
- Existe a necessidade de reforçar a comunicação com as CCDR e entidades externas, uma vez que há setores que teriam benefícios em conhecer melhor o ITI Mar e a ENM.
- Existe a expectativa de que se possam vir a definir AAC específicos para o mar.
- Acompanhamento das reuniões é dificultado pela rotatividade dos representantes dos parceiros, não estando claro quem é o ponto focal em cada caso.
- A ENM não se operacionaliza somente com recurso aos FEEI, sendo necessário garantir os devidos mecanismos para assegurar a complementaridade e a minimização das áreas de indefinição, bem como alargar a monitorização a outros instrumentos de financiamento.

FG8 - Comunidades piscatórias e desenvolvimento local

- O processo dos GAL foi simples, despoletado pelos municípios e articulado com pequenos atores relacionados com o turismo, o património, desporto, surf, atividades náuticas turísticas.
- Na estratégia inicialmente definida os apoios estavam mais direcionados às atividades piscatórias, tendo-se observado uma procura distinta, mais ligada às atividades náuticas, o que implicou a redefinição da estratégia. A AG forneceu flexibilidade para uma melhor adequação dos avisos à procura de forma a não comprometer as verbas.
- A abordagem multifundos é essencial à dinâmica dos GAL.
- As tipologias dos projetos deviam ser adaptáveis aos territórios em função dos interesses e autoridades locais (lógica *bottom-up*) e não no âmbito *top-down*.
- Os apoios que decorrem do DLBC não apresentam escala para desencadear alterações de contexto no imediato, mas são alavancas para alcançar resultados significativos no longo prazo, em particular devido à sua relação de proximidade ao território.
- Saliaram-se alguns constrangimentos à execução dos projetos como i) a burocracia que afeta o desenvolvimento dos projetos, sobretudo no caso de projetos de menor investimento; ii) a dificuldade em conseguir envolver as comunidades piscatórias devido à reduzida literacia dos recursos; iii) o contexto pandémico.
- De forma geral, os GAL tentam salvaguardar a sustentabilidade dos projetos que financiam através da sua proximidade com os beneficiários, do conhecimento que têm do território e da capacidade de ação e adaptação aos territórios.

Anexo 7. Estudos de Caso

EC1 - EEC - Cluster do Mar Português

| ENQUADRAMENTO | | |
|---|--|--|
| Beneficiário | Fórum Oceano – Associação da Economia do Mar ⁸⁴ | |
| Operações | POCI-01-0248-FEDER-027547 | AniMare - Animação do Cluster do Mar Português |
| | POCI-02-0752-FEDER-046014 | IREN - Internacionalização da Rede de Estações Náuticas de Portugal |
| | NORTE-02-0752-FEDER-000025 | North Ocean |
| | EAPA_196/2016 | Smart Atlantic Seafood Clusters |
| | EAPA_358/2016 | European Internationalisation Maritime Consortia |
| | EAPA_383/2016 | Adaptation of Industry 4.0 model to the naval sector |
| | EAPA_501/2016 | European Marine Biological Resource Centre Biobank |
| | EAPA_595/2016 | Transfer of Key Enabling Technologies (KETs) to the Maritime Industries |
| Enquadramento Temático | Programa | Mar2020 |
| | Prioridade de Investimento | PI 01.02 - Reforço das redes e outras formas de parceria e cooperação no âmbito das estratégias de eficiência coletiva (EEC), com enfoque na inovação e transferência de tecnologia, digitalização, identificação e capacitação de fornecedores, reforço da ligação entre <i>startups</i> e empresas industriais, internacionalização, economia circular e eficiência energética |
| | | PI 03.02 - reforço da capacitação empresarial de PME para a internacionalização, com vista a promover o aumento das exportações e da visibilidade internacional de Portugal |
| | | PI 06.04 - A proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes |
| | | PI 06.07 - A concessão de apoio à transição industrial para uma economia eficiente em termos de recursos, promovendo o crescimento ecológico, a ecoinovação e a gestão dos indicadores de desempenho ambiental nos setores público e privado |
| | Tipologia de Operação | SIAC - Redes e outras formas de parceria e cooperação |
| | | SIAC - Internacionalização |
| | | EAPA - Partilhar conhecimentos entre instituições de ensino superior, empresas e centros de investigação |
| | | EAPA - Promover um melhor conhecimento dos desafios sociais na Região Atlântica |
| | | EAPA - Explorar e proteger as águas marinhas e as zonas costeiras |
| EAPA - Reforço da partilha de resultados de inovação que facilitem o surgimento de novos produtos, serviços e processos | | |
| Área programática ENM | AP 1.3 – componente Ciência e Tecnologia AP 5.1 – Recreio, Desporto e Turismo | |

Dados Financeiros agregados⁸⁵

| | |
|------------------------------------|----------------------------|
| Custo Total Aprovado Elegível (€) | 1 633 053 |
| Custo Total Executado Elegível (€) | 1 222 110 |
| Apoio Aprovado (€) | 1 190 305 |
| Apoio Executado (€) | 868 046 |
| Forma de apoio | Subvenção não reembolsável |

APRESENTAÇÃO SÍNTESE

O “Cluster do Mar Português”, dinamizado pelo Fórum Oceano – Associação da Economia do Mar e seus associados, pretende reforçar dinâmicas de cooperação estratégica entre atores (empresas, centros de IDT, organismos da Administração Pública e outras associações) e promover a competitividade das principais cadeias de valor que utilizam o Mar e os recursos marinhos como elementos centrais da sua atividade, de forma a contribuir, de modo sustentável, para o crescimento económico, para a internacionalização, para o emprego, e para aumentar a importância relativa da Economia do Mar na economia nacional.

Os vários projetos implementados no âmbito do PT2020 e do Espaço Atlântico (código EAPA), visam *a priori* contribuir com resultados efetivos para alavancar a Economia do Mar nacional nos cenários português, europeu e até mundial. Em particular, destacam-se aqui os projetos do EAPA que são projetos implementados em cooperação com parceiros internacionais, reforçando ainda mais esta vertente de internacionalização.

No cômputo geral, as várias operações centram-se na promoção da internacionalização; de redes e de outras formas de parceria e de cooperação; na partilha de conhecimento/sinergias entre entidades do SCTN (e.g. instituições de ensino superior, centros de investigação) e o tecido empresarial, que culminem também na partilha de resultados de inovação que facilitem o surgimento de novos produtos, serviços e processos; na promoção de um melhor conhecimento dos desafios sociais na Região Atlântica; e na exploração e proteção das águas marinhas e costeiras.

Conclusões realizadas a partir da entrevista ao promotor

| | |
|--------------------------------|--|
| <p>Racional da candidatura</p> | <ul style="list-style-type: none"> • As iniciativas/projetos promovidos pelo Cluster do Mar Português visam suportar e acelerar o alcance dos objetivos do Cluster, no quadro do Pacto Setorial para a Competitividade e Internacionalização, em termos de promoção da competitividade do setor da Economia do Mar e reforço da sua capacidade de resposta aos desafios atuais. • De forma geral, os vários projetos implementados enquadram-se em 3 instrumentos fundamentais: <ul style="list-style-type: none"> • POR Norte (nível regional) – A RIS3 do Norte apresenta a temática do Mar enquanto um dos domínios de especialização inteligente, tendo sido percecionada como uma oportunidade para o Cluster do Mar que submeteu candidaturas também a este PO, sempre numa lógica de reforço e consolidação da rede e da sua internacionalização, assim como da própria afirmação do Fórum Oceano a nível nacional. • COMPETE (nível nacional) – tendo sido o Cluster do Mar Português reconhecido como polo de competitividade e cluster, isso viabilizou a sua candidatura a avisos lançados pelo COMPETE direcionados especificamente para os Clusters. De salientar que foram lançadas algumas <i>calls</i> na vertente de ações coletivas, o que se liga diretamente ao âmbito e lógica de intervenção do Cluster do Mar (e.g. operação IREN - Internacionalização da Rede de Estações Náuticas de Portugal – candidatura ao SIAC Internacionalização). • INTERREG Atlântico (nível internacional) - projetos da <i>call</i> do Espaço Atlântico visavam consolidar e desenvolver as redes de cooperação do Cluster e de alguns dos seus associados com outras instituições congéneres do Espaço Atlântico. Concretamente, consistiram na consolidação da presença do Fórum Oceano e seus associados nas redes internacionais, sendo assim iniciativas alinhadas com a linha de internacionalização do Cluster. • Por fim, a consecução dos projetos permitirá ao Fórum Oceano obter o suporte indispensável ao exercício da sua missão de animação do Cluster. |
| <p>Resultados e Impactos</p> | <ul style="list-style-type: none"> • No cômputo global, o Cluster do Mar Português tem-se revelado um Estratégia de Eficiência Coletiva de valor para o país. Nomeadamente, teve intervenção no desenho/revisão das RIS3 e tem participado em diferentes plataformas de inovação. Além disso, a sua entidade dinamizadora, o Fórum Oceano (FO), refere que tem vindo a conseguir cumprir com as metas estabelecidas no Pacto Setorial para a Competitividade e Internacionalização, embora tenha registado alguns desvios devido à pandemia COVID-19. Os entrevistados afirmam existir um conjunto de indicadores positivos de consolidação do Cluster e do cumprimento do Pacto (e.g. acréscimo de entidades e empresas que estão envolvidas nos projetos, mesmo que não se traduza na criação de novos associados - em particular nas atividades do turismo náutico; ganhos de redes de capacitação e credibilização de 850 empresas do FO; entre outros). • Os projetos dinamizados foram fundamentais para um conjunto de aspetos, respetivamente: <p>Ao nível do Fórum Oceano (FO):</p> <ul style="list-style-type: none"> • organização e reestruturação do FO e a sua afirmação no contexto nacional, através de novos associados, maior número de redes em que participa, prestação de serviços à comunidade, etc. |

⁸⁴ As operações EAPA_196/2016, EAPA_358/2016, EAPA_501/2016, EAPA_595/2016 foram desenvolvidas em conjunto com outros beneficiários.

⁸⁵ O detalhe de cada operação em termos financeiros e de indicadores encontra-se em anexo (Anexo I e Anexo II).

| | |
|------------------------------|---|
| <p>Resultados e Impactos</p> | <ul style="list-style-type: none"> No cômputo global, o Cluster do Mar Português tem-se revelado um Estratégia de Eficiência Coletiva de valor para o país. Nomeadamente, teve intervenção no desenho/revisão das RIS3 e tem participado em diferentes plataformas de inovação. Além disso, a sua entidade dinamizadora, o Fórum Oceano (FO), refere que tem vindo a conseguir cumprir com as metas estabelecidas no Pacto Setorial para a Competitividade e Internacionalização, embora tenha registado alguns desvios devido à pandemia COVID-19. Os entrevistados afirmam existir um conjunto de indicadores positivos de consolidação do Cluster e do cumprimento do Pacto (e.g. acréscimo de entidades e empresas que estão envolvidas nos projetos, mesmo que não se traduza na criação de novos associados - em particular nas atividades do turismo náutico; ganhos de redes de capacitação e credibilização de 850 empresas do FO; entre outros). Os projetos dinamizados foram fundamentais para um conjunto de aspetos, respetivamente: Ao nível do Fórum Oceano (FO): <ul style="list-style-type: none"> organização e reestruturação do FO e a sua afirmação no contexto nacional, através de novos associados, maior número de redes em que participa, prestação de serviços à comunidade, etc. posicionamento do Cluster nos contextos europeu e mundial (aumento da notoriedade e credibilidade do Cluster), por via do maior envolvimento em redes europeias e mundiais através da participação em projetos europeus; ser a estrutura de acolhimento da sede da rede BTCA - <i>BlueTech Cluster Alliance</i>⁸⁶ - uma rede transatlântica de Clusters Marítimos europeus e norte-americanos; e a participação na rede MSC - Rede Europeia e Marítima Curta. De notar que o envolvimento do Fórum Oceano nestas redes é fundamental para a implementação de novos projetos com os seus associados, para alavancar um reconhecimento internacional e junto da Comissão Europeia que lhe permitirá ser selecionado como ponto focal da rede WestMED⁸⁷. Este reconhecimento a nível internacional coloca a imagem de Portugal ao nível da Economia do Mar de forma competitiva no cenário internacional. reconhecimento do Fórum Oceano enquanto entidade gestora do Cluster do Mar Português pelas entidades nacionais, fruto da sua internacionalização. no domínio da internacionalização e cooperação, é de salientar a elevada proximidade do FO com a AICEP, o que permitiu alcançar com maior eficácia as microempresas (são as principais beneficiárias das atividades dinamizadas pelo Cluster do Mar Português). <p>Ao nível dos parceiros nacionais do Fórum Oceano:</p> <ol style="list-style-type: none"> existem benefícios dos projetos SIAC para as empresas que integram esses projetos em redes que têm dimensão internacional. Os benefícios acabam, muitas vezes, por ser heterogéneos entre empresas e dependem do grau de iniciativa de cada uma. |
| <p>Sustentabilidade</p> | <ul style="list-style-type: none"> O Fórum Oceano tem procurado financiar-se noutros programas de apoio direto comunitário ou de apoio público (e.g. COSME, ERASMUS+, entre outros) e que constituem alternativas de financiamento e formas de garantir a continuidade das atividades e a sua sustentabilidade. |
| <p>Obstáculos e desafios</p> | <ul style="list-style-type: none"> De uma forma geral, os principais obstáculos centraram-se no contexto pandémico e na complexidade da carga burocrática e gestão financeira dos projetos, o que gerou problemas de tesouraria do lado do Fórum Oceano. Sublinha-se, respetivamente, os atrasos nos pagamentos por parte do PT2020, a falta de elegibilidade das despesas de alguns setores que agrava o seu financiamento (e.g. no caso do setor da aquicultura, que se enquadra no âmbito dos apoios do Mar2020, apresenta muitas vezes dificuldades de acesso a financiamento e em necessidades de investimento que nem sempre estão cobertas por este PO e que poderiam ser mais bem articuladas com outros instrumentos de financiamento). Outro desafio relaciona-se com a falta de capacidade financeira das empresas para desenvolver as atividades, dificultando muitas vezes a montante a mobilização das empresas na participação destes projetos de eficiência coletiva. A acrescentar, verifica-se alguma dificuldade em conseguir envolver as empresas na sua participação em ações de internacionalização, sendo necessário reforçar o <i>lobby</i> do Cluster do Mar Português nas redes internacionais. Embora a sustentabilidade dos projetos tenha sido afetada pelos obstáculos enumerados, segundo os entrevistados, as operações não sofreram alterações nas prioridades de investimento. Em termos operacionais, o Fórum Oceano já está numa fase de funcionamento cruzeiro, identificando margens de melhoria, em particular, na capitalização dos resultados de alguns projetos individuais para os restantes associados. Neste sentido, o FO está a equacionar novos desafios no âmbito de novos projetos que se vão iniciar e que exigem uma articulação forte entre várias entidades. |

⁸⁶ Rede transatlântica de Clusters Marítimos europeus e norte-americanos fundada em 2017 e composta por Clusters de sete países - Portugal, Espanha, França, Reino Unido, Irlanda, Canadá e EUA.

⁸⁷ A Iniciativa WestMED foi criada para ajudar instituições públicas, universidades, comunidades locais, pequenas e médias empresas e empresários de ambos os lados do Mediterrâneo Ocidental a desenvolver projetos marítimos locais e regionais juntos. Para mais informações, consultar <https://westmed-initiative.ec.europa.eu/westmed-initiative/>

| | |
|---|---|
| <p>Lições aprendidas/ Recomendações</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Necessária a criação de um sistema de informação agregador e eficaz na divulgação dos apoios específicos para o Mar; • O reforço da representação da comunidade científica no Cluster do Mar Português poderia contribuir para potenciar a rede que existe neste domínio em Portugal; • Seria relevante, sobretudo para o Fórum Oceano, a abertura de <i>calls</i> específicas para a temática do Mar no POR Norte; • Existem entraves de natureza administrativa e ambiental excessivos que condicionam o potencial de afirmação/crescimento de certas áreas (e.g. Aquicultura e Transformação do Pescado) e que, por isso, precisam de ser revistas. |
|---|---|

| Operação | Caraterização | Objetivos |
|--|--|--|
| <p>North Ocean (NORTE-02-0752-FEDER-000025)</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Pretende-se reforçar a competitividade empresarial da região Norte, por via da promoção da internacionalização e consequente aumento das exportações, com foco nas principais entidades da Economia do Mar na região. • Realização de 3 ações distintas, mas interligadas: (1) Estudo de mercados e procura internacional; (2) Exploração de oportunidades de negócio a nível internacional; (3) Capacitação para a internacionalização | <ul style="list-style-type: none"> • Reforçar o potencial de negócio e a capacidade exportadora de empresas ligadas aos diferentes setores que integram a Economia do Mar da região Norte; • Promover o potencial de negócio que as atividades emergentes de base tecnológica apresentam do ponto de vista da exportação de novos produtos, tecnologias e serviços avançados, nomeadamente em domínios como a biotecnologia e outras tecnologias marinhas aplicáveis ao meio marinho. • Promover o envolvimento das organizações regionais ligadas à Economia do Mar em redes internacionais de cooperação. |
| <p>Transfer of Key Enabling Technologies (KETs) to the Maritime Industries (EAPA_595/2016):</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Pretende-se contribuir para a transformação do setor marítimo por via da inovação e exploração sustentável de novas oportunidades de mercado. Para tal, este projeto pretende construir uma rede cooperativa para promover a transferência de tecnologia e novas oportunidades inerentes no setor marítimo, fomentando as tecnologias facilitadoras essenciais (KET) no Espaço Atlântico. Pretende-se, em última instância, potenciar a economia através da inovação e cooperação transnacional. | <ul style="list-style-type: none"> • Criação da rede cooperativa que integre stakeholders públicos e privados; • Potenciação do conhecimento, identificação e partilha de boas práticas e soluções sustentáveis no âmbito da economia e dos recursos marinhos com base nas tecnologias KET; • Consciencialização para e aumento da competitividade, proteção, segurança, luz, resistência e eficiência energética em resultado da utilização das tecnologias KET; • Definição de um plano para ações futuras; • Divulgação da rede. |
| <p>AniMare - Animação do Cluster do Mar Português (POCI-01-0248-FEDER-027547)</p> | <ul style="list-style-type: none"> • O projeto promove a dinamização do Cluster do Mar através do reforço das redes de cooperação e parcerias entre intervenientes da Economia do Mar criando as condições indispensáveis à transferência de tecnologia, inovação, empreendedorismo, internacionalização e competitividade da Economia do Mar. | <ul style="list-style-type: none"> • Reforçar as redes de cooperação e as parcerias entre intervenientes das diferentes fileiras da Economia do Mar criando as condições institucionais, organizativas e técnicas indispensáveis à transferência de tecnologia, à inovação, ao empreendedorismo, à internacionalização e ao desenvolvimento da economia circular, de forma a promover a criação de efeitos de sinergia e a competitividade do Cluster. |
| <p>IREN - Internacionalização da Rede de Estações Náuticas de Portugal (POCI-02-0752-FEDER-046014)</p> | <ul style="list-style-type: none"> • O projeto pretende promover a internacionalização das Estações Náuticas de Portugal, através da valorização e promoção internacional integrada, estimulando o aumento das exportações das empresas nelas integradas, reforçando a visibilidade de Portugal como um destino de Náutica de Recreio. | <ul style="list-style-type: none"> • Dinamização da Rede de Estações Náuticas de Portugal para a Internacionalização; • Plataforma Digital para a promoção internacional da oferta de produtos e serviços da Rede de Estações Náuticas de Portugal; • Operação exploratória internacional para a prospeção, conhecimento e acesso a novos mercados para as Estações Náuticas de Portugal; • Campanha coletiva de promoção internacional das Estações Náuticas de Portugal. |
| <p>Smart Atlantic Seafood Clusters (EAPA_196/2016)</p> | <ul style="list-style-type: none"> • O projeto desenvolve-se com o objetivo de potenciar a inovação no setor dos produtos alimentares do mar, por via da adoção de tecnologia e a cooperação transnacional. | <ul style="list-style-type: none"> • Criar uma plataforma de inovação para sustentar uma rede transnacional eficaz dos clusters de produtos alimentares, colocando em prática os mecanismos de que a rede irá precisar para impulsionar de forma eficaz e sustentável a inovação numa rede de PMEs em rápida mudança e de Centros de Investigação Aplicada distribuídos pela zona atlântica; |

| | | |
|---|---|---|
| | | <ul style="list-style-type: none"> • Potenciar a adoção de tecnologia e a colaboração entre entidades do setor através da plataforma; • Servir de contributo empírico para as RIS3 das regiões atlânticas através da avaliação dos resultados dos projetos e sugestão de recomendações que possam resultar desta análise. |
| European Internationalization Maritime Consortia (EAPA_358/2016): | <ul style="list-style-type: none"> • Este projeto beneficia de resultados obtidos num projeto anterior (AUXNAVALIA), através do qual foi possível aumentar a competitividade de empresas agora pertencentes a um eixo de cooperação no qual se enquadram atuais parceiros deste projeto. • Pretende-se a criação de um consórcio de exportação que assente na produção com elevados padrões tecnológicos de componentes para a produção naval. • Apesar do marketing se assumir como dimensão central do projeto, a inovação, tecnologia e responsabilidade social corporativa (CRS) são aspetos a considerar. | <ul style="list-style-type: none"> • Criar pelo menos 5 consórcios de exportação, integrados por pelo menos 6 PME Europeias inter-regionais especializadas na produção de componentes para a produção naval. Em última instância, este consórcio deverá melhorar o posicionamento destas empresas no mercado, potenciar a assinatura de novos contratos e aumentar as vendas internacionais. • Obter retorno social para o território no qual se inserem as empresas, como consequência das medidas desenvolvidas no âmbito da Responsabilidade Social Corporativa. |
| Adaptation of Industry 4.0 model to the naval sector (EAPA_383/2016): | <ul style="list-style-type: none"> • Pretende-se a transformação do setor naval através da implementação de ações que permitam transformar PMEs em empresas 4.0 (e.g. melhorar os processos produtivos das empresas, transformar os sistemas de organização do trabalho, entre outras). • Pretende-se também consciencializar as instituições públicas com capacidade de influenciar as políticas públicas implementadas para a necessidade de financiar mecanismos que permitam às PMEs alcançar este objetivo. | <ul style="list-style-type: none"> • Adaptar os processos produtivos das empresas que operam no setor naval à Indústria 4.0, para aumentar a sua competitividade; • Identificar as inovações aplicáveis; • Definição de protocolos para garantir que os trabalhadores recebem a formação necessária; • Redução dos custos associados à implementação de novas tecnologias e novos métodos de comercialização; • Fornecer aconselhamento para a transformação das empresas em empresas inteligentes. |
| European Marine Biological Resource Centre Biobank (EAPA_501/2016): | <ul style="list-style-type: none"> • Este biobanco marinho deverá estabelecer uma base comum para a operacionalização dos principais biobancos marinhos a nível europeu. • Espera-se que estes contributos permitam facilitar o acesso da indústria e da academia à biodiversidade marinha (incluindo dados e produtos para extração/exploração). | <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de ferramentas e procedimentos comuns para a manutenção dos recursos biológicos marinhos; • Harmonização trans regional da aplicação de regulamentação relativa ao acesso a recursos genéticos e partilha dos benefícios da sua utilização (Regulamento ABS); • Facilitar o acesso sustentável à biodiversidade marinha; • Incentivo à conservação da biodiversidade nos ecossistemas costeiros. |

Conclusões realizadas a partir da entrevista ao promotor

North Ocean (NORTE-02-0752-FEDER-000025)

| | |
|-------------------------|---|
| Racional da candidatura | <ul style="list-style-type: none"> • Pretende-se reforçar a competitividade empresarial da região Norte, por via da promoção da internacionalização e consequente aumento das exportações, com foco nas principais entidades da Economia do Mar na região. Realização de 3 ações distintas, mas interligadas: (1) Estudo de mercados e procura internacional; (2) Exploração de oportunidades de negócio a nível internacional; (3) Capacitação para a internacionalização. |
| Resultados e Impactos | <ul style="list-style-type: none"> • O projeto foi globalmente executado e os objetivos do projeto foram globalmente atingidos. De facto, para as ações em que a execução foi inferior ao orçamento, isso não significou que os resultados não fossem atingidos, bem pelo contrário. Houve para estas ações uma maior eficiência na utilização dos recursos. • O projeto desenvolveu alguns dos fatores críticos de competitividade, nomeadamente a disponibilização de informação estratégica sobre mercados e oportunidades de negócio, a antecipação de oportunidades a partir do envolvimento das empresas e de instituições do sistema científico e tecnológico em redes internacionais, o contacto direto com potenciais clientes estrangeiros e com parceiros internacionais para o desenvolvimento de projetos e o reforço da capacidade de intervenção dos atores regionais no contexto internacional. |
| Sustentabilidade | <ul style="list-style-type: none"> • O projeto prosseguiu uma abordagem favorável à apropriação dos seus resultados por parte dos atores regionais. O modelo de abordagem privilegiou o envolvimento dos atores nas ações de estudo, nos contactos diretos com potenciais clientes estrangeiros, em seminários e workshops que visaram o |

| | |
|---|---|
| | <p>reforço de redes e a disseminação de informação estratégica sobre mercados e sobre as principais tendências de evolução das diferentes atividades da Economia do Mar visadas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O Fórum Oceano privilegiou, na organização de sessões de apresentação e de divulgação de resultados do projeto, o envolvimento de associações empresariais que permitiram ampliar a divulgação e potenciar o efeito de demonstração e arrastamento de efeitos do projeto no tecido empresarial da região Norte. |
| Obstáculos e desafios | |
| Lições aprendidas/ Recomendações | <ul style="list-style-type: none"> • Não foi possível obter informação da presente operação nestes campos. |
| Transfer of Key Enabling Technologies (KETs) to the Maritime Industries (EAPA_595/2016) | |
| Racional da candidatura | <ul style="list-style-type: none"> • Pretende-se contribuir para a transformação do setor marítimo por via da inovação e exploração sustentável de novas oportunidades de mercado. Para tal, este projeto pretende construir uma rede cooperativa para promover a transferência de tecnologia e novas oportunidades inerentes no setor marítimo, fomentando as tecnologias facilitadoras essenciais (KET) no Espaço Atlântico. Pretende-se, em última instância, potenciar a economia através da inovação e cooperação transnacional. |
| Resultados e Impactos | <ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento do ecossistema de I&D+i. • Pacotes de formação: um recurso material, incluindo manuais de formação e apresentações. • Cinco workshops de formação e <i>webinars</i> realizados em cada um dos cinco países da área atlântica. • Roadmap KETmaritime e prioridades futuras. • Quatro pilotos materializando a adoção do KET pela indústria. • Casos de análise custo-benefício da implementação de KET para demonstrar as oportunidades competitivas que os KETs podem oferecer à indústria marítima. |
| Sustentabilidade | <ul style="list-style-type: none"> • KETmaritime Roadmap: um instrumento-chave que contém um conjunto de ações para todos os <i>stakeholders</i> que serão utilizadas para animar e estimular a cooperação dentro (e fora) da rede KETmaritime, que por sua vez apoiará a inovação e a troca de conhecimento em toda a região atlântica. • Plano para a sustentabilidade da rede KETmaritime: o projeto identificou um potencial significativo para aumentar a implantação de KETs na Economia Azul. Existem setores específicos em que as KETs podem acelerar o crescimento e aumentar o ritmo da inovação em resposta às exigências de sustentabilidade. |
| Obstáculos e desafios | <ul style="list-style-type: none"> • O investimento até à data em KET RTD naval é desequilibrado e não reflete com precisão a importância relativa em termos de impacto no mercado. Foram identificadas lacunas específicas na atividade de IDT na aplicação de: materiais avançados em energia marinha renovável; micro e nano eletrónica e fónica em vigilância marítima; e técnicas avançadas de fabricação na construção de navios e barcos. |
| Lições aprendidas/ Recomendações | <ul style="list-style-type: none"> • Capitalização total em KETs, transformando as indústrias marítimas em indústrias mais competitivas, resilientes, eficientes e sustentáveis. • Aumentar o conhecimento, identificar e trocar boas práticas e soluções sustentáveis baseadas em KETs. • Consciencialização sobre KETs, construir massa crítica e prever possíveis colaborações. |
| AniMare - Animação do Cluster do Mar Português (POCI-01-0248-FEDER-027547) | |
| Racional da candidatura | <ul style="list-style-type: none"> • Promover a dinamização do Cluster do Mar através do reforço das redes de cooperação e parcerias entre intervenientes da Economia do Mar criando as condições indispensáveis à transferência de tecnologia, inovação, empreendedorismo, internacionalização e competitividade da Economia do Mar. |
| Resultados e Impactos | <ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a articulação das empresas com Universidades; • Aumentar as atividades de transferência de conhecimento do sistema científico para o tecido empresarial; • Aumentar as iniciativas de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em contexto empresarial; • Criar emprego em atividades de I&D. |
| Sustentabilidade | <ul style="list-style-type: none"> • O Projeto ANIMARE apoiou financeiramente a realização de um conjunto de ações de dinamização do Cluster do Mar Português, nomeadamente a preparação de projetos de âmbito nacional e internacional promovidos pela Fórum Oceano ou com a sua participação, com destaque para os projetos aprovados no âmbito do PRR (e.g. <i>Hub Azul</i>, Agenda Mobilizadora para a Energia, DIH), de programas europeus (e.g. <i>Green Offshore Tech</i>) e de cooperação inter-regional (e.g. ASPBan). Estes projetos, que terão execução ao longo dos próximos anos, geram os meios financeiros necessários ao funcionamento e desenvolvimento do FO a médio prazo. Por outro lado, as ações realizadas com o apoio do ANIMARE contribuíram para robustecer a imagem do FO junto da comunidade marítima tendo-se verificado um aumento significativo do número de associados e o aumento das receitas próprias da organização. |
| Obstáculos e desafios | <ul style="list-style-type: none"> • A conjuntura económica até à pandemia COVID-19 condicionou bastante a execução do projeto. |
| Lições aprendidas/ Recomendações | <ul style="list-style-type: none"> • Manter, no quadro do Portugal 2030, instrumentos de apoio do mesmo tipo do SIAC dirigidos especificamente aos Clusters em reconhecimento e como contrapartida dos serviços que prestam à comunidade. |
| IREN - Internacionalização da Rede de Estações Náuticas de Portugal (POCI-02-0752-FEDER-046014)⁸⁸ | |

⁸⁸ Projeto ainda em execução

| | |
|---|--|
| Racional da candidatura | <ul style="list-style-type: none"> Promover a internacionalização das Estações Náuticas de Portugal (ENP), através da valorização e promoção internacional, estimulando o aumento das exportações das empresas nelas integradas, reforçando a visibilidade de Portugal como um destino de Náutica de Recreio. |
| Resultados e Impactos | <ul style="list-style-type: none"> Dado que a presente operação ainda se encontra em execução e com data prevista de conclusão a 31 de março de 2023, ainda não é possível o preenchimento dos respetivos campos em falta. |
| Sustentabilidade | |
| Obstáculos e desafios | |
| Lições aprendidas/Recomendações | <ul style="list-style-type: none"> |
| Smart Atlantic Seafood Clusters (EAPA_196/2016) | |
| Racional da candidatura | <ul style="list-style-type: none"> Melhorar o nível de inovação da fileira do pescado, nomeadamente ao nível dos produtos alimentares marinhos, mediante a adoção de tecnologia e do aumento da cooperação transnacional como resposta aos desafios enfrentados por esta fileira. |
| Resultados e Impactos | <ul style="list-style-type: none"> Uma rede transnacional de clusters inteligentes de frutos do mar capazes de impulsionar a inovação em toda a área atlântica, abrangendo um conjunto de serviços de inovação. Cinco (e mais em desenvolvimento) ações-piloto para testar a rede em laboratórios reais com o setor de frutos do mar. Instrumentos produzidos a partir da avaliação dos resultados do piloto: 5 recomendações de políticas de inovação para cada região e 1 artigo técnico. Ações de capitalização dos resultados do projeto dirigidas aos <i>stakeholders</i> da inovação em 21 regiões atlânticas (incluindo o Canadá Atlântico), onde já foram identificadas 36 organizações. |
| Sustentabilidade | <ul style="list-style-type: none"> Ambições SAFER de estabelecer a principal rede transnacional impulsionadora da inovação e cooperação no setor do marisco em todo o Espaço Atlântico. Ao fazê-lo, foram dedicados recursos específicos para garantir a sustentabilidade e o crescimento da rede para além da vida útil do projeto e garantir os seus efeitos a longo prazo. Estes efeitos expressos como (regiões/organizações) cooperando através da rede são: 1) quando o projeto termina (5/40); 2) 5 anos após o projeto (18/280); 3) 10 anos após o projeto (27/580). |
| Obstáculos e desafios | <ul style="list-style-type: none"> O setor enfrenta vários desafios para competir em escala global e, ao mesmo tempo, proteger o ambiente marinho e evitar pressões adicionais sobre ecossistemas já frágeis. Assim, a inovação é fundamental para modernizar este setor tradicional e melhorar a sua sustentabilidade, competitividade e resiliência. Necessidade de um maior apoio das Instituições Europeias, para garantir a recuperação do setor do marisco da crise do COVID e do impacto do Brexit, bem como para promover o seu desenvolvimento sustentável. |
| Lições aprendidas/Recomendações | <ul style="list-style-type: none"> O projeto SAFER, respondendo a estes desafios e utilizando os recursos partilhados por uma rede transnacional de diferentes <i>stakeholders</i>, desbloqueou o potencial inovador do setor nas regiões atlânticas, testando e implementando projetos-piloto de <i>living lab</i> que ajudaram com sucesso empresas estabelecidas a amadurecer ao adotar tecnologia e aumentar, desta forma, a qualidade do produto final, garantindo a rastreabilidade do produto e reduzindo custos industriais. A importância da cooperação transnacional em matéria de inovação que contribui para a resiliência dos setores atlânticos e, nomeadamente, do setor do marisco no que diz respeito ao projeto SAFER. O projeto SAFER, ao aumentar o desempenho da inovação e a absorção tecnológica dos negócios tradicionais do marisco e ao criar uma rede de <i>stakeholders</i> transnacionais implementando serviços inovadores, surge num momento crucial e abre caminho para a transição sustentável do setor do marisco atlântico. |
| European Internationalisation Maritime Consortia (EAPA_358/2016) | |
| Racional da candidatura | <ul style="list-style-type: none"> Constituição de 6 consórcios de indústria auxiliar naval inter-regionais de vocação exportadora baseados no fabrico de alta tecnologia de pacotes de produtos (ponte, sala de máquinas, deck e alojamentos) para navios offshore, centrais energéticas marinhas, cruzeiros e embarcações científicas. |
| Resultados e Impactos | <ul style="list-style-type: none"> 7 organizações, incluindo Clusters, Associações Empresariais e uma Universidade, de 5 países europeus a trabalharam em conjunto neste projeto. Análise do papel da indústria naval nas respetivas regiões e a sua cadeia de valor. Metodologia para a constituição de consórcios de exportação, com um Manual e Templates de Trabalho. Análise do mercado da Construção Naval a nível mundial, em busca de oportunidades de negócio para os consórcios. No âmbito do processo de diagnóstico do setor, elaborou-se um questionário, ao qual responderam mais de 80 empresas dos cinco países. Com base no contacto com as empresas, organizaram-se 6 Grupos de Cooperação: Deck, Projeto Naval, Alojamento, Casa das Máquinas, Ponte e Plataformas Energéticas Marinhas. 35 empresas participaram nestes Grupos de Cooperação. Em conjunto, estas PME representam um volume de negócios anual total de 570 milhões de euros e empregam 6.600 colaboradores. Realização, com a participação das empresas, de quatro rondas de reuniões virtuais, a última das quais durante um Congresso Virtual do Projeto. Elaborou-se uma proposta de Plano de Negócios para cada um dos 6 consórcios. Proposta uma Carta de Intenções para a colaboração empresarial entre as PME. |

| | |
|---|---|
| | <ul style="list-style-type: none"> • Elaborou-se um Catálogo Virtual com a oferta de produtos e serviços das empresas que integram os 6 Consórcios. • 20 empresas assinaram cartas de intenção de fazerem parte dos 6 consórcios. |
| Sustentabilidade | <ul style="list-style-type: none"> • Foram elaborados 6 planos de negócios, um para cada consórcio, e 20 das 35 empresas envolvidas ativamente no projeto assinaram o protocolo de intenções. A Carta de Intenções foi considerada a fórmula preliminar mais adequada para a continuidade do projeto nas fases seguintes. Concluído o projeto, a maioria das empresas manifestou interesse em realizar reuniões presenciais com as demais empresas participantes, solicitando inclusive o que se poderia chamar de segunda parte do Projeto CONSORTEX. De facto, nesta fase algumas das empresas solicitam reuniões privadas com outras empresas para começar a explorar possibilidades de colaboração de exportação. |
| Obstáculos e desafios | <ul style="list-style-type: none"> • Prazos médios de análise de pedidos de pagamento demasiado longos e a (falta) de flexibilidade na introdução de alterações ao projeto. Alertam para o facto de os pedidos de pagamento do Programa Espaço Atlântico serem muito morosos e distendidos no tempo, o que pressiona a tesouraria dos parceiros, que só recebem as verbas muitas vezes já passado mais de um ano depois de terem feito os investimentos e pago os serviços. • Atual conjuntura económica de crise decorrente da pandemia COVID-19; a carga burocrática e prazos excessivos dos procedimentos administrativos e/ou de gestão associados aos fundos comunitários; o nível de adesão e capacidade de mobilização de empresas para atividades colaborativas; e as perspetivas de retorno económico dos resultados das atividades de Investigação, Desenvolvimento e Inovação são considerados fatores que condicionaram a execução da operação. |
| Lições aprendidas/ Recomendações | <ul style="list-style-type: none"> • Globalmente, o mercado de construção naval e as suas indústrias auxiliares está em crescimento, oferecendo oportunidades de mercado, no entanto, está sob forte pressão da concorrência proveniente da China, Coreia do Sul e Japão. As PME europeias do setor precisam crescer, inovar no marketing e fornecer um portfólio completo de soluções técnicas baseadas em alta tecnologia em todos os elos da cadeia de valor. • O projeto foi mais longo do que o esperado e enfrentou um enorme desafio devido à pandemia de COVID-19 que criou várias dificuldades à consolidação da parceria entre as empresas participantes. Considerando que o consórcio se baseou no respeito e na confiança, mesmo assim foi possível num último momento e de acordo com o propósito inicial do projeto CONSORTEX, obter as cartas de intenção de 20 empresas para integrarem os 6 consórcios temáticos. |
| Adaptation of Industry 4.0 model to the naval sector (EAPA_383/2016) | |
| Racional da candidatura | <ul style="list-style-type: none"> • Promover a modernização do setor naval através da implementação de ações que ajudam a transformar as PMEs no 4.0, identificando barreiras que impedem a inovação do modelo empresarial do setor naval, melhorando os processos produtivos das empresas, transformando os sistemas de organização do trabalho, conhecimento e comercialização, bem como formando os trabalhadores do setor naval em novas ocupações/tarefas. |
| Resultados e Impactos | <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de diagnóstico conjunto de validação do estado da arte, compilando o estudo de necessidades do setor sobre as tecnologias existentes com potencial de implementação (1) • Relatório sobre o grau de amadurecimento das tecnologias identificadas (1) • Fórum de validação transnacional (1) • Protocolo para redefinição das tarefas dos trabalhadores (1) • Programa de treinamento (1) • Ações de formação (14) • Relatório sobre economia de custos relacionados à aquisição de tecnologias (1) • Estudo de novas ferramentas de comercialização (1) • Fóruns intersectoriais entre empresas de outros setores para valorização dessas experiências (1 transnacional) • 10 programas de mentoria de pilotos em 10 PMEs navais |
| Sustentabilidade | <ul style="list-style-type: none"> • As novas ocupações identificadas gerarão uma implementação eficiente de cada uma das tecnologias detetadas; a formação implementará o conhecimento e as habilidades para executivos, gerentes intermediários e aumento de emprego para jovens graduados desempregados; 10 PMEs receberam assistência para concluir a mudança de um modelo tradicional de construção ou reparo para o modelo 4.0. Além disso, serão desenvolvidos produtos que serão úteis para além de 2020 (novos métodos de marketing, estratégias de redução de custos, plano de sustentabilidade e transferência de resultados, contribuindo para a sua divulgação através de conferências, fóruns, presença em redes sociais, etc.). • A IN 4.0 gerará impactos para os seguintes grupos: PMEs aumentarão a eficiência do processo produtivo como consequência da implantação de novas tecnologias, contribuindo para a construção de navios altamente especializados, produzidos em curto prazo, com alta tecnologia e custo competitivo; as administrações públicas que apoiam e lideram o projeto podem influenciar no processo de tomada de decisão, em questões como formação, organização e comercialização de produtos derivados do setor naval; e os centros de formação e investigação experimentarão uma cooperação acrescida com as PME, apoiando a promoção da inovação nas regiões. • Espera-se que os efeitos de longo prazo descritos sejam garantidos através das ações de longo prazo incluídas no plano de sustentabilidade, que continuarão além do encerramento do projeto |
| Obstáculos e desafios | <ul style="list-style-type: none"> • O setor naval ocupa uma posição central no crescimento da economia, apresentando um problema comum: a urgência de conseguir contratos num mercado muito competitivo, provocado principalmente por custos de mão de obra baixíssimos em países europeus como como Roménia, Turquia, Polónia ou |

| | |
|---|---|
| | <p>Croácia, ou a nível mundial como asiáticos, concorrendo com companhias navais dos países do Espaço Atlântico.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Devido ao funcionamento errático da plataforma SIGI, a parceria IN4.0 tem encontrado muitas dificuldades para proceder à reclamação de custos, o que tem causado um atraso relevante na reclamação de custos. Os procedimentos implementados pelo Secretariado Conjunto do Espaço Atlântico não suportavam a reclamação e reembolso de custos eficazes. Isso deverá ser alvo de revisão no próximo período. |
| Lições aprendidas/ Recomendações | <ul style="list-style-type: none"> • As principais conclusões conjuntas do projeto sugerem que para enfrentar o desafio comum de modernização e para tornar o setor da construção naval mais competitivo, são urgentes as seguintes ações a nível transnacional: <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver uma estratégia comum 4.0 em todo o Espaço Atlântico (política e gestão). - Incentivar a cooperação entre atores navais para compartilhar melhores práticas, histórias de sucesso e projetos colaborativos. - Implementar outros programas de formação em Indústria 4.0 para dotar os trabalhadores das competências necessárias para trabalhar com tecnologias 4.0, bem como ações específicas para atrair jovens talentos. - Cooperação com instituições governamentais locais/estaduais para desenvolver novas ferramentas financeiras para aumentar a capacidade de inovação das empresas de construção naval (ou seja, parcerias público-privadas). - As cinco tecnologias prioritárias no centro destas medidas e investimentos são: Plataformas colaborativas, Vigilância/monitorização, Realidade aumentada, Automação e robótica, Visão de máquina. - Os estaleiros europeus estão em desvantagem de custos, pelo que devem competir em valor, gerando ganhos adicionais dados e gerando tecnologias sob medida assim que surgem novas necessidades, para isso: i) as empresas devem projetar novas estratégias de marketing personalizadas baseadas em tecnologias 4.0 com base em suas necessidades, mas também atendendo às necessidades de seus clientes; ii) desenvolvimento de estratégias de negócios customizadas para gestão da mudança visando tornar os funcionários parte ativa do novo paradigma; iii) cooperação direta e colaboração com desenvolvedores de tecnologia, a fim de obter melhores custos de implementação. |
| European Marine Biological Resource Centre Biobank (EAPA_501/2016) | |
| Racional da candidatura | <ul style="list-style-type: none"> • Este projeto deverá estabelecer uma base comum para a operacionalização dos principais biobancos marinhos a nível europeu. Espera-se que estes contributos permitam facilitar o acesso da indústria e da academia à biodiversidade marinha (incluindo dados e produtos para extração/exploração). |
| Resultados e Impactos | <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de metodologias comuns para a gestão de biobancos Marinhos. • Manual de implementação das Melhores Práticas EBB e Sistema de Identificação de Amostras • O Guia EMBRC para Conformidade ABS: Recomendações para Recursos Biológicos Marinhos, Coleções e Instituições de Utilizadores. • Procurar, manter e transferir: um guia passo a passo para conformidade com o ABS ao utilizar recursos genéticos marinhos. • Auditoria de conformidade ABS de reservas de recursos em coleções EBB e biobancos. • Casos de uso do ABS. |
| Sustentabilidade | <ul style="list-style-type: none"> • As estações biológicas marinhas do projeto EBB trabalharam para fornecer os seus recursos genéticos marinhos em conformidade com os regulamentos nacionais e internacionais e capitalizar os resultados do projeto. • Procedeu-se à implementação de um plano de ação de capitalização que permite potenciar os resultados dos projetos numa perspetiva de médio e longo prazo. |
| Obstáculos e desafios | <ul style="list-style-type: none"> • O envolvimento das partes interessadas industriais foi difícil de conseguir e os casos de uso foram implementados principalmente com usuários não industriais. |
| Lições aprendidas/ Recomendações | <ul style="list-style-type: none"> • Partilhar com fornecedores de pesquisa marinha (mais especificamente com fornecedores de recursos genéticos marinhos) e seus utilizadores da academia e da indústria, o trabalho realizado no projeto Interreg EBB e EMBRC para ajudar essa comunidade a cumprir as suas funções de Acesso e Partilha de Benefícios (ABS) à luz do protocolo de Nagoya ao utilizar recursos genéticos marinhos. • Conscientizar a indústria sobre o cumprimento das Normas de ABS para uso comercial. • Tornar mais fácil e claro o processo de cumprimento da regulamentação para uso comercial. • Simplificar o entendimento do Guia de Boas Práticas. |

| Metodologia de Análise | | |
|------------------------|---|------------|
| Método | Participante(s) | Data |
| Entrevista | Rui Azevedo – Consultor Estratégico do Fórum Oceano Rúben Eiras – Secretário-Geral do Fórum Oceano | 10-11-2022 |
| Focus Group | Desenvolvimento científico/tecnológico, inovação e transferência de conhecimento | 12-12-2022 |

Anexo I – Dados Financeiros por operação

| <i>Dados Financeiros (POCI-01-0248-FEDER-027547)</i> | | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|----------------------------|
| Data Prevista de Início | 03-05-2017 | Custo Total Aprovado Elegível (€) | 417 782 |
| Data Prevista de Conclusão | 30-09-2020 | Custo Total Executado Elegível (€) | 414 004 |
| Data de Aprovação | 16-08-2017 | Apoio Aprovado (€) | 208 891 |
| Estado da Candidatura | Relatório Final em análise | Apoio Executado (€) | 201 366 |
| Data a que reporta a informação da Ficha | 31-12-2020 | Forma de apoio | Subvenção não reembolsável |

| <i>Dados Financeiros (POCI-02-0752-FEDER-046014)</i> | | | |
|--|-------------|------------------------------------|----------------------------|
| Data Prevista de Início | 01-07-2020 | Custo Total Aprovado Elegível (€) | 444 326 |
| Data Prevista de Conclusão | 31-03-2023 | Custo Total Executado Elegível (€) | 124 273 |
| Data de Aprovação | 01-07-2020 | Apoio Aprovado (€) | 377 677 |
| Estado da Candidatura | Em execução | Apoio Executado (€) | 156 849 |
| Data a que reporta a informação da Ficha | 31-12-2021 | Forma de apoio | Subvenção não reembolsável |

| <i>Dados Financeiros (NORTE-02-0752-FEDER-000025)</i> | | | |
|---|------------|------------------------------------|----------------------------|
| Data Prevista de Início | 01-10-2015 | Custo Total Aprovado Elegível (€) | 255 290 |
| Data Prevista de Conclusão | 29-12-2017 | Custo Total Executado Elegível (€) | 229 291 |
| Data de Aprovação | 16-03-2016 | Apoio Aprovado (€) | 216 996 |
| Estado da Candidatura | Concluída | Apoio Executado (€) | 194 897 |
| Data a que reporta a informação da Ficha | 25-06-2018 | Forma de apoio | Subvenção não reembolsável |

| <i>Dados Financeiros (EAPA_196/2016)*</i> | | | |
|---|-------------------|------------------------------------|----------------------------|
| Data Prevista de Início | 02-10-2017 | Custo Total Aprovado Elegível (€) | 108 850 |
| Data Prevista de Conclusão | 31-06-2023 | Custo Total Executado Elegível (€) | 82 014 |
| Data de Aprovação | 4 e 05-05-2017 | Apoio Aprovado (€) | 81 637 |
| Estado da Candidatura | Em execução | Apoio Executado (€) | 46 829 |
| Data a que reporta a informação da Ficha | 31-12-2021 | Forma de apoio | Subvenção não reembolsável |

| <i>Dados Financeiros (EAPA_358/2016)*</i> | | | |
|---|------------------|------------------------------------|----------------------------|
| Data Prevista de Início | 02-07-2017 | Custo Total Aprovado Elegível (€) | 138 000 |
| Data Prevista de Conclusão | 31-03-2021 | Custo Total Executado Elegível (€) | 115 234 |
| Data de Aprovação | 4 e 5/05/2017 | Apoio Aprovado (€) | 103 500 |
| Estado da Candidatura | Concluído | Apoio Executado (€) | 86 426 |
| Data a que reporta a informação da Ficha | 31-12-2021 | Forma de apoio | Subvenção não reembolsável |

* Informação obtida da Base de Dados das Operações

| <i>Dados Financeiros (EAPA_383/2016)*</i> | | | |
|---|-----------------------------------|------------------------------------|----------------------------|
| Data Prevista de Início | 01-09-2017 | Custo Total Aprovado Elegível (€) | 152 060 |
| Data Prevista de Conclusão | 31-08-2021 | Custo Total Executado Elegível (€) | 143 101 |
| Data de Aprovação | 4 e 5/05/2017 | Apoio Aprovado (€) | 114 045 |
| Estado da Candidatura | Pagamento final em processo | Apoio Executado (€) | 96 312 |
| Data a que reporta a informação da Ficha | 31-12-2020 | Forma de apoio | Subvenção não reembolsável |

| <i>Dados Financeiros (EAPA_501/2016)*</i> | | | |
|---|-----------------------------------|------------------------------------|----------------------------|
| Data Prevista de Início | 16-10-2017 | Custo Total Aprovado Elegível (€) | 50 851 |
| Data Prevista de Conclusão | 15-07-2021 | Custo Total Executado Elegível (€) | 50 499 |
| Data de Aprovação | 4 e 5/05/2017 | Apoio Aprovado (€) | 38 139 |
| Estado da Candidatura | Pagamento final em processo | Apoio Executado (€) | 37 596 |
| Data a que reporta a informação da Ficha | 31-12-2021 | Forma de apoio | Subvenção não reembolsável |

| <i>Dados Financeiros (EAPA_595/2016)*</i> | | | |
|---|------------------|------------------------------------|----------------------------|
| Data Prevista de Início | 01-11-2017 | Custo Total Aprovado Elegível (€) | 65 894 |
| Data Prevista de Conclusão | 31-12-2020 | Custo Total Executado Elegível (€) | 63 694 |
| Data de Aprovação | 4 e 5/05/2017 | Apoio Aprovado (€) | 49 420 |
| Estado da Candidatura | Concluído | Apoio Executado (€) | 47 771 |
| Data a que reporta a informação da Ficha | 31-12-2020 | Forma de apoio | Subvenção não reembolsável |

Anexo II – Indicadores de realização e resultado por operação

| Indicadores | | | |
|--|---|------|---|
| North Ocean (NORTE-02-0752-FEDER-000025) | | | |
| Indicador(es) contratualizado(s) | | Meta | Execução |
| Realização | • PMEs envolvidas em ações de promoção da internacionalização (n.º) | 50 | 61 |
| Realização | • Estudo de mercado com informação estratégica para as empresas | 1 | 1 |
| Resultado | • PME que consideraram útil a informação, metodologias ou ferramentas disponibilizadas no âmbito do projeto face ao total das PME que beneficiaram das ações e resultado (%) | 20% | 86,67% |
| <i>Transfer of Key Enabling Technologies (KETs) to the Maritime Industries (EAPA_595/2016)</i> | | | |
| Indicador(es) contratualizado(s) | | Meta | Execução |
| Resultado | • Número de instrumentos políticos, estratégicos e operacionais produzidos | 17 | 22 |
| Resultado | • Número de ações de divulgação e capitalização de resultados | 56 | 63 |
| Resultado | • Número de publicações técnicas e científicas produzidas | 6 | 5 |
| Resultado | • Número de estudos de caso e ações piloto implementadas | 4 | 4 |
| Resultado | • Número de empresas apoiadas | 50 | 50 |
| Resultado | • Participantes em ações de divulgação e capitalização | 100 | 160 |
| <i>AniMare - Animação do Cluster do Mar Português (POCI-01-0248-FEDER-027547)</i> | | | |
| Indicador(es) contratualizado(s) (2020) | | Meta | Execução |
| PO | • N.º de PME que consideram útil a informação disponibilizada/n.º total de PME que utilizaram a informação | 75% | 90% |
| PO | • N.º de PME que participaram em iniciativas europeias/n.º total de PME que beneficiaram das ações | 60% | 77% |
| PO | • N.º de PME que aderiram a atividades de inovação/n.º total de PME que beneficiaram dos serviços prestados | 75% | 88% |
| <i>IREN - Internacionalização da Rede de Estações Náuticas de Portugal (POCI-02-0752-FEDER-046014)</i> | | | |
| Indicador(es) contratualizado(s) (2020) | | Meta | Execução |
| PO | • Novos acordos de parceria/colaboração firmados face ao número de presenças institucionais por mercado externo | 20 | <i>Projeto em execução</i> |
| PO | • PME que consideraram útil a informação, metodologias ou ferramentas disponibilizadas no âmbito do projeto face ao total das PME que beneficiaram das ações e resultados | 80% | <i>Projeto em execução</i> |
| PO | • Notícias/artigos gerados pela imprensa dos mercados alvo de promoção internacional integrada da oferta nacional de bens e serviços com referência às mensagens chave da campanha face ao total de notícias/artigos gerados pela imprensa desses mercados alvo | 50% | <i>Projeto em execução</i> |
| <i>Smart Atlantic Seafood Clusters (EAPA_196/2016)</i> | | | |
| Indicador(es) contratualizado(s) | | Meta | Execução |
| Resultado | • Uma rede transnacional de clusters inteligentes de frutos do mar capazes de impulsionar a inovação em toda a área atlântica | 1 | 1 |
| Resultado | • Número de estudos de caso e ações piloto implementadas | 5 | <i>7 (haverá mais; ainda em execução pela extensão do projeto até junho 2023)</i> |
| Resultado | • Número de instrumentos políticos, estratégicos e operacionais produzidos | 13 | <i>1 (ainda em execução pela extensão do projeto até junho 2023)</i> |
| Resultado | • Número de ações de divulgação e capitalização de resultados | 16 | <i>Ainda em execução pela extensão do projeto até junho 2023</i> |

| | | | |
|---|---|------------------------------|--|
| Resultado | <ul style="list-style-type: none"> Número de empresas que participam em projetos de investigação transfronteiriços, transnacionais ou inter-regionais | 4 | 7 (haverá mais; ainda em execução pela extensão do projeto até junho 2023) |
| Resultado | <ul style="list-style-type: none"> Número de publicações técnicas e científicas produzidas | 1 | Ainda em execução pela extensão do projeto até junho 2023 |
| European Internationalisation Maritime Consortia (EAPA_358/2016) | | | |
| Indicador(es) contratualizado(s) (2020) | | Meta | Execução |
| Resultado | <ul style="list-style-type: none"> Número de empresas apoiadas | 115 | 129 |
| Resultado | <ul style="list-style-type: none"> Número de empresas que participam em projetos de investigação transfronteiriços, transnacionais ou inter-regionais | 60 | 83 |
| Resultado | <ul style="list-style-type: none"> Reuniões e eventos internos do projeto | 4 | 4 |
| Resultado | <ul style="list-style-type: none"> Relatórios do projeto | 124 | 155 |
| Resultado | <ul style="list-style-type: none"> Número de ações de divulgação e capitalização de resultados | 7 | 8 |
| Resultado | <ul style="list-style-type: none"> Número de participantes em ações de divulgação e capitalização de resultados | 395+100* *Presença online | 413+5859* *Presença online |
| Adaptation of Industry 4.0 model to the naval sector (EAPA_383/2016) | | | |
| Indicador(es) contratualizado(s) (2020) | | Meta | Execução |
| Resultado | <ul style="list-style-type: none"> Número de instrumentos políticos, estratégicos e operacionais produzidos | 18 | 18 |
| Resultado | <ul style="list-style-type: none"> Relatórios do projeto | 6 | 7 |
| Resultado | <ul style="list-style-type: none"> Reuniões e eventos internos do projeto | 8 | 8 |
| Resultado | <ul style="list-style-type: none"> Número de ações de divulgação e capitalização de resultados | 56 | 54 |
| Resultado | <ul style="list-style-type: none"> Número de empresas participantes em projetos de investigação transfronteiriços, transnacionais ou inter-regionais (indicador comum N° 41) | 50 | 69 |
| Resultado | <ul style="list-style-type: none"> Número de empresas apoiadas | 70 | 10 |
| Resultado | <ul style="list-style-type: none"> Número de estudos de caso e ações piloto implementadas | 25 | 10 |
| European Marine Biological Resource Centre Biobank (EAPA_501/2016) | | | |
| Indicador(es) contratualizado(s) (2020) | | Meta | Execução |
| Resultado | <ul style="list-style-type: none"> Número de instrumentos políticos, estratégicos e operacionais produzidos | 14 | 14 |
| Resultado | <ul style="list-style-type: none"> Número de ações de divulgação e capitalização de resultados | 29 | 21 |
| Resultado | <ul style="list-style-type: none"> Número de participantes em ações de divulgação e capitalização de resultados | 83 | >100 |
| Resultado | <ul style="list-style-type: none"> Número de publicações técnicas e científicas produzidas | 4 | 6 |
| Resultado | <ul style="list-style-type: none"> Número de estudos de caso e ações piloto implementadas | 12 | 16 |

EC2 - Pescas e Indústria do Pescado

| ENQUADRAMENTO | | |
|------------------------|-----------------------------------|--|
| Beneficiário | PESCATUM - CONSERVAS E PESCA S.A. | |
| Operação | MAR-05.03.01- FEAMP-0085 | Investimento na estrutura do edifício, instalações de frio e programas informáticos |
| Enquadramento Temático | Programa | MAR2020 |
| | Prioridade de Investimento | EP5 - Promover a Comercialização e Transformação dos Produtos da Pesca e Aquicultura |
| | Tipologia de Operação | Apoio à indústria de transformação da pesca e aquicultura |
| | Área programática ENM | 3.1 Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura |

| Dados Financeiros | | | |
|--|-------------|------------------------------------|----------------------------|
| Data Prevista de Início | 23-01-2019 | Custo Total Aprovado Elegível (€) | 1 650 428 € |
| Data Prevista de Conclusão | 30-06-2021 | Custo Total Executado Elegível (€) | 1 616 242 € |
| Data de Aprovação | 31-07-2018 | Apoio Aprovado (€) | 804 583 € |
| Estado da Candidatura | Em execução | Apoio Executado (€) | 787 918 € |
| Data a que reporta a informação da Ficha | 28-06-2021 | Forma de apoio | Subvenção não reembolsável |

| Indicadores | | | |
|---|------------|---|----------|
| | Indicador | Meta | |
| Indicadores contratualizados | Resultado | • N.º de Postos de trabalho criados (Homens) | 2 |
| | Resultado | • N.º de Postos de trabalho mantidos (Homens) | 4 |
| | Resultado | • N.º de Postos de trabalho mantidos (Mulheres) | 39 |
| | Realização | • Empregados que beneficiam da operação | 53 |
| Execução dos indicadores contratualizados | Indicador | | Execução |
| | Resultado | • N.º de Postos de trabalho criados (Homens) | n.a. |
| | Resultado | • N.º de Postos de trabalho mantidos (Homens) | n.a. |
| | Resultado | • N.º de Postos de trabalho mantidos (Mulheres) | n.a. |
| | Realização | • Empregados que beneficiam da operação | n.a. |

APRESENTAÇÃO SÍNTESE: CARACTERIZAÇÃO E OBJETIVOS

- A PESCATUM é uma empresa criada para pesca e produção de conservas de atum, mas que deixou de se dedicar à atividade da pesca, tendo vendido os seus navios atuneiros em 2013.
- Desde 2005, a empresa foca a sua atividade na limpeza de lombos de atum e venda de lombos congelados em vácuo para a empresa-mãe (PESCAMAR, empresa espanhola) que por sua vez comercializa com mais 30 países.
- O projeto visa criar uma unidade para produção de atum com azeite em sacos de vácuo para ampliar a gama de produtos, consolidando-se como a única empresa conserveira a exportar 100% da sua produção.
- Adicionalmente, pretendem implementar iniciativas para aproveitar subprodutos resultantes do pescado.
- A PESCATUM não tem quota de mercado em Portugal. No entanto, consideram que estes subprodutos poderiam apresentar viabilidade económica a longo prazo.
- A operação decorre da necessidade urgente de intervenções nas instalações para continuar a operar, apresentando os seguintes objetivos concretos:
 - Criação de 10 postos de trabalho;
 - Substituição do telhado;
 - Melhoria das condições de refrigeração: aquisição de novas câmaras, sistemas de frio e armários de congelação;
 - Aquisição de uma máquina de vácuo;
 - Melhoria do software e hardware de controlo da produção.

| Conclusões realizadas a partir da entrevista ao promotor | |
|--|--|
| Racional da candidatura | <ul style="list-style-type: none"> O investimento decorreu da necessidade urgente de intervenções nas instalações visando a manutenção da atividade, modernização dos equipamentos e infraestruturas e expansão da atividade, por via da contratação de pessoal. Promotor tinha conhecimento dos apoios concedidos ao setor no âmbito do MAR2020 à priori pelo histórico de intervenção do FEAMP no setor. Pelos montantes envolvidos, data de candidatura foi condicionada pela capacidade da empresa em obter fundos para a componente não financiada pelo MAR2020. |
| Resultados e Impactos | <ul style="list-style-type: none"> Dado que a operação não se encontra encerrada financeiramente, não existem ainda indicadores de resultado. Na componente de renovação/modernização de equipamento/infraestruturas os objetivos foram alcançados e a unidade dispõe de condições para continuar a laborar no futuro de forma mais eficiente e com garantias de higiene e segurança. A componente de criação de emprego ficou aquém do esperado por força de constrangimentos na contratação e manutenção de mão-de-obra (ver obstáculos e desafios). De acordo com as respostas ao inquérito, a empresa prevê que apenas se cumpram 20% (2) dos 10 postos de trabalho que se previa serem criados. |
| Sustentabilidade | <ul style="list-style-type: none"> Principal condicionante à sustentabilidade dos resultados decorre das limitações na contratação e manutenção dos trabalhadores. Pela intensidade de mão-de-obra, a capacidade de manutenção/expansão da produção da unidade está condicionada ao número de trabalhadores. Nesse sentido, a apetência dos jovens pelo trabalho no setor, associada a um pool de contratação reduzida (população da Ilha Terceira inferior a 60.000 pessoas), revela-se a maior condicionante à sustentabilidade da atividade da empresa. A evolução da procura não será uma condicionante, uma vez que toda a produção é escoada e para exportação. Empresa prevê recorrer a financiamento comunitário no quadro do PT2030 para apoiar novos investimentos, que não foram incluídos na operação por não revelarem a mesma urgência e por incapacidade financeira da empresa em suportar investimento adicional ao já realizado. |
| Obstáculos e desafios | <ul style="list-style-type: none"> Articulação entre entidades públicas envolvidas e acesso a fornecedores atrasou processo de implementação do investimento Baixa atratividade do setor, por via dos salários e da exigência física da laboração colocou em causa os resultados da operação (criação de postos de trabalho). Setor opera em contexto competitivo e margens reduzidas, recorrendo a mão-de-obra menos qualificada. Aumento dos salários na tentativa de atrair maior procura de mão-de-obra teria efeitos no preço dos produtos e uma redução da competitividade. |
| Lições aprendidas/ Recomendações | <ul style="list-style-type: none"> Maior flexibilidade em relação a alterações ao projeto (e.g. despesas não antecipadas), sobretudo em investimentos de maior montante e duração Poderá ser necessário rever objetivos definidos à priori ao nível da criação de postos de trabalho para operações semelhantes, dada a baixa atratividade do setor. Objetivos de criação de postos de trabalho poderão apenas ser exequíveis se acompanhados por políticas complementares de criação de emprego específicas para o setor. |

| Metodologia de Análise | | |
|------------------------|--------------------|------------|
| Método | Participante(s) | Data |
| Entrevista | Francisco González | 27/10/2022 |

EC3 – GAL Pesca

| ENQUADRAMENTO | |
|--|---|
| Beneficiário | AD ELO Associação De Desenvolvimento Local Da Bairrada E Mondego |
| | Maquitude - Sociedade de Máquinas e Ferramentas, Lda |
| | Mahor Track-Construções de Metalomecânica, Lda |
| | Market Masters - Comércio & Serviços, Unipessoal Lda |
| Operações | (MAR-04.01.01-FEAMP-00004) AP - GAL Mondego Mar |
| | (MAR-04.02.01-FEAMP-0003) GAL Mondego Mar - Custos Operacionais e de Animação |
| | (MAR-04.02.01-FEAMP-0016) Desenvolvimento Local de Base Comunitária - Custos operacionais e de Animação - GAL Pescas Mondego Mar |
| | (CENTRO-05-4740-FSE-000161) Projetos locais de empreendedorismo - apoio à criação de emprego e ao investimento (DLBC) S12E |
| | (CENTRO-05-4740-FSE-000167) Projetos locais de empreendedorismo - apoio à criação de emprego e ao investimento (DLBC) S12E |
| | (CENTRO-05-4740-FSE-000153) Projetos locais de empreendedorismo - apoio à criação de emprego e ao investimento (DLBC) S12E |
| Enquadramento Temático | Programa Mar2020 |
| | Prioridade de Investimento EP4 - Aumentar o Emprego e a Coesão Territorial (DLBC) PI 9.6.1 - Reforçar a abordagem territorializada da intervenção social com base em estratégias locais de desenvolvimento, assentes em parcerias locais |
| | Tipologia de Operação 62º - Apoio Preparatório DLBC |
| | 63º - Custos operacionais |
| | 182º - Apoio ao empreendedorismo de base local |
| Área Programática ENM AP 5.1 Recreio, Desporto e Turismo | |

| Dados Financeiros agregados ⁹⁰ | |
|---|----------------------------|
| Custo Total Aprovado Elegível (€) | 538 914 |
| Custo Total Executado Elegível (€) | 334 519 |
| Apoio Aprovado (€) | 458 076 |
| Apoio Executado (€) | 255 623 |
| Forma de apoio | Subvenção não reembolsável |

⁹⁰ O detalhe de cada operação encontra-se em anexo (Anexo I).

| Indicadores | | | |
|--|--|------------|------------|
| AP - GAL Mondego Mar (MAR-04.01.01-FEAMP-00004) | | | |
| Indicador(es) contratualizado(s) | | Meta | Execução |
| - | • Estudos relativos ao território de intervenção | 1 | 1 |
| GAL Mondego Mar - Custos Operacionais e de Animação (2016-2018) (MAR-04.02.01-FEAMP-0003) | | | |
| Indicador(es) contratualizado(s) | | Meta | Execução |
| - | • Despesa pública EDL | 1 973 020€ | 1 973 020€ |
| Desenvolvimento Local de Base Comunitária - Custos operacionais e de Animação - GAL Pescas Mondego Mar (MAR-04.02.01-FEAMP-0016) | | | |
| Indicador(es) contratualizado(s) | | Meta | Execução |
| - | • Empregos tempo completo administração | 0 | 0 |
| - | • Empregos tempo completo administração | 0 | 0 |
| - | • Despesa pública EDL | 0€ | 0€ |
| - | • Despesa pública EDL | 1 973 020€ | 1 973 020€ |
| - | • Empregos tempo completo animação | 0 | 0 |
| - | • Empregos tempo completo animação | 0 | 0 |
| Projetos locais de empreendedorismo - apoio à criação de emprego e ao investimento (DLBC) SI2E (CENTRO-05-4740-FSE-000161) | | | |
| Indicador(es) contratualizado(s) | | Meta | Execução |
| Realização | • Postos de trabalho criados (O.09.06.01.P) - FSE | 1 | 1 |
| Realização | • Postos de trabalho criados (O.09.10.01.P) - FEDER | 0 | 0 |
| Resultado | • Postos de trabalho criados que se mantêm 12 meses após o fim do apoio (R.09.06.01.P) - FSE | 100% | 100% |
| Resultado | • Postos de trabalho criados que se mantêm 12 meses após o fim do apoio (R.09.10.01.P) - FEDER | 0 | 0 |
| Projetos locais de empreendedorismo - apoio à criação de emprego e ao investimento (DLBC) SI2E (CENTRO-05-4740-FSE-000167) | | | |
| Indicador(es) contratualizado(s) | | Meta | Execução |
| Realização | • Postos de trabalho criados (O.09.06.01.P) - FSE | 2 | 1 |
| Realização | • Postos de trabalho criados (O.09.10.01.P) - FEDER | 0 | 0 |
| Resultado | • Postos de trabalho criados que se mantêm 12 meses após o fim do apoio (R.09.06.01.P) - FSE | 100% | 50% |
| Resultado | • Postos de trabalho criados que se mantêm 12 meses após o fim do apoio (R.09.10.01.P) - FEDER | 0 | 0 |
| Projetos locais de empreendedorismo - apoio à criação de emprego e ao investimento (DLBC) SI2E (CENTRO-05-4740-FSE-000153) | | | |
| Indicador(es) contratualizado(s) | | Meta | Execução |
| Realização | • Postos de trabalho criados (O.09.06.01.P) - FSE | 2 | 2 |
| Realização | • Postos de trabalho criados (O.09.10.01.P) - FEDER | 0 | 0 |
| Resultado | • Postos de trabalho criados que se mantêm 12 meses após o fim do apoio (R.09.06.01.P) - FSE | 100% | 100% |
| Resultado | • Postos de trabalho criados que se mantêm 12 meses após o fim do apoio (R.09.10.01.P) - FEDER | 100% | 0 |

APRESENTAÇÃO SÍNTESE

O GAL Mondego Mar é composto por 21 parceiros, que assinaram o protocolo de parceria a 4 de fevereiro de 2015, no âmbito da execução da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL). É responsável pela implementação dos mecanismos operacionais para a execução da EDL. A AD ELO constitui-se como parceiro gestor.

O âmbito da análise do presente estudo de caso inclui operações promovidas pelo GAL Pesca Mondego MAR apoiadas pelo PO Mar e que pretenderam criar as condições para a constituição e exercício eficaz do GAL e da EDL na vertente DLBC costeira, assegurando o seu acompanhamento até à formalização da delegação de competências do gestor, bem como algumas operações promovidas por empresas, com níveis de execução elevados, apoiadas pelo PO Centro no âmbito do DLBC deste território, via Si2E.

No âmbito geral, as várias operações (inseridas nos PO Centro e Mar 2020) centram-se em projetos locais de empreendedorismo – apoio à criação de emprego e ao investimento (DLBC), apoio preparatório à elaboração de estratégias de desenvolvimento local (EDL) costeiras, e no desempenho das funções dos GAL- Pescas relativas à implementação, gestão, acompanhamento, animação e avaliação da estratégia de desenvolvimento local na vertente DLBC costeira. De referir que as operações MAR-04.02.01-FEAMP-0003 e MAR-04.02.01-FEAMP-0016 são complementares.

| Operação | Caraterização | Objetivos |
|----------------------------|--|---|
| MAR-04.01.01-FEAMP-00004: | <ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento das ações necessárias à conceção e elaboração da Estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (ex: Mobilização das comunidades pesqueiras e agentes económicos, elaboração da estratégia de desenvolvimento local) com o objetivo de efetuar a candidatura ao reconhecimento do Grupo da Ação Local Pescas Mondego Mar. | <ul style="list-style-type: none"> Dotar de capacidade operativa as entidades que lideram as parcerias; Promover a conceção das EDL; Acompanhamento das tarefas e procedimentos relativos à constituição dos GAL-Pescas. |
| MAR-04.02.01-FEAMP-0003: | <ul style="list-style-type: none"> Pretende-se implementar as linhas programáticas definidas na EDL, reunindo as condições necessárias para o desempenho das funções de GAL relativas à implementação, gestão, acompanhamento, animação e avaliação da EDL na vertente DLBC costeira. | <ul style="list-style-type: none"> Constituição de uma equipa, para assegurar todas as atividades de implementação, animação e acompanhamento das EDL, desde a sua aprovação até ao reconhecimento do GAL; Desenvolver os instrumentos técnico-administrativos para análise, seleção, monitorização e acompanhamento dos projetos; Desenvolver procedimentos para avaliação da implementação das EDL; Promover ações de divulgação, animação e promoção do território; Organizar os dispositivos para a partilha pública da informação relativa à EDL. |
| MAR-04.02.01-FEAMP-0016: | <ul style="list-style-type: none"> Visa criar condições para o exercício eficaz e eficiente das funções do GAL Pesca Mondego Mar. | <ul style="list-style-type: none"> Funcionamento do GAL Costeiro; Formação e capacitação de recursos; Animação da EDL; Monitorização e avaliação da estratégia. |
| CENTRO-05-4740-FSE-000161: | <ul style="list-style-type: none"> A Maquitudo é uma empresa especializada no comércio de equipamentos e ferramentas industriais para diversos fins (ex: Pneumática, rolamentos, soldadura, etc); Com este projeto de investimento pretende modernizar e aumentar o valor da oferta do estabelecimento e melhorar e inovar os serviços que presta. | <ul style="list-style-type: none"> Aquisição de equipamentos e tecnologias para reforço da qualidade dos produtos e serviços prestados; Modernização da oferta do estabelecimento e inovação dos serviços prestados; Consolidação da posição de mercado na comercialização de máquinas, ferramentas e manutenção industrial, mantendo a relação qualidade-preço e assistência técnica competitiva. |

| | | |
|----------------------------|---|--|
| CENTRO-05-4740-FSE-000167: | <ul style="list-style-type: none"> • A empresa Mahor Track - Construções de Metalomecânica, Lda. dedica-se ao desenvolvimento e fabrico de seguidores solares, estruturas metálicas de apoio à agricultura como reservatórios metálicos (principal área de negócio) para acumulação de água ou chorumes e módulos pré-fabricados. Os reservatórios podem também ser utilizados como tanques de piscicultura. • Com a operação pretende inovar tecnologicamente o processo produtivo (inovação para o mercado) e os produtos. O novo equipamento contribuirá também para uma maior eficiência energética da empresa. • A inovação de produto consiste na produção e comercialização de telas flutuantes (Telas Bolha de Ar) e pretende responder a uma necessidade identificada pelos clientes. • Adicionalmente, será instalado um sistema solar térmico para aquecimento de água do balneário, para reforçar a melhoria da eficiência energética da empresa. | <ul style="list-style-type: none"> • Reduzir custos de fabrico (por via da redução do tempo e custo de produção) e aumento da qualidade do produto, mantendo um nível de produção adequado à procura (que tem vindo a crescer). • Aumento da capacidade de competir com os concorrentes (essencialmente internacionais). • Contratação de 3 funcionários, a ocupar por desempregados de longa duração e membros do sexo sub-representado nas respetivas profissões. • Aumento da eficiência energética da empresa. |
| CENTRO-05-4740-FSE-000153: | <ul style="list-style-type: none"> • O projeto prevê a criação da empresa Market Masters, posicionando-se no comércio por grosso de produtos, alimentos e suplementos para animais de estimação, no segmento "affordable premium" e gerida numa lógica de "stock zero". • A criação desta empresa é motivada pela previsão de crescimento da procura por produtos premium, tanto pela alteração das preferências dos consumidores, como pela maior facilidade logística associada ao comércio destes produtos (que, sendo mais leves, são mais facilmente transacionados online). | <ul style="list-style-type: none"> • Criar as condições para implementar uma estratégia de crescimento adequada: aquisição de material e software informático, mobiliário de escritório, criação e projeção da imagem da empresa, criação de uma loja online (B2B), aquisição de uma viatura, contratação de 2 funcionários. • Capacidade de oferta de produtos com qualidade, de forma rápida e com preços competitivos. |

Conclusões realizadas a partir da entrevista ao promotor

| | |
|-------------------------|--|
| Racional da candidatura | <ul style="list-style-type: none"> • A AD ELO, enquanto entidade gestora da EDL do seu território de intervenção, teve como principal finalidade, através do conjunto das operações realizadas, criar condições para a constituição e exercício eficaz e eficiente do GAL Pescas Mondego Mar e da EDL na vertente DLBC costeira. A AD ELO é igualmente entidade gestora de um GAL Rural e acautelou uma estratégia global que procura complementar a sua estratégia e plano de ações e intervenções com outras fontes de financiamento como o PDR, o PO Centro e o INTERREG. • A ampla divulgação dos avisos e em vários formatos (jornais, rádio, feiras, eventos, etc.) permitiu potenciar a sua divulgação no território, sensibilizando as entidades locais e dinamizando a procura. • De notar que, a disponibilidade de apoios comunitários foi determinante não só para a AD ELO ter desenvolvido a sua atividade como para estimular uma maior participação do tecido empresarial no desenvolvimento de novos projetos de investimento neste território. Efetivamente, na ausência do financiamento comunitário, nem a AD ELO nem os promotores empresariais teriam desenvolvido os seus projetos, independentemente do cenário económico. Os apoios foram determinantes para a realização dos investimentos, com particular estímulo na dimensão e ritmos de execução dos projetos (consideravelmente maiores se comparados com uma situação de ausência dos apoios). • Parece evidente a importância dos fundos comunitários, uma vez que se traduzem em oportunidades para os empresários investirem em projetos de maior dimensão uma vez que apresentam condições mais vantajosas de acesso a financiamento. • A AD ELO tem tido sempre o posicionamento de procurar todas as oportunidades que possam ser colocadas à disposição do território, não estando limitada à figura do "GAL". No decurso das suas responsabilidades concorreu a outros apoios para complementar a sua atividade, respetivamente ao PDR2020, Centro 2020 e INTERREG. Além disso, recorreu a apoios à formação avulsa para questões técnicas (contratação pública). |
| Resultados e Impactos | <ul style="list-style-type: none"> • No PT2020, a possibilidade de trabalhar com multifundo permitiu desenvolver uma estratégia que potenciava vários instrumentos. Neste sentido, a estratégia funcionou bem, pois era suficientemente ampla para poder explorar o SI2E e o +Coeso (FSE), tendo-se afigurado adequada às necessidades do território. • Numa análise global o ritmo de execução das dotações alocadas ao GAL, este parece adequado às expectativas, sendo previsível executar o valor de investimento acima do contratado, que decorre dos seguintes ajustes diferenciados em cada fundo, no qual o FSE teve alguma preponderância: - FEAMP: na fase inicial do programa, tiveram um corte no valor da dotação decorrente da execução da reserva de desempenho. No entanto, na fase final, foi dada oportunidade de recuperação dessa verba, |

| | |
|------------------------------|---|
| | <p>permitindo executar a verba inicialmente contratada, o que permitiu que a execução das operações apoiadas chegasse aos 100%.</p> <ul style="list-style-type: none"> - FEDER: obtiveram uma execução abaixo do contratado. Efetivamente, verificou-se uma dificuldade de esgotar o fundo alocado nos primeiros avisos do Si2E decorrente da menor adesão registada face à expectativa inicial, sobretudo em função do quadro económico frágil do país, e por nem todas as candidaturas terem tido níveis de mérito suficientes. Esta menor adesão levou à restrição por parte da AG do PO Centro na utilização da dotação disponível em novos avisos que permitissem esgotar o FEDER remanescente. De salientar que, com a emergência da COVID-19, o interesse em apresentar projetos na área do turismo foi mais diminuto e, nalguns casos, impactou também a execução de projetos aprovados. No caso da Maquitude, a expectativa de realização do investimento fica abaixo do contratado (menos de 80%). - FSE: registou-se um número bastante elevado das candidaturas, logo, a CCDR reforçou a verba alocada, pelo que é expectável que a execução FSE seja muito acima do inicialmente contratado. • No que se refere aos impactos gerados pelas várias operações, destaca-se: <ul style="list-style-type: none"> - a dinamização de atividades náuticas para jovens, tendo-se experienciado um aumento da procura por parte dos jovens desde 2014; - a aprovação de operações que permitiram o reforço do emprego, diversificação das atividades produtivas, aumento do desporto ligado à náutica e uma maior literacia do mar, sendo impactos diversos muito potenciados pela utilização multifundo; - no caso dos projetos empresariais em análise, estes também atingiram as metas definidas. • Efetivamente, o reconhecimento do trabalho do GAL existe, e as iniciativas desenvolvidas tiveram impacto no território, o que permitiu ainda o reconhecimento externo. Por outro lado, o trabalho da Academia (projetos apoiados pelo GAL para a Universidade) foi muito importante para a transferência de conhecimento para o tecido empresarial e para o território, tendo sido um gerador de novas iniciativas económicas. • De frisar que os apoios do GAL no território não se esgotam em si próprios. Os GAL e a sua intervenção no território assim como a sua proximidade com os promotores (locais) estimula muito a procura, sendo agentes divulgadores e, nesse sentido, permitindo que os projetos que, mesmo pequenos, se candidatem e sejam apoiados, o que sem a atuação do GAL possivelmente não surgiriam nem teriam a adesão que se registou. • Verifica-se que a generalidade dos projetos apoiados permanece no território, estimulando a criação de novos resultados futuros (e.g. incorporação tecnológica, novos empregos, inovação, novas parcerias, entre outros efeitos) e o surgimento de novas necessidades de apoios a projetos de investimento que muitas vezes decorrem da alavancagem de atividades inicialmente apoiadas (processos de crescimento e nova escala dessas atividades). |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Sublinha-se, por fim, que as entidades, do ponto de vista da contratação de recursos superam muitas vezes os objetivos inicialmente previstos, sendo o efeito de alavancagem dos apoios nalguns casos muito relevante. |
| <p>Sustentabilidade</p> | <ul style="list-style-type: none"> • AD ELO é uma entidade sem fins lucrativos reconhecida como entidade de Utilidade Pública pelo que as questões da sustentabilidade financeira estão sempre presentes. • No caso da AD ELO, o trabalho de Desenvolvimento Local tem sempre “sobressaltos” que se relacionam com a mudança dos quadros comunitários. Não existe uma previsibilidade dos montantes das dotações e da calendarização do lançamento de avisos/concursos, o que dificulta a disponibilidade de apoios no território e provoca perturbações na gestão de expectativas, não permitindo um fio condutor de maior longo prazo que possa orientar as atividades da EDL (e.g. os fundos arrancaram em alturas diferentes pois o FEAMP começou mais tarde do que o FEDER). A crescer, a falta de continuidade dos apoios é um fator de perturbação assim como a falta de informação atempada sobre o leque de competências que um GAL tem de ter em cada período de programação e que é exigido pela Administração. • Em termos de sustentabilidade dos resultados das operações na atividade das entidades, aferiu-se que: <ul style="list-style-type: none"> - No caso do GAL, esta é de longo prazo (mais de 5 anos), pois os projetos que apoiam são sustentáveis. Há um contacto com os beneficiários para tentar a continuidade da sua atividade e a verificação da viabilidade dos projetos. - No caso dos projetos empresariais, predomina a sustentabilidade de curto prazo (1 a 3 anos). • As equipas que trabalham na parte técnica são normalmente formadas “intramuros”, existindo dificuldade de contratação de recursos humanos com as competências adequadas às necessidades deste tipo de trabalho. Especificamente, existe um desconhecimento generalizado dos recém-licenciados sobre a gestão e administração de fundos comunitários. Face ao expostos, espera-se que em relação à manutenção dos postos de trabalho criados para o desempenho das funções do GAL, após conclusão dos projetos, os “sobressaltos” de financiamento recorrentes nas estruturas GAL, podem ser um obstáculo à garantia da sustentabilidade, uma vez que prejudicam a capacidade de retenção das pessoas mais qualificadas. |
| <p>Obstáculos e desafios</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Dos principais problemas ou obstáculos que afetaram a execução das operações, destacam-se fatores externos como e.g. o início tardio dos quadros comunitários e a indefinição inicial de funcionamento dos GAL; a multiplicidade de regras de gestão dos fundos; os ciclos económicos (Troika, COVID, etc.) que criam aumento de desemprego numa primeira fase e posteriormente necessidades de contratação noutra fase. • A crescer, a desadequada calendarização dos avisos e a falta de sincronização no lançamento destes entre os vários fundos (FEAMP, FEDER, FSE), prejudicou a performance dos GAL pois dificultou a |

| | |
|-------------------------------------|---|
| | <p>organização de ações de estímulo da procura bem como o apoio técnico necessário para ajudar os promotores a submeterem candidaturas aos fundos que melhor respondiam às suas necessidades.</p> <ul style="list-style-type: none"> • De referir que o atraso na disponibilização do módulo de encerramento das operações, que à data ainda não está operacional, tem sido um significativo obstáculo ao processo de encerramento dos projetos. • Por outro lado, em relação ao sucesso da execução das operações dinamizadas, foi mencionada a existência de aspetos facilitadores como: <ul style="list-style-type: none"> - os procedimentos administrativos ligados à preparação e execução das EDL; - a vantagem de maior proximidade ao território, característica das estruturas GAL, desenvolvendo estas atividades e iniciativas mais perto dos <i>stakeholders</i>/comunidades; - o estabelecimento de parcerias que facilitaram bastante os resultados dos projetos e que são importantes para a divulgação da informação, pelo que há um esforço de que a parceria seja representativa do público-alvo; - a existência de técnicos de qualidade e a capacidade de retenção desses recursos. |
| Lições aprendidas/ Recomendações | <ul style="list-style-type: none"> • Não deviam existir interrupções na disponibilização dos sistemas de incentivos dirigidos a estes territórios; • O papel das ADL devia ser mais linear e não variar tanto entre quadros de programação; • Promover a disponibilidade de dotações e taxas de apoio mais elevadas. |

| Metodologia de Análise | | |
|------------------------|---|------------|
| Método | Participante(s) | Data |
| Entrevista | António Santos – AD ELO | 15/12/2022 |
| <i>Focus Group</i> | Comunidades piscatórias e desenvolvimento local | 13/12/2022 |

Anexo I

| Dados Financeiros (MAR-04.01.01-FEAMP-00004) | | | |
|--|------------|------------------------------------|----------------------------|
| Data Prevista de Início | 03-12-2014 | Custo Total Aprovado Elegível (€) | 25 000 |
| Data Prevista de Conclusão | 05-08-2016 | Custo Total Executado Elegível (€) | 23 723 |
| Data de Aprovação | 15-09-2016 | Apoio Aprovado (€) | 21 250 |
| Estado da Candidatura | Concluída | Apoio Executado (€) | 20 164 |
| Data a que reporta a informação da Ficha | 05-04-2018 | Forma de apoio | Subvenção não reembolsável |

| Dados Financeiros (MAR-04.02.01-FEAMP-0003) | | | |
|---|------------|------------------------------------|----------------------------|
| Data Prevista de Início | 10-04-2017 | Custo Total Aprovado Elegível (€) | 211 395 |
| Data Prevista de Conclusão | 17-05-2018 | Custo Total Executado Elegível (€) | 209 730 |
| Data de Aprovação | 16-02-2017 | Apoio Aprovado (€) | 179 685 |
| Estado da Candidatura | Concluída | Apoio Executado (€) | 178 271 |
| Data a que reporta a informação da Ficha | 01-03-2019 | Forma de apoio | Subvenção não reembolsável |

| Dados Financeiros (MAR-04.02.01-FEAMP-0016) | | | |
|---|-------------|------------------------------------|----------------------------|
| Data Prevista de Início | 01-01-2019 | Custo Total Aprovado Elegível (€) | 281 860 |
| Data Prevista de Conclusão | 31-12-2023 | Custo Total Executado Elegível (€) | 121 163 |
| Data de Aprovação | 08-05-2019 | Apoio Aprovado (€) | 239 581 |
| Estado da Candidatura | Em execução | Apoio Executado (€) | 85 869 |
| Data a que reporta a informação da Ficha | 30-11-2022 | Forma de apoio | Subvenção não reembolsável |

| Dados Financeiros (CENTRO-05-4740-FSE-000161) | | | |
|---|------------------------|------------------------------------|----------------------------|
| Data Prevista de Início | 04-08-2018 | Custo Total Aprovado Elegível (€) | 5 055 |
| Data Prevista de Conclusão | 31-12-2018 | Custo Total Executado Elegível (€) | 4 822.36 |
| Data de Aprovação | 29-01-2018 | Apoio Aprovado (€) | 4 099 |
| Estado da Candidatura | Com Saldo Final Aceite | Apoio Executado (€) | 4 099 |
| Data a que reporta a informação da Ficha | 30-11-2022 | Forma de apoio | Subvenção não reembolsável |

| Dados Financeiros (CENTRO-05-4740-FSE-000167) | | | |
|---|------------------------|------------------------------------|----------------------------|
| Data Prevista de Início | 09-04-2019 | Custo Total Aprovado Elegível (€) | 10 458 |
| Data Prevista de Conclusão | 08-04-2020 | Custo Total Executado Elegível (€) | 5 229 |
| Data de Aprovação | 29-01-2018 | Apoio Aprovado (€) | 8 889 |
| Estado da Candidatura | Com Saldo Final Aceite | Apoio Executado (€) | 4 444 |
| Data a que reporta a informação da Ficha | 30-11-2022 | Forma de apoio | Subvenção não reembolsável |

| Dados Financeiros (CENTRO-05-4740-FSE-000153) | | | |
|---|------------------------|------------------------------------|----------------------------|
| Data Prevista de Início | 01/01/2018 | Custo Total Aprovado Elegível (€) | 5 146 |
| Data Prevista de Conclusão | 31/12/2018 | Custo Total Executado Elegível (€) | 5 146 |
| Data de Aprovação | 29-01-2018 | Apoio Aprovado (€) | 4 374 |
| Estado da Candidatura | Com Saldo Final Aceite | Apoio Executado (€) | 4 374 |
| Data a que reporta a informação da Ficha | 30-11-2022 | Forma de apoio | Subvenção não reembolsável |

EC4 - Portos, Transportes e Logística

| ENQUADRAMENTO | | |
|------------------------|---|---|
| Beneficiário | APP - Associação dos Portos de Portugal | |
| Operação | POCI-04-2655-FC-000008 | |
| Enquadramento Temático | Programa | Programa Operacional Competitividade e Internacionalização |
| | Prioridade de Investimento | PI 7.1 - Concessão de apoio a um espaço único europeu de transportes multimodais, mediante o investimento nas Redes Transeuropeias de Transportes (RTE-T) |
| | Tipologia de Operação | Janela Única Portuária III/ Janela Única Logística |
| | Área programática ENM | 5.2 Portos, transportes e logística |

| Dados Financeiros | | | |
|--|-------------|------------------------------------|----------------------------|
| Data Prevista de Início | 31-05-2017 | Custo Total Aprovado Elegível (€) | 5 1000 000€ |
| Data Prevista de Conclusão | 30-06-2022 | Custo Total Executado Elegível (€) | 3 796 972 |
| Data de Aprovação | | Apoio Aprovado (€) | 4 335 000€ |
| Estado da Candidatura | Em execução | Apoio Executado (€) | 3 449 504 |
| Data a que reporta a informação da Ficha | 2-02-2022 | Forma de apoio | Subvenção não reembolsável |

| Indicadores | | | |
|---|--|---|----------|
| Indicadores contratualizados (2023) | Indicador | | Meta |
| | Realização | • Terminais ferroviários no <i>hinterland</i> integrados (O.07.01.02.P) | |
| Resultado | • Portos com a JUL implementada (R.07.01.01.P) | | 5 |
| Execução dos indicadores contratualizados | Indicador | | Execução |
| | Realização | • Terminais ferroviários no <i>hinterland</i> integrados (O.07.01.02.P) | |
| | Resultado | • Portos com a JUL implementada (R.07.01.01.P) | |

APRESENTAÇÃO SÍNTESE: CARACTERIZAÇÃO E OBJETIVOS

- A Janela Única Portuária (JUP) permitiu a digitalização e simplificação administrativa dos portos portugueses, que se assumiam, já em fase prévia a esta operação, como exemplo de boa prática europeia. Contudo, esta dinâmica encontrava-se restrita ao contexto portuário, reconhecendo-se a necessidade de a estender ao longo de toda a cadeia de transporte desde a origem ao destino das mercadorias, fora do porto.
- Com esta operação pretendia-se a construção de uma nova versão do Modelo de Referência Nacional (MRN2) em todos os portos nacionais e a implementação da JUL (uma nova versão do sistema de gestão portuária - JUP) em cada administração portuária, com a finalidade atualizar e modernizar os procedimentos portuários na sua relação com o *hinterland* (zona terrestre de origem ou destino das mercadorias ou passageiros de um porto - zona de influência territorial) e o *foreland* (área de influência/conexão de um porto além do seu espaço físico por via das rotas).
- Pretende-se estender o sistema de gestão portuária a toda a cadeia logística integrando os meios de transporte terrestres e desenvolver ligações aos portos secos e plataformas logísticas, numa lógica intermodal, com o objetivo de assegurar a fluidez da informação e aumentar a eficiência dos portos portugueses e das respetivas cadeias logísticas.
- Como objetivo final, pretende-se:
 - a simplificação e desmaterialização dos procedimentos nos transportes no contexto nacional e internacional;
 - garantir a fluidez da informação em suporte eletrónico ao longo da cadeia de transporte
 - a redução de custos administrativos e de tempos de trânsito de mercadorias;
 - o aumento da eficiência e competitividade das cadeias logísticas.
- A operação contempla 4 etapas:
 - Etapa 1 - Concurso público Nacional para a execução da JUL (adjudicação prevista para dezembro de 2017);

- Etapa 2 - Construção do MRN2 e implementação da JUL (execução prevista até junho 2020);
- Etapa 3 - Assistência técnica à operação da JUL (duração prevista de 2 anos);
- Etapa 4 - Comunicação, divulgação de resultados e publicidade dos fundos EU (etapa transversal ao período de implementação do projeto).

Conclusões realizadas a partir da entrevista ao promotor

| | |
|----------------------------------|---|
| Racional da candidatura | <ul style="list-style-type: none"> • Com a JUL pretendia-se estender a JUP ao resto da cadeia logística de transportes, em todos os portos, de forma integrada e articulada. Considerando a elevada relevância do projeto, este projeto seria implementado mesmo na ausência do financiamento atribuído, sendo que os FEEI terão assumido um efeito facilitador neste projeto. • O projeto já estava previsto no AAC, mas ainda assim, e apesar da articulação eficaz estabelecida com a Autoridade de Gestão do PO Financiador, o processo da sua aprovação foi moroso devido aos desafios resultantes da associação de entidades privadas ao promotor enquanto Associação. • A escolha dos projetos piloto foi estratégica e fundamentada, de forma a permitir efetuar diferentes fases de teste e implementação da plataforma sob contextos distintos e com diferentes níveis de controlo. • Ao nível estratégico, a JUL deveria reforçar o processo de digitalização dos portos e a sua vantagem competitiva desenvolvida pelo recurso à JUP face aos portos concorrentes. • Ao nível operacional, a JUL deveria facilitar não só a articulação entre as entidades públicas e as entidades do ecossistema portuários, como também o planeamento da atividade portuária (reforçando a sua transparência e a harmonização entre os diferentes portos nacionais). |
| Resultados e Impactos | <ul style="list-style-type: none"> • Os resultados, tanto os contratualizados, como os definidos internamente, foram alcançados e ultrapassaram as expectativas, registando-se um crescente número de utilizadores da plataforma e grupos económicos que adaptam os seus sistemas internos para poderem implementar a solução. Estes resultados reforçam as perspetivas de crescimento / sucesso da JUL, uma vez que, sendo uma plataforma de cooperação, os benefícios de integrar a JUL aumentam com o número de utilizadores. |
| Sustentabilidade | <ul style="list-style-type: none"> • A JUL apresenta-se como uma plataforma sustentável, sendo as alterações que se perspetivam nos próximos anos no sentido de aprofundar o seu desenvolvimento e não de modificar a sua estrutura de raiz (conforme aconteceu com a alteração da JUP para a JUL). • Reconhecendo a necessidade de um investimento permanente no desenvolvimento da solução, os portos encontram-se a desenvolver modelos de financiamento que permitam garantir a mobilização dos recursos suficientes neste sentido. |
| Obstáculos e desafios | <ul style="list-style-type: none"> • A necessidade de garantir o alinhamento e colaboração entre várias entidades de diferentes naturezas (e.g. entidades portuárias, entidades logísticas e de transportes, entidades privadas) assumiu-se como um desafio ao desenvolvimento e implementação do projeto, bem como de garantir a capacidade de implementação generalizada entre estas, sendo que o projeto apenas apresentava orçamento para apoio à implementação da plataforma nos portos. • Adicionalmente, a COVID-19 e as alterações regulamentares que foram implementadas no decorrer do projeto assumiram-se também como um obstáculo ao projeto, forçando a adaptação da metodologia de desenvolvimento e implementação da plataforma. • Por fim, a elevada procura por profissionais da área das tecnologias de informação condicionou a estabilidade da equipa responsável pelo desenvolvimento da plataforma e, consequentemente, o desenvolvimento do projeto. |
| Lições aprendidas/ Recomendações | <ul style="list-style-type: none"> • A existência de plataformas promotoras da comunicação entre as diferentes entidades envolvidas no projeto (e.g. fóruns), tanto ao nível local, como a nível nacional, potenciam o alinhamento entre os diferentes <i>stakeholders</i> e a simplificação de procedimentos, facilitando a sua implementação. • A modalidade de apoio deverá ser mantida, assim como a celeridade destas transferências, por forma a minimizar os constrangimentos associados à capacidade de financiamento do projeto. • Para referência futura, seria igualmente importante alargar os prazos para implementação de projetos semelhantes, garantir a capacidade de mobilizar mais recursos para o seu desenvolvimento e de envolver <i>stakeholders</i> de outras naturezas (e.g. Autoridade tributária, Autoridade marítima) para garantir um maior alinhamento entre as entidades que apresentam uma intervenção relevante nas diferentes dimensões do ecossistema portuário. |

Metodologia de Análise

| Método | Participante(s) | Data |
|------------|------------------------------|------------|
| Entrevista | Isabel Alves e Cláudio Pinto | 16/11/2022 |

EC5 - Obras Marítimas

| ENQUADRAMENTO | | | |
|---|---|--|----------------------------|
| Beneficiário | AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, I.P. | | |
| Operação | (POSEUR-02-1809-FC-000051) | Remoção dos inertes da ZALI do Porto de Aveiro, para reforço do cordão litoral a sul da Costa Nova | |
| Enquadramento Temático | Programa | POSEUR | |
| | Prioridade de Investimento | PI 05.02 - Promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes | |
| | Tipologia de Operação | Erosão costeira | |
| | Área programática ENM | Obras Marítimas | |
| Dados Financeiros | | | |
| Data Prevista de Início | 01-03-2018 | Custo Total Aprovado Elegível (€) | 5 846 501 |
| Data Prevista de Conclusão | 30-09-2019 | Custo Total Executado Elegível (€) | 5 792 474 |
| Data de Aprovação | 22-12-2017 | Apoio Aprovado (€) | 5 824 808 |
| Estado da Candidatura | Em execução | Apoio Executado (€) | 5 792 474 |
| Data a que reporta a informação da Ficha | 09-08-2022 | Forma de apoio | Subvenção não reembolsável |
| Indicadores | | | |
| Indicadores contratualizados | Indicador | | Meta |
| | Realização | <ul style="list-style-type: none"> Extensão da faixa costeira intervencionada para proteção de pessoas e bens | 1,8 km |
| | Realização | <ul style="list-style-type: none"> População que beneficia de medidas de prevenção e gestão de riscos naturais relacionado com o clima (exceto cheias e incêndios florestais) | 5 487 |
| | Realização | <ul style="list-style-type: none"> Volume de sedimentos a movimentar nas operações de reposição do ciclo sedimentar e de alimentação artificial de troços costeiros | 1 110 000 m ³ |
| | Resultado | <ul style="list-style-type: none"> Linha de costa em situação crítica de erosão com situação melhorada após a intervenção | 0,81 % |
| Execução dos indicadores contratualizados | Indicador | | Execução |
| | Realização | <ul style="list-style-type: none"> Extensão da faixa costeira intervencionada para proteção de pessoas e bens | 1,8 km |
| | Realização | <ul style="list-style-type: none"> População que beneficia de medidas de prevenção e gestão de riscos naturais relacionado com o clima (exceto cheias e incêndios florestais) | 5 487 |
| | Realização | <ul style="list-style-type: none"> Volume de sedimentos a movimentar nas operações de reposição do ciclo sedimentar e de alimentação artificial de troços costeiros | 1 110 000 m ³ |
| | Resultado | <ul style="list-style-type: none"> Linha de costa em situação crítica de erosão com situação melhorada após a intervenção | 0,81 % |
| APRESENTAÇÃO SÍNTESE | | | |
| Caraterização | A Zona de Atividades Logísticas e Industriais do Porto de Aveiro (ZALI) encontra-se parcialmente ocupada por depósitos de dragados, maioritariamente constituídos por areias. A bacia de manobras e de acostagem da ZALI ("ilha") não se encontra totalmente dragada. Procedeu-se à remoção de areias (depósitos e dragados), e a imersão destes inertes junto da Costa Nova, permitindo assim a alimentação artificial do troço costeiro a Sul, que vinha a apresentar uma tendência erosiva acentuada. Por conseguinte, nesta operação considera-se a deposição dos sedimentos depositados/removidos no troço costeiro a sul da barra de Aveiro a fim de equilibrar o balanço sedimentar nos troços a sul e mitigar problemas que advêm do desabrigo sedimentar na zona costeira. | | |
| Objetivos | Objetivo principal: Face à magnitude de sedimentos a movimentar, visa assegurar a sustentabilidade e a manutenção da linha de costa a médio prazo, minimizando e mitigando os conflitos decorrentes do avanço das águas, antecipando ainda riscos e cenários potenciados pelas alterações climáticas, através de uma perspetiva de maior durabilidade por via de uma gestão integrada de sedimentos. | | |

| | |
|--|--|
| | <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reduzir a erosão costeira e consolidar a linha de costa; • Remoção das areias existentes num depósito no Porto de Aveiro; • Deposição dos sedimentos no troço costeiro a sul da barra de Aveiro, entre a Costa Nova e a Vagueira. |
| Conclusões realizadas a partir da entrevista ao promotor | |
| Racional da candidatura | <ul style="list-style-type: none"> • A APA na elaboração/definição dos Programas, nomeadamente do POSEUR, é um ator relevante, sendo auscultada em diversos momentos e transmitindo as suas prioridades e a importância de financiar determinadas intervenções. A erosão costeira, as obras de defesa costeira, nomeadamente as alimentações artificiais de praias, foram sinalizadas como prioritárias para integração na arquitetura programática do POSEUR. Avaliação muito positiva da divulgação dos apoios, embora já existisse um conhecimento prévio, quer da possibilidade deste tipo de financiamentos, quer pelo fato de no passado já terem sido apoiadas intervenções nestas áreas (alimentação artificial de praias, na Costa da Caparica e em Albufeira; no âmbito do QREN). A “possibilidade” de AAC “à medida”, para responder a dimensões-críticas e a estes tipo de intervenções, também concorre para uma estreita articulação entre a APA e a entidade financiadora. • Houve uma antecipação ao Programa, de modo que assim que houvesse oportunidade pudessem avançar com o projeto. Assinado o Protocolo, ficaram a aguardar o novo programa financiador, para apoiar o projeto. Esta planificação atempada, permitiu preparar as diversas peças/procedimentos antes de aparecer a fonte financiadora. • Sem apoios comunitários seria impossível avançar com esta ou outras operações similares. Este tipo de intervenções têm uma enorme dimensão financeira pelo que a APA/Estado não teria capacidade para avançar. • Foi assinado um Protocolo entre a APA, S.A. e a APA, I.P., em 2016, que previa o fornecimento da totalidade dos inertes ainda disponíveis em stock (1.110.000 m3) pela APA, SA, para que fossem colocados pela APA, IP nas praias a sul da Costa Nova (alimentação artificial do troço costeiro da Costa Nova - Vagueira com inertes provenientes do depósito existente na zona de atividades logísticas e industriais do Porto de Aveiro) • A APA, S.A., fez uma candidatura submetida ao COMPETE 2020, para remover da plataforma os sedimentos, com cerca de 380.000 m3, que serão também encaminhados para a deriva litoral (entre o 3º e o 5º esporão a sul da Costa Nova, mas serão imersos a uma profundidade superior que os restantes sedimentos). Por outro lado, da bacia portuária da ZALI (“ilha”) foram dragados 1.265.000 m3, procedendo-se também à repulsão do material dragado por “rainbow”, na deriva litoral. Estes encargos financeiros foram apenas da APA, S.A., mas são trabalhos complementares aos trabalhos executados pela APA, I.P. (beneficiário único da operação). A execução das duas intervenções colocou mais de 2 milhões de m3 de sedimentos na deriva litoral. A candidatura da APA, S.A. ao COMPETE 2020 incluiu também a infraestruturização da ZALI. • Era condição de elegibilidade as operações a financiar pelo POSEUR, neste domínio, estarem previstas no instrumento enquadrador de referência (PAVPL / Plano de Ação Litoral XXI). |
| Resultados e Impactos | <ul style="list-style-type: none"> • A intervenção a realizar abrangeu uma extensão de cerca de 1.800 metros de costa, ou seja 1,80 km. Foram movimentados 1.110.000 m3 de sedimentos para reposição do ciclo sedimentar e de alimentação artificial de troços costeiros. Foi possível intervir em 0,81% da linha de costa em situação crítica de erosão • Atingiram-se totalmente os objetivos e resultados previstos. • O contexto foi claramente beneficiado. As obras de defesa costeira com areia são fundamentais, por exemplo para mitigar/retardar a deterioração das obras de defesa aderentes. • Apesar do objetivo central ser a proteção costeira, as consequências (benefícios) passam também pelo aumento da área balnear. Tem um contributo direto para o turismo para a atividade económica local. • Efeito não previsto: positivo – a deslocação das areias para as praias adjacentes e para sul ocorreu de uma forma bem mais rápida do que seria esperado. Injetaram na deriva litoral, duas vezes o que normalmente ocorre em cada shot (colocaram areia na Costa Nova e rapidamente foi também reforçadas as praias a sul. |
| Sustentabilidade | <ul style="list-style-type: none"> • Passado mais de 1 ano, as praias onde foi efetuada a alimentação artificial continuam com um volume significativo de areia (muito superior ao histórico) • O timing é crucial. A mancha de imersão é igual as dragagens de manutenção do porto de Aveiro. A Costa Nova não sofreu erosão significativa (vão colocando todos os anos os dragados na deriva). Já passaram dois anos e o balanço é muito positivo. Se o porto de Aveiro continuar a colocar naquele local os dragados o efeito vai durar bastante tempo. Ou seja, vai continuar a carregar as dragagens onde tem o título de utilização (espaço para dragar) o que irá assegurar uma maior longevidade aos efeitos da operação. |
| Obstáculos e desafios | <ul style="list-style-type: none"> • Daqui a 2 ou 3 anos seria desejável efetuar um recarregamento na praia, mas só depois de se realizar um bom processo de monitorização. O fundamental é ir completando/reforçando os sedimentos na deriva litoral (as barragens vão limitando os caudais sólidos do Douro – que deixam de ser injetados no mar). |

| | |
|---|--|
| | <ul style="list-style-type: none"> • A aplicação do Código de Contratação Pública e o COVID19, atrasaram bastante os procedimentos, os custos dos materiais, os custos de transporte das areias (foi utilizada a maior draga do mundo) e a dificuldade de recrutamento de recursos humanos. |
| <p>Lições aprendidas/ Recomendações</p> | <ul style="list-style-type: none"> • O apoio e proximidade à AG POSEUR foi muito importante, para resolver problemas, proceder a reprogramações temporais. • Foi determinante a realização do protocolo APA/Administração do Porto (otimizar a gestão dos dinheiros públicos). • É fundamental assegurar a continuidade e o incremento dos montantes disponíveis (por exemplo, através do Fundo Ambiental). • É fundamental manter esta conjugação virtuosa entre entidades públicas (Administrações Portuárias e APA). Os protocolos devem prever o pagamento/apoio não apenas das dragagens (para a deriva), mas também da alimentação artificial de praias. Os portos só são obrigados a fazer as dragagens (manutenção) e colocar na deriva. É necessário colocar as areias na praia imersa e assim teria de ser a APA (pagar o sobrecusto). Ou seja, é fundamental haja apoios para as dragagens e depois para a colocação das areias diretamente na praia. |

| Metodologia de Análise | | |
|------------------------|---|-----------|
| Método | Participante(s) | Data |
| Entrevista | Eng. António Rodrigues e Eng. Sousa Costa | 20/10/022 |

EC6 - Aquicultura

| ENQUADRAMENTO | | |
|------------------------|--------------------------------|--|
| Beneficiário | STOLT SEA FARM (PORTUGAL) S.A. | |
| Operação | (MAR-02.01.03- FEAMP-0105) | Ampliação das instalações de aquicultura na Praia da Tocha |
| Enquadramento Temático | Programa | Mar2020 |
| | Prioridade de Investimento | EP2 - Promover uma Aquicultura Sustentável, Eficiente, Inovadora e Competitiva |
| | Tipologia de Operação | Investimentos produtivos na aquicultura |
| | Área programática ENM | 3.1 Pesca e Indústria do Pescado, Aquicultura |

| Dados Financeiros | | | |
|--|------------|------------------------------------|----------------------------|
| Data Prevista de Início | 07-08-2019 | Custo Total Aprovado Elegível (€) | 9 660 302€ |
| Data Prevista de Conclusão | 16-09-2021 | Custo Total Executado Elegível (€) | 9 552 319€ |
| Data de Aprovação | 14-05-2018 | Apoio Aprovado (€) | 2 173 568€ |
| Estado da Candidatura | Concluída | Apoio Executado (€) | 2 149 2712€ |
| Data a que reporta a informação da Ficha | 31-03-2022 | Forma de apoio | Subvenção não reembolsável |

| Indicadores | | | |
|------------------------------|---|------|----------|
| | Indicador | Meta | Execução |
| Indicadores contratualizados | • Empregados que beneficiaram da operação | 22 | 13 |
| | • Empregados que beneficiaram da operação | 22 | 22 |
| | • Criação de postos de trabalho | 11 | 13 |
| | • Criação de postos de trabalho | 11 | 22 |
| | • Produção (toneladas) | 250 | 400 |

Fonte: Inquérito

APRESENTAÇÃO SÍNTESE: CARACTERIZAÇÃO E OBJETIVOS

- A operação visa a construção de uma unidade de produção de linguado em aquicultura em regime de recirculação. A unidade será constituída pelo edifício de produção e um edifício auxiliar. O objetivo de ampliação é adicionar a valência de engorda de linguado à valência de produção de linguado que permanece inalterada, pretendendo-se atingir 225 toneladas anuais de linguado em regime de recirculação, com 225 toneladas de stock.
- A operação apresenta ainda como objetivo concreto o aumento do capital social em 400 000€ até ao pedido de pagamento final (para 1 200 000€).
- Adicionalmente, prevê-se a construção de um sistema de produção de energia fotovoltaica a instalar na cobertura do edifício de recirculação e que deverá ocupar a sua totalidade.

| Conclusões realizadas a partir da entrevista ao promotor | |
|--|--|
| Racional da candidatura | <ul style="list-style-type: none"> • Empresa multinacional que pretendia estabelecer nova unidade em Portugal, contactou empresa de consultoria com quem já trabalhava, que direcionou e apoiou na candidatura aos apoios do MAR2020 |
| Resultados e Impactos | <ul style="list-style-type: none"> • Resultados excederam as expectativas, tanto na produção, como na criação e manutenção dos postos de trabalho. Superação dos resultados também é explicada pela abordagem conservadora das estimativas apresentadas em sede de candidatura. • Operação produziu alteração no contexto, dada a dimensão populacional e empresarial do território onde se insere. Empresa recorre na medida das possibilidades a fornecedores locais ou regionais, sendo que uma parte significativa dos inputs na produção têm de ser importados por não haver capacidade instalada a nível nacional. |
| Sustentabilidade | <ul style="list-style-type: none"> • Resultados são sustentáveis a longo-prazo, visto que existem condições para manter os níveis de produção e existe procura para esta produção (o linguado existente no mercado português não é produzido em aquacultura, pelo que a oferta deste produto é extremamente sazonal). • Identificando um grande potencial de crescimento, a empresa prevê a expansão da unidade, duplicando a capacidade de produção (440 toneladas por unidade) e o emprego. Contudo, o investimento necessário à expansão será condicionado pela evolução do contexto macroeconómico (e consequente evolução dos preços na construção). • Mesmo sem expansão da produção, empresa prevê manter os valores atuais (440 toneladas). |
| Obstáculos e desafios | <ul style="list-style-type: none"> • Prazos de obtenção de licenciamento na aquicultura e de análise de candidaturas pelo PO financiador. • Pandemia atrasou a execução do projeto em oito meses, implicando um custo maior para a empresa. |
| Lições aprendidas/ Recomendações | <ul style="list-style-type: none"> • Investimento a replicar no futuro, tendo em conta os resultados alcançados e o impacto gerado no contexto envolvente. • Demora na análise de candidaturas e no licenciamento pode demover potenciais interessados em investir no setor. |

| Metodologia de Análise | | |
|------------------------|-----------------|------------|
| Método | Participante(s) | Data |
| Entrevista | Alexandre Cruz | 13/10/2022 |

